



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

VANESSA YIDA

**NORMAS LEXICAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:  
UMA DESCRIÇÃO DE REGIONALISMOS NOS DADOS DO  
CAMPO SEMÂNTICO DA ALIMENTAÇÃO E COZINHA DO  
PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL (ALiB)**

(Volume 1)

---

Londrina  
2019

VANESSA YIDA

**NORMAS LEXICAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:  
UMA DESCRIÇÃO DE REGIONALISMOS NOS DADOS DO  
CAMPO SEMÂNTICO DA ALIMENTAÇÃO E COZINHA DO  
PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL (ALiB)**

(Volume 1)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Estudos da Linguagem, Área de concentração: Análise e Descrição Linguística da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanderci de Andrade Aguilera

Londrina  
2019

VANESSA YIDA

**NORMAS LEXICAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:  
UMA DESCRIÇÃO DE REGIONALISMOS NOS DADOS DO CAMPO  
SEMÂNTICO DA ALIMENTAÇÃO E COZINHA DO PROJETO ATLAS  
LINGUÍSTICO DO BRASIL (ALiB)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Estudos da Linguagem, Área de concentração: Análise e Descrição Linguística da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Vanderci de Andrade.  
Aguilera  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul –  
UFMS

---

Prof. Dr. Valter Pereira Romano  
Universidade Federal de Lavras – UFLA

---

Profa. Dra. Loremi Loregian-Penkal  
Universidade Estadual do Centro-Oeste do  
Paraná – UNICENTRO

---

Profa. Dra. Fabiane Cristina Altino  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 22 de abril de 2019.

## AGRADECIMENTOS

No entrelaçar dos fios do tempo e das estações, várias conexões pessoais e acadêmicas foram estabelecidas. Todas contribuíram, em certa medida, com este desfecho, que abre caminho a novos rumos, em direção a uma contínua renovação de outras sementeiras.

À minha orientadora, Vanderci de Andrade Aguilera, esmerada condutora de minha pesquisa desde a especialização até o doutorado. Com muito zelo, foi mentora de minha formação em variados âmbitos da experiência humana, ultrapassando a rigidez academicista.

À professora Aparecida Negri Isquerdo, outra grande mestra que, com grande esmero, acompanha minha trajetória desde a especialização e vem somando conhecimento e dedicação nesse percurso. Agradecida igualmente pelas inquietações sugeridas no SEDATA e na qualificação da tese.

À professora Fabiane Cristina Altino, que me acompanha desde a graduação, quando era nossa querida “Iracema”. Agradeço ainda pelas sugestões por ocasião do SEDATA e do exame de qualificação.

Ao professor Valter Romano, a quem considero um exímio pesquisador, muitas graças por aceitar avaliar o meu trabalho, você é um exemplo de seriedade e persistência a ser seguido.

À professora Loremi Loregian-Penkal, agradeço por ter aceitado compor a banca de defesa e pelas preciosas contribuições para o refinamento da tese.

Aos dois professores membros da banca de qualificação, Prof. Felício Wessling Margotti e Prof. Abdelhak Razky, que muito contribuíram com novos olhares a respeito da tese, na ocasião do exame de qualificação.

Ao professor Salah Mejri e aos demais membros do Laboratório TTN (*Textes, Théories, Numérique*), e do lado brasileiro, à doce professora Marcela Moura Torres Paim, que me brindaram com a oportunidade de conhecer outras culturas e novos estudos.

Aos queridos Inès Sfar, Lichao Zhu, Abdelhadi Rouam e Imen Mizouri por serem tão atenciosos e gentis durante a estadia na Paris 13. Muito conhecimento e afeição foram partilhados: “ça me fait chaud au coeur de penser à vous”.

À Equipe ALiB, composta por incansáveis desbravadores da riqueza de nossos falares, que autorizou a utilização dos dados do Projeto.

À Camila André do Nascimento da Silva, por ser uma companhia tão amorosa e ponderada nesses dias parisienses. Sem você, “profiter Paris” não teria as mesmas luzes.

À minha família, minha mãe, meus irmãos, meus amados avós, que tanto torcem e se orgulham de meus esforços.

A todos do meu lado Brugnerotto de ser: dona Luizette, Angelica, Carlão, Catia, Daniel, Tati, Ayanne, Tchuca e os demais, por serem minha segunda família, guarida de fé e amor.

Ao amigo geógrafo Maurício Polidoro, pelo auxílio na confecção de cartas linguísticas para publicação nos artigos.

Aos amigos da caminhada da vida, da academia, tesouros herdados da UEL: Juliana Franco, Greize, Valter, Hélen, Celciane, Myriam, Michelli, Mariana, Amanda Chofard, Eloisa Hamasaki, Dayse, Taci e Flávio Brandão.

À Taciane, Isamar Neiva, Eliane Costa, que auxiliaram nas dúvidas quanto à burocracia francesa; de fato, a experiência foi inesquecível.

Ao Rodrigo, Valter e Nathan, pela criação do programa SGVCLin e por terem disponibilizado a sua utilização.

Aos amigos do 2ème étage da Maison du Brésil, funcionários e agregados, especialmente, Lúcio de Abreu Corrêa, Mariela Piccin, Willian Antunes, Diogo, Nayara, Leila, Rodrigues, Larissa, Jana, Lucas, Carlos, Mari. Foi uma dádiva conhecer pessoas de vários recantos do Brasil, com tanto conhecimento e carinho para ser repartido.

Aos queridos Leo, Daniel e André que me auxiliaram ao final da tese, quanto aos problemas técnicos.

Aos professores e funcionários do PPGEL, por toda a base e apoio durante esses anos.

À Fundação Araucária e à CAPES-COFECUB, que fomentaram minha pesquisa durante o decurso no Brasil e nos sete meses do Doutorado sanduíche.

Ao meu nobre companheiro de jornada, André Luís Karpinski, pela compreensão e paciência; não consigo imaginar outra realidade sem a sua presença.

Aos informantes que, ao conceder as entrevistas, dividiram um pouco de sua sabedoria *sui generis*, repertoriando em sua fala, matizes dos vários recônditos brasileiros.

*No descomeço era o verbo.  
Só depois é que veio o delírio do verbo.  
O delírio do verbo estava no começo, lá  
onde a criança diz: Eu escuto a cor dos  
passarinhos.  
A criança não sabe que o verbo escutar não  
funciona para cor, mas para som.  
Então se a criança muda a função de um  
verbo, ele delira.  
E pois.  
Em poesia que é voz de poeta, que é a voz  
de fazer nascimentos –  
O verbo tem que pegar delírio.*

*(Manoel de Barros)*

*Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe:  
pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está  
em toda a parte.*

*(João Guimarães Rosa)*

YIDA, Vanessa. **Normas lexicais no português brasileiro**: uma descrição de regionalismos nos dados do campo semântico da Alimentação e Cozinha do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). 2019. 398 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019. 2 v.

## RESUMO

O conceito de norma linguística, sistematizado e somado à dicotomia saussuriana (*langue* e *parole*) por Coseriu (1979), propõe a noção de norma atrelada a realizações comuns que integram a comunidade linguística. Com base nessa concepção, a língua pode abarcar variadas normas lexicais, que se relacionam às formas habituais de comunicação, associando os registros da comunidade linguística ao espaço sócio-geográfico. Sob esse prisma, as normas linguísticas interpenetram-se e a sua documentação revela as formas mais produtivas e mais disseminadas em espaço areal, as normas gerais, e as normas regionais, usos linguísticos vinculados a comunidades restritas a determinados espaços (BIDERMAN, 2001c), e que são denominados regionalismos. Esta tese, pautada nos pressupostos teórico-metodológicos da Geolinguística e da Lexicologia, tem como objetivo central discutir a respeito da noção de norma geral, normas regionais e normas locais, a partir da análise da distribuição espacial das variantes lexicais coletadas como respostas para cinco questões da área semântica da Alimentação e Cozinha do Questionário Semântico Lexical (QSL) do Projeto ALiB, nas entrevistas realizadas em 250 cidades no interior e capitais do Brasil contempladas pelo projeto. Trata-se das questões que buscam designações para: 179 (*curau com coco*), 180 (*curau sem coco*), 181 (*mugunzá/canjica*), 185 (*bala*) e 186 (*pão francês*) (COMITÉ NACIONAL DO ALiB, 2001). Como objetivos específicos, buscamos: (i) identificar as possíveis normas gerais, normais regionais e locais para nomear os conceitos descritos em cada uma das questões em estudo; (ii) delimitar normas lexicais cotejando sua distribuição espacial à divisão do Brasil em regiões culturais, segundo Diégues Junior (1960), às áreas de formação humana vinculadas à base econômica, conforme Ribeiro (2006), bem como, à divisão dialetal de Nascentes (1953); (iii) fornecer material linguístico para atualização de marcas de uso em dicionários; (iv) classificar as unidades lexicais complexas, possíveis sequências fixas, quanto ao grau de fixidez e critérios de transparência/opacidade (MEJRI, 1997). Para dar cumprimento aos objetivos, analisamos os dados do Projeto ALiB, coletados na fala de 1000 informantes com escolaridade fundamental, estratificados segundo os parâmetros estabelecidos pelo projeto. No cômputo geral, foram obtidas 4735 ocorrências para 77 variantes, contabilizando as formas rotuladas como *outras*. A análise do *corpus* demonstrou que: (i) a elaboração de uma série de cartas linguísticas pode subsidiar a interpretação de áreas delimitadas por isoléxicas e evidenciar possíveis normais gerais, normas regionais e locais; (ii) as variantes documentadas apresentaram comportamento distinto, tendo sido verificada a integração de normas lexicais gerais para as questões 185 (*bala*) e 186 (*pão francês*) e em todas as perguntas foram observadas algumas formas regionais; (iii) tendo em vista o caráter fluido da distribuição das variantes lexicais, que seguem a dinâmica das populações, muitas formas regionais disseminaram-se para mais de uma área geográfica; (iv) apenas algumas áreas demarcadas por isoléxicas coincidiram com as divisões estipuladas por Nascentes (1953), Diégues Junior

(1960) e Ribeiro (2006); (v) as obras lexicográficas consultadas auxiliaram na identificação das variantes e sua validação; (vi) a maioria das estruturas morfológicas das unidades complexas segue um paradigma recorrente e as formas candidatas a sequências fixas atenderam ao critério de composicionalidade e transparência.

**Palavras-chave:** Normas lexicais. Regionalismos. Alimentação e cozinha. Atlas linguístico do Brasil. Geolinguística.

YIDA, Vanessa. **Lexicals norms in Brazilian Portuguese**: a description of regionalisms of Food and Cooking's field semantic data from the Linguistic Atlas of Brazil Project (ALiB). 2019. 398 p. Thesis (Doctoral Degree in Language Studies) – State University of Londrina, Londrina, 2019. 2 v.

## ABSTRACT

The linguistic norm's concept, systematized and added to the Saussure's dichotomy (*langue* and *parole*) by Coseriu (1979), proposes the interpretation of norm as expressions that integrates the linguistic community. By this concept, the language may include various lexicals norms that are related to the communication habituals forms, connecting the linguistic community's uses to the social geographic space. From this particular angle, the linguistic norms interpenetrate and his documentation reveals the forms more productive and disseminated in the territorial space, the general norms, and the regionals norms, linguistic uses linked to communities that lives in certains spaces (BIDERMAN, 2001c), and are called regionalisms. This reserach, guided on theoretical and methodological assumption of Geolinguistic and Lexicology, has as central objective discuss about the general norms, regionals norms and locals norms notion from analyses of space distribution of lexicals variants collected as aswers to five questions of Food and Cooking's semantic field from ALiB's Lexical-Semantic Questionnaire (LSQ), on interviews realized on 250 cities (country and capitals) from Brazil. The questions search for variants to: 179 (*curau with coconut*), 180 (*curau without coconut*), 181(*mugunzá/canjica*), 185 (*candy*) e 186 (french bread) (COMITÉ NACIONAL DO ALiB, 2001). The specific objectives are: (i) to identify the possibles general, regional and local norms, to name the concept of each question; (ii) to delimit lexicals norms that may coincide with the division of Brazil in culturals regions, according to Diégues Junior (1960), the áreas of human formation associated to economic bases from Ribeiro (2006), as well as, with the dialectal division of Nascentes (1953); (iii) to provide linguistic material, to refresh the usage labels on dictionaries; (iv) to classify the complex lexicals units, possible fixed sequences, as the fixity degree and criterions of transparency/opacity (MEJRI, 1997). To reach the objectives, we analysed the data from ALiB Project, collected on the speech of 1000 interviewedes with elementary school, stratified according to parameters established by the project. In total, were obtained 4735 occurences to 77 variants, counting he forms labelled as "others". The analysis of *corpus* demonstrates that: (i) the elaboration of a number of linguistic maps may support the interpretation of area delimited by isolexicals and confirm possible general, regional or local norms; (ii) the variants documented present conduct distinct, we also verified the integration of general lexical norms to the questions 185 (*candy*) and 186 (*french bread*) and in all the questions, we verified some regional forms; (iii) having in mind the fluent character of lexical variants' distribution, that follow the population movement, many regional forms disseminate to more than one geographic area; (iv) just any areas demarcated by isolexicals coincided with the division stipulated by Nascentes (1953), Diégues Junior (1960) and Ribeiro (2006); (v) the dictionaries consulted assisted on identify the variants and validate them, by analyzing the sense into each meaning; (vi) the majority of complex unities' morphological structures follow a recurrent paradigm and the applicant forms to fixed sequences served to the composicionality and transparency criterion.

**Key-words:** Lexicals norms. Regionalisms. Food and cooking. Linguistic atlas of Brazil. Geolinguistic.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Caminhos do povoamento do sertão Nordestino a partir de Olinda e Salvador.....	37
<b>Figura 2</b> – Roteiro das bandeiras de Raposo Tavares .....	40
<b>Figura 3</b> – Imigração no Brasil (1881-1930) .....	52
<b>Figura 4</b> – Principais fluxos migratórios, no período de 1950-1970.....	56
<b>Figura 5</b> – Principais fluxos migratórios, no período de 1970-1990.....	57
<b>Figura 6</b> – Regiões culturais do Brasil.....	59
<b>Figura 7</b> – Divisão dialetal de Nascentes (1953).....	64
<b>Figura 8</b> – Esquema do <i>continuum</i> de fixidez (MEJRI, 1997) .....	129
<b>Figura 9</b> – Figura 9: Base de dados do <i>Excell</i> questão 185 – Região Nordeste.....	136
<b>Figura 10</b> – Exemplo de carta experimental monodimensional diatópica - variantes para a questão 179 – <i>canjica/mingau/curau com coco</i> Região Norte .....	137
<b>Figura 11</b> – Exemplo de carta experimental de arealidade gradual – questão 179 – distribuição areal para <i>curau de milho</i> .....	138
<b>Figura 12</b> – Excerto de carta experimental monodimensional diatópica (representação por meio de gráficos de pizza) .....	138
<b>Figura 13</b> – Excerto de carta experimental monodimensional diatópica (Questão 186 – Região Nordeste – 6 variantes mais produtivas) .....	139
<b>Figura 14</b> – <i>Curau/canjica com coco</i> .....	146
<b>Figura 15</b> – Produtividade geral para a questão 179 QSL ( <i>curau com coco</i> ) na Região Norte .....	154
<b>Figura 16</b> – Produtividade geral para a questão 179 QSL ( <i>curau com coco</i> ) na Região Nordeste .....	155
<b>Figura 17</b> – Produtividade geral para a questão 179 QSL ( <i>curau com coco</i> ) na Região Centro-Oeste .....	156
<b>Figura 18</b> – Produtividade geral para a questão 179 QSL ( <i>curau com coco</i> ) na Região Sudeste.....	156
<b>Figura 19</b> – Produtividade geral para a questão 179 QSL ( <i>curau com coco</i> ) na Região Sul.....	157
<b>Figura 20</b> – Carta Linguística 071 – <i>Curau com coco</i> do ALTTI (2015) .....	166

<b>Figura 21</b> – <i>Curau/ mingau/ canjica</i> sem coco .....	170
<b>Figura 22</b> – Produtividade geral para a questão 180 QSL ( <i>curau/canjica</i> sem coco) na Região Norte.....	173
<b>Figura 23</b> – Produtividade geral para a questão 180 QSL ( <i>curau/canjica</i> sem coco) na Região Nordeste.....	174
<b>Figura 24</b> – Produtividade geral para a questão 180 QSL ( <i>curau/ canjica</i> sem coco) na Região Centro-Oeste.....	175
<b>Figura 25</b> – Produtividade geral para a questão 180 QSL ( <i>curau/ canjica</i> sem coco) na Região Sudeste .....	175
<b>Figura 26</b> – Produtividade geral para a questão 180 QSL ( <i>curau/ canjica</i> sem coco) na Região Sul .....	176
<b>Figura 27</b> - <i>Canjica/ mugunzá</i> .....	187
<b>Figura 28</b> – Produtividade geral para a questão 181 QSL ( <i>canjica/ mugunzá</i> ) na Região Norte .....	193
<b>Figura 29</b> – Produtividade geral para a questão 181 QSL ( <i>canjica/ mugunzá</i> ) na Região Nordeste .....	194
<b>Figura 30</b> – Produtividade geral para a questão 181 QSL ( <i>canjica/ mugunzá</i> ) na Região Centro-Oeste .....	194
<b>Figura 31</b> – Produtividade geral para a questão 181 QSL ( <i>canjica/ mugunzá</i> ) na Região Sudeste.....	195
<b>Figura 32</b> – Produtividade geral para a questão 181 QSL ( <i>canjica/ mugunzá</i> ) na Região Sul.....	196
<b>Figura 33</b> – Carta Linguística 072 – <i>Canjica</i> do ALTTI (2015) .....	199
<b>Figura 34</b> – Mapeamento das variantes <i>mungunzá</i> e <i>mingau</i> , no banco de dados do <i>Atlas Geossociolinguístico Quilombola do Nordeste do Pará</i> , de Marcelo Pires Dias (2015) .....	204
<b>Figura 35</b> – Carta linguística L62 do ALAP (2017) .....	205
<b>Figura 36</b> – <i>Bala/bombom</i> .....	213
<b>Figura 37</b> – Produtividade geral para a questão 185 QSL ( <i>bala/bombom</i> ) na Região Norte .....	217
<b>Figura 38</b> – Produtividade geral para a questão 185 QSL ( <i>bala/bombom</i> ) na Região Nordeste .....	217
<b>Figura 39</b> – Produtividade geral para a questão 185 QSL ( <i>bala/bombom</i> ) na Região Centro-Oeste .....	218

<b>Figura 40</b> – Produtividade geral para a questão 185 QSL ( <i>bala/bombom</i> ) na Região Sudeste.....	218
<b>Figura 41</b> – Produtividade geral para a questão 185 QSL ( <i>bala/bombom</i> ) na Região Sul.....	219
<b>Figura 42</b> – Carta Linguística 074 – <i>bala</i> do ALTTI (2015).....	221
<b>Figura 43</b> – Carta linguística L65 do ALAP (2017) .....	225
<b>Figura 44</b> – Carta linguística 175 – <i>bala</i> , do ALEAL (2017) .....	229
<b>Figura 45</b> – Variantes para <i>caramelo</i> – <i>caramel</i> (rebuçado) Baptista (1967) .....	234
<b>Figura 46</b> – <i>Pão francês</i> .....	237
<b>Figura 47</b> – Produtividade geral para a questão 186 QSL ( <i>pão francês</i> ) na Região Norte .....	243
<b>Figura 48</b> – Produtividade geral para a questão 186 QSL ( <i>pão francês</i> ) na Região Nordeste .....	244
<b>Figura 49</b> – Produtividade geral para a questão 186 QSL ( <i>pão francês</i> ) na Região Centro-Oeste .....	245
<b>Figura 50</b> – Produtividade geral para a questão 186 QSL ( <i>pão francês</i> ) na Região Sudeste.....	245
<b>Figura 51</b> – Produtividade geral para a questão 186 QSL ( <i>pão francês</i> ) na Região Sul.....	246
<b>Figura 52</b> – Carta Linguística 075 – <i>Pão francês</i> do ALTTI (2015) .....	253
<b>Figura 53</b> – Carta linguística 176 <i>pão francês</i> do ALEAL (2017) .....	261

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Porcentagem da distribuição de pontos de inquérito e de número de informantes do Projeto ALiB por Região .....	135
<b>Gráfico 2</b> – Produtividade geral - respostas e não respostas à questão 179 do QSL .....	153
<b>Gráfico 3</b> – Produtividade geral - respostas e não respostas à questão 180 do QSL .....	173
<b>Gráfico 4</b> – Produtividade geral - respostas e não respostas à questão 181 do QSL .....	192

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	–	Produtividade geral das variantes (questão 179 do QSL) .....	152
<b>Tabela 2</b>	–	Produtividade geral das variantes (questão 180 do QSL) .....	172
<b>Tabela 3</b>	–	Produtividade geral das variantes (questão 181 do QSL) .....	191
<b>Tabela 4</b>	–	Produtividade geral das variantes (questão 185 do QSL) .....	216
<b>Tabela 5</b>	–	Produtividade geral das variantes (questão 186 do QSL) .....	242

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Comparação entre as principais características da Dialetologia tradicional e da Dialetologia moderna ou contemporânea .....	85
<b>Quadro 2</b> – Ocorrências e porcentagem de variantes para <i>pão francês</i> (ALTINO, 2016, no prelo) .....	97
<b>Quadro 3</b> – Perfil dos informantes (interior) .....	133
<b>Quadro 4</b> - Perfil dos informantes (capitais) .....	133
<b>Quadro 5</b> – Agrupamentos lexicais de variantes para a questão 179 do QSL .....	150
<b>Quadro 6</b> – Agrupamentos lexicais de variantes para a questão 180 do QSL .....	171
<b>Quadro 7</b> – Agrupamentos lexicais de variantes para a questão 181 do QSL .....	190
<b>Quadro 8</b> – Agrupamentos lexicais de variantes para a questão 185 do QSL .....	216
<b>Quadro 9</b> – Agrupamentos lexicais de variantes para a questão 186 do QSL .....	240

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Acre
ADDU	Atlas Linguístico Diatópico y Diastrático del Uruguay
AIS	Sprach und Sachatlas Italiens und der Südschweiz
AL	Alagoas
ALAM	Atlas Lingüístico do Amazonas
ALAP	Atlas Linguístico do Amapá
ALEA	Atlas Lingüístico y Etnográfico de Andalucía
ALEAL	Atlas Linguístico do Estado de Alagoas
ALECE	Atlas Linguístico do Estado do Ceará
ALECMAN	Atlas Lingüístico y etnográfico de Castilla-La Mancha
ALERS	Atlas Lingüístico Etnográfico da Região Sul do Brasil
ALF	Atlas linguistique de la France
ALGR	Atlas Lingüístico Guarani-Românico
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALiTETTO	Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins
ALMA-H	Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch
ALMex	Atlas Lingüístico de México
ALMS	Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul
ALPB	Atlas Lingüístico da Paraíba
ALPR	Atlas Lingüístico do Paraná
ALS	Atlas Lingüístico de Sergipe
ALTTI	Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico
AM	Amazonas
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
BA	Bahia
CA	Carta de arealidade
CAG	Carta de arealidade gradual
CD	Carta diatópica
CE	Ceará
DDB	Dicionário Dialetal Brasileiro
EALMG	Esboço de um Atlas lingüístico de Minas Gerais

ES	Espírito Santo
GO	Goiás
HARAS	Homem, adulto, rurícola, analfabeto, sedentário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NALF	Nouvel Atlas Linguistique de la France par régions
NORM	<i>Non-mobile, older, rural, male</i>
NURC	Norma urbana linguística culta
PA	Pará
PB	Português brasileiro
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PE	Português europeu
PI	Piauí
PR	Paraná
QFF	Questionário fonético-fonológico
QMS	Questionário morfossintático
QSL	Questionário Semântico-Lexical
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SERGEL	Seminário Regional de Geossociolinguística
SGVCLin	Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas
SP	São Paulo
TO	Tocantins
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia

UFC	Universidade Federal do Ceará
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
VARSUL	Varição Lingüística Urbana na Região Sul
VDCO	Vocabulário Dialetal do Centro-Oeste

## SUMÁRIO (Volume 1)

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	26
<b>CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS</b> .....	33
1.1 ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA.....	34
1.1.1 A Ocupação Espacial Nos Primeiros Séculos da Colonização.....	35
1.2 FATORES COADJUVANTES NO POVOAMENTO DO INTERIOR DO BRASIL .....	36
1.2.1 A Criação De Gado.....	36
1.2.2 O Movimento Bandeirante .....	39
1.2.3 A Contribuição Fluvial No Povoamento .....	41
1.2.4 Tropeirismo.....	42
1.2.5 O Ciclo Do Ouro .....	43
1.2.6 A Grande Lavoura E O Assentamento Populacional .....	45
1.2.7 O Ciclo Do Café.....	47
1.2.8 O Ciclo Da Borracha.....	49
1.2.9 A Imigração .....	50
1.2.10 A Migração .....	53
1.3 O CONTEXTO HISTÓRICO, CULTURAL E ECONÔMICO .....	58
1.4 PROPOSTAS DE DIVISÃO DIALETAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO .....	63
<b>CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTOS LINGÜÍSTICOS</b> .....	67
2.1 EM BUSCA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO .....	68
<b>CAPÍTULO 3 - A GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA: PALAVRAS INTRODUTÓRIAS</b> .....	78
3.1 O SURGIMENTO DA DIALETOLOGIA E DA METODOLOGIA DA GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA: DESDOBRAMENTOS.....	78
3.2 A DIALETOLOGIA NO BRASIL: FASES DOS ESTUDOS DIALETAIS .....	81
3.3 SITUANDO A DIALETOLOGIA E A GEOLINGÜÍSTICA .....	82
3.4 O PROJETO ALIB E A PLURIDIMENSIONALIDADE .....	84

3.5	OS ATLAS LINGUÍSTICOS BRASILEIROS E OS ESTUDOS GEOLINGUÍSTICOS COM BASE EM CORPUS DO ALIB: A ABORDAGEM DO CAMPO SEMÂNTICO DA ALIMENTAÇÃO E COZINHA .....	87
-----	--	----

**CAPÍTULO 4 SUBSÍDIOS PARA O TRATAMENTO DAS NORMAS LEXICAIS: NORMA GERAL E REGIONAL E OUTROS ESTUDOS**

	<b>LEXICAIS</b> .....	100
4.1	A NORMA LINGUÍSTICA: SUMÁRIO HISTÓRICO .....	101
4.1.1	A Norma Ou As Normas: A Pluralidade De Concepções .....	103
4.2 A	QUESTÃO DOS BRASILEIRISMOS E O EXAME DE OUTROS ESTUDOS A RESPEITO DOS REGIONALISMOS .....	108
4.2.1	Em Busca Do Falar Regional: A Contribuição Do Projeto ALiB.....	118
4.3 A	LEXICOLOGIA E OUTROS ESTUDOS DO LÉXICO .....	123
4.3.1	A Lexicologia e a Teoria dos Campos Léxicos .....	123
4.3.2	Notas sobre a Fraseologia.....	127

**CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA** .....

5.1	CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	131
5.1.1	Perfil Dos Informantes .....	132
5.1.2	Rede De Pontos e Distribuição do Número De Localidades e Informantes..	134
5.2	MONTANTE DE DADOS.....	135
5.3	ORGANIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS E CARTOGRAFAÇÃO LINGUÍSTICA .....	136
5.3.1	Dados Considerados .....	140
5.4	PASSOS DA PESQUISA.....	141

**CAPÍTULO 6 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS** .....

6.1	QUESTÃO 179 – <i>CANJICA/MINGAU/CURAU</i> COM COCO .....	146
6.1.1	Notas Sobre o Milho .....	146
6.1.2	Análise Da Questão 179 - <i>Canjica/Mingau/Curau</i> Com Coco .....	148
6.2	QUESTÃO 180 – <i>CURAU/CANJICA</i> SEM COCO.....	170
6.2.1	Análise Da Questão 180 – <i>Curau/Canjica</i> Sem Coco.....	170

6.3	QUESTÃO 181 – <i>CANJICA/MUGUNZÁ</i> .....	187
6.3.1	Notas sobre a <i>canjica/mugunzá</i> .....	187
6.3.2	Análise Da Questão 181 – <i>Canjica/Mugunzá</i> .....	189
6.4	QUESTÃO 185 – <i>BALA/BOMBOM</i> .....	213
6.4.1	Notas sobre a <i>bala</i> .....	213
6.4.2	Análise da questão 185 – <i>bala/bombom</i> .....	214
6.5	QUESTÃO 186 – <i>PÃO FRANCÊS</i> .....	237
6.5.1	Notas sobre o <i>pão francês</i> .....	237
6.5.2	Análise da questão 186 – <i>pão francês</i> .....	239
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	267
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	274

## SUMÁRIO (Volume 2)

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>BASES CARTOGRÁFICAS</b> .....	13
	BASE 1 – REDE DE PONTOS – BRASIL .....	14
	BASE 2 – REDE DE PONTOS – REGIÃO NORTE.....	15
	BASE 3 – REDE DE PONTOS – REGIÃO NORDESTE .....	16
	BASE 4 – REDE DE PONTOS – REGIÃO CENTRO-OESTE.....	17
	BASE 5 – REDE DE PONTOS – REGIÃO SUDESTE .....	18
	BASE 6 – REDE DE PONTOS – REGIÃO SUL .....	19
<b>3</b>	<b>REDE DE PONTOS LINGUÍSTICOS</b> .....	20
3.1	REDE DE PONTOS LINGUÍSTICOS (BRASIL) .....	21
<b>4</b>	<b>CARTAS LINGUÍSTICAS</b> .....	34
	(Carta CD1/179) Carta diatópica 1 – Questão 179 – <i>canjica/mingau/curau</i> com coco – Região Norte .....	35
	(Carta CD2/179) Carta diatópica 2 – Questão 179 – <i>canjica/mingau/curau</i> com coco – Região Nordeste.....	36
	(Carta CD3/179) Carta diatópica 3 – Questão 179 – <i>canjica/mingau/curau</i> com coco – Região Centro-Oeste.....	37
	(Carta CD4/179) Carta diatópica 4 – Questão 179 – <i>canjica/mingau/curau</i> com coco – Região Sudeste .....	38
	(Carta CD5/179) Carta diatópica 5 – Questão 179 – <i>canjica/mingau/curau</i> com coco – Região Sul.....	39
	(Carta CAG1/179) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 179 – <i>canjica de milho</i> .....	40
	(Carta CAG2/179) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 179 – <i>mingau de milho</i> .....	41
	(Carta CAG3/179) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 179 – <i>curau de milho</i> .....	42
	(Carta CAG4/179) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 179 – <i>papa de milho</i> .....	43

(Carta CAG5/179) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 179 – <i>angu</i> .....	44
(Carta CAG6/179) Carta de arealidade gradual 6 - Questão 179 – <i>mugunzá</i> .....	45
(Carta CA1/179) Carta de arealidade 1 - Questão 179 – <i>canjica/</i> <i>mingau de milho</i> .....	46
(Carta CD1/180) Carta diatópica 1 – Questão 180 – <i>curau/mingau/canjica</i> sem coco – Região Norte .....	47
(Carta CD2/180) Carta diatópica 2 – Questão 180 – <i>curau/mingau/canjica</i> sem coco – Região Nordeste.....	48
(Carta CD3/180) Carta diatópica 3 – Questão 180 – <i>curau/mingau/canjica</i> sem coco – Região Centro-Oeste.....	49
(Carta CD4/180) Carta diatópica 4 – Questão 180 – <i>curau/mingau/canjica</i> sem coco – Região Sudeste .....	50
(Carta CD5/180) Carta diatópica 5 – Questão 180 – <i>curau/mingau/canjica</i> sem coco – Região Sul.....	51
(Carta CAG1/180) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 180 – <i>curau</i> .....	52
(Carta CAG2/180) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 180 – <i>mingau/ mingau de milho</i> .....	53
(Carta CAG3/180) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 180 – <i>canjica</i> .....	54
(Carta CAG4/180) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 180 – <i>angu</i> .....	55
(Carta CAG5/180) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 180 – <i>papa/ papa de milho</i> .....	56
(Carta CA1/180) Carta de arealidade 1 - Questão 180 – <i>curau/</i> <i>mingau de milho</i> .....	57
(Carta CD1/181) Carta diatópica 1 – Questão 181 – <i>canjica/mugunzá</i> – Região Norte .....	58
(Carta CD2/181) Carta diatópica 2 – Questão 181 – <i>canjica/mugunzá</i> – Região Nordeste.....	59
(Carta CD3/181) Carta diatópica 3 – Questão 181 – <i>canjica/mugunzá</i> – Região Centro-Oeste.....	60

(Carta CD4/181) Carta diatópica 4 – Questão 181 – <i>canjica/mugunzá</i> – Região Sudeste .....	61
(Carta CD5/181) Carta diatópica 5 – Questão 181 – <i>canjica/mugunzá</i> – Região Sul .....	62
(Carta CAG1/181) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 181 – <i>canjica</i> .....	63
(Carta CAG2/181) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 181 – <i>mugunzá</i> .....	64
(Carta CAG3/181) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 181 – <i>chá de burro</i> .....	65
(Carta CAG4/181) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 181 – <i>mingau de milho</i> .....	66
(Carta CAG5/181) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 181 – <i>mingau maranhense</i> .....	67
(Carta CAG6/181) Carta de arealidade gradual 6 - Questão 181 – <i>ui- ui</i> .....	68
(Carta CAG7/181) Carta de arealidade gradual 7 - Questão 181 – <i>canjicão</i> .....	69
(Carta CAG8/181) Carta de arealidade gradual 8 - Questão 181 – <i>canjicada</i> .....	70
(Carta CA1/181) Carta de arealidade 1 - Questão 181 – <i>mugunzá salgado/ canjica salgada</i> .....	71
(Carta CA2/181) Carta de arealidade 2 - Questão 181 – <i>canjica/ mugunzá</i> .....	72
(Carta CD1/185) Carta diatópica 1 – Questão 185 – <i>bala/bombom</i> – Região Norte .....	73
(Carta CD2/185) Carta diatópica 2 – Questão 185 – <i>bala/bombom</i> – Região Nordeste.....	74
(Carta CD3/185) Carta diatópica 3 – Questão 185 – <i>bala/bombom</i> – Região Centro-Oeste.....	75
(Carta CD4/185) Carta diatópica 4 – Questão 185 – <i>bala/bombom</i> – Região Sudeste .....	76
(Carta CD5/185) Carta diatópica 5 – Questão 185 – <i>bala/bombom</i> – Região Sul .....	77

(Carta CAG1/185) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 185 – <i>bala</i> .....	78
(Carta CAG2/185) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 185 – <i>bombom</i> .....	79
(Carta CAG3/185) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 185 – <i>confeito</i> .....	80
(Carta CAG4/185) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 185 – <i>caramelo</i> .....	81
(Carta CAG5/185) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 185 – <i>queimado</i> .....	82
(Carta CA1/185) Carta de arealidade 1 - Questão 185 – <i>bala/ bombom</i> .....	83
(Carta CD1/186) Carta diatópica 1 – Questão 186 – <i>pão francês</i> - Região Norte .....	84
(Carta CD2.1/186) Carta diatópica 2.1 – Questão 186 – <i>pão francês</i> - Região Nordeste (6 variantes mais produtivas .....	85
(Carta CD2.2/186) Carta diatópica 2.2 – Questão 186 – <i>pão francês</i> - Região Nordeste (6 variantes menos produtivas .....	86
(Carta CD3/186) Carta diatópica 3 – Questão 186 – <i>pão francês</i> - Região Centro-Oeste.....	87
(Carta CD4.1/186) Carta diatópica 4.1 – Questão 186 – <i>pão francês</i> - Região Sudeste (5 variantes mais produtivas .....	88
(Carta CD4.2/186) Carta diatópica 4.2 – Questão 186 – <i>pão francês</i> - Região Sudeste (6 variantes menos produtivas .....	89
(Carta CD5/186) Carta diatópica 5 – Questão 186 – <i>pão francês</i> - Região Sul .....	90
(Carta CAG1/186) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 186 – <i>pão francês</i> .....	91
(Carta CAG2/186) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 186 – <i>pão</i> .....	92
(Carta CAG3/186) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 186 – <i>pão de sal</i> .....	93
(Carta CAG4/186) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 186 – <i>cacetinho</i> .....	94

(Carta CAG5/186) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 186 – <i>pão carioca</i> .....	95
(Carta CAG6/186) Carta de arealidade gradual 6 - Questão 186 – <i>pão d'água</i> .....	96
(Carta CAG7/186) Carta de arealidade gradual 7 - Questão 186 – <i>pão pequeno</i> .....	97
(Carta CAG8/186) Carta de arealidade gradual 8 - Questão 186 – <i>pão careca</i> .....	98
(Carta CAG9/186) Carta de arealidade gradual 9 - Questão 186 – <i>pão massa grossa</i> .....	99
(Carta CAG10/186) Carta de arealidade gradual 10 - Questão 186 – <i>filão</i> .....	100
(Carta CAG11/186) Carta de arealidade gradual 11 - Questão 186 – <i>média</i> .....	101
(Carta CAG12/186) Carta de arealidade gradual 12 - Questão 186 – <i>pão aguado</i> .....	102
(Carta CAG13/186) Carta de arealidade gradual 13 - Questão 186 – <i>pão de trigo</i> .....	103
(Carta CAG14/186) Carta de arealidade gradual 14 - Questão 186 – <i>bengalinha</i> .....	104
(Carta CAG15/186) Carta de arealidade gradual 15 - Questão 186 – <i>brizolinha</i> .....	105
(Carta CAG16/186) Carta de arealidade gradual 16 - Questão 186 – <i>pão Jacó</i> .....	106
(Carta CA1/186) Carta de arealidade 1 - Questão 186 – <i>pão francês/ pão</i> .....	107

## INTRODUÇÃO

*No princípio foi a fome.[...] Depois da respiração, a primeira determinante vital é o alimento.  
(CASCUDO, 2011, p. 340)*

No princípio, foi o movimento, gerado pela necessidade. A necessidade de alimentar-se a fim de sobreviver, depois a ânsia de se comunicar, interagir e compartilhar experiências, com o propósito de fortalecer o grupo e a identidade. Cria-se um movimento que gera novos desassossegos, um novo que tem sede de perpétua renovação. Da mesma maneira, assim acontece com a língua, produto indivíduo-sociedade, que sempre se renova, recria-se e se perpetua por intermédio de seu uso e pela colaboração de cada ser humano que a usufrui, pela linguagem e fala: “cada pessoa possui, a rigor, a própria linguagem, de maneira que há tantas falas quantos são os indivíduos”. (SILVA NETO, 1956 [1938], p. 29).

A língua atua como mediadora da interação entre o indivíduo e a sociedade, pois, por meio dela, a realidade pode ser processada via comunicação linguística (PRETI, 2003). De fato, mediante o processo de denominação do meio circundante, a realidade adquiriu uma roupagem socialmente compartilhável. Ao nomeá-la tornamos possível a sua transmissão por meio de palavras e textos. Igualmente, Benveniste (1976, p. 27) contribui com sua afirmação a respeito do binômio língua e sociedade, sobre “o poder fundador da linguagem”, e a “essência imaterial” da palavra, a partir da qual decorrem todos os poderes, pois a organização social, bem como a compreensão da realidade pelo indivíduo, são possíveis graças à língua. Por meio da fala, o indivíduo insere-se em sua comunidade linguística e transfere saberes, transmutados em tradições. Na relação entre plano real e fala, Labov (2008) pontua que o meio gera a necessidade da fala e de novos modos de se expressar.

Ao refletir sobre a formação social e linguística brasileira, verificamos o amálgama linguístico e cultural que se apresenta entesourado na língua portuguesa falada no Brasil. Trata-se de um espólio, resultado de uma história colonial, com o advento da escravidão africana<sup>1</sup> e imigração de outros povos em períodos mais recentes que, somados aos portugueses e aos indígenas, culminaram na tessitura

---

<sup>1</sup> De acordo com Prado Junior (2008), possivelmente, os portugueses, ao adentrar a colônia no Brasil já trouxeram escravos africanos. Segundo o autor, em 1550, cerca de 10% da população em Lisboa era composta por escravos negros.

da colcha multiétnica da sociedade brasileira, que apresenta formação diversa em cada rincão do País. Acresce-se ao fato, a grande dimensão territorial, que contribui para a variação linguística (CAMARA JUNIOR, 1985), o “crescimento vertiginoso da população, migrações internas mais intensas” (ROSSI, s/d, p. 104), que fomentaram a “unidade na diversidade” e a “diversidade na unidade” (SILVA NETO, 1970, p. 236), pois, não obstante a multiplicidade de falares, existe uma coesão que garante a intercomunicação entre os falantes.

A feição regional pode ser descortinada por intermédio do léxico, campo mais aberto da linguagem (BIDERMAN, 1978, p. 18), suscetível à influência direta do meio biossocial do falante (SAPIR, 1971, p. 45; CAMARA JUNIOR, 1985, p. 25), revelando, por meio das denominações das quais se utiliza, sua idiosincrasia, bem como a realidade social e material que o rodeia. Dessa forma, as variantes regionais documentadas resultam da formação étnico-cultural que atua na diferenciação entre as regiões, transparecendo o meio em que o homem vive, os referentes que nomeia, consoante as realidades geográfico-espaciais da localidade em que reside, além da influência da atividade econômica que desenvolve (DIEGUES JUNIOR, 1980). Tal diferenciação entre os falares, que se integram singularizando o português falado no Brasil, permite-se fotografar por meio de mapas linguísticos e desvelar áreas delimitadas por isoléxicas que margeiam as diferenças étnicas e culturais de cada localidade, além de indicar rastros dos movimentos populacionais.

Constatada tal influência da variada composição étnico-econômico-cultural, que atua na diversificação do léxico, e o fato de o falante transparecer sua identidade por meio do emprego de regionalismos, necessário se faz retratar tais variantes lexicais, a fim de que a cultura regional possa ser reconhecida e reforçada.

De mesma maneira, ao tratar da alimentação e da cozinha brasileira, referimo-nos a “formas culturalmente estabelecidas que fazem parte de um sistema alimentar composto por um conjunto de técnicas, produtos, hábitos e comportamentos relativos à alimentação” (BOTELHO, 2007, p. 62). Contudo, tais formas não são estáticas, dadas as modificações pelas quais as sociedades passam e os intercâmbios que se estabelecem entre os diversos povos. A cozinha não é reduzida a “elementos cristalizados em tempo e espaço” (MACIEL, 2004, p. 27), isto é, as cozinhas fazem parte de um projeto coletivo e de um construto histórico, e estão sujeitas à contínua recriação.

Durante séculos, a vida foi celebrada em refeições solenes. Alimentar-se é um deleite muito importante à nossa sobrevivência e comentar sobre o alimento induz à fome. Por muito tempo, tradicionalmente, a reunião à mesa de cozinha foi um momento de diálogo e desfrute; familiares e convivas reuniam-se para contar histórias, transmitir conhecimento, perpetuar a tradição, celebrar, fazerem rezas, orações etc. Contudo, a ritualística do preparo caseiro de receitas tem se modificado, junto com a sociedade e os hábitos (FREYRE, 1976, p. 72-73). Com isso, um pouco da cultura ancestral se perde, referentes esvaem-se.

A história da humanidade funde-se à história da alimentação: receitas, ingredientes, sementes foram transportadas pelos desbravadores e imigrantes que, ao partilharem tradições, repartiram também o pão e semearam novos conhecimentos. Faz parte de um ritual socializar à mesa, comer e compartilhar o alimento, o pão, o sustento, o cotidiano. Desse modo, investigar as nuances das particularidades regionais espelhadas nas designações dos alimentos é desvelar um pouco da cultura que ainda permanece entesourada, perpassando representações coletivas, imaginários, crenças e costumes.

Esses dizeres revelam a convergência entre a alimentação e cozinha e a língua, como indissociáveis dos componentes cultural e social, que as encaminham para sucessiva renovação.

Cientes da relação intrínseca entre a alimentação e a cultura de um povo, transparecida nos usos linguísticos regionais, a equipe do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (doravante ALiB), projeto nacional e interinstitucional de cunho geolinguístico, buscou retratar, dentre outros fenômenos linguísticos, as variantes que nomeiam os referentes atrelados à alimentação, em doze questões voltadas a esse campo semântico. Além desse campo, foram abarcados variados outros, além de estudos a nível fonético-fonológico, morfossintático e de crenças e atitudes linguísticas, em entrevistas realizadas em pontos de inquérito distribuídos pelo território brasileiro.

Reafirmamos a relevância da escolha do *corpus* especificamente nessa área semântica, dada a importância de fixar e divulgar as denominações e os semas que as particularizam, pois os sentidos das palavras não são unívocos, mas estabilizam-se ou se modificam com o uso social. E a Geolinguística, por meio de cartas linguísticas, busca fotografar e perenizar traços dessas particularidades.

Assim, pois, conforme acentua Cardoso (2010), um dos objetivos norteadores do empreendimento geolinguístico do projeto é a interface de estudos geolinguísticos, como o Projeto ALiB, com outros ramos do saber, em busca de melhor esclarecer estudos científicos.

O advento da investigação da heterogeneidade e da mudança linguística forjou o exame das normas linguísticas, visto que a descrição do falar regional se atrela à noção da diversidade linguística. A questão dos regionalismos caminha junto à noção de variação linguística espacial, embora exista uma dificuldade em afunilar os critérios para classificar as variantes lexicais regionais enquanto regionalismos, base essa que esbarra na questão das normas linguísticas. Qual norma tomar como “padrão”? Norma, no sentido normal ou no sentido normativo? O sentido de norma, abarcado nesta tese, diz respeito aos efetivos usos linguísticos, ou seja, a norma coseriana. A profusão de nomenclaturas, diferentes critérios de comparação e de delimitação dessas formas e a lacuna quanto a uma ampla descrição da variação linguística com rigor metodológico foram os desafios que enfrentamos na elaboração desta tese. Desse modo, é importante esclarecer as denominações norma geral, norma regional e norma local e a relevância do critério contrastivo, adotados neste trabalho. Para a descrição das formas regionais, importa considerar o critério contrastivo, conforme Rona (1969), comparando a distribuição areal da forma mais produtiva aos fatos peculiares mais regionais. A norma geral diz respeito às formas linguísticas mais produtivas e mais disseminadas pelo território brasileiro; para a definição da norma regional, tomamos como parâmetro Isquerdo (2016), que a define como formas documentadas por falantes integrados em comunidades linguísticas geograficamente delimitadas, em áreas de variadas dimensões, caracterizando assim, um léxico singular e regional. A norma local apresenta uma delimitação espacial mais restrita a poucas localidades e menor produtividade.

Face ao exposto, emergem a seguinte hipótese e, a seguir, as perguntas que nortearam as reflexões deste trabalho:

(i) É possível descrever, com base na cartografia linguística, normas lexicais gerais, normas regionais e normas locais e haveria uma norma geral e normas regionais para nomear os referentes contemplados em cada uma das questões arroladas nesta tese.

(ii) As normas regionais podem caracterizar, concomitantemente, mais de uma área geolinguística?

(iii) As áreas delimitadas por isoléxicas coincidem com a divisão do Brasil em regiões culturais, segundo Diégues Junior (1960), os diferentes Brasis de Ribeiro (2006) e a divisão dialetal de Nascentes (1953)?

(iv) As palavras-entrada, dicionarizadas nas obras lexicográficas, dão conta de assessorar a delimitação das marcas de uso e especificidades semânticas para os itens lexicais obtidos na tese?

(v) As unidades lexicais complexas, candidatas a sequências fixas, documentadas pela pesquisa, estão em uma escala maior ou menor segundo o contínuo de fixidez, conforme Mejri (1997)?

Esta tese busca, como objetivo geral:

Discutir a respeito da noção de norma geral, normas regionais e normas locais, a partir da análise da distribuição espacial das variantes lexicais coletadas como respostas para cinco questões da área semântica da Alimentação e Cozinha do Questionário Semântico Lexical (QSL) do Projeto ALiB, nas entrevistas realizadas em 250 cidades no interior e capitais do Brasil contempladas<sup>2</sup> pelo projeto.

Como objetivos específicos, propomos:

(i) Identificar as possíveis normas gerais, normais regionais e locais para nomear os conceitos descritos em cada uma das questões em estudo;

(ii) Delimitar normas lexicais cotejando sua distribuição espacial à divisão do Brasil em regiões culturais, segundo Diégues Junior (1960), às áreas de formação humana vinculadas à base econômica, conforme Ribeiro (2006), bem como, à divisão dialetal de Nascentes (1953);

(iii) Fornecer material linguístico para atualização de marcas de uso em dicionários;

(iv) Classificar as unidades lexicais complexas, possíveis sequências fixas, quanto ao grau de fixidez e critérios de transparência/opacidade (MEJRI, 1997).

Diante disso, a escolha do campo semântico da Alimentação e Cozinha amparou-se na experiência pessoal como pesquisadora do projeto e no propósito de

---

<sup>2</sup> As capitais Palmas e Brasília não foram incluídas na rede de pontos do Projeto ALiB por serem localidades de formação recente.

dar continuidade aos estudos a respeito dessa área, iniciada durante a especialização (YIDA, 2006) e continuada no mestrado (YIDA, 2011), anteriormente, com os dados das capitais, e agora, ampliando a investigação rumo ao interior. A prática nesse campo permitiu selecionar as questões cujos resultados nas capitais indicavam possíveis formações de áreas lexicais. Ainda, com respeito à questão da norma linguística, a discussão a respeito da pluralidade de sentidos da expressão “norma” e a busca de uma definição de regionalismos são importantes, dada a relevância do tema. Nesse sentido, o estudo geolinguístico pode contribuir demonstrando a vitalidade dos usos linguísticos de modo empírico, retratando sua distribuição espacial por meio de mapas linguísticos.

A amostra é composta, pois, pelos dados obtidos nos 250 pontos de inquérito situados no interior e capitais do Brasil, em entrevistas orais coletadas pelas equipes do Projeto ALiB. O *corpus* para a pesquisa é formado pelas respostas dadas às questões: 179, 180, 181, 185 e 186 da área semântica da Alimentação e Cozinha, do Questionário Semântico-Lexical (doravante QSL) (COMITÊ NACIONAL, 2001), que buscam, respectivamente, designações para *curau/canjica com coco*, *curau/canjica sem coco*, *mugunzá/canjica*, *bala/bombom* e *pão francês*. Em cada localidade, foram entrevistados quatro informantes pelas equipes do projeto, contemplando as dimensões da variação diassexual e diageracional, totalizando 1000<sup>3</sup> informantes de nível fundamental de escolaridade.

Este trabalho está estruturado em dois volumes.

O primeiro volume compõe-se de seis capítulos, além das considerações finais e referências. Inicialmente, apresentamos os aspectos introdutórios, justificativa, objetivos, hipótese e perguntas da tese.

No capítulo 1 – Fundamentos históricos – traçamos um panorama geral da formação sócio-histórica e da ocupação territorial no Brasil, relacionando-as a fatores econômico-sociais e aos movimentos populacionais na delimitação fronteiriça, e ao traçado de regiões culturais por Diégues Junior (1960) e de formação humana atrelada à economia, por Ribeiro (2006) e algumas propostas de divisão dialetal do português brasileiro, como a apresentada por Nascentes (1953).

---

<sup>3</sup> Foram entrevistados pelas equipes do ALiB, no total, 1100 informantes, sendo 900 informantes nos pontos situados no interior e 200 informantes nas 25 capitais contempladas pelo projeto. Esta pesquisa abrange todos os informantes com perfil de ensino fundamental (sendo 1000), excetuando os 100 com ensino superior, a fim de não enviesar as análises.

No capítulo 2 – Fundamentos linguísticos, apresentamos um cenário do português brasileiro, focalizando a contribuição de variadas culturas em seu quadro lexical. O capítulo 3 – contempla um panorama geral de aspectos histórico-metodológicos gerais a respeito da Geolinguística, além dos Atlas linguísticos e outros estudos geolinguísticos no que se refere ao campo semântico da Alimentação e Cozinha.

No capítulo 4, tratamos da questão das normas linguísticas e a respeito da classificação de formas linguísticas enquanto brasileirismos/regionalismos, assim como, da Lexicologia, da Teoria dos Campos Léxicos e da Fraseologia.

O capítulo 5 - apresentamos uma descrição do percurso metodológico e a constituição do *corpus*.

No capítulo 6 – Análise de dados, discorreremos a respeito da análise quantitativa e qualitativa dos dados. Por último, seguem-se as considerações finais e as referências.

O segundo volume traz as cartas linguísticas, retratando, por meio de uma série de mapas, a distribuição diatópica, a arealidade e a arealidade gradual das variantes para cada questão que compõe este estudo, ordenadas de acordo com a numeração do QSL do Projeto ALiB.

## CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

A linguagem, como produto humano, renova-se por meio da interação social em uma comunidade linguística. Ao expressar-se por meio do léxico, nível mais fluido, afeito às particularidades individuais e coletivas, o homem deixa transparecer os componentes étnico, histórico e social em seu vocabulário ativo, norteados por moldes tradicionais reafirmados por várias gerações. Expressa, mediante o processo designativo, sua cosmovisão, seus encontros, suas experiências, sua relação e leitura de mundo. Ou seja, o falante, enquanto usuário da língua, modifica-a, expressando seu pensamento, seu modo de agir, partindo de uma reflexão sobre si mesmo, sobre os outros e as situações vivenciadas (BRANDÃO, 1991, p. 5). Ainda, por meio do léxico, são registradas as realidades extralinguísticas, e o saber linguístico da comunidade pode ser arquivado e transmitido em “um saber partilhado que apenas existe na consciência dos falantes duma comunidade” (VILELA, 1994, p. 6).

É conveniente enfatizar a importância de não perder de vista o panorama geral da formação histórica brasileira, tendo em conta o amálgama de variadas etnias e culturas que contribuíram para a diversidade linguística corporificada em diversos modos de expressão.

Perante essas considerações, neste capítulo, apresentamos um cenário sumarizado da formação histórico-econômico-social brasileira, considerando a constituição do *corpus* deste trabalho, com vistas a respaldar as análises a respeito da distribuição geográfica das variantes. Essas, por conseguinte, seguem os passos e os processos de formação humana, assentando-se no postulado engendrado por Coseriu (1987, p. 112): “As formas não “viajam” por si mesmas, mas são introduzidas no acervo de um indivíduo por meio da fala de outro indivíduo, mediante contatos”.

Inicialmente, apresentamos um panorama geral da formação sócio-histórica e da ocupação territorial no Brasil. Em seguida, tratamos dos fatores econômico-sociais e dos movimentos populacionais que consolidaram a distribuição espacial e plasmaram as fronteiras. Ao final, reportamo-nos a Diégues Junior (1960) e Ribeiro (2006), que discutem a formação da sociedade brasileira, em busca de traçar regiões culturais e áreas de formação humana vinculadas a uma base econômica,

respectivamente, e a Nascentes (1953) e outros estudos linguísticos descritivos no tocante à divisão dialetal brasileira.

### 1.1 ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

O povo brasileiro, em sua gênese, surgiu do contato entre os portugueses, os indígenas silvícolas e os negros africanos. Na confluência desses povos, diferentes matrizes raciais, tradições culturais e formações sociais se fundiram gerando um novo povo – uma nova etnia nacional, de cultura sincrética diferente das matrizes, mestiçada, com um singular traço cultural, conforme salienta Ribeiro (2006). Erigiu-se em uma nova organização socioeconômica, fundamentada no escravismo e na servidão, como provedor de bens ao mercado mundial.

Não obstante tenha havido a confluência de unidades étnicas (matriz portuguesa, indígena e africana), atuaram três forças que provocaram a diversidade, enumera Ribeiro (2006, p. 17-19): (i) ecológica – surgiram paisagens humanas diferentes, adaptadas a condições do meio ambiente em cada região; (ii) econômica – formas diferentes de produção conduziram a especialização em funções e gêneros de vida; (iii) imigração – introduziu novas formações humanas, como outros povos europeus, árabes e japoneses. Conclui:

Por essas vias se plasmaram historicamente diversos modos rústicos de ser dos brasileiros, que permitem distingui-los, hoje, como *sertanejos* do Nordeste, *caboclos* da Amazônia, *crioulos* do litoral, *caipiras* do Sudeste e Centro do país, *gaúchos* das campanhas sulinas, além de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros etc. Todos eles muito mais marcados pelo que têm de comum como brasileiros, do que pelas diferenças devidas a adaptações regionais ou funcionais, ou de miscigenação e aculturação que emprestam fisionomia própria a uma ou outra parcela da população (RIBEIRO, 2006, p. 19).

Diante desse cenário, averiguamos o incremento da ideia de unidade na diversidade, ou seja, a afirmação de que, a despeito das diferenças regionais, existiria uma unidade nacional mantenedora da coesão, tanto no nível histórico-econômico-cultural (RIBEIRO, 2006); (PRADO JUNIOR, 2008); (DIÉGUES JUNIOR, 1960), quanto em nível linguístico (SILVA NETO, 1977; 1970); (RIBEIRO, 1979).

Posta em cena essa conjuntura, Diégues Junior (1960) salienta a importância de estudos regionais dos fenômenos brasileiros, das diferenças

decorrentes dos diversos estilos de vida mantidos nas regiões (tipificando subáreas ou sub-regiões), dada a ampla extensão territorial, diversidade de condições geográficas e fisiográficas, que caracterizam as regiões culturais.

### 1.1.1 A Ocupação Espacial Nos Primeiros Séculos da Colonização

Por ocasião da chegada dos portugueses, a costa atlântica era ocupada por povos indígenas. Nos últimos séculos, os indígenas tupinambás se instalaram à beira-mar e às margens dos rios Amazonas, Paraguai, Guaporé e Tapajós (RIBEIRO, 2006).

A ocupação territorial na antiga *terra brasilis* contou com a miscigenação entre brancos e indígenas, fator decisivo na expansão demográfica do contingente populacional. Àquela época, havia a falta de mulheres brancas e, na visão do colonizador português, inexistiam empecilhos ao contato com as nativas, visto que o governo português estimulava casamentos entre portugueses e indígenas (HOLANDA, 1995, p. 56). Soma-se a isso, o costume indígena de incorporar estranhos à comunidade, oferecendo uma índia como esposa, o denominado “cunhadismo” (RIBEIRO, 2006, p. 72-76). Conseqüentemente, esse costume fez surgir os mamelucos, conhecedores das peculiaridades regionais, coadjuvantes no desbravamento do interior brasileiro (DIÉGUES JUNIOR, 1960).

Em 1532, a Coroa portuguesa colocou em execução o regime de capitânicas hereditárias e, para preservar seus interesses, ameaçados pelo cunhadismo, trouxeram degredados que foram morar nas donatárias, sob o controle de grandes senhores. Nesse período, a organização social tinha a figura do indígena como mão de obra.

Martim Afonso, administrador da Colônia, implantou vigorosamente o sistema de donatárias, trazendo cabeças de gado e mudas de cana. As naus aportavam na costa e levavam produtos para países europeus, notadamente a Holanda e a Alemanha. Os franceses - estabelecendo-se no Rio de Janeiro (1555-1560) e no Maranhão (1612-1615) (BOSI, 2013) - depositavam nos navios as cargas de pau-brasil, peles de onças etc. fornecidas pelos indígenas. Ribeiro (2006, p. 78) complementa: “[...] esse trabalho se fazia, naturalmente, sob a direção imediata dos intérpretes ou *truchements*, também chamados de *caramelus* pelos franceses, nome mais tarde dado aos próprios mamelucos por eles gerados”.

O maior núcleo português situava-se na Bahia; em Pernambuco havia dois engenhos produtivos que também contavam com mão de obra africana, posteriormente, a força motriz principal da Colônia. Com a presença crescente dos negros e a geração de mulatos, o Nordeste açucareiro fundou seus pilares na casa-grande e senzala, no latifúndio encabeçado pela família patriarcal.

## 1.2 FATORES COADJUVANTES NO POVOAMENTO DO INTERIOR DO BRASIL

Neste trecho, delineamos os fatores gerais conducentes do povoamento do interior brasileiro, haja vista que, notadamente, até o século XVIII, os portugueses fixaram-se mais próximos à costa (MUSSOLINI, 1972).

Em um prisma abrangente, na ocupação do interior, sobretudo na região Centro-Sul do País, cooperaram o bandeirismo e a exploração das minas, no final do século XVII, seduzindo o homem na expansão para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. No caso do Extremo-Norte, colaboraram as missões dos jesuítas e depois a colonização incentivada pela metrópole, na busca de extrair produtos naturais. A expansão do gado foi outro agente colaborador na interiorização do espraiamento humano em todo o território, destacando-se a Bahia e Pernambuco, onde as ocupações seguiram o adentramento dos rebanhos (PRADO JUNIOR, 2008, p. 33-37). A vinda de imigrantes e os movimentos de migração interna similarmente subsidiaram a configuração demográfica regional.

A seguir, traçamos em linhas gerais esses e outros fatores que contribuíram na delimitação fronteiriça rumo ao interior.

### 1.2.1 A Criação De Gado

As fazendas de gado, uma das atividades que impulsionaram a ocupação do interior, eram singularizadas pela contiguidade e comunicação com os centros de irradiação. Os principais núcleos, na porção setentrional do País, segundo Prado Junior (2008, p. 195-197), situavam-se no litoral do Nordeste açucareiro<sup>4</sup>, estendendo-se de Pernambuco até a Bahia e em regiões de Minas Gerais, enquanto

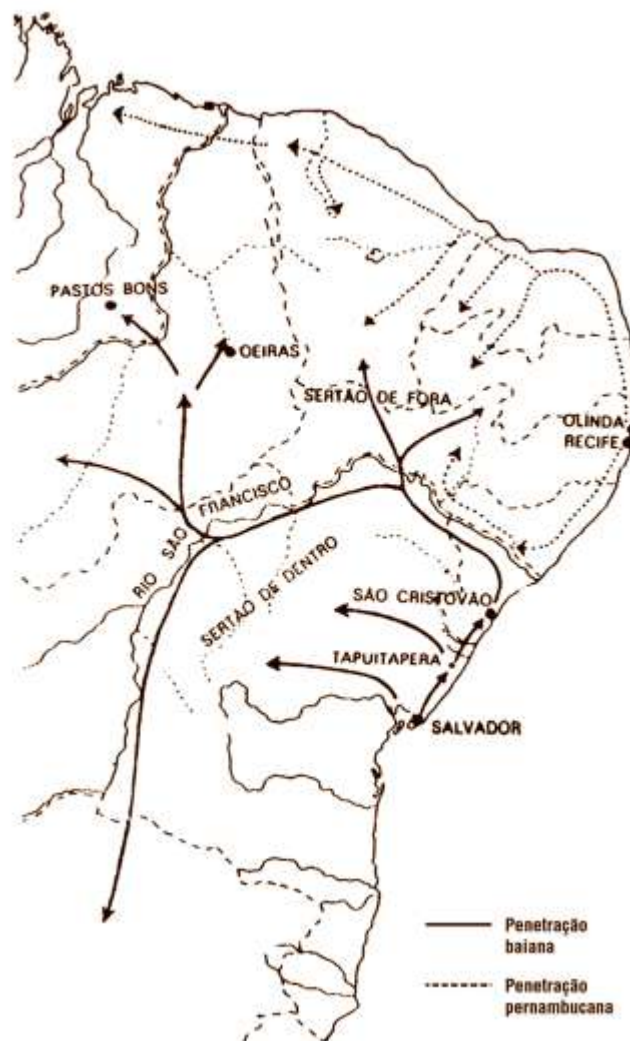
---

<sup>4</sup> Diégues Junior (1960) salienta que muitas cidades nasceram das feiras de gado, ainda grande acontecimento em Campina Grande, em Feira de Santana (em que inclusive conservou “feira” na toponímia) e Cajazeiras. No Nordeste e Norte, o importante papel dessa produção econômica revela-se nos festejos populares ligados ao boi, na simbologia, e na denominação de rios e localidades.

no Sul (Paraná e Rio Grande do Sul), fixaram-se criações para fornecer carne para o litoral do Centro-sul, especialmente o Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes também abastecia o Rio de Janeiro, assim como a ilha de Johannes (Marajó), em relação ao Pará.

Na Região Nordeste, o povoamento seguia dois caminhos principais, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1: Caminhos do povoamento do sertão Nordestino a partir de Olinda e Salvador



Fonte: ANDRADE (1982, p. 28)

Quando as primeiras capitanias foram delimitadas na região, no século XVII, o Nordeste era dividido em Sertão de Dentro (compreendia localidades a oeste do rio São Francisco) e Sertão de Fora (BRANDÃO, 2008, p. 121). Adentrando o Sertão

de Fora, a partir de Olinda, partiram pecuaristas tangendo gado, no caminho do Sertão de Fora, permeando o litoral paraibano, o Rio Grande do Norte, rumo ao Ceará, com outras levas continuando em direção ao Pará. Outra corrente seguiu em direção sul, até a margem direita do rio São Francisco, em direção ao sertão de Pernambuco.

Na Região Norte, o gado foi introduzido nos campos do Rio Branco, sendo estabelecidas no fim do século XVII as primeiras fazendas de criação. No Pará, a criação, iniciada em 1644, era originária de Cabo Verde. Outra importante área de criação de gado fixou-se em Marajó; posteriormente, no início do século XX, foi introduzido o gado bubalino.

A zona do açúcar favoreceu a criação de gado (SIMONSEN, 1937, p. 12). Ao expandir para o sul, a criação atingiu terras mineiras, na zona do Alto Médio São Francisco. Desse ponto, espalhou-se a oeste, em direção a Goiás, adentrando os sertões mineiros e alguns pontos do Triângulo Mineiro.

O gado foi introduzido em 1739, encontrando condições favoráveis no Mato Grosso, sobretudo no Pantanal<sup>5</sup>, onde se situa a principal zona pecuária. Na criação sul-mato-grossense, verificam-se influências de traços culturais gaúchos, no que se refere aos hábitos e costumes. Os caminhos por onde percorreram o sal, assim como o gado, regularam o povoamento no Brasil Central. O Rio Tocantins era usado para o transporte do sal, e os povoados surgiram nas suas margens (GOULART, 1961).

Nos campos de Curitiba, essa criação era originária de São Vicente (SIMONSEN, 1937). A região Sul também foi povoada graças às fazendas de gado cuja extensão partia do Paraná, comarca de São Paulo, até Curitiba, sertão de Lajes (Santa Catarina) e campos de Vacaria (Rio Grande do Sul). Tratava-se de uma região de campos, limitada a oriente pela Serra do Mar e a ocidente pelas matas e pelos “bugres<sup>6</sup>”.

O gado vicentino cruzado com o castelhano exerceu papel determinante na integração da obra missioneira dos Sete Povos da Missão, colaborando para a relevância econômica social regional na pecuária. A estância, ou fazenda, figura como a “unidade social da organização regional” (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 313),

---

<sup>5</sup> Atualmente, a localidade pertence ao Mato Grosso do Sul, criado em 1977.

<sup>6</sup> De acordo com Houaiss; Vilar (2009), trata-se de um grupo indígena que habitava o sul do Brasil, entre os rios Iguçu e Piquiri e as cabeceiras do rio Uruguai”.

com a criação em latifúndios na área gaúcha, enquanto na área açoriana predominou a pequena propriedade, as “datas de terra”.

### 1.2.2 O Movimento Bandeirante

O movimento bandeirante teve papel significativo no processo de ocupação territorial, sob a figura do mameluco que desbravou os confins das terras brasileiras em busca de riquezas minerais e cativos indígenas.

De acordo com Prado Junior (2008, p. 65), a configuração do Planalto Paulista invertia o curso dos rios para o interior. As entradas<sup>7</sup> e bandeiras deram-se por roteiros, sobretudo, fluviais (MAGALHÃES, 1978). Os bandeirantes passaram a utilizar esses caminhos, anteriormente desfrutados pelos indígenas.

A primeira expedição saiu de São Paulo, ultrapassou o sertão do São Francisco e Piauí, chegando à cabeceira do rio Tocantins e Grão-Pará (MAGALHÃES, 1978). Disseminaram-se, ainda, para outras regiões, uma vez que

O bandeirismo paulista alarga-se, avança pelo território mineiro, alcança o goiano e cuiabano, chega ao extremo sul; dirige-se igualmente para o norte, onde, no vale de São Francisco, já encontra as penetrações baianas e pernambucanas, encontros êsses que se vão alargando por terras da Paraíba, do Ceará, do Maranhão. Paulistas, finalmente, atingem a Amazônia (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 369).

Fausto (2013) esclarece que as bandeiras se estenderam até Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, e as localidades onde se encontravam indígenas guaranis apoiados pelos jesuítas espanhóis. Uma dessas regiões era Guaíra, localizada entre os rios Paranapanema e Iguaçu, no Oeste do Paraná.

Os paulistas mamelucos e alguns grupos indígenas, liderados por Antônio Rapôso Tavares devassaram as missões jesuíticas espanholas que se estabeleceram na região de Guaíra, atual Paraná, além de Tape (no Rio Grande do Sul) e Itatim (sul do Mato Grosso) (ELLIS, 1970, p. 37) (Figura 2).

---

<sup>7</sup> “Entradas, porque era um verdadeiro entrar pela espessura das imensas mattas do Brazil; *bandeiras*, porque os sertanejos que se reuniam para essas entradas levavam sempre um estandarte ou bandeira, como signal de reunião, e distinctivo das diversas companhias” (GALANTI, 1895, p. 82).



Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, unindo São Paulo a Mato Grosso (VIANNA, 1957).

A partir do norte de São Paulo (São Vicente), o movimento bandeirante, em busca de ouro, desbravou o território de Minas Gerais; a oeste, expandiu-se até a região onde foi fundada Cuiabá e, a partir de Minas, território goiano (DIÉGUES JUNIOR, 1960). Na “bandeira dos limites” os bandeirantes, liderados por Raposo Tavares, partiram de São Vicente, por volta de 1648, seguindo a rota dos rios Paraguai, Grande, Mamoré Madeira e Rio Amazonas, até Gurupá, aonde uma minoria sobrevivente do árduo percurso logrou êxito em alcançar, próximo a Belém. (ELLIS, 1970, p. 53). No século XVIII, Domingos Jorge Velho desbravou o norte do País, sendo o primeiro a ocupar o interior do Piauí (HOLANDA, 1995, p. 122).

Na ilha de Santa Catarina, em Desterro, atual Florianópolis, foi fundado um núcleo de apoio à marcha povoadora. No oeste de Santa Catarina, as tentativas de ocupação efetivaram-se com o incentivo da criação de gado (DIÉGUES JUNIOR, 1960), fixando alguns bandeirantes (SIMONSEN, 1937).

### 1.2.3 A Contribuição Fluvial No Povoamento

Os rios e lagos do Brasil representaram papel fundamental para o povoamento do território brasileiro, pois foram aproveitados pelos bandeirantes, criadores de gado e extrativistas, como meio de penetração ou de transporte.

A relativa ligação entre o Nordeste, Centro e Sul não era compartilhada pela região Amazônica. A comunicação na região era efetuada por intermédio dos rios, devido à densidade da floresta; com isso, o povoamento avançou ao longo dos rios caudalosos que permitiam a navegação de grandes embarcações. A ocupação estendeu-se até o limite do maciço das Guianas. Em São José dos Marabitanas, no rio Negro e São Joaquim, foram instaladas fortificações para assinalar as fronteiras das ocupações portuguesas no Norte. A região norte do Amazonas, atual Pará, era fracamente ocupada. Pelo Tratado de Utrecht (1713), a Inglaterra excluiu a França de posses no rio Amazonas, reconhecendo o domínio lusitano nessa região (PRADO JUNIOR 2008, p. 69).

A maioria da população concentrava-se no delta dos rios ou núcleos secundários, como no Tapajós, onde está Santarém. Os principais estabelecimentos da capitania situavam-se na confluência do Rio Negro, como a Barra do Rio Negro

que se tornou Manaus, em 1836, e acima do Solimões, na confluência do rio Tefé, atualmente município de Tefé (PRADO JUNIOR, 2008).

Além das duas grandes vias fluviais de entrada para o interior do continente, a amazônica e a platina, outras tiveram importância na expansão territorial: a bacia dos principais rios do Maranhão, “[...] pelo Parnaíba, São Francisco, Jequitinhonha, Doce, Paraíba do Sul, Ribeira de Iguape, Itajaí, Jacuí e outros rios gaúchos” (VIANNA, 1957, p. 172). O historiador atribui a mesma importância às vias fluviais do Tietê, Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá que uniam São Paulo a Mato Grosso<sup>8</sup>.

#### 1.2.4 Tropeirismo

As tropas de muares eram um tipo de transporte de origem ibérica que foi utilizado no Brasil a partir do século XVIII. Em território brasileiro, serviram à mineração, contribuindo também com a agricultura e comércio. Esse sistema de transporte teve início com a descoberta do ouro e se prolongou até 1875, época do advento das estradas de ferro (VIANNA, 1957, p. 157).

Os muares no Centro-Sul passaram a ser importantes economicamente no desenvolvimento de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A sua procura contribuiu na expansão de sua criação em campos do Viamão, Missões, Colônia do Sacramento, entre outros. Eram tidos como bons cargueiros; os preadores paulistas buscavam-nos no Rio Grande do Sul e os traziam até São Paulo e, com o crescimento do negócio, passaram a instalar currais nas planícies gaúchas, que deram origem às estâncias, suprindo os viajantes (GOULART, 1961).

Conforme Antonelli (2015), a primeira grande feira de muares em Sorocaba aconteceu em 1750 e teve seu ápice em 1897. As mais importantes feiras anuais de muares do Brasil eram realizadas nessa localidade. Desse modo, tornou-se centro de irradiação de bandeiras para as campinas do Sul, alcançando Curitiba, Guarapuava, Lages<sup>9</sup>, Palmas, Iguazu e Vacaria. Acorriam para esse evento as

---

<sup>8</sup> À época, denominado Mato Grosso; em 1977, o território desmembrou-se em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

<sup>9</sup> Importante cidade do planalto serrano catarinense, fundada por tropeiros paulistas, em 1766, no caminho das tropas que seguiam de Viamão a Sorocaba. Foi principal centro econômico e populacional do interior de Santa Catarina. A partir de Lages, as tropas seguiam em direção a Desterro. (GOULART FILHO, 2016).

manadas do Paraná, Rio Grande do Sul, Estado Oriental e outras Repúblicas do Prata (GOULART, 1961).

Particularmente em Minas Gerais, São Paulo e depois Mato Grosso e Goiás, o sistema de transportes (açúcar, café e aguardente) foi impulsionado por meio de tropas de muares, entre a terceira e quarta década do século XVIII. Após a decadência da mineração, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais voltaram-se para a pecuária, passando a consumir o sal marinho<sup>10</sup>. As salinas do norte de Minas Gerais, a partir da produção de sal-gema, abasteciam essas regiões, com a colaboração do transporte feito pelos muares. Com o início das lavouras de café, as tropas passaram a transportar o produto para os portos em Santos e Rio de Janeiro.

Com o fim da feira de Sorocaba, o volume de tropas se reduziu, mantendo certa frequência até 1915, rareando cada vez mais. Ao longo dos caminhos das tropas, nos pontos de parada, denominados pousos, muitas cidades foram surgindo posteriormente, como Castro, Curitiba, Ponta Grossa, Rio Negro e Lapa. Após o advento do transporte por meio das estradas de ferro, ocorreu o fim do movimento tropeirista.

#### 1.2.5 O Ciclo Do Ouro

A descoberta do ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, no início do século XVIII, e o deslocamento da Corte para o Rio de Janeiro, no século XIX, foram fatores de transfiguração social e mudança na relação campo e cidade (FAUSTO, 2013). O eixo social deslocou-se para o Centro-sul, notadamente para o Rio de Janeiro, por onde escoavam os minérios. Em 1763, a capital do País foi transferida para essa localidade. A mineração articulou as regiões da Colônia: o gado e os alimentos eram transportados da Bahia para Minas, e da Região Sul vinham as mulas para o transporte. A feira de Sorocaba tornou-se famosa, como passagem obrigatória dos comboios até Minas Gerais, integrando o interior de São Paulo.

A capitania de Mato Grosso foi um núcleo de povoamento integrado devido à mineração. Conforme Magalhães (1978), os bandeirantes paulistas foram expulsos de Minas Gerais pelos emboabas e seguiram em direção ao Mato Grosso. Correu a notícia do ouro nessas terras e foi criado o arraial de Senhor Bom Jesus do Cuiabá.

---

<sup>10</sup> Em Mossoró, no Ceará e Maranhão foram encontradas salinas (SIMONSEN, 1937).

Com a falta de água e mantimentos, alguns paulistas passaram a migrar a outros pontos e criar outros arraiais à margem direita do Guaporé (São Francisco Xavier e Pouso Alegre – Vila Bela da Santíssima Trindade), no período de 1731 a 1734. Em 1749, a região foi desmembrada de São Paulo e recebeu o título de capitania.

Goiás, outro núcleo de povoamento com origem na mineração, dividiu-se em agrupamentos do sul (onde se situava a capital da capitania – Vila Boa) e do norte<sup>11</sup>. Em 1722, a ocupação teve início com a fundação de arraiais, participando da corrida os paulistas, mineiros, nortistas e cuiabanos, abrindo várias estradas de acesso. Acorreram brancos, indígenas, negros e mestiços em busca do ouro nessa região. Os brancos vieram de São Paulo, Minas Gerais e Nordeste, além de Portugal (DIÉGUES JUNIOR, 1960). Em 1744, Goiás foi elevada à capitania-geral, separada de São Paulo. Tomás de Sousa Vila Real explorou a navegação do rio Vermelho e rios Araguaia e Tocantins, chegando até Belém do Pará (SIMONSEN, 1937). A estrada do Anhanguera, aberta por Bartolomeu Bueno da Silva, ligava São Francisco e São Paulo a Goiás. No século XVIII, o território de Uberaba e restante do Triângulo Mineiro era cortado pelos bandeirantes em busca das minas goianas.

A mineração em Goiás decaiu no segundo quartel do século XVIII e, em 1824, com o esgotamento do minério, diminuiu a população. O povoamento se concentrava a sudeste, na divisão dos rios Tocantins e Paranaíba (PRADO JUNIOR, 2008). Ainda segundo o referido historiador, na Comarca do Norte<sup>12</sup>, o povoamento era mais espalhado, e o oeste era ocupado por tribos indígenas. Com o desenvolvimento da navegação em Tocantins, no fim do século XVIII, a povoação adentrou o norte, favorecido também pela criação dessa Comarca. Ao longo do rio, formaram-se algumas fazendas de gado, atingindo também o Maranhão.

O povoamento provocado pela mineração - mais esperso e com menos comunicação dos centros de origem -, determinou uma povoação no Centro-Sul diferente do sertão nordestino, abrangendo Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e parte da Bahia, com aproximadamente 600.000 habitantes, quase um quinto da população da Colônia, no início do século XIX (PRADO JUNIOR, 2008, p. 56).

---

<sup>11</sup> Em 1809, essa ação dividiu a capitania em duas comarcas; a sede do norte localizava-se entre os rios Araguaia e Tocantins, a chamada comarca de São João das Duas Barras.

<sup>12</sup> Posteriormente, foi criado o Estado de Tocantins, em 1988.

### 1.2.6 A Grande Lavoura E O Assentamento Populacional

A corrida do ouro promoveu a disseminação populacional, enquanto a agricultura contribuiu para o assentamento da ocupação e a exploração de maior área do território brasileiro, como observaremos a seguir, em uma perspectiva panorâmica.

O cultivo do açúcar<sup>13</sup> contribuiu com a colonização e o estabelecimento dos europeus no novo território. A cana distribuía-se geograficamente pelo litoral, do Extremo-Norte (Pará) até Santa Catarina, além do interior, excetuando-se o semiárido do sertão nordestino. O litoral do Nordeste, de Paraíba a Sergipe e o Recôncavo Baiano, foram as regiões de cultivo da cana-de-açúcar mais antigas e mais importantes (PRADO JUNIOR, 2008, p. 144). Novas regiões de produção açucareira foram criadas em Campos dos Goytacazes. Na capitania do Rio de Janeiro, destacavam-se as plantações da Guanabara, da Ilha Grande até a ponta de Joatinga, compreendendo Angra dos Reis e Paraty. No planalto paulistano, a cultura compreendia a faixa entre os rios Tietê e Moji Guaçu (entre Itu e Moji). O elemento central nesse tipo de produção, àquela época, era o engenho. Além do açúcar, era extraída a aguardente, utilizada no escambo de escravos africanos. Na região de Campinas, e norte da capitania de São Paulo, a cana também prosperou, somando-se, ainda, o litoral paulista, São Sebastião e Ubatuba.

Já o algodão, conhecido pelos árabes, teve seu uso inserido na Europa no segundo século da era Cristã. Antes da vinda dos lusitanos às terras brasílicas, os indígenas já dominavam o seu plantio e uso na confecção de redes, de modo rudimentar<sup>14</sup>.

Dois fatores incidiram no rápido desenvolvimento da cultura do algodão: (i) era menos dispendiosa; (ii) o despontar da indústria têxtil na Inglaterra, no século XVIII, tornou imprescindível o produto.

Entre os principais locais produtores esteve o Maranhão, além de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Com o desenvolvimento da fibra têxtil, as exportações aumentaram, gerando grandes lucros para a Colônia. Devido à

---

<sup>13</sup> A cana de açúcar era originária da Índia, caminhou pela Pérsia e foi levada pelos árabes para o Mediterrâneo, depois para a Sicília e Península Ibérica. Antes de ser implantada no Brasil, foi cultivada pelos portugueses nas ilhas do Atlântico (FAUSTO, 2013).

<sup>14</sup> Fonte: [http://www.sincti.com/clientes/ampa/site/qs\\_historia.php](http://www.sincti.com/clientes/ampa/site/qs_historia.php). Acesso em: 15 set. 2017.

concorrência de outros países (sobretudo os Estados Unidos), a produção perdeu sua rentabilidade.

No Ceará, a produção abrangia a bacia do Jaguaribe, sobretudo Icó, sendo Aracati o principal porto de escoamento. Situando-se nos sertões, no limite entre a Bahia e Minas Gerais, havia uma região algodoeira, abarcando o sul da Bahia, leste do rio São Francisco, passando por Minas Gerais (comarca de Minas Novas, hoje cidades de Minas Novas, Água Suja, São Domingos e Chapada), estendendo-se até Peçanha, no rio Doce (PRADO JUNIOR, 2008).

São Paulo despontou como grande produtor de algodão herbáceo durante certo período, mas, com a concorrência da cana e da soja, os produtores buscaram o Mato Grosso (região de Rondonópolis) e Goiás como área para o plantio.

Conforme Prado Junior (2008), a terceira maior lavoura durante a colônia era a do tabaco. Iniciada no século XVII e declinando dois séculos depois, destinava-se particularmente para o escambo de escravos. As maiores produções de tabaco localizavam-se em Cachoeira e Inhambuque, na Bahia, em Sergipe (na época, comarca baiana). No Rio de Janeiro (Ilha Grande e faixa litorânea de Paraty); no Espírito Santo, em São Paulo, era plantado no litoral, na ilha de São Sebastião, e vale do Paraíba (Guaratinguetá e Lorena), além do sul de Minas.

A respeito do cacau, os colonos eram guiados pelos indígenas em busca de especiarias. Da coleta de “drogas do sertão”<sup>15</sup>, passaram também à plantação de cana-de-açúcar, tabaco, algodão, café e cacau, embora a farinha de mandioca fosse um dos principais alimentos. Segundo Diégues Junior (1960), no século XVIII, na região do Madeira, o cacau era nativo e passou a servir como moeda em alguns pontos da Amazônia, enquanto o algodão também teve esse papel no Maranhão.

O cacau era a principal atividade agrícola no Pará e Rio Negro. Enquanto produto de maior cultivo na Bahia e Pará, integrava a lista de produtos vendidos ao exterior, nos primeiros anos da República (VIANNA, 1957). Como produto natural, foi transportado para o Maranhão e Ilhéus, tornando-se o último, um grande produtor (PRADO JUNIOR, 2008). Com esse produto, o povoamento do litoral sul baiano cresceu. As maiores referências, além de Ilhéus, foram Itabuna e Canavieiras, alongando-se para o norte do Espírito Santo. Com a cultura cacauera e o crescimento das exportações do produto para a produção do chocolate na

---

<sup>15</sup> Referem-se às especiarias (cacau, castanha-do-pará, guaraná, pau-cravo, urucum) extraídas no sertão brasileiro à época das entradas e bandeiras.

Alemanha, Suíça e Holanda, a população nas cidades de Ilhéus e Itabuna aumentou vertiginosamente (DIÉGUES JUNIOR, 1960).

### 1.2.7 O Ciclo Do Café

No século XVIII, o café foi trazido da Guiana Francesa e introduzido no Pará<sup>16</sup>, tendo sido transportado para o Maranhão e para o Rio de Janeiro, adentrando o Vale do Paraíba, nos limites de São Paulo e Minas Gerais, convertendo-se no produto principal de exportação. Segundo VIANNA (1957, p. 253),

A lavoura cafeeira, crescente durante o Império, tornara-se a principal do país, e o café o primeiro artigo da exportação brasileira. O vale do Paraíba do Sul, nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, bem como outras zonas destes dois últimos, o Espírito Santo e o Paraná, passaram a constituir a maior região produtora da rubiácea, em todo o mundo.

Primeiramente, a força de trabalho era composta pelo excedente de mão de obra da mineração, além de escravos da área decadente algodoeira maranhense e dos engenhos de açúcar (RIBEIRO, 2006). Aproximadamente em 1850, a economia cafeeira no Vale do Paraíba chegou ao auge<sup>17</sup>.

Diégues Junior (1960) salienta que o café estimulou o povoamento do sul de Minas, carregando particularidades fluminenses para o território mineiro, assim como foram assumidos traços mineiros em costumes fluminenses. Os municípios paulistas como Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Limeira e Araras, receberam mineiros, assim como Barretos e Franca. Uma característica paulista no cultivo de café foi o uso de mão de obra imigrante enquanto no Rio de Janeiro predominava a escrava. No Espírito Santo, em 1860, destacou-se notadamente no sul do território, como Itapemirim.

Segundo Fausto (2013), a área do Oeste Paulista, abrangendo a região entre Campinas e Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Catanduva, e de Campinas até Piraçununga, Casa Branca e Ribeirão Preto, favoreceu o desenvolvimento da

---

<sup>16</sup> O cafeeiro teve origem na Etiópia. Consoante Cenni (2003, p. 202), “o café entrou na Europa católica pela Itália, e no Brasil, segundo a tradição, as primeiras sementes foram introduzidas a partir da Guiana Francesa, em 1723, pelo português Melo Palheta”.

<sup>17</sup> Na área fluminense, destacaram-se Vassouras e Cantagalo; na área paulista: Areias e Bananal; entre Minas e Rio de Janeiro, na zona da Mata mineira: Muriaé, Leopoldina, Juiz de Fora, Cataguases e Carangola. (FAUSTO, 2013).

cafeicultura com a disponibilidade de território desocupado e a presença da terra roxa (ou terra *rossa*, vermelha, para os italianos). Com a construção da estrada de ferro de Santos a Jundiaí, a São Paulo *Railway Co. Limited*, inaugurada em 1868, o escoamento do café impulsionou a cidade de Santos como centro exportador (MUSSOLINI, 1972).

Em 1868, surgiu a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, com capital brasileiro, ligado ao café. Depois, nasceram a Ituana, a Mojiana e a Sorocabana, esta última vinculada à produção algodoeira. A expansão do cultivo do café motivou o surgimento dos núcleos urbanos: Jaú (1858), Ribeirão Preto (1870), Barretos (1874), São José do Rio Preto (1879), Bauru (1880). A participação do imigrante, sobretudo o italiano, foi importante na expansão dos cafezais paulistas e na diversificação da economia, uma vez que a organização laboral transitou do trabalho escravo ao trabalho livre do imigrante: “A presença do elemento estrangeiro, trazido pela imigração, [...] introduziu novos elementos culturais no ambiente regional” (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 385).

Na segunda metade do século XIX, o café dominava a economia brasileira e os cafeicultores tornavam-se barões, viscondes e condes do Império. Novas fazendas foram abertas no interior de São Paulo, assim como as estradas de ferro para o transporte das cargas. Consoante Ribeiro (2006), um dos resultados da vinda dos imigrantes europeus foi a orientação de migrantes nordestinos para os seringais da Amazônia, tendo em vista a saturação mercado de trabalho na Região Sul.

A marcha do café prosseguiu pelo noroeste do Paraná, atingindo o território paraguaio, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Desse modo, desempenhou um papel integrador, com a construção de estradas de ferro e instalando vilas e cidades por onde passava, interior adentro.

Na região de Londrina, cujo solo é de excepcional qualidade, a ocupação se efetivou mediante pequenas propriedades produtoras de café. A localidade tornou-se centro cafeeiro em 1935, tendo sido ocupada por uma companhia inglesa, que comercializou a terra em pequenos lotes administrados por familiares. Ao redor, os latifúndios expandiram-se até atingir o Paraguai (RIBEIRO, 2006).

As grandes plantações de café deram lugar para as da soja, no Paraná, e laranja, no interior de São Paulo. Notadamente após o Proálcool<sup>18</sup>, a plantação da

---

<sup>18</sup>Proálcool (Programa Nacional do Álcool) - iniciativa criada pelo governo brasileiro, em 1975, para intensificar a produção de álcool combustível a partir da cana-de-açúcar, em substituição à gasolina.

cana expandiu-se em São Paulo e no Nordeste. Em consequência da substituição do café por outros tipos de culturas e o aumento das pastagens, diminuiu a necessidade de mão de obra. Os colonos no Centro-sul desapareceram, dando lugar aos boias-frias (FAUSTO, 2013).

Em suma, o café, elemento decisivo na paisagem social do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e parte do Paraná, fez deslocar o eixo econômico e demográfico para o Sudeste e Sul, sobretudo São Paulo (DIÉGUES JUNIOR, 1960). Mais ainda, atuou como protagonista na formação étnica regional, atraindo a vinda de migrantes e imigrantes a essas regiões, sob o encanto do “ouro verde”.

#### 1.2.8 O Ciclo Da Borracha

A busca das especiarias, de ouro e da borracha contribuíram para a delimitação do território brasileiro. Os nordestinos e amazonenses defendiam a incorporação do Acre ao Brasil. Os rios Purus e Acre eram utilizados como vias de navegação pelos seringalistas (DIÉGUES, JUNIOR, 1960, p. 206-208).

O *boom* da borracha inicia-se entre 1881 e 1890, nas mãos de grupos portugueses, e provocou um movimento de migração para a Amazônia. Entre 1890 e 1900, cerca de 110 mil pessoas deslocaram-se para aquela região, majoritariamente vindas do Ceará, estado assolado pela seca. Com a economia da borracha, ocorreu o aumento da população urbana, sobretudo em Belém e Manaus (FAUSTO, 2013, p. 245-250). De fato, salienta Diéguas Junior (1960) que, por intermédio da industrialização e do crescimento do uso da borracha, no fim do século XIX e começo do XX, verificou-se o deslocamento do centro da economia brasileira para a Amazônia, resultando em modificações sociais. Para a região de Porto Velho, migraram nordestinos, bem como espanhóis, portugueses, americanos, alemães, italianos, peruanos, gregos, franceses e bolivianos, em busca de trabalho na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, necessária para o transporte da borracha, ligando Guajará-Mirim a Porto Velho (RIBEIRO, p. 278-283).

Com a queda da exportação da borracha devido à crescente concorrência com a América Central e África, a partir de 1910, iniciou-se uma crise econômica na região amazônica, agravada pela ausência de diversificação das atividades econômicas.

Esperando ter apresentado uma síntese das atividades econômicas do Brasil, tratamos, a seguir, dos movimentos populacionais (imigração e migração) que também cooperaram na história econômico-social brasileira e preencheram-na de novas etnias, costumes e crenças.

### 1.2.9 A Imigração

Outro fator decisivo na ocupação territorial foi a contribuição da imigração. O panorama étnico até o século XIX era mestiço. Até o início desse século, o branco que compunha a população brasileira era quase totalmente de origem portuguesa. No começo da colonização, havia uma abertura para admissão de estrangeiros no Brasil, baseada no caráter religioso, católico.

Durante a dominação espanhola, depois de 1580, fecharam-se as portas aos estrangeiros e afluíram à colônia muitos espanhóis, particularmente para o Sul. Com a Restauração, as portas foram reabertas aos estrangeiros, mas, após a descoberta de ouro, novamente houve restrição à entrada de imigrantes. Findo o ciclo do ouro, um novo panorama instalou-se.

Nos primeiros séculos, dentre os portugueses, eram trazidos particularmente os degredados e os judeus. Após a perda das principais colônias no Oriente e com a crise portuguesa, os demais portugueses começaram a imigrar para o Brasil, sobretudo durante o ciclo do ouro. Conforme Diégues Junior (1960), muitos negociantes judeus (em Paracatu, Serro Frio, Sabará, Pitangui, arredores de Mariana e Ouro Preto) e israelitas vieram juntar-se às minas.

Os interesses migratórios voltavam-se para a área de propriedades rurais ou mercantis, resultando na concentração em centros urbanos mais povoados. Além da imigração espontânea, ocorreu a imigração com o objetivo de povoar locais estratégicos, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Pará. Dava-se preferência a casais destinados à agricultura, com pequenas propriedades marcadas. Esses colonos procediam do continente, mas principalmente dos Açores: “Ao Pará chegaram os primeiros açorianos em 1673 [...]”. (PRADO JUNIOR, 2008, p. 89).

No século XVII, foram trazidos casais ilhéus do Faial para Belém, e maiores levadas de casais açorianos, no século XVIII, fixando povoações em Macapá. Fundaram vilas de Guamá e Caieté, à margem dos rios com esses nomes, habitando também territórios amazonense e paraense (DIÉGUES JUNIOR, 1960).

Conforme Prado Junior (2008, p. 90),

No Sul, esta forma de colonização por açorianos é mais importante, e é ela que constituirá o fundo principal do povoamento de Santa Catarina (ou antes daquilo que se entendia então por Santa Catarina, e que era somente o litoral), e do Rio Grande do Sul. Até se iniciar a colonização destas capitanias por açorianos, isto em meados do séc. XVIII, não havia aí mais que uma população escassa e constituída em sua quase totalidade pelas guarnições militares que defendiam as fronteiras da colônia. Em 1747 é concedido a Feliciano Oldenberg privilégio para transportar e estabelecer 4.000 casais [católicos] na ilha de Santa Catarina. [...] Forma-se assim nesta região um núcleo de população branca, que é proporcionalmente maior que o de qualquer outro ponto da colônia; e população que não é unicamente urbana, mas rural, constituída de pequenos lavradores; o que em escala apreciável é caso único no Brasil de princípios do século passado (PRADO JUNIOR, 2008, p. 90).

Cada casal açoriano realocado recebia um lote de terras, mantimentos, munição, instrumentos de trabalho, animais e sustento para o primeiro ano. Contudo, com a distância de centros comerciais e o desconhecimento da nova terra, acabavam trabalhando em lavouras de subsistência. Estabeleceram-se na faixa litorânea gaúcha e catarinense.

Dessa forma, a configuração histórico-cultural na Região Sul apresenta origem germânica, italiana, polonesa, japonesa, libanesa, entre outros. Distinguem-se pelo bilinguismo, pelo emprego de um idioma em família e hábitos que se voltam aos costumes europeus, um modo de vida rural, de pequena propriedade, policultura e um nível educacional maior do que a população em geral. Essa população ocupou centros dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, como também, algumas regiões do Espírito Santo e São Paulo. Conforme Furlan (1989), em Santa Catarina, entre 1748 e 1880, migraram açorianos, germânicos e italianos. Outra região que merece destaque pelo bilinguismo é o Estado do Espírito Santo, para onde se dirigiram alemães, suíços, holandeses, pomeranos, belgas e italianos, com destaque aos últimos, a partir de 1847.

Segundo Diégues Junior (1960), no Paraná, a colonização estrangeira iniciou-se em 1853, e com um maior contingente no final do século XIX, após a entrada de poloneses. Russos e alemães ocuparam zonas dos campos e araucárias; depois vieram os italianos. No norte do Paraná, onde os paulistas implantaram o café, expandiu-se a entrada de imigrantes. De acordo com Oliveira (2009), o Paraná

foi o estado que mais recebeu levas de poloneses, que se instalaram principalmente nos arredores da capital.

Aproximadamente 3,8 milhões de imigrantes entraram no Brasil entre 1887 e 1930. A maior parte imigrou entre 1887 e 1914, pela demanda da produção cafeeira. Com a Primeira Guerra Mundial, o fluxo diminuiu, mas voltou a aumentar após o fim do conflito, prolongando-se de 1918 a 1930.

As maiores levas de imigrantes situaram-se nas Regiões Centro-Sul, Sul e Sudeste concentrando-se, sobretudo, em São Paulo, dadas as oportunidades de trabalho e o mercado em expansão.

A Figura 3 mostra a taxa de entrada de imigrantes no Brasil, no período entre 1881 e 1930 (em milhares).

Figura 3: Imigração no Brasil (1881-1930)

	Chegadas	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses
1881-1885	133,4	32	47	8	8	–
1886-1890	391,6	19	59	8	3	–
1891-1895	659,7	20	57	14	1	–
1896-1900	470,3	15	64	13	1	–
1901-1905	279,7	26	48	16	1	–
1906-1910	391,6	37	21	22	4	1
1911-1915	611,4	40	17	21	3	2
1916-1920	186,4	42	15	22	3	7
1921-1925	386,6	32	16	12	13	5
1926-1930	453,6	36	9	7	6	13
	3964,3	29	36	14	5	3

Fonte: Leslie Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin America*, vol. IV, p. 131.

Fonte: FAUSTO (2013, p. 237).

Fausto (2013) expõe que, no período entre 1887 e 1930, o grupo mais expressivo foi o dos italianos, totalizando 35,5% dos imigrantes. A seguir, vinham os portugueses (29%) e espanhóis, com 14,6%. Um caso significativo, destacado pelo autor, é o dos japoneses, que vieram, sobretudo, para o Estado de São Paulo. Em 1920, 87,3% dos japoneses imigrantes residiam nesse Estado. As primeiras levas, em 1908, eram destinadas ao trabalho nas fazendas do café, sendo concedidos benefícios pelo Estado para favorecer a imigração. Após 1925, o governo japonês passou a financiar a vinda quando os imigrantes já não se fixavam mais nas

lavouras cafeeiras, mas tornaram-se pequenos proprietários, diversificando a produção.

Os sírio-libaneses e judeus imigraram espontaneamente, pois o financiamento era dado para quem fosse encaminhado para as fazendas. Os sírio-libaneses vieram no início do século XX e os judeus, particularmente, após a década de 1920. Ambos exerciam funções não formais, como mascates, vendedores de porta em porta e alguns se tornaram industriais e comerciantes.

Os italianos vieram, sobretudo, para o Estado de São Paulo (mão de obra para o café) e do Rio Grande do Sul. Somam-se a esses os colonos alemães que se instalaram próximo a São Paulo, gerando as colônias de Santo Amaro e Itapecerica (1829), além de São Pedro de Alcântara (1828), perto de Florianópolis. A imigração foi diminuindo com a crise no café, crise nos países de origem e a falta de subsídio para a imigração, que foi cancelada após 1902, devido às más condições de recepção dos imigrados. “Os imigrantes mudaram a paisagem social do Centro-Sul do país, com sua presença nas atividades econômicas, seus costumes, seus hábitos alimentares [...]” (FAUSTO, 2013, p. 241).

Alguns imigrantes, tais como os americanos, vieram para a região Amazônica após a Guerra de Secessão. A partir de 1928, instalaram-se em Santarém e cultivavam cana de açúcar, cacau, tabaco, café, cereais. Reforça Diégues Junior (1960) que, após a Segunda Guerra, aumentou a vinda de imigrantes japoneses na região amazônica que introduziram a juta, a pimenta e cultivaram o arroz. Em São Paulo, cultivaram arroz, algodão, bananas e hortaliças (VIANNA, 1967).

Em Campo Grande é possível encontrar colônias japonesas, sírias, libanesas e armênias, além de outros. A região ainda apresenta relações estreitas com os paraguaios.

#### 1.2.10 A Migração

Ao papel da imigração na formação brasileira se acresce à migração interna, remanejando contingentes populacionais, traçando novas rotas e fixando as gentes.

Em fins do século XVII e início do XVIII, a mineração gerou a migração de escravos negros. Além deles, baianos, pernambucanos, e portugueses juntaram-se

aos bandeirantes. No século XVIII, no interior nordestino, os movimentos populacionais seguiram a rota das boiadas. Ao interior cearense encaminharam-se vaqueiros pernambucanos, alagoanos e sergipanos, enquanto as correntes de povoamento vindos de Pernambuco e Alagoas dirigiram-se ao Rio Grande do Norte e Paraíba (DIÉGUES JUNIOR, 1960).

Conforme Brasil (1997), o processo histórico de ocupação da Região Norte é dividido em três fases, a saber: (i) primeira fase: descoberta do território amazônico e expulsão de outros grupos europeus que tentavam se apossar da região, marcada pela dispersão populacional ao longo dos rios; (ii) segunda fase: delimitada durante o período imperial, marcada pela coleta de produtos florestais e pela passagem da fase de extração de drogas do sertão para o ciclo da borracha; ainda houve o crescimento econômico com base na exploração da borracha, na segunda metade do século XIX até 1920, e a migração de nordestinos fugindo da seca foi ocasionada pela demanda de mão de obra na região. Com isso, cidades foram criadas e Belém e Manaus tornaram-se centros de distribuição e comércio dos produtos; com a queda na venda da borracha, outras atividades extrativas foram desenvolvidas, como a castanha; (iii) terceira fase: a partir da década de 60, foram implantadas políticas governamentais (Operação Amazônia e Programa de Integração Nacional), para desenvolver e ocupar a Região Norte. Nessa última fase, houve um crescimento demográfico vertiginoso, passando de 1,9 milhões de habitantes, em 1960 a quase 6 milhões, em 1980, aumentando a urbanização com a migração nordestina e de sulistas. Na década de 70, o Pará foi o grande receptor do fluxo de migrantes nordestinos, vindos do Maranhão (58%), do Ceará (18%) e da Bahia (11%).

No século XIX, com a “Grande Seca” de 1877, numerosas correntes migratórias cearenses passaram para a Amazônia, para o trabalho na extração da borracha. A ocupação da região passou a seguir a localização dos seringais. Os nordestinos contribuíram com sua experiência agrária, desenvolvendo culturas de subsistência, ao lado do extrativismo:

Primeiro, os maranhenses, localizando-se no Alto Amazonas, preferencialmente no Solimões e Purus; depois, os cearenses; também os paraibanos, norte-rio-grandenses, alagoanos, pernambucanos. A partir de 1870 os nordestinos espalharam-se pela área amazônica, metendo-se na empresa florestal. Com a seca de 77 acentuou-se a entrada dos nordestinos na região, e pouco a

pouco tornaram-se êles os principais elementos humanos na exploração da borracha (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 207).

Desse modo, ocorreu um elevado crescimento demográfico de tal maneira que a população das Províncias do Amazonas e Pará, incluindo o Acre, mais do que quadruplicou, de 1872 a 1920.

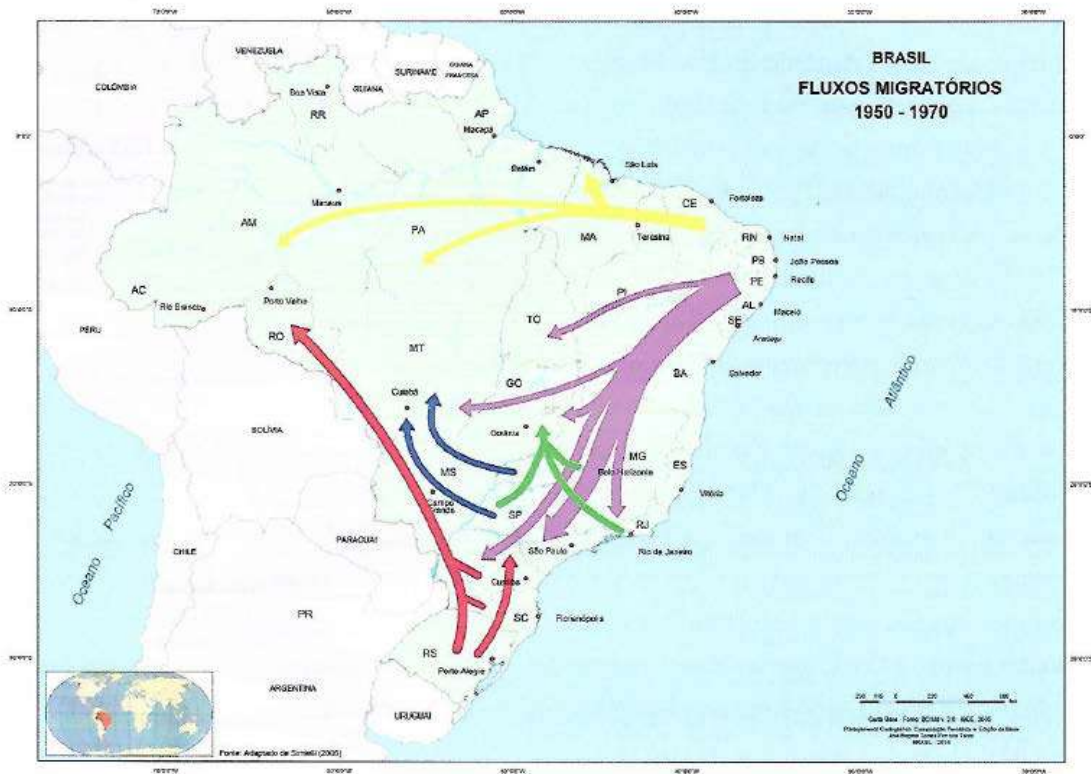
No sul do Brasil, por volta dos anos de 1920, uma empresa inglesa (*Companhia de Terras do Norte do Paraná*), adquiriu algumas terras do Estado e as vendeu em pequenos lotes para agricultores. Os novos proprietários vieram, sobretudo, de São Paulo e do Rio Grande do Sul (FAUSTO, 2013, p. 453). Nos anos de 1930, o café entrou em crise, os agricultores prosperaram com o cultivo do algodão, a plantação de gêneros alimentícios e a criação de aves e animais de pequeno porte: “A enorme expansão rural do Paraná teve assim uma história originária diversa da paulista. Ela se baseou na migração interna, na pequena propriedade e nos incentivos proporcionados por uma empresa privada e não pelo Estado” (FAUSTO, 2013, p. 453). Além da produção cafeeira, em meados dos anos 1940, mineiros e nordestinos passaram a trabalhar nas fazendas de soja. Seduzidos pela oferta de terras férteis de baixo custo e a proposta da produção do café, o Paraná atraiu migrações paulistas, mineiras, capixabas e nordestinas, entre 1930-1940, e destacou-se como o maior produtor mundial desse grão, sendo Londrina a capital dessa nova zona de cultivo (NAVARRO-SWAIN, 1988). Segundo Diéguas Junior (1960), no norte do Paraná, a preponderância verifica-se, no que diz respeito aos costumes de São Paulo, pela grande quantidade de migrantes paulistas. A partir de meados de 1920, gaúchos descendentes de europeus estabeleceram-se principalmente no sul do Paraná.

A partir de 1960, o estado passou a diversificar sua produção (café, milho e feijão), tornando-se o “celeiro do Brasil”. Com o programa de diminuição do cultivo de café, a cultura da soja substituiu a produção cafeeira, provocando a saída de trabalhadores rurais para outras regiões. Nos anos 70, a primeira corrente migratória para Rondônia foi formada por 30% de paranaenses enquanto muitos se transferiram também para Mato Grosso.

Ao considerarmos um panorama geral, a representação dos principais fluxos migratórios retratados por meio das Figuras 4 e 5, nos períodos entre 1950-1970 e

1970-1990, mostra a mudança no perfil migratório, e maior movimentação populacional no segundo intervalo considerado.

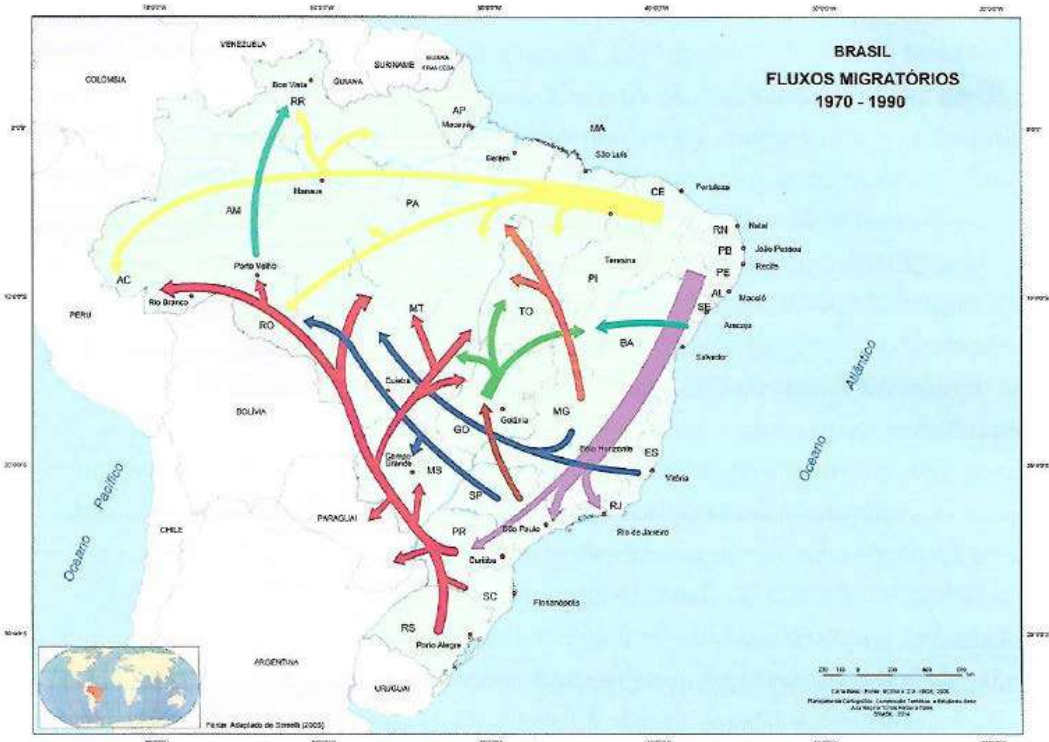
Figura 4 - Principais fluxos migratórios, no período de 1950-1970



Fonte: Simielli (2006) adaptado por Isquierdo e Teles (2014, p. 50).

Foram significativos os deslocamentos de nordestinos para a região Centro-sul, devido às secas que atingiram o Nordeste, sobretudo nos anos de 1950, quando migraram para atuar nas fronteiras agrícolas no Paraná, em Goiás, Mato Grosso (FAUSTO, 2013), fato observado no período representado pela Figura 4 e de modo mais expansivo, pela Figura 5.

Figura 5 - Principais fluxos migratórios, no período de 1970-1990



Fonte: Simielli (2006) adaptado por Isquierdo e Teles (2014, p. 51).

Em Pernambuco e Alagoas, no litoral, na Zona da Mata e no Recôncavo Baiano, verificou-se uma tendência à emigração, com migrantes buscando melhores condições de vida, no Rio de Janeiro, São Paulo ou Paraná. Assim, as capitais tornaram-se centro de vinda de migrantes do interior, resultando em grande crescimento demográfico (conforme Figura 5).

Ainda de acordo com Fausto (2013), o segundo grande fenômeno migratório foi o deslocamento da população para o Centro-Oeste e noroeste do País. A construção de Brasília foi o impulso inicial da “Marcha para o Oeste”, aspiração do governo Vargas. Segundo Loro (2012), as principais migrações para o Mato Grosso do Sul foram: (i) a paulista, início século XVII, com expedições dos bandeirantes; no final do século XVIII com a ocupação do oeste, e no século XX; (ii) a gaúcha, no final do século XVIII, com a fundação de novas cidades, estendendo-se ao XIX e XX, e na década de 1970 uma nova onda migratória, com a cultura da soja mecanizada no centro-sul do estado; (iii) a mineira, no final da década de 1820 e também no século XX; (iv) a paranaense, na década de 40, com a “Marcha para o Oeste”, e na segunda leva, décadas de 1970 e 1980, para cultivo de cereais e soja e (v) a

nordestina, intensa a partir de 1890 até 1930, com uma segunda leva após a política de Getúlio Vargas, concentra-se no centro-sul do estado. Adiciona-se ainda a influência paraguaia e boliviana nas fronteiras. Os paraguaios influenciaram nas transformações de costumes sul-mato-grossenses, na técnica de criação, alimentação, consumo da carne e mate-chimarrão (DIÉGUES JUNIOR, 1960).

Diferentemente do Paraná, a migração para Goiás e Mato Grosso destinou-se à criação de gado e plantio de soja, em grandes propriedades. Somam-se a isso as pequenas e médias propriedades voltadas à produção de milho e arroz. Rondônia, na região noroeste, foi outro polo de migração, sobretudo na década de 1970. A população era de 110 mil em 1970 e chegou a 1,1 milhão nos anos 1990 (FAUSTO, 2013, p. 453).

Para o sul de Goiás, direcionaram-se levas de migrantes provenientes de Minas Gerais e do Nordeste, resultando no desaparecimento dos latifúndios e o surgimento de pequenas propriedades. Muitos plantadores paranaenses e paulistas deslocaram-se também para esse estado.

Uma vez exposta, sumariamente, a movimentação espacial dos diversos povos que ocuparam o País, ao longo de sua história, no trecho a seguir, apontamos, de modo sintético, a divisão regional concebida por Diégues Junior (1960) e a de Ribeiro (2006), que oferecem um panorama da formação da sociedade brasileira, refletindo no léxico regional, conforme já discutiu Isquerdo (2006). Somam-se a esses trabalhos a obra de Nascentes (1953), na tentativa de delimitação de áreas dialetais brasileiras. Esses estudos servem de base para a análise da distribuição espacial das variantes coletadas para esta tese, como critério de comparação.

### 1.3 O CONTEXTO HISTÓRICO, CULTURAL E ECONÔMICO

Diégues Junior (1960) apresenta em sua obra um mapa do Brasil, estabelecendo uma divisão das localidades por regiões culturais, retomando um estudo anterior (DIÉGUES JUNIOR, 1980 [1956]). Tais localidades caracterizam-se a partir do processo de ocupação humana, aliado à base geográfica e à formação histórica, que influenciaram no comportamento do homem e sua relação com o ambiente. O conceito de região cultural, consoante o estudioso, baseia-se nas relações entre o meio físico-geográfico e as condições econômicas desenvolvidas

pele homem no processo de ocupação do território (DIÉGUES JUNIOR, 1990, p. 3-29).

Figura 6: Regiões culturais do Brasil



Fonte: DIÉGUES JUNIOR (1960, p. 1)

Em suma, o sociólogo subdivide o Brasil em regiões culturais da seguinte forma:

(i) Nordeste agrário do Litoral – composto por uma mestiçagem maior entre brancos e negros, sendo o mulato o símbolo do engenho açucareiro. O engenho de açúcar foi protagonista na formação da sociedade agrária e patriarcal.

ii) Nordeste Mediterrâneo – formado com a expansão da ocupação litorânea, centrado na figura do vaqueiro. O símbolo étnico era o mameluco, e os centros sociais eram os currais e as fazendas de criação;

iii) Amazônia – a floresta e a água condicionaram a ocupação humana e o modo de vida na região, com a presença indígena. Marcada pelo extrativismo das drogas amazônicas e depois, da borracha, madeira e castanheira.

iv) Mineração no planalto – surgiu com a transposição da Serra do Mar pelos bandeirantes, pelos arraiais de mineração, vida social e riqueza intensa. Participaram do processo de formação humana os paulistas, mamelucos, nordestinos, mulatos, reinóis e judeus, criando condições culturais próprias, que sofreram modificações com a metalurgia.

v) Centro-Oeste – iniciou o processo de ocupação com a mineração, passando ao cultivo de erva-mate, gado e pequena agricultura. Foi predominante o português, mestiço com o indígena, mas “hoje sente-se a influência cultural das correntes espanholas vizinhas na zona fronteira” (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 21).

vi) Extremo Sul – a formação decorreu de correntes paulistas, nordestinos e fluminenses, além de ilhéus; a pecuária foi a principal atividade econômica, ainda hoje persistente, “[...] espanholismos pela influência cultural da vizinhança espanhola dão a essa região aspecto peculiar” (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 21). A estância é o centro social mais característico. Surgiu a figura do gaúcho, com seu traje típico. A criação de gado somou-se à agricultura dos portugueses açorianos.

vii) Colonização Estrangeira – formada por variada corrente imigratória, ocupando faixas despovoadas do Extremo-Sul (RS, SC, PR). Marcada por características não luso brasileiras.

viii) Faixa do Café – caracterizada pelas áreas de cultivo do café, no século XIX, alcançando o Rio de Janeiro, pelo Vale do Paraíba, até MG e SP, chegando até o PR. Seu núcleo característico é a fazenda cafeeira, de onde saíram políticos e barões do café; caracterizado por transformações, pela inserção do gado nos locais da decadência do café e pela industrialização, atualmente, seu traço mais característico do desenvolvimento de SP, RJ e Vale do Paraíba.

ix) Faixa industrial – surgiu nas antigas zonas de ocupação cafeeira, gerou transformações sociais e econômicas, contribuindo com a expansão da industrialização, no RJ, SP e parte de MG (antiga mineração).

O autor acrescenta, ainda, outras regiões, como a do cacau, no sul baiano; a do sal, no Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, e a da pesca, relacionada às regiões litorâneas.

Ribeiro (2006, p. 269-270), por sua vez, classifica e divide as regiões brasileiras de acordo com a formação humana e os diferentes contatos que se deram, vinculados à base econômica, gerando uma “[...] protocélula étnica neobrasileira diferenciada tanto da portuguesa como das indígenas”. Resultam dessa divisão, os cinco “Brasis” – crioulo, caboclo, sertanejo, caipira e sulino, sumarizados a seguir.

- i) O Brasil crioulo – a área cultural crioula corresponde “[...] à configuração histórico-cultural resultante da implantação da economia açucareira e de seus complementos e anexos na faixa litorânea do Nordeste brasileiro, que vai do Rio Grande do Norte à Bahia” (RIBEIRO, 2006, p. 251). Economia: tabaco, fumo e cacau. Costumes voltados ao engenho açucareiro, com matrizes culturais de raízes indígena, africana e europeia.
- ii) O Brasil caboclo - a integração da floresta Amazônica foi feita pelos rios e rodovias que cortam a floresta, contando com ampla rede fluvial navegável (Solimões-Amazonas). Inicialmente, a ocupação portuguesa instalou-se ao longo do Amazonas e caracterizou-se pela produção de tabaco, cacau e algodão. Para essa área, migraram os colonos açorianos. Foram criadas regiões agrícolas de gado, nas áreas de Marajó e do Rio Branco. Outros produtos importantes foram o algodão e o arroz, com centro em Maranhão, fora do Vale Amazônico. No Pará prosperou a lavoura de algodão, arroz e cacau. Com a valorização da borracha, a população dispersa-se pela mata, em busca de seringueiras nativas. Belém e Amazonas tornam-se grandes centros metropolitanos e a mão de obra provém do Nordeste pastoril. Após a decadência da borracha, os seringalistas passaram a migrar para as grandes cidades e viver nos subúrbios. Com a chegada de japoneses, investiu-se na produção de juta, arroz e pimenta do reino.
- iii) O Brasil sertanejo - compreende o agreste nordestino e regiões semiáridas das caatingas até o Brasil Central, nos planaltos e campos cerrados. No agreste e caatinga, desenvolveu-se a economia pastoril em associação à açucareira; as primeiras cabeças de gado instalaram-se no agreste pernambucano e recôncavo baiano e acabaram dispersando-se ao longo dos rios. Ao final do século XVI, já haviam se espalhado pelo rio São

Francisco em direção ao Piauí e Maranhão. O vaqueiro, fenótipo dessa região, é o branco de base indígena. Os pousos do gado e dos cuidadores tornaram-se vilas e cidades. Outras atividades surgiram, como o cultivo do algodão arbóreo (também denominado mocó), nativo da região. Contingentes de mão de obra saíram das zonas pastoris para a região Amazônica, no surto da borracha e com a abertura de novos produtos agrícolas no Sul. Em campos do Centro-Oeste, as pastagens são melhores e com regime pluvial mais regular; a população dessa região afastada da costa conservou traços arcaicos.

- iv) O Brasil caipira - inicialmente, a economia da população paulista era pobre; a população falava a língua geral e os mamelucos paulistas viraram grandes caçadores de indígenas. Os paulistas saquearam as missões de Guairá, no oeste paranaense; Itatim, no sul de Mato Grosso; Tapes, no Rio Grande do Sul, vendendo os indígenas para os engenhos nordestinos. Alguns se tornaram criadores de gado ou lavradores. A mineração aurífera atuou como uma atividade asseguradora da unidade nacional: beneficiaram-se o pastoreio nordestino por campos do rio São Francisco e do Centro-Oeste, com um novo mercado consumidor; além do pastoreio do gado vacum e de muares empregados pelos tropeiros que faziam transporte na região Sul. Com a decadência dessa atividade, a economia do Centro-sul entrou em estagnação. A partir daí, despontou a cultura brasileira rústica, caipira, na área Centro-sul do País, desde São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, até Minas Gerais, Mato Grosso e áreas vizinhas no Paraná. Geraram uma agricultura itinerante familiar, como posseiros; produziram agricultura de subsistência e produtos para mercado de trocas. Contudo, a partir de 1850, com a retomada da produção agroexportadora, irrompeu a cultura do algodão, tabaco e depois o café, promovendo o sistema de transportes pelas estradas por meio de tropas. Os caipiras passam a trabalhar como meeiros, com o crescimento da cultura do café. Outros foram expulsos de suas posses e, negando-se a sujeitar-se ao regime de trabalho, embrenharam-se cada vez mais para áreas mais afastadas. Os imigrantes aceitam as condições de trabalho rejeitadas pelos caipiras.

- v) Brasis Sulinos: gaúchos, matutos e gringos - os paulistas expandiram-se e ocuparam a região sulina, formando uma área cultural complexa caracterizada por sua heterogeneidade cultural. É marcado pelo pastoreio gaúcho e a pequena propriedade dos colonos imigrantes. Após a expulsão da Companhia de Jesus, os fazendeiros ocuparam as antigas missões. Foi instalada a técnica de fabricação do charque cearense. Sublinha-se o ingresso de imigrantes centro-europeus e açorianos. Outra atividade dos estancieiros era a criação de muares e cavalos. Com a industrialização da charqueada, foi introduzido o negro escravo. Muitos sulinos migraram em busca de melhores chances em zonas rurais de estados vizinhos e no sul de Mato Grosso. A região sulina foi se especializando em outros produtos, como a triticultura, rizicultura e cultivo de soja para exportação.

Outras propostas, além da divisão em regiões culturais (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e os cinco Brasis de Ribeiro (2006), intentam traçar a realidade brasileira em áreas em que emergem características que as integram. Dentre esses outros estudos, podemos referenciar o ensaio de divisão dialetal brasileira. Embora haja críticas, é notória a importância da obra de Nascentes (1953), como a única a traçar uma proposta de divisão dialetal, com base linguística e de caráter geral (CARDOSO, 2010), conforme discutimos no tópico seguinte.

#### 1.4 PROPOSTAS DE DIVISÃO DIALETAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Na segunda edição de sua obra *O linguajar carioca em 1922*, Nascentes (1953) revisita as primeiras tentativas de divisão dialetal brasileira, como a de Júlio Ribeiro, que considerou “imperfeita” e a de Rodolfo Garcia, a qual toma como parâmetro, após percorrer o Brasil “do Oiapoc ao Xui” (NASCENTES, 1953, p. 24).

Ao se basear na abertura das vogais pretônicas e na cadência (“cantada” no Norte e “descansada” no Sul), o autor propõe a divisão dialetal em dois falares: do Norte e do Sul, subdivididos em seis subfalares (Figura 7).

Figura 7: Divisão dialetal de Nascentes (1953)



Fonte: Nascentes (1953, p.18).

O falar do Norte abarca o subfalar amazônico e o nordestino, e o falar do Sul engloba os subfalares baiano, mineiro, fluminense e sulista, aos quais ainda se soma a área abrangida pelo Território Incaracterístico, à época, praticamente despovoado (contempla, na atualidade, o território de Tocantins, parte do Mato Grosso e de Rondônia).

Outros estudos variacionistas mais recentes, fomentados com a inauguração dos primeiros atlas linguísticos estaduais e regionais brasileiros e, nomeadamente, após os primeiros resultados obtidos pelos pesquisadores do Projeto ALiB, foram elencados em Romano (2018) e Yida (2019). São eles:

- i) Áreas dialetais a partir de estudos fonéticos: Cardoso (1986), analisando a realização das vogais médias pretônicas no APFB e no EALMG, concorda com a linha que demarca o falar baiano, mineiro e

fluminense, e Mota (2006), que analisa os dados disponíveis segundo os atlas linguísticos estaduais e regionais publicados até então, que ora atestavam, ora refutavam a divisão dialetal;

- ii) Áreas dialetais a partir de estudos lexicais (analisando os dados do ALiB): (a) Aguilera (2009) compara a divisão dialetal com as possíveis áreas delimitadas por isoglossas<sup>19</sup> geradas a partir da análise da distribuição espacial de alguns dados lexicais das capitais pesquisadas pelo ALiB, que convergem ou divergem da proposta; (b) Ribeiro (2012) versa sobre a área do falar baiano, comparando a arealização das variantes no campo semântico dos “Brinquedos e brincadeiras infantis”(COMITÊ NACIONAL, 2001); (c) Portilho (2013) analisou a área do subfalar amazônico, em relação à distribuição diatópica das variantes no campo semântico dos “brinquedos e brincadeiras infantis” (COMITÊ NACIONAL, 2001); (d) Romano e Aguilera (2014), em pesquisa que visa comparar os padrões de variação lexical na Região Sul em relação às respostas para a questão 156 (QSL) que busca variantes para “bolinha de gude”, ratificam a não homogeneidade desses padrões linguísticos; (e) Romano (2015), em sua tese, analisou a distribuição espacial de variantes lexicais como respostas a variadas questões do QSL na área do subfalar sulista de Nascentes e defendeu uma nova divisão em dois subfalares (sulista e paulista); (f) D’Anuniação (2016) e Santos (2016) também discorreram a respeito das questões incluídas nessa área semântica das brincadeiras, em dados coletadas pelos pesquisadores do ALiB, sendo o primeiro trabalho direcionado a uma comparação quanto à espacialização das variantes na área denominada falar mineiro e, o segundo, quanto ao falar fluminense; (g) Romano e Seabra (2017) cotejaram a distribuição diatópica para a questão 156 do QSL (*bolinha de gude*) no que tange à área do subfalar mineiro, em uma análise em tempo real e tempo aparente;

---

<sup>19</sup> As isoglossas são linhas virtuais que representam graficamente a difusão geográfica de fatos linguísticos. Como modo de distingui-las, podem receber denominações conforme os fenômenos que representam: isófonas (fenômenos fonéticos), isomórficas (fenômenos morfológicos), isoléxicas (fenômenos lexicais) etc. (IORDAN, 1962).

- iii) Atlas linguístico: *Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico*, Cuba ALTTI (2015). A pesquisadora constatou a presença de duas grandes frentes migratórias principais no-Território Incaracterístico, assim denominado por Nascentes (1953): uma nortista e outra sulista, caracterizando-o, afinal, como território multivarietal.

Diante do cenário esboçado, reforçamos a relevância de estudos acerca da descrição linguística de modo abrangente, como o Projeto ALiB, que dão corpo a novas pesquisas e fomentam, por conseguinte, novos paradigmas para comparação, trazendo à luz a realidade linguística brasileira.

Assim caracterizadas as divisões das regiões brasileiras, baseadas em critérios culturais, consoante o meio físico e condições de desenvolvimento econômico norteando a ocupação humana (DIÉGUES JUNIOR, 1960; DIÉGUES JUNIOR, 1980 [1956]), ou à luz da formação humana, promovendo o desenvolvimento da economia (RIBEIRO, 2006) e “[...] modos de ser singulares, no âmbito da sociedade brasileira” (ISQUERDO, 2006, p. 11), ou em comparação à divisão dialetal brasileira (NASCENTES, 1953) e demais estudos descritivos, voltamos o foco a outros componentes basilares na formação da complexa estrutura policromática lexical, traduzindo em usos linguísticos, reverberações de seus constituintes ancestrais.

## CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTOS LINGÜÍSTICOS

*[...] a língua, longe de ser um organismo, é um produto social, é uma atividade do espírito humano. Não é, assim, independente da vontade do homem, porque o homem não é uma fôlha seca ao sabor dos ventos veementes de uma fatalidade desconhecida e cega. [...] as línguas seguem o destino dos que a falam, são o que delas fazem as sociedades que as empregam.*  
(SILVA NETO, 1986, p. 17-18).

A língua, muito além de um meio de comunicação do ser humano, revela o âmago da sua necessidade expressiva, percorrendo os passos e processos do homem. Segue a rota das embarcações que fluem de acordo com o tempo e por influência daqueles que nos cercam, em rumo guiado e perenizado conforme o destino dos que se valem do arcabouço de possibilidades linguísticas que ela nos brinda. É um instrumento dinâmico, de resultado social; tem uma deriva, “[...] determinada direção, que já encerra uma série de possibilidades. A rapidez ou lentidão com que se caminha por essa estrada depende de condições histórico-sociais” (SILVA NETO, 1970, p. 594).

Inserido nesse universo de possibilidades da língua, a história do léxico reflete a própria história da língua, os contatos que ali se deram, os empréstimos linguísticos, segundo Camara Junior (1985). Afinal, o “idioma nacional” de Antenor Nascentes (1960) é de uma preciosidade multilinguística, plasmado pelo entrelaçamento de diferentes culturas, culminando na particularização do português europeu, acrescido de novos ares, ambientes e vidas além-mar, resultando no português brasileiro (PB).

Neste capítulo, delineamos o contexto histórico da língua portuguesa no Brasil e seu encadeamento linguístico. Evidenciamos as suas especificidades, advindas da transmutação linguística, da migração e do contato entre diferentes povos, em ambiente físico-geográfico novo, registrado em um contexto histórico específico. É imperativo, desse modo, salientar que “a história das línguas passa necessariamente pela história demográfica de seus falantes” (SILVA, 2004, p. 17). Traçada a história demográfica humana, passamos a discorrer a respeito da língua portuguesa no Brasil.

Em primeiro momento, apresentamos as discussões a respeito do português brasileiro e a sua formação. Em seguida, expomos brevemente os debates a respeito do contexto histórico de evolução da língua e as fases da formação do PB;

por último, discorreremos sobre as contribuições dos indígenas e africanos, e o quadro multilíngue do português brasileiro, sem pretensão de chegar à exaustividade.

## 2.1 EM BUSCA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O português lusitano aportou na costa brasileira acrescido de empréstimos árabes, notadamente, quando da invasão muçulmana, em 711. Muitas expressões pertenciam a campos semânticos em que a civilização árabe se destacava, tais como na agricultura (*arroz, azeite, alface*), culinária e alimentação (*acepipe, açúcar*), dentre outras (TEYSSIER, 2014, p. 22). O autor ainda comenta o acréscimo de palavras de origem germânica, além dos empréstimos do francês e do provençal durante o período galego-português, a ida de franceses a Portugal e a atuação da literatura provençal no processo de consolidação da língua lusitana. Convém ressaltar também a influência espanhola entre meados do século XV e fins do século XVII, como segunda língua entre os portugueses mais cultos, acentuada durante o período de dominação espanhola. No século XVIII, o francês passa ao papel de segunda língua de cultura em Portugal; na contemporaneidade, foram emprestados muitos galicismos, além do papel exercido pela língua francesa na fraseologia do português contemporâneo.

Segundo Cunha (1986), a situação linguística no Brasil foi gestada inicialmente com a vinda de portugueses de diversos lugares de Portugal, alguns do Norte conservador e outros matizes do Sul inovador. Consoante o autor, por seu caráter neológico, o falar do Sul tendia a se impor, defendendo que a língua culta e a língua comum dos brasileiros se fundamentam na norma sulista portuguesa do século XV e XVI. A língua portuguesa, trazida por portugueses de diversas origens, já atracou diversificada na costa brasileira. Importa, pois, considerar a sua trajetória histórica no País.

Em relação à história da língua no Brasil, Silva Neto (1986) apontava para a questão da língua brasileira ou dialeto brasileiro e considerava um erro encarar o português como uma massa uniforme, por ser formado por quatro tipos de linguagem: (i) linguagem corrente falada – considerada “correta”, adotada por falantes da classe média, com maior nível de instrução; (ii) linguagem popular – linguagem de pessoas humildes, com grande número de analfabetos; (iii) linguagem escrita – distinguindo escrita mais ou menos cuidada e a literária, e (iv) linguagem

dialetal – é aquela que dispõe de menor prestígio social em relação à padrão, soando “[...] regional e rústica” (SILVA NETO, 1986, p. 19).

Desse modo, ficaria a língua escrita como mantenedora da unidade. Comenta que o padrão culto brasileiro difere do além-mar, bifurcando-se em duas variedades e, dentro de uma sociedade, toma variadas feições. Assim sendo, a língua corrente varia segundo as pessoas, classes sociais, circunstâncias, tempo e lugar. A variação linguística decorre da influência das interações sociais e do esforço do falante em se adaptar a esse contexto social em relação aos outros indivíduos do grupo. Advêm disso, os matizes tenso, familiar, vulgar e as falas especiais, dentro da fala corrente. O vocabulário dos povoadores portugueses modificou-se porque no Brasil não se encontravam dezenas de referentes ou fatos de Portugal; mas, por outro lado, era ampliada a expressão com a inserção de numerosos vocábulos designativos da realidade americana (SILVA NETO, 1986, p. 41).

Tais matizes de que a língua transplantada se acresceu em terras brasileiras revelam, além do processo de nomeação de novo ambiente cultural e geográfico, a ação de outros povos. “As transformações sofridas no Brasil revelam além do fator mesológico (clima, alimentação, etc.), que devia ter influído, o fator antropológico, representado pelo índio e pelo negro” (NASCENTES, 1960, p. 262). A variante brasileira da língua portuguesa europeia, de identidade linguística sedimentada, busca, portanto, mostrar a sua face lapidada, o português brasileiro (PB).

No início, a colonização deu-se no litoral e adentrou com a fundação de São Paulo. No período da Colônia, o País era essencialmente rural e inexistiam universidades. O quadro da língua, delineado por Teyssier (1997) era o dos lusitanos que falavam o português, com traços marcantes, enquanto indígenas e africanos aprenderam a língua lusitana de forma “imperfeita”. A língua geral era falada principalmente em regiões costeiras, como um tupi simplificado, empregado pelos bandeirantes em suas expedições. Nas capitânicas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pará, onde a catequese teve mais força, o tupi prevaleceu por mais tempo (SAMPAIO, 1901).

O português popular do Brasil seria, portanto, resultado de uma confluência de motivos, forças de origens diversas, da América, da África e da Europa. Ainda, em sua pesquisa, Naro e Scherre (2007) assumem a posição da deriva linguística de

Sapir (1961)<sup>20</sup>. Segundo eles, tanto o português europeu quanto o português brasileiro “partilham estruturas semelhantes e que as estruturas variáveis de uso comum no Brasil também podem ser encontradas em Portugal, com menos intensidade, tanto hoje quanto antes da colonização do Brasil” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 114-115). De fato, muitos regionalismos em uso resultam, possivelmente, de arcaísmos, conservados em áreas mais afastadas (SILVA NETO, 1970; CUNHA, 1986).

Em outra sistematização da história da língua portuguesa, Elia (2003) divide-a em duas fases: (i) colonial (século XVIII) e (ii) independente (século XIX). Na primeira, por meio do Diretório de 1757, a língua geral foi proibida, sendo impostos a língua e costumes portugueses. Cria-se, a partir do Diretório<sup>21</sup>, uma falsa noção de que no Brasil é falada uma língua única, a despeito das variedades e das línguas indígenas e de outras nacionalidades, que se apresentam disseminadas pelo território brasileiro.

A vinda da família real, o crescimento das zonas urbanas e as medidas do Marquês de Pombal inverteram a situação do bilinguismo<sup>22</sup>, com a imposição da língua portuguesa, acelerando o desaparecimento da língua geral. Ao se tornar língua oficial, as escolas passaram a ensinar o português, contudo, o idioma era uma mescla de “[...] elementos trazidos da fala popular ou era a mesma língua portuguesa tingida de ‘brasileirismos’, formas ou palavras novas nascidas no Brasil [...]” (ELIA, 2003, p. 123). Em relação às expressões indígenas, classificadas como *brasileirismos*, Mariani (2004, p. 153-154) expõe:

As línguas indígenas e a língua geral vão ficando cada vez mais ausentes na construção discursiva oficial da história da colonização e na história do próprio português. São submetidas à memória e à escrita portuguesas. Ficam enquadradas e categorizadas nas gramáticas como *brasileirismos*, como listas de topônimos ou como palavras que designam elementos específicos da flora e da fauna.

---

<sup>20</sup> De acordo com Sapir (1961, p. 150), “nossa língua tem uma inclinação [...] as mudanças dos próximos séculos estão em certo sentido prefiguradas em certas tendências não perceptíveis no presente”.

<sup>21</sup> Diversamente à posição defendida por alguns historiadores, Faraco (2016, p. 103) salienta que o que garantiu a hegemonia da língua portuguesa em território amazônico relaciona-se mais “[...] às profundas mudanças demográficas e econômicas que vieram a ocorrer na região do que resultado do “*traço de penna*” do *Diretório*”. Prova maior é ainda o uso do *nheengatu* em algumas regiões do Alto Rio Negro, tendo sido inclusive considerado língua cooficial de São Gabriel da Cachoeira, em 2002.

<sup>22</sup> Coexistência de dois sistemas linguísticos diferentes (português e a língua geral), empregados alternativamente pelos falantes, em determinados contextos sociais.

Dessa maneira, as línguas indígenas e a língua geral permaneciam entesouradas essencialmente em vocabulários rotuladas como brasileirismos, topônimos, designativos para a flora e a fauna.

Anteriormente à descoberta de ouro em Minas Gerais, o Brasil era composto por ilhas coloniais, cada qual com a sua realidade demográfica e socioeconômica. Após a descoberta, tal perfil modificou-se, gerando intensa movimentação populacional e o estabelecimento de redes de comércio, favorecendo, por conseguinte, maior integração linguística. Ocorre, no século XVIII, a virada sociolinguística, com o português sendo adotado como língua de uso geral no Brasil (FARACO, 2016).

Na fase independente (século XIX), a questão da língua aflorou graças à independência, libertando o país da submissão oficial ao cânone português e ao movimento romântico que buscava no povo as bases da cultura nacional. Elia (1961) concorda com o posicionamento de Melo (1971 [1946]) de que a língua portuguesa no Brasil estava imersa de componentes do “estilo brasileiro”, ao contrário de José de Alencar, que defendia a posição do “dialeto” brasileiro, que, para ele, viria a tornar-se língua brasileira.

Com a independência, em 1822, o Brasil inicia uma caminhada em busca de uma diferenciação linguística em relação a Portugal, particularmente, por força das características indígenas. A referência cultural maior passa a ser francesa e os imigrantes de diferentes nacionalidades são “acolhidos” (TEYSSIER, 1997, p. 64). Localizando-se, sobretudo, no Sudeste e Sul, tais povos favorecem a diversificação linguística (SILVA, 2004).

No cenário atual da língua falada no Brasil, de um lado, temos as variedades sociais do português brasileiro culto (*standard*) urbano e letrado, e de outro, o português brasileiro popular, de origem rural, migrante para as cidades por meio do êxodo rural, a partir da metade do século XX. Reforça Faraco (2016) que a polarização não deve ser considerada de modo dicotômico, tendo em vista que a pluralidade de normas cultas e populares se sobrepõe.

Desse modo, o português no Brasil é heterogêneo, variado e plural. Nesse raciocínio, Bortoni-Ricardo (2005) propôs o modelo de contínuos<sup>23</sup>, demonstrando a

---

<sup>23</sup> Além do contínuo rural x rurbano x urbano (contínuo de urbanização), o falante, em seu repertório linguístico, pode transitar, em determinados contextos, dentro do contínuo oralidade-letramento e no

interpenetração das normas. Emenda Lucchesi (2015) que há uma clivagem na realidade sociolinguística brasileira, embora haja um processo de nivelamento linguístico, assinalando o desprezo que os falantes do português culto mantêm sobre o português popular.

Ainda, no resgate da formação do português brasileiro, é imprescindível discorrer a respeito da contribuição de diversos povos que se disseminaram e construíram sua vivência no Brasil.

Ao analisarmos a atuação de diferentes povos na composição do português brasileiro, em especial a base tríplice (brancos, negros africanos e indígenas), observamos que as pesquisas a respeito da influência das línguas indígenas no português centram-se notadamente nos empréstimos lexicais do tupi, como tupinismos<sup>24</sup>. Os indigenismos generalizaram-se como provenientes do tupi. Discute ainda Silva (2004) que a língua geral tinha dois grandes grupos: a língua geral amazônica, que deu origem ao *nheengatu* e a língua geral do Sul ou paulista, com base tupiniquim e guarani, que se tornou a língua dos bandeirantes e se espalhou pelo interior paulista e Centro-Oeste. Pouco se discute a respeito das línguas do tronco macro-jê, cujos falantes, os tapuias, ocuparam o interior do Nordeste, Centro-Oeste e São Paulo, além do Sul.

A base tríplice da língua portuguesa no Brasil também era formada pela presença dos povos africanos que trouxeram de duzentas a trezentas línguas diferentes. Caracterizavam-se pela diversidade étnica e linguística, pois eram trazidos de diferentes pontos da África, em uma seleção negativa nos primeiros séculos, mas que, com a massificação da importação, deixou de sê-lo (HOUAISS, 1985). Tais línguas desapareceram, salvo em celebrações litúrgicas ou no léxico. No contexto multilíngue, especula-se que possam ter adotado o quimbundo como língua franca para a interação entre os diferentes povos no Brasil.

Os escravos negros africanos foram trazidos principalmente da costa ocidental africana. Ribeiro (2006) distingue três grupos culturais:

---

contínuo de monitoração estilística (estilos mais ou menos monitorados conforme o ambiente, o interlocutor ou tópico da conversa) (BORTONI-RICARDO, 2005).

<sup>24</sup> Nascentes (1960) elenca termos do PB de origem latina, estrangeira, africanas e tupis. Alguns exemplos: (África: *angu*, *berimbau*, *caçula*, *camundongo*, *chimpanzé*, *gorila*, *inhame*, *mandinga*, *moleque*, *munguzá*. Na América, saíram principalmente do tupi, índios que habitavam o litoral: *mingau*, *pamonha*, *peteca*, *pipoca*, *pixaim*, *sabiá*, *urubu*).

O primeiro, das culturas sudanesas, é representado, principalmente, pelos grupos Yoruba – chamados *nagô* -, pelos Dahomey – designados geralmente como *gegê* – e pelos Fanti-Ashanti – conhecidos como minas -, além de muitos representantes de grupos menores da Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta e Costa do Marfim. O segundo grupo trouxe ao Brasil culturas africanas islamizadas, principalmente os Peuhl, os Mandinga e os Haussa, do Norte da Nigéria, identificados na Bahia como negros *malé* e no Rio de Janeiro como negros *alufá*. O terceiro grupo cultural africano era integrado por tribos Bantu, do grupo congo-angolês, provenientes da área hoje compreendida pela Angola e a “Contra Costa”, que corresponde ao atual território de Moçambique (RIBEIRO, 2006, p. 102).

As línguas africanas provieram de duas grandes áreas: (i) Área oeste-africana, mais diversificada, composta principalmente por falares yorubá; (ii) Área da costa oeste africana – área banto, mais tipologicamente homogênea. (SILVA, 2004). Ainda, “o quimbundo, pelo seu uso mais extenso e mais antigo, exerceu no português uma influência maior do que o nagô”. (MENDONÇA, 1973, p. 41). Conforme Mendonça (1973) e Rodrigues (1976), duas línguas africanas foram mais amplamente adotadas pelos africanos no Brasil: “o nagô ou ioruba na Bahia e o quimbundo no Norte e no Sul” (MENDONÇA, 1973, P. 41).

Os negros foram trazidos para o trabalho com a produção açucareira. Embora sua ação tenha sido passiva, contribuíram para remarcar o amálgama racial e cultural do Brasil. Quando esses povos vieram integrar-se à etnia brasileira, já havia uma base luso-tupi o que exigiu a adaptação de seus costumes, de seus conhecimentos e utilização de plantas e de alimentos à nova realidade.

Em áreas de atividade mercantil mais intensa e decréscimo do elemento indígena, os africanos e seus descendentes atuaram como difusores da língua portuguesa, aprendida de seus capatazes e na rota marítima do tráfico escravo, refazendo-a, adicionando sua singularidade e difundindo-a pelo território, impregnada de sua herança cultural africana, “saberes e gostos culinários” (RIBEIRO, 2006, p. 105), valores espirituais etc. Acabaram adquirindo-o em situações de oralidade, como segunda língua (SILVA, 2004).

Os afrodescendentes e, em consequência, as línguas africanas em contato com o português, não se limitaram às capitânicas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII), mas se expandiram para a área mineradora<sup>25</sup>, no

---

<sup>25</sup> A política de evitar escravos da mesma etnia, nas colônias e nos navios, dificultou a formação de núcleos de preservação do patrimônio cultural africano. Os descendentes de africanos influenciaram

centro e centro-oeste do Brasil, para o litoral do Rio de Janeiro e São Paulo, com o novo surto açucareiro, para então, transitarem nas áreas cafeeiras, no século XIX, no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas. Seguiram para o Maranhão, na colheita do fumo e para a Amazônia, na busca de especiarias, e no século XIX, para as áreas de charqueadas sulistas. Contribuíram, dessa maneira, na difusão do português popular (SILVA, 2004).

A identidade do português brasileiro acresce-se, além da tríade nativos-portugueses colonizadores-africanos, do papel dos imigrantes que contribuíram no multilinguismo.

Os contingentes açorianos adentraram principalmente ao Norte, na segunda década do século XVII. Em 1621, os primeiros casais foram trazidos para Belém e São Luís, atuando também na criação de Macapá. Em Santa Catarina, localizaram-se em Desterro (atual Florianópolis), Laguna, Imbituba, Porto Belo, São Miguel e São José, e no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, Santo Amaro, Cachoeira, Triunfo, Rio Grande, entre outros. Deslocaram-se casais açorianos também no Amazonas, em Borba, Barcelos, São José do Javari e no Mato Grosso, a partir da segunda década do século XVIII (SILVA NETO, 1986). O estudioso ainda sublinha o caráter conservador e tradicional da linguagem camponesa, tendo em vista a origem dos colonos (classes humildes e da província), as suas relações e trabalhos cotidianos rotineiros. Como consequência da colonização heterogênea, o estudioso ressalta a semelhança com a pronúncia do sul de Portugal (algarvio-alentejano).

Silva (2004) destaca as áreas de bilinguismo, originadas das línguas de imigração, sobretudo em São Paulo e na Região Sul do País. O isolamento de comunidades alemãs no Sul favoreceu a manutenção da língua de origem e aprendizado tardio da língua portuguesa. De fato, a aquisição de pequenas propriedades agrícolas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina contribuiu na manutenção de tradições e costumes, fixando o homem no campo, ao contrário das fazendas fluminenses, mineiras e paulistas, onde atuaram como meeiros ou assalariados (CÔRTEZ, 1958, p. 76).

Convém destacar essa caracterização peculiar da Região Sul do País, tendo em vista a diversidade linguística. Na proposta de divisão dialetal brasileira, Nascentes (1922) categoriza-a como parte do falar sulista, entretanto, essa

---

principalmente as áreas culturais onde se concentraram, como o Nordeste açucareiro e a área de mineração.

generalização pode ser reavaliada por meio de estudos tais como o *Atlas Linguístico Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS), delimitando pelo menos oito áreas linguísticas (ALTENHOFEN, 2002, p. 134). Algumas áreas de realidade peculiares decorrem do contato do português com outras línguas europeias não lusitanas, formadas com o início da imigração, no século XIX, por povos tais como: italianos, alemães, poloneses, japoneses, dentre outros.

O contingente de imigrantes italianos, principalmente os colonos, que se instalaram em regiões mais afastadas e situadas em densas florestas, foram objeto de estudo de Margotti (2004). Em sua tese, estudou a dinâmica da difusão do português em contato com o italiano, em áreas que se tornaram bilíngues e caminham ao monolinguismo em favor do português, em oito<sup>26</sup> pontos situados em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Tal pesquisa seguiu o viés da Geolinguística Pluridimensional e Relacional, nos dados coletados em 32 entrevistas, confrontadas com os resultados do ALERS e do VARSUL (*Variação linguística urbana na Região Sul*), levando em conta também o caráter topoestático ou topocinético dos falantes (THUN, 1998b, p. 375-376).

Em síntese, os dados confirmaram que o português falado pelos ítalo-brasileiros se apresenta impregnado de interferências de dialetos italianos, principalmente fônicas e, por outro ângulo, alguns falantes desejam suprimir essas marcas linguísticas, que são estigmatizadas; além disso, os colonos residentes em áreas rurais e os menos escolarizados são mais conservadores com relação aos traços linguísticos referentes ao italiano; os jovens querem diferenciar-se dos mais velhos, que ainda falam italiano, dentre outras conclusões.

Quanto ao tratamento das migrações e contatos linguísticos no sul do Brasil e na área da Bacia do Prata, Altenhofen e Thun (2016) comentam sobre as pesquisas das quais participaram, tais como: o *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS) (ALTENHOFEN, KLASSMANN, 2011a, 2011b), o *Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch* (ALMA-H, em andamento), que descreve os contatos de um língua minoritária alemã (hunsriqueano) e o português e espanhol; o *Atlas Linguístico Diatópico y Diastrático del Uruguay* (ADDU-Norte) (THUN, 2000), sobre o contato entre o português e o

---

<sup>26</sup> Os pontos elencados na tese fazem parte das localidades contempladas pelo ALERS, a saber: Chapecó, Videira, Rodeio e Orleans (Santa Catarina), e Sarandi, Sananduva, Caxias do Sul e Nova Palma (Rio Grande do Sul).

espanhol e o *Atlas Lingüístico Guarani-Românico* (ALGR) (THUN *et al.*, 2003, 2009), averiguando o contato do guarani com o espanhol e português. As áreas abarcadas por esses estudos são marcadas pelo multilinguismo (ALTENHOFEN, 2013).

Ao citarem Willems (1940), Altenhofen e Thun (2016) reportam que os imigrantes alemães do sul do Brasil, chamados de colonos, seguiam uma orientação centrífuga em relação à área de sua colônia local, sentindo-se descaracterizados fora de sua área de convivência. Mesmo com esse cenário, os autores encontraram áreas de migração desses colonos no Amazonas, Chaco paraguaio e Bolívia, durante as pesquisas para o ALMA-H. Comentam que a região das Missões no Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná foi povoada por migrantes teuto e ítalo-gaúchos.

Willems (1940)<sup>27</sup> discorre sobre os temas da assimilação/aculturação e comenta sobre a dificuldade em recensear o bilinguismo, pois os teuto-brasileiros empregavam as duas línguas, e cita uma comunidade no Vale do Itajaí, observada por ele, em que o alemão era mais utilizado em relações comerciais, e mesmo assim, com grandes dificuldades. No Rio Grande do Sul, sem grandes vias de comunicação, os camponeses alemães fundaram cidades e passaram a organizar o comércio; em Porto Alegre, Bagé e Pelotas, contribuíram na ocupação do território. Brusque, por sua vez, foi fundada por camponeses alemães da Badênia (sul), Renânia (oeste) e Oldenburgo (norte), depois, vieram os imigrantes da Schleswig-holstein (norte), Brunswig (centro) e Pomerânia (nordeste).

As enquetes realizadas para a execução do projeto BIRS (Bilinguismo no Rio Grande do Sul)<sup>28</sup>, com dados expostos por Altenhofen (2017), apontavam para o índice de 26,41% de bilíngues no Rio Grande do Sul, com a porcentagem de 56,61% falantes de alemão como língua adicional, seguido de italiano, com 33,94% e polonês, 3,97%. Constatou-se uma redução de 11,75% de falantes bilíngues, na comparação da geração dos pais à dos filhos.

---

<sup>27</sup> “No caso dos alemães, particularmente, a ausência da retroalimentação das correntes migratórias para o Brasil faz com que a preocupação incida sobre os desafios para a manutenção de certas características originais dessa população em face da integração de sucessivas gerações no contexto brasileiro” (PAIVA, 2010).

<sup>28</sup> O projeto BIRS, desenvolvido por Walter Koch, de 1985 a 1987, buscava mapear as áreas bilíngues do Rio Grande do Sul, a fim de subsidiar os levantamentos do projeto ALERS. Foram enviados questionários por correspondência às Juntas de Serviço Militar do Rio Grande do Sul. Os informantes eram jovens, na faixa de 18 anos, do sexo masculino. Para mais informações, acesse o *link*: <https://www.ufrgs.br/projalma/birs-bilinguismo-no-rs/>.

Em suma, no cenário geral da realidade brasileira, a base linguística funda seus alicerces na língua portuguesa trazida pelos colonizadores, em contato com os aloglotas<sup>29</sup> (indígenas e africanos), além da posterior contribuição de outros povos imigrantes europeus (italianos, alemães, poloneses, dentre outros) e asiáticos (japoneses, chineses etc.) que a eles se somaram, gestando um contexto multilíngue. Estava formada a base demográfica que compõe a estrutura da língua portuguesa falada no Brasil (SILVA NETO, 1970, p. 522).

Nas últimas décadas, o Brasil passou a se reconhecer multilíngue e a valorizar a diversidade linguística. Conforme Faraco (2016), na sociedade polarizada social e culturalmente, a variação linguística atua como um marcador social de diferenças. Mas será que os regionalismos também se revestem de avaliações linguísticas?

A despeito dessa característica primordial multilíngue, relembra Faraco (2016) que o Brasil é a única sociedade fora da Europa em que a língua portuguesa se tornou língua da maioria da população; além disso, frisa Camara Junior (1985) que, contrariamente ao que efetivou na Ásia e África, Portugal passou a colonizar metodicamente o Brasil, tornando-o uma extensão de sua nação. Tal hegemonia da língua portuguesa, no entanto, não se traduz em homogeneidade, dada a ação da variedade regional (fonética, prosódia, lexical), e da polarização sociolinguística (LUCCHESI, 2015), que a separa em dois conjuntos de variedade social, notadamente, em nível morfossintático.

Com o advento da industrialização e urbanização, a realidade linguística se veste com indumentária centralizadora cultural, influenciando as áreas adjacentes, em nova situação histórico-social, com maior facilidade na mobilidade populacional. Certas particularidades de vocabulário procedentes de variadas línguas são empregadas corriqueiramente.

A idiosincrasia da sociedade brasileira foi forjada por intermédio da diversidade na fauna e flora, mesclada ao amálgama de variadas culturas, sob a mesma herança linguística histórica e cultural. Essa especificidade da história e da realidade no Brasil gerou um léxico e uma cultura heterogêneos e ímpares, revelados em usos linguísticos próprios de cada confim do País.

---

<sup>29</sup> Nesse caso, falante não nativo do português.

### CAPÍTULO 3 - A GEOGRAFIA LINGUÍSTICA: PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

[...] *A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros/ Vinha da boca do povo na língua errada do povo / Língua certa do povo/ Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil [...]*  
(BANDEIRA, 1973, p. 114-116.).

A Geografia Linguística ou Geolinguística revela a ligação do homem com a vida social e o ambiente natural, retrata a vivacidade provinda da “boca do povo”, relacionando-se à geografia na medida em que considera a terra como o *habitat* humano, vinculando determinadas realizações linguísticas a espaços geográficos, na associação ambiente de vida e linguagem. Desse modo, traça a difusão espacial e a distribuição dos fatos linguísticos, condicionados política, social e culturalmente. (COSERIU, 1991). No que concerne ao falante, o universo de experiências e o modo como ele vê e interpreta o mundo afloram por intermédio de sua linguagem, de modo que “a um distinto universo de experiência corresponde um distinto universo linguístico”<sup>30</sup>. (COSERIU, 1991, p. 109 - Tradução nossa). Tal macrocosmo experiencial deixa-se fotografar por meio de mapas linguísticos.

Posto em relevo esse cenário geral, nos itens a seguir, situamos o surgimento da Dialetologia e da metodologia da Geografia Linguística e seus desdobramentos; após, discorreremos a respeito da Dialetologia no Brasil e as suas fases. Posteriormente, arrolamos as principais características da Geolinguística e o seu produto mais representativo, os atlas linguísticos; situamos o Projeto ALiB e a nova vertente dos estudos geolinguísticos contemporâneos, a pluridimensionalidade e, por último, discorreremos sobre a abordagem de questões referentes ao campo da Alimentação e Cozinha nos atlas linguísticos, além de outros estudos descritivos.

#### 3. 1 O SURGIMENTO DA DIALETOLOGIA E DA METODOLOGIA DA GEOGRAFIA LINGUÍSTICA: DESDOBRAMENTOS

Pop (1950) cita o escritor Dante Alighieri, com a sua obra *De vulgari eloquencia* (1304-1307), como o primeiro a ter esboçado uma classificação dialetal em uma língua moderna.

---

<sup>30</sup> “a un distinto universo de experiencia corresponde un distinto universo linguístico”.

A primeira escola da linguística moderna, dos neogramáticos, baseou-se na crença em leis fonéticas rígidas sem exceções, em detrimento à fala. A Dialetoлогия e o método da Geografia Linguística surgem, por conseguinte, como uma reação a essa visão fragmentada e assentada na inquietação quanto à carência de registros da vitalidade da diversidade linguística.

Como primeiro estudo dialetológico de uma língua, Montes Giraldo (1987) descreve o trabalho empreendido por Georg Wenker - que enviou um questionário de 42 frases curtas a todos os distritos escolares do Império germânico, de 1876 a 1887. Reuniu, desse modo, respostas de 52.800 localidades.

Entretanto, é considerado como marco do nascimento da Geografia Linguística como disciplina autônoma, o *Atlas linguistique de la France* – ALF (1902-1910)<sup>31</sup>, dado seu rigor científico (CARDOSO, 2010). Realizado por Jules Gilliéron, baseou-se em entrevistas efetivadas por Edmond Edmont, em 639 localidades, entre 1897-1901, contando com um questionário de 1400 perguntas, ampliadas para 1920. Foram publicados treze volumes, entre 1902-1910. Gilliéron percebeu que a pressão da instrução escolar e a cultura centralista de uma norma iria pôr em perigo a existência dos dialetos franceses<sup>32</sup> (MORENO FERNÁNDEZ, 1998a).

O surgimento da Dialetoлогия impulsionou os estudos sobre a semântica das palavras. No início do século XX, o método *Wörter und Sachen*, “palavras e coisas”, propôs uma proximidade entre a dialetologia e a cultura popular, “que considera el léxico en relación con las “cosas” a las que se refiere, teniendo en cuenta el medio y buscando en los referentes la explicación de la palabra<sup>33</sup>.” (GARCÍA MOUTON, 1987, p. 49).

Com a publicação do *Sprach und Sachatlas Italiens und der Südschweiz*<sup>34</sup> – AIS (oito volumes, de 1928-1940), Jaberg e Jud inauguram a segunda época da Geografia Linguística, ao aplicar o método *Wörter und Sachen*, recolhendo a cultura material e espiritual, em um atlas linguístico-etnográfico e, assim, perenizando a

<sup>31</sup> Veja mais informações sobre o ALF e visualize as cartas linguísticas acessando a página: <http://cartodialect.imag.fr/cartodialect/accueil>.

<sup>32</sup> Já havia tomado corpo o sentimento de nacionalismo após a Revolução Francesa, em 1789, reforçando a necessidade da descrição da língua popular (GARCÍA MOUTON, 1987).

<sup>33</sup> “[...] que considera o léxico em relação às “coisas” às quais se refere, tendo em conta o meio e buscando nos referentes a explicação da palavra” (Tradução nossa).

<sup>34</sup> *Atlas Linguístico-Etnográfico da Itália e da Suíça Meridional*.

cultura popular<sup>35</sup>. Inovaram, também, na organização do material por campos léxicos, observações que passaram a orientar a maioria dos atlas posteriores.

Os Atlas regionais e de pequeno domínio inauguram a terceira época da Geografia Linguística, como, por exemplo, o NALF (*Nouvel Atlas Linguistique de la France par régions*), por Dauzat, com 24 atlas regionais que a ele se integram.

Na Espanha, procedeu-se inicialmente à realização de atlas regionais, sendo o primeiro, o ALEA (*Atlas Lingüístico y Etnográfico de Andalucía*), por Manuel Alvar, que também capitaneou a realização de outros atlas em terras hispanofalantes. A essas iniciativas anteriormente arroladas, seguiram-se outras, levadas a cabo em territórios dos continentes e ilhas europeus e americanos.

Na atualidade, cada vez mais os estudos geolinguísticos têm abarcado informações de natureza sociolinguística e variação estilística. Os Atlas de Alvar já vinham contemplando aspectos de natureza sociolinguística (MORENO FERNÁNDEZ, 1998a). Acrescem-se a esses trabalhos: o *Atlas Lingüístico de México* – ALMex (1990), por Lope Blanch; o *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay* - ADDU (2000), dirigido por Thun e Elizaincín, e o *Atlas Lingüístico y etnográfico de Castilla-La Mancha*- ALECMAN (2003), por García Mouton e Moreno Fernández.

A partir da cartografia dos fenômenos, elaboraram-se estudos onomasiológicos, com a investigação de áreas linguísticas, formas inovadoras ou conservadoras e questões etimológicas. Desse modo, o surgimento da Dialectologia e da Geolinguística convergiu no reconhecimento da língua como um “sistema de isoglossas” (GARCÍA MOUTON, 1996, p. 77).

---

35 Jordan (1962) discorre a respeito do método palavras e coisas e seu papel no estudo do vocabulário de uma língua, relacionando a história da língua à cultura, duas facetas indissociáveis da vida humana. Desse modo, comenta: “Observou-se que muitas palavras, ao passar de uma língua a outra, acompanham o objecto que designam. Uma peça de vestuário, um instrumento agrícola etc. importado por uma comunidade humana, que o desconhecia, vem do país de origem com a sua denominação nativa. Assim, o povo que a recebe enriquece simultaneamente a sua língua e a sua cultura material.” (JORDAN, 1962, p. 101). Além dos empréstimos lexicais, o método pode ser aplicado para o vocabulário nativo, dando pistas sobre a cultura popular. Posto isso, salientamos a importância de resgatar a etimologia e a sabedoria popular, plasmadas na forma de expressões regionais.

### 3.2 A DIALETOLOGIA NO BRASIL: FASES DOS ESTUDOS DIALETAIS

O primeiro trabalho a respeito do PB de natureza dialetológica a vir a lume, segundo assinalam Ferreira e Cardoso (1994), foi a contribuição do visconde de Pedra Branca, Domingos de Borges Barros, à introdução do *Atlas Ethnographique du Globe*, de Adrien Balbi (1826), apontando palavras de origem indígena e africana, oferecendo “[...] uma dimensão da vitalidade e da integração destas ao léxico do português brasileiro” (ALKMIM, 2012, p. 25). A respeito da particularidade do PB, por força da influência indígena e de outros povos além-mar, comenta o autor:

A cette première différence, qui embrasse la généralité de l’idiome brésilien, il faut encore ajouter celle des mots qui ont changé tout-à-fait d’acception, ainsi que celle de plusieurs autres expressions qui n’existent point dans la langue portugaise, et qui ont été empruntées aux indigènes, ou qui ont été supportées au Brésil par les habitants des différentes colonies portugaises d’outre-mer.<sup>36</sup> (BALBI, 1826, p. 173).

Com isso, tem início a primeira fase da história dos estudos dialetais no Brasil, notadamente no campo semântico-lexical, com a elaboração de vocabulários, glossários e dicionários regionais.

Inaugurando a segunda fase dos estudos dialetais no Brasil, ao descrever um falar regional brasileiro, Amadeu Amaral publica *O dialeto caipira* (1920), ao qual se somaram as obras de cunho monográfico: *O linguajar carioca*, por Antenor Nascentes (1922 e 1953); *A linguagem dos cantadores* (1933), de Clóvis Monteiro; *A língua do Nordeste* (1934), de Mário Marroquim; o *Falar mineiro* (1938) e *Estudos de dialetologia portuguesa: a linguagem de Goiás* (1944), de José A. Teixeira. Ainda, foram publicados os vocabulários regionais, tais como *Vocabulário gaúcho* (1926), de Roque Callage; *Vocabulário do Nordeste do Rio Grande do Sul: linguagem dos praieiros* (1933), de Dante de Laytano; *O vocabulário pernambucano* (1937), de Pereira da Costa, além de descrições mais abrangentes do PB<sup>37</sup>.

<sup>36</sup> A esta primeira diferença, que abrange a generalidade do idioma brasileiro, devem ser acrescentadas as palavras que mudaram totalmente de aceção, bem como de várias outras expressões que não existem em nenhuma localidade de língua portuguesa e que foram emprestadas dos indígenas, ou que foram trazidas ao Brasil pelos habitantes das diferentes colônias portuguesas ultramarinas. (Tradução nossa).

<sup>37</sup> Confira uma lista mais abrangente de publicações de vocabulários, glossários, dicionários regionais e descrições do PB em Aragão (2014).

A partir da terceira fase de estudos dialetais do PB, tomaram corpo os trabalhos geolinguísticos e a publicação de atlas linguísticos regionais. A semente foi plantada a partir da proposta oficial para a elaboração de um atlas linguístico do Brasil, com o planejamento da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa. Serafim da Silva Neto, um dos protagonistas da formação da mentalidade dialetológica, ao lado de Celso Cunha, defendem uma proposta de elaboração de Atlas regionais, no intuito de integrar um Atlas Nacional. Diante disso, Nascentes publica as *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil* (1958 e 1961), como guia para o trabalho de campo. Pertencem a essa terceira fase os primeiros atlas regionais: *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI et. al., 1963), *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (RIBEIRO et. al., 1977), *Atlas Lingüístico da Paraíba* (ARAGÃO; BEZERRA DE MENEZES, 1984), *Atlas Lingüístico de Sergipe* (FERREIRA et. al., 1987) e *Atlas Lingüístico do Paraná* (AGUILERA, 1994).

Afinal, em 1996, tem início a quarta fase de estudos dialetais<sup>38</sup>, e o encontro de pesquisadores especialistas da área, por ocasião do *Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil* culminou na criação do projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), sediado na Bahia, e contando com a participação de autores de outros atlas linguísticos e dos atlas em andamento. Suas veredas trilhadas têm fomentado a elaboração de atlas linguísticos regionais e atlas linguísticos de pequeno domínio de caráter pluridimensional, conforme o viés metodológico do projeto, além de estudos monográficos.

### 3.3 SITUANDO A DIALETOLOGIA E A GEOLINGÜÍSTICA

A Dialectologia, como ramo dos estudos linguísticos, tem por foco identificar, descrever e situar os usos em que a língua se diversifica, segundo sua “distribuição espacial, sociocultural e cronológica” (CARDOSO, 2010, p. 15). Mediante a contribuição do método da Geolinguística, permite recolher testemunhos vivos da língua: “Geografía lingüística, una metodología o – más exactamente – un conjunto de métodos para recopilar de un modo sistemático los testimonios de las diferencias

---

<sup>38</sup>Ferreira e Cardoso (1994) organizam em três fases os estudos dialetais no Brasil; consoante Mota e Cardoso (2006), ainda pode ser considerada uma quarta fase. Essa divisão foi revista e atualizada por Romano (2013), que acrescenta novos dados e situa dois momentos da Geolinguística.

dialectales<sup>39</sup>” (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 37). Desse modo, evidencia as particularidades culturais e demográficas de cada região, em dado período de tempo, revelando a pancronicidade dos fenômenos linguísticos, por intermédio dos atlas linguísticos (SILVA NETO, 1960a), descortinando sistemas e subsistemas da mesma língua (BRANDÃO, 1991). Interessam, a esse estudo, as formas registradas, além do “reconhecimento das diferenças ou das igualdades que a língua reflete” (CARDOSO, 2010, p. 25), a intercomparação de dados, e a verificação da ausência de formas, “circunscritos a espaços e realidades prefixados” (CARDOSO, 2010, p. 25).

A Dialectologia é contextual, conforme frisa Rossi (1967, p. 104), tendo em vista que

[...] o fato apurado num **ponto geográfico** ou numa **área geográfica** só ganha luz, fôrça e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente — ainda que por ausência — em outro ponto ou em outra área.

Diante do exposto, salientamos a importância do manejo dos dados linguísticos, sendo consideradas na análise tanto as formas registradas quanto as lacunas às questões. As abstenções, desde que realmente reflitam a cultura regional, demonstrando a ausência/desconhecimento do referente pelo informante, também traduzem informações importantes a respeito das localidades em estudo. Em suma: as não respostas, salvo questões técnicas ou inexperiência do inquiridor, são também respostas<sup>40</sup>.

A empreitada da descrição linguística por meio dos atlas linguísticos apresenta as suas limitações devido a inúmeros fatores, como a necessidade de abstração dos interpontos entre as localidades de pesquisa, mas oferece um panorama da realidade linguística, *in loco*. De acordo com Rossi (1967), os Atlas linguísticos:

Permitem ver muito em extensão, mas com sacrifício da profundidade e do pormenor, embora como inventário preliminar

<sup>39</sup> Geografia linguística, uma metodologia ou – mais exatamente – um conjunto de métodos para recopilar de modo sistemático os testemunhos das diferenças dialetais. (Tradução nossa).

<sup>40</sup> Com relação à questão da “falta de resposta” ou desconhecimento pelo informante nos inquéritos linguísticos, notadamente, nos atlas linguísticos do mundo hispanofalante, confira Ziamandanis (1999). Ainda, a respeito das não respostas às questões do QFF do Projeto ALiB nas capitais, veja Aguilera e Yida (2008). A partir desse último estudo, Yida, Gholmie e Vasconcelos (2018) compilaram um estudo sobre as estratégias utilizadas pelos inquiridores para sanar possíveis lacunas em inquéritos linguísticos, mais precisamente, em entrevistas realizadas nas capitais do Centro-Oeste e Sudeste, pontos do Projeto ALiB, em trecho referente à questão 054 (*aftosa*).

constituam um ponto de partida muito seguro para aprofundamento dos estudos mais exaustivos de áreas menores que nêle se delimitem já então partindo não de pressupostos extra-lingüísticos, mas de dados de lingüística interna, colhidos ao vivo, que frequentemente contrariam todos os pressupostos apriorísticos. (ROSSI, 1967, p. 93).

A diversidade espacial ganha corpo no espaço geográfico, sendo mais facilmente perceptível a sua delimitação por meio do método da cartografia lingüística. Cabe, na análise, investigar para além dos fatos lingüísticos com base em coordenadas geográficas, ao pesquisar rigorosamente os traços culturais e sócio-históricos marcados pela tradição reiterada em usos lingüísticos. Foi esse o caminho que percorremos para a elaboração desta tese.

#### 3.4 O PROJETO ALIB E A PLURIDIMENSIONALIDADE

Com o advento dos estudos sociolingüísticos, na década de 1960<sup>41</sup>, progressivamente, a dialetologia passou a somar a dimensão língua-sociedade à relação espacial. Desse modo, são controladas as variáveis extralingüísticas (sexo, idade, grau de escolaridade, profissão, inserção social etc.) na recolha dos dados dialetológicos. Os dois ramos de estudos lingüísticos, sociolingüística e dialetologia, convergem quanto ao estudo da heterogeneidade lingüística (CORVALÁN, 1989) e a sua concretização nos atos de fala (FERREIRA, CARDOSO, 1994).

Tendo em vista a nova configuração da sociedade, a inserção da dimensão social nos estudos geolingüísticos capta esse novo tipo de falante, com maior mobilidade e exposto a meios de comunicação mais ágeis, fatores que podem reduzir o grau de isolamento do cidadão. Do mesmo modo, o arquétipo do informante, antes, “homem adulto, rurícola, analfabeto e sedentário”, ou HARAS (ZÁGARI, 1998, p. 36)<sup>42</sup>, deu lugar aos informantes urbanos, como também, a falantes do sexo feminino. Somam a isso, ainda, perfis com variados graus de escolaridade e de diversificada faixa etária, perscrutando a representatividade, em busca de retratar as mudanças pelas quais o grupo humano vem passando.

---

<sup>41</sup> Em especial, as contribuições dos estudos de Weinreich, Labov e Herzog (2006) [1968], sendo Labov (2008) [1972], o principal nome da Sociolingüística Variacionista.

<sup>42</sup> Com base na classificação dada por Chambers – NORM, *non-mobile, older, rural, male* (TRUDGILL, 1995).

No quadro comparativo (Quadro 1), arrolamos as perspectivas que a Dialetoologia moderna vem assumindo em relação ao tradicional campo de estudos.

Quadro 1: Comparação entre as principais características da Dialetoologia tradicional e da Dialetoologia moderna ou contemporânea

	<b>Dialetoologia tradicional</b>	<b>Dialetoologia moderna ou contemporânea</b>
<b>Período</b>	Fim do século XVIII (POP, 1950)	Notadamente após os anos 1960
<b>Enfoque</b>	Enfoque nos dialetos – geográfico; concentra-se na variação espacial	Enfoque geográfico e sociolinguístico; concentra-se na variação espacial e social
<b>Arealidade</b>	Foco - áreas rurais	Foco - áreas urbanas
<b>Perfil do informante</b>	NORMs ou HARAs	Perfil menos restrito, busca representatividade abarcando diversos perfis sociais
<b>Elicitação das formas</b>	Entrevistas e questionários	Entrevistas, questionários, gravações, ferramentas informatizadas, métodos modernos de análise estatística
<b>Dimensão</b>	Monodimensional (Thun, 2009); superfície plana (Thun, 2009)	Pluridimensional (Thun, 2009); superfície tridimensional (Thun, 2009)
<b>Processo/mudança</b>	Processo linguístico acabado (Thun, 2009)	Mudança no percurso atual (Thun, 2009)

Fonte: Elaboração da autora com base na bibliografia consultada.

A Dialetoologia tradicional, monodimensional, espacial, valia-se (e ainda se vale) de entrevistas e questionários, enquanto a contemporânea, pluridimensional, agrega, ainda, os recursos de áudios, com as gravações, além de ferramentas para tratamento e cartografia dos dados e programas para análise estatística. Na vertente monodimensional, o espaço era tomado apenas como uma superfície plana, enquanto a pluridimensionalidade incorpora a perspectiva da superfície tridimensional. Segundo Thun (2009), os estudos tradicionais, não considerando a variação diageracional, permitiam somente analisar o processo linguístico como fenômeno acabado, enquanto a metodologia moderna, com a inserção de informantes de variadas faixas etárias, permite inferências a respeito de mudanças linguísticas.

Inserido nesse novo cenário dos atlas modernos, o Atlas Linguístico do Brasil é um atlas de terceira geração, encaixando-se no quadro da Geolinguística

Pluridimensional Contemporânea ou moderna, e apresenta cartograficamente os resultados, com a inserção de comentários dos informantes de modo a complementar os dados. De fato, a apresentação da transcrição dos comentários dos informantes auxilia na interpretação dos dados, ao trazerem informações de natureza semântica, etnolinguística e a respeito de outras variáveis sociais (além do perfil do informante), ressalta Cardoso (2010).

Em 2014, foram lançados os primeiros volumes do Atlas Linguístico do Brasil (CARDOSO *et al.*, 2014a e CARDOSO *et al.*, 2014b), considerando as respostas dadas pelos informantes das capitais. Um desafio para as próximas publicações será a apresentação dos dados do interior, de modo que não produza uma sobrecarga visual, consoante apurou Thun (2016). Neste particular, o presente trabalho sobre as Questões referentes ao campo da Alimentação e Cozinha tem como propósito apontar meios de representar um grande volume de dados coletados nas 225 localidades do interior do País somadas às 25 capitais e, dessa forma, colaborar com o andamento do próprio Projeto ALiB.

As cartas do ALiB são, em sua maioria, onomasiológicas, fornecendo para o conceito as formas que o identificam, distribuídas diatopicamente (CARDOSO, 2010). Um atlas contemporâneo pode incluir, igualmente, informações semasiológicas como a carta L10 do ALiB que traz a dupla acepção para a forma *mandioca*: como alimento comestível e não comestível.

A elaboração dos questionários do projeto visa recobrir diversos aspectos linguísticos, segundo a abordagem: fonético-fonológica, morfossintática, semântico-lexical, prosódica e pragmático-discursiva.

Um atlas linguístico abrangente como o do ALiB expõe a macrovisão dos fenômenos linguísticos, traçando um panorama de alcance nacional, em um país de dimensões continentais, trilhando caminhos para estudos mais minuciosos de cada recanto, a serem esquadrinhados e retratados por meio de atlas regionais e de pequeno domínio.

Ainda, com respeito à cartografia de grande volume de dados, assevera Thun (1998a, p. 408): “La géolinguistique pluridimensionnelle doit penser à une organization intelligente et rationnelle de l’énorme masse de données qu’elle recueille”<sup>43</sup>. Recomenda o estudioso que a apresentação dos dados deve contar

---

<sup>43</sup> “A geolinguística pluridimensional deve pensar em uma organização inteligente e racional da grande quantidade de dados que recolhe”. (Tradução nossa).

com uma “série de mapas” (THUN, 2016, p. 143), para melhor representação e leitura do fenômeno em pauta.

Thun, Forte e Elizaincín (1989), ao combinar a Geolinguística Tradicional à Sociolinguística no *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)*, colocaram à prova a questão da dialetização vertical ser mais importante do que a horizontal, posição essa, defendida por Catalán (1964) no que se refere ao espanhol atlântico. Tal postura em relação à proeminência da vertente vertical coincide com a perspectiva de Teyssier (1982) no tocante ao português no Brasil, discussão já apontada por Romano (2015). A depender do fenômeno em pauta, tomado em perspectiva fonética, morfossintática ou lexical, a representação da variação linguística pode revelar as nuances das diferenças diastráticas ou diatópicas, como eixos sobressalentes da diversidade linguística. Esta pesquisa, em nível lexical, prima pela distribuição diatópica das variantes lexicais, justificada pela perspectiva da abordagem (formas linguísticas regionais).

Diante do exposto, ressaltamos que o ALiB possibilita a visualização imediata dos fenômenos linguísticos, com a garantia de uniformidade na recolha de dados, permitindo interpretações gerais de cunho histórico e comparativo. Ao atuar como um inventário de formas, revela a arealidade onde coexistem as variantes mais inovadoras ou conservadoras e a irradiação delas, difundidas por razões culturais e sociais, segundo a aceitação em um ambiente social.

De acordo com um dos objetivos gerais do projeto, por meio deste trabalho, esperamos contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil, desvelando as formas linguísticas diversificadas integradas espacialmente, delimitando as normas de uso, não obstante dotadas de unidade sistêmica. A fala concreta efetiva uma tradição linguística, retroalimentada pelos atos linguísticos individuais, que se corporificam em seio social e integralizam-se, em conjunto uno, em um falar regional.

### 3.5 OS ATLAS LINGÜÍSTICOS BRASILEIROS E OS ESTUDOS GEOLINGÜÍSTICOS COM BASE EM CORPUS DO ALiB: A ABORDAGEM DO CAMPO SEMÂNTICO DA ALIMENTAÇÃO E COZINHA

Não obstante seja notória a importância da alimentação no cotidiano de um povo, pouco se estudou a respeito dessa área semântica nos atlas linguísticos inaugurais. Os primeiros desses estudos - o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* -

APFB (ROSSI et. al.,1963), o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais – EALMG* (RIBEIRO et. al., 1977), o *Atlas Lingüístico da Paraíba – ALPB* (ARAGÃO, 1984), o *Atlas Lingüístico de Sergipe - ALS* (FERREIRA et. al., 1987), o *Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR* (AGUILERA, 1994) - apresentavam questionários direcionados à realidade local que abrangiam e, por conseguinte, impossibilitaram a comparação entre eles, à exceção do APFB e do ALS, elaborados pela mesma equipe de pesquisadores, e do ALPR, com a preocupação quanto à inclusão de questões similares às de outros atlas. Após a inauguração do Projeto ALiB e a divulgação de alguns resultados, foram oferecidos subsídios aos trabalhos desenvolvidos *a posteriori* e muitos pesquisadores buscaram seguir a metodologia e boa parte do questionário do projeto, a fim de viabilizar a intercomparação dos dados compilados.

Precursor dos atlas linguísticos brasileiros, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos - APFB* (ROSSI et. al.,1963), foi concebido entre 1960 e 1962, por uma equipe encabeçada por Nelson Rossi. Contou com uma rede de pontos composta por 50 localidades, distribuídas por 16 zonas fisiográficas e um extrato de questionário contendo 182 questões, organizadas pelos campos semânticos: terra, vegetais, homem e animais. Foram inquiridos 100 informantes, sendo 57 do sexo feminino e 43 do sexo masculino, na faixa etária variando entre 25 e 60 anos e analfabetos ou semi-analfabetos. Não constam, no questionário, questões relacionadas ao campo semântico da Alimentação e Cozinha; há o mapeamento de variantes para “sabugo de milho”, transcritas foneticamente, além de uma carta resumo.

O *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais – EALMG* (RIBEIRO et. al., 1977) foi composto por uma rede de pontos de 184 localidades, informantes analfabetos e de nível superior. Apresentava 415 questões aplicadas em 116 localidades, além de 302 inquéritos por correspondência. No único volume publicado, apresenta 73 cartas linguísticas, sendo 45 onomasiológicas lexicais e léxico-fonéticas e 28 cartas de isófonas e isoléxicas. Os informantes são, em sua maioria, do sexo masculino (apenas três são do sexo feminino), da faixa etária de 30 a 50 anos, analfabetos ou com, no máximo, quinto ano do atual Ensino Fundamental. Os dados apontam para um falar baiano mais ao norte, o falar de influência paulista no sul e Triângulo Mineiro, e o falar mineiro no centro-leste do Estado. Inexistem questões referentes à área semântica da Alimentação e Cozinha,

e as cartas lexicais consideram os seguintes campos semânticos: tempo, folguedos infantis de rua, o homem, os animais, a água e a terra.

O *Atlas Lingüístico da Paraíba* – ALPB (ARAGÃO, 1984), terceiro atlas a ser publicado, abarca uma rede de pontos de 25 localidades e mais três municípios, como base para controle dos dados. Em cada ponto, foram entrevistados de 3 a 10 informantes, do sexo masculino ou feminino, na faixa de 30 a 75 anos e com baixo nível de escolaridade. O questionário foi composto por um geral, com 289 questões e outro específico, com 588. Tais perguntas são voltadas aos produtos agrícolas cultivados no estado: a mandioca, a cana-de-açúcar, a agave, o algodão e o abacaxi, sem contemplar, entretanto, questões sobre a Alimentação e Cozinha.

O *Atlas Lingüístico de Sergipe* - ALS (FERREIRA et. al., 1987) dá sequência ao APFB nos seus 15 pontos de investigação, em área incorporada pelo falar baiano de Nascentes (1953). Foram aplicadas 686 questões, e foi controlada sistematicamente a variável sexo. Em cada localidade foram inquiridos um homem e uma mulher, na faixa etária de 35 a 53 anos, analfabetos ou com baixo nível de escolaridade. As questões abrangem os mesmos campos semânticos do APFB: Terra, Vegetais, Homem e Animais. De mesma maneira, não apresenta perguntas específicas quanto à alimentação. O *Atlas Linguístico de Sergipe II* (CARDOSO, 2005) dá continuidade aos estudos, com o tratamento geolinguístico dado às questões referentes ao campo semântico Homem, não cartografadas no trabalho anterior, apresentando também, uma interpretação dos dados.

O *Atlas Lingüístico do Paraná* – ALPR (AGUILERA, 1994), resultado de tese de Doutorado, abrangeu 65 localidades, com o perfil de informantes contemplando o sexo masculino e o feminino, entre 30 e 60 anos, e escolaridade variada entre analfabetos ou com primário completo. Contém 325 questões, englobando os campos semânticos TERRA (natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo; flora; plantas medicinais e fauna) e HOMEM (partes do corpo, funções, doenças; vestuário e calçados; agricultura, instrumentos agrícolas; brinquedos, jogos infantis; lendas e superstições). Dando continuidade aos estudos, no *Atlas Linguístico do Paraná II* (ALTINO, 2007), a autora cartografou os dados inéditos do ALPR (1994). De mesma feita, também não ocorrem questões quanto à alimentação nos dois trabalhos.

O *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul* – ALERS (KOCH et. al. 2002; ALTENHOFEN et. al., 2011) é o único a recobrir uma região administrativa brasileira

(Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). A rede de pontos apresentou 294 localidades (entre zona rural e urbana), e um questionário composto por 711 questões. Foram entrevistados um informante do sexo masculino e uma auxiliar do feminino, em geral, esposa ou mãe, com escolaridade máxima referente ao quinto ano do atual Ensino Fundamental ou analfabetos. No volume 1, de 2002, foram publicados os resultados fonéticos e morfossintáticos e no segundo, em 2011, as 374 cartas semântico-lexicais. O ALERS apresenta 24 perguntas relacionadas ao campo semântico da Alimentação e Cozinha, buscando denominações para: (i) *refeições (número)*; (ii) *refeições (hora)*; (iii) *refeições (nome)*; (iv) *cozer/ cozinhar*; (v) *carne moída*; (vi) *designações para comer*; (vii) *empanturrado*; (viii) *glutão*; (ix) *bêbado (designações)*; (x) *pessoa sem apetite*; (xi) *(prato) suprimido /xícara*; (xii) *moringa*; (xiii) *merengue*; (xiv) *designações para o “cigarro de palha”*; (xv) *toco de cigarro*; (xvi) *aperitivo*; (xvii) *aguardente*; (xviii) *bodega*; (xix) *miolo do pão*; (xx) *crosta do pão*; (xxi) *pasta de frutas / schimier*; (xxii) *fatia de pão*; (xxiii) *escolher o feijão*; (xiv) *sujeira do feijão*.

O *Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul - ALMS* (OLIVEIRA, 2007) conta com uma rede de 32 pontos de inquérito, tendo sido entrevistados, em cada localidade, quatro informantes, totalizando 128, estratificados segundo o sexo (masculino/feminino) e grau de escolaridade (analfabetos ou com até o quinto ano do Ensino Fundamental). Foram formuladas 557 questões para investigar variantes de caráter semântico-lexical e fonético. Algumas questões fazem parte do universo da Alimentação e Cozinha e foram cartografadas, são estas: (i) *arroz carreteiro*; (ii) *sopa paraguaia*; (iii) *pinga*.

O *Atlas Lingüístico do Estado do Ceará – ALECE* (BESSA, 2010), desenvolvido desde 1978, apresenta, em seu questionário 306 questões que foram aplicadas junto a quatro informantes em cada uma das 70 localidades cearenses. Foram entrevistados informantes de ambos os sexos, na faixa de 30 a 60 anos, analfabetos e pessoas com o antigo primeiro grau de escolaridade. Foram elaborados 240 cartogramas. Restam mais 25 perguntas a serem cartografadas posteriormente, dentre elas, (i) *xícara*, (ii) *pamonha*; (iii) *mucunzá*; (iv) *baião de dois*, que fazem parte do universo semântico da alimentação.

O *Atlas Lingüístico do Amapá - ALAP* (RAZKY et. al., 2017) é um atlas pluridimensional, levando em conta aspectos diatópicos e diastráticos. São quarenta informantes, inquiridos em 10 localidades, distribuídos equitativamente entre homens

e mulheres (sexo) e faixa mais jovem (entre 18-30 anos) e faixa mais velha (entre 50 e 75 anos), com escolaridade variando de semianalfabetos ao ensino fundamental incompleto. O questionário adotado foi o proposto pelo Projeto ALiB (159 questões do QFF e 202 perguntas do QSL), ou seja, as doze questões do campo da Alimentação e Cozinha foram contempladas, tendo sido cartografadas, as variantes para: (i) *carne moída*; (ii) *mugunzá/canjica*; (iii) *empanturrado/cheia*; (iv) *glutão/guloso*; (v) *bala/bombom* e (vi) *pão bengala*.

O *Atlas Lingüístico do Amazonas* – ALAM (CRUZ, 2004) contou com uma rede de pontos constituída por nove localidades, tendo sido entrevistados seis informantes em cada uma, totalizando 54. O perfil dos informantes era de um homem e uma mulher, nas faixas etárias de 18-35 anos, 36-55 anos e 56 em diante, com nível de escolaridade máximo até a quarta série do Fundamental. O questionário contou com 483 questões (156 do QFF e 327 do QSL), versando principalmente sobre a pesca e agricultura e algumas perguntas com base no ALiB. Não apresenta questões referentes ao campo da Alimentação e Cozinha.

O *Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico ALTTI* (CUBA, 2015), em área delimitada referente à divisão dialetal de Nascentes (1953), abrange uma rede de pontos com 11 localidades (totalizando 86 informantes), levando em conta, além da dimensão diatópica, a variação social, pautada em fatores como o sexo e idade (dois homens e duas mulheres jovens e dois homens e duas mulheres idosas, com um informante principal e outro secundário) e escolaridade (Geração I - 18 a 30 anos, topostáticos) e (Geração II – 55 a 70 anos, topodinâmicos). Como instrumento de coleta, foi utilizado o Questionário do ALiB, à exceção das questões de prosódia, de pragmática e o texto para leitura, tendo sido eliminadas outras questões que não condizem com a realidade da área estudada. Nisso, o QSL apresentou-se restrito a 72 perguntas, utilizando oito entre as doze questões da Alimentação e Cozinha, a saber: (i) *café da manhã*, (ii) *geleia*, (iii) *curau*, (iv) *canjica*, (v) *guloso*, (vi) *bala*, (vii) *pão francês*, (viii) *pão bengala*. Todas foram cartografadas.

No *Atlas semântico-lexical do Estado de Goiás* (AUGUSTO, 2012), foram entrevistados quatro informantes por localidade, sendo um homem e uma mulher da faixa etária I (18-30 anos) e um homem e uma mulher da faixa II (50-65 anos), analfabetos ou com até o nono ano do Ensino Fundamental, distribuídos em nove

pontos de pesquisa. Foram aplicadas as 202 questões do QSL do ALiB, mantendo-se as doze questões da Alimentação e Cozinha, todas cartografadas.

Na tese intitulada *A motivação semântica nas respostas dos informantes do Atlas Linguístico do Estado de Alagoas (ALEAL)*, Barbosa-Doiron (2016) descreveu a fala alagoana, em 21 localidades, com dois entrevistados por ponto, na faixa de 30 a 50 anos, apresentando escolaridade fundamental completa ou incompleta. Ainda, em sete cidades, foram entrevistados quatro informantes, na faixa de 55 a 75 anos, com esse mesmo grau de instrução. O questionário teve como base o do Atlas Linguístico do Brasil. Especificamente, no campo semântico da Alimentação e Cozinha, foram inseridas e eliminadas algumas questões, a fim de perscrutar as formas linguísticas regionais alagoanas: (i) *café da manhã*; (ii) *almoço/segunda refeição do dia*; (iii) *merenda/lanche*; (iv) *janta/ jantar*; (v) *curau (sem coco)*; (vi) *mungunzá/canjica*; (vii) *bolo de puba*; (viii) *tapioca/goma/polvilho*; (ix) *pirão*; (x) *geladinho*; (xi) *bala/confeito/bombom*; (xii) *pão francês/ pão Jacó*; (xiii) *pão bengala*; (xiv) *pão doce/ pão de açúcar/rosca*, tendo sido cartografadas as variantes para *jantar, geladinho, bala e pão francês*.

O *Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins ALiTETTO* (SILVA, 2018), publicado no momento como tese, contou com uma rede de pontos composta por doze localidades, tendo sido inquiridos 96 informantes, de ambos os sexos, na faixa etária de 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos, topoestáticos e topodinâmicos, com nível de escolaridade de ensino médio. A coleta baseou-se no questionário elaborado pelo ALiB, com a soma de questões regionais, totalizando 340 perguntas, sendo onze em busca de variantes quanto ao campo semântico da Alimentação e Cozinha, por ora, não cartografadas: (i) *arroz de leite/ arroz doce*; (ii) *mangulão*; (iii) *carne serenada/ carne de sereno*; (iv) *arroz sirigado/ maria isabel/ carreteiro*; (v) *arroz casado/ baião de dois*; (vi) *quibebe/ pinicado de abóbora*; (vii) *frango ao molho pardo*; (viii) *galinhada*; (ix) *farofa/ frito/ paçoca*; (x) *vitamina/ suco/ sebereba/ burundanga*; (xi) *chambari/ chambaril*.

Esse extrato de atlas linguísticos mostra que, com a disseminação das pesquisas e o avanço do Projeto ALiB, perguntas relativas ao campo semântico da Alimentação e Cozinha foram sendo gradativamente incluídas nos questionários aplicados a cada estudo descritivo, embora nem todas as questões sugeridas pelo ALiB tenham sido aproveitadas, tendo em vista o objetivo de cada trabalho, em uma visão mais macro e nacional ou mais regional da realidade linguística.

Nisso, passamos para os outros estudos geolinguísticos nos quais foram analisadas especificamente a área semântica da alimentação, além de outras pesquisas com base nos dados do ALiB.

Berti-Santos (2002), em sua dissertação, tratou do aspecto semântico-lexicais do falar sorocabano, em 10 pontos de inquérito, tendo selecionado quatro informantes por localidade, totalizando quarenta. Ainda, o perfil contemplou duas faixas etárias (entre 18-30 e 50-65 anos), com informantes de nível médio de escolaridade. O questionário linguístico teve como base a versão discutida por ocasião do “II workshop de preparação de inquiridores para o Atlas Linguístico do Brasil”, realizado em Londrina, de 3 a 7 de julho de 2000, sendo utilizada para o levantamento, uma versão anterior, contemplando as questões semântico-lexicais. A pesquisadora, durante a aplicação da pesquisa piloto, comenta que efetivou uma modificação na seguinte questão: “que nome se dá a uma papa cremosa feita de coco e milho verde, polvilhada com canela?”, pois, em campo, notou que não fazia parte do costume regional empregar outros ingredientes, a não ser açúcar e milho verde no “curau”. Desse modo, a pergunta foi modificada: “que nome se dá à papa cremosa feita de milho verde e açúcar?”. A respeito do resultado obtido, salienta: “notamos que o resultado foi altamente satisfatório, uma vez que na pergunta original o sujeito se prendia ao primeiro ingrediente – coco – e respondia, por essa razão, *cocada*”. (BERTI-SANTOS, 2002, p. 67). Os informantes demonstraram dificuldade na eliciação de outras questões por desconhecerem os referentes. Outras conclusões dizem respeito à facilidade maior das mulheres em responder às perguntas; por exemplo, sobre a variante *curau* que, no cômputo total, obteve 65,3% das repostas e foi a forma registrada em todos os pontos, tendo sido contemplados também “pamonha” e *mingau*. Outra forma produtiva, para outra questão, foi *canjica*, com 77,5% dos registros.

No artigo sobre as questões 179 e 180, ao trabalhar com os dados de 200 informantes do ALiB, Altino e Yida (2015) realizaram uma análise léxico-semântica das variantes obtidas nas capitais, quantificando as formas mais produtivas: *canjica*, *curau* e *mingau de milho* e comparando os registros segundo fatores extralinguísticos (escolaridade, faixa etária e o sexo).

Após traçar um panorama da história a respeito do ingrediente principal desses quitutes, o milho, as autoras reforçam, por meio de outras vozes e das matrizes africana e indígena, a nacionalidade brasileira desses pratos. Na análise

léxico-semântica, foram pesquisadas as entradas nas obras lexicográficas de Moraes Silva (1945), Ortêncio (1983), Ferreira (2004) e Houaiss (2001). *Canjica* obteve, para as duas questões, maior incidência nas regiões Norte, Nordeste e Sul, menor no Sudeste e nula para a questão 180, na região Centro-Oeste, onde *curau* é a forma mais produtiva. Com menor número de ocorrências, ainda foram registradas *papa de milho*, *mugunzá*, *angu* e *creme* (questão 179) e *papa*, *angu* e *mugunzá*, para a questão 180. No que tange ao nível de escolarização, para a questão 179, os informantes com o nível fundamental registraram o índice de 32,4% de respostas para *canjica*, enquanto as respostas dos falantes de nível superior atingiram 36,6%. *Curau*, respectivamente, obteve 9,2% e 9,9% e *mingau*, 8,4% e 3,5%. Nos dados da questão 180, *canjica* foi a resposta eleita por 20,8% dos informantes com escolaridade fundamental e 19,5% pelos de nível superior; *curau* atingiu 23,6% das repostas para o primeiro perfil, e 11,1% para o segundo, e *mingau*, 9,7% e 15,3%, respectivamente. O estudo demonstrou, pois, ligeira preferência dos informantes de ensino fundamental pela forma *curau*, e um panorama inverso para a variante *mingau*, preferida pelos informantes com ensino superior.

A variação diasssexual, caso analisadas as formas mais produtivas, não se demonstrou relevante, atingindo a marca de 31,1% das respostas para *canjica* pelos homens e 32,9% pelas mulheres; a variante *curau* perfez 8% das respostas dos informantes do sexo masculino e 11,2% das informantes, enquanto *mingau de milho* foi registrada em 10% das falas dos homens e 6,8% das mulheres, a maior diferença das formas obtidas para a questão 179. Nas respostas para a questão 180, *canjica* foi registrada por 13,9% dos homens e 21,5% das mulheres, ao passo que a variante *curau* foi obtida em 24% das falas masculinas e 16,5% das femininas; *mingau* foi a variante eleita por 16,5% dos homens e 7,6% das mulheres.

Em relação à dimensão diageracional, para a questão 179, 30% dos falantes da faixa I e 37% da faixa II empregaram a variante *canjica*; para *curau* foram registrados os percentuais de 10% e 8% e para *mingau*, 5% e 10%, respectivamente. Como resposta à pergunta 180, foram registradas *canjica*, com índice de 13% entre os falantes da faixa I e 31% entre os da faixa II; *curau* apresentou índices próximos, de 15 e 16%, respectivamente; *mingau* foi mais produtiva entre os da faixa II, com 15% frente aos 9% registrados pelos informantes da faixa I.

Em outro estudo, Altino e Yida (2016) compararam, por meio da cartografia linguística, a distribuição espacial das variantes para as questões 179, 180 e 181 do QSL do ALiB, além da descrição dos dados conforme as variáveis sexo, faixa etária e escolaridade, em resultados obtidos nos 200 inquéritos realizados nas capitais pelas equipes do projeto.

*Canjica* foi registrada como resposta mais produtiva para as questões 179 e 180 no Norte, Nordeste e Sul, enquanto *curau* aparece com maior vitalidade nos inquéritos do Centro-Oeste e Sudeste. Para a questão 181, o cenário linguístico é delineado por *mugunzá/ canjica* demarcando a vitalidade das variantes no Norte, Nordeste/ Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Foi ressaltada ainda a produtividade da variante *mingau de milho* na Região Norte. A abstenção às questões chama a atenção e é explicada, em parte, por alguns informantes que relatam, no caso da questão 180, por exemplo, não utilizar coco na receita. Entretanto, na região Norte, o uso do coco enquanto ingrediente demonstra a força da produção e economia local, influenciando no paladar e costumes regionais.

Ao observarmos os dados segundo o viés extralinguístico, no que tange à escolarização, temos para a questão 181, o uso da forma *mugunzá*, registrada por informantes com ensino fundamental (38,14%) e de 44,12% de respostas pelos informantes com ensino superior. *Canjica*, respectivamente, com 34,02% e 32,35%; *mingau/ mingau de milho*, atingindo os índices de 12,37% na fala do perfil de ensino fundamental e 14,71%, nos de ensino superior e *chá de burro*, com 8,25% e 3,92%, com uma diferença na fala de falantes com ensino superior, por se tratar, segundo relatos, de uma forma “bem popular”.

Segundo a variação diasssexual, os índices para *mugunzá* (22,5% para homens e 21,5% para mulheres), *canjica* (16% e 19%, respectivamente) e *mingau de milho* (7% e 7,5%) mostraram-se aproximados, com uma pequena diferença no registro para *chá de burro* pelas mulheres, sendo 4,3% frente a 2,2% pelos homens.

Quanto à faixa etária, as respostas atingiram o índice de 40,66% para a faixa I e 41,67% para a faixa II, para o item *mugunzá; canjica* aparece na fala de 35,16% dos informantes da primeira faixa etária e 31,48% da faixa II; *mingau/ mingau de milho* é a forma eleita em 15,38% das entrevistas da faixa I e 12,04% da faixa II; por fim, *chá de burro* aparece com a maior diferença entre a fala segundo a dimensão diageracional, perfazendo 2,20% da fala da faixa I e 9,26% da faixa II, o que pode estar relacionado ao costume dos mais idosos consumirem esse tipo de sobremesa.

Em artigo sobre as designações para *bala* nas capitais do ALiB, analisando a carta L24, publicada no *Atlas Linguístico do Brasil* (CARDOSO *et al.*, 2014b), Altino e Silva (no prelo) obtiveram 286 respostas para as variantes *bala/ balinha, bombom, confeito, caramelo e queimado*. A variante mais produtiva (*bala*) fez, amalgamada à forma correspondente diminutiva *balinha*, 56% das respostas, com 146 ocorrências. *Bombom* registrou 29% (82), seguida de *confeito*, com 9% e 25 registros; *caramelo*, com 4% (11) e sete ocorrências para *queimado*, representando 2% das respostas. Foi desconsiderada a forma *bazuca*.

Com base na cartografia, Altino e Silva (no prelo) sugerem a formação de áreas delimitadas por isoléxicas, conforme já salientado em Yida (2011). A provável distribuição areal dessas formas, a partir da presente pesquisa, podem ser confirmadas/ refutadas. São elas: a área que recobre o Norte e parte do Nordeste do País, representada pela variante *bombom*; outra, formada pela distribuição areal da forma *confeito*, no Nordeste; no Centro-Oeste, com a variante *caramelo* e no Sudeste e Sul, representada pela variante mais produtiva *bala*. Além da análise léxico-semântica, Altino e Yida (2016) procederam a uma pesquisa por regiões, analisando também os comentários feitos pelos informantes.

Em suma, as autoras concluíram que a variante *bala*, mais produtiva no território nacional, tem uso categórico no Sul, enquanto em outras regiões convive com outras formas e que, em certa medida, as variantes *confeito* e *bombom*, consideradas como formas mais antigas para denominar o referente, seriam mais conservadoras; as denominações *caramelo* e *queimado* poderiam fazer referência ao processo de fabricação da guloseima.

Altino (2016) (no prelo) inicia seu artigo comentando sobre as contribuições do Projeto ALiB para a Geolinguística brasileira. Logo após, expõe os objetivos de seu trabalho, tais como, a cartografia das variantes para a questão, em trechos das entrevistas.

Após traçar um breve cenário histórico do surgimento do pão do tipo francês no Brasil, a pesquisadora passa à análise quantitativa dos dados: nas 25 capitais em estudo, em que foram obtidas 17 variantes, no universo de 243 registros, assim distribuídos:

Quadro 2 - Ocorrências e porcentagem de variantes para *pão francês* (ALTINO, 2016, no prelo)<sup>44</sup>.

Variantes	Ocorrências	Porcentagem
<i>Pão francês/pãozinho</i>	118	47,2%
<i>Pão</i>	23	9,2%
<i>Pão pequeno/pãozinho</i>	20	8%
<i>Pão careca</i>	17	6,8%
<i>Pão cacetinho</i>	15	6%
<i>Pão massa grossa</i>	15	6%
<i>Pão de sal</i>	11	4,4%
<i>Pão carioquinha</i>	8	3,2%
<i>Pão Jacó</i>	6	2,4%
<i>Bisnaga</i>	4	1,6%
<i>Pão d'água</i>	2	0,8%
<i>Pão massa fina</i>	2	0,8%
<i>Pão cascudo</i>	1	0,4%
<i>Pão brotinho</i>	1	0,4%
<i>Brioche</i>	1	0,4%
<i>Pão comum</i>	1	0,4%

Fonte: dados de ALTINO (2016, no prelo), adaptada pela autora.

Foram 118 registros para *pão francês/pãozinho* (47,2%); 23 ocorrências para *pão* (9,2%); 20, para *pão pequeno/pãozinho* (8%); 17 de *pão careca* (6,8%); 15 para *pão cacetinho*; 15 registros de *pão massa grossa* (6% cada); 11 ocorrências de *pão de sal* (4,4%), 8 de *pão carioquinha* (3,2%), 6 registros para *pão Jacó* (2,4%), 4 para *bisnaga* (1,6%), 2 ocorrências de *pão d'água* e *pão massa fina* (0,8% cada), além das *hápx legomena pão cascudo, pão brotinho, brioche* e *pão comum*, perfazendo, cada um, 0,4% do *corpus*.

Ao analisar a motivação das variadas denominações para o referente, a autora categoriza-as quanto ao tipo e aspecto em relação a algum ingrediente da receita. Quanto ao tipo, foram listadas as formas *pão francês/ francesinho, pão careca* e *pão carioquinha*. O *pão francês* seria o pão do tipo francês. O *pão careca*, registrado nas capitais do Amapá e Pará, seria um pão de superfície lisa, por isso, careca; já o *pão carioquinha* infere a sua procedência, o pão do tipo carioca. Em relação ao aspecto, categoriza as variantes *pão massa grossa*, registrado nas capitais do Norte do País (Teresina, São Luís, Boa Vista e Manaus); *pão massa fina*, com ocorrência em Teresina e *pão cascudo*, em Cuiabá.

<sup>44</sup> No artigo elaborado por Altino (2016, no prelo), não constam as ocorrências para *pão de trigo* no trecho que se discute a quantificação dos dados.

Em relação aos ingredientes das receitas, o estudo apresentou *pão de sal*, em três capitais nordestinas (Teresina, Aracaju e Salvador), no Sudeste (São Paulo, Vitória e Belo Horizonte e em Goiânia, no Centro-Oeste. Na Região Sul, tem-se *pão de trigo* (Florianópolis) e *pão d'água*, também registrada em Florianópolis e em Curitiba. Para as denominações *pão pequeno/ pãozinho*, registradas em várias capitais do País e *pão brotinho* e *brioche* (Manaus), permitem uma analogia com o tamanho desse produto. *Pão* remete à generalização da nomeação e *bisnaga*, com ocorrências em Boa Vista, Manaus e Macapá, e representa também um tamanho reduzido. Finalmente, a denominação *pão Jacó*, registrada em Aracaju, possuiria inspiração bíblica, nas passagens de Gênesis. Ao final, a autora comenta sobre a variante *cacetinho*, inserida no léxico soteropolitano e sul-rio-grandense, bem como sua possível origem francesa. As análises segundo variáveis extralinguísticas (faixa etária, sexo e escolaridade) não demonstraram diferenças relevantes.

Yida (2011), em dissertação intitulada: *O campo semântico da Alimentação e Cozinha no Atlas Linguístico do Brasil (ALiB): um estudo lexical nas capitais*, cujos resultados foram reforçados em Yida (2012), descreveu a realidade linguística do português, com base em *corpus* composto por doze questões do QSL, do campo semântico da Alimentação e Cozinha, nos dados obtidos nas entrevistas levadas a cabo em 25 capitais abrangidas pelo Projeto ALiB.

Foram analisadas as respostas registradas por 200 informantes, buscando identificar a possível influência da variação diatópica, diagenérica e diageracional na diversidade linguística. Com base nos pressupostos teóricos da Geolinguística Pluridimensional, Sociolinguística e Etnolinguística, foram elaboradas doze cartas pluridimensionais como forma de fotografar e registrar a influência da cultura e vivência do falante na composição do léxico, identificando o papel dos componentes extralinguísticos (sexo, faixa etária, escolaridade) e da diatopia na variação lexical. A partir delas, foram produzidas onze cartas fenotípicas, a fim de comparar a distribuição espacial das formas linguísticas à divisão dialetal de Nascentes (1953).

Além do mais, foi efetivada uma análise léxico-semântica a partir dos dicionários de Morais Silva (1945), Houaiss (2001) e Ferreira (2004), comparando a aceção/ inserção das formas linguísticas nas obras lexicográficas. Em síntese, a pesquisa revelou que:

(i) 41% das 200 variantes obtidas na pesquisa não estavam dicionarizadas, indicando a necessidade de um olhar, pelos lexicógrafos, em relação aos estudos de descrição linguística;

(ii) as abstenções às questões 177 (*geleia*), 179 (*curau com coco*), 180 (*curau sem coco*), indicariam a diversidade de costumes regionais;

(iii) foram registrados empréstimos linguísticos, que se tornaram expressões regionais (*chimia*, *musse*) e sinalizam fatores étnicos e culturais nos usos linguísticos;

(iv) os informantes, por vezes, recriaram expressões para denominar alimentos que, possivelmente, não faziam parte de seu cotidiano;

(v) Salvador, Vitória e Porto Alegre apresentaram uma identidade linguística própria, em comparação a outras capitais pesquisadas;

(vi) a proposta de Nascentes (1953) estaria condizente com a pesquisa, mas ainda havia a dificuldade em delimitar áreas dialetais mais precisa, por se tratar de dados somente das capitais. As variantes *mugunzá* e *mingau de milho* foram documentadas no Norte, *canjica* em direção ao sul (questão 181); *bombom/ confeito* registradas no Norte e Nordeste e *bala* mais ao sul (questão 185).

Relativamente aos subfalares de Nascentes (1953), a região Sul e Sudeste estariam integradas, com a subdivisão em subfalar fluminense e mineiro. A área denominada pelo pesquisador como “território incharacterístico” apresentaria influência do Sul e Sudeste, com as migrações e algumas características próprias (como exemplo, o que indica a distribuição espacial para a variante *caramelo*), entretanto, havia lacunas a serem preenchidas com os dados do interior, que, por ora, estão sendo descortinados.

A análise de tais resultados, por meio deste trabalho, é relevante, como forma de continuidade da descrição dos fatos linguísticos já indicados nesses estudos posteriores. É pertinente também como meio de ressaltar e divulgar os itens que nomeiam os usos, costumes e tradições regionais, materializados em normas lexicais.

## **CAPÍTULO 4 - SUBSÍDIOS PARA O TRATAMENTO DAS NORMAS LEXICAIS: norma geral e regional e outros estudos lexicais**

*O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba pode falar uma língua com pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspêra? (ALENCAR, 1872, p. 168).*

Imbuído de um espírito nacionalista, José de Alencar, poeta do Romantismo, anteriormente ao movimento literário Modernista do século XX, demonstrava a força de “espírito” da linguagem popular brasileira e a sua relação intrínseca com o âmago do povo que a registra, além da regionalidade de que se reveste a língua, em sua expressão mais autêntica e viva. A epígrafe resume essa visão, da expressão de um povo que exterioriza seu espírito antepassado, documentando em palavras as suas formas de herança mais simples e as mais rebuscadas.

O horizonte de investigação da heterogeneidade linguística e dos processos de mudança nas línguas, definidas pela escolha de certas variantes em face de outras, engendrou o estudo das normas lexicais, no sentido de uso.

A língua, dentro da perspectiva da antropologia cultural, traduz um comportamento social, como se vestir, alimentar-se, entre outros. Tais comportamentos são situados dentro de um quadro de referência e mantêm o indivíduo integrado à sua comunidade (CORBEIL, 2001). A pressão social unifica os traços culturais para preservar a identidade do grupo (CASTILHO, 2002). É notória a existência de normas sociais em ambiente de vida social e regras de comportamento assentadas em valores socioculturais. Tal regência dá-se também no campo linguístico, por meio da incorporação de formas linguísticas de modo a integrar o falante em um meio social: “[...] a norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas” (FARACO, 2002, p. 39). Quando se elege um vernáculo como norma, está se favorecendo o grupo de pessoas que adota essa variedade, segundo Haugen (2001). Ou seja, a seleção de determinada variante, integrada como norma lexical regional, patenteia a identidade linguística assumida e reforçada pelo grupo de falantes. Assumimos, pois, que “a afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar diferenças culturais” (OLIVEN, 1992, p. 43).

Tratando dos regionalismos, é imperioso discorrer relativamente à questão da norma linguística, notadamente, em nível lexical, bem como a pluralidade de significados que o tema abrange. Dessa forma, apresentamos neste capítulo, um sumário histórico do surgimento da norma linguística, em um plano geral e no contexto brasileiro; apontamos um breve cenário das diversas visões de norma linguística para, posteriormente, direcionar o tema ao traçado de regionalismos no País, trazidos à luz com o florescimento de um sentido nacionalista em um contexto histórico-social específico, além do estudo da temática em outros contextos culturais. Após, expomos as classificações aludidas à questão dos brasileirismos e/ou regionalismos a fim de embasar nossos critérios para este estudo, fixados no subitem a respeito da contribuição do Projeto ALiB. Ao final, delineamos algumas notas a respeito da Lexicologia, da Teoria dos Campos Léxicos e da Fraseologia.

#### 4.1 A NORMA LINGUÍSTICA: SUMÁRIO HISTÓRICO

A tônica da norma linguística, sob orientação prescritiva, tem sido tratada desde a Antiguidade, no século II a. C., entre os alexandrinos. A partir da percepção da unidade do grego, apesar de sua diversidade, engendrou-se um esforço pedagógico para manter a língua em “estado de pureza”. Em vista disso, a tradição gramatical inclinou-se ao estudo da língua escrita, seguindo o molde dos escritores clássicos gregos. Na atualidade, ainda permanecem vestígios dessa tradição normativo-prescritiva, assentada na cultura ocidental de tradição greco-latino-cristã (MATTOS E SILVA, 2002).

No final do século XVIII e início do século XIX, a questão da mudança linguística, baseada no método comparativo, tomou corpo e orientou o estudo das línguas indo-europeias. Desse modo, buscava-se estabelecer o grau de parentesco entre as línguas da Ásia e Europa.

No século XIX, firmados nessa orientação comparativa, os estudiosos da vertente românica das línguas indo-europeias abriram caminhos para o exame da variação geográfica da língua e para especulações no que diz respeito à variação social. Fundamentada nesse prisma, a Linguística Histórica, que estuda a mudança das línguas no tempo, uniu-se à Dialetoлогия, no exame da variação e mudança no campo da linguagem.

No entanto, a tradição gramatical normativo-prescritiva continuou vigorosa nos estudos linguísticos. Inicialmente, a linguística moderna de orientação estruturalista deixa de lado a análise da variação, mudança e norma, para ater-se à estrutura abstrata, o sistema, segundo o modelo saussuriano, orientando, posteriormente, os modelos de análise gerativista, baseados em uma comunidade linguística homogênea e em um falante-ouvinte ideal. Não obstante, a linguística moderna, forjada nas primeiras décadas do século XX, rompe com a tradição gramatical, trazendo a campo variedades faladas e escritas.

Posteriormente, algumas vertentes do estruturalismo buscaram investigar as mudanças nas línguas, em abordagem sócio-histórica. Em relação à norma, voltaram-se à norma objetiva. Ainda, sob a égide estruturalista, Hjelmslev abordou o conceito de norma (no sentido de uso) e Coseriu somou esse conceito à dicotomia saussuriana.

No Brasil, quanto à abordagem da norma, no sentido normativo, a norma culta brasileira irrompeu sua configuração na metade do século XVIII, a partir das mudanças socioeconômicas decorrentes do período aurífero em Minas Gerais. Nesse contexto, intensificou-se a urbanização, fomentando o nascimento de um segmento socioeconômico médio e letrado, e propiciando o surgimento de Academias de atividades intelectuais. Com a vinda da família real para o Brasil, em janeiro de 1808, e a permissão de imprimir livros e jornais em nosso País, a sociedade pôde disseminar a cultura escrita, mola mestra dessa norma linguística.

A questão normativa no Brasil desponta na segunda metade do século XIX, com as polêmicas no que diz respeito à obra de José de Alencar e, no início do século XX, com o texto do Código Civil<sup>45</sup>. Nesse ínterim, tomou corpo a norma-padrão, cujo modelo de referência pautava-se no “uso de escritores portugueses do Romantismo e do chamado período clássico” (FARACO; ZILLES, 2017, p. 158). Adotou-se, portanto, um modelo externo, não condizente com a realidade brasileira e, como resultado, os autores destacam a distância entre a norma-padrão e a norma culta, que perdura até a atualidade.

Após a independência, surgiram discursos entusiastas a respeito de um abrasileiramento da língua portuguesa no Brasil, em limites do admissível. De imediato, foram repreendidos por uma onda conservadora, em começos de 1860,

---

<sup>45</sup> Veja mais informações a respeito desse tema em Leite (2006).

sendo interpretados como “erros” e deturpações, tendo em consideração as formas cultas do português falado no Brasil.

Diante desse novo panorama, surge o patriarcado urbano e são fundadas novas cidades, sob a égide de forças unificadoras culturais e linguísticas, atraindo diferentes estratos da população. Influem, normativamente, as áreas urbanas, aliadas à disseminação dos meios de comunicação em massa. Nesse cenário, Cunha (1985) sublinha a necessidade de estudos dialetais em sentido vertical, para averiguar a norma culta falada nas cidades, como o projeto NURC.

No item a seguir, discorreremos sobre a sistematização da norma linguística marcada pelas várias acepções que, eventualmente, podem dificultar a compreensão dessa temática.

#### 4.1.1 A Norma Ou As Normas: A Pluralidade De Concepções

Para Hjelmslev (1942), a língua opera sob três aspectos: esquema, norma e uso. Sob a ótica de Rey (2001), a discussão hjelmsleviana da norma enquanto instância social e material, e a sua definição (como forma, estrutura ou matéria), pressuposta pelo uso, realinha a dicotomia saussuriana, embora com pontos obscuros.

Em “Sistema, norma e fala”, Coseriu (1979 [1959]) revisita a famosa dicotomia formulada por Saussure (*langue* e *parole*), à qual acrescenta o conceito de norma. A fala é composta pelos atos linguísticos realizados por falantes de um idioma; a norma constitui o modelo de tradição, no falar e escrever de uma comunidade linguística, abarcando o sistema somado aos elementos característicos do falar dessa comunidade. O sistema trata da estrutura da língua e apresenta os componentes que asseguram o funcionamento da linguagem como meio cognoscitivo, garantindo a intercomunicação. Em suma, a norma, segundo o referido estudioso, é o que já se disse e se diz em uma comunidade linguística – o uso que se tornou constante, normal, característico, é a norma da comunidade.

A norma é coercitiva, enquanto o sistema abarca um “sistema de possibilidades”, serve como consulta, admite variadas concretizações, desde que dentro das condições funcionais da língua. Nos dizeres de Coseriu (1979), a norma é coercitiva; para Monteagudo (2011) trata-se mais de uma hegemonia, um domínio consentido do que efetivamente uma coerção (que faz uso de repressão).

Entretanto, ao tomarmos a linguagem como uma instituição social, segundo Berger; Berger (2004), a instituição atua como “padrão de controle”; desse modo, a conduta individual é moldada segundo uma programação imposta pela sociedade. As instituições possuem força coercitiva, pois exercem força sobre o indivíduo, por possuírem existência objetiva e não poderem ser colocadas em escanteio por ele. Ainda a respeito do tema, esclarece Coseriu (1979 [1959]) que a norma se impõe ao falante, limitando a sua expressividade, para dentro de realizações tradicionais, regidas por critérios socioculturais, a registros comuns e tradicionais. Para o linguista, a norma possui um caráter impositivo e usual, encaixado em realizações calcadas na tradição: “a norma abrange o que no falar de uma comunidade lingüística é técnica historicamente realizada, o que nesse falar é realização comum e tradicional [...]”. (COSERIU, 1987, p. 140). Assentado no axioma do viés usual da norma, o linguista Preti (2003) endossa a visão coseriana: “a *norma* é o ponto de chegada no processo de uniformização e nivelamento da língua de uma comunidade. É o momento em que o *uso* é fixado em lei lingüística”. (PRETI, 2003, p. 30-31). No tocante ao estudo proposto por Coseriu (1987), Mattos e Silva (2002) observa nesse particular que, embora tenha aberto caminhos para a concepção de língua enquanto fenômeno histórico, o estudioso não indicou os percursos para o entendimento da norma.

Lara (1976), por seu turno, trata da questão da norma, segundo a concepção hjelmsleviana e na perspectiva de Coseriu. O autor põe em relevo a ideia de norma enquanto modelo de correção e, ao final, lança reflexões em busca de um novo conceito de norma em linguística, à guisa de conclusão.

O mencionado linguista distingue as normas em diferentes graus: as objetivas, reais, inconscientes e não codificadas, e as normas prescritivas, impostas, conscientes e codificadas. O sistema lingüístico e as características da sociedade determinam a existência de normas em uma comunidade, sob o aval de juízos de aceitação dessas realizações lingüísticas que, posteriormente a esses crivos, são impostas como modelo. Trata-se de um fenômeno inerente ao ato verbal, das realizações da língua como elemento de comunicação social. Do mesmo modo, as normas compõem o marco simbólico e comunicativo da comunidade lingüística.

Conforme Lara (1976), o conceito de norma coseriana era de difícil operacionalização, sendo aplicado nomeadamente nas descrições lingüísticas dialetológicas. Além disso, o autor pondera que o seu princípio consiste na

atribuição de valor social a algumas realizações dentro do sistema. Em face disso, advém a importância da norma como seleção e identificação de elementos linguísticos a despeito de outros.

No âmbito da Sociolinguística e da Dialectologia, foram desenvolvidas técnicas e metodologias para estudo da variação e mudança linguística, sob a conceituação de língua enquanto sistema heterogêneo. No campo da Sociolinguística, Labov, seu mais proeminente representante, propõe a definição de comunidade linguística como um “grupo de pessoas que compartilham um conjunto de normas comuns com respeito à linguagem, e não como um grupo de pessoas que falam do mesmo modo”. (LABOV, 1974, p. 63). Sob essa perspectiva, a norma configura-se por intermédio das avaliações<sup>46</sup> das formas linguísticas pela comunidade de fala, oferecendo indícios de possíveis mudanças, com fulcro na eleição das formas de prestígio.

Castilho (2002) comenta a respeito de três tipos de normas: (i) norma objetiva, explícita<sup>47</sup> ou padrão real – linguagem praticada pela classe social de prestígio, dialeto social da classe culta (estudada pelo Projeto NURC); (ii) norma subjetiva – atitude que o falante assume ante a norma objetiva, pode ser avaliado por meio de testes de atitudes, segundo Labov (1970); (iii) norma prescritiva – resulta da combinação entre norma objetiva e subjetiva: são os usos linguísticos da classe prestigiosa adequados a cada situação.

No que diz respeito ao caso do PB, consoante Faraco e Zilles (2017), coexistem várias normas linguísticas, tantas quantas são as comunidades linguísticas, fruto da sócio-história do País. A designação “norma”, nos estudos de linguagem verbal, tem dois sentidos: i) sentido geral, equivalente à variedade linguística, “o que se diz” (norma normal) e corresponde – “a toda e qualquer

---

<sup>46</sup> Labov (1974) observou as reações subjetivas quanto a fatos fonológicos, transparecidos em atitudes avaliativas da fala. Cada falante atribuiria um papel social a cada locutor e a comunidade linguística, no seu total, unifica-se por um conjunto comum de normas. Tais traços linguísticos podem ser avaliados depreciativamente ou apreciados, revelando o comportamento linguístico frente aos representantes de certos grupos sociais. Alguns falantes têm mais consciência do significado social de certas variantes.

<sup>47</sup> Aléong (2001) argumenta em torno de normas implícitas e normas explícitas. A norma explícita constitui-se segundo processos sócio-históricos, compreendendo um “conjunto de formas linguísticas que são objeto de uma tradição de elaboração, de codificação e de prescrição”. (ALÉONG, 2001, p. 153). Impõe um modelo ideal, aparato de referência, em circunstâncias mais monitoradas da língua. As normas implícitas compreendem as formas que não são objeto de reflexão consciente, e representam os usos concretos de um indivíduo na sociedade.

variedade linguística”, inclusive a norma culta<sup>48</sup>, e (ii) sentido específico, “como se deve dizer” (norma normativa), nesse particular, “norma equivale a um conjunto de preceitos que definem o chamado “bom uso<sup>49</sup>”, o uso socialmente prestigiado”. (FARACO; ZILLLES, 2017, p. 12). A norma normativa – não é variedade espontânea da língua, “ela é, de fato, um construto, um conjunto de preceitos padronizadores com os quais se busca homogeneizar o uso linguístico em determinados contextos num esforço sócio-histórica e culturalmente motivado para impor um controle sobre a heterogeneidade e a mudança inerentes a qualquer língua”. (FARACO; ZILLES, 2017, p. 18). Desse modo, busca padronizar o uso linguístico em contextos formais, mais monitorados. Outro assunto controverso salientado pelos autores diz respeito à variada terminologia para denominar a “norma normativa” (norma-padrão<sup>50</sup>, padrão culto etc.).

No sentido geral, a norma diz respeito a como se diz, em determinada comunidade linguística, segundo o conjunto de traços linguísticos que a definem (fonético-fonológico, léxico-semântico, morfossintático, discursivo); no sentido específico, refere-se ao como se deve dizer – adequando-se a determinados contextos (segundo modelos sócio-historicamente construídos).

Ainda, no primeiro sentido, a realidade linguística é tomada em sua dinâmica própria, na sua variabilidade e fluidez, nas inter-relações sociais; é o registro normal, habitual, costumeiro na comunidade de fala. No segundo, tem o foco de controlar, regulamentar o comportamento linguístico dos falantes em determinados contextos.

Os autores valem-se do conceito de Lucchesi (2015)<sup>51</sup> para descrever uma comunidade de fala – grupo social que compartilha determinadas características linguísticas, valores e atitudes frente a fatos linguísticos e tendências de mudanças linguísticas. De fato, a atitude linguística dos falantes de uma comunidade frente a determinada variante incide na manutenção da forma linguística ou na eleição de novas variantes.

---

<sup>48</sup> Norma culta – é uma norma normal – conjunto de características linguísticas do grupo de falante culto, urbano, com elevado nível de escolaridade e que faz uso dos bens de cultura escrita.

<sup>49</sup> *Bon usage*, na tradição normativa francesa. (CUNHA, 1985).

<sup>50</sup> Norma-padrão – norma normativa – modelo idealizado para fins específicos.

<sup>51</sup> Em sua obra, Lucchesi (2015) apresenta a realidade sociolinguística do Brasil baseada na polarização sociolinguística entre a “norma sociolinguística da elite letrada, por um lado, e a norma da população socialmente marginalizada, por outro”. (LUCCHESI, 2015, p.33) O autor vale-se do conceito de norma sociolinguística a fim de demonstrar que a oposição sociolinguística não se dá somente pelo comportamento linguístico dos falantes, mas também com relação a como os membros avaliam os usos da língua e como as mudanças linguísticas afetam cada grupo. Desse modo, a polarização sociolinguística reflete as diferenças materiais e culturais das classes sociais no Brasil.

A falta de um suporte descritivo sistemático do PB dificulta o estabelecimento de uma norma corrente e a adequação da norma-padrão aos usos. Essa dificuldade em encaixar os registros cultos nos modelos da norma-padrão estipulados pela normativa, deve-se à imprecisão do padrão em relação aos usos normais, resultando na chamada norma *curta* (FARACO; ZILLES, 2017; FARACO, 2008), um discurso categórico, inflexível, que rege o certo e o errado, sem outros paradigmas. Em nível léxico-gramatical, a norma-padrão seleciona, como modelos, formas com relativo apagamento de marcas dialetais salientes, a fim de tornar-se referencial suprarregional.

A língua comporta várias normas normais, pois a língua é conjunto de variedades, sua essência é a pluralidade. Explica que “algumas “normas normais” estão relacionadas ao espaço (sócio) geográfico e correspondem a formas habituais de dizer em cada região” (FARACO; ZILLES, 2017, p. 13).

Com efeito, a norma linguística regional, em nível lexical, via de regra, não adentra a concepção da norma culta, nem a avaliação enquanto “certo” ou “errado”. Por vezes, o informante seleciona uma identificação mais nacional ou regional, consoante a sua intenção de valorizar o seu grupo linguístico, ou simplesmente, porque tal forma ou outra está fixada em seu vocabulário ativo. A variação no nível lexical<sup>52</sup>, em geral, sobrepõe-se à noção de valor e avaliação linguística do falante, salvos os casos a serem mencionados nas próximas análises, como na fala do informante do sexo masculino, faixa etária I, do ponto 110 Cáceres que, em seu relato, nega o uso da variante *caramelo* (no lugar de *bala*), pois seria uma forma registrada apenas pelos “bolivarianos”.

Na concepção adotada neste estudo, advogamos em favor da visão diatópica da norma, como uma gradação de formas linguísticas não estanques. De fato, o registro das variantes interpenetra-se para além das fronteiras virtuais delimitadas pelas isoglossas, pois a mudança nos usos linguísticos de uma área linguística para outra, em geral, não é brusca; além disso, as variantes, na marcha migratória, seguem os passos e as interações humanas.

Diante do exposto, assumimos a perspectiva da norma, em sua vertente normal e usual, em um prisma horizontal (espacial). Como base comparativa, a

---

<sup>52</sup> Via de regra, a variação lexical em nível regional se abstém de avaliações linguísticas, ao contrário de algumas realizações morfossintáticas e fenômenos fonético-fonológicos que dão margem a julgamentos linguísticos (como estereótipos).

distribuição areal dos registros dos falantes, pode revelar variantes lexicais mais produtivas e disseminadas territorialmente, componentes de uma norma lexical mais geral, e outras formas mais acantonadas, características da fala em determinadas áreas, integradas como normas parciais, regionais, tal qual defende Biderman (2001c). A referida estudiosa distingue a **norma geral**, da sociedade ou nação, e as **normas parciais** ou **regionais**, ou normas de grupos minoritários, em sintonia com a definição de brasileirismo apontada por Camara Junior (1964). Especificamente, analisamos a norma no nível lexical da análise linguística.

#### 4.2 A QUESTÃO DOS BRASILEIRISMOS E O EXAME DE OUTROS ESTUDOS A RESPEITO DOS REGIONALISMOS

A partir da independência do Brasil, em 1822, criou-se um ambiente fértil para o desenvolvimento de uma literatura genuinamente brasileira. A codificação da norma brasileira, desse modo, foi levada a cabo por autores do período romântico, direcionados por um sentimento nacionalista, tencionando firmar uma identidade brasileira, ao fugir da norma europeia. Biderman (2001a, 2002) cita o exemplo de José de Alencar e a busca por uma identidade linguístico-cultural brasileira, que culminou, em 1898, na criação da Academia Brasileira de Letras, por Machado de Assis e outros intelectuais. A autora põe em relevo que um dos principais objetivos era a elaboração de um Dicionário de Brasileirismos, para registro das singularidades linguísticas do PB. Entre as obras dos contistas regionalistas, em fins do século XIX e começo do século XX, pululam brasileirismos, reproduzindo a língua rude do povo, sublinha Teyssier (1997).

Nesse cenário, foi valorizada a autenticidade brasileira, em nível nacional, afirmando a “brasilidade”. Ressalta Oliven (1992) que, enquanto o movimento modernista de 1922 despontava em São Paulo, metrópole industrial, em 1926, em Recife, a capital mais desenvolvida no Nordeste até a época, era lançado o Manifesto Regionalista, por Gilberto Freyre. Buscava o referido autor preservar a tradição geral e regional brasileira.

Freyre (1976) defendia a ideia de que “[...] o único modo de ser nacional, num país de dimensões como o Brasil, é ser primeiro regional” (OLIVEN, 1992, p. 35). Criticava a influência estrangeira decorrente da industrialização crescente no País, defendendo a conservação de valores regionais tradicionais, em nível geral e

regional (neste caso, Região Nordeste). A esse respeito, reforça: “No Nordeste, quem se aproxima do povo desce a raízes e a fontes de vida, de cultura e de arte regionais. Quem se chega ao povo está entre mestres e se torna aprendiz [...]” (FREYRE, 1976, p. 76).

Ainda no século XIX, os primeiros viajantes admitiam a diversidade do léxico do português do Brasil. Nos estudos comparativos do PE e do PB, reconheciam que a variedade brasileira se distinguia da registrada na metrópole pela incorporação de termos de origem africana e indígena (PETTER, 2002, p. 123-145). Em busca da descrição dos denominados brasileirismos, surgiram os primeiros trabalhos sobre a língua no Brasil e, segundo Neiva (1940), “talvez os primeiros vocábulos registrados sejam os que constam da lista de doze palavras colhidas por Pigafetta, cronista da expedição de Fernão de Magalhães, em 1519, entre as quais estão: *pindá* “anzol, gancho, fiska, garra” e *ui* “farinha”. (NEIVA, 1940, p. 3). No entanto, a obra inaugural de natureza teórica, a respeito dos brasileirismos, é a já citada contribuição do Visconde de Pedra Branca, em 1824 (RIBEIRO, 1979).

As primeiras obras lexicográficas no PB, publicadas na segunda metade do século XIX, refletem o uso geral no Brasil ou em regiões (BIDERMANN, 2002). Nessas obras, a maioria dos vocábulos é de origem indígena, ou corresponde aos usos em Portugal, marcando uma identidade brasileira. “Essas palavras passaram a constituir os brasileirismos – termo que passou a rotular as inovações linguísticas do PB desde o dicionário de Moraes Silva, de 1789, persistindo até hoje como uma classificação para verbetes nos dicionários de língua” (PETTER, 2002, p. 128). O número de africanismos registrados nesses estudos é reduzido em relação aos termos de origem indígena.

Na segunda metade do século XIX, tem início a produção de gramáticas e dicionários do PB. Até os anos 30 do século XX, a produção é marcada pela diferença entre PB e PE.

Oliveira (2002) circunstancia esse cenário com a publicação de dicionários de brasileirismos: Macedo Soares (*Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, 1888), Beaurepaire-Rohan (*Diccionario de Vocabulos Brasileiros*, 1889) e com as gramáticas, Pacheco da Silva Júnior (*Grammatica historica da lingua portugueza* – 1879) e (*Grammatica da lingua portugueza*, 1887) também do mesmo autor, em coautoria com Lameira de Andrade. Salienta a autora:

Cândido de Figueiredo, por exemplo, inclui em seu *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, expressões consideradas brasileirismos. Para ele, são brasileirismos os termos que vêm do Tupi, e termos que outrora foram utilizados em Portugal e que os brasileiros “reabilitaram” (OLIVEIRA, 2002, p. 83).

No decorrer do século XX, foi grande o movimento em prol da questão da língua brasileira, sendo alguns de seus defensores Monteiro Lobato e Mário de Andrade. Na Semana de Arte Moderna, em 1922, realizada em São Paulo, vários artistas e intelectuais, incentivados por Mário de Andrade, proclamaram a independência da língua e da cultura brasileira em relação à portuguesa, instaurando um novo modelo literário e linguístico, que até então era atrelado à norma culta portuguesa. O movimento recusava a tradição e o preconceito, em busca da originalidade brasileira. A questão da língua é tomada como símbolo da identidade nacional.

Com a consolidação do PB, os estudos voltaram-se para a busca da identidade nacional, corporificada em atos de fala, no autêntico léxico brasileiro. Não obstante, Paiva Boléo (1943) comenta sobre o fato de muitos brasileirismos lexicais serem procedentes de arcaísmos portugueses. Na mesma linha de pensamento, Ribeiro (1979, p. 57) afirma: “muitos dos nossos brasileirismos, e muito da nossa gramática, não passam de arcaísmos preservados na América”. Silva Neto (1986) também associa a questão dos brasileirismos à linguagem regional, no tocante a alguns vocábulos de origem arcaica do PE.

A amostragem de estudos arrolada neste trabalho oferece uma perspectiva da inquietação quanto à descrição das peculiaridades linguísticas locais e gerais. Muitos trabalhos evocam o problema do estabelecimento de critérios para a definição de brasileirismos e/ou regionalismos, além de estudos com o mesmo objetivo, quanto à língua espanhola e a francesa, demonstrando a distinção dessa área de estudos. Sob essa temática, apresentamos outras discussões a seguir.

D’Albuquerque [1945?], ao discorrer a respeito dos “falsos brasileirismos”, notadamente, no vocabulário sul-rio-grandense, emprega o mesmo critério adotado na delimitação dos americanismos para a classificação dos brasileirismos<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> Os adotaram critérios foram: “1) Palavras originárias de línguas indígenas e incorporadas ao nosso léxico; 2) Vocábulos arcaizados em Portugal, mas conservados no Brasil; 3) Significações novas atribuídas a vocábulos recebidos de Portugal; 4) Vocábulos de origem duvidosa, aqui empregados e desconhecidos em Portugal; 5) Vocábulos de outras línguas que aqui se deturpam”. (D’ALBUQUERQUE, 1945?, p. 38).

Sublinha, também, a conveniência de diferenciar os brasileirismos gerais dos regionais: “há necessidade de dividir os brasileirismos em gerais, isto é, os que são usados em todo o Brasil e em regionais, subdivididos em: gauchismos (R. Gr. do Sul), mineirismos, baianismos, amazonismos, etc.” (D’ALBUQUERQUE, 1945?, p. 40).

Merece registro também a investigação de José Pedro Rona (1969) que, ao criticar a monografia de Rabanales, esclarece que é preciso distinguir americanismo de regionalismo e regionalismo *stricto sensu* e *lato sensu*. Os regionalismos, segundo Rona, são os fatos peculiares da linguagem de determinada região, e nesse conceito pressupõe-se o critério contrastivo entre as regiões para validar o caso, definição equivalente ao pensamento de Silva Neto, dentre outros. Conclui que o caráter da dialetologia e dos estudos a respeito de regionalismos são essencialmente comparativos, ao demarcarem diferenças linguísticas entre as áreas. À vista disso, arremata que somente os regionalismos *stricto sensu* podem ser considerados regionalismos dialetológicos.

Celso Cunha (1987), por seu turno, problematiza a respeito da classificação de americanismos, chilenismos etc. Ao reportar-se também aos estudos de Rabanales (1953) com relação aos chilenismos, Cunha estende a análise dos brasileirismos aos critérios de definição de uso privativo como diferença específica e quanto ao caráter contrastivo, empregado na comparação dos fatos do PB com o PE<sup>54</sup>, que constitui uma constante nos estudos sobre os brasileirismos. Enumera estudiosos que se valem do caráter contrastivo com o PE para definir brasileirismos, tais como Sá Nunes (1938), Silvio Elia (1961), Nascentes (1961), Silveira Bueno (1964), Camara Junior (1964) e Celso Luft (1967). Camara Junior (1964, p. 66) assim define brasileirismo:

Qualquer fato lingüístico peculiar ao português usado no Brasil, em contraste com o fato lingüístico correspondente peculiar ao português usado em Portugal ou lusitanismo. O brasileirismo pode ser – a) regional, quando privativo de uma dada região do Brasil; b) geral, quando se estender por todo o território brasileiro.

---

<sup>54</sup> Trata-se de critério adotado para estudo do português do Brasil por Domingos Borges de Barros em sua colaboração à *Introduction à l’atlas ethnographique du Globe* (de Balbi, 1826), ao distinguir as variantes europeia e brasileira.

A maioria dos estudiosos refere-se aos brasileirismos sem definir o termo, deixando subjacente a ideia do caráter contrastivo, como por exemplo, Renato Mendonça (1936), Paiva Boléo (1943) e Gladstone Chaves de Melo (1946), dentre outros. Alguns ainda consideram o critério difusão geográfica, origem e a classificação enquanto conceito típico do Brasil (CUNHA, 1987).

Ainda, em **sentido restrito**, são considerados brasileirismos fatos linguísticos peculiares a uma região, denominados por vezes como: baianismos, carioquismos, gauchismos, entre outros. O referido autor sublinha a contribuição da dialetologia para os glossários regionais, mas atesta a necessidade de uma precisão na delimitação dessas expressões: “A parte mais rica da dialectologia brasileira está representada justamente por glossários regionais, que, no entanto, raramente delimitam com exatidão a área de emprego dos termos” (CUNHA, 1987, p. 33). Cita, ainda, Serafim da Silva Neto (1960b), que defendia o qualificativo “brasilismos” para definir palavras de uso exclusivo regional, para finalmente concluir que, em **sentido lato**, deve-se entender brasileiro como elemento linguístico empregado em todo ou em mais de um dos Estados.

Diante da visão antagônica de alguns estudiosos (Laudelino Freire, Afrânio Peixoto) relativamente à importância do estudo dos brasileirismos, tidos como corruptelas<sup>55</sup>, Cunha (1987) notabiliza a relevância de compreender a vitalidade dessas formas linguísticas. Reforça, ainda, a importância de descrever os termos de origem indígena – referentes à fauna e flora e os de origem africana – relacionados a “práticas religiosas e hábitos alimentares” (CUNHA, 1987, p. 45), bem como inovações brasileiras sem correspondência com Portugal. Importa, na comparação entre PE e PB, restringir-se aos registros dados por falantes de estratificação social equivalente.

O estudioso, por fim, cita alguns linguistas e filólogos que usam critérios apoiados em princípio histórico-etimológico para classificar os brasileirismos. Dentre eles, Melo (1985) classificou em sete grandes grupos os brasileirismos lexicais: (i) tupinismos; (ii) africanismos; (iii) palavras ameríndias e hispano-americanas; (iv)

---

<sup>55</sup> Garcia (1899) também salienta o fato de dicionaristas antigos evitarem a catalogação dessas expressões, tidas como corruptelas, denominadas por vezes como provincianismos. O estudioso ainda cita trabalhos produzidos no Brasil e que registram brasileirismos, dentre eles, o *Diccionario de Vocabulos Brasileiros* (1889), de Beaupaire-Rohan, e o *Vocabulário Sul Rio Grandense* (1898), de J. Romanguera Corrêa – sendo o último somado ao *Vocabulário gaúcho* (1926), de Roque Callage, atualmente estão integrados ao *Vocabulário Sul-rio-grandense* (1964). Essas obras citadas foram utilizadas como fonte de consulta neste trabalho, dado seus valores documentais.

formações e derivações brasileiras; (v) brasileirismos quanto à significação; (vi) arcaísmos; (vii) dialetismos portugueses.

Finalmente, Cunha (1987) afirma existirem brasileirismos procedentes de termos pan-americanos, usados em outras regiões da América do Sul ou Central, com significado aproximado, bem como a influência do léxico platino em áreas de fronteira gaúchas.

Por efeito da diversidade da realidade brasileira, surgiram “marcas” regionais, revestidas por vocábulos restritos a determinadas áreas. Alguns são representativos de determinada região, outros irradiaram-se para outras localidades. Arremata Oliveira (1999): “há, portanto, unidades lexicais que representam o léxico empregado em uma região específica, em contraste com outras que pertencem ao vocabulário geral da língua” (OLIVEIRA, 1999, p. 5). São numerosos os critérios de classificação dos brasileirismos e regionalismos, sem ter se chegado a um consenso. A autora frisa ainda que as obras lexicográficas classificam as lexias de uso no Brasil como brasileirismo, sem explicar os critérios adotados na sua categorização. Ao que parece, o único critério que tem sido adotado, é o do caráter contrastivo em relação ao português de Portugal.

Ainda, em sua tese, Oliveira (1999) objetivou inventariar e analisar as unidades lexicais classificadas como brasileirismos segundo o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, versão de 1994, informatizada, a fim de propor a sua sistematização. Argumentou que as distintas designações para o mesmo referente nas diversas regiões demonstram formas diferentes de apreensão da realidade e da imagem de mundo formulada pelos indivíduos. No que concerne ao campo semântico da alimentação, concluiu a respeito da representatividade de termos africanos, classificando-os como brasileirismos semânticos. Diante das elucidações feitas, arremata a pesquisa atestando o legado da cultura africana nos hábitos alimentares, sob a figura da mucama, encarregada do preparo dos alimentos, nas casas-grandes.

Tanto as técnicas de preparo, quanto a designação dos pratos foi acrescida de elementos africanos, evidenciando a relação entre a cultura e a estrutura linguística de um grupo. Apontou, ainda, a necessidade de diferenciação entre brasileirismos e regionalismos, tendo em vista que muitos regionalismos correspondem a arcaísmos portugueses e apresentam o seu uso restrito a determinadas regiões do País. Oliveira (1999) constatou, ainda, na versão da obra

lexicográfica analisada, a fragilidade na classificação, enquanto brasileirismo geral ou brasileirismo de determinada região do País. Algumas unidades lexicais foram representadas em duas ou mais regiões diferentes, fenômeno justificado pela intensa migração no território brasileiro. Além disso, em sua investigação, reforçou a necessidade de atualizar as marcas de uso nos dicionários dada a evolução da língua no tempo e no espaço.

Faulstich (2004) lista variadas definições para brasileirismos, ora voltadas apenas para a forma de expressão oral, ora baseadas no nível lexical, léxico-semântico, ou pautadas em critérios sociais e econômico-geográficos, como na delimitação discutida por Biderman (2001c). Os brasileirismos corresponderiam a “toda casta de divergências notadas entre a linguagem portuguesa vernácula e a falada geralmente no Brasil” (FAULSTICH, 2004, p. 434), independentemente de sua origem. Em sua conclusão, tipifica os brasileirismos como vocábulos, construções e “estratégias linguísticas, de diferentes origens”, mas caracteristicamente do PB (FAULSTICH, 2004, p. 439).

No tocante à questão dos regionalismos na França e outras regiões francófonas, Boulanger (1985) salienta que os principais conceitos a serem submetidos à análise são os de francês e francês geral, e francês regional e regionalismo. Objetiva, com a sua obra, contribuir na discussão a respeito do conceito de regionalismo, abordando a perspectiva semântica e o tratamento lexicográfico.

A primeira dificuldade acentuada quanto à definição dos regionalismos linguísticos é a de ordem terminológica, pois havia um uso inapropriado do termo “regionalismo”, refletindo a complexidade da questão. O lexicógrafo ainda reforça a não correspondência na posição dos dialetólogos e sociolinguistas a respeito do tema.

As introduções ou apresentações de dicionários eram lacônicas sobre o tema e até contraditórias. O linguista cita Josette Rey-Debove que já havia examinado esse problema em seu estudo sobre os dicionários (1971). Ela constatou que a maioria dos regionalismos usuais que correspondiam a conceitos correntes e tinham equivalentes não marcados no léxico central, eram descartados das nomenclaturas dos dicionários de língua. Se acontecesse de as palavras regionais entrarem nas macroestruturas, elas perderiam sua característica propriamente regional, sua regionalidade, de certo modo, transformando-se em empréstimos internos,

conservando um traço de localização ou origem geográfica. Àquela ocasião, a origem excêntrica não francesa era reforçada por uma marca de classificação como região: *région*, (*régional*). De outro lado, quando as palavras regionais designavam os fenômenos ou as particularidades regionais, elas eram selecionadas pela lexicografia.

Desse modo, Boulanger (1985) ressalta que seria necessário questionar atentamente as conexões entre a língua regional e a língua central, e determinar os critérios de exclusão ou inclusão a partir dos quais os regionalismos serão integrados ou rejeitados nos dicionários franceses. Soma-se a isso, a revisão do conceito tradicional de norma e sua conexão com a variação linguística que deixa subentendida uma ruptura do antigo conceito em proveito de noções mais modernas e mais refinadas, como a supranorma – a língua francesa, em geral, e a infranorma – o francês regional.

Para responder ao debate a respeito do regionalismo, o autor recorreu a três dicionários elaborados em Paris, centro da irradiação da lexicografia francesa no que diz respeito à língua geral: o PR, o Lexis e o DHLF. As definições trazidas pelas obras se parecem e são muito pobres do ponto de vista semântico e, ao se reportarem ao sema “região”, não explicam o conceito linguístico dessa expressão, além de não fazerem alusão à francofonia.

O autor apresenta o conceito de regionalismo em plano lexical estrito, classificando o francês central da região parisiense, como a referência, e os fatos de língua (palavra, expressão, ou seu sentido) próprios de outras regiões ou áreas francófonas, seguindo uma definição de regionalismos assentada em critérios político-econômicos. Critério similar é adotado por Biderman (2001c)<sup>56</sup>, em se tratando da realidade brasileira.

Boulanger (1985) ainda reforça a importância de considerar o aspecto semântico, pois um regionalismo pode decorrer de um significante geral e receber um novo sentido regional por eventuais criações regionais paralelas. Reforça que se trata de uma relação sinonímica e que duas ou mais expressões podem ser conhecidas e podem ou não ser registradas pelos falantes. O conhecimento de duas

---

<sup>56</sup> Segundo a autora, deve-se considerar regionalismo: “Qualquer fato linguístico (palavra, expressão ou seu sentido) peculiar a uma ou outra variedade regional do português falado no Brasil, exceptuando a variedade empregada no eixo linguístico Rio/São Paulo, considerada a variedade de referência, ou seja, o português brasileiro padrão, e excluindo também as variedades usadas em outros territórios lusófonos”. (BIDERMAN, 2001c, p. 136).

ou mais palavras, sendo uma delas uma forma mais “normativa” deixa transparecer a bagagem cultural e educacional do informante, ao dominar elementos da supranorma, possibilitando a escolha e a referência de emprego. O autor ressalta a necessidade de delimitar o conceito de região e, principalmente, região linguística e a inclusão nos regionalismos, dos empréstimos integrados, provenientes dos substratos<sup>57</sup>, dos superstratos<sup>58</sup> ou dos adstratos<sup>59</sup>. A descrição linguística, ao revelar as diferenças/semelhanças, pode contribuir na delimitação dos regionalismos.

Perseguindo metodologia análoga, Duc (1990, p. 5), ao categorizar os regionalismos do Canton de La Mure, uma comuna francesa da região de Auvérnia-Ródano-Alpes, no departamento de Isère, comenta sobre o interesse e relevância desse estudo:

[...] d'une part, elle apporte une contribution à la connaissance de l'ensemble des variations que peut présenter la langue française; d'autre part, à travers des mots, c'est la réalité de la vie quotidienne d'une région qui se retrouve exprimée, et en quelque sorte préservée, dans la mesure où ces mots reflètent souvent un état des choses en voie de disparation<sup>60</sup>.

O autor também discorre sobre o sentido particular que uma expressão nacional pode, por vezes, tomar em determinada região, sendo designado como francês regional. Desse modo, descreve o acento *matheysin* e o seu léxico, sendo que o último possui profunda influência agrícola e alguma do recrutamento de imigrantes italianos (1890), poloneses (1920), magrebinos e turcos. Primeiramente, foi realizada uma coleta passiva, com a anotação das expressões incomuns; logo após, a esposa do autor entrevistou vinte falantes, aplicando um questionário criado por Tuailon para essa finalidade. Em outra fase, recorreu a fontes escritas, historiadores locais, cronistas, documentos antigos e manuscritos. Estudos

---

<sup>57</sup> “Língua de determinada área que foi substituída por uma outra, geralmente a de um povo invasor, mas que deixou traços nesta”. (FERREIRA, 2010, p. 1975).

<sup>58</sup> “Língua de um povo conquistador, posteriormente abandonada, e que exerce influência no idioma dos vencidos, idioma esse adotado pelos conquistadores”. (FERREIRA, 2010, p. 1985).

<sup>59</sup> “Situação de contato entre línguas de igual prestígio, em que uma se constitui em fonte de empréstimo para outra”. (FERREIRA, 2010, p. 60).

<sup>60</sup> “[...] de uma parte ela aporta uma contribuição para o conhecimento do conjunto de variações que pode apresentar a língua francesa; de outra parte, através das palavras, é a realidade da vida cotidiana de uma região que se encontra expressa, e preservada, de um modo, na medida em que essas palavras refletem frequentemente um estado de coisas em via de desaparecimento” (Tradução nossa).

posteriores, aportando listas de regionalismos confirmaram a coleta da pesquisa. Uma lista de 400 expressões tidas como regionais foi avaliada por 30 pessoas, habitantes da região em tela, de várias gerações e profissões, para que julgassem se as conheciam, e a sua frequência de uso. Ainda, em outra fase, o autor passou à verificação de potenciais regionalismos. Outro critério de validação dos regionalismos foi a seleção, por meio do cotejo em obras lexicográficas: seriam regionais todas as expressões que não fossem classificadas como nacionais nos dicionários da língua francesa. Não obstante, algumas dificuldades foram listadas: (i) as contradições nos dicionários empregados como *corpus* de exclusão (por mais extensos que sejam, não contemplam todo o léxico da língua); (ii) hiper especialização de sentido, com informações enciclopédicas elencadas nas entradas; (iii) os dicionários não contemplam a integralidade de combinações de palavras na forma de locuções ou empregos metafóricos; (iv) regionalismos do francês falado – a fala evolui e é difícil obter um *corpus* de exclusão a fim de afirmar que se trata do francês falado, familiar ou gíria (foram utilizados para consulta o *Dictionnaire du français argotique et populaire* de François Caradec e o *Dictionnaire du français non conventionnel* de Cellard e Rey); (v) lacuna de vocabulários técnicos, bem como, de jogos mais regionais; (vi) arcaísmos: alguns termos foram classificados como “antigos”, mas ainda são registrados espontaneamente na zona da enquete. Outras dificuldades apontadas: a circulação dos regionalismos, pois pode ocorrer de muitas expressões regionais se integrarem ao léxico nacional e, desse modo, resulta na questão de como estabelecer os limites entre o francês e os *patois*. No trecho em que versa sobre as indicações geolinguísticas, é informado que a marca regional é validada por meio de obras sobre regionalismos, testemunhos verbais e dicionários empregados como *corpus* de exclusão, entretanto, como o próprio Duc (1990, p.192) explica, a malha das pesquisas a respeito dos regionalismos não se compara à atingida pelos atlas linguísticos.

Os referenciais teóricos que trouxemos para discussão sobre a questão controversa dos critérios para delimitação de regionalismos/ brasileirismos, ora nomeiam o fato como brasileirismo, em sentido geral (FAULSTICH, 2004), sem tratar dos regionalismos; ora sistematizam a questão dos brasileirismos como vocabulário geral e dos regionalismos como léxico registrado em áreas específicas (OLIVEIRA, 1999). Por vezes, ao tratarem da questão em relação ao francês, e adotarem as denominações supranorma/infranorma, valem-se de critérios político-econômicos na

delimitação do termo “regionalismo”, como Boulanger (1985), visão última seguida por Biderman (2001c). Por vezes, ainda se valem das denominações **brasileirismos de sentido restrito** (circunscrito a uma região) ou **brasileirismos de sentido lato** (termo característico de área mais abrangente), como Cunha (1987); na mesma esteira, Camara Junior (1964), nomeia o fato como *brasileirismo regional* e *brasileirismo geral*. Afinal, alguns empregam a classificação como regionalismo *stricto sensu* e *lato sensu*, frisando que apenas os regionalismos *stricto sensu*, ou seja, restritos a determinadas regiões, podem ser considerados regionalismos dialetológicos (RONA, 1969).

É de comum acordo a adoção do critério contrastivo, segundo os estudos arrolados neste subitem. Concordamos com Camara Junior (1964), a respeito da necessidade de aliar o critério contrastivo à difusão geográfica do fenômeno linguístico. Nesse intuito, cooperam as cartas linguísticas, revelando a distribuição das formas linguísticas regionais, delimitadas por isoglossas. Alguns parâmetros serviram como guia para nossa exposição: a comparação macro x microvisão de itens lexicais pertencentes ao vocabulário geral da língua e as que representam o vocabulário regional empregado em uma região específica, reforçada por Oliveira (1999), ou supranorma e infranorma (BOULANGER, 1985), critério geral ou privativo (CAMARA JUNIOR, 1964); *stricto sensu* ou *lato sensu* (RONA, 1969); sentido lato ou sentido estrito (CUNHA, 1987).

Diante do que foi exposto, subscrevemos o apontamento dado por Boulanger (1985), Duc (1990), Oliveira (1999) quanto aos regionalismos semânticos, pois a bagagem cultural, o ambiente de vida e o conhecimento de mundo do falante podem influenciar na atribuição de diferentes semas a uma expressão, bem como no conhecimento de mais de uma forma de denominar o mesmo referente. Esse último ponto confirma a interpretação de Cunha (1987), quanto à necessidade de serem sistematizados os dados registrados por falantes do mesmo estrato social.

#### 4.2.1 Em Busca Do Falar Regional: A Contribuição Do Projeto ALiB

Muito se tem debatido a respeito de uma norma regional. Mas, afinal, como definir os regionalismos?

Ao aplicar o conceito de norma, consoante Coseriu (1979 [1959], p. 50) “um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente” aos

regionalismos, podemos concluir que eles se encontram associados à noção de norma lexical e popular, enquanto variação lexical de natureza diatópica, no eixo horizontal. Relativamente a essa questão, Biderman (1978, p. 14-15) esclarece que

[...] discutir a configuração dos regionalismos no âmbito de uma língua implica considerar a noção de norma regional e popular, já que esses fatos linguísticos situam-se na esfera da variação lexical de natureza diatópica, ou seja, a variação que se processa no eixo horizontal ou espacial.

Na mesma direção, Isquerdo (2016) reforça que o vocabulário regional se relaciona diretamente com a dimensão diatópica; integra-se, formando uma norma regional demarcada linguisticamente e territorialmente. Ao considerar que o léxico se vincula à história social das línguas, a autora define o léxico regional:

[...] como a norma lexical veiculada por falantes pertencentes a comunidades linguísticas que habitam espaços geográficos delimitados, de pequenas ou de grandes dimensões, ou seja, o *léxico dialetal* que é constituído pelas variantes lexicais que identificam áreas demarcadas geolinguisticamente e que singularizam o vocabulário regional [...] (ISQUERDO, 2016, p. 315).

Isquerdo (2007, p. 198) salienta que, para traçar regionalismos, é preciso diferenciar o vocabulário comum (registrado em praticamente todo o território nacional, pelos falantes de diferentes classes sociais) em relação ao vocabulário regional, isto é, “unidades lexicais, cujo uso é restrito a determinadas regiões”. O léxico regional, continua a estudiosa, evidencia as marcas culturais e situa a subcomunidade linguística historicamente.

A diversidade lexical e os processos de migração interna são fatores que dificultam o trabalho do lexicógrafo na classificação de formas linguísticas como regionalismos, fato salientado por Isquerdo (2003, 2006a, 2006b, 2008). Acresce-se a isso, a caracterização das especificidades regionais como consequência da conservação linguística, com o uso de determinadas expressões cristalizadas salvaguardadas pela baixa susceptibilidade de algumas regiões à influência niveladora de meios de comunicação em massa. Desse modo, as marcas dialetais no nível lexical podem relacionar-se também com a variação temporal, evidenciada pelos arcaísmos (ISQUERDO, 2003).

Há uma dificuldade em conhecer o grau de propagação geográfica do regionalismo, obstáculo esse que pode ser resolvido com os atlas linguísticos, visto que eles fornecem dados confiáveis sobre tal difusão, devido ao rigor e à precisão

metodológica seguidos pela geolinguística, por meio da coleta de dados, a rede de pontos distribuída na área pesquisada e o questionário onomasiológico. A esse respeito, Isquerdo (2006b, p. 26) discute a dificuldade em delimitar os regionalismos a partir de fontes confiáveis:

Delimitar e classificar um regionalismo configura-se como um dos maiores obstáculos para o lexicógrafo, não só pela vitalidade e expansão do léxico, como também pela carência de descrição lingüística sistemática que documente o uso da língua em todo o território brasileiro.

Os Atlas linguísticos e estudos geolinguísticos podem, sobremaneira, subsidiar na validação das formas linguísticas em uso, dada a dificuldade que enfrentam lexicógrafos na validação dos itens lexicais para compor sua base de dados. Assim sendo, o patrimônio lexical regional da língua pode efetivamente ser inventariado em dicionários e as marcas de uso, atualizadas.

Conforme Isquerdo (2007), os dicionários gerais atualizam o recorte do vocabulário em uso pela comunidade linguística, uma norma lexical aceita pelos usuários e característica de determinado território, que é expressa em variados gêneros textuais (de domínios jornalísticos, técnicos, publicitários, literários etc.). Embora não apresentem a mesma distribuição geográfica do que as formas linguísticas mais gerais da língua, os regionalismos fazem parte da língua comum, explica Oliveira (1999).

Dentre os parâmetros para inclusão de uma unidade lexical como regionalismo, além da integração do item na norma em uso, uma questão seria como estabelecer a difusão geográfica do regionalismo, a fim de incluir a sua marca dialetal. Nesse ponto, os Atlas Linguísticos contribuem na delimitação da área de expansão da variante, situada espacialmente.

Ainda segundo Isquerdo (2007), os dicionários gerais da língua, tais como o Dicionário Aurélio e Dicionário Houaiss, empregam dois níveis de classificação dos regionalismos: (i) gerais – atualizados em todo o território nacional, em detrimento da variante europeia do português, (ii) regionalismos – unidades lexicais delimitadas a um ou mais estados da Federação ou característico de alguma região brasileira. Sobretudo em relação ao Aurélio, a obra carece de informações sobre a fonte de dados na macroestrutura ou microestrutura para validar os critérios de classificação

dos regionalismos. Salaria também que importa verificar a frequência do fato linguístico, para evitar a classificação de idiosincrasias como variantes regionais.

Nesse cenário, o Projeto ALiB, por sua amplitude e seu rigor metodológico, é uma segura fonte de dados sobre a realidade linguística do Brasil, oferecendo base para estudos sobre a variação linguística e, por conseguinte, sobre regionalismos, notadamente, nas áreas semânticas do QSL, contempladas pelo Projeto (ISQUERDO, 2006b). Por sua abrangência, acreditamos ser possível repensar o conceito de brasileirismos, consoante reforçou a referida linguista, seguindo um panorama do uso real.

A definição de regionalismos, frente ao exposto, deve ser contrastiva, ao considerar como regional o que difere da norma lexical geral, ou por meio da comparação da distribuição areal das formas documentadas com maior vitalidade. Por intermédio da cartografia das variantes e da delimitação de áreas por isoléxicas, é possível atestar a arealização de formas regionais. O critério comparativo (a variante mais produtiva/ cotejada com as formas regionais) contribui como base para a classificação estabelecida no trabalho. Já adiantava Isquerdo (2003) que os atlas linguísticos podem contribuir para a delimitação dos regionalismos, pois as isoglossas delimitam falares regionais. Desse modo, demonstram a vitalidade e difusão de um vocábulo no espaço geográfico. Assim sendo, a geolinguística pode, inclusive, contribuir na atualização de marcas de uso em dicionários.

Como resultado dessa aliança entre a geolinguística e a confecção de dicionários, temos como exemplo o Projeto *Dicionário Dialetal Brasileiro* (DDB), proposto por Machado Filho (2010) a partir de uma interface entre a Dialetologia e a Lexicografia, com base em dados do Projeto ALiB. Tal empreendimento visa a construção de um dicionário sistematizando a variação lexical nas diversas regiões do País, além de difundir o conhecimento cultural, com relação aos usos lexicais. Como corolárias do Projeto *Dicionário Dialetal Brasileiro* (DDB), foram produzidas as seguintes teses de Doutorado: o *Dicionário Dialetal Baiano* (NEIVA, 2017) e o *Vocabulário Dialetal do Centro-Oeste* (VDCO) (COSTA, 2018).

O *Dicionário Dialetal Baiano* (NEIVA, 2017), primeiro produto do Projeto *Dicionário Dialetal Brasileiro* (DDB), registrou lexicograficamente itens lexicais em variação, obtidos a partir de *corpus* constituído por 92 inquéritos realizados em 22 localidades situadas na Bahia, registrados como respostas às 202 questões do

Questionário Semântico-Lexical (QSL). Teve como objetivos: (i) a análise das formas documentadas sob perspectiva dialetológica, (ii) a documentação lexicográfica das variantes, (iii) a proposição e estabelecimento de metodologia para divulgação da diversidade linguística, com base na interface entre estudos dialetais e a Lexicologia, além do (iv) fornecimento de material de suporte para ensino e aprendizagem de língua portuguesa, com base na realidade linguística brasileira e diversidade semântico-lexical.

A tese de Daniela de Souza Silva Costa, por sua vez, teve como objetivo produzir um vocabulário dialetal, o *Vocabulário Dialetal do Centro-Oeste* (VDCO), a partir da norma falada no Brasil Central, representada pelo repertório lexical ativo dos informantes do Projeto ALiB, também documentado por meio da aplicação do Questionário Semântico-Lexical (QSL) nos inquéritos realizados pelas equipes do ALiB, nos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Para tanto, a autora se propôs a: (i) dar tratamento lexicográfico ao *corpus* de natureza geolinguística, (ii) manejar um modelo de microestrutura para o vocábulo dialetal com base nos parâmetros do DDB e outras proposições, (iii) analisar os dados sul-mato-grossenses, mato-grossenses e goianos de modo separado e em conjunto, verificando diferenças e semelhanças. A autora trabalhou com 23.174 ocorrências, o que resultou em 1604 entradas, sendo 228 verbetes completos e 1376 remissivos. Os resultados, de modo geral, revelaram uma norma lexical regional, bem como, particularidades entre os estados e entre as localidades. Tais estudos demonstram a importância do Projeto ALiB, ao fomentar diversos olhares quanto à realidade linguística brasileira.

Por fim, voltando à tese, os dados oriundos da pesquisa de campo abrangente e criteriosa como a desenvolvida pelo Projeto ALiB, confrontados com as informações fornecidas pelos dicionários Bluteau (1728), Morais Silva (1789), Beaurepaire-Rohan (1889), Houaiss; Vilar (2009), dentre outros, poderão auxiliar no estabelecimento de um inventário dos falares regionais desvendando desde expressões arcaicas ainda em uso na atualidade, até novos matizes semânticos, trazendo a lume a pancronicidade dos fenômenos linguísticos por meio da cartografia das variantes que ressoam “[...] os vários relógios a bater, ao mesmo tempo, horas diferentes” (SILVA NETO, 1960a, p. 28).

#### 4.3 A LEXICOLOGIA E OUTROS ESTUDOS DO LÉXICO

O léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. [...] O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na consciência dos falantes duma comunidade. (VILELA, 1994, p. 6).

Por intermédio do léxico, a realidade que circunda o homem pode ser nomeada e transmitida por gerações. O universo cultural, mitos, crenças, descobertas e todo um cabedal de experiências vêm a ser simbolizados e perenizados num saber que é partilhado pelos indivíduos que compõem uma comunidade.

Para tratar do léxico nesta pesquisa, é necessário aludir à Lexicologia, bem como à Teoria dos Campos Léxicos, uma vez que o *corpus* foi constituído por dados de um campo léxico-semântico específico, o da Alimentação e Cozinha. Por último, abordamos a Fraseologia, subdisciplina vinculada ao ramo de estudos lexicológicos.

##### 4.3.1 A Lexicologia e a Teoria dos Campos Léxicos

A Lexicologia estuda o repositório lexical geral de uma língua natural, o vocabulário; trata-se de um ramo de estudos que se ocupa do léxico enquanto sistema de uma língua. Conforme Eluerd (2000, p. 10), “la lexicologie est l’étude des vocabulaires; vocabulaire est un ensemble de mots ou de séquences figées apparaissant dans un même domaine d’usage<sup>61</sup>”. Lehmann e Martin-Berthet (1998, p. XIII), no que lhes concerne, assim definem a tarefa da lexicologia: “la lexicologie a pour tâche d’établir la liste des unités qui constituent le lexique, et de décrire les relations entre ces unités<sup>62</sup>”.

O objeto de estudo da Lexicologia, o léxico, é assim definido por Biderman (1989, p. 399):

O léxico é o tesouro vocabular de uma língua, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos lingüísticos e não-lingüísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural do

---

<sup>61</sup> “a Lexicologia é o estudo dos vocabulários, vocabulário é um conjunto de palavras ou de seqüências fixas que aparecem em um mesmo domínio de uso”. (Tradução nossa).

<sup>62</sup> A tarefa da Lexicologia é estabelecer lista de unidades que compõem o léxico e descrever as relações entre essas unidades. (Tradução nossa).

presente e do passado da sociedade. Esse tesouro constitui um patrimônio da sociedade, juntamente com outros símbolos da herança cultural [...] O repertório lexical perpetua, pois, a herança cultural através dos signos verbais.

A história das palavras acompanha a história da sociedade, na medida em que o vocabulário reflete as transformações sociais, o universo cultural, valores e crenças. Ao reportar-se a Matoré (1972) na concepção de palavra como testemunha da comunidade social, a autora ainda emenda, sobre a abstração conceitual do léxico: “[...] as palavras não exprimem as coisas, mas a consciência que os homens têm delas”. (BIDERMAN, 1989, p. 399). Posto isso, compreendemos que, a cada universo de experiência do homem, imerso em sua cultura e sua realidade regional, corresponde uma consciência e interpretação humana do derredor, que aflora mediante as formas linguísticas documentadas pelo falante.

Conforme Biderman (1984), o léxico apresenta teoria orientada especulativamente quanto a questões, tais como:

[...] o que vem a ser o léxico de uma língua quando confrontado com a gramática dessa mesma língua? como ele se estrutura? como ele se expande? como se dá o processo de categorização lexical? como se processa a aquisição e o enriquecimento do léxico de um indivíduo? como se faz o armazenamento do léxico nas memórias individuais? etc. (BIDERMAN, 1984, p. 140).

Ao refletir sobre a estruturação, categorização gramatical e lexical, a Lexicologia aprofunda a análise em relação ao funcionamento do léxico. Conforme Lehmann; Martin-Berthet (1998), cabe à Lexicologia descrever as unidades que compõem o léxico e as relações entre elas, inseridas em regularidades e estruturação específica.

De acordo com Vilela (1994) e Lehmann e Martin-Berthet (1998), as unidades lexicais devem ser estabelecidas, e o léxico deve ser organizado segundo os seguintes planos do sentido e da forma: (i) semântica lexical, ao analisar o sentido das palavras e as relações de sentido entre elas; (ii) morfologia lexical, ao estudar a organização formal do léxico, a estrutura das palavras e as relações de forma entre elas. O léxico trata de uma estrutura de estruturas, ligando-se também à sintaxe, pois as expressões são empregadas dentro de frases e em uma situação de enunciação. Picoche (1977, p. 44) classifica o léxico como: “l’ensemble des mots

qu'une langue met à la disposition des locuteurs<sup>63</sup> e como vocabulário, "l'ensemble des mots utilisés par un locuteur donné dans des circonstances données<sup>64</sup>".

Pottier *et al.* (1973, p. 26-27) empregam a nomenclatura *lexia*, como "unidade lexical memorizada", pois, quando o falante registra uma forma tal como "pão francês", não a constrói no ato de fala, mas a seleciona em sua "memória lexical". Enquanto *lexia*, a expressão pode ser compreendida em sua integralidade (como aquele tipo específico de pão) ou como uma "construção sintática do discurso", em uma associação dos itens *pão* e *francês*. Desse modo, os autores distinguem: (i) *lexia* simples: formada por apenas um item lexical, como *árvore*; (ii) *lexia* composta: formada por mais de um item lexical como *para-brisa*; (iii) *lexia* complexa estável: uma sequência de construção fixa que passa a ter sentido memorizado, como *estado de sítio*; (iv) *lexia* textual: uma *lexia* complexa com *status* de enunciado, como provérbios, máximas, dentre outras: "quem tudo quer, tudo perde".

Segundo a corrente de estudos francesa dos Fraseologismos, Mejri (1997) categoriza as *lexias* compostas, complexas e textuais enquanto unidades fraseológicas, expressões fixas ou fraseologismos.

As *lexias*, ainda segundo Pottier *et al.* (1973), são estruturadas pelos morfemas, que, por sua vez, são classificados em morfemas lexicais (*lexemas*) e morfemas gramaticais (*gramemas*). A título de exemplo, em *pens-e*, o elemento *pens-* (morfema lexical) pode ser comutado com vários outros: *pense*, *penso*, *pensa* etc.; *-e* pode comutar com uma quantidade restrita de morfemas, por isso, trata-se de morfema gramatical. Consoante Rey-Debove (1984, p. 47), o morfema gramatical pode ser livre (*muito*, *nem*, *este*) ou preso, estando ligado a um morfema lexical, como os afixos lexicais (prefixos, infixos e sufixos) e flexões gramaticais (feminino, plural, desinência verbal, dentre outros).

Ao discorrer sobre o idioleto<sup>65</sup>, Rey-Debove (1984, p. 58) comenta sobre o vocabulário ativo e passivo do indivíduo: o primeiro, "é o que se tem o costume de empregar" e o segundo, "é o que compreendemos quando empregado por outras pessoas, mas que nós mesmos não temos o costume de empregar". O léxico se

<sup>63</sup> O conjunto de palavras que uma língua disponibiliza para os falantes. (Tradução nossa).

<sup>64</sup> O conjunto de palavras registradas por um falante em determinadas circunstâncias. (Tradução nossa).

<sup>65</sup> "A fala de um único indivíduo, que pode conter mais de um leto" (variedade). (FERREIRA, 2010, p. 1119).

renova com a contribuição desse duplo estatuto ativo e passivo do vocabulário. Outro processo de ampliação do léxico de uma língua seria a adoção de estrangeirismos, empregados para designar referentes que podem ou não ter equivalentes em outra língua. No tocante a esse fenômeno, ao enumerar os francesismos que se integraram totalmente ao PB, Vilela (1994, p. 20) elucida que alguns “vocábulos conservam ligeiras marcas grafêmicas ou fonéticas da língua de origem”, enumerando como exemplo, *bombom*, denominação documentada nesta tese.

O léxico pode ser parcialmente descrito em dicionários; a lexicografia encarrega-se de seu estudo e sistematização. A ortografia nem sempre delimita os vocábulos: a título de exemplo, *pomme de terre* (batata, em francês), é formada por três unidades lexicais (*pomme, de, terre*) que se integram em uma quarta. A delimitação segue critérios linguísticos e algumas expressões apresentam vários sentidos (polissemia). Um conjunto de vocábulos de uma língua constitui o seu léxico; o léxico geral é comum a todos os falantes, podendo variar diacronicamente (segundo o tempo), diatopicamente (espaço) e diastraticamente (ligado ao registro, diferentes estratos etc.). Por meio da competência lexical, é possível reconhecer, na formação de palavras, formas que podem ser lexicalizadas, por atenderem às regras de formação (Lehmann; Martin-Berthet, 1998).

Dentro da esfera dos estudos lexicológicos, são analisadas as regras de formação de palavras da língua, em níveis sintáticos, semânticos, morfológico, fonológico e pragmático. O trabalho lexicográfico, atuando na sistematização dos dicionários, baseia-se nos estudos lexicológicos.

Inserido na Semântica estrutural, Coseriu (1981) categoriza o campo léxico como a estrutura paradigmática primária do léxico. Define como: “paradigma constituído por unidades léxicas de conteúdo (lexemas) que se reparten una zona de significación continua común y se encuentran en oposición inmediata unas con as otras<sup>66</sup>”. (COSERIU, 1981, p. 210). As unidades opõem-se por meio dos semas, traços mínimos de conteúdo. Sobre a matéria, soma Vilela (1994, p. 33) “os traços comuns a todos os lexemas do campo constituem o arquisssemema, que pode ter ou não ter uma correspondência lexemática na língua (o arquilexema). Desse modo, existe uma relação hiperonímica entre arquilexema e os lexemas do campo lexical. A

---

<sup>66</sup> “Paradigma constituído por unidades léxicas de conteúdo (lexemas) que compartilham uma área de significação contínua comum e estão em oposição imediata uma com as outras”. (Tradução nossa).

oposição imediata também pode ocorrer entre arquiuinidades (arquilexema) e unidades e arquiuinidades, ou seja, um campo pode estar incluído em outro campo. Os semas, traços semânticos distintivos, atuam no mesmo campo lexical. Esclarece Oliveira (1999, p. 56) que “em qualquer sistema lingüístico, o conjunto de lexemas, que cobre uma área conceitual, é um campo lexical. Consequentemente, esses lexemas que estão relacionados entre si pelo significado, dão origem à estrutura do campo lexical”. O campo lexical seria um subconjunto do léxico de uma língua e, do ponto de vista estrutural, as unidades léxicas inseridas em um campo lexical se aproximam por algum traço em comum.

Já o campo semântico, consoante Oliveira (1999, p. 56), é constituído de sememas que, por conseguinte, compõem-se de traços semânticos distintivos denominados semas. Um morfema lexical (lexema) pode reunir vários sememas e cada traço dos sememas é um sema (Pottier, 1978, p. 29). Sendo assim: semema = {sema 1, sema 2, sema 3...}.

Para este estudo, referente ao campo semântico da Alimentação e Cozinha, como critério de validação das variantes lexicais registradas pelos falantes, foram analisados os traços semânticos, ou seja, os semas documentados nas descrições dos alimentos, se de fato, condizem com o referente que se busca em cada questão. Ainda, como esclarecimento terminológico, conforme a Teoria dos Campos Léxicos, a nomenclatura a ser empregada deveria ser “campo semântico”, entretanto, a expressão “área semântica” é de uso consagrado em estudos geolinguísticos, desse modo, nesta tese, a duas formas foram empregadas com o mesmo sentido.

#### 4.3.2 Notas sobre a Fraseologia

No domínio dos estudos linguísticos, a classificação da Fraseologia percorre duas perspectivas: (i) enquanto disciplina autônoma (perspectiva russa); (ii) subdisciplina, inserida no ramo de estudos da Lexicologia, concepção adotada por Mejrí (1997) e outros lexicólogos ocidentais. Nesta pesquisa, concebemos a Fraseologia conforme esse último entendimento.

Refere-se a um ramo de estudos que trata das combinações de itens lexicais, que, como blocos pré-fabricados, são reiterados nos discursos. Tais combinações não são inteiramente livres. Lehmann e Martin-Berthet (1998, p. 36)

compreendem a Fraseologia como “[...] l’ensemble des expressions, locutions, phrases codées dans une langue<sup>67</sup>”.

Variadas designações são documentadas na literatura específica com a finalidade de nomear o seu objeto de estudo, tais como: frase feita, unidade léxica complexa, fraseologismo, unidade fraseológica, combinação fixa de palavras, sequência ou expressão fixa, expressão cristalizada, locução, dentre outras. A fim de seguir uma padronização, aplicamos as denominações sequência fixa, fraseologismos e unidade fraseológica, não obstante a última seja classificada como hiperônimo para vários fenômenos fraseológicos (CORPAS PASTOR, 1996).

As sequências fixas ou unidades fraseológicas são estruturas que, ao partirem de duas ou mais unidades simples da língua, integram-se em uma única unidade léxica complexa detentora de sentido global. Essas novas unidades formadas acabam cristalizando-se por meio do uso, sendo reiteradas nos enunciados, discursos, textos etc., à semelhança dos neologismos, adentrando o léxico da língua. São formadas por meio de uma combinação sintagmática e passam a ser estocadas no “tesouro lexical da língua” (BIDERMAN, 2005, p. 747).

Gross (1982) comenta sobre a decisão de alguns linguistas de considerar as *expressions figées* como anomalias linguísticas, excetuando-as de um tratamento científico. Biderman (2005), por seu turno, salientou a dificuldade em reconhecer essas unidades complexas, pois os falantes, por vezes, discordam quanto ao grau de fixação dessas sequências, fator esse que dificulta a sua inserção em obras lexicográficas. Não obstante, a ampla descrição linguística, como a efetivada pelo ALiB, pode vir a demonstrar, de forma empírica, a vitalidade dessas formas linguísticas em uso.

As principais propriedades das expressões fixas são: (i) polilexicalidade: são formadas por duas ou mais unidades léxicas; (ii) fixidez: as unidades integram-se em uma “soldadura”; (iii) grande frequência de uso e coaparição: os falantes as registram em seus discursos e em variados contextos de produção e os elementos combinados apresentam maior frequência de aparição do que os elementos tomados de forma individual; (iv) institucionalização: ao serem sancionadas pelo uso, são reconhecidas pelos falantes enquanto uma unidade semântica e formal; (v) idiomatidade: em algumas expressões fixas, o sentido global não resulta da soma

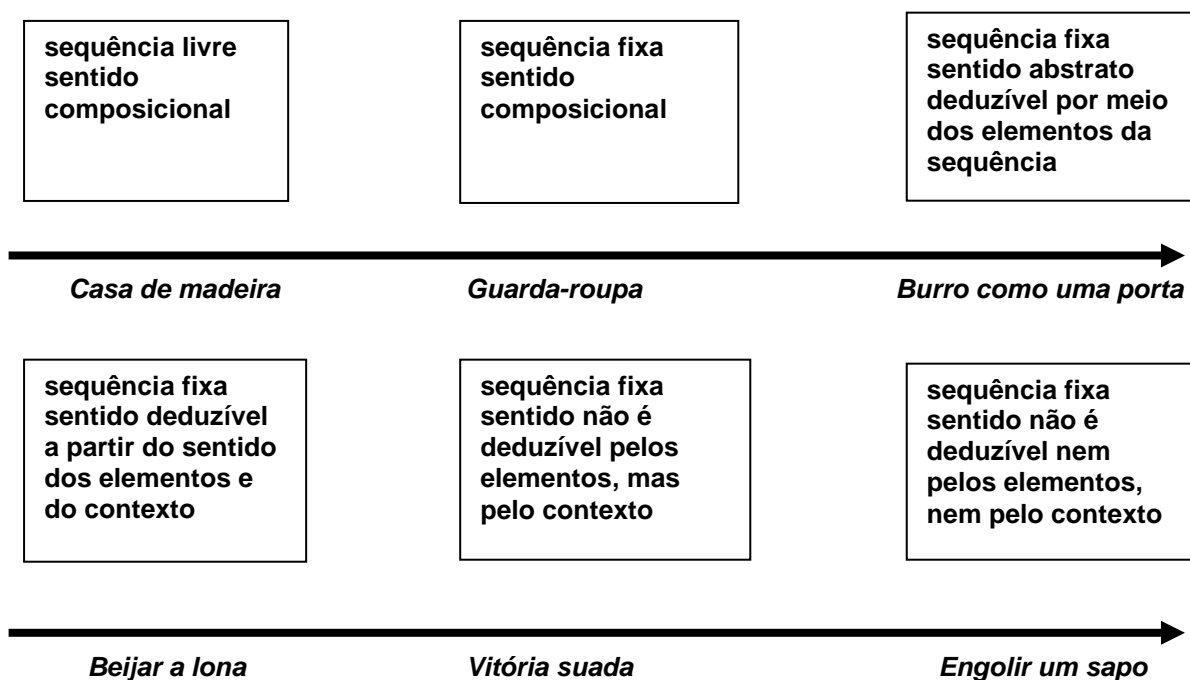
---

<sup>67</sup> [...] o conjunto de expressões, locuções, frases codificadas em uma língua”. (Tradução nossa)

dos significados dos elementos que compõem a expressão (como, por exemplo, as expressões idiomáticas); (vi) variação: podem sofrer variação léxica nos níveis diatópico, diastrático, diafásico e diageracional. Conforme Sfar (2015), os sintagmas livres perdem liberdade de combinação em face de uma soldadura sintagmática e sentido que não pode ser apreendido como a soma do significado de cada unidade, mas de forma global.

A respeito da fixidez, Gross (1996) e Mejri (1997) defendem que as sequências fixas apresentam diversos graus de fixidez ou cristalização. Por meio da sinédoque, metonímia e metáfora, é estabelecida “[...] la rupture avec le sens commun des mots et la synthèse sémantique qui est à la base de la dénomination établissant le nouveau rapport entre le signe linguistique et le référent<sup>68</sup>[...]” (MEJRI, 1997, p. 65). O autor ainda explica que a fixidez varia em um *continuum*, em que o sentido da expressão desloca-se de uma transparência (o sentido ainda é composicional e pode ser subtendido a partir dos significados de cada unidade, como “guarda-roupa”) para uma opacidade semântica (o significado é global e não pode ser deduzido a partir dos constituintes, como em “engolir um sapo”), representando essa gradação por meio do esquema, adaptado na Figura 8:

Figura 8: Esquema do *continuum* de fixidez (MEJRI, 1997)



Fonte: Mejri, 1997, p. 49 – adaptado pela autora

<sup>68</sup> “[...] a ruptura com o sentido comum das palavras e a síntese semântica que está na base da denominação estabelecem uma nova ligação entre o signo linguístico e o referente”. (Tradução nossa).

As sequências fixas, no nível sintagmático, obedecem à sintaxe da língua, enquanto no nível paradigmático, podem ser re combinadas, de acordo com o grau de fixidez da expressão em sua totalidade. O processo de fixação da sequência fixa resulta de uma polissemia inicial que leva ao enrijecimento da combinatória sintagmática, gerando uma sequência polilexical, que pode ou não apresentar uma flexibilidade paradigmática (MEJRI, 2004). A polilexicalidade e a polissemia seguem o princípio da economia linguística.

Ao tratar da dupla semântica articulação do discurso, Mejrí (2006) discorre acerca da 1ª e 2ª articulação do discurso, remetendo a Martinet (1980 [1960]). A primeira é representada pelos morfemas, unidades mínimas detentoras de sentido e a segunda, pelos fonemas, as formas mínimas da língua que distinguem sons. É somada, a essas duas, a terceira articulação, composta pelas sequências fixas, como nova unidade semântica de sentido global. Assim, ao descrevê-las, é preciso recorrer à análise dos morfemas que as compõem e à nova unidade polilexical, de sentido tomado no todo.

Como parte integrante do léxico em geral, os fraseologismos refletem aspectos culturais de um povo, que agrega sua visão de mundo e sua identidade ao gerar novas expressões fixas a partir da lógica interna e mecanismos prototípicos da língua (MEJRI, 1999).

Diante do exposto, para este estudo, utilizamos como parâmetro de análise o *continuum* de fixidez, exposto por Mejrí (1997), para classificar, enquanto formas mais livres ou fixas, as variantes formadas por unidades complexas e validadas pelos informantes.

No *corpus* da tese, obtivemos exemplos de algumas variantes candidatas a possíveis sequências fixas, tais como *mingau de milho verde*, *curau de coco*, *curau sem coco*, *canjica grossa*, *bala doce*, *pão francês*, *pão de sal*, dentre outras. Dessa maneira, tais itens lexicais podem ser analisados quanto à composicionalidade e transparência de sentido entre os elementos que compõem a sequência, evidenciando traços latentes da história e cultura da região em que foram documentados.

## CAPÍTULO 5 - METODOLOGIA

Os princípios metodológicos que norteiam este trabalho são regidos pela Geolinguística, no que se refere à coleta e tratamento dos dados por meio de cartas linguísticas, e pela Lexicologia, em relação à abordagem das normas linguísticas e dos matizes semânticos das variantes.

### 5.1 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Para a composição do *corpus*, foram utilizados dados, parcialmente inéditos, coletados pelas Equipes do Projeto ALiB, em 250 localidades brasileiras, sendo 225 pontos do interior e 25 capitais, que integralizam a totalidade dos pontos de inquérito. Após a seleção do campo semântico a ser estudado, solicitamos ao Comitê Nacional do projeto, com sede na UFBA, a autorização para utilizar as entrevistas, de maneira que o estudo empreendido possa contribuir, de certa maneira, para o andamento do projeto.

As entrevistas foram realizadas pelas Equipes do Projeto ALiB, coordenado pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Suzana Cardoso (UFBA) e a maior parte da coleta encontra-se transcrita. Todos os trechos de áudios e transcrições utilizados nesta pesquisa foram revisados pela autora deste trabalho. O projeto teve início em 1996, e, na atualidade, conta com um Comitê Nacional, com sede na Universidade Federal da Bahia, à qual se somam as seguintes Universidades Federais: do Pará (UFPA), de Mato Grosso do Sul (UFMS), do Maranhão (UFMA), de Santa Catarina (UFSC), do Ceará (UFC), e de Lavras (UFLA), e a Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde atuam os coordenadores regionais. Em um trabalho conjunto, foram definidos os princípios metodológicos (fixação de rede de pontos, perfil dos informantes, questionários) e estabelecidos cronogramas para direcionar o andamento das pesquisas.

Na composição dos questionários linguísticos foram levados em conta os Atlas regionais já publicados, assim como o *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e Galiza*. Apresentam-se organizados da seguinte forma: Questionário Fonético-Fonológico (QFF), composto por 159 questões; Questionário Semântico-Lexical (QSL), que apresenta 202 perguntas distribuídas em 14 campos semânticos e Questionário Morfossintático (QMS) com 49, aos quais se somam as questões

referentes à pragmática, temas para discursos semidirigidos, questões metalinguísticas, e o texto para leitura.

Para este trabalho, selecionamos as respostas referentes à área semântica da Alimentação e Cozinha dos Questionários do ALiB 2001 (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 24-26), composta por 12 perguntas. Ainda, com base em estudos anteriores a respeito do campo semântico da Alimentação e Cozinha, em inquéritos realizados nas capitais, tais como Yida (2006) e Yida (2011), foram selecionadas cinco questões listadas nesse trecho dos Questionários. A partir dessas pesquisas, consoante esclarecido na Introdução, optamos pelas perguntas cujas disposições espaciais das respostas, nos dados das capitais, indicavam uma possível integração em áreas delimitadas por isoléxicas. As questões selecionadas foram:

179 – CURAU/CANJICA - Como se chama uma papa cremosa feita com coco e milho verde ralado, polvilhada com canela?

180 – CURAU - Como se chama essa mesma papa, com milho verde ralado, sem coco, como é que chama?

181 – MUNGUNZÁ/CANJICA - Como se chama aquele alimento feito com grãos de milho branco, coco e canela?

185 – BALA/CONFITO/BOMBOM - Como se chama aquilo embrulhado em papel colorido que se chupa?

186 - PÃO FRANCÊS - Como se chama isto? Mostrar.

#### 5.1.1 Perfil Dos Informantes

Foram selecionados quatro informantes com ensino fundamental em cada localidade a partir do banco de dados do Projeto ALiB, distribuídos pelas variáveis faixa etária e sexo.

O perfil dos informantes das localidades do interior está estratificado segundo as variáveis sociais, conforme o Quadro 3:

Quadro 3: Perfil dos informantes (interior)

Informante	Escolaridade	Faixa etária	Sexo
01	Fundamental	I (18-30 anos)	Masculino
02	Fundamental	I (18-30 anos)	Feminino
03	Fundamental	II (50-65 anos)	Masculino
04	Fundamental	II (50-65 anos)	Feminino

Fonte: Projeto Atlas Linguístico do Brasil (adaptado pela autora)

Nas capitais, o perfil dos informantes distribui-se conforme o Quadro 4:

Quadro 4: Perfil dos informantes (capitais)

Informante	Escolaridade	Faixa etária	Sexo
01	Fundamental	I (18-30 anos)	Masculino
02	Fundamental	I (18-30 anos)	Feminino
03	Fundamental	II (50-65 anos)	Masculino
04	Fundamental	II (50-65 anos)	Feminino
05	Superior	I (18-30 anos)	Masculino
06	Superior	I (18-30 anos)	Feminino
07	Superior	II (50-65 anos)	Masculino
08	Superior	II (50-65 anos)	Feminino

Fonte: Projeto Atlas Linguístico do Brasil (adaptado pela autora)

Nas capitais, são considerados, além da variação diasssexual e diageracional, dois níveis de escolaridade: ensino fundamental e superior. Neste estudo, contemplamos somente o perfil dos informantes com ensino fundamental (nos pontos do interior e das capitais), tendo em vista o critério salientado por Cunha (1987), a respeito da necessidade de restringir a análise aos registros documentados por falantes com estratificação social equivalente, pois a escolarização é um fator que pode influenciar na aquisição de outras normas linguísticas alheias à norma em uso na comunidade linguística. Além disso, nos inquéritos do ALiB realizados nos pontos situados no interior, não foi considerado o perfil de escolaridade de nível

superior, e essa diferença numérica certamente enviesaria a análise. Por isso, delimitamos a análise somente aos informantes das capitais e interior com ensino fundamental, que abrange todos os perfis, nivelando os dados.

São, portanto, em cada ponto, dois informantes da faixa etária I (18-30 anos), sendo um deles do sexo feminino e outro, do masculino, e mais dois informantes da faixa II (50-65 anos), sendo um do masculino e outro do sexo feminino, totalizando quatro em cada localidade. Para este estudo, somam-se aos informantes do interior, os das capitais, com o mesmo perfil, considerando-se apenas os de nível fundamental de ensino. Os informantes são naturais das localidades, com pais também pertencentes à mesma região linguística, e perfazem o total de 1000 informantes com ensino fundamental da escolaridade.

#### 5.1.2 Rede De Pontos e Distribuição do Número De Localidades e De Informantes

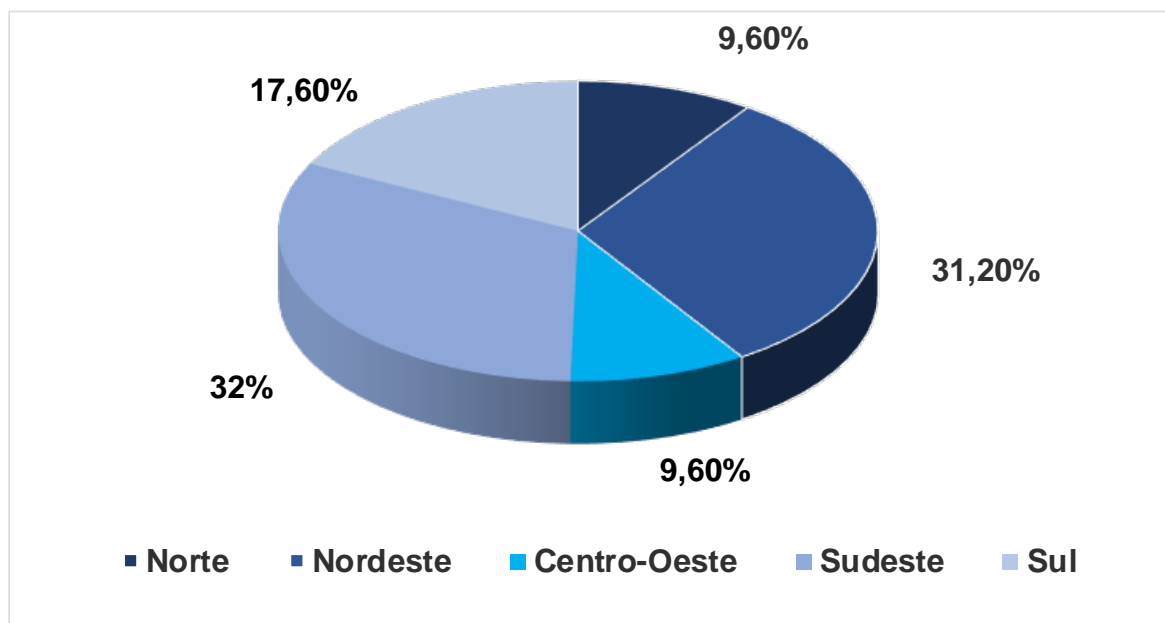
Por se tratar de um atlas urbano, dado “[...] o traçado que o mundo moderno vem delineando” (CARDOSO, 2010, p. 91), a rede de pontos foi composta por 250 pontos de inquérito, *corpus* do Projeto ALiB, considerados áreas urbanas.

A definição da rede de pontos é um procedimento fundamental na coleta geolinguística, e apresenta “como objetivo primordial, garantir a recolha dos dados em um feixe de localidades que permitam a depreensão da variação diatópica da língua em uso” (ISQUERDO; TELES, 2014, p. 37).

Mota e Cardoso (2009, p. 249) esclarecem os critérios para a seleção da rede de pontos do ALiB: “Foram também avaliadas as redes de pontos dos atlas publicados e a proposta de Nascentes em *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil* (1958 e 1961), incluindo-se as localidades julgadas condizentes com os critérios do Projeto ALiB”. Na composição da rede de pontos, foram levados em conta os critérios demográficos, históricos e culturais.

Reiterando, são, portanto, 225 pontos do interior, mais 25 das capitais, totalizando 250 localidades e 1000 informantes. A porcentagem da distribuição de pontos de inquérito e de número de informantes do Projeto ALiB por Região está representada no Gráfico 1:

Gráfico 1: Porcentagem da distribuição de pontos de inquérito e de número de informantes do Projeto ALiB por Região:



Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB pela autora.

O número de pontos e informantes, respectivamente, está organizado por Região, da seguinte forma: na Região Norte, são 24 localidades, sendo 96 informantes inquiridos, totalizando 9,60% dos pontos e informantes; na Região Nordeste, são 78 localidades e 312 informantes, sendo 31,20%; na Região Centro-Oeste, 24 pontos e 96 inquiridos, perfazendo 9,60%; na Região Sudeste, 80 e 320, representando 32%, e na Região Sul, são fixados 44 pontos de inquérito, tendo sido entrevistados 176 informantes, representando 17,60% da totalidade.

## 5.2 MONTANTE DE DADOS

A fim de proceder a um estudo mais profundo dos resultados, foram escolhidas apenas cinco questões, cujos itens foram descritos e analisados. Como resultado quantitativo dos dados, a partir dos trechos de fala de 1000 informantes, para as cinco questões contempladas nesta tese, obtivemos o total de 4735 ocorrências para 77 formas linguísticas validadas (somando as rotuladas como *outras* e desconsiderando as variantes morfofonêmicas e agrupadas). Os trechos das entrevistas foram inseridos como notas explicativas no decorrer da análise, ilustrando as discussões.

### 5.3 ORGANIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS E CARTOGRAFAÇÃO LINGUÍSTICA

O grande volume de dados linguísticos requer um rigor na organização e tratamento das informações. As respostas registradas pelos informantes foram organizadas em planilhas do *Excell*, do pacote Office da Microsoft, representada por meio da Figura 9:

Figura 9: Base de dados do *Excell* questão 185 – Região Nordeste

Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Camocim / 039	1	bala	bombom
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Camocim / 039	2	bombom	bala
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Camocim / 039	3	bombom	bala
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Camocim / 039	4	bombom	bala
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Sobral / 040	1	bombom	
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Sobral / 040	2	bombom	
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Sobral / 040	3	bombom	
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Sobral / 040	4	bombom	
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Ipu / 042	1	balinha	
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Ipu / 042	2	bala	
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Ipu / 042	3	bombom	
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Ipu / 042	4	bala	
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Canindé / 043	1	bombom	balas
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Canindé / 043	2	bombom	bala
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Canindé / 043	3	bombom	bala
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Canindé / 043	4	bombom	
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Crateús / 044	1	balinha	
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Crateús / 044	2	bala	balinha
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Crateús / 044	3	balinhas	bombons
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Crateús / 044	4	balinha	bombom
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Quixeramobim / 045	1	bombom	
Nordeste	CE	ALIMENTAÇÃO E COZINHA	185/QSL	Quixeramobim / 045	2	bombom	

Fonte: Dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (organizados pela autora)

As planilhas foram organizadas por Regiões (Nordeste, Centro-Oeste, Norte, Sudeste e Sul), contendo as informações: Região; Estado; Campo Semântico; Número da questão/questionário; Localidade/número da localidade; Código do informante (conforme o perfil); primeira, segunda e terceira respostas. Ainda foram inseridos trechos das entrevistas em que são registradas observações pelos informantes, tais como: informações diatópicas, dados diageracionais, usos e costumes regionais, dentre outros. Para o levantamento de dados, recorreremos à comparação das transcrições em relação às gravações das entrevistas. Por tratar-se de cinco questões diferentes, foram estabelecidos critérios para a tabulação dos dados, a fim de seguir uma padronização, expostos no início de cada uma das análises.

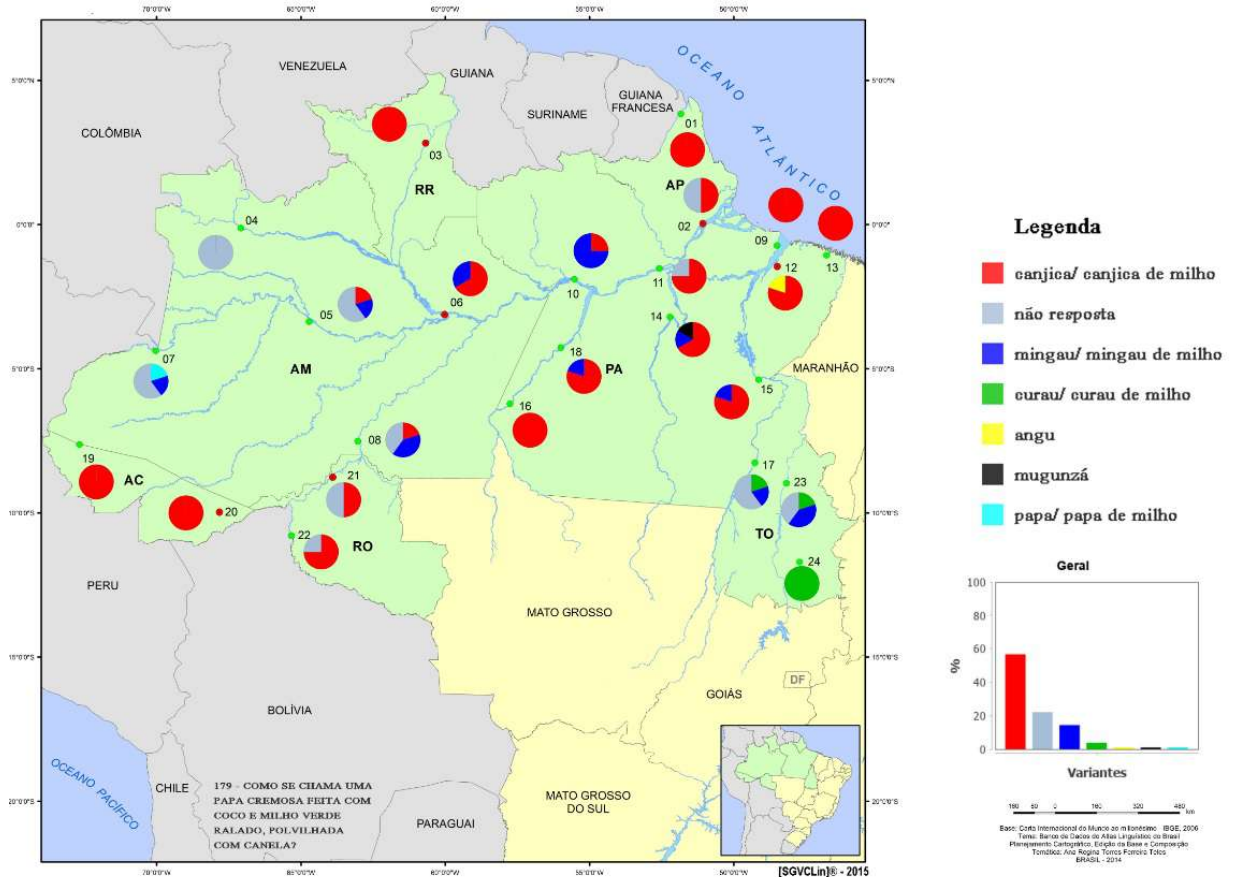
As variantes coletadas, após a padronização e validação, foram cartografadas por meio do *software* SGVCLin - *Software* para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas, criado por Seabra, Romano e Oliveira (2014), em bases cartográficas georreferenciadas, elaboradas pela equipe de Informatização e Cartografia do Projeto ALiB. Dessa maneira, utilizamos nesta tese

as bases já publicadas no volume dois do *Atlas Linguístico do Brasil* (2014b, p. 59-64). Ainda, com o auxílio do programa, foram geradas cinco tabelas automáticas de produtividade para cada questão, sendo uma para cada Região do País, que foram inseridas e discutidas no decorrer da análise.

No volume 2 desta tese, podemos visualizar as cartas experimentais monodimensionais diatópicas e as cartas de arealidade gradual, que ilustram a distribuição das formas linguísticas no plano espacial (Figura 10) e (Figura 11).

Figura 10: Exemplo de carta experimental monodimensional diatópica - variantes para a questão 179 – *canjica/mingau/curau com coco* - Região Norte

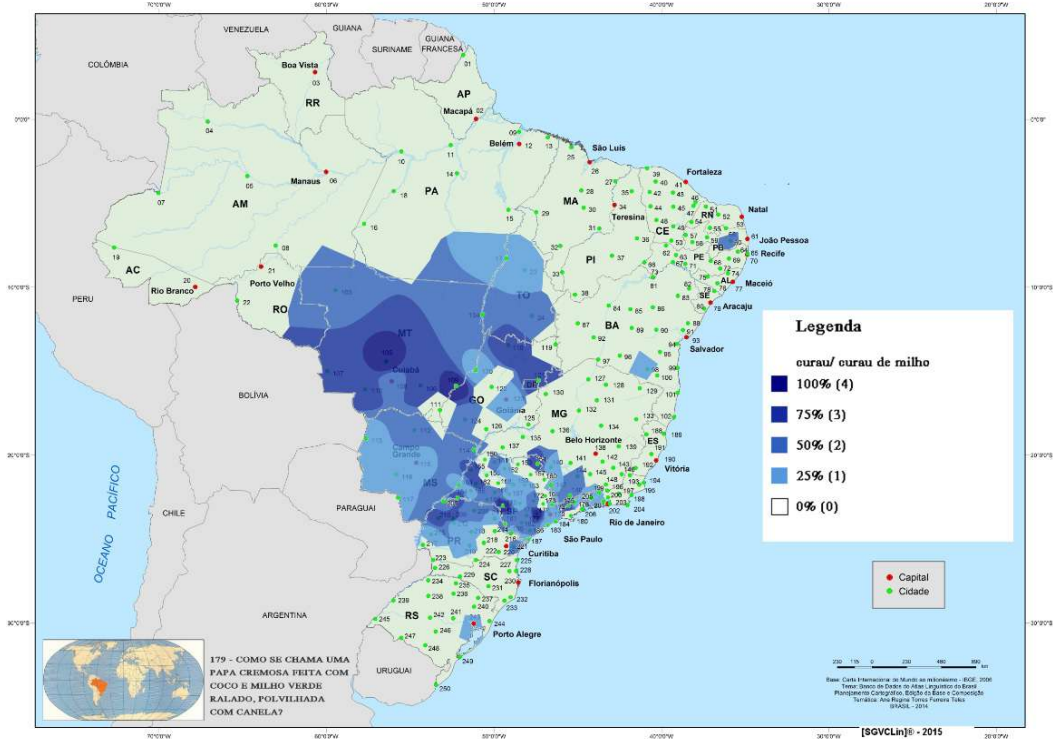
(CD1/179) Carta diatópica 1 - Questão 179 - *canjica/mingau/curau com coco* - Região Norte



Fonte: Projeto Atlas Linguístico do Brasil – SGVCLin (2015) (elaborado pela autora)

Figura 11: Exemplo de carta experimental de arealidade gradual – questão 179 – distribuição areal para *curau de milho*

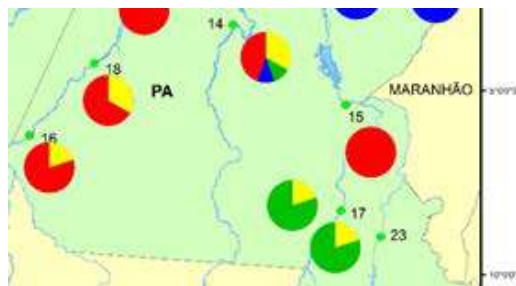
(CAG3/179) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 179 - *curau/curau de milho*



Fonte: Projeto Atlas Linguístico do Brasil – SGVCLin (2015) (elaborado pela autora)

Nas cartas experimentais monodimensionais diatópicas, os dados linguísticos foram representados por meio de gráficos em formato de pizza (Vol. 2), consoante a Figura 12:

Figura 12: Excerto de carta experimental monodimensional diatópica (representação por meio de gráficos de pizza)

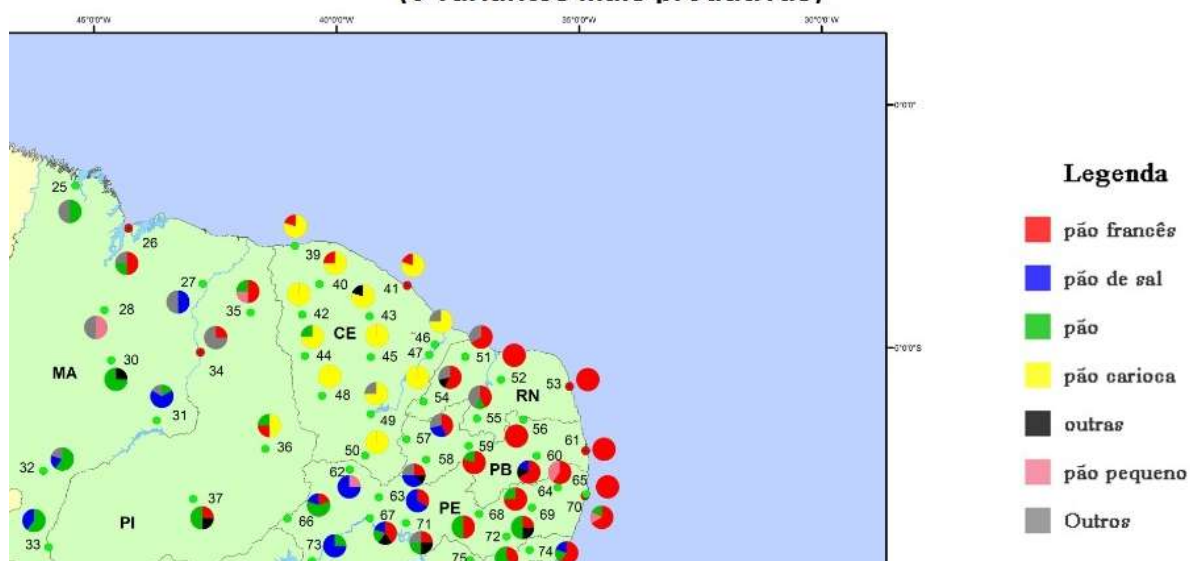


Fonte: Projeto Atlas Linguístico do Brasil – SGVCLin (2015) (elaborado pela autora)

As cartas monodimensionais diatópicas demonstram a distribuição espacial das formas linguísticas, ponto a ponto. Para cada questão explorada, nesta tese, foram elaboradas cinco cartas monodimensionais diatópicas, referentes a cada uma das cinco Regiões brasileiras (Região Norte, Região Nordeste, Região Centro-Oeste, Região Sudeste e Região Sul), organizadas nessa ordem. As cartas estão numeradas de 1 a 5, com a sigla CD (carta diatópica) e apresentando o número da questão a que se refere. Especificamente para a representação diatópica das respostas obtidas para a questão 186, nas regiões Nordeste e Sudeste, dada a polimorfia, a cartografiação de cada região foi dividida em duas: uma carta em que constam as seis variantes mais produtivas e outra para as seis menos, no Nordeste, e as cinco mais produtivas e as seis menos produtivas no Sudeste. A representação, na legenda, quanto às formas menos produtivas nas cartas em que constam as seis variantes mais produtivas está assinalada automaticamente pelo programa SGVCLin como “Outros”, em tom cinza escuro; a representação como “outras” diz respeito às formas menos produtivas, agrupadas sob esse rótulo, descritas em cada análise, conforme a Figura 13:

Figura 13: Excerto de carta experimental monodimensional diatópica (Questão 186 – Região Nordeste – 6 variantes mais produtivas)

**(CD2.1/186) Carta diatópica 2.1 - Questão 186 - *pão francês* - Região Nordeste (6 variantes mais produtivas)**



Fonte: Projeto Atlas Linguístico do Brasil – SGVCLin (2015) (elaborado pela autora)

Já as cartas de arealidade gradual apresentam a distribuição areal para cada uma das formas linguísticas, delimitando as áreas lexicais. Ainda, por meio da gradação de cores, apresenta as áreas em que o fenômeno linguístico apresentou maior ou menor registro. Elaboramos uma carta para cada variante validada na tese, conforme o critério produtividade e possível formação de áreas lexicais, sendo numeradas, por ordem de produtividade, a partir do número 1 até quantas forem as variantes obtidas, com a sigla CAG (carta de arealidade gradual) e o número relacionado à questão.

Buscando realizar uma análise comparativa da distribuição espacial de formas específicas não validadas para a questão 181 (*canjica salgada* e *mugunzá salgado*), elaboramos uma carta de arealidade, disposta ao final da análise das formas obtidas como respostas à questão, codificada com a sigla CA (carta de arealidade) e o número da questão. Ainda, para cada questão, foi elaborada uma carta cotejando as duas formas linguísticas mais produtivas (totalizando as cinco perguntas). Nesse tipo de carta, ao traçar as isoglossas, o programa SGVCLin (2014) calcula o interponto entre as localidades, empregando um método similar ao dialetométrico, conforme expõe Romano (2015, p. 146-147).

No subitem a seguir, descrevemos os critérios para validação dos dados.

### 5.3.1 Dados Considerados

Foram consideradas as formas linguísticas registradas pelos informantes, inclusive as variantes obtidas como respostas nos testes de verificação, após a reformulação feita pelo inquiridor. O trecho final das gravações foi revisado, a fim de averiguar os casos das retomadas às questões não respondidas. Foram levadas em conta todas as respostas (primeira, segunda, terceira).

Nas entrevistas em que ocorreu um grande volume de abstenções (no caso, nas questões 179, 180 e 181), foi considerado, no mapeamento, o item “não resposta”. Os casos que foram analisados segundo esse critério baseiam-se nos relatos dos informantes e foram comentados em cada uma das análises. Por ocasião do minicurso intitulado “O trabalho geolinguístico segundo os princípios da Dialetologia Pluridimensional”, ofertado durante o Seminário Regional de Geossociolinguística (SERGEL), em Belém, realizado em novembro de 2017, o professor Harald Thun salientou a importância de considerar essas não respostas,

quando há a indicação de um fator cultural, como o desconhecimento do referente pelo falante, por não fazer parte dos usos e costumes de sua região, portanto, de seu conhecimento de mundo. Na análise da questão 186, não foi considerada a abstenção enquanto um item na cartografia, pois foi verificada uma única ocorrência de não resposta, vinculada a outros fatores. Para a representação das respostas à questão 185, o item não resposta foi cartografado.

A cartografia dos dados em uma área geográfica com muitos pontos de inquérito é dificultosa pela sobrecarga de informações. Este fato exigiu a elaboração de variados tipos de cartas para o mesmo fenômeno, focando a distribuição espacial das variantes em uma visão mais ampla (o Brasil todo) e por regiões, de modo a facilitar a leitura e interpretação da distribuição diatópica dos fatos linguísticos<sup>69</sup>. Esse é um desafio que também tem sido enfrentado pela Comissão de Informatização e Cartografia do ALiB, nas próximas publicações dos volumes do Atlas Linguístico do Brasil, com os dados das localidades do interior.

#### 5.4 PASSOS DA PESQUISA

Em suma, para o desenvolvimento desta tese, percorremos os seguintes passos:

i. Levantamento das variantes registradas: foram catalogadas, a partir das entrevistas do ALiB (gravações, transcrições e revisões), as variantes registradas pelos informantes nos inquéritos e questões que compõem o *corpus* do estudo em tela;

ii. Tabulação das variantes lexicais: estabelecemos critérios, para cada questão, para a validação e agrupamento (rótulo) das formas linguísticas registradas, levando em conta as formas morfofonêmicas e os traços semânticos descritos pelos informantes. Após, foram analisadas as formas lexicais complexas (excetuando-se as rotuladas como *outras*), quanto ao grau de fixidez (MEJRI, 1997). Por último, foram produzidas: tabelas de produtividade geral e, por meio do SGVLin, tabelas automáticas de produtividade por Região. Ainda, foram classificados como

---

<sup>69</sup>Durante o minicurso ministrado no SERGEL 2017, Thun também destacou a necessidade de produzir uma série de cartas para a mesma ocorrência, a fim de melhor esclarecer as interpretações a respeito do fenômeno linguístico.

“problemas técnicos” as entrevistas em que faltam trechos da gravação ou que não foram formuladas pelo inquiridor, sendo desconsideradas no cômputo geral.

iii. Cartografiação das formas linguísticas (cartas monodimensionais diatópicas, cartas de arealidade gradual e cartas de arealidades): após a validação e agrupamento, foram cartografadas as variantes mais produtivas, em cartas monodimensionais diatópicas (sendo cinco cartas, uma para cada Região brasileira, por questão); cartas de arealidade gradual, sendo uma para cada variante, para verificação da formação de possíveis áreas circunscritas por isoléxicas e cartas de arealidade, a fim de comparar a distribuição espacial para algumas formas rotuladas como não resposta (questão 181): *canjica salgada* e *mugunzá salgado* e para cotejar a arealização para as duas variantes mais produtivas por questão (cinco, no total);

iv. Apuração da distribuição diatópica das variantes e identificação de formas lexicais representantes de normas gerais, normas regionais e locais, designações consoante Biderman (2001c). De acordo com Isquerdo (2007) e o critério estabelecido pela autora para estabelecer o vocabulário geral, foi verificada a distribuição espacial das variantes mais produtivas: caso integre todas as Regiões e a maior parte dos Estados que compõem cada uma, formando áreas lexicais, foram consideradas como normas gerais para cada referente. Adotamos o critério contrastivo, conforme Rona (1969), comparando a distribuição areal da forma mais produtiva às outras variantes que podem ser caracterizadas como fatos peculiares de uma ou mais regiões. Foram consideradas variantes representativas da norma regional, segundo os critérios já discutidos, lançados por Isquerdo (2016) – formas documentadas por falantes pertencentes a comunidades linguísticas que podem ser geograficamente delimitadas, em áreas com grandes ou pequenas dimensões, caracterizando, assim, um léxico regional, que as singularizam. Consoante Oliveira (1999), algumas unidades lexicais podem representar o léxico de uma região, mas podem estender-se a outras, dado o fator migratório. Desse modo, foram levadas em conta a produtividade e o alcance areal da forma, estendendo-se para além de apenas uma localidade, circunscrita a uma ou duas isoléxicas maiores. Como critério para classificar as normas locais, foram consideradas as variantes de menor produtividade e com arealização restrita a uma localidade, necessitando, deste modo, de estudos mais minuciosos para complementar uma possível maior área de abrangência, para não categorizar idiosincrasias como variantes regionais

(ISQUERDO, 2007). Ainda, foi verificada a ocorrência de regionalismos semânticos, segundo as análises empreendidas por Oliveira (1999), em que um significante geral pode adquirir um novo sentido regional, critério anteriormente discutido por Boulanger (1985) e Duc (1990).

v. Comparação da distribuição diatópica das variantes em relação a outros atlas linguísticos de grande domínio: a fim de embasar a análise e cotejar a arealização das formas linguísticas, os resultados obtidos nesta tese foram comparados aos verificados no *Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico* - ALTTI (CUBA, 2015), nos dados da tese intitulada *A motivação semântica nas respostas dos informantes do Atlas Linguístico do Estado de Alagoas* - ALEAL (BARBOSA-DOIRON, 2016), e no *Atlas Linguístico do Amapá* - ALAP (RAZKY et. al., 2017).

vi. A dicionarização ou não dos itens lexicais foi verificada nas seguintes obras:

- Bluteau (1728) - *Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico...*;
- Silva (1813) - *Diccionario da lingua portugueza*;
- Beaurepaire-Rohan (1889) - *Diccionario de vocabulos brasileiros*;
- Garcia (1899) - *Diccionario de brasileirismos: peculiaridades pernambucanas*;
- Costa 1976 [1937] - *O vocabulário pernambucano*;
- D'Albuquerque [1945?] - *Falsos brasileirismos (argentinismos e americanismos erradamente apontados como brasileirismos)*;
- Corrêa et al. (1964) - *Vocabulário sul-rio-grandense*;
- Ortêncio (1983) - *Dicionário do Brasil Central*;
- Nunes; Nunes (1996) - *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*;
- Houaiss; Villar (2009) - *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*;
- Ferreira (2010) - *Dicionário Aurélio da língua portuguesa, e*
- Aulete [s/d] – *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, versão online.*

Além disso, a inserção das variantes foi consultada no *site*<sup>70</sup> do projeto Tesouro do léxico patrimonial galego e português, que permite acessar obras lexicográficas e dialetais, além da distribuição diatópica das formas linguísticas, em uma base de dados lexicais do galego, português europeu e português do Brasil.

Ainda, em casos específicos, como fontes de validação e análise das variantes, foi averiguada a inserção e a aceção das formas nas palavras-entrada catalogadas em vocabulário específico para os pães, dicionários de indigenismos, dicionários de espanhol e francês, e em dicionário bilíngue (italiano-português):

- Almeida (1999) - *Pães no Brasil: fotos e verbetes*;
- Tibiriçá (1989) - *Dicionário Guarani Português*;
- Bordoni [19-] - *A língua tupi na geografia do Brasil*;
- RAE [20-] – *Real Academia Española - Diccionario de la Lengua Española, online*;
- TLFi (1994) - *Trésor de la langue Française informatisé, online*;
- Rey (1987) - *Le Grand Robert de la Langue Française, e*
- Michaelis (1993) - *Pequeno dicionário italiano-português, português-italiano* (1993).

Para tanto, as aceções foram comparadas às descrições dos referentes documentadas pelos informantes; ainda, foi averiguada a classificação de marcas de uso nos dicionários, com vistas a ratificá-la, ampliá-la e atualizar sua área de abrangência em comparação à distribuição geográfica registrada nesta pesquisa. Para certificar a etimologia das variantes, utilizamos a obra lexicográfica: Cunha (2010) - *Dicionário etimológico da língua portuguesa*.

vii. Verificação das considerações documentadas pelos falantes: subsidiando as discussões, no decorrer das análises, foram aproveitadas as elucubrações registradas pelos falantes, quanto a informações diatópicas, diageracionais, costumes. Ainda, foram averiguados fatores, como a avaliação linguística, que podem vir a incidir em uma mudança ou na manutenção do léxico regional.

---

<sup>70</sup> Para visualizar o *site* do projeto Tesouro do léxico patrimonial galego e português, acesse: <http://ilg.usc.es/Tesouro/pt/>. Acesso em: 13 fev. 2018.

viii. Discussão a respeito da história social, acerca da formação etnocultural econômica e fluxos populacionais nas diversas regiões brasileiras: foram comparadas a realização das variantes documentadas nas cartas em relação à divisão dialetal de Nascentes (1953), as regiões culturais do Brasil (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e os Brasis de Ribeiro (2006).

## CAPÍTULO 6 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentamos o exame das variantes lexicais registradas para as questões 179 (*curau com coco*), 180 (*curau sem coco*), 181 (*mugunzá/canjica*), 185 (*bala/ bombom*) e 186 (*pão francês*) do QSL. A partir dos dados coletados pelos inquiridores do Projeto ALiB junto aos informantes, foram descritos quantitativamente e examinados qualitativamente os dados que se seguem.

### 6. 1 QUESTÃO 179 – *CANJICA/MINGAU/CURAU COM COCO*

Figura 14: *Curau/canjica com coco*



Fonte: **Guia da cozinha**. Disponível em: <https://guiadacozinha.com.br/curau-de-travessa-com-coco/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

#### 6. 1. 1 Notas Sobre o Milho

Os grupos indígenas tupinambás que ocupavam o litoral à época da colonização estavam entrando na revolução agrícola e cultivavam a mandioca, o milho, a batata-doce, o feijão, o amendoim, o tabaco, o algodão, a erva-mate etc., em pequenos roçados na mata (RIBEIRO, 2006, p. 28). Com a chegada dos portugueses, os europeus admiraram-se com a abundância dos coqueiros, árvore que produz um dos ingredientes adicionados à receita do “curau com coco”: “Neste

Brasil ha muitos coqueiros, que dão coquos excellentes como os da India [...]” (CARDIM, 1978, p. 40).

O milho e a mandioca eram produtos fundamentais no sustento da população durante os primeiros séculos. Gandavo (1964, p. 36) relata sobre o milho “além deste mantimento, ha na terra muito milho zaborro de que se faz pão muito alvo [...]”. O referido cereal era ingrediente principal à mesa; além disso, era utilizado no sustento das criações: “milho de muitas castas, e delle fazem pão, vinho, e se come assado e com elle engordão os cavallos, porcos, gallinhas, [...]”(CARDIM, 1978, p. 47). Na porção meridional do País, predominava o milho na alimentação, por influência cultural paulista, conforme relata Prado Junior:

[...] Capistrano, observando esta maior predominância do milho na alimentação meridional, considera o emprego deste cereal como traço cultural que indica a influência paulista do Sul. E ligando o consumo habitual do milho ao monjolo que se usa na pilação, associa-o aos lugares de águas correntes que acionam aquele aparelho. Nos sertões do Norte, onde a água é escassa, o mugunzá, que corresponde à canjica de milho paulista, só se usava nas casas-grandes, com escravos para a pilação (PRADO JUNIOR, 2008, p. 166).

Não obstante, Prado Junior (2008) relaciona as denominações *mugunzá*, registrada no Norte, à *canjica* do Sul. Na parte setentrional brasileira, por conta da falta de água, eram usados os escravos para a pilação do milho utilizado como ingrediente da receita. Além da água corrente, era preciso levar em conta fatores naturais, como o uso de bestas que se alimentavam do milho no Sul. O autor comenta que, no Norte, predominava a mandioca e, no Sul, o milho, traçando uma fronteira da Bahia e Minas Gerais que marcaria essas diferenças.

O clima condiciona a adoção de alimentos básicos, principalmente na zona rural, como por exemplo, no caso da mandioca e do milho, importantes na alimentação brasileira nos primeiros séculos. O primeiro é cultivado em locais de clima tropical e o milho, “tradicional alimento das civilizações andinas” (SCHMIDT, 1972, p. 317), elege áreas de clima mais ameno e locais como a Bacia Amazônica, Peru, Beira-mar e Serra, preferindo períodos de chuva menos prolongados e sem precipitações abruptas. Por influência do clima, a área de seu cultivo era mais delimitada.

Schmidt (1972) dividiu o estado de São Paulo em duas zonas: a) da farinha de mandioca, que abrange a vertente marítima, e b) da farinha de milho, estendendo-se na região de serra. Nessa última, pode-se dividir na área de farinha de milho, na bacia do Paraíba, e na região da cordilheira marítima ou primeiro planalto. Comenta o estudioso: “Em certos pontos dessa zona, muitos recusam-se, terminantemente, a comer o fubá. Dizem que aquilo é quirera, e que quirera é comida para cachorro...” (SCHMIDT, 1972, p. 318). A outra parte é o planalto, de influência da imigração, onde o milho é usado na forma de fubá; o angu é caboclo e a polenta, italiana.

Na área vizinha de São Paulo, além de Santo Amaro, onde se localizam Parelheiros e Colônia, há pouco mais de dois séculos aconteceu a primeira imigração oficial do governo da Província, integrada por alemães. Nesse local, se consumia tanto a farinha de mandioca como a de milho. Os engenhos de farinha coexistiam com a força hidráulica para socar o milho e a roda para ralar a mandioca funcionando no mesmo local, embora esses alimentos da alimentação básica fossem produzidos em lugares diferentes – mandioca, do litoral para a serra, e o milho, da serra para o interior. Na área do vale do Paraitinga, constituía a alimentação básica cabocla.

O milho estava presente na alimentação indígena, espólio deixado pela sua cultura ao paladar brasileiro (FREYRE, 2008, p. 163); constituía tema principal das lendas dos povos autóctones, como na história contada a respeito do surgimento e difusão do cereal, pelos índios Parecis<sup>71</sup> (CASCUDO, 1984).

Diante do breve exposto, concluímos a respeito do papel significativo do milho, herança indígena, transmitida particularmente por ação dos bandeirantes que, ao dividirem suas vivências, engrandeceram o multiculturalismo brasílico.

#### 6. 1. 2 Análise Da Questão 179 - *Canjica/Mingau/Curau Com Coco*

Para a questão 179 do QSL, que traz no *caput* a seguinte formulação: “Como se chama uma papa cremosa feita com coco e milho verde, polvilhada com

---

<sup>71</sup> “Entre os Parecis achou-se a seguinte variante: Um grande chefe pareci, dos primeiros tempos da tribo, Ainotaré, sentindo que a morte se aproximava, chamou seu filho Kaleitoê e lhe ordenou que o enterrasse no meio da roça assim que seus dias terminassem. Avisou que três dias depois da inumação brotaria de sua cova uma planta que algum tempo depois rebentaria em sementes, disse que não comessem; guardassem-nas para a replanta, e a tribo ganharia um recurso importante. Assim se fez e o milho apareceu entre eles” (CASCUDO, 1984, p. 100).

canela?”, frequentemente, o inquiridor, ao aplicar esse trecho do questionário, solicita ao informante que descreva como se dá o preparo dessa receita. Desse modo, a resposta pode ser avaliada, por meio da interpretação dos traços semânticos documentados, se se trata realmente do referente em pauta. Para a validação dos dados obtidos nos inquéritos, nas respostas às questões 179 e 180 do QSL, que buscam variantes para “*curau/ canjica com coco ou sem coco*”, é preciso proceder a uma interpretação dos turnos de fala do inquiridor e do informante. Em muitos deles, o entrevistado relata que a receita pode ou não levar coco, e que, em geral, em muitas localidades, é elaborada no período das festas juninas, como verificamos no trecho de transcrição grafemática da entrevista com o informante do sexo masculino, faixa I, residente em São João dos Patos, município maranhense:

INF.- Ah, as pessoa chama aqui de *mingau*. *Mingau de milho*, mingau de arroz. *Papa*. É assim.

INQ.- Na época de São João tem muito, né?

INF.- Tem, é, chama de *mingau*.

Inf. 031 – São João dos Patos – MA (sexo masculino, faixa I)

Em muitos casos, existe uma dificuldade em apurar, no momento da oitiva da gravação do inquérito, se a denominação registrada se refere ao prato elaborado com coco ou sem, pois, em muitas entrevistas, o relato é confuso, as respostas são registradas de modo interligado e nem sempre apresentam uma descrição satisfatória. Muitas vezes, é explicado que o doce em questão apresenta a mesma denominação caso seja produzido com coco ou sem, mas que não é usual ser adicionado esse ingrediente, conforme os costumes locais; nesses casos, foi computada como não resposta para a questão 179 (pois, segundo o informante, não é praxe, na região em que reside, o hábito de utilizar o coco) e resposta obtida para a pergunta subsequente, como no exemplo que se segue:

INF.- É, *mingau de milho verde*.

INQ.- Isso. Vocês costumam colocar coco?

INF.- Não.

INQ.- Aqui não tem o hábito.

Inf. 005 – Tefé – AM (sexo masculino, faixa I)

Com o intuito de proceder ao agrupamento das formas linguísticas coletadas, foram consideradas as variantes mais produtivas, obtidas como respostas à questão

179 do QSL. A fim de organizar os dados, foram condensadas as formas morfofonêmicas<sup>72</sup> descritas em casos a seguir:

- i) Formas compostas e perifrásticas formadas por outros especificadores além da expressão *de milho*: *canjica de milho* > *canjica de milho verde*, *mingau de milho* > *mingau com coco*, dentre outros;
- ii) Dessonorização, em trocas referentes ao par /g/ e /k/: *mugunzá*>*mucunzá*;

No Quadro 5, estão descritos os agrupamentos (rótulos) e as variantes agrupadas.

Quadro 5: Agrupamentos lexicais de variantes para a questão 179 do QSL

<b>Agrupamentos lexicais (rótulo)</b>	<b>Variantes agrupadas</b>
<i>Canjica/ canjica de milho</i>	<i>Canjica de milho verde</i>
<i>Mingau/ mingau de milho</i>	<i>Mingau de milho verde, mingau com coco</i>
<i>Curau/ curau de milho</i>	<i>Curau com coco, curau de coco, curau doce</i>
<i>Papa/ papa de milho</i>	<i>Papa de milho verde, papa de coco, papa de milho com coco</i>
<i>Angu</i>	<i>Angu doce</i>
<i>Mugunzá</i>	<i>Mucunzá</i>

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB pela autora.

Para os casos dos itens *canjica de milho*, *mingau de milho*, *curau de milho*, *papa de milho*, mantivemos a forma composta pela preposição *de* e o substantivo *milho*, tendo em vista que o milho é o ingrediente principal da receita e, desse modo, a expressão *de milho* especifica o referente.

No grupo *outras*, foram categorizados os registros de *chá de burro* e *lelé*, como *hápx legomena*, apresentando apenas uma ocorrência cada. Ainda, foram invalidadas (desconsideradas) nove nomeações: *pamonha*, *mingau de fubá de milho*, *cocada de milho*, *polenta*, *manuê*, *aluvé*, *ulelé*, *canja* e *cuscuz* por julgarmos denominações atreladas a outros referentes, com base nos semas contidos na descrição ou ausência de definição mencionada pelos informantes.

<sup>72</sup>De acordo com Crystal (2000, p. 176) – a morfofonêmica é um “ramo da LINGÜÍSTICA que se preocupa em analisar e classificar os fatores FONOLÓGICOS que afetam a aparência dos morfemas, ou, vice-versa, os fatores GRAMÁTICAIS que afetam a aparência dos FONEMAS.”

As variantes documentadas enquanto possíveis sequências fixas para a questão 179, por ordem de produtividade, foram: *canjica de milho*, *canjica de milho verde*; *mingau de milho*, *mingau de milho verde*, *mingau com coco*, *curau de milho*, *curau com coco*, *curau de coco*, *curau doce*, *angu doce*, *papa de milho*, *papa de milho verde*, *papa de coco*, *papa de milho com coco*. Seguem a estrutura morfológica recorrente: *canjica de milho*, *mingau de milho*, *curau de milho*, *papa de milho* (substantivo + preposição DE + substantivo); *mingau com coco*, *curau com coco* (substantivo + preposição COM + substantivo); *curau de coco*, *papa de coco* (substantivo + preposição DE + substantivo); *canjica de milho verde*, *mingau de milho verde*, *papa de milho verde* (substantivo + preposição DE + substantivo + adjetivo). Ainda temos: *curau doce* e *angu doce* (substantivo + adjetivo) e *papa de milho com coco* (substantivo + preposição DE + substantivo + preposição COM + substantivo).

As estruturas linguísticas, em geral, atendem ao critério da composicionalidade e transparência, tendo em vista a possibilidade de pressuposição semântica entre os elementos que compõem as unidades como um todo. Quanto à *canjica de milho*, *canjica de milho verde*; *mingau de milho*, *mingau com coco*, *curau de milho*, *curau com coco*, *curau de coco*, *curau doce*, *angu doce*, *papa de milho*, *papa de coco*, *papa de milho com coco*, trata-se de sequências mais livres, cujos sentidos podem ser deduzidos a partir dos elementos que as integram: os itens *milho* e *coco* dizem respeito aos ingredientes que compõem a receita e o adjetivo *doce* refere-se ao sabor, uma característica do prato. A preposição DE expressa o sentido de “matéria”, em referência ao ingrediente principal (milho); a preposição COM abriga o sentido de acompanhamento, adição, aludindo ao coco, que é adicionado como diferencial na receita em tela. Os exemplos *canjica de milho verde*, *mingau de milho verde*, *papa de milho verde*, *milho verde* constituem expressões fixas, de sentido mais abstrato, deduzido a partir dos elementos da sequência (não se refere à cor, mas ao grau de maturação do grão).

Considerando os dados totais, no cômputo geral, foram registradas apenas 609 ocorrências para oito denominações (somando-se as duas variantes rotuladas como *outras*) no que concerne ao referente em pauta, apresentadas na Tabela 1, por ordem de produtividade.

Tabela 1 – Produtividade geral das variantes (questão 179 do QSL)

<b>Variantes</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>
<b><i>Canjica/ canjica de milho</i></b>	290	47,62%
<b><i>Mingau/ mingau de milho</i></b>	140	22,98%
<b><i>Curau/ curau de milho</i></b>	128	21,02%
<b><i>Papa/ papa de milho</i></b>	29	4,77%
<b><i>Angu</i></b>	17	2,79%
<b><i>Mugunzá</i></b>	3	0,49%
<b><i>Outras</i></b>	2	0,33%
<b>TOTAL</b>	<b>609</b>	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB pela autora.

A forma mais produtiva, documentada como resposta à questão 179, foi *canjica/ canjica de milho*, com 290 ocorrências, perfazendo 47,62% das respostas, excetuando-se as abstenções. Como segunda variante de maior produtividade, *mingau/ mingau de milho* obteve 140 registros, totalizando 22,98% dos dados; *curau/ curau de milho* teve 128 menções, atingindo 21,02%; *papa/ papa de milho* 29, representando 4,77% dos registros; *angu*, 17 ocorrências, com 2,79%; a forma *mugunzá*, obtida na fala de três informantes, representando 0,49% das respostas e *outras* variantes, apresentando dois registros, contabilizando 0,33% dos dados.

Diante da baixa produtividade de respostas válidas, cabe registrar algumas considerações. Foram verificadas 404 abstenções à pergunta, representando um índice de 39,88% de não respostas, se comparadas às 609 ocorrências de variantes, atingindo a frequência de 60,12% da amostra dos dados. O Gráfico 2 ilustra os resultados percentuais atingidos:

Gráfico 2: Produtividade geral - respostas e não respostas à questão 179 do QSL



Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB pela autora.

Conforme discutido no Capítulo 5, a lacuna nas respostas pode revelar hábitos culturais e regionais, como o não uso do ingrediente (o coco) ou até mesmo a falta de costume de consumir alimentos doces produzidos a partir do milho. Quanto à ausência do coco na receita, a título de exemplo, no decorrer do inquérito, o informante mossoroense, do sexo masculino, faixa I, comenta:

[...] INQ.- E aqui, usa mais com coco ou sem coco, você sabe me dizer?  
INF.- **Usa mais sem coco.**

Inf. 051 – Mossoró - RN (sexo masculino, faixa I)

No que diz respeito, ainda, à análise quantitativa, foram elaboradas as tabelas com os números absolutos e relativos de variantes registradas por Região, por meio do programa SGVCLin (2014).

Na Região Norte, obtivemos 81 registros, representando 77,88% de respostas válidas<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> Foram verificados problemas técnicos em quatro entrevistas.

Figura 15: Produtividade geral para a questão 179 QSL (*curau com coco*) na Região Norte

Número da questão: 179

Questão COMO SE CHAMA UMA PAPA CREMOSA FEITA COM COCO E MILHO VERDE RALADO, POLVILHADA COM CANELA?

Variantes	Número de ocorrências	%
canjica/ canjica de milho	59	56.73%
não resposta	23	22.12%
mingau/ mingau de milho	15	14.42%
curau/ curau de milho	4	3.85%
mugunzá	1	0.96%
angu	1	0.96%
papa/ papa de milho	1	0.96%
	104	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

Conforme se observa dos dados numéricos das variantes coletadas na Região Norte (Figura 15), foram registradas, no total, 104 ocorrências e abstenções, das quais *canjica/canjica de milho* se sobressai com mais da metade das respostas, totalizando 59 registros e taxa de 56,73%. *Mingau/ mingau de milho* obteve 15 respostas, somando 14,42%; *curau/ curau de milho* surge com quatro registros, sendo 3,85% do total; *mugunzá*, *papa/papa de milho* e *angu*, tiveram apenas uma ocorrência, representando 0,96%, cada. Foram contabilizadas 23 *não respostas* à pergunta, atingindo um índice de 22,12%.

Na Região Nordeste, obtivemos 294 registros, representando 92,16 % de respostas válidas<sup>74</sup>.

<sup>74</sup> Sete entrevistas apresentaram problemas técnicos.

Figura 16: Produtividade geral para a questão 179 QSL (*curau com coco*) na Região Nordeste

Número da questão: 179

Questão COMO SE CHAMA UMA PAPA CREMOSA FEITA COM COCO E MILHO VERDE RALADO, POLVILHADA COM CANELA?

Variantes	Número de ocorrências	%
canjica/ canjica de milho	230	72.10%
mingau/ mingau de milho	46	14.42%
não resposta	25	7.84%
angu	9	2.82%
curau/ curau de milho	3	0.94%
papa/ papa de milho	2	0.63%
outras	2	0.63%
mugunzá	2	0.63%
	319	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

No balanço geral, conforme os dados arrolados na Região Nordeste, mantendo o cenário quantitativo para a forma com maior vitalidade no Norte, foram obtidos 319 registros totais, sendo 230 ocorrências para *canjica/canjica de milho*, a forma mais produtiva, representando 72,10% da amostra dos dados; já a variante *mingau/mingau de milho* obteve apenas 46 registros, contabilizando 14,42%; a forma linguística *angu* alcançou nove registros, representando 2,82%; a variante *curau/curau de milho*, teve três registros, efetuando 0,94%; *papa/ papa de milho* e *mugunzá*, foram registradas com duas ocorrências e frequência na amostra de 0,63%, cada uma. Foram computadas ainda duas menções a outras variantes (*lelé*, *chá de burro*), perfazendo 0,63% dos dados. Ainda, foram verificadas 25 não respostas à questão, sendo 7,84% do total.

Na Região Centro-Oeste, obtivemos 64 registros, representando 62,14% de respostas válidas.

### Figura 17: Produtividade geral para a questão 179 QSL (*curau com coco*) na Região Centro-Oeste

Número da questão: 179

Questão COMO SE CHAMA UMA PAPA CREMOSA FEITA COM COCO E MILHO VERDE RALADO, POLVILHADA COM CANELA?

Variantes	Número de ocorrências	%
curau/ curau de milho	41	39.81%
não resposta	39	37.86%
mingau/ mingau de milho	23	22.33%
	103	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

Conforme dados arrolados na Figura 17, ao contrário do panorama que se delineou na Região Norte e Nordeste, a Região Centro-Oeste apresentou 103 registros totais e a forma mais produtiva foi *curau/ curau de milho*, com 41 ocorrências, perfazendo 39,81% do total. A variante *mingau/ mingau de milho* obteve 23 ocorrências, totalizando 22,33% dos dados. Foram registradas ainda 39 não respostas, atingindo índice de 37,86%.

Na Região Sudeste, foram documentados 138 registros, representando 43,81% de respostas válidas<sup>75</sup>.

### Figura 18: Produtividade geral para a questão 179 QSL (*curau com coco*) na Região Sudeste

Número da questão: 179

Questão COMO SE CHAMA UMA PAPA CREMOSA FEITA COM COCO E MILHO VERDE RALADO, POLVILHADA COM CANELA?

Variantes	Número de ocorrências	%
não resposta	177	56.19%
curau/ curau de milho	62	19.68%
mingau/ mingau de milho	47	14.92%
papa/ papa de milho	26	8.25%
angu	3	0.95%
	315	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

Na Região Sudeste, outro cenário linguístico quantitativo se revelou, pois, ocorreram 177 não respostas à questão em pauta, atingindo o índice de 56,19%, ou seja, em mais da metade das entrevistas, não se obteve nenhuma resposta,

<sup>75</sup> Catorze entrevistas apresentaram problemas técnicos.

particularmente, pelo não costume expresso de utilizar o coco como ingrediente nessa receita. A variante mais produtiva, *curau/ curau de milho* com 62 registros, perfaz 19,68%; *mingau/ mingau de milho* registrou 47 ocorrências, ou 14,92%; *papa/papa de milho*, com 26 e índice de 8,25% e *angu* obteve três, totalizando 0,95%.

Na Região Sul, obtivemos apenas 32 registros, representando 18,6 % de respostas válidas<sup>76</sup>.

Figura 19: Produtividade geral para a questão 179 QSL (*curau com coco*) na Região Sul

Número da questão: 179

Questão COMO SE CHAMA UMA PAPA CREMOSA FEITA COM COCO E MILHO VERDE RALADO, POLVILHADA COM CANELA?

Variantes	Número de ocorrências	%
não resposta	140	81.40%
curau/ curau de milho	18	10.47%
mingau/ mingau de milho	9	5.23%
angu	4	2.33%
canjica/ canjica de milho	1	0.58%
	172	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

O quadro numérico da Região Sul, retratado por meio dos dados arrolados na Figura 19, segue e expande o horizonte numérico apresentado na Região Sudeste, demonstrando o número expressivo de não respostas, sendo 140, dentre a somatória de 172 ocorrências e abstenções, o que perfaz 81,40% do total. *Curau/ curau de milho* foi o item lexical mais produtivo, com apenas 18 registros, o que atinge o índice de 10,47%. *Mingau/mingau de milho* obteve nove registros, perfazendo 5,23%; *angu*, com quatro ocorrências, 2,33%, e *canjica/canjica de milho* registrou apenas uma, representando 0,58% do total.

Na sequência, passamos à análise das cartas linguísticas por Região.

A Carta CD1/179, Vol. 2, retrata a distribuição diatópica dos itens lexicais que recobrem o conceito expresso pela questão 179 do QSL na Região Norte. A variante mais produtiva registrada foi *canjica/ canjica de milho*, em trecho delineado por isoléxica que se estende desde o litoral nordeste rumo ao norte, centro, sul e

<sup>76</sup> Foram verificados problemas técnicos em oito entrevistas.

sudoeste da região. Foi hegemônica nos pontos litorâneos: 01 – Oiapoque, no Amapá, 09 – Soure e 13 - Bragança, paraenses, e ainda, nas localidades 03 – Boa Vista (RR), 16 – Jacareacanga (PA), 19 – Cruzeiro do Sul (AC) e 20 – Rio Branco (AC). As não respostas, indicativas de uma ausência de costume no consumo dessa receita com coco, ocorreram em localidades mais próximas ao litoral paraense, no centro-oeste do Amazonas (principalmente em 04 – São Gabriel da Cachoeira, onde não houve registro) e em dois pontos em Rondônia e Tocantins. *Mingau/mingau de milho* foi obtido em localidades posicionadas mais no interior, em um feixe de isoléxica que se prolonga de leste a oeste, sul e sudeste da região, abarcando o Tocantins, Pará e Amazonas. A forma *curau/ curau de milho* integra-se em área delimitada por outra isoléxica, nos pontos 17 – Conceição do Araguaia, no Pará, posicionado na fronteira com o Tocantins, e 23 – Pedro Afonso e 24 – Natividade, tocantinenses. A variante *angu* foi registrada no ponto 12 – Belém (PA), *mugunzá* em 14 – Altamira (PA) e *papa/ papa de milho*, em 07 – Benjamin Constant (AM).

Apontada no índice quantitativo geral como a mais produtiva, *canjica/ canjica de milho* foi a forma hegemônica em vários pontos situados no litoral, rumo ao interior nordestino, conforme mostra a Carta CD2/179, Vol. 2, integrando-se em área balizada por isoléxica que se amplia do litoral para o centro baiano, e em todas as localidades situadas em Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, em quase todas no Piauí, e nos pontos posicionados no litoral em direção ao interior e sudoeste maranhense. A distribuição espacial para *mingau/ mingau de milho* revelou outra área lexical, que se estende do interior ao centro baiano (com um ponto ao norte e outro litorâneo), em quase todo o território piauiense e no sudeste rumo ao sudoeste e noroeste maranhense. Foi hegemônica nos municípios mais interioranos: 32 – Balsas (MA), e nas localidades baianas de 92 – Santana, 96 – Caetité e 97 – Carinhanha. As não respostas apareceram em algumas zonas litorâneas e no interior cearense, em um ponto maranhense, em outros situados no interior piauiense, pernambucano e baiano, e em uma localidade litorânea na Bahia. A variante *angu* foi registrada de modo mais acantonado, no interior do Maranhão, Piauí, Bahia e Paraíba, além da capital alagoana. *Curau/ curau de milho* foi registrado em 60 – Campina Grande (PB) e 98 – Vitória da Conquista (BA); *papa/ papa de milho*, em 31 – São João dos Patos (MA), e *mugunzá* em 73 – Petrolina (PE) e 81 – Juazeiro (BA), sendo as duas últimas cidades

separadas apenas pelo rio São Francisco. Outras formas linguísticas foram obtidas em 35 – Piripiri (PI) (*chá de burro*) e 88 – Alagoinhas (BA) (*lelé*).

O panorama geolinguístico que foi retratado por meio da Carta CD3/179, Vol. 2, traz, na Região Centro-Oeste, como variante mais produtiva e distribuída espacialmente, a forma *curau/curau de milho*, presente em quase todas as localidades e hegemônica no ponto 105 – Diamantino (MT). Muitos informantes relataram desconhecer a receita que leva coco e, nomeadamente, nas localidades 111 – Alto Araguaia (MT) e 126 – Quirinópolis (GO), todos comentaram nunca terem provado esse prato com esse ingrediente específico. A variante *mingau/ mingau de milho*, por sua vez, foi registrada no centro-leste, nordeste e norte de Goiás, em direção ao leste, nordeste e noroeste de Mato Grosso e, pontualmente, no leste, sul e oeste de Mato Grosso do Sul, sendo hegemônica no ponto goiano 119 – São Domingos.

O cenário linguístico e espacial que se apresenta na Região Sudeste (Carta CD4/179, Vol. 2) traz à tona o majoritário desconhecimento quanto ao referente, enunciado pelos informantes residentes, sobretudo, em localidades paulistas, cariocas e no sul mineiro. A ocorrência da variante *curau/ curau de milho* integra-se em uma área balizada por isoléxica, nos pontos paulistas e adjacências no sul-sudoeste mineiro e sudoeste carioca, sendo a forma eleita por todos os informantes residentes nos municípios paulistas de 170 – Bernardino de Campos e 178 – Sorocaba. *Mingau/ mingau de milho* foi registrada em Minas Gerais, delineando uma isoléxica que delimita pontos paulistas, posicionados na divisa noroeste do Estado, localidades no oeste fluminense até um ponto no litoral e fronteira capixaba. A forma linguística *papa/papa de milho*, foi obtida em todos os pontos fixados no Espírito Santo, expandindo-se para o litoral do Rio de Janeiro, sendo forma hegemônica em 191 – Santa Teresa (ES), em distribuição areal circunscrita por isoléxica e em pontos espaçados, sendo um fixado em São Paulo e em uma localidade fluminense na divisa com Minas Gerais. A variante *angu* foi obtida junto a informantes situados em pontos fluminenses litorâneos e proximidades, como 194 – São João da Barra, 195 – Campos dos Goytacazes e 204 – Arraial do Cabo.

A Carta CD5/179, Vol. 2, mostra o quadro da distribuição espacial das formas linguísticas documentadas para a Região Sul, que se revela mais adverso ao referente em pauta, tendo em vista a grande quantidade de não respostas à pergunta: em todos os pontos, pelo menos um informante se absteve do registro de

designações. Excertos das entrevistas, como os turnos de fala dos catarinenses porto-unionense e miguel-oestino, ilustram o costume regional de consumir somente o milho assado ou cozido ou pratos salgados à base de milho.

INQ.- O quê que você gosta feito de milho, o que você conhece?

INF.- **O milho nós só comemo cozido e assado.**

INQ.- É. Esse aqui é uma papa cremosa que você rala o milho, depois engrossa no fogo com leite, você já ouviu falar?

INF.- Rapadura num é? Não, né.

INQ.- Já ouviu falar em curau?

INF.- **Curau não.**

Inf. 224 - Porto União - SC (sexo masculino, faixa I)

INF.- Não, lá é pamonha, né, aqui não, aqui lá de vez em quando tem alguém que faz, mas é muito difícil. A maioria aqui faz o **milho**, cozinha o milho ou ele verde mesmo só tira ele, frita ele, faz com carne moída, faz recheio pra pizza, tudo. Tudo. Se usa em tudo, né.

INQ.- Menos doce?

INF.- Doce, só se faz o doce de milho verde, né, mas é muito pouco, a maioria é salgado.

INQ.- Não faz parte da cultura aqui.

INF.- **A cultura deles do milho verde, a maioria é salgado.**

INQ.- Uhun. Então lá na minha terra, a gente faz do jeito que eu expliquei para o senhor, né, então a gente apura, põe açúcar, né, depois põe numa travessa e depois põe canela por cima. Fica muito bom.

INF.- Isso. Fica o doce de milho verde.

INQ.- O senhor já comeu?

INF.- **Não, não.**

Inf. 226 – São Miguel do Oeste - SC (sexo masculino, faixa II)

Em localidades situadas mais ao sul, sudeste e leste paranaense, na maioria dos pontos catarinenses e em praticamente todo o Rio Grande do Sul, os informantes relatam desconhecer a “papa cremosa feita com coco e milho verde ralado” ou qualquer receita de doce que leve milho como ingrediente principal.

A variante *curau/ curau de milho* foi registrada essencialmente nas localidades paranaenses situadas em direção do centro ao oeste, tendo sido mencionada também em 221 – Morretes (PR) e na capital sul-rio-grandense. *Mingau/ mingau de milho* foi obtida em localidades mais espaçadas, no Paraná, no centro de Santa Catarina e em uma localidade no Rio Grande do Sul; *angu* foi registrada nos pontos 223 – Barracão (PR) e 233 – Criciúma (SC), e *canjica/ canjica de milho* somente em 227 – Blumenau (SC).

Ao retomarmos os dados numéricos das diversas denominações para a “papa cremosa feita com coco e milho verde ralado”, excetuando-se as não respostas,

verificamos como forma mais produtiva a variante *canjica/ canjica de milho* Confrontando a forma predominante (Carta CAG1/179, Vol. 2) e a segunda mais produtiva, *mingau/ mingau de milho* (Carta CAG2/179, Vol. 2), podemos observar que inexistiu uma norma geral para esse referente, que tenha sido documentada em todas as regiões. Desse modo, *canjica/ canjica de milho*, forma linguística regional, foi obtida, notadamente, no extremo Norte e Nordeste brasileiros, onde se integra em área lexical, e em um ponto isolado catarinense (227- Blumenau), abrangendo, notadamente, áreas do subfalar baiano, nordestino e amazônico (NASCENTES, 1953), as regiões culturais do cacau, mineração, nordeste agrário, nordeste mediterrâneo pastoril e a Amazônia (DIÉGUES JUNIOR, 1960), além do Brasil crioulo, Brasil caboclo e porções do Brasil sertanejo (RIBEIRO, 2006). O informante de Euclides da Cunha, do sexo masculino, faixa II, comenta que a variante em uso na região é *canjica*, mas que em Goiás ainda é registrado *curau* e *mucunzá*, demonstrando consciência a respeito da variação diatópica:

INF.- [...] uma *canjica*, *canjica*, tem lugar que chama *curau*, tem lugar que chama, é, *mucunzá*. Interessante, no Goiás chama *mucunzá*. Eles chamam *canjica mucunzá* e chamam *mucunzá canjica*. *Mucunzá* pra gente aqui é milho, né. Milho cozido.

INQ.- Como é o *mugunzá*, pro senhor que chama aqui, que o senhor conhece?

INF.- Milho cozido.

AUX.- O milho inteiro?

INF.- Intero.

INQ.- Que milho?

INF.- Ele, milho, milho comum.

INQ.- Com milho amarelo...

INF.- Aquilo branco...

INQ.- Ou do amarelo, ou do branco?

INF.- Do amarelo já comi muito. A gente fazia em casa...

INQ.- Chama *mugunzá* também.

INF.- É, botava ele no pilão pra despalhá, porque num existia... se quisé fazê cuscuiz tinha que pisá. No pilão. Se queria é, é, comê a *canjica*, tinha que pisá também no pilão. Ou ralado no ralo, a *canjica*. E o cuscuiz, ah, ah... o *mucunzá*, tinha que pisá no pilão. O cuscuiz tinha que pisá, pisá, moê. E, e o *mucunzá*... era só batê pra tirá o... a pele.

INQ.- Entendi.

INF.- Pra tirá a pele do milho.

INQ.- E o *curau*?

INF.- E *curau* eu conheci no Goiás...

INQ.- Leva coco também?

INF.- Bota. *Curau* leva.

Inf. 083 – Euclides da Cunha – BA (sexo masculino, faixa II)

A variante mais produtiva no norte do País está documentada no Aulete [s/d] e em Ferreira (2010), na acepção em que a receita é descrita com a adição de leite

de coco, e são indicadas as marcas de uso: *curau* (São Paulo e Mato Grosso); *coral* (no Rio de Janeiro e Minas Gerais) e *canjiquinha* (Rio de Janeiro). De fato, a tese revela que a variante *curau* está documentada em muitos pontos mato-grossenses e sul-mato-grossenses como designativo para a “papa de milho com coco”, entretanto, nas localidades paulistas, foi registrada com algumas reservas, pois houve muitas abstenções. Ainda, conforme averba Costa (1976, p. 185), trata-se de uma: “especie de papa, ou creme de milho verde (Silvio Romero) preparado com a massa ou fubá do milho, com leite de côco e assucar, cujo prato tem logar distinto nas mesas das nossas festas familiares e particularmente, nas de S. João”. Reportando-se a Theodoro Sampaio e Baptista Caetano, o autor comenta que o item lexical possui etimologia indígena, de *acangic* “grão mole ou cozido”, criticando um possível étimo asiático; no entanto, Cunha (2010) assinala, na entrada *canja*, como de origem malaiala, de *kañji* “arroz com água”.

A distribuição espacial para a forma linguística *mingau/ mingau de milho* (Carta CAG2/179, Vol. 2) abrange trechos da Região Norte, Centro-Oeste e Sudeste, e parte do Nordeste na fronteira com essas regiões, e de modo mais difuso, localidades na Região Sul, englobando principalmente a área dos subfalares baiano, nordestino e amazônico, ampliando-se rumo ao Território Incaracterístico e os subfalares mineiro, fluminense e com menor representatividade, no sulista (NASCENTES, 1963); na área cultural da mineração, no nordeste mediterrâneo pastoril e na amazônia, com menor expressão na zona cacaueteira e na cafeeira, no centro-oeste e áreas de colonização estrangeira e pastoral do extremo sul (DIÉGUES JUNIOR, 1960), e os cinco Brasis de Ribeiro (2006). Conforme Cunha (2010), apresenta etimologia tupi, de *minga’u*. Não está dicionarizada em nenhuma das obras consultadas conforme a descrição inscrita no *caput* da questão 179 do QSL.

A informante de Patos de Minas, do sexo feminino, faixa I, registra a variante e comenta que, antigamente, na região em que reside, não havia o costume de colocar coco na receita.

INF.- *Mingau, mingau de milho verde*. [...]

INQ.- Isso, e pões e açúcar, né. E aqui eles costumam colocar coco no mingau?

INF.- Agora que eles tão colocando, antigamente não colocava não.

INQ.- Mais purinho, né, só colocava canela...

INF.- Isso, Só canela.

INQ.- Quando põe coco tem outro nome?

INF.- Não.

Inf. 136 – Patos de Minas – MG (sexo feminino, faixa I)

Vale destacar, a partir do excerto da transcrição da entrevista com o informante de Barra de São Francisco, do sexo masculino, faixa II, a documentação da forma regional *mingau de milho verde*. Além disso, no relato, ele acredita que a forma correta seria *curau*, por ser o uso registrado por falantes paranaenses que são tidos como mais “inteligentes”, por se tratar de um Estado economicamente mais desenvolvido.

INF.- Aqui nós trat, nós tratava de, de, de... O nome daquilo é *curau*. É *curau*. Mas aqui por exemplo capixaba fala, fala *mingau*. Mas o certo mesmo é *curau*.

INQ.- O senhor aprendeu *curau* aonde?

INF.- *Curau*... No Paraná.

INQ.- Quando o senhor foi...

INF.- Lá, lá, lá se fala... igual fala aqui *mingau de milho verde*, vamo fazê um *mingau de milho verde*. É, é, igual a minha cunhada, ela gosta de fazê, faz sempre gostoso, com dificuldade pra fazê aquilo, então aí eu falo: 'cê feiz *curau*'? Ela fala: "quê que é isso?". Ela fala comigo, sabe. Ela, ela fala *mingau*. *Mingau de milho verde*. É, então, mas o certo é *curau*.

INQ.- Que o senhor aprendeu no Paraná?

INF.- É, é, eu fui descobrindo o *curau* e perguntando a um professor um dia, né. Um que é muito meu amigo... e então e... eu, meu tio Elias, ele falou: não, o ce... o certo, Paraná, é que sempre tá em primero lugar nas pesquisa, por quê? Porque são mais inteligente. O certo é *curau*. *Curau de milho verde*.

Inf. 188 – Barra de São Francisco – ES (sexo masculino, faixa II)

Ainda, ao relatar o diálogo com sua cunhada, ele esclarece que o emprego da forma linguística *curau* em seu meio causa estranhamento. A fala do informante residente em Barra de São Francisco, localidade capixaba, revela a avaliação linguística negativa em relação à forma linguística em uso (o *mingau de milho*) na localidade onde reside (aversão linguística), e a avaliação favorável quanto à denominação *curau*, por ser a variante representativa de uma sociedade “com maior poder aquisitivo”. As avaliações negativas ou desfavoráveis e positivas ou favoráveis são juízos de valor formulados pelos falantes, no tocante à fala do outro, ou até com relação à própria fala. Trata-se de um julgamento, uma reação subjetiva a formas de linguagem, e quanto ao uso que dela se faz em sociedade, tema de interesse do

estudo das Crenças e atitudes linguísticas<sup>77</sup> - tais avaliações influenciam nos processos de variação e mudança linguística (LABOV, 2008). Conforme Aguilera (2008), as atitudes de valorização ou rejeição no que se refere às variedades da língua, são reguladas pelos grupos sociais detentores de maior prestígio social, inseridos em pontos mais altos na escala socioeconômica, ditando as formas de prestígio e *status*. De acordo com Bisinoto (2007, p. 24),

As avaliações manifestas e encobertas, subjetivas ou objetivas, mais ou menos conscientes, relativas à linguagem dos homens numa sociedade plural, têm a propriedade de fundar e governar tanto as relações de poder quanto o prestígio ou o desprestígio das formas linguísticas, estabelecendo seletividades, evidenciando preconceitos.

Comenta Botassini (2015) que, via de regra, padrões de linguagem do grupo dominante são tidos como modelos para ascensão social, enquanto os usos linguísticos, dialetos ou sotaques próprios de grupos minoritários de menor prestígio, restringem oportunidades de sucesso social. Desse modo, a eleição de uma forma linguística, alçada por uma atitude favorável ou positiva, pode resultar em mudança linguística, e a atitude desfavorável ou negativa pode, a título de exemplo, impedir a difusão de uma variante ou interferir nos processos de mudança (MORENO FERNÁNDEZ, 1998b, p. 179). Assim sendo, baseando-se na crença de que os falantes paranaenses são mais “inteligentes”, por acreditar que o Paraná seria um Estado mais desenvolvido economicamente, o informante tem uma atitude de rejeição da norma linguística de sua região, em favor da variante representativa da norma linguística paranaense, demonstrando insegurança linguística que, consoante Calvet (2004, p. 72) ocorre “[...] quando os falantes consideram seu modo de falar pouco valorizador e têm em mente outro modelo, mais prestigioso [...]”. O informante desprestigia a variante regional de seus conterrâneos, em uma atitude de deslealdade linguística, fenômeno também constatado nos estudos empreendidos por Silva e Aguilera (2014), quanto às crenças e atitudes de falantes residentes em

---

<sup>77</sup> Os primeiros trabalhos que apresentavam como objeto de estudo as atitudes eram orientados pela Psicologia Social, de Lambert e Lambert (1968) que aplicaram a técnica dos falsos pares (*matched guise*). Esses estudos pioneiros influenciaram os estudiosos da Sociolinguística, como Labov (2008 [1972].), López Morales (1993), Moreno Fernández (1998), dentre outros. Visando uma melhor compreensão desse ramo de estudos, recomendamos a consulta a essas obras basilares. Fontes: LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. Psicologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1968 [1972].; LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola, 2008; LÓPEZ MORALES, H. Sociolinguística. Madrid: Gredos, 1993; MORENO FERNÁNDEZ, F. Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje. Barcelona: Ariel, 1998.

Londrina e Pitanga, localidades paranaenses, em relação à realização da vogal átona final alteada /i/ ou vogal média /e/ mantida, e Botassini (2013), que, em sua tese de doutoramento, buscou verificar as atitudes linguísticas de falantes cariocas, gaúchos e maringenses residentes no Norte do Paraná em relação ao uso dos róticos em coda silábica.

Após essa incursão na análise dos trechos de fala dos informantes, retornamos à leitura das cartas de arealidade gradual.

A Carta CAG3/179, Vol. 2, mostra a distribuição diatópica bem delimitada para a variante *curau/ curau de milho*. A forma linguística regional *curau*, que leva coco na receita, é balizada por área abrangida por isoléxica abarcando o Sudeste (notadamente, grande parte de São Paulo, do centro ao sul-sudoeste do Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais), rumo ao Paraná e recobrando praticamente todo Centro-Oeste (com destaque em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e localidades limítrofes na Região Norte. Ainda, foi registrada em pontos dispersos situados na Bahia, Paraíba e no Rio Grande do Sul. Possui ocorrências na área do subfalar sulista, subfalar fluminense, no outrora Território Incaracterístico e partes do subfalar baiano e amazônico; foi documentada na área cultural da faixa industrial e faixa do café, parte da zona de mineração e da Amazônia e no Centro-Oeste (DIÉGUES JUNIOR, 1960), além do Brasil caipira, Brasil Sertanejo e trecho do Brasil caboclo, conforme Ribeiro (2006). Alguns informantes, como a formosense, do sexo feminino, faixa I, comentaram que a inserção do coco como ingrediente no *curau*, forma linguística regional, é um costume mais recente:

INQ – E se fizer esse... Esse *curau*, sem o coco, tem algum outro nome aqui?

INF – Não, continua sendo *curau*.

INQ.- Essa papa? Continua sendo *curau*?

INF.- É. Acho que o coco é até mais uma ca... assim, os antigo nem usava coco, né? Acrescentou...

INQ – Isso é coisa moderna, né.

INF.- Isto.

Inf. 121 – Formosa – GO (sexo feminino, faixa I)

Ainda, a alternância entre as variantes *curau/canjica* como denominação ao referente em pauta, na Região Sul, é atestada por meio da interpretação do excerto de fala da informante umuaramense, faixa II:

INF.- Tem... *curau*.



A forma linguística de maior vitalidade foi *curau*, documentada em todos os onze pontos de inquérito<sup>78</sup>, sendo hegemônica em Ji-Paraná, Juara, Guarantã do Norte, Sinop e Diamantino. *Mingau de milho*, segunda mais produtiva, foi registrada em área delimitada por isoléxica, em pontos situados ao sul (Nova Xavantina – MT), sudeste (Pilar de Goiás – GO), leste (Formoso do Araguaia – TO) e nordeste (Luciara – MT) do território em estudo, além de pontos espaçados mais longínquos, no norte (Aripuanã – MT) e noroeste (Guajará-Mirim – RO). *Canjica* foi mencionada por três informantes somente em Guajará-Mirim (RO) e *angu* em Aripuanã (MT) e Nova Xavantina (MT). A respeito da distribuição espacial dessas variantes, Cuba (2015, p. 204) explica:

[...] as cidades consideradas modernas, como Guarantã do Norte – MT2, Juara – MT4 e Sinop – MT5, tendem a usar a mesma variante (*curau*), enquanto em cidades mais afastadas como Guajará-Mirim – RO1, Luciara – MT3 e Formoso do Araguaia – TO1 costumam usar variantes mais conservadoras (*mingau de milho*, *canjica*, *angu*).

Cabe destacar que as formas lexicais obtidas por Cuba (2015) apresentaram distribuição semelhante àquelas relativas ao *corpus* do ALiB: *curau* foi a variante mais produtiva e característica do território examinado e, conforme Cuba (2015), coletada em localidades mais modernas; *mingau/ mingau de milho*, documentada em localidades situadas a leste e sudeste mato-grossense, estende-se às adjacências goianas e tocantinenses; a variante *canjica* foi registrada em Guajará-Mirim, nos dados do ALiB e no ALTTI, Carta 071, por Cuba (2015).

A Carta CAG4/179, Vol.2, apresenta a arealização para *papa/ papa de milho*, situando-se em localidades mais contíguas, no Rio de Janeiro e Espírito Santo, em direção ao litoral paulista e em pontos mais isolados, entre o Piauí e Maranhão e no oeste de Amazonas. Configura-se, desse modo, como uma forma regional, de disseminação não restrita a uma só área, mas característica fluminense e capixaba. Foi registrada nas áreas do subfalar fluminense, pontos esparsos no espaço do subfalar sulista, nordestino e amazônico (NASCENTES, 1953); na região cultural e econômica da pesca e antiga faixa cafeeira, conforme a divisão de Diégues Junior (1960), e em um trecho do Nordeste pastoril e Amazônia; na zona do

<sup>78</sup> As localidades contempladas pelo estudo foram: RO1 – Guajará-Mirim (RO); RO2 – Ji-Paraná (RO); MT1 – Aripuanã (MT); MT2 – Guarantã do Norte (MT); MT3 – Luciara (MT); MT4 – Juara (MT); MT5 – Sinop (MT); MT6 – Diamantino (MT); MT7 – Nova Xavantina (MT); TO1 – Formoso do Araguaia (TO); GO1 – Pilar de Goiás (GO).

Brasil caipira, Brasil caboclo e crioulo de Ribeiro (2006). Está dicionarizada como *papa de milho* e sinônimo para *canjica* (com coco), apenas em Ferreira (2010), classificada como brasileirismo de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

A variante *angu*, forma com baixa produtividade, foi registrada de modo mais acantonado, em intervalos separados, no interior nordestino, Pará, interior paranaense e litoral catarinense, como se verifica na Carta CAG5/179, Vol. 2. O item lexical está inserido nas obras lexicográficas (HOUAISS; VILLAR, 2009; AULETE, [s/d]; CUNHA, 2010), no sentido de “papa de farinha de trigo, mandioca ou milho”, de étimo ioruba (*a’nu*).

A forma linguística *mugunzá*, também com baixa produtividade, foi documentada em pontos esparsos no Pará e norte baiano (Carta CAG6/179, Vol. 2). Não está documentada em nenhuma das obras lexicográficas conforme a descrição inscrita no *caput* da questão 179.

Do exposto, em linhas gerais, verificamos que o índice de abstenções para a questão em tela foi elevado, indicando um possível desconhecimento geral do referente ao qual a pergunta faz menção, pelo fato de o consumo da “papa de milho ralado, feita com coco” não fazer parte do cotidiano e da cultura de alguns falantes; apontando também, conforme discutido e exemplificado, indícios a respeito do não costume de inserir coco na receita. Na Região Sul, notadamente, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, muitos relataram consumir somente o milho cozido ou pratos salgados à base do cereal.

Em relação à análise das formas candidatas a sequências fixas, em geral, os itens lexicais atendem ao critério de composicionalidade e transparência, sendo sequências mais livres, pois os sentidos podem ser inferidos a partir dos elementos que integram a expressão.

Ainda, a realização das variantes mostrou que, para este referente, inexistiu uma forma linguística representante de uma norma geral, mas sim, algumas variantes regionais tais como: *canjica/ canjica de milho*, *mingau/ mingau de milho*, *curau/ curau de milho*, *papa/ papa de milho*, cujas especializações não se integram em uma única zona contígua.

Para *canjica*, categorizada como um brasileirismo, por Ferreira (2010), a distribuição diatópica restringiu-se principalmente à área do falar do Norte (NASCENTES, 1953). Conforme observamos, por meio da carta CA1/179, Vol. 2, em que são comparadas a distribuição areal para *canjica* e *mingau de milho*, duas

formas mais produtivas, a arealidade para *canjica* situa-se mais ao norte do País e *mingau* mais ao centro-norte e algumas áreas esparsas em direção centro-sul.

Segundo Cunha (2010), o item lexical *canjica* teria étimo malalaia (asiático), contudo, o autor não especifica a acepção à qual a denominação se reporta. *Mingau/ mingau de milho*, de etimologia tupi (CUNHA, 2010), abrange trechos da Região Norte, Centro-Oeste e Sudeste, e alguns locais na fronteira com Nordeste e pontos dispersos no Sul, e, em certa medida, engloba todas as áreas dos subfalares e o Território Incaracterístico de Nascentes (1953), com menor expressividade no subfalar sulista. Foi registrado nos cinco brasis de Ribeiro (2006) e nas áreas culturais de Diégues Junior, à exceção do nordeste agrário do litoral. *Curau/ curau de milho*, documentado em Ferreira (2010), foi classificado como brasileirismo de São Paulo, Mato Grosso e Goiás. De fato, a sua distribuição espacial abrange o Centro-Oeste, com maior representatividade no Mato Grosso, em direção ao Tocantins, parte de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e menor expressão na Bahia, Rio Grande do Sul e Paraíba. O registro não se limitou a áreas específicas conforme a subdivisão de Nascentes (1963), nem às áreas culturais de Diégues Junior, (1960) e aos Brasis de Ribeiro (2006). *Papa/papa de milho*, dicionarizada em Ferreira (2010), foi catalogada como brasileirismo de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, em área que não condiz com o que os dados revelaram. Obteve maior vitalidade no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, área do subfalar fluminense (NASCENTES, 1963), e em pontos mais dispersos no litoral paulista, fronteira piauiense e maranhense e oeste amazônico. A delimitação também não se restringiu a apenas uma área, conforme divisão de Diégues Junior (1960) e Ribeiro (2006).

6. 2 QUESTÃO 180 – *CURAU/CANJICA SEM COCO*Figura 21: *Curau/ mingau/ canjica sem coco*

Fonte: **Embaré**. Disponível em: <https://www.embare.com.br/para-voce/curau-de-milho/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

6. 2. 1 Análise Da Questão 180 – *Curau/Canjica Sem Coco*

A questão 180 do QSL busca obter variantes lexicais para a “papa cremosa, com milho verde ralado, sem coco, polvilhada com canela”. A interpretação dos excertos dos turnos de fala do inquiridor e do informante em que as questões 179 e 180 do QSL foram aplicadas, conforme já exposto, tem papel substancial na elucidação das denominações registradas para as receitas em que se adicionam coco ou não. Em geral, é solicitado que se descreva o prato, para que as variantes registradas possam ser validadas, ou não, como designativos para o referente em pauta, segundo os traços semânticos apontados pelos informantes.

Foram consideradas as variantes mais produtivas, obtidas como respostas à questão 180 do QSL, de modo a serem condensadas as formas morfofonêmicas descritas nos casos a seguir:

- i) Formas no diminutivo: *mingau* > *mingauzinho*; *angu* > *anguzinho*;
- ii) Formas compostas e perifrásticas formadas por outros especificadores além da expressão *de milho*: *curau de milho* > *curau sem coco*; *mingau de milho* > *mingau de milho ralado*, dentre outras;
- iii) Formas que apresentam o abaixamento da vogal pretônica: *curau* > *corau*

Foram obtidas oito formas linguísticas para nomear o referente em pauta (somando-se as três categorizadas como *outras*). As variantes agrupadas estão arroladas no Quadro 6.

Quadro 6 – Agrupamentos lexicais de variantes para a questão 180 do QSL

<b>Agrupamentos lexicais (rótulo)</b>	<b>Variante agrupadas</b>
<i>Curau/ curau de milho</i>	<i>Curau sem coco, curau doce, curau de milho verde, corau, mingau de curau</i>
<i>Mingau/ mingau de milho</i>	<i>Mingau de milho ralado, mingau sem coco, mingau de milho verde, mingau doce, mingauzinho</i>
<i>Canjica/ canjica de milho</i>	<i>Canjica sem coco, canjica de leite</i>
<i>Angu</i>	<i>Anguzinho</i>
<i>Papa/papa de milho</i>	<i>Papa de milho verde</i>

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB pela autora.

Nos exemplos formados com as lexias compostas *canjica de milho*, *mingau de milho*, *curau de milho*, *papa de milho*, mantivemos o mesmo paradigma da análise anterior.

Foram categorizadas como *outras* as hápax legomena: *pudding de milho verde*, *chá de burro* e *mugunzá*. Não foram validadas oito denominações: *cuscuz*, *imanauê sem coco*, *ulelê*, *pamonha*, *quarenta*, *manjar de milho*, *polenta* e *aluá*, por reportarem-se a outros semas que não os aludidos no *caput* da questão 180.

Diante do quadro de variantes, foram catalogadas as seguintes formas compostas, como possíveis sequências fixas, apresentadas por ordem de produtividade: *curau de milho*, *curau sem coco*, *curau doce*, *curau de milho verde*, *mingau de curau*; *mingau de milho*, *mingau de milho ralado*, *mingau sem coco*, *mingau de milho verde*, *mingau doce*; *canjica de milho*, *canjica sem coco*, *canjica de leite*; *papa de milho*, *papa de milho verde*.

À semelhança das formas analisadas na questão 179, as estruturas morfológicas perseguem um paradigma recorrente: *curau de milho*, *mingau de milho*, *canjica de milho*, *papa de milho*, *mingau de curau*, *canjica de leite* (substantivo+preposição DE+substantivo); *curau sem coco*, *mingau sem coco*, *canjica sem coco* (substantivo+preposição SEM+substantivo); *curau de milho verde*, *mingau de milho verde*, *papa de milho verde* (substantivo + preposição DE +

substantivo + adjetivo); *curau doce*, *curau doce* (substantivo + adjetivo) e *mingau de milho ralado* (substantivo + preposição DE + substantivo + verbo no participípio).

De modo geral, os exemplos seguem o mesmo padrão das formas analisadas na questão anterior (questão 179), respondendo ao critério de composicionalidade e transparência (pressuposição semântica dos elementos), sendo sequências mais livres, à exceção da sequência fixa *milho verde*. Ao contrário da preposição COM, registrada nos itens analisados anteriormente, a preposição SEM indica ausência, fazendo menção ao referente que se busca na questão 180 (a receita *sem coco*). *Ralado* diz respeito à forma com que é preparado o milho.

O levantamento geral dos dados, excluindo-se as abstenções, mostrou apenas 669 ocorrências para oito itens lexicais, organizados na Tabela 2.

Tabela 2: Produtividade geral das variantes (questão 180 do QSL)

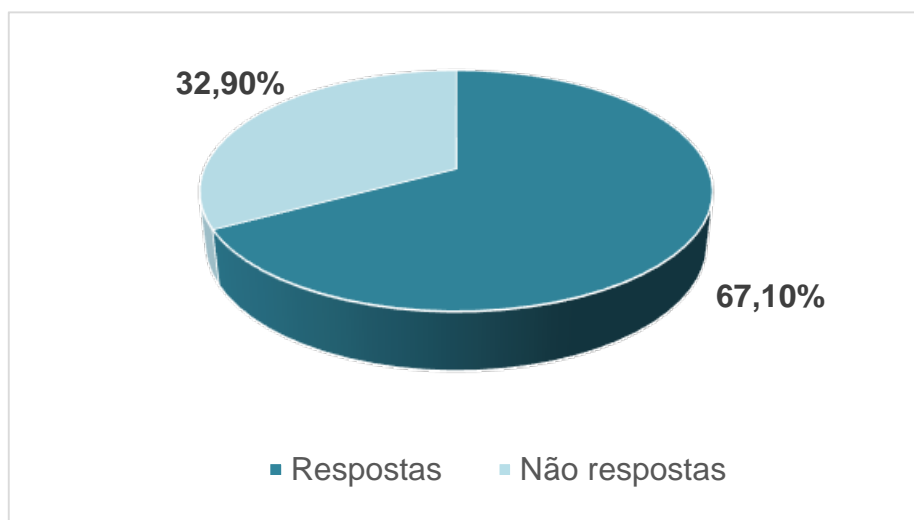
<b>Variantes</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>
<b><i>Curau/ curau de milho</i></b>	259	38,72%
<b><i>Mingau/ mingau de milho</i></b>	204	30,50%
<b><i>Canjica/ canjica de milho</i></b>	131	19,58%
<b><i>Angu</i></b>	41	6,12%
<b><i>Papa/ papa de milho</i></b>	31	4,64%
<b><i>Outras</i></b>	3	0,44%
<b>TOTAL</b>	<b>669</b>	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB pela autora.

A variante de maior produtividade, *curau/ curau de milho*, obteve 259 registros, perfazendo 38,72% das respostas. *Mingau/ mingau de milho* contabilizou 204 ocorrências, totalizando 30,50% dos dados; a forma *canjica/ canjica de milho* teve 131 menções, alcançando 19,58%; *angu*, 41, efetuando 6,12% das documentações; *papa/ papa de milho*, 31 ocorrências, perfazendo 4,64%; *outras* variantes obtiveram três registros, representando 0,44% do total.

Como observado na análise anterior, constatamos um grande número de abstenções: 328 ausências de respostas, ou 32,90%, para a questão 180. O Gráfico 3 mostra esses dados.

Gráfico 3: Produtividade geral - respostas e não respostas à questão 180 do QSL



Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB pela autora.

A justificativa para esse percentual, embora menor do que o atingido na análise da questão anterior, seria a ausência do costume, em algumas regiões, do consumo de doces feitos à base do milho, sobretudo na Região Sul.

Apresentados os resultados obtidos junto aos 1000 informantes, focalizamos os dados por região, com o auxílio do programa SGVCLin (2014):

Na Região Norte, foram investigados 96 informantes dos quais obtivemos 71 registros, que representam 71,72 % de respostas válidas<sup>79</sup>.

Figura 22: Produtividade geral para a questão 180 QSL (*curau/canjica sem coco*) na Região Norte

Número da questão: 180

Questão CURAU/ CANJICA COMO SE CHAMA ESSA MESMA PAPA, COM MILHO VERDE RALADO, SEM COCO?

Variantes	Número de ocorrências	%
canjica	37	37.37%
mingau/ mingau de milho	29	29.29%
não resposta	28	28.28%
curau	4	4.04%
papa/ papa de milho	1	1.01%
	<b>99</b>	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

<sup>79</sup> Foram verificados cinco problemas técnicos em enrevistas.

A variante de maior produtividade foi *canjica*, com 37 ocorrências, totalizando 37,37% dos dados. *Mingau/ mingau de milho*, com 29 registros, representando 29,29%; *curau*, quatro ocorrências, perfazendo 4,04%; *papa/ papa de milho*, com apenas uma ocorrência, e o índice de 1,01%. Não obtivemos a resposta de 28 informantes, ou seja, de 28,28% do total.

Na Região Nordeste, foram investigados 312 informantes dos quais obtivemos 178 registros, que representam 59,14% de respostas válidas<sup>80</sup>.

Figura 23: Produtividade geral para a questão 180 QSL (*curau/canjica sem coco*) na Região Nordeste

Número da questão: 180

Questão CURAU/ CANJICA COMO SE CHAMA ESSA MESMA PAPA, COM MILHO VERDE RALADO, SEM COCO?

Variantes	Número de ocorrências	%
não resposta	123	40.86%
canjica	94	31.23%
mingau/ mingau de milho	50	16.61%
angu	27	8.97%
curau	4	1.33%
outras	2	0.66%
papa/ papa de milho	1	0.33%
	301	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

Na Região Nordeste (Figura 21), o número de não respostas foi bem superior ao da Região Norte, pois foram constatadas 123 não respostas, representando 40,86% dos dados. Tal resultado pode indicar que esse alimento não faz parte do cardápio trivial do informante. *Canjica* obteve 94 registros, caracterizando 31,23% dos dados. Foram 50 ocorrências para *mingau/ mingau de milho*, totalizando 16,61%; *angu* obteve 27 registros e 8,97%; *curau*, quatro registros, sendo 1,33%; *outras* variantes (*mugunzá* e *chá de burro*), dois, com 0,66%, e *papa/ papa de milho*, contabilizou uma resposta, representando 0,33% do total.

Na Região Centro-Oeste, foram investigados 96 informantes dos quais obtivemos 95 registros, que representam 89,62% de respostas válidas<sup>81</sup>.

<sup>80</sup> Foram verificados problemas técnicos em 19 entrevistas.

<sup>81</sup> Ocorreram problemas técnicos em sete entrevistas.

Figura 24: Produtividade geral para a questão 180 QSL (*curau/ canjica sem coco*) na Região Centro-Oeste

Número da questão: 180

Questão CURAU/ CANJICA COMO SE CHAMA ESSA MESMA PAPA, COM MILHO VERDE RALADO, SEM COCO?

Variantes	Número de ocorrências	%
curau	59	55.66%
mingau/ mingau de milho	34	32.08%
não resposta	11	10.38%
angu	2	1.89%
	<b>106</b>	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

A variante *curau/ curau de milho*, forma mais frequente, apresentou 59 ocorrências, perfazendo 55,66% dos dados; *mingau/mingau de milho* com 34 registros, e índice de 32,08%; *angu*, com apenas dois registros, ou 1,89%. As não respostas contabilizaram 11, sendo 10,38%.

Na Região Sudeste, foram investigados 320 informantes dos quais obtivemos 271 registros, que representam 81,63% de respostas válidas.

Figura 25: Produtividade geral para a questão 180 QSL (*curau/ canjica sem coco*) na Região Sudeste

Número da questão: 180

Questão CURAU/ CANJICA COMO SE CHAMA ESSA MESMA PAPA, COM MILHO VERDE RALADO, SEM COCO?

Variantes	Número de ocorrências	%
curau	156	46.99%
mingau/ mingau de milho	80	24.10%
não resposta	61	18.37%
papa/ papa de milho	28	8.43%
angu	7	2.11%
	<b>332</b>	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

Foi registrada como forma mais produtiva *curau/ curau de milho*, apresentando 156 ocorrências, ou 46,99%. *Mingau/mingau de milho* obteve 80 registros e 24,10%; *papa/papa de milho* contabilizou 28 ocorrências, ou 8,43%, e *angu*, com sete registros, computou 2,11% dos dados. As não respostas, verificadas em 61 entrevistas, totalizaram 18,37%.

Na Região Sul, foram investigados 176 informantes dos quais obtivemos apenas 54 registros, ou 33,96% de respostas válidas, conforme documenta a Figura 26<sup>82</sup>.

Figura 26: Produtividade geral para a questão 180 QSL (*curau/ canjica sem coco*) na Região Sul

Número da questão: 180

Questão CURAU/ CANJICA COMO SE CHAMA ESSA MESMA PAPA, COM MILHO VERDE RALADO, SEM COCO?

Variantes	Número de ocorrências	%
não resposta	105	66.04%
curau	36	22.64%
mingau/ mingau de milho	11	6.92%
angu	5	3.14%
outras	1	0.63%
papa/ papa de milho	1	0.63%
	159	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

*Curau/ curau de milho*, forma válida mais produtiva, obteve somente 36 registros, atingindo índice de 22,64%; *mingau/ mingau de milho*, 11 ocorrências, com o percentual de 6,92%; *angu*, cinco e 3,14%; *outras* variantes (*pudivim de milho verde*), e *papa/papa de milho* registraram uma ocorrência cada, e taxa de 0,63%. As não respostas superaram o número de respostas válidas, ou seja, 105 abstenções, com o índice de 66,04%.

Sobre a distribuição diatópica das variantes obtidas como resposta à questão 180, por região, analisamos primeiramente a Carta CD1/180, Vol. 2, da Região Norte. *Canjica/ canjica de milho* foi a forma eleita pela maior parte dos informantes, registrada na maioria dos pontos investigados. Distribui-se por área delimitada por uma isoléxica, em uma vertente ampla, que se estende em dois rumos: do litoral paraense atingindo o Amapá, rumo ao interior regional, de leste a oeste, em pontos paraenses, amazonenses, e todos os fixados em Roraima, Acre e Rondônia, além da orientação litoral-sul paraense, em direção ao sudeste do Estado. *Mingau/ mingau de milho*, forma hegemônica na localidade tocantinense 24 – Natividade, integra-se em outra área abarcada por isoléxica, abrangendo áreas mais situadas no sudeste paraense e todo o Tocantins, e em direção leste a oeste (Pará-Amazônia), expandindo-se em um feixe ao norte (Roraima), outro a noroeste (ponto

<sup>82</sup> Foram verificados problemas técnicos em 23 entrevistas.

amazonense 004 – São Gabriel da Cachoeira) e outro a sudoeste, nos pontos 20 – Rio Branco, acreano, e 22 – Guajará-Mirim – rondoniense. *Curau/ curau de milho* foi registrada na capital rondoniense, em 17 – Conceição do Araguaia, ponto paraense, e 23 – Pedro Afonso, município tocantinense. *Papa/papa de milho* foi obtida somente em 07 – Benjamin Constant (AM). As não respostas surgiram em localidades no centro-leste paraense, amazonense e amapaense, além de locais mais esparsos no Acre e Amazonas. No ponto 12 - Belém, todos os informantes se abstiveram da resposta.

A maioria dos informantes nordestinos se absteve de responder essa pergunta, conforme demonstra a Carta CD2/180 (Vol. 2), revelando o aspecto cultural regional, com a falta de costume em consumir a receita sem coco. As não respostas podem ser verificadas em variados espaços, espalhadas pela Região Nordeste, tanto no litoral quanto no interior. A variante *canjica/ canjica de milho* foi registrada, notadamente, em pontos posicionados no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, caminhando em algumas localidades cearenses, baianas, piauienses e maranhenses, sendo hegemônica nas potiguares 51 – Mossoró, 54 – Pau dos Ferros e 55 – Caicó; nas paraibanas 57 – Cajazeiras, 58 – Itaporanga e 59 – Patos, e no município pernambucano 66 – Afrânio. A forma linguística *mingau/mingau de milho* foi obtida em localidades no litoral baiano e sergipano rumo ao interior baiano, em um ponto pernambucano, no interior piauiense e interior e porção litorânea maranhense e cearense, sendo a forma eleita por todos os informantes em 33 – Alto Parnaíba (MA) e 92 - Santana (BA). A disseminação espacial da variante *angu*, hegemônica em 34 – Teresina (PI), apresentou-se balizada por uma isoléxica, compreendendo a maioria das localidades alagoanas e pernambucanas, além dos pontos interioranos paraibanos, cearenses, piauienses e maranhenses, com alguma incidência na Bahia e Paraíba. Outras variantes foram registradas em 35 – Piripiri (PI) – *chá de burro* e 81 – Juazeiro (BA) – *mugunzá*; a forma lexical *curau/curau de milho*, nas localidades 35 – Piripiri (PI), 40 – Sobral (CE), 84 – Barra (BA) e 87 - Barreiras (BA), e *papa/papa de milho* somente em 69 – Caruaru (PE).

Os dados da Região Centro-Oeste constam da Carta CD3/180, Vol. 2. A variante mais produtiva regional, ao contrário do cenário nortista e nordestino, foi *curau/ curau de milho*, registrada em todos os Estados, delimitada por isoléxica que engloba praticamente a totalidade dos pontos, excetuando-se as localidades goianas

119 – São Domingos e 125 - Catalão, onde *mingau/mingau de milho* foi hegemônica e o ponto 117 – Ponta Porã, sul-mato-grossense. Foi a resposta única dos informantes residentes em 112 - Coxim, e pontos goianos 120 - Aruanã, 121 - Formosa, 122 – Goiás e 124 – Jataí. A arealidade da variante *mingau/ mingau de milho* foi distribuída em sentido da fronteira política sul-mato-grossense e goiana com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, além da divisa mato-grossense com Goiás e em direção sul-norte de Mato Grosso. A forma linguística *angu* foi registrada em 106 – Poxoréu - MT e 126 – Quirinópolis (GO). Algumas não respostas ocorreram em pontos centrais e no noroeste do Estado mato-grossense, nas localidades sul-mato-grossenses próximas da fronteira com a Bolívia e Paraguai (113-Corumbá e 117-Ponta Porã) e no ponto 118-Porangatu, no norte goiano.

A Carta CD4/180, Vol. 2, mostra, como a forma regional *curau/ curau de milho* predomina na Região Sudeste, nomeadamente, em localidades paulistas, onde, na maioria delas, é variante hegemônica, delimitada por isoléxica que abrange localidades mineiras e fluminenses. A forma linguística *mingau/mingau de milho* prevalece nos pontos mineiros e rumo a São Paulo e Rio de Janeiro, em área delineada por outra isoléxica, afora o ponto 187 – Cananéia (SP). Os registros para a variante *papa/papa de milho* espalharam-se pelo litoral em direção ao interior capixaba e fluminense, em área demarcada por outra isoléxica, para essa variante regional. *Angu* foi obtida em localidades separadas, no Rio de Janeiro e Minas Gerais. As não respostas foram obtidas em muitos pontos litorâneos (sendo predominante na localidade 203 – Niterói - RJ) e em localidades interioranas mais dispersas.

A Carta CD5/180, Vol. 2, traz a distribuição espacial dos dados na Região Sul, pela qual testemunhamos a ampla frequência de não respostas, também demonstrando o traço cultural do não costume em consumir alimentos doces feito à base de milho. Em muitas localidades, os informantes abstiveram-se do registro de designações à pergunta por desconhecerem totalmente o referente, ou qualquer tipo de receita de doce feito da papa cremosa de milho, como ilustra o diálogo com o informante de Concórdia (SC), da faixa I:

INF.- Sim, prepara... Cozinha o milho pá comer, milho frito, faz bolo de milho, é isso.

INQ.- Lá na minha região a gente pega o milho verde, corta, passa no liquidificador com o leite, côa e leva no fogo, e apura com açúcar. Você já viu essa comida? Já comeu isso?

INF.- Não.

INQ.- Eu... quando estava chegando perto de Chapecó eu vi que tava vendendo pamonha.

INF.- Ah, pamonha é mais pra pro litoral lá, aqui nun..., nunca comi pamonha não.

INQ.- E *curau*, você já comeu?

INF.- *Curau*?

INQ.- É.

INF.- Também não.

INQ.- Nem sabe o que é?

INF.- **Também não sei o que é.**

Inf. 229 - Concórdia - SC (sexo masculino, faixa I)

A variante *curau/ curau de milho*, mais produtiva na Região Centro-Oeste e Sudeste, adentra o Sul, e foi documentada, majoritariamente, nas localidades paranaenses (forma hegemônica em 209 – Terra Boa, 211 - Tomazina, 212 – Campo Mourão) e registrada em um ponto no Rio Grande do Sul (248 – Bagé). *Mingau/mingau de milho* foi obtida em pontos mais dispersos, no centro catarinense, na capital paranaense e pontos contíguos, e também no centro, oeste e sudoeste do Estado. A variante *angu* foi registrada nas localidades 217 – São Miguel do Iguazu (PR), 223 – Barracão (PR) e 233 – Criciúma (SC). *Papa/ papa de milho* foi obtida somente em 223 – Barracão (PR) e *outras variantes (pudim de milho verde)* foram documentadas em 226 – São Miguel do Oeste (SC).

A Carta CAG1/180, Vol. 2, demonstra a arealidade da variante mais produtiva, *curau/ curau de milho* por todo o território brasileiro. A distribuição da forma linguística regional foi delimitada por isoléxica, a partir da Região Sudeste, particularmente, São Paulo, abrangendo quase todo o Paraná, as fronteiras de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e praticamente todo Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, com algum avanço no sul do Pará, no Tocantins, em Rondônia e no Amazonas. Foi ainda documentada em apenas um ponto dos Estados do Rio Grande do Sul (248- Bagé), da Bahia (ponto 84 – Barra), do Piauí (ponto 35-Piripiri) e do Ceará (ponto 40- Sobral); em dois pontos do Rio de Janeiro (pontos 197 – Nova Friburgo e 202 – Rio de Janeiro), nas áreas do subfalar sulista, mineiro e fluminense; registrado, também na área do Território Incaracterístico, e trechos do subfalar amazônico, baiano e nordestino (NASCENTES, 1953). Compreende, ainda, a região cultural da faixa do café, mineração do planalto, o Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste mediterrâneo pastoril (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e o Brasil caipira, Brasil sertanejo, e trecho do Brasil caboclo e crioulo, de Ribeiro (2006).

Ao compararmos a carta (CA1/180), Vol. 2, observamos a distribuição diatópica para a variante *curau*, situada mais ao centro, parte do sul do País, margeada pela delimitação da forma *mingau de milho*, segunda mais produtiva.

Segundo Houaiss; Villar (2009) e Ferreira (2010), *curau* é o mesmo que *canjica*: “papa cremosa de milho verde ralado e cozido com leite e açúcar”; Beaurepaire-Rohan (1889), por seu turno, também classifica a variante como sinônimo para *canjica*, com as marcas de uso: Mato Grosso e São Paulo; o Aulete [s/d], assim como Ferreira (2010), ainda soma Goiás a esses Estados. Ortêncio (1983) documenta que se trata da mesma “papa” do Espírito Santo, o mingau paulista de milho verde, e uma nova forma introduzida em Goiás. Mediante a consulta aos dicionários, verificamos um traço semântico comum entre os itens lexicais *curau*, *canjica* e *mingau* como “papa”, o que pode justificar o registro da forma lexical *papa/papa de milho* como outra possível designação para o referente.

O aripuanense, do sexo masculino, faixa II, comenta que, “na língua dele”, ele emprega a denominação *curau*, de origem indígena:

INF.- Aquela é a gente também não sabe do nome o *curau*, nói chamemo na nossa língua chamo *curau*, né, mais o na língua memo que nós falamos aqui embaxo assim que é de milho, né, que é feito... *canjica*, nós chamamo *canjica* qué dizê é o nome, eu não sei se, o pessoal até diz que esse nome é indígena qué dizê que ele pode não aparecê, pode não aparecê mais é o nome realmente que a gente, a gente nasceu em cima disso, né.

INQ.- O senhor poderia me falar como que faz a *canjica* aqui em Aripuanã?

INF.- A *canjica*?

INQ.- É.

INF.- Poi dessa daí que é justamente esse que é o *mingau* grosso que nós fazemo a gente...

INQ.- *Canjica* não, oh, esqueci, o *curau*.

INF.- O *curau*, pois é.

INQ.- É do jeito que o senhor me explicou que a mãe do senhor fazia que ralava até a...

INF.- Nós pega ele e vai no mato e tira o milho, tira aquele cabelinho todinho pra ele ficá, que senão vai aparecê em cima dispois que ele fervê, ele vai aparecê em cima, a gente pega e faiz um ralo, tem um ralo no cumércio, aí ‘cê rala ele todinho. Rala ele e o milho ele tem uma goma, né, ele tem uma goma muito grossa, então se vai aparpá aquela goma todinho vai, né, dento da água, aí joga ele den’duma panela, aí vai batê ele, ele vai engrossá. Ele tá em água e vai batê ele vai cuzinhá pra tirá aquele, aquele coiso do milho verde, né que o milho verde ele tem uma goma terríve, aí quando ele fervê bastante que ele fervê aí ele vai ficá gostoso, aí cê (?= você) joga um leite dento, justamente o leite de castanha que eu falei pa senhora que a gente tirava, já tira, já dexa reservado, né, um tanto de leite daquele e joga dento. Aí dá o *curau* de milho ralado, aí fica bom.

INQ.- Bom.

INF.- Bão, fica gostoso.

Já o informante araguaiano, do sexo masculino, faixa II, explica que são usadas duas formas: *curau* e *mingau* e a mais empregada é a primeira, que seria a forma mais adequada:

INF.- *Curau*.

INQ.- Tem um outro nome?

INF.- Não, tem *curau*, *mingau*.

INQ.- É conhecido como *mingau* também?

INF.- Uns fala *mingau*, outros fala *curau*, mais o **certo mesmo é *curau***.

INQ.- O mais falado?

INF.- O *mingau* tem as outra parte do creme, né.

INQ.- Mas aqui é falado por *curau* o *mingau* também?

INF.- Fala, as duas parte, uns fala é o *curau* de mio (milho) outos o *mingau* de mio.

INQ.- E qual fala mais, é *curau*?

INF.- *Curau*.

Inf. 111 – Alto Araguaia - MT (sexo masculino, faixa II)

*Curau* apresenta possível étimo indígena, documentado em Bordoni ([19-], p. 181) e Tibiriçá (1989, p. 52), dicionários do tupi e do guarani, respectivamente, definido como uma espécie de “pudim feito de milho verde”. Pode tratar-se de uma forma regional disseminada por meio do movimento paulista bandeirante, no processo de ocupação do interior do Brasil, conforme exposto no Capítulo 1.

A forma linguística regional *mingau/ mingau de milho* (Carta CAG2/180, Vol. 2) apresenta uma grande expansão a partir do Estado de Minas Gerais, em duas direções: para a Bahia, Tocantins, Piauí até trecho do Ceará, interior do Maranhão e grande porção paraense, amazônica e roraimense, e outro trecho que vai até Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, parte de Rondônia e Acre. Ainda, foi documentada em porções isoladas em Santa Catarina, Paraná, Sergipe, Pernambuco e litoral maranhense. Desse modo, foi registrada em todas as áreas dos subfalares classificadas por Nascentes (1953) e em todas as regiões culturais categorizadas por Diégues Junior (1960), com menor abrangência na área pastoril de extremo-sul e em todos os Brasis de Ribeiro (2006). Apresenta entrada em Houaiss; Villar (2009), na acepção documentada segundo o *caput* da questão 180 do QSL, de étimo tupi, *mina’u* (CUNHA, 2010), no sentido de ‘comida que gruda’. Beurepaire-Rohan (1889) comenta que, no Pará, é mais usual o item lexical *mingau*.

Em território mineiro, a informante unaiense, do sexo feminino, faixa II, explica que as variantes mais obtidas na região são *mingau* e *curau*, sendo *mingau*

uma forma mais usada na “roça”. O costume mineiro, segundo ela, é o de não utilizar coco na receita:

INQ.- O que que vocês fazem com milho verde aqui, doce?

INF.- De doce?

INQ.- É.

INF.- Faço pamonha, né, pamonha, faz... *curau* ou *mingau*, né.

INQ.- Qual que é o nome mais comum, *curau* ou *mingau* que você ouve?

INF.- Ah, o povo aqui é diversificado, muita gente conhece até só por *curau*, tem muita gente que não sabe nem o que que é *mingau*, mas nós na roça, a gente, eu, por exemplo, fui criada sabendo falá, fazá... fazia era *mingau*, né.

INQ.- E como que vocês faziam?

INF.- A gente... eh... passa o milho... de primeiro a gente ralava no ralo, né, porque não tinha liquidificador. Ralava no ralo, cuava numa penerinha, né, bem fininha, depois a hente passava até num pano, muita gente passava naqueles pano bem finim, pra ficá finim mesmo, né, aí põe no fogo, põe açúcar e vai mexeno... mexeno, mexeno, põe leite, né, aí quando ele engrossa, ele fica grosso demais, ‘cê põe mais um pouco de leite até ele ficá... tem que tê bastante cuidado pra não deixá embolá, né. Muito delicioso.

INQ.- E depois vocês costumam colocar coco no...

INF.- Tem pessoas que co... que colocam, eu não gosto, né.

INQ.- O mineiro mesmo...

INF.- É, o mineiro não, eu nem... nunca fiz com, com coco.

INQ.- E quando eles põem coco, tem outro nome esse prato?

INF.- Não sei. Porque eu nunca pus, não sei não, né.

Inf. 130 – Unai - MG (sexo feminino, faixa II)

O informante passense, do sexo masculino e da faixa I, comenta que na receita tradicional do *mingau*, é adicionada apenas a canela, sem o coco:

INF.- Pamonha, né? *Mingau*?

INQ.- A pamonha como que é? É aquela que põe a palha?

INF.- Isso, a pamonha vai na palha, é o *mingau*.

INQ.- Apura lá no fogo depois põe em uma vasilha...

INF.- Isso. Com canela por cima.

INQ.- Canela por cima. Aqui eles colocam coco?

INF.- **Não, usa mais o método tradicional mesmo.**

Inf. 140 – Passos - MG (sexo masculino, faixa I)

Na visão do informante mineiro, o legítimo modo de compor a receita seria em harmonia com os usos e costumes de sua região. Para Maciel (2005), antropóloga da alimentação, as identidades sociais e culturais que se relacionam à alimentação demarcam os grupos sociais, de modo a distingui-los e fazê-los se reconhecerem e serem reconhecidos. A cozinha envolve construção de identidade social, expressa o estilo de vida de um grupo, simbolizando o pertencimento, e atua

como “código de reconhecimento social” (MACIEL, 2005, p. 54). Na interpretação do informante, a receita tradicional para o *mingau de milho* deve ser sem coco, do modo como é concebida na região onde habita, sociedade em que se reconhece.

Examinando a Carta CAG3/180, Vol. 2, verificamos a arealidade da variante *canjica/ canjica de milho* em duas áreas maiores delineadas por isoléxicas, uma integrada abrangendo a Região Norte (todos os pontos fixados no Acre, Roraima e Amapá, grande parte do Amazonas, Pará e Rondônia), e outra, no Nordeste (notadamente, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, norte baiano e proximidades de Salvador, parte do Piauí e Maranhão), além de duas porções mais dispersas documentadas nas fronteiras baiana, uma quase atingindo o Espírito Santo e outra na fronteira com o Piauí. Abarca a área do subfalar amazônico, nordestino e baiano (NASCENTES, 1953) e a região cultural da Amazônia, o Nordeste agrário e o mediterrâneo pastoril, a faixa do cacau e trecho da zona de mineração baiana (DIÉGUES JUNIOR, 1960); o Brasil caboclo e o Brasil crioulo de Ribeiro (2006). Foi documentada em Houaiss; Villar (2009), como regionalismo do Brasil, sinônimo para *curau* e em Ferreira (2010), como brasileirismo.

A informante manauara, do sexo feminino e faixa II, explica que a inserção do coco na receita torna-a desagradável ao paladar, registrando a variante *canjica*. Ainda acrescenta a informação diatópica de que a *canjica*, em outras localidades, seria aquela feita com o milho branco (conforme questão 181 do QLS):

INQ.- E se não puser o coco e a...

INF.- **Não fica gostoso**, não...

INQ.- E a (inint)...

INF.- **Também tem gente que faz só como sabô do milho, né, também, num bota o coco, faz, fica natural.**

INQ.- Aí chama como assim?

INF.- É *canjica* mehmo.

INQ.- É *canjica* mesmo?

INF.- *Canjica*, é.

INQ.- Não muda a diferença?

INF.- É porque aí pra fora *canjica* que eles chama é aquele milho branco, né.

] Inf. 06 – Manaus - AM (sexo feminino, faixa II)

Ao dissertar sobre os diversos pratos típicos de cada região do País, Maciel emenda:

[...] Essa diversificação é tão significativa que, se alguns pratos regionais são famosos no país inteiro, outros são praticamente desconhecidos pelas demais regiões. Muitas vezes pelo simples fato

de que os ingredientes são exclusivos do lugar de origem, mas também por algo culturalmente construído, o gosto. O gosto e o paladar também apresentam muitas diferenças regionais e locais. (MACIEL, 2005, p. 53).

Ao analisar a fala da informante manauara, tendo como base, a citação de Maciel (2005), podemos argumentar que o gosto local e regional de acrescentar ou não o coco na receita pode incidir no costume ou na ausência do hábito de adicionar esse fruto no prato.

A Carta CAG4/180, Vol. 2, apresenta a distribuição de *angu*, uma das variantes menos produtivas obtidas mediante a questão 180 do QSL. Foi documentada em pontos contíguos situados no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco e em outra área delimitada por isoléxica abrangendo Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Também ocorreu em localidades mais espaçadas como no Rio Grande do Norte, interior da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina; em áreas do subfalar sulista, nordestino, baiano e mineiro, e no outrora Território Incaracterístico (NASCENTES, 1953); abarca as regiões culturais do Nordeste agrário do litoral e mediterrâneo pastoril, Amazônia, trechos do Centro-Oeste, faixa do café, e área de colonização estrangeira e de mineração (DIÉGUES JUNIOR, 1960), e o Brasil crioulo, Brasil sertanejo, Brasil caipira e pequena porção dos Brasis sulinos de Ribeiro (2006). Não está dicionarizada no sentido de “papa de milho, sem coco”, mas enquanto papa grossa feita de farinha de milho, conforme Aulete [s/d] e Houaiss; Villar (2009). Alguns informantes relataram que *angu* é uma forma mais antiga, mais característica da fala rural, um sinônimo para *canjica*, como observamos no excerto de transcrição da entrevista com a informante garanhuense, do sexo feminino, faixa II:

INF.- É, *canjica*, *angu*. Usa também como *angu*.

INQ.- *Canjica* e *angu* é o mesmo?

INF.- É o mesmo. Só que usa mais *canjica*. *Angu* usa mais no sítio assim... Eles usa palavra... Os antigo, hoje em dia...

INQ.- Hoje em dia é mais *canjica*.

INF.- Mais *canjica*.

INQ.- Ou com coco ou sem coco.

INF.- Ou com coco, é.

Inf. 72 – Garanhuns - PE (sexo feminino, faixa II)

A variante pode estar se arcaizando, restringindo-se à fala rural e dos mais idosos, sendo relegada e substituída por *canjica*.

A forma linguística *papa/papa de milho* (Carta CAG5/180) foi registrada no Espírito Santo e Rio de Janeiro, adentrando em direção à fronteira de Minas Gerais, e, de maneira mais difusa, em localidades na Amazônia, Pernambuco e no Paraná. Foi documentada com destaque na área do subfalar fluminense e em fragmentos do subfalar amazônico, nordestino e sulista (NASCENTES, 1963); na zona cafeeira e em mínimas porções na Amazônia, área pastoril do extremo-sul e no nordeste mediterrâneo pastoril (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil caipira, e trechos dos Brasis sulinos, Brasil caboclo e Brasil crioulo (RIBEIRO, 2006).

A informante friburguense, do sexo feminino, faixa II, relata a existência de duas variantes em uso na localidade, *curau* e *papa*, sendo a mais produtiva *papa de milho*:

[...] INQ.- Ah tá. Você me falou de *curau*. *Curau* e *papa* é o mesmo?

INF.- É.

INQ.- Ahan. O nome mais comum é...

INF.- É *papa de milho*.

Inf. 197 – Nova Friburgo - RJ (sexo feminino, faixa II)

Conforme Houaiss; Villar (2009), trata-se de qualquer tipo de farinha cozida com água ou leite; ou alimento pastoso, *papa de milho*, segundo o Aulete [s/d]. Não apresenta etimologia documentada em Cunha (2010).

Em síntese, como observado na análise anterior, foi grande a quantidade de abstenções. A justificativa para esse percentual seria a ausência do costume, em algumas regiões, de consumir doces feitos a partir do milho. As não respostas à questão em pauta foram obtidas principalmente nos pontos fixados nas Regiões Nordeste e Sul.

À semelhança das formas analisadas na questão 179, as estruturas morfológicas perseguem um paradigma recorrente, respondendo ao critério de composicionalidade e transparência. São, em sua maioria, sequências mais livres, à exceção da sequência fixa *milho verde*.

Não há uma norma lexical geral, e as formas regionais documentadas foram: *curau/ curau de milho*, *mingau/ mingau de milho*, *canjica/ canjica de milho*, *papa/papa de milho*. Novamente, a distribuição espacial das variantes não se restringiu a somente uma área delimitada por isoléxica. *Curau/ curau de milho*, variante regional, de possível étimo indígena, conforme Bordoni ([19-], p. 181) e Tibiriçá (1989, p. 52), pode ter sido disseminada por ação do movimento paulista bandeirante, no processo de adentramento do País. Foi documentada em

Beaurepaire-Rohan (1889), Ortêncio (1983), Aulete [s/d], Houaiss; Villar (2009), Ferreira (2010). Mostrou uma distribuição integrada pela delimitação de isoléxica, a partir de São Paulo, abrangendo quase todo o Paraná, as fronteiras de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e praticamente todo Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, com poucos registros no sul do Pará, no Tocantins, Rondônia e Amazonas. Em locais mais dispersos, foi registrada ainda no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Ceará, sendo essas, áreas do subfalar sulista, mineiro e fluminense, além do anteriormente tido como Território Incaracterístico, com alguma expressividade em trechos do subfalar amazônico, baiano e nordestino (NASCENTES, 1953). Foi documentada na região cultural da faixa do café, mineração do planalto, o Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste mediterrâneo pastoril (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e o Brasil caipira, Brasil sertanejo, e trecho do Brasil caboclo e crioulo, de Ribeiro (2006). A variante regional *mingau/ mingau de milho*, de étimo tupi (CUNHA, 2010), foi registrada por Houaiss; Villar (2009), Beaurepaire-Rohan (1889), sendo que o último reforça sua vitalidade no estado paraense. Apresenta uma disseminação diatópica mais difusa, bifurcada a partir de Minas Gerais, em duas orientações: em direção à Bahia, Tocantins, Piauí até trecho do Ceará, atingindo o interior do Maranhão e parte do Pará, Amazônia e Roraima, e outra orientação, sentido Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, porção de Rondônia e Acre, além de outros pontos isolados. Desse modo, foi registrada em todas as áreas dos subfalares (NASCENTES, 1953), em todos os Brasis de Ribeiro (2006), além de todas as regiões culturais, apresentando menor expressividade na área pastoril de extremo-sul (DIÉGUES JUNIOR, 1960). A forma regional *canjica/ canjica de milho*, por seu turno, mostrou-se integrada em duas áreas balizadas por isoléxicas, uma englobando o Acre, Roraima e Amapá, grande trecho do Amazonas, Pará e Rondônia, e outra, o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, norte baiano e proximidades de Salvador, parte do Piauí e Maranhão, além de dois fragmentos mais apartados. Estendeu-se na área do subfalar amazônico, nordestino e baiano (NASCENTES, 1953) e na Amazônia, no Nordeste agrário e no mediterrâneo pastoril, na faixa do cacau e trecho da zona de mineração baiana (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil caboclo e no Brasil crioulo (RIBEIRO, 2006). *Papa/papa de milho*, outra variante regional, foi documentada com maior vitalidade no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, caminhando rumo à fronteira de Minas Gerais, e em outros pontos mais difusos, tendo sido registrada nomeadamente na área do

subfalar fluminense (NASCENTES, 1963), na área cultural cafeeira (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil caipira (RIBEIRO, 2006).

### 6.3 QUESTÃO 181 – *CANJICA/MUGUNZÁ*

Figura 27: *Canjica/ mugunzá*



Fonte: **Rocambole**. Clube de receitas. Disponível em:

<https://www.rocambole.com.br/receita/canjica-cremosa/>. Acesso: 22 ago. 2019.

#### 6.3.1 Notas sobre a *canjica/mugunzá*

A *canjica*, *mugunzá*, *mingau de milho* ou *chá de burro* é um “prato tradicional, indispensável e típico nas festas de São João” (CASCUDO, 2011, p. 99-100). Comenta o antropólogo que, no início do século XIX, era muito popular em São Paulo, uma comida tradicional na janta dos paulistas. Complementa:

A convergência e fusão das culinárias indígena, africana e portuguesa levaram ao brasileiro o “complexo” alimentar do milho que a industrialização tornou permanente. Junho, mês de S. João, é o mês do milho, festivo, sonoro, inesquecível, da humilde pipoca ao bolo artístico. (CASCUDO, 2011, p. 111).

A festa de São João, que acontece em junho, época da colheita do milho, mescla elementos indígenas (festa do milho) aos portugueses (santos católicos) e africanos (a denominação *mugunzá*) (PREZIA, 2000, p. 11).

Voltando aos inquéritos linguísticos, verificamos que a vinculação da *canjica* e suas variantes aos festejos de São João é lembrada por alguns informantes, como por exemplo:

INF.- Aquilo fa... É *canjição*. Faiz, que faiz em tempo de festa, de fogue... De São João, mais tempo de frio, que tempo de calor num tem jeito de comê aquilo. É muito quente. Frio num presta.

Inf. 188 – Barra de São Francisco - ES (sexo masculino, faixa II)

O informante residente em Barra de São Francisco (ES), do sexo masculino, faixa II, comenta que o *canjição* é, em geral, consumido na época da celebração popular de São João, durante o período do inverno, como um prato quente. A festa de São João faz parte das comemorações católicas, entretanto, a festa tradicional tem origem pagã, do culto à Juno, deusa da fertilidade (RANGEL, 2008, p. 13). A festividade, trazida pelos portugueses, denominava-se “Festa Joanina”, como parte das celebrações a São João Batista. A quadrilha, dança típica apresentada na festividade, tem origem na tradição da elite francesa, na *quadrille*, do século XVIII, e a vestimenta, uma alusão à figura do “caipira”, típico brasileiro<sup>83</sup> da área rural, retrato da maioria da população até a década de 20 do século XX, sendo um exemplo do multiculturalismo no Brasil. As duas maiores festas juninas brasileiras são realizadas na cidade pernambucana Caruaru e na paraibana Campina Grande.

As celebrações pagãs eram realizadas no período do solstício de verão (período do dia mais longo e noite mais curta, entre 21 ou 22 de junho no hemisfério norte). Povos da Antiguidade, como os celtas e egípcios, faziam pedidos nessa época para conseguirem uma boa colheita. A Igreja Católica não combateu essa prática e a cristianizou, incluindo o nome de três santos católicos: Santo Antônio (13 de junho), São João Batista (24 de junho) e São Pedro (29 de junho).

Os indígenas que habitavam o Brasil antes da chegada dos europeus também realizavam rituais ligados à agricultura no mês de junho, início do inverno no Hemisfério Sul, fator que subsidiou a mescla das festividades. As comidas típicas

---

<sup>83</sup> Fonte: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cultura/2016/06/conheca-as-origens-e-curiosidades-sobre-as-festas-juninas>. Acesso em: 14 jan. 2019.

consumidas (milho verde, bolo de fubá, pipoca, dentre outras) durante as festas refletem a influência dos povos nativos<sup>84</sup>.

### 6.3.2 Análise Da Questão 181 – *Canjica/Mugunzá*

Após essa excursão histórica, trazida à tona a partir dos relatos documentados pelos informantes, concentramo-nos nos dados. Para o agrupamento das variantes mais produtivas, adotamos os seguintes critérios:

- i) Formas no diminutivo: *canjica* > *canjiquinha*;
- ii) Formas compostas e perifrásticas: *canjica* > *canjica grossa*, *mugunzá* > *mingau de mugunzá*, dentre outros;
- iii) Dessonorização, em trocas referentes ao par /g/ e /k/: *mugunzá* > *mucunzá*;
- iv) Nasalização, em casos de assimilação da nasal: *mugunzá* > *mungunzá*;
- v) Assimilação da vogal média pretônica por influência da tônica: *mugunzá* > *macunzá*.

No caso da variante *mingau de milho*, mantivemos a lexia composta, por considerarmos a preposição seguida de termo especificador (*de + milho*), relevante para diferenciá-lo de *mingau maranhense*. Critério similar vale para *chá de burro*, por se tratar de uma unidade lexical complexa mais cristalizada (sequência fixa).

A inserção das variantes lexicais com menor produtividade, tais como *mingau maranhense* e *uiui*, são justificadas pelos dados do Projeto ALiB nas capitais, ao considerar os informantes com ensino superior (YIDA, 2006; YIDA, 2011), e segundo observações feitas por Barbosa Doiron<sup>85</sup>, a respeito de sua tese *A motivação semântica nas respostas dos informantes do Atlas Linguístico do estado de Alagoas (ALEAL)* (BARBOSA-DOIRON, 2017), respectivamente.

<sup>84</sup> Fonte: SILVA, Cíntia Cristina da. Como surgiram as festas juninas? Revista Super Interessante. 4 jul. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-surgiram-as-festas-juninas/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

<sup>85</sup> Doiron, em mensagem pessoal, de 20 de outubro de 2017, escreveu: "a informante da faixa etária jovem (30 a 50 anos), também em Santana do Ipanema (Ponto 3 do ALEAL), respondeu *ui-ui*. A questão, no ALEAL, é a de número 170: "*Uj-uj, ô mugunzá*. É mais *ui-uj*, que o rapaiz passa vendendo di manhã na rua, aí o povo diz: tem *ui-uj*? É, *ui-uj*".

Em síntese, no panorama geral para a questão 181 em que se buscam variantes para *mugunzá/canjica*, foram registrados os oito itens lexicais e suas variantes agrupadas, dispostos no Quadro 7:

Quadro 7 – Agrupamentos lexicais de variantes para a questão 181 do QSL

<b>Agrupamentos lexicais (rótulo)</b>	<b>Variantes agrupadas</b>
<i>Canjica</i>	<i>Canjica grossa/ canjica doce / canjica baiano / canjica branca/ canjica de milho branco / canjica morena / canjiquinha / mingau de canjiquinha/</i>
<i>Mugunzá</i>	<i>Mangunzá / mangunzá / mucunzá / macunzá / mungunzá / macunzá doce / mugunzá doce / mingau de mugunzá / mucunzá de milho branco</i>
<i>Mingau de milho</i>	<i>Mingau/mingau de milho</i>
<i>Canjicão</i>	<i>Canjicão</i>
<i>Canjicada</i>	<i>Canjicada</i>
<i>Chá de burro</i>	<i>Chá de burro</i>
<i>Mingau maranhense</i>	<i>Mingau maranhense</i>
<i>Ui-ui</i>	<i>Ui-ui</i>

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB pela autora.

Foram desconsideradas sete *hápax legomena*, pois, de acordo com a descrição fornecida pelos informantes, ao interpretarmos os traços semânticos circunstanciados nas descrições, concluímos que seriam denominações vinculadas a iguarias diferentes do referente em tela, tais como: *ingu*, *aluá*, *cuscu*, *xerém*, *curau*, *arroz doce*, ou se tratava de formas genéricas, como *milho*.

As formas linguísticas registradas como candidatas a sequências fixas para a questão 181 foram: *canjica grossa*, *canjica doce*, *canjica baiano*, *canjica branca*, *canjica de milho branco*, *canjica morena*; *mingau de canjiquinha*; *macunzá doce / mugunzá doce*, *mingau de mugunzá*, *mucunzá de milho branco*; *mingau de milho*; *chá de burro*; *mingau maranhense* e *ui-ui*. Apresentam como modelo as estruturas morfológicas: *canjica grossa*, *canjica doce*, *canjica baiano*, *canjica branca*, *canjica morena*, *macunzá doce / mugunzá doce*, *mingau maranhense* (substantivo + adjetivo); *mingau de mugunzá*; *mingau de milho*; *chá de burro* (substantivo + preposição DE + substantivo); *canjica de milho branco* e *mucunzá de milho branco* (substantivo + preposição DE + substantivo + adjetivo); *mingau de canjiquinha* (substantivo + preposição DE + substantivo no diminutivo); *ui-ui* (interjeição +

interjeição). As estruturas linguísticas, normalmente, satisfizeram os critérios de composicionalidade e transparência semântica, como em: *canjica doce*, *canjica branca*, *canjica de milho branco*, *mucunzá de milho branco*, *mingau de canjiquinha*, *macunzá doce / mugunzá doce*, *mingau de mugunzá*, *mingau de milho*, que são sequências mais livres, pois a partir dos elementos que integram a expressão, é possível inferir o seu significado: em *canjica doce*, *macunzá doce* e *mugunzá doce*, o adjetivo *doce*, diz respeito ao sabor do alimento e é comutável para formar as expressões; em *canjica branca*, *canjica de milho branco* e *mucunzá de milho branco*, o adjetivo *branco* refere-se à cor do quitute e o *milho*, seu principal ingrediente. *Mingau de mugunzá*, os dois substantivos (*mingau* e *mugunzá*) são variantes registradas para denominar o referente. Por sua vez, *chá de burro* e *ui-ui* são sequências fixas, com sentido não deduzível pelas unidades que a constituem, ou seja, o sentido, em sua globalidade, não é transparente. *Mingau maranhense* é uma sequência fixa, com sentido composicional (MEJRI, 1997).

Assim, realizados os devidos agrupamentos e análises para possíveis sequências fixas, prosseguimos com o exame quantitativo dos dados. No cômputo geral, foram registradas 929 ocorrências para oito itens como respostas à questão 181 do QSL, organizadas na Tabela 3, em números absolutos e percentuais. As variantes lexicais estão sistematizadas por ordem de produtividade.

Tabela 3 – Produtividade geral das variantes (questão 181 do QSL)

<b>Variantes</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>
<b><i>Canjica</i></b>	537	57,81 %
<b><i>Mugunzá</i></b>	250	26,92 %
<b><i>Chá de burro</i></b>	50	5,38 %
<b><i>Mingau de milho</i></b>	41	4,41%
<b><i>Canjicão</i></b>	24	2,58 %
<b><i>Canjicada</i></b>	19	2,04 %
<b><i>Mingau maranhense</i></b>	5	0,54%
<b><i>Ui-ui</i></b>	3	0,32 %
<b>TOTAL</b>	<b>929</b>	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB pela autora.

A variante mais produtiva, em frequência absoluta e relativa, foi *canjica*, com 537 registros, atingindo o percentual de 57,81% do total de respostas válidas, dentre as 929 ocorrências totais. A seguir, por ordem de produtividade: *mugunzá*, apresentando 250 (26,92%); *chá de burro*, com 50 registros (5,38%); *mingau de milho*, totalizando 41 ocorrências (4,41%); *canjicão*, com 24 (2,58%); *canjicada*, 19 registros (2,04%); *mingau maranhense*, cinco (0,54%) e *uiui*, com três, ou seja, 0,32% dos registros. Ainda, observamos o índice de 116 não respostas, valor não adicionado ao cálculo de produtividade.

Ao somar os itens validados como registros à questão 181 do QSL às não respostas e procedermos ao cálculo de porcentagem, obtivemos como resultado os números ilustrados por meio do Gráfico 4:

Gráfico 4: Produtividade geral - respostas e não respostas à questão 181 do QSL



Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB pela autora.

No universo geral de 1045 registros e não respostas, foram registradas 929 ocorrências, totalizando taxa de 88,90% respostas; as 116 não respostas resultaram no índice de 11,10% abstenções. Ao cotejarmos esses percentuais aos resultados obtidos nas análises anteriores, quanto aos registros para as questões 179 e 180 do QSL, verificamos que o índice de não respostas é bem mais baixo, o que evidencia uma familiaridade maior com este alimento e suas denominações.

Focalizando o número de dados obtidos por Região, iniciamos pelo Norte considerando os registros expostos na Figura 28. Foram obtidos 108 registros, sendo 99,07%% das respostas válidas<sup>86</sup>.

Figura 28: Produtividade geral para a questão 181 QSL (*canjica/ mugunzá*) na Região Norte

Número da questão: 181

Questão COMO SE CHAMA AQUELE ALIMENTO FEITO COM GRÃOS DE MILHO BRANCO, COCO E CANELA?

Variantes	Número de ocorrências	%
mugunzá	60	55.56%
mingau/ mingau de milho	25	23.15%
canjica	13	12.04%
chá de burro	8	7.41%
canjicão	1	0.93%
não resposta	1	0.93%
	108	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

Na Região Norte, a variante *mugunzá* foi a forma mais produtiva, com 60 registros, perfazendo 55,56% dos dados. *Mingau/mingau de milho* foi a segunda forma, com 25 ocorrências, sendo 23,15% do total; *canjica* totalizou 13, sendo 12,04%; *chá de burro* contabilizou oito, representando 7,41%; *canjicão*, com apenas uma resposta, computou 0,93% da taxa de ocorrências. Foi verificada apenas uma não resposta, representando 0,93% do total.

Os dados referentes à Região Nordeste estão expostos na Figura 29. Foram documentados 297 registros, representando 88,66% de respostas válidas<sup>87</sup>.

<sup>86</sup> Foram verificados problemas técnicos em duas entrevistas.

<sup>87</sup> Nove entrevistas apresentaram problemas técnicos.

Figura 29: Produtividade geral para a questão 181 QSL (*canjica/ mugunzá*) na Região Nordeste

Número da questão: 181

Questão COMO SE CHAMA AQUELE ALIMENTO FEITO COM GRÃOS DE MILHO BRANCO, COCO E CANELA?

Variantes	Número de ocorrências	%
mugunzá	188	56.12%
canjica	45	13.43%
chá de burro	41	12.24%
não resposta	38	11.34%
mingau/ mingau de milho	15	4.48%
mingau maranhense	5	1.49%
ui-ui	3	0.90%
	<b>335</b>	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

Na Região Nordeste, dentre as 335 respostas e abstenções, foram obtidos 188 registros para *mugunzá*, representando 56, 12% dos dados, novamente, a forma mais representativa, assim como ocorreu na Região Norte. *Canjica*, com 45 ocorrências, totalizou 13,43% dos dados; *chá de burro*, com 41, 12,24%; *mingau/ mingau de milho*, com 15 registros, atingiu 4,48%; *mingau maranhense*, com cinco, perfaz 1,49% e *ui-ui* contabilizou apenas três registros, representando 0,90% do total. Ainda, houve 38 não respostas, contabilizando 11,34%.

Para a análise dos dados referentes à Região Centro-Oeste, elaboramos a Tabela documentada na Figura 30. Foram obtidos 97 registros, representando 93,27% de respostas válidas<sup>88</sup>.

Figura 30: Produtividade geral para a questão 181 QSL (*canjica/ mugunzá*) na Região Centro-Oeste

Número da questão: 181

Questão COMO SE CHAMA AQUELE ALIMENTO FEITO COM GRÃOS DE MILHO BRANCO, COCO E CANELA?

Variantes	Número de ocorrências	%
canjica	84	80.77%
canjicada	11	10.58%
não resposta	7	6.73%
mugunzá	1	0.96%
chá de burro	1	0.96%
	<b>104</b>	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

<sup>88</sup> Apenas uma entrevista apresentou problemas técnicos.

Considerando-se as 104 ocorrências e abstenções registradas na Região Centro-Oeste, organizadas na Figura 29, *canjica* foi a forma mais produtiva, com 84 registros, perfazendo 80,77% do total, panorama diferente do observado na Região Norte e Nordeste. *Canjicada* obteve 11 ocorrências, representando 10,58% dos dados; *mugunzá* e *chá de burro* obtiveram apenas uma resposta, totalizando 0,96% cada. Foram verificadas sete não respostas, sendo 6,73%.

Para a análise dos dados referentes à Região Sudeste, elaboramos a Tabela da Figura 31. Foram documentados 299 registros, representando 91,72% de respostas válidas<sup>89</sup>.

Figura 31: Produtividade geral para a questão 181 QSL (*canjica/ mugunzá*) na Região Sudeste

Número da questão: 181

Questão COMO SE CHAMA AQUELE ALIMENTO FEITO COM GRÃOS DE MILHO BRANCO, COCO E CANELA?

Variantes	Número de ocorrências	%
canjica	266	81.60%
não resposta	27	8.28%
canjicão	23	7.06%
canjicada	8	2.45%
mugunzá	1	0.31%
mingau/ mingau de milho	1	0.31%
	326	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

Na Região Sudeste, registramos 326 respostas e não respostas, sendo *canjica* a forma mais produtiva, totalizando 266 ocorrências, com 81,60%; *canjicão*, com 23 registros, totalizando 7,06%; *canjicada*, com oito ocorrências, ou 2,45%; *mugunzá* e *mingau/ mingau de milho*, uma ocorrência, com 0,31% da totalidade, cada um. Ainda, foram verificadas 27 não respostas à questão, perfazendo o índice de 8,28%.

Procedemos à análise dos dados referentes à Região Sul de acordo com a Figura 32<sup>90</sup>.

<sup>89</sup> Duas entrevistas apresentaram problemas técnicos.

<sup>90</sup> Foram verificados problemas técnicos em quatro entrevistas

Figura 32: Produtividade geral para a questão 181 QSL (*canjica/ mugunzá*) na Região Sul

Número da questão: 181

Questão COMO SE CHAMA AQUELE ALIMENTO FEITO COM GRÃOS DE MILHO BRANCO, COCO E CANELA?

Variantes	Número de ocorrências	%
canjica	129	75.00%
não resposta	43	25.00%
	172	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

Na Região Sul, foram levantados 172 dados juntamente com as não respostas (Figura 31). *Canjica* é a única variante, com 129 registros, e 75% dos dados. As não respostas, em número de 43, representam 25% da totalidade, índice numérico bem elevado, se comparado ao apresentado ao relatório quantitativo das outras regiões.

A partir da leitura da Carta CD1/181 (Vol. 2), é possível visualizar a distribuição espacial das formas linguísticas que recobrem o conceito para o *alimento feito com grãos de milho branco, coco e canela*, na Região Norte. Com maior índice de produtividade, a variante *mugunzá* contempla grande área da região investigada, notadamente, as localidades banhadas pelo rio Amazonas e seus afluentes. Pressupomos que se trata de uma variante da fala nordestina que pode ter adentrado a região seguindo uma rota dos migrantes sertanejos, durante o ciclo da borracha, conforme expusemos no Capítulo 1.

A ampla rede fluvial navegável, composta principalmente pelo Solimões-Amazonas, representou um facilitador para o trânsito e escoamento de produtos, ressalta Ribeiro (2006, p. 278). A partir de 1840, por intermédio da iniciativa de alguns empresários belenenses, investidores propuseram o desenvolvimento da navegação a vapor, nos rios Amazonas, Solimões, Tocantins, Negro e seus afluentes, a fim de facilitar o escoamento de produtos, além de integrar a Região Norte (GREGÓRIO, 2008, p. 20). Em 1852, foi inaugurada, por Irineu Evangelista de Sousa, a primeira Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas, incentivando o progresso na região. Em 1866, a empresa cedeu o privilégio facilitando a abertura da navegação internacional nos rios Amazonas, Tocantins, Tapajós e Negro e São Francisco (VIANNA, 1957). A respeito da relação entre os rios e a disseminação de hábitos linguísticos, comenta Isquierdo (2009, p. 43) que muitos portos de

ancoragem deram origem a aglomerados humanos e cidades, nos quais se perpetuaram hábitos linguísticos e culturais.

Outra variante representativa registrada em localidades nortistas foi *mingau de milho*, distribuindo-se em uma área delimitada por isoléxica nos pontos de inquérito próximos ao litoral, como forma hegemônica em respostas obtidas em 01 - Oiapoque e na capital 02 - Macapá, amapaenses, e em 12 - Belém, 09 - Soure e 13 - Bragança, avançando para 11 - Almeirim e 14 - Altamira, pontos paraenses, tendo sido obtida de modo mais esparso em 21 - Porto Velho e 22 - Guajará-Mirim, localidades rondonienses.

Observando, ainda, a Carta CD1/181, verificamos que *canjica* foi documentada a partir da Região Centro-Oeste, Sudeste e Sul, até 17 - Conceição do Araguaia, paraense, e 23 - Pedro Afonso e 24 - Natividade, tocantinenses, com ocorrência também na capital rondoniense. *Chá de burro*, por sua vez, foi registrada em 14 - Altamira, 16 - Jacareacanga, 17 - Conceição do Araguaia e 18 - Itaituba, pontos paraenses, e em 23 - Pedro Afonso, tocantinense. Uma abstenção foi verificada no ponto 5 - Tefé, pelo informante do sexo masculino, faixa I, que alegou desconhecer o referente.

A Carta CD2/181, Vol. 2 mostra a distribuição diatópica das variantes que recobrem o conceito expresso na questão 181 do QSL, na Região Nordeste, apresentando um panorama geolinguístico polimórfico. A arealização da variante mais produtiva, *mugunzá*, adentra o interior a partir de localidades situadas no litoral, sendo delimitada por uma isoléxica. De fato, consoante exposto no Capítulo 1, no processo de irradiação humana nordestina, cooperaram as criações de gado, margeando os rios, desbravando o sertão, em sentido litoral-continente, em áreas açucareiras, tendo como centro irradiador Pernambuco e Bahia (PRADO JUNIOR, 2008). *Canjica* forma outra área margeada por isoléxica, a partir de áreas baianas próximas de Minas Gerais, chegando ao Piauí e Maranhão, tendo ainda sido registrada em localidades não contíguas: 27 - Brejo e 31 - São João dos Patos, maranhenses; 42 - Ipu, cearense, e 57 - Cajazeiras, em terras paraibanas. *Chá de burro*, variante registrada em localidades nordestinas litorâneas mais dispersas e na porção leste da Bahia, forma áreas contornadas por isoléxica em pontos maranhenses, piauienses e cearenses. *Mingau de milho*, registrado em inquéritos levados a cabo no noroeste maranhense, integra-se em uma área delimitada por isoléxica direcionando-se à Região Norte. Embora receba o adjetivo gentílico

“maranhense”, o *mingau maranhense*, registrado em 36 - Picos e em 34 - Teresina, apareceu apenas em localidades piauienses. *Ui-ui*, menos frequente, foi obtida em 75 - Santana do Ipanema e 76 - Arapiraca, alagoanas. Trata-se de duas formas linguísticas regionais menos produtivas e mais restritas aos locais onde foram documentadas, que carecem de mais estudos, para examinar sua vitalidade. As não respostas foram verificadas majoritariamente em localidades no norte baiano, estendendo-se ao interior pernambucano, paraibano, potiguar até alcançar o litoral e interior cearense, além de outros locais mais espaçados.

Nas Cartas lexicais CD3/181, CD4/181 e CD5/181 (Vol. 2), referentes às Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, outro panorama geolinguístico se apresenta. *Canjica*, como forma predominante, foi registrada na maioria das localidades. *Mugunzá* obteve um registro no ponto mato-grossense 103 - Aripuanã, e *chá de burro* no ponto 104 - São Félix do Araguaia, também situado em Mato Grosso. Conforme observamos na Carta CD3/181, Vol. 2, no Centro-Oeste, verificamos algumas abstenções, entre informantes residentes nos pontos 104 - São Félix do Araguaia, 108 - Cuiabá e 110 - Cáceres, mato-grossenses; em 117 - Ponta Porã, sul-mato-grossense, e nos pontos 123 – Goiânia e 124 – Jataí, goianos.

A forma lexical *canjica* (Carta CD4/181, Vol. 2) foi hegemônica em praticamente todas as localidades da Região Sudeste, excetuando-se o ponto paulista 186 – Registro, onde foram registrados ainda *mingau de milho* e *mugunzá*. Algumas abstenções esparsas foram verificadas na região.

Os dados da Região Sul expostos na Carta CD5/181 (Vol. 2), mostram *canjica* como a variante hegemônica. A inclusão de outras variantes, tais como *canjicão* e *canjicada*, bem como sua distribuição diatópica, foi comentada por meio de excertos da fala dos informantes. A elevada taxa de não respostas oferece um indicativo de diferenças de costumes, reforçada pela fala dos informantes, em trechos discutidos no decorrer desta análise.

A partir da leitura da Carta CAG1/181, Vol. 2, podemos observar a arealidade da variante *canjica*, a forma mais produtiva e disseminada em grande parte do espaço territorial do centro-sul brasileiro, configurando-se uma norma regional para o referente em tela. Abrange, desse modo, toda a área do subfalar sulista, mineiro, fluminense, o denominado Território Incaracterístico e parte do subfalar baiano, nordestino e amazônico (NASCENTES, 1953). A região cultural da zona de mineração no Planalto, o Centro-Oeste, a área de colonização estrangeira,



Araguaia (TO). Ao contrastar esses resultados aos do ALiB, observamos que *canjica* é, de fato, a forma mais característica na área em pauta. *Mugunzá*, no ALTTI, foi registrada em Guajará-Mirim (RO) e Aripuanã (MT), pontos não contíguos, e *mingau de milho* foi documentada somente em Guajará-Mirim (RO). O registro das variantes *mugunzá* e *mingau de milho* em Guajará-Mirim confirmam os dados do ALiB que demonstram a existência de variadas denominações para o prato nessa localidade, marcada por seu hibridismo linguístico, característica do mosaico cultural resultante do processo de formação humana em Rondônia (AMARAL, 2012). Caracterizou-se pela presença de bandeirantes, em busca de ouro e drogas do sertão (especiarias), que estimularam o uso de mão de obra escrava. No século XIX, o primeiro ciclo da borracha e a construção da estrada de Ferro Madeira-Mamoré, impulsionou a ida de nordestinos, oriundos dos Estados tangidos pela seca (1877). Para a construção da ferrovia, vieram migrantes e imigrantes provenientes de vários países (antilhanos, barbadianos, brasileiros, chineses, cubanos, granadenses, espanhóis, indianos, italianos, libaneses, mexicanos, norte-americanos, noruegueses, poloneses, portariquenhos, poloneses, portugueses, russos, sírios e tobaguenses). Muitos migraram do Paraná, Mato Grosso, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. Outro empreendimento que impulsionou a migração foram as construções de hidrelétricas no rio Madeira, no início dos anos 2000<sup>91</sup>.

A respeito da distribuição das formas, a pesquisadora comentou: “A carta 072 – *canjica* – contém a variante *mingau de milho* e *mugunzá* (variante nordestina) em RO1 [Guajará-Mirim] e em MT1 [Aripuanã] e *canjica* no restante da área estudada” (CUBA, 2015, p. 204). Com efeito, a respeito da transferência de marcas de influência intercultural e linguística na fala, comentam Cuba e Isquierdo (2009, p. 146):

O homem, ao migrar de um local a outro, transporta consigo seus conhecimentos e sua linguagem. Interagindo com indivíduos de culturas diferentes, os integrantes de uma comunidade externam sua concepção de mundo e, concomitantemente, assumem as características pertencentes a outros grupos e a outras culturas.

---

<sup>91</sup> Fonte: Portal do Governo do Estado de Rondônia. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/ciclos-migratorios-fazem-parte-da-historia-dos-34-anos-de-rondonia-conheca/>. Acesso em: 20 já. 2019.

Ao migrarem para a região em pauta, muitos falantes nordestinos, bem como os nortistas, carregaram consigo sua cultura e sua linguagem, transparecida por meio dos designativos repertoriados em sua fala.

Quanto à inserção em obras lexicográficas, importa salientar que, segundo Houaiss; Vilar (2009), *canjica*, tida como sinônimo para *munguzá*, apresenta classificação de marcas de uso como regionalismo do Sul do Brasil, Minas Gerais e Centro-Oeste do Brasil. Ferreira (2010) documenta apenas como do Sul e Centro-Oeste. Beurepaire-Rohan (1889, p. 68) amplia sua abrangência, para “*R. de Jan., S. Paulo, Paraná, Sta. Catarina, R. Gr. Do S., Minas-Gerais, Goiás, Mat.-Gros.*”. Em vista disso, com efeito, constatamos a presença de *canjica*, para nomear o conceito expresso na questão 181, consoante os dados do ALiB, abrangendo a área mais extensa do que a documentada por Beurepaire-Rohan (1889), ampliando-se ainda em direção às adjacências, rumo ao interior baiano, piauiense, maranhense, paraense, amazonense e rondoniense. É sabido que a expansão do fato linguístico não se limita a fronteiras políticas (COSERIU, 1987), desse modo, a área de abrangência da variante se expandiu para além dos limites expostos pelo lexicógrafo. Quanto ao étimo, Silva (1813) conjectura a respeito da origem asiática; Costa (1976) critica a classificação etimológica enquanto africana ou asiática, defendendo-a como indígena; Amaral (1982), na entrada *cangica*, salienta a possível procedência indígena ou oriental; Cunha (2010, p.122) concorda quanto à possível etimologia oriental, como, provavelmente, do malaiala *kānji* ‘arroz com água’ e, por extensão de sentido, papa feita com milho.

Comparando a distribuição espacial para *canjica* (Carta CAG1/181, Vol. 2), estabelecemos outra área linguística, onde *mugunzá* predomina em uma área abrangida por uma isoléxica que engloba grande parte da Região Norte (Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia, atingindo o Pará) estendendo-se para a porção noroeste de Mato Grosso, e outra, no Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe e em grande parte da Bahia, sentido litoral-interior, e norte do Piauí), além de uma incidência no estado paulista (Carta CAG2/181, Vol. 2). Configura-se como uma variante lexical regional, registrada nomeadamente nas áreas dos subfalares amazônico, nordestino e baiano, com pequena expressão no antigo Território Incaracterístico (NASCENTES, 1953); nas regiões culturais denominadas Amazônica, do Nordeste Agrário, Nordeste

Mediterrâneo Pastoril e região do sal (DIÉGUES JUNIOR, 1960), no Brasil caboclo e no Brasil sertanejo, de Ribeiro (2006).

Beaurepaire-Rohan (1889, p. 169), ao registrar a entrada *mungunzá*, explica tratar-se de uma denominação de origem africana, empregada na Bahia, Pernambuco e outras “Províncias do Norte, assim como Ferreira (2010), seria um brasileirismo do Norte e Nordeste; no Aulete [s/d] é classificada como brasileirismo. Possivelmente, essa forma tenha se propagado com o adentramento populacional a partir do litoral ao interior nordestino, junto aos desbravadores sertanejos, que seguiam a rota da criação de gado. Com o advento da indústria da borracha, muitos nordestinos migraram para a Região Norte, para áreas de extração próximas aos rios, consoante explorado no Capítulo 1. A variante possui etimologia africana, conforme Costa (1976), Houaiss; Villar (2009), Cunha (2010), Ferreira (2010), Aulete [s/d]. Ainda, Houaiss; Villar (2009) documentam como sinônimos/ variantes, na palavra-entrada *munguzá*, as formas lexicais: *canjica*, *chá de burro*, *manguzá*, *mucunzá*, *mugunzá*, *mungunzá*. Na entrada *mungunzá*, Castro (2005, p. 293), por seu turno, registra sua etimologia como do quimbundo *mugunza*.

O contraste da distribuição espacial da variante *chá de burro* com a forma lexical *canjica*, sugere uma norma lexical regional, situada em localidades esparsas no litoral nordestino, e em uma área contígua, abrangida por uma isoléxica, desde o litoral do Ceará, Piauí e Maranhão, rumo ao interior do Tocantins, norte mato-grossense, centro-sul paraense e sudeste amazônico (Carta CAG3/181, Vol. 2). Abrange trechos litorâneos do subfalar baiano, porção do litoral e interior do subfalar nordestino e parte do subfalar amazônico e do antigo Território Incaracterístico (NASCENTES, 1953); a região cacauqueira, o Nordeste Agrário e o mediterrâneo pastoril, além da Amazônia, de Diégues Junior (1960); a área cultural crioula, de implantação da economia açucareira, do Rio Grande do Norte até a Bahia e o Brasil caboclo (RIBEIRO, 2006, p. 251).

Alguns informantes, como a alagoinhense, do sexo feminino, faixa II, explicam tratar-se de uma forma mais antiga: “Che... antigamente, chamava chá de burro” (Inf. 88 – Alagoinhas – BA).

Dentre as obras lexicográficas consultadas, apenas Ortêncio (1983), Aulete [s/d] e Ferreira (2010) documentam a variante. *Chá de burro* é descrita como uma “canjica, feita sem leite”, segundo Ortêncio (1983, p. 106), e como sinônimo para “munguzá”, consoante o Aulete [s/d] e Ferreira (2010). Houaiss; Vilar (2009) apenas

registram-na como variante para *mugunzá*, em informação contida na entrada *munguzá*. Ferreira (2010) ainda registra a marca de uso: Nordeste.

*Mingau de milho*, outra variante lexical regional (Carta CAG4/181, Vol. 2), foi registrada em dois trechos circunscritos por isoléxica: em áreas próximas à faixa litorânea do Amapá, onde possui maior vitalidade, prolongando-se do Pará até o Maranhão, e em outra porção do Amazonas e Rondônia, sendo a área do subfalar Amazônico e um trecho do outrora Território Incaracterístico (NASCENTES, 1953); na região cultural situada a nordeste e sudoeste da região cultural da Amazônia (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e área do Brasil caboclo (RIBEIRO, 2006).

Quanto à inserção em obras lexicográficas, apresenta etimologia do tupi *min,a'u* (CUNHA, 2010, p. 428), sendo documentada na entrada *mingau*. Ainda, conforme Beurepaire-Rohan (1889, p. 162), trata-se de vocábulo de origem tupi e guarani e termo usual no Pará, relacionando às papas feitas de farinha de trigo. Ao comentar os referentes de linguagem familiar de base indígena que foram incorporados ao português brasileiro, Silva Neto (1960a, p. 270) explica: “mingau (papa feita de várias féculas, grãos e outras substâncias)”.

Outras pesquisas confirmam o registro do item em regiões do Pará e Amapá. Nas pesquisas sobre as variantes *mugunzá* e *mingau*, no site do Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português, obtivemos um mapa com a distribuição espacial para as formas linguísticas, segundo os semas contidos na questão 181.

Figura 34: Mapeamento das variantes *mungunzá* e *mingau*, no banco de dados do *Atlas Geossociolinguístico Quilombola do Nordeste do Pará*, de Marcelo Pires Dias (2015).

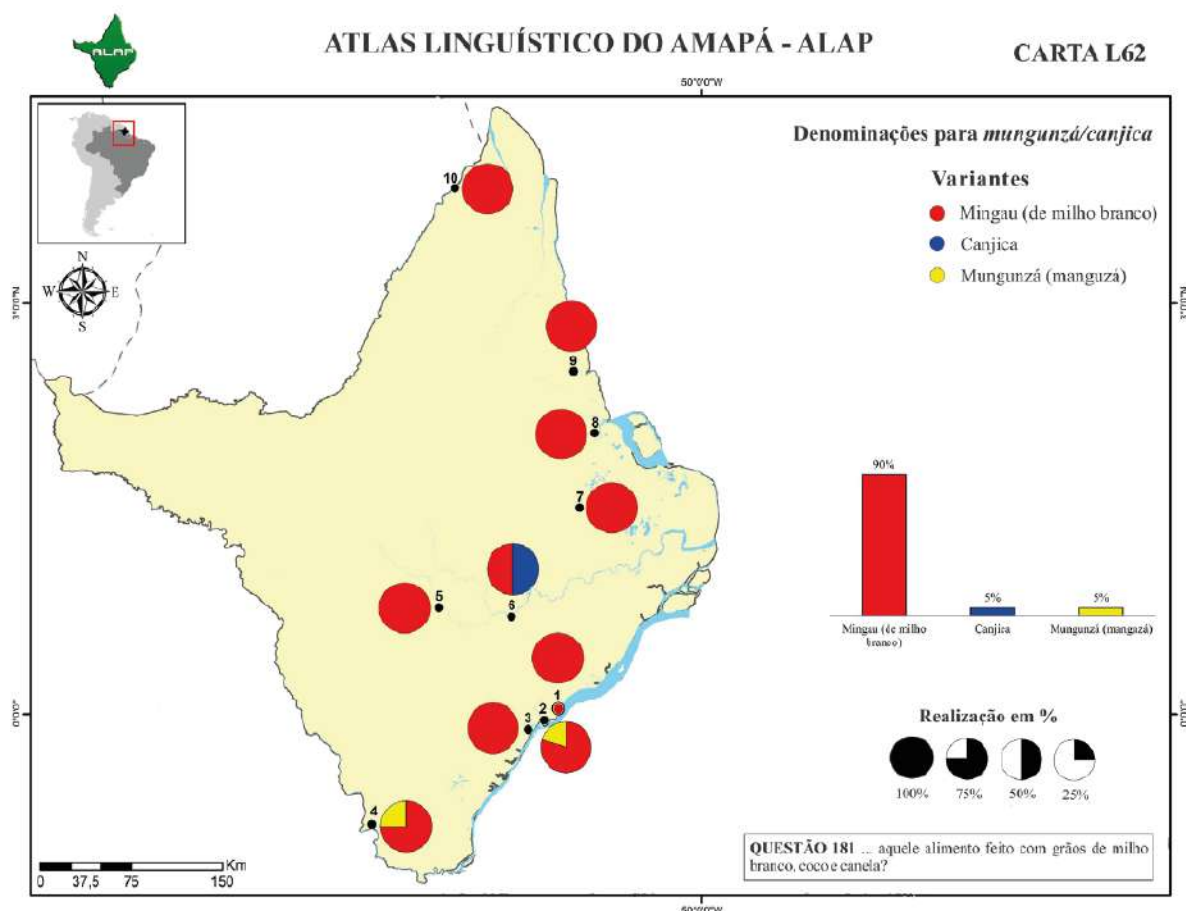


Fonte: *site* do Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português. Disponível em: <http://ilg.usc.es/Tesouro/pt/>. Acesso em: 17 fev. 2018.

O mapeamento apresenta o banco de dados do *Atlas Geossociolinguístico Quilombola do Nordeste do Pará*, de Marcelo Pires Dias (2015), quanto ao registro das variantes *mungunzá* e *mingau* no nordeste paraense, reforçando a vitalidade da distribuição diatópica dessas formas. De fato, o *Atlas Linguístico do Amapá* (RAZKY *et al.*, 2017, p. 196) documenta, como forma mais produtiva em seus dez pontos de inquérito<sup>92</sup>, a variante *mingau* (*de milho branco*), perfazendo 90% das ocorrências, sendo hegemônica em Macapá, Mazagão, Pedra Branca do Amapari, Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene, Oiapoque, enquanto *canjica* e *mungunzá* foram contempladas com apenas o percentual de 5% dos registros, cada uma, conforme a Figura 35.

<sup>92</sup> Os pontos de inquérito do ALAP (2017) são: 1- Macapá, 2 – Santana, 3 – Mazagão, 4 – Laranjal do Jari, 5 – Pedra Branca do Amapari, 6 - Porto Grande, 7 – Tartarugalzinho, 8 – Amapá, 9 – Calçoene, 10 – Oiapoque.

Figura 35: Carta linguística L62 do ALAP (2017)



Fonte: Atlas Linguístico do Amapá (RAZKY et. al., 2017).

Desse modo, o ALAP estreita a rede de pontos amapaenses, confirmando o que os dados do ALiB<sup>93</sup> indicavam: a predominância da forma lexical *mingau de milho* nessa área linguística.

As variantes *mingau maranhense* e *ui-ui* (Cartas CAG5/181 e CAG6/181, Vol. 2) não estão documentadas nas obras lexicográficas consultadas. Salientamos a necessidade de estudos complementares nessas regiões piauienses e alagoanas para averiguar a área de extensão do fato linguístico a partir de novos pontos de inquérito. *Mingau maranhense* integra-se em uma área circunscrita por isoléxica em pontos localizados no Piauí, em pequena porção do subfalar nordestino (NASCENTES, 1953), região cultural do Nordeste mediterrâneo pastoril (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e o Brasil sertanejo de Ribeiro (2006). *Ui-ui*, documentada no interior

<sup>93</sup> O ALiB estabeleceu apenas dois pontos no Amapá: Oiapoque e a capital Macapá.

alagoano<sup>94</sup>, também no trecho do subfalar nordestino (NASCENTES, 1953) e no Nordeste mediterrâneo pastoril (DIÉGUES JUNIOR, 1960), e Brasil crioulo, área de implantação de antiga economia açucareira (RIBEIRO, 2006).

No conjunto de dados examinados, é necessário discorrer a respeito das razões que motivaram a inclusão das variantes *canjicão* e *canjicada*, nas Cartas CAG7/181 e CAG8/181 (Vol. 2), em uma análise à parte. Caso sejam interpretados os excertos de fala dos informantes, as formas lexicais dizem respeito à quantidade de *canjica* produzida e, por isso, alguns empregam a designação *canjicão*. Com a adição de amendoim à receita, em algumas localidades, o referente passa a denominar-se *canjicada*. Os traços semânticos “quantidade” ou “amendoim como ingrediente” não fazem parte da formulação original inserida *caput* da questão 181 do QSL, por isso, a apuração da vitalidade das duas formas linguísticas foi efetivada ao final.

Foram gerados os mapas considerando a contiguidade areal das respostas dos informantes, indicando áreas delimitadas por isoléxicas. A forma linguística *canjicão*, segundo relato de alguns informantes capixabas, refere-se à grande quantidade da receita que é preparada. Foi uma denominação elicitada em pontos contíguos localizados em Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, tendo sido registrada por um falante paraense, na área do subfalar mineiro e fluminense, e em um trecho do subfalar amazônico (NASCENTES, 1953); na área cultural cafeeira, do sal e mineração, e uma porção da amazônia (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil caipira e Brasil caboclo (RIBEIRO, 2006). A variante não consta dos dicionários pesquisados.

Em alguns excertos da fala dos informantes, o preparo, a quantidade da iguaria e os ingredientes variam conforme os costumes locais. A título de exemplificação, *canjicão* refere-se à quantidade; o milho, ingrediente principal, pode ser branco ou amarelo, conforme comenta a informante mateense, do sexo feminino, faixa II:

---

<sup>94</sup> A título de curiosidade, após um passeio pela rede, descobrimos que circula na *internet* uma letra de música de uma banda sergipana, denominada Sulanca (que intenta valorizar a diversidade cultural sergipana e a música folclórica) e faz referência a essa variante (“chora menino, pra comprá *ui-ui*, chora menino, pro teu pai lhe dar”). Fonte: <https://soundcloud.com/sulanca>. A outra fonte é um vídeo, em que um homem idoso, conhecido por “Ui-ui do mugunzá”, vende *ui-ui* na cidade de Penedo – AL, em um carrinho de mão com som. Ele diz ser autor da música ([...] chora menininho pra comê *ui-ui*, chora menininho pro teu pai comprá/ chora menininho pra comê *ui-ui/ ui-ui-ui* é gostosinho, tá na hora de papá/ é *ui-uiui*, é *ai-ai*, pra vim comê *ui-ui*, precisa de dinheiro do teu pai [...]). Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ZHJBNUGOeHQ>.

INF.- A *canjica*, né.

INQ.- Uhun. Às vezes bota até amendoim.

INF.- É, é, o *canjicão*, né. Que dá o nome.

INQ.- *Canjica* e *canjicão*...

INF.- É a mesma coisa.

INQ.- Usa mais o quê?

INF.- É, o... A gente usa aqui dá o nome de *canjicão*. *Canjicão* qué dizê, porque às vezes você bota... é... você bo, é bastante, é quantidade. *Canjicão* porque é mais quantidade, né. Mais é... propriado isso, nós conhecemo é a *canjica*. É a *canjica* do milho branco e a *canjica* do milho vermelho. Amarelo, quer dizer. Com coco, leite, cravo, canela, né.

Inf. 189 – São Mateus - ES (sexo feminino, faixa II)

Ainda, segundo a informante, a forma mais apropriada seria a designação *canjica*.

*Canjicada* foi obtida na fala de informantes mineiros, goianos, mato-grossenses e sul-mato-grossenses, circunscrita por isoléxica, além de ponto situado entre a fronteira paulista e a mineira. Foi documentada na área do subfalar sulista (NASCENTES, 1953), na região cultural cafeeira e do Centro-Oeste (DIÉGUES JUNIOR, 1960), e nos Brasil caipira e Brasil sertanejo (RIBEIRO, 2006).

O item lexical está registrado por Aulete [s/d], Houaiss; Vilar (2009) e Ferreira (2010) como uma ceia servida durante festas juninas, em que a *canjica* é prato principal. Ortêncio (1983, p. 80), por sua vez, define o item lexical: “V. Citação: “*canjicada: canjica. Amendoim, Leite. Açúcar e canela. Cozinha-se a canjica...*”. Como revelam alguns informantes, em algumas localidades, a inserção de mais um ingrediente, como o amendoim, modifica a denominação da iguaria, a *canjica* passa a ser designada *canjicada*, conforme expresso pelo informante campina-verdense, do sexo masculino, faixa II e no trecho de transcrição do inquérito com o informante araguaiano, do sexo masculino, faixa I:

INF.- *Canjica*.

INQ.- Isso como que é, o senhor sabe preparar?

INF.- A *canjica*? A *canjica* já é o mio seco, né, a senhora põe no, quer dizê tem no mercado pra comprá, mais se quis é prepará em casa, na fazenda, a senhora soca o mio, né, aí ele quebra bem quebradim, põe, tira a casca dele igual tirá do minduim e põe lá no fogo pra secá, ele seca, a senhora põe no fogo, aí põe leite e põe açúcar aí chama *canjicada*, mais a própria *canjicada* memo se quisé pô amendoim põe tamém e é gostoso, né, a *canjicada*.

INQ.- Pode ser *canjica* ou *canjicada*? Tanto faz?

INF.- A *canjica* é só o mio (= milho), *canjicada* é os dois.

INQ.- Ah tá?!!

INF.- *Canjica* é do mio, *canjicada* é os dois. Entendeu?

INQ.- Com o amendoim já chama *canjicada*.

INF.- É, mais se for só o coiso é *canjica*.

INQ.- O amendoim... só o... milho.

INF.- Só o milho é *canjica*. Agora tem uns que come mio (= milho) com açúcar, tem uns que come cum poquinho de sal, daí é a gosto, põe leite, daí é *canjica*, agora se mistura o amendoim, minha fia, é *canjicada*.

Inf. 137 – Campina Verde - MG (sexo masculino, faixa II)

INF.- *Canjica*.

INQ.- Tem outro nome?

INF.- *Canjicada*, que põe amendoim.

INQ.- Ah tá, põe amendoim fica *canjicada*?

INF.- É.

INQ.- Só, a diferença é o amendoim?

INF.- É.

Inf. 111 – Alto Araguaia - MT (sexo masculino, faixa I)

Vale notar que a incidência de não respostas desempenha um papel sinalizador da cultura regional. Foram consideradas como não respostas os casos em que os informantes desconheciam o “alimento feito com grãos de milho branco, coco e canela” e também os casos em que foram registradas receitas cujos traços semânticos não condiziam com a descrição do referente em pauta, como no exemplo a seguir, no qual a informante chuiense, do sexo feminino, faixa I, comenta conhecer uma receita diferente para o referente, apenas com a adição de açúcar:

INQ.- O que vocês comem aqui com o milho?

INF.- O milho, só o milho. [...]

INQ.- *Canjica*?

INF.- *Canjica* sim.

INQ.- *Canjica* sim.

INF.- Sim.

INQ.- Como é que você faz *canjica*?

INF.- Cozinha na panela de pressão, né, tem gente que coloca o bicarbonato para não ficar muito dura e bota ...pra ela não ficar dura, e coloca o açúcar depois que ela tá cozida.

INQ.- E come com mais alguma coisa além de, dela e o açúcar?

INF.- Eu comia, né, porque agora eu já não tenho comido muito. Mas eu comia só com açúcar.

INQ.- Só com açúcar. Bolo de milho...

INF.- Só. Não.

INQ.- Pamonha?

INF.- Não.

INQ.- Você sabe o que que é pamonha?

INF.- Já ouvi na tevê. Nunca comi.

INQ.- E nunca... Aqui então vocês não fazem essas coisas com milho, né?

INF.- Não, com milho não.

Inf. 250 – Chuí - RS (sexo feminino, faixa I)

Registramos, também, a recorrência de *canjica* e *mugunzá* como um prato salgado e não doce. Alguns informantes revelaram a preferência pela *canjica* salgada, com charque, em um costume antigo, documentado por alguns informantes gaúchos:

INF.- Ah, *canjica*.

INQ.- Isso, é assim mesmo que prepara?

INF.- A *canjica* se bota fervê, bota fervê por... quarenta minuto que é o mínimo, e aí se bota a carne.

INQ.- Não, mas é doce essa que eu estou falando.

INF.- Ah, ma, mas... a doce é... se bota com leite. E... não, poquinho, muito poquinho açúcar, uma colher de açúcar. E fazem lá... mas a *canjica* não embucha, *canjica* é a coisa, das coisa pior que eu comi e bem feitas... que eu comia meia dúzia de grão e depois eu tomava o caldo porque embucha, não sei porque existia a *canjica*, mas se faz com sal também. Se bota, quando há crise se faz *canjica* com, que é a ma..deve a coisa mais barata que se tem nas venda, não sei se... e fazem uma *canjica* que embucha a pessoa. A senhora come duas ou três colher e bota um pedacinho de charque caseiro, charque caseiro e não precisa nem botar sal. Ah fica lindíssimo. Melhor com sal do que com açúcar.

INQ.- Olha só, na nossa região a gente come com açúcar.

INF.- Ah sim, aqui é... porque aqui não se vê falá em *canjica*, tô te falando coisa de quarenta anos atrás, cinquenta. E algumas famílias da campanha. Depois que veio essa gurizada nova aí, só querem do bom e do melhor.

Inf. 250 – Chuí - RS (sexo masculino, faixa II)

Destacamos, igualmente, o número expressivo de informantes cearenses que relatam o costume de preparar e degustar o *mugunzá* salgado, com feijão e, por vezes, misturado com charque ou mocotó. Dentre esses casos, enumeramos os inquéritos realizados em Canindé, ponto 43 (informantes 1,2 e 3), Crateús, pelo informante 044-3 e em Iguatu, ponto 49, em comentários pelos informantes 2, 3 e 4 e ilustramos com os trechos de entrevista:

[...]INQ.- Talvez aqui você conheça com feijão. Milho com feijão.

INF.- *Mucunzá*.

Inf. 043 – Canindé - CE (sexo masculino, faixa I)

INF.- Branco?

INQ.- Com coco e canela. Aqui ela não conhece, né.

INF.- Não.

INQ.- O que você conhece com feijão e mocotó? O milho, feijão e mocotó, como é que chama?

INF.- É *mucunzá*?

Inf. 049 – Iguatu - CE (sexo feminino, faixa I)

Diante do exposto, consideramos importante a interpretação dos dados a partir de trechos de fala dos informantes. Da mesma forma, o desconhecimento do prato em questão oferece indícios sobre os costumes locais, conforme se extraem dos comentários. A lacuna nas respostas, nesses casos, como abordado no Capítulo 5, revela que a descrição do alimento, na formulação da pergunta, causa estranhamento aos falantes por não fazer parte do hábito e comportamento cultural de sua comunidade ingerir *canjica* ou *mugunzá* doce, apenas a receita salgada.

A Carta CA1/181, Vol. 2, permite averiguar a distribuição espacial para o *mugunzá salgado*, registrado notadamente, no interior piauiense, cearense, e interior potiguar, paraibano e pernambucano, enquanto a *canjica salgada* foi documentada no interior baiano, em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Cotejando a arealização das formas linguísticas e a história econômica e social, verificamos que o charque, um dos ingredientes adicionados à receita da *canjica/mugunzá salgados*, com variações, conforme alguns relatos, apareceu no fim do século XVIII, e sua industrialização, no início do século XIX. Era realizado o aperfeiçoamento da produção de carne seca, técnica trazida ao Sul pelo cearense José Pinto Martins, após fugir da seca nordestina (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 321-324). Fausto (2013), por sua vez, salienta que a produção do charque era destinada aos consumidores pobres do Sul e Centro-Sul. Enquanto os criadores de gado situavam-se na região da Campanha, próxima da fronteira com o Uruguai, os charqueadores instalaram-se próximo ao litoral, nas áreas de lagoas, perto de Rio Grande e Pelotas. Possivelmente, os produtores do charque, ao fugirem da seca, trouxeram seu produto e sua receita, que se adaptou à denominação em uso local, passando do *mugunzá salgado* (Região nordestina) para a *canjica salgada* (Região Sul, Centro-Oeste e interior baiano).

Sobre a *canjica* preparada como prato salgado, extraímos a informação contida em dois vocabulários sul-rio-grandenses: Corrêa *et al.* (1964, p. 95) informa que “No Rio Grande do Sul, também se usa sem açúcar ou sem leite, ou pode o milho ser cozido com o charque)”, e “é usada, também, como comida de sal, cozida com charque” (NUNES; NUNES, 1996, p. 89). Desse modo, essas referências se mostraram importantes na elucidação de costumes regionais, fato constatado por meio do relato dos informantes registrado em pesquisas geolinguísticas.

Quanto às ocorrências de não respostas, ou abstenções, alguns informantes admitiram o desconhecimento em relação ao alimento, outros documentaram as

designações *canjica* ou *mugunzá*, como uma receita salgada a que, em geral, adiciona-se o charque, indicando provável influência da migração nordestina na Região Sul, além de formas de receitas diferentes, com apenas a adição de açúcar, registradas no Rio Grande do Sul.

De modo geral, as formas linguísticas documentadas atenderam aos critérios de composicionalidade e transparência semântica; algumas sequências, tais como *chá de burro* e *ui-ui*, foram categorizadas como sequências fixas, de sentido não transparente e *mingau maranhense*, sequência fixa, com sentido composicional (MEJRI, 1997).

A distribuição diatópica das formas linguísticas revelou que não há uma variante que represente uma norma lexical geral para o referente. Foram obtidas as formas lexicais regionais: *canjica*, *mugunzá*, *chá de burro* e *mingau de milho*. Conforme podemos observar por meio da leitura da carta CA2/181, Vol. 2, a distribuição areal da variante *canjica* abrange mais o Centro-Sul do País, com alguma produtividade no Maranhão e Piauí, enquanto *mugunzá*, segunda forma mais produtiva, foi registrada em uma grande porção nortista e em um trecho nordestino.

*Canjica* apresenta étimo controverso segundo as obras consultadas; consoante Silva (1813) e Cunha (2010), seria asiática, mas Amaral (1982) e Costa (1976), defendem a classificação etimológica enquanto indígena. Houaiss; Vilar (2009) classificam-na como regionalismo do Sul do Brasil, Minas Gerais e Centro-Oeste do Brasil, enquanto Beaurepaire-Rohan (1889, p. 68) ampliava sua área de registro para Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

A área de abrangência foi validada pelas obras lexicográficas, estendendo-se ainda rumo ao interior baiano, piauiense, maranhense, paraense, amazonense e rondoniense, conforme sinalizou a cartografia linguística. A variante regional possivelmente disseminou-se por ação dos bandeirantes paulistas (PRADO JUNIOR, 2008), (CASCUDO, 2011), abrangendo a área do subfalar sulista, mineiro, fluminense, o antigo Território Incaracterístico e parte do subfalar baiano, nordestino e amazônico (NASCENTES, 1953); a região cultural da zona de mineração no Planalto, o Centro-Oeste, a área de colonização estrangeira, a faixa do café, o extremo sul, a faixa industrial e a região do cacau e a da pesca (DIÉGUES JUNIOR, 1960), além do Brasil sertanejo, Brasil caipira e os Brasis sulinos de Ribeiro (2006).

*Mugunzá*, de etimologia africana, do quimbundo (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889), (COSTA, 1976), (CASTRO, 2005), (HOUAISS; VILLAR, 2009), (CUNHA, 2010), (FERREIRA, 2010), (CASCUDO, 2011), (AULETE, [s/d]), apresenta a classificação de marcas de uso. Conforme Beaurepaire-Rohan (1889) e Ferreira (2010), trata-se de forma documentada na Bahia, Pernambuco e em outros Estados nortistas, enquanto no Aulete [s/d] apresenta-se classificada como brasileirismo. É possível que essa variante tenha se propagado com os desbravadores sertanejos que seguiam a rota do gado, do litoral ao interior nordestino. Muitos desses trabalhadores nordestinos migraram para a Região Norte, para trabalhar na extração da borracha, instalando-se nas margens dos rios.

A distribuição espacial da variante regional forma duas áreas lexicais: uma no Norte (abrangendo o Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia, atingindo o Pará) integrando a porção noroeste de Mato Grosso, e outra no Nordeste (abarcando o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe e em grande parte da Bahia, sentido litoral-interior, e norte do Piauí), com um registro no Estado paulista. Foi documentada em áreas dos subfalares amazônico, nordestino e baiano, e em um trecho do antigo Território Incaracterístico (NASCENTES, 1953); nas regiões culturais Amazônica, do Nordeste Agrário, Nordeste Mediterrâneo Pastoril e região do sal (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil caboclo e no Brasil sertanejo, de Ribeiro (2006). *Chá de burro* foi documentado como palavra-entrada e conforme a aceção em tela somente no Aulete [s/d] e em Ferreira (2010). Este último apresenta a classificação de marca de uso como nordestina. Foi obtida na pesquisa geolinguística em área lexical delimitada por isoléxica no litoral cearense, no Piauí, Maranhão, interior tocantinense, norte mato-grossense, centro-sul paraense e sudeste amazônico, com vitalidade em áreas do subfalar baiano, subfalar nordestino, subfalar amazônico e do antigo Território Incaracterístico (NASCENTES, 1953); na região cacaueteira, o Nordeste Agrário e o mediterrâneo pastoril e Amazônia (DIÉGUES JUNIOR, 1960); na área cultural crioula, de implantação da economia açucareira, do Rio Grande do Norte até a Bahia e o Brasil caboclo (RIBEIRO, 2006), além de outros trechos mais esparsos. *Mingau de milho*, de etimologia do tupi (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889), (SILVA NETO, 1960a), (CUNHA, 2010), foi registrada em dois trechos: próximas à faixa litorânea do Amapá, atingindo o Pará e o Maranhão, e em outro fragmento situado no Amazonas e Rondônia; na área do subfalar Amazônico e porção do Território Incaracterístico (NASCENTES, 1953); na

região cultural da Amazônia (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e área do Brasil caboclo (RIBEIRO, 2006). *Mingau maranhense* e *ui-ui*, variantes com menor produtividade, carecem de mais estudos para atestar sua vitalidade. Ainda, foram registrados *canjicão* (não documentado em dicionários), definido pelos informantes como uma canjica produzida em grande quantidade e *canjicada*, registrada em Ortêncio (1983), como uma receita da canjica em que se adiciona amendoim.

#### 6.4 QUESTÃO 185 – BALA/BOMBOM

Figura 36: *Bala/bombom*



Fonte: **Sônia Moura**. Disponível em: <http://www.soniamoura.com.br/?p=275>. Acesso em: 22 ago. 2019.

##### 6.4. 1 Notas sobre a *bala*

Conforme informações veiculadas pelo *site* Alimento Seguro<sup>95</sup>, inicialmente, até o século XVII, o caramelo era preparado sem leite e vendido por donas de casa. Na Idade Média, esse tipo de bala já era consumido na Europa, mas somente pela nobreza, tendo em vista que o açúcar era um produto mais escasso e caro. A partir de 1800, o leite passou a ser ingrediente do doce e, em 1876, Milton Hershey passou a confeccionar e comercializá-las, caracterizando um tipo específico da guloseima.

---

<sup>95</sup> Mais informações no *site*: <http://www.alimentoseguro.com.br/post/104715939340/a-origem-do-caramelo>. Acesso em: 6 dez. 2018.

Os dados atuais da Abicab (Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas)<sup>96</sup>, sobre o consumo no Brasil, indicam que 55% dos brasileiros costumam consumir balas e gomas, de três a cinco vezes por semana, atingindo um consumo médio nacional de 1,6 kg por habitante/ano. Em 2015, a região que consumiu mais bala foi a da Grande Rio de Janeiro (2,8 kg por habitante), seguido da Grande São Paulo, com 2,6 kg e Região Sul, com 2,5 kg consumidos per capita.

De acordo com Insausti e Moraes Pinto (2016), as primeiras balas produzidas no Brasil provavelmente foram as “balas de mistura”, produzidas por brasileiros e italianos, no século XIX, confeccionadas com água, corante, essência e açúcar. Em 1883, Emigdio Falchi, confeitiro de origem italiana, abriu uma fábrica em São Paulo, uma das primeiras nesse ramo, no País. As balas recebiam os nomes das empresas onde eram produzidas, como “balas da Pan”, dentre outras, em um processo metonímico. Na década de 40, com a industrialização, sua produção atingiu um crescimento vertiginoso.

#### 6.4.2 Análise da questão 185 – *bala/bombom*

De consumo difundido pelo baixo custo e, em alguns locais, empregada como moeda de troco, “[...] aquilo embrulhado em papel colorido que se chupa?” (COMITÊ..., 2001) é uma guloseima conhecida pelos quatro cantos do País. Ao aludir a esse fato, muitos informantes se referiram ao costume de empregar a *bala* como trocado, conforme constatamos por intermédio do trecho de entrevista que se segue:

[...] INF.- *Balinha*.

INQ.- Conhece por algum outro nome?

INF.- *Bala doce*.

INQ.- *Bala doce*, o que que é mais comum *balinha* ou *bala doce*?

INF.- Ah mais comum é a *balinha*: “leva a *balinha* de troco, né, leva a *balinha* de troco”, aí pega...

INQ.- E vai empurrando *balinha*... (inint.).

INF.- E vai empurrando *balinha*, é troco é, agora eu não, porque eu não quero eu falo: “não tenho nenhum minino, pra que eu quero *balinha*, né?”.

Inf. 103 - Aripuanã-MT (sexo feminino, faixa II)

<sup>96</sup> Mais informações no site: <http://www.abicab.org.br/paginas/balas/consumo-1/>. Acesso em: 6 dez. 2018.

A eliciação das formas pode ser facilitada por meio da realia, quando o inquiridor leva, no momento da entrevista, o exemplar original do referente ou objeto para que o informante não tenha dúvidas. Entretanto, ocorreram dois casos, nos quais verificamos não respostas em virtude da falta da guloseima no decurso do inquérito<sup>97</sup>. Nesses casos, as não respostas foram desconsideradas na cartografiação, pois não se trata de questão de desconhecimento, mas, sim, de falta de compreensão da pergunta.

Por tratar-se de uma questão que não suscitou um amplo rol de variantes lexicais, foram cartografadas praticamente todas as formas válidas, tendo sido condensadas as expressões a seguir:

- i) Formas no diminutivo: *bala* > *balinha*;
- ii) Formas compostas e perifrásticas: *bala* > *bala doce*;
- iii) Variação fônica, como a africatação da oclusiva dentoalveolar /t/ após semivogal palatal (“também descritas como “africadas baianas”<sup>98</sup>): *confeito* > *confeitcho*.

Foram invalidadas as seis ocorrências para a forma genérica *doce*, as duas para *drops* e as *hápx legomena bazuca, menta, nego bom, puxa-puxa, juquinha, bala queimada, xibiu, rebuçada* (português antigo) e *tchutchu* (polonês), sendo algumas formas reportadas como referentes atrelados ao repertório de outros falantes ou um tipo específico de *bala*.

No total, foram documentadas cinco variantes. As formas agrupadas estão organizadas no Quadro 8:

<sup>97</sup> Nas entrevistas 160-3 Mococa (SP) e 162 -3 Adamantina (SP).

<sup>98</sup> Maiores informações sobre a africatação do /t/ e /d/ após a semivogal palatal em dados do Projeto ALiB, leia: AGUILERA, V. A ARAGÃO, M. S. S. ; ISQUERDO, A. N.; MOTA, J. A. . Variação fônica e léxico-semântica no Português do Brasil a partir de dados do Projeto ALiB.. In: Lucrécio Araújo de Sá; Júnior Marco Antonio Martins. (Org.). **Rumos da linguística brasileira no século XXI historiografia, gramática e ensino**. São Paulo: Blucher, 2016, v. 1, p. 73-96. Sobre a descrição e análise das africadas baianas nas capitais nordestinas, confira: MOTA, J. A.; SANTOS, A. M. O. Onde estão as “Africadas Baianas?”. In: ALTINO, F. C. (Org.). **Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem à Vanderci de Andrade Aguilera**. Londrina: Midiograf, 2012. p. 189-209.

Quadro 8: Agrupamentos lexicais de variantes para a questão 185 do QSL

<b>Agrupamentos lexicais (rótulo)</b>	<b>Variantes agrupadas</b>
<i>Bala</i>	<i>Bala/bala doce/ balinha</i>
<i>Bombom</i>	<i>Bombom</i>
<i>Confeito</i>	<i>Confeito, confeitcho</i>
<i>Caramelo</i>	<i>Caramelo</i>
<i>Queimado</i>	<i>Queimado</i>

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB pela autora.

Ao analisar a variante *bala doce*, formada pela estrutura (substantivo + adjetivo), segundo os critérios de fixidez e composicionalidade, conforme Mejri (1997), constatamos que se trata de uma sequência mais livre, com sentido composicional, que pode ser depreendido facilmente dada a transparência semântica dos elementos da sequência.

No cômputo geral, foram registradas 1304 ocorrências de denominações para o referente em pauta (99,85% de produtividade), sendo apenas duas *não respostas* (0,15%), orientadas na Tabela 4, por ordem de produtividade.

Tabela 4 – Produtividade geral das variantes (questão 185 do QSL)

<b>Variantes</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>
<b><i>Bala/bala doce/ balinha</i></b>	949	72,66%
<b><i>Bombom</i></b>	231	17,69%
<b><i>Confeito</i></b>	65	4,98%
<b><i>Caramelo</i></b>	45	3,45%
<b><i>Queimado</i></b>	14	1,07%
<b><i>Não resposta</i></b>	2	0,15%
<b>TOTAL</b>	<b>1306</b>	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB pela autora.

*Bala*, item mais produtivo, registrou 949 ocorrências, representando a resposta amplamente majoritária, perfazendo 72,66% das respostas válidas totais. A segunda variante mais produtiva, *bombom*, com 231 registros, totalizou 17,69% do corpus, seguida de *confeito*, com 65 ocorrências e 4,98%; *caramelo*, com 45 e 3,45% das respostas; *queimado*, com 14, sendo 1,07%, e as duas abstenções, atingindo 0,15%.

Com o auxílio do programa SGVCLin (2014), foram elaboradas as tabelas apresentando os números absolutos e relativos de variantes registradas por região.

Na Figura 37, são apresentados os dados da Região Norte<sup>99</sup>.

Figura 37: Produtividade geral para a questão 185 QSL (*bala/bombom*) na Região Norte

Número da questão: 185

Questão COMO SE CHAMA AQUILO EMBRULHADO EM PAPEL COLORIDO QUE SE CHUPA?

Variantes	Número de ocorrências	%
bombom	76	53.52%
bala/ bala doce/ balinha	64	45.07%
caramelo	2	1.41%
	142	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

Os dados coletados na Região Norte, diante do quadro quantitativo que se delinea, revelam que a forma linguística *bombom* surge como a mais produtiva, perfazendo mais da metade das respostas, com 76 ocorrências e porcentagem de 53,52%. A seguir, *bala* aparece como a segunda mais frequente, com 64 e 45,07%. *Caramelo* foi documentado somente por dois informantes, totalizando 1,41%.

Os resultados da Região Nordeste<sup>100</sup> foram expostos na Figura 38.

Figura 38: Produtividade geral para a questão 185 QSL (*bala/bombom*) na Região Nordeste

Número da questão: 185

Questão COMO SE CHAMA AQUILO EMBRULHADO EM PAPEL COLORIDO QUE SE CHUPA?

Variantes	Número de ocorrências	%
bala/ bala doce/ balinha	262	50.68%
bombom	153	29.59%
confeito	65	12.57%
caramelo	23	4.45%
queimado	14	2.71%
	517	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

<sup>99</sup> Duas entrevistas apresentaram problemas técnicos.

<sup>100</sup> Sete entrevistas apresentaram problemas técnicos.

Dentre as 517 ocorrências gerais registradas na Região Nordeste, *bala* foi a forma mais produtiva, representando um pouco mais da metade das respostas, com 262 registros, atingindo índice de 50,68%, demonstrando uma mudança no panorama linguístico, em comparação aos dados nortistas. A seguir, a variante *bombom*, com 153 ocorrências válidas, totaliza 29,59%; *confeito*, presente em 65 respostas e 12,57%; *caramelo*, com 23, e 4,45%, e a forma linguística *queimado*, registrada em 14 inquéritos, perfazendo 2,71% do total.

A Figura 39 mostra os dados da Região Centro-Oeste<sup>101</sup>.

Figura 39: Produtividade geral para a questão 185 QSL (*bala/bombom*) na Região Centro-Oeste

Número da questão: 185

Questão COMO SE CHAMA AQUILO EMBRULHADO EM PAPEL COLORIDO QUE SE CHUPA?

Variantes	Número de ocorrências	%
bala/ bala doce/ balinha	124	89.86%
caramelo	13	9.42%
bombom	1	0.72%
	138	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

Na Região Centro-Oeste, a forma mais produtiva foi *bala*, totalizando 124 ocorrências e 89,86% entre os 138 registros totais. *Caramelo* aparece com 13 registros e 9,42%, e *bombom*, com apenas uma ocorrência, equivalendo a 0,72% dos dados.

Os dados da Região Sudeste<sup>102</sup> estão expostos na Figura 40.

Figura 40: Produtividade geral para a questão 185 QSL (*bala/bombom*) na Região Sudeste

Número da questão: 185

Questão COMO SE CHAMA AQUILO EMBRULHADO EM PAPEL COLORIDO QUE SE CHUPA?

Variantes	Número de ocorrências	%
bala/ bala doce/ balinha	323	98.78%
não resposta	2	0.61%
caramelo	1	0.31%
bombom	1	0.31%
	327	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

<sup>101</sup> Um trecho da entrevista apresentou problema técnico.

<sup>102</sup> Cinco trechos de entrevistas apresentaram problemas técnicos.

Na Região Sudeste, entre as 327 ocorrências totais, a variante *bala* obteve 323 registros e 98,78% das respostas. *Caramelo* e *bombom* obtiveram apenas um registro cada, totalizando cada 0,31% das respostas. Ainda, ocorreram duas não respostas, representando 0,61%.

Os resultados obtidos na Região Sul<sup>103</sup> foram organizados na Figura 41.

Figura 41: Produtividade geral para a questão 185 QSL (*bala/bombom*) na Região Sul

Número da questão: 185

Questão COMO SE CHAMA AQUILO EMBRULHADO EM PAPEL COLORIDO QUE SE CHUPA?

Variantes	Número de ocorrências	%
bala/ bala doce/ balinha	176	96.70%
caramelo	6	3.30%
	182	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

Na Região Sul, dentre os 182 registros, foram documentadas 176 ocorrências de *bala* e o índice de 96,70% e a forma *caramelo* perfez seis, com 3,30%.

A Carta CD1/185 (Vol. 2) mostra a distribuição espacial das formas linguísticas que recobrem o conceito para a questão: “como se chama aquilo embrulhado em papel colorido que se chupa?”, na Região Norte. Ao contrário do índice quantitativo geral, que traz a variante canônica *bala* como a mais produtiva, na Região Norte, a forma *bombom* abrange área representativa, espacial e quantitativamente. Assim como na distribuição espacial para *mugunzá* (questão 181) no Norte, a forma *bombom* recobre as localidades banhadas pelo Amazonas e afluentes, sendo hegemônica no ponto 007 Benjamin Constant, no Estado do Amazonas. Nas outras localidades, alterna com a forma *bala*, contabilizando um registro para *caramelo*, em São Gabriel da Cachoeira, ponto 004, pelo informante da faixa II, do sexo masculino.

À medida que avançamos para a Região Nordeste, revela-se outro cenário linguístico, retratado por meio da Carta CD2/185, Vol. 2. A distribuição diatópica das variantes para o referente em pauta alterna as formas *bala* e *bombom*, tendo sido

<sup>103</sup> Foram verificados problemas técnicos em dois trechos de entrevistas.

hegemônica para *bala* nos pontos situados no interior maranhense (033 - Alto Parnaíba) e baiano (97 - Carinhanha e 102 - Caravelas) e para *bombom* nas localidades cearenses (40 – Sobral), (46 – Russas) e (47 - Limoeiro do Norte) e piauiense (35- Piriipiri). A arealização da variante *confeito*, abrangendo quase todas as localidades, em uma área margeada por isoléxica situada ao nordeste da Região nordestina, do litoral ao interior do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe sugere o caminho do povoamento percorrido por boiadeiros pelo sertão pernambucano, de Olinda e Recife. Caracterizada como o Brasil Sertanejo por Ribeiro (2006), nessa área, a economia pastoril adentrou o sertão em duas áreas, recôncavo baiano e agreste pernambucano, fundando cidades ao longo dos rios, conforme já exposto no Capítulo 1.

A distribuição espacial para a forma *caramelo* é delineada por outra isoléxica, em localidades situadas no litoral e interior baiano, com um registro não contíguo no ponto 53 – Natal. A variante *queimado*, documentada na capital soteropolitana e adjacências no litoral e interior, também é delimitada por outra isoléxica.

O panorama geolinguístico da Região Centro-Oeste mostra a hegemonia de *bala* e suas formas agrupadas, em praticamente todas as localidades goianas, excetuando-se Formosa, ponto 121, onde a informante da faixa II, do sexo feminino, registrou também a variante *bombom* (Carta CD3/185, Vol. 2). Ainda, em Mato Grosso, foi a forma eleita por todos informantes dos pontos (103- Aripuanã), (104 – São Félix do Araguaia), (107 – Vila Bela da Santíssima Trindade) (109 – Barra do Garças), (110 - Cáceres) e (111 – Alto Araguaia), e no Mato Grosso do Sul, em Paranaíba (ponto 114). A distribuição espacial para a variante *caramelo* revela uma área delimitada por isoléxica a partir de localidades situadas na fronteira com o Paraguai e Bolívia, partindo do Mato Grosso do Sul até o interior de Mato Grosso.

Para complementar a análise, trouxemos as cartas elaboradas por Cuba (2015).

A Figura 42 apresenta a distribuição diatópica dos designativos para o conceito expresso na pergunta 074 do ALTTI (2015) (questão 185 do ALiB):

Figura 42 – Carta Linguística 074 – *bala* do ALTTI (2015)

Fonte: Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico (CUBA, 2015)

*Bala* foi a forma mais produtiva em todas as localidades do ALTTI e hegemônica em Ji-Paraná (RO), Aripuanã (MT), Juara (MT), Nova Xavantina (MT), Luciara (MT), Formoso do Araguaia (TO) e Pilar de Goiás (GO), assim como na área similar, considerando-se os pontos do ALiB. Cuba (2015, p. 204) esclarece: “A carta 074 – *bala* -, por sua vez, registrou a variante mais disseminada, *bala* em todas as localidades, com acréscimo de *caramelo* na fala das mulheres da segunda geração de MT2, MT5, MT6, em cuja cidade também se documentou *caramelo*”. A variante *caramelo* foi documentada em Diamantino (MT), Sinop (MT) e Guarantã do Norte (MT), em um feixe que corta o território no sentido norte-sul. Nessas localidades, a carta apresentada por Cuba (2015) complementa os dados do projeto. *Bombom* foi registrado no ponto localizado no extremo noroeste, Guajará-Mirim (RO), assim como documentou o ALiB. *Confeito* foi registrado em Guarantã do Norte (MT), nos inquiridos do ALTTI, mas não foi registrado nos dados do ALiB, para essa localidade.

Por meio da Carta (CD4/185, Vol. 2), podemos observar a hegemonia da forma mais produtiva *bala*, na Região Sudeste. Apenas dois informantes em duas localidades mineiras ainda registraram *caramelo*, no ponto 129 – Pedra Azul, (faixa II, do sexo masculino), e *bombom*, na localidade 140 – Passos (informante da faixa

II, do sexo feminino). Verificamos também duas não respostas: na fala do informante da faixa etária II, do sexo masculino, residente no ponto 160 – Mococa, por não ter sido capaz de identificar o referente (tendo em vista que o inquiridor não estava com a realia no momento da entrevista) e do informante de mesmo perfil, do ponto 162 – Adamantina.

Na Região Sul, a Carta CD5/185, Vol. 2, mostra a predominância da forma linguística *bala* em quase todos os pontos paranaenses, enquanto em algumas localidades fixadas de modo mais esparso, a oeste desse estado, e em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, alterna com a variante *caramelo*. Ainda em território sul-rio-grandense, próximo à fronteira com o Uruguai, e no centro, ainda aparecem outros registros para *caramelo*.

A Carta CAG1/185, Vol. 2, mostra a disseminação da variante *bala*, como forma mais produtiva, amplamente documentada no espaço territorial brasileiro, configurando-se como norma geral para o referente em pauta, mais representativa no Centro-Sul brasileiro, área do falar sulista e no espaço do Território incaracterístico de Nascentes (1953), ainda, com documentação nas áreas que compreendem os outros subfalares. Conforme a subdivisão em regiões culturais (DIÉGUES JUNIOR, 1960), estende-se do Extremo-sul e território pastoril de colonização estrangeira, área do café, do sal, adentrando a porção centro-oeste e região de mineração, a área cacaueteira, perdendo mais força na região Amazônica e do Mediterrâneo pastoril. Analisando a distribuição da forma mais produtiva, conforme os Brasis de Ribeiro (2006), a forma expande-se da área dos Brasis sulinos, do Brasil caipira de influência do bandeirantismo e o Brasil sertanejo, com menor expressividade nas regiões do Brasil caboclo e Brasil crioulo.

Para muitos informantes, *bala* possui o sentido da primeira acepção apresentada nas obras lexicográficas, como “projétil de arma de fogo” (HOUAISS; VILLAR, 2009; FERREIRA, 2010). Por derivação, em extensão de sentido, significa “guloseima doce de consistência firme ou macia”, um brasileirismo, conforme Ferreira (2010). Nas obras de *Bluteau* (1728) e Moraes Silva (1945) é documentada somente com o significado de munição para artilharia. Ainda, segundo Beaurepaire-Rohan (1889), seria uma variante lexical típica do Rio de Janeiro e de províncias Meridionais. O autor ainda comenta que a expressão *bala* no sentido de “tipo de confeito” é associada à “munição” pelo formato antigo similar arredondado e pequeno. Com efeito, alguns informantes residentes na Região Centro-Oeste

registraram, para esse referente, a unidade fraseológica *bala doce* (agrupada nesta tese como *bala*), especificando que se trata de um “doce”, para evitar desentendidos; outros, nordestinos e nortistas também rejeitaram essa forma linguística, ao interpretarem a denominação no seu sentido bélico:

INF.- *Bala doce*.

INQ.- Algum outro nome pra ela?

INF.- Pra mim é *bala doce*... porque tem a *bala doce* e tem a bala amarga, né... ((risos))

INQ.- Amarga? Qual é a bala amarga?

INF.- A do revólve, né... ((risos))

Inf. 117 – Ponta Porã-MS (sexo feminino, faixa II)

INQ.- Usa mais o quê aqui? *Bala* ou...

INF.- *Bombom*. *Bombom*... Chama mais o *bombom*.

INF.- *Bala* já é mais...chama mais pouco, né. Porque aqui se chamá *bala* ele vai pensá que 'cê tá comprando aquela, aquele, é... Aquela *bala* pra botá no revólve, né? Aí, isso aqui mais é o *bombom* mesmo, viu.

Inf. 036 – Picos-PI (sexo masculino, faixa II)

Muitos falantes residentes na região nordestina (como o informante do sexo masculino, faixa II, residente em Picos - PI) e no Centro-Oeste (como a informante ponta-poranense, do sexo feminino, faixa II) interpretaram a denominação “bala” no sentido da “bala amarga”, munição para o revólver, sentido mais antigo documentado nas obras consultadas, como em *Bluteau* (1728) e Silva (1945), e primeira acepção em outros dicionários consultados, à exceção do Aulete [s/d]. Nessa última obra, na primeira acepção da entrada *bala*, classificada como brasileirismo, e sinônimo de *confeito*. Segundo Cunha (2010), a variante lexical tem origem francesa *balle*, sendo um brasileirismo.

*Bombom* (Carta CAG2/185, Vol. 2) configura-se como uma variante regional para o item em discussão, tendo sido registrada na porção norte do País, na área do falar do Norte (subfalar do amazônico, subfalar nordestino e trecho do subfalar baiano), além de trechos do antigo Território Incaracterístico (NASCENTES, 1953). Com a dinâmica das populações no contexto atual, ainda foram documentados vestígios dessa variante em trecho do subfalar sulista. A inserção da variante *bala*

na porção mais setentrional do País pode ser averiguada em excertos de fala de alguns informantes nortistas e nordestinos:

INF.- É *bombom*. ((risos)).

INQ.- E se o senhor fosse explicar pra alguém, como é que o senhor explicaria?

INF.- O quê, do *bombom*?

INQ.- Isso, como é que o senhor diria para uma pessoa, o que é o *bombom*?

INF.- É. A vez é, mais é *balinha*, hoje chama *balinha*, né. Mais a gente chamava... chama *bombom* antigamente, né. Ainda hoje continua, é.

Inf. 031 – São João dos Patos-MA (sexo masculino, faixa II)

A forma linguística *bombom* não se apresenta registrada nos dicionários do PB no sentido da guloseima em pauta, mas, sim, como confeito cujo ingrediente principal é o chocolate, que pode ou não ter recheio. Conforme Houaiss; Villar (2009), Aulete [s/d], Ferreira (2010) e Cunha (2010), o nome apresenta etimologia francesa, de *bonbon*. Segundo informações veiculadas no *site* do *TLFi* (1994) - *Trésor de la langue Française informatisé*<sup>104</sup>, em francês, o item lexical *bonbon* trata de uma “petite friandise à base de sucre aromatisé et généralement coloré, de consistance relativement dure<sup>105</sup>”. Consoante a segunda edição da obra lexicográfica *Le Grand Robert de la Langue Française* (1987), revisada por Alain Rey, trata-se de um “redoublement” da palavra *bon*, um desdobramento da palavra “bom”, ou seja, muito bom (bom-bom); Cunha (2010, p. 97) registra como uma “repetição expressiva de *bon*”.

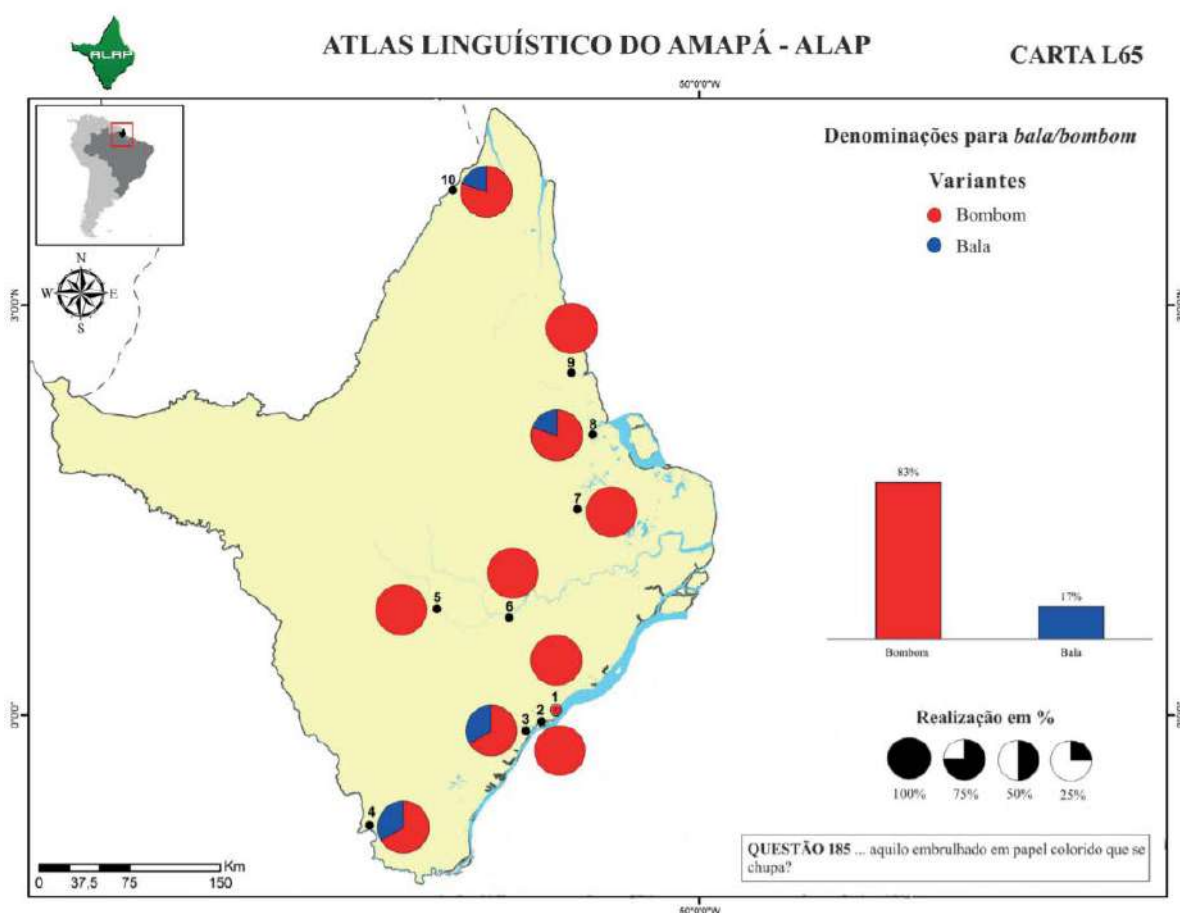
Um primeiro esforço francês na tentativa de dominação do Norte foi a fundação da França Equinocial, em 1612, no Maranhão, sendo expulsos pelos portugueses, em 1615 (DAHER, 2004). Acrescentando informações mais atuais a respeito da influência francesa na Região Norte, Martins (2009, p. 32) comenta: “embora sem registro preciso de chegada, sabe-se que um primeiro grupo de emigrantes franceses chegou ao Brasil na segunda metade do século XIX, para a colônia de Benevides, em uma área de 195 km, na região metropolitana de Belém do Pará”. Tendo sido registrada na região Norte do Brasil, a forma linguística recebe

<sup>104</sup> Disponível em: <http://atilf.atilf.fr/>. Acesso em 30 dez. 2018.

<sup>105</sup> Pequeno doce à base de açúcar aromatizado e geralmente colorido, de consistência relativamente dura. (Tradução nossa).

a influência do francês na fronteira com a Guiana Francesa, conforme corroboram ainda os dados do *Atlas Linguístico do Amapá – ALAP* (RAZKY; RIBEIRO; SANCHES, 2017), Figura 43.

Figura 43: Carta linguística L65 do ALAP (2017)



Fonte: Atlas Linguístico do Amapá (RAZKY et. al., 2017).

Conforme o ALAP (2017), a variante mais produtiva *bombom* foi documentada em 83% dos dados, tendo sido registrada em todos os pontos de inquérito e, como forma hegemônica, em Macapá, Santana, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Tartarugalzinho e Calçoene. *Bala* foi registrada em Mazagão, Laranjal do Jari, Amapá e Oiapoque, perfazendo 17% da amostra dos dados. Interessa comentar que a forma *bazuca*<sup>106</sup>, não validada para a cartografia linguística, foi registrada por um informante, residente no ponto 5 – Pedra do Amapari. Em suma, os dados documentados pelo ALAP (2017) confirmam

<sup>106</sup> Em uma rápida pesquisa pela internet, constatamos que *bazooka* é o nome de uma marca de chicletes importados, assim como *bazuca* é uma denominação para um tipo de arma grande.

o cenário linguístico amapaense registrado pelo ALiB, em que *bombom* predomina, alternando-se com *bala*.

O registro da variante *bombom* enquanto sinônimo para *bala*, para a maior parte dos falantes do País, pode causar um estranhamento, pois, segundo o que eles reportam, *bombom* tem sentido de “bombom, como confeito fabricado a partir do chocolate”. Trata-se, pois, de uma variante regional, um regionalismo semântico, em que um item lexical de registro geral adquire um sentido peculiar em determinada região, conforme destacou Boulanger (1985), Duc (1990) e Oliveira (1999). A fala do informante piauiense, quanto à sua experiência em Juazeiro, município baiano, demonstra a oscilação entre a forma mais regional *bombom* e a variante de maior vitalidade *bala*, episódio que ocasiona, por vezes, algumas confusões e, no entendimento do falante, necessita de “tradução”.

INQ.- Usa mais *bala* ou *bombom* aqui?

INF.- É um *bombom*.

INQ.- Hum? INF.- *Bombom*.

INQ.- Você vai comprar um real, você pede um real...?

INF.- De *bombom*.

INQ.- De *bombom*. *Bala* você viu última...

INF.- Se eu pedi *bala* aqui, o cara ali: "não, não vende aqui não".

INQ.- Ah, então como é que você lembrou de *bala*?

INF.- É porque lá em Juazeiro a vó de minha muié tem um comércio, aí eu cheguei: "ei, me dá um real de *bala*", não, meu filho, não vende isso aqui não.

INQ.- Hum...

INF.- De *bombom*, quero dizê. Pedi *bombom*, ela disse: "não, não vende *bombom* aqui não. Só vende *bala*."

AUX.- E se você falar *bala* entre os seus colegas eles entendem que você está falando, pro *bombom*?

INF.- A maioria entende, que hoje em dia o povo já tá, tá traduzindo. Mais... Tem muitos que: "não, num conheço isso não".

Inf. 036 – Picos -PI (sexo masculino, faixa I)

Em cotejo com as áreas culturais, conforme Diégues Junior (1960), a variante situa-se no nordeste agrário, mediterrâneo pastoril, Amazônia e zona do

cacau, além de trechos da área de mineração baiana. Nos Brasis de Ribeiro (2006), inclui a região do Brasil crioulo, o Brasil caboclo e partes do Brasil sertanejo.

A Carta (CAG3/185, Vol. 2) mostra a arealização para a variante *confeito*. Delimitada por uma isoléxica, pode ser caracterizada como uma variante regional nordestina (especificamente, do litoral e interior do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Alagoas), em área formada, provavelmente, pela presença de criadores de rebanhos, na área do Sertão de Fora (BRANDÃO, 2008). Encerra a área do subfalar nordestino e um trecho do subfalar baiano (NASCENTES, 1963); o nordeste agrário e parte do mediterrâneo pastoril de (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e o Brasil crioulo e porção do Brasil Sertanejo (RIBEIRO, 2006).

A variante regional *confeito*, de acordo com trechos de inquéritos dos informantes, é comentada como uma forma mais arcaica que, para alguns, está caindo em desuso, podendo ser associada à fala de pessoas provindas de áreas rurais ou pessoas mais “antigas” ou menos “civilizadas”, sendo assim, tida como uma forma mais estigmatizada:

INF.- É, uma *bala*... *Confeito* também chama. Os confeitozinho. INQ.- Aqui usa todos esses nomes?

INF.- Rapaiz, ói, eu acho *confeito*, né, aí quando eu chamo *confeito*, quando eu vô comprá nos canto, tem gente que nem sabe mais o que é *confeito*. Eu digo: "é a *balinha*". Aí eles me dá, aí eu chamo assim.

INQ.- Isso... e você acha que *confeito* era de antigamente, *balinha* é de hoje?

INF.- Vá na... tem pessoa que... assim esses veinho que vende, sabe, né.

INQ.- Os velhinhos sabem o que é *confeito*.

INF.- Sabe. Mais... os de hoje num sabe não. Eu sei o que é *confeito*, porque eu lembro que meu padrinho dava *confeito*. Ele dizia: "tome deiz conto, vai comprá *confeito*", aí...

INQ.- Ah, por isso que você gravou *confeito*, certo. Seu padrinho que...

INF.- É, aí é dos antigo. Hoje num tem mais não, hoje se você fô falá *confeito*, povo vai olhá pra você e dirá: "ó o beradero do sítio ainda". É desse tempo.

Inf. 058 – Itaporanga-PB (sexo masculino, faixa I)

[...] INQ.- Você conhece por outros nomes?

INF.- *Bala*, *confeito*.

INQ.- Se eu for comprar, é melhor pedir como? Me dá um real de...?

INF.- *Bala*.

INQ.- Você primeiro falou *balinha*, você acha que eu peço um real de *balinha*, de *bala*, *confeito*?

INF.- Pode sê, *balinha* ou *bala*.

INQ.- Pronto, mas você acha que usa mais pedir como? Dá um real...?

INF.- Dê... é um real de *balinha*.

INQ.- Você acha que é *balinha* ou *bala* que pede mais?

INF.- *Balinhas*.

INQ.- Se eu pedir *confeito*, seria uma coisa mais antiga?

INF.- Seria, mas, mas também todo mundo entende. "Cê chegando assim: "dê uns confeitinho?". Principalmente em mercadinho piqueno, que o povo é mais antigo...

Inf. 054 - Pau dos Ferros – RN (sexo feminino, faixa I)

INF.- Os mais civilizado, já chama *bala*. Aí os otro chama *confeito*: "não, um confeitinho"... Já aquele que... É mais velho, aí que chama: "*Confeito*".

INQ.- Hum. Se eu for pedir um real ali, é melhor um real do quê? INF.- De *bala*.

Inf. 059 - Patos – PB (sexo feminino, faixa II)

O informante itaporanguense, do sexo masculino, faixa I, explica que *confeito* é mais antigo, e comenta que outras pessoas o classificam como uma expressão mais rural; a informante pau-ferrense, do sexo feminino, faixa I, confirma o registro da variante como um uso mais arcaico, assim como a informante patoense, do sexo feminino, faixa II. Ainda, a última, categoriza *bala* como uma forma "civilizada" da linguagem. Disso extrai-se uma atitude favorável em relação à variante *bala*, em face de *confeito*, fator que pode incidir em uma mudança linguística, na eleição da forma mais disseminada em relação à regional.

Alguns informantes elegeram a forma mais difundida territorialmente *bala* por ser a variante veiculada nos pacotes para serem adquiridos, como se verifica na fala da informante da faixa II, residente em Arco Verde (PE): "Antigamente era *confeito*. Hoje é *bala*. Se a senhora vai comprá: eu quero um saquinho de *bala*". Inclusive tá escrito no saquinho: '*balas*'. Outros demonstram noção a respeito da influência da norma linguística de outras localidades:

INF. – Aqui nós só chamava, muntcha gente só chamava *confeito*. Era, de primero. Hoje é mais... tão pegando o je, o jeito de São Paulo, *balas*, né.

INQ. – É, né? Antigamente era *confeito*.

INF. – Era *confeito*, né, se a gente ia comprá, a gente pedia *confeito*, né. Hoje já num tem mais esse nome.

INQ.- Já chama *bala*.

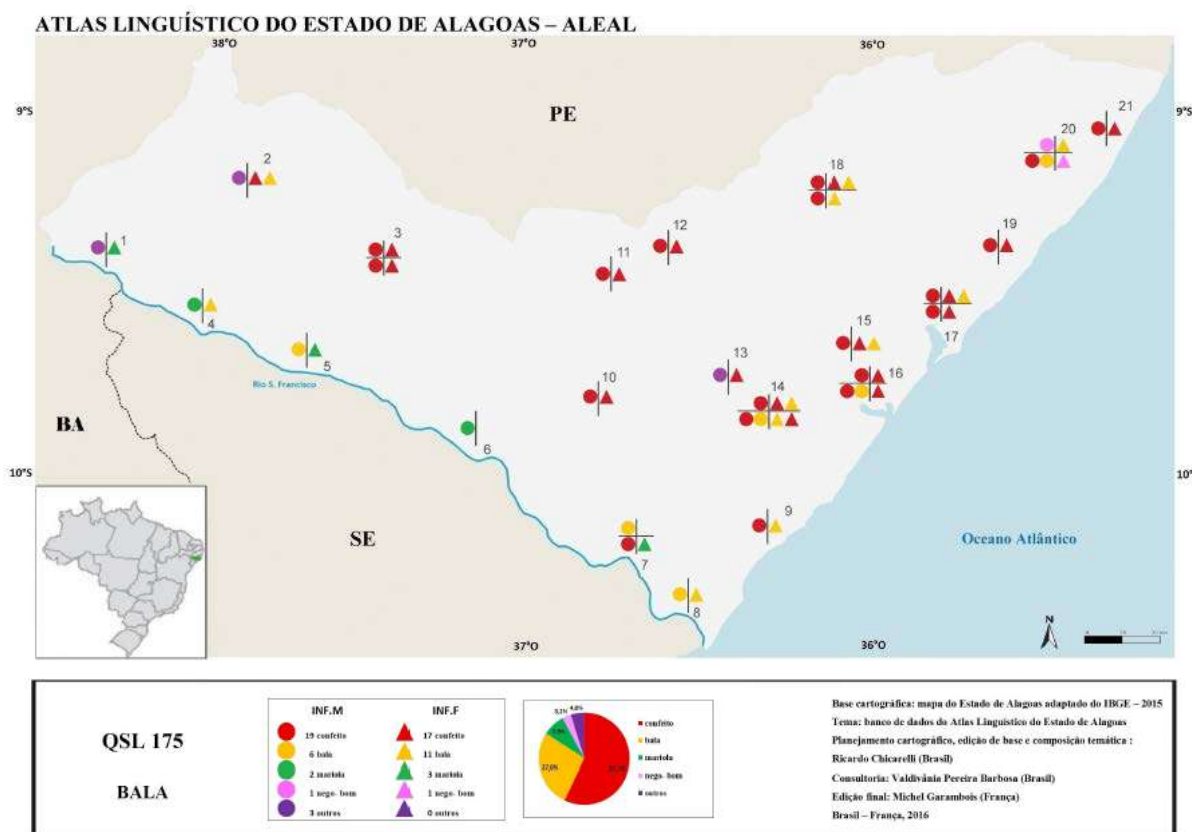
INF.- É, *balas*.

Inf. 076 - Arapiraca – AL (sexo masculino, faixa II)

Ratificando a influência de uma norma linguística paulista, mais pretigiosa, a fala da informante arapiraquense retrata a perspectiva de que, eventualmente, a variante regional *confeito* pode vir a ser substituída por *bala*, representante da norma geral, ocasionando uma mudança linguística.

Demonstrando, a vitalidade da forma regional *confeito*, o ALEAL (2017) traz a distribuição geográfica das variantes em terras alagoanas. A carta linguística 175 (Figura 44) mostra variantes para *bala*:

Figura 44: Carta linguística 175 – *bala*, do ALEAL (2017)





Fonte: A motivação semântica nas respostas dos informantes do Atlas Linguístico do Estado de Alagoas - ALEAL (BARBOSA-DOIRON, 2017)

A forma mais produtiva, nos 21 pontos de inquérito<sup>107</sup> estabelecidos em Alagoas, foi *confeito*, com 36 menções, representando 57,01% do extrato da pesquisa. Foi documentada em uma área em direção a Pernambuco, integrada em uma área delimitada por isoléxica abrangendo quase todas as localidades (Canapi, Santana do Ipanema, Arapiraca, Penedo, Coruripe, Palmeira dos Índios, Quebrangulo, Limoeiro, São Miguel dos Campos, Pilar, Marechal Deodoro, Maceió, União dos Palmares, São Luís do Quitunde, Porto Calvo, Maragogi). A variante *bala*, com 17 ocorrências, totalizando 27%, foi registrada na maioria dos pontos situados às margens do rio São Francisco, na divisa com Sergipe e Bahia, sendo (Piranhas, Pão de Açúcar, Penedo, Piaçabuçu), delimitada por duas isoléxicas: uma abrangendo Piranhas, Pão de açúcar, e Canapi, e outra, em direção litoral-interior do Estado circunscrevendo Penedo, Piaçabuçu, Coruripe, São Miguel dos Campos, Pilar, Marechal Deodoro, Maceió, União dos Palmares e Porto Calvo. *Mariola* e *nego-bom*, formas não obtidas na pesquisa com os dados do ALiB, com cinco (7,9%) e duas (3,2%) ocorrências, respectivamente, foram documentadas também nas localidades situadas à margem do São Francisco, Delmiro Gouveia, Piranhas, Pão de Açúcar, Traipu, Penedo, para o primeiro caso, e somente em Porto Calvo, para o segundo caso. *Outras* variantes, com três ocorrências, foram obtidas em Delmiro Gouveia, Canapi e Limoeiro de Anadia, correspondendo a 4,8% da amostra. Em

<sup>107</sup> A rede de pontos, conforme a autora, segue as indicações de Nascentes (1958), sendo composta por: Ponto 1 – Delmiro Gouveia, ponto 2 – Canapi, ponto 3 – Santana do Ipanema, ponto 4 – Piranhas, ponto 5 – Pão de açúcar, ponto 6 – Traipu, ponto 7 – Penedo, ponto 8 – Piaçabuçu, ponto 9 – Coruripe, ponto 10 – Arapiraca, ponto 11 – Palmeira dos índios, ponto 12 – Quebrangulo, ponto 13 – Limoeiro de Anadia, ponto 14 – São Miguel dos Campos, ponto 15 – Pilar, ponto 16 – Marechal Deodoro, ponto 17 – Maceió, ponto 18 – União dos Palmares, ponto 19 – São Luís do Quitunde, ponto 20 – Porto Calvo e 21 – Maragogi.

síntese, o ALEAL (2017) põe em evidência a vitalidade de *confeito*, a mais produtiva na região, e *bala*, como a segunda mais frequente.

Conforme Ferreira (2010), trata-se de um brasileirismo nordestino, sinônimo para *bala*, *rebuçado*, tendo sido registrado também em Aulete [s/d] e Houaiss; Villar, (2009). Do francês *confit* ou do italiano *confetto*, derivado do latim *confectus*, (CUNHA, 2010),

A distribuição espacial para *caramelo*, retratada na Carta CAG4/185 (Vol. 2) mostra a formação de áreas delimitadas por isoléxicas não contíguas. Processos migratórios a partir do Nordeste ao Rio Grande do Sul e a partir do Sul para o Mato Grosso e norte do País podem ter contribuído na disseminação da variante. A forma foi documentada em trechos do falar sulista, Território Incaracterístico, subfalar amazônico, baiano e nordestino (NASCENTES, 1953). Contempla, ainda, a área Pastoril do extremo-sul, centro-oeste, trecho da área de colonização estrangeira, parte da Amazônia, e entremeio do nordeste agrário, mediterrâneo pastoril, zona de cacau e mineração (DIÉGUES JUNIOR, 1960). Conforme a divisão por Ribeiro (2006), situa-se em trechos do Brasil crioulo, Brasil caboclo, Brasil sertanejo e nos Brasis Sulinos.

No que se refere aos usos linguísticos, podemos averiguar as avaliações documentadas pelos falantes quanto ao registro de *caramelo* de modo similar ao que foi observado em relação à variante regional *confeito*. Como efeito de um processo tido como “civilizatório”, *bala* ou *balinha*, seria a variante eleita, alternando-se com *caramelo*, segundo o informante barreirense, do sexo masculino, faixa II:

INF.- *Caramelo*.

INQ.- Chama de outro jeito?

INF.- Bom, que a gente conhece aqui toda a vida, que, que subiu e desceu de quando a gente era menino é, tem por *balinha*, né. E *caramelo*. Mas é... Primeiramente assim, o *caramelo*, chamava ele, desde quando a gente entende: "vamo comprá *caramelo*", coisa, depois vem, agora já civilizou mais, é *balinha*.

Inf. 87 - Barreiras – BA (sexo masculino, faixa II)

Outros têm consciência de que a “cultura” da denominação *bala* tem afetado a “tradição da língua” regional, modificando-a:

INF.- É *balinha*... É *bala*, *balinha*, aqui no tempo que eu era criança nós aqui conhecia como *bombom*, *caramelo*.

INQ.- Esse daqui?

INF.- É, *bombom*, *caramelo*, esse que a gente conhecia, depois que veio, né, já quem tem outra cultura que fala *balinha*. Né.

INQ.- Mas na época aqui era...

INF.- Era *bombom* e *caramelo*.

INQ.- Esse daqui?

INF.- Esse memo.

INQ.- Que legal, sabia não.

INF.- É, a tradição da língua da gente, né.

INQ.- Ahan. Aí depois ficou só *balinha*.

INF.- É, agora ficou *balinha*, né. Agora só *balinha* deixaram do *bombom*, deixaram do *caramelo*... a cultura foi chegando, né, então, modificô tudo.

Inf. 107 – Vila Bela da Santíssima Trindade– MT (sexo feminino, faixa II)

Vale salientar os comentários dos informantes a respeito da vitalidade da variante *caramelo*, disseminada por influência das fronteiras com a Bolívia, no caso da fala de mato-grossenses, e com o Uruguai, na divisa com o Rio Grande do Sul.

CIRC.- Mas a maioria ((inint)) fala *caramelo*.

INF.- *Caramelo* eu num falo isso aí não.

CIRC.- Ah, não. Fala não...

INF.- Só quem vem lá da Bolívia que fala *caramelo*... é *bala*.

Inf. 110 – Cáceres– MT (sexo masculino, faixa I)

INF.- *Bala*.

INQ.- Já ouviu outro nome?

INF.- *Caramelo*, que é do lado do Uruguai.

INQ.- Ah... Do lado do Uruguai fala?

INF.- É.

Inf. 250 – Chuí– RS (sexo masculino, faixa I)

INF.- *Bala*.

INQ.- Como é que fala do outro lado?

INF.- *Caramelo*.

INQ.- Ah. Costuma falar desse lado também?

INF.- Aqui no Brasil?

INQ.- É. INF.- Não, *caramelo* não, é *bala* ou... sim, *bala*.

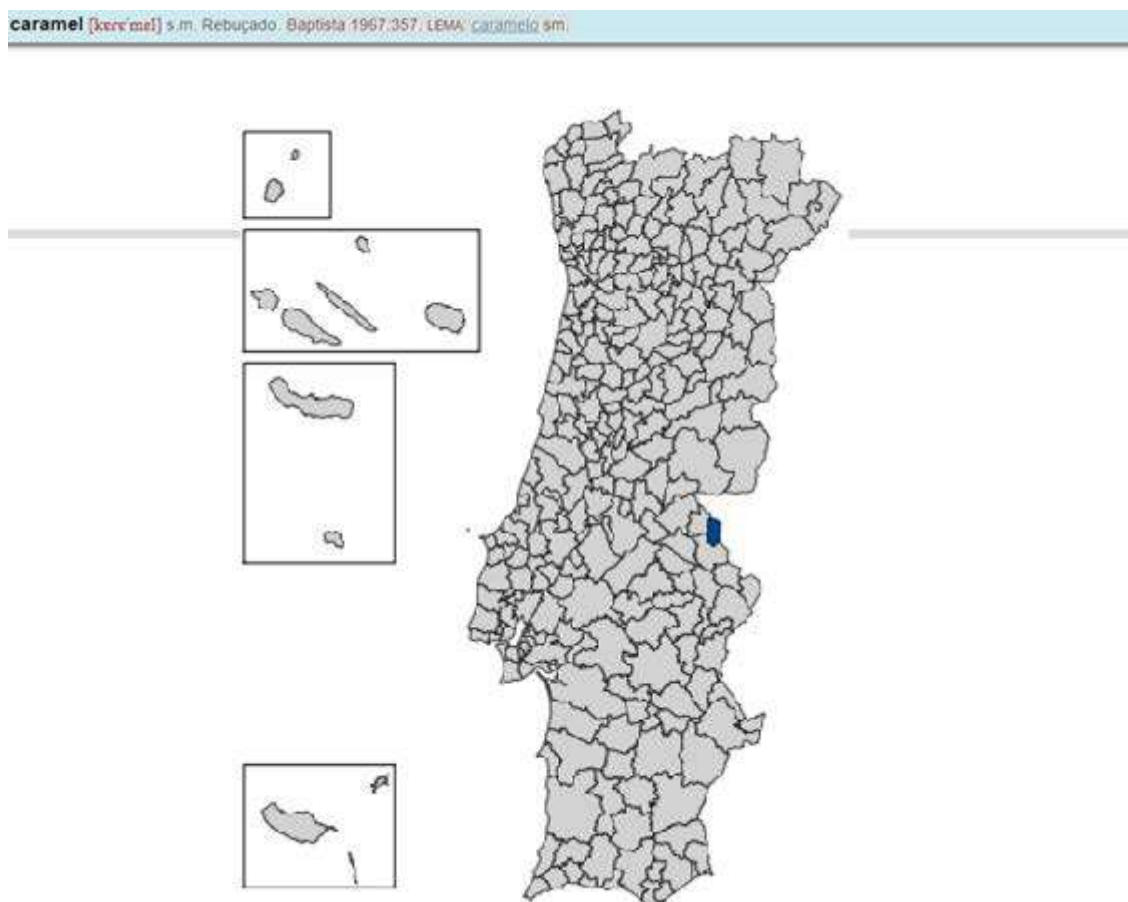
Inf. 250 – Chuí– RS (sexo feminino, faixa II)

Interessante notar que, na fala do informante cacerense, a circunstante age como se “denunciasse” o uso da variante *caramelo* pelo informante, que prontamente nega esse fato, em uma tentativa de “preservação da face”, atribuindo esse uso linguístico somente aos bolivianos. Com efeito, para essa variante, segundo Cunha (2010), é registrado o sentido de “bala”, do latim *calamellus*, de *calāmus* ‘cana’; em outras obras lexicográficas é documentado no sentido de bala feita com a calda de açúcar queimado (HOUAISS; VILLAR, 2009) e Aulete [s/d], *bala puxa-puxa* (FERREIRA, 2010), ou espécie de doce de açúcar (SILVA, 1945) e (BLUTEAU, 1728). Ao perscrutar sobre o sentido de *caramelo* no dicionário da língua espanhola, obtivemos a etimologia do português “caramelo”, no sentido de guloseima feita com caramelo e aromatizada com essências de frutas, ervas etc, na segunda acepção<sup>108</sup>. Diante dessas informações, conjecturamos a respeito da influência da língua espanhola à época do domínio espanhol, em Portugal. Segundo consta em informação veiculada no *site* do Projeto *Tesouro do Léxico galego e português*, a variante foi registrada como sinônimo de “rebuçado”, no campo semântico “Comida e bebida”, no interior de Portugal (Figura 45).

---

<sup>108</sup> Fonte: Dicionário da Real Academia Espanhola, disponível em: <http://www.rae.es/>. Acesso em: 30 dez. 2018.

Figura 45: Variantes para *caramelo* – *caramel* (rebuçado) Baptista (1967)



Fonte: *site* do Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português. Disponível em: <http://ilg.usc.es/Tesouro/pt/>. Acesso em: 28 jan. 2019.

Baptista (1967), em sua dissertação sobre *O falar da Escusa*, documentou, no povoado de Marvão, região campestre do Alentejo, a variante *caramel* (caramelo), como sinônimo para “rebuçado”.

Diante disso, é possível conjecturar que *caramelo*, como forma mais antiga, de influência do espanhol na língua portuguesa, pode ter se irradiado pelo interior do Nordeste. Na Região Sul e Centro-Oeste, certamente, sofreu a influência dos países hispanofalantes, no limite fronteiriço.

A Carta CAG5/185 (Vol. 2) mostra a distribuição espacial de *queimado* pelas adjacências da capital baiana e em trecho descontínuo pelo interior do Estado. Pode-se considerá-la uma variante regional baiana. Abrange parte das áreas do cacau, nordeste agrário, mineração e mediterrâneo pastoril de Diégues Junior (1960); o Brasil crioulo de zona açucareira e o Brasil sertanejo (RIBEIRO, 2006),

além do subfalar baiano. Em Beaurepaire-Rohan (1889), no Aulete [s/d], Houaiss; Villar (2009) e Ferreira (2010) está classificada com a marca de uso (*Bahia*) e sinônimo para *bala*. Em Ortêncio (1983), a entrada traz somente a informação de que seria uma espécie de bala de açúcar. A forma não foi catalogada etimologicamente por Cunha (2010).

A Carta CA1/185, que consta no Volume 2, apresenta uma abstração da arealização para as duas variantes mais produtivas, *bala*, em comparação à *bombom*. Por meio dessa representação, podemos observar a delimitação para as duas formas, restritamente situada: *bombom* predomina no norte do País e *bala* dissemina-se pelo norte e é forma preferida em pontos alocados no Nordeste e rumo ao Centro-Sul brasileiro.

Ao contrário das análises anteriores, foram verificadas apenas duas abstenções. Foi documentada apenas uma forma linguística como candidata a sequência fixa: *bala doce*, que responde aos critérios de fixidez e composicionalidade, sendo uma sequência mais livre, com sentido composicional (MEJRI, 1997).

No que concerne à arealização dos itens lexicais, foram registradas uma forma linguística como norma geral (*bala*) e as variantes regionais: *bombom*, *confeito*, *caramelo* e *queimado*. *Bala*, de origem francesa *balle* (CUNHA, 2010), foi a forma linguística mais produtiva e disseminada por praticamente todo o território. De fato, Cunha (2010) e Ferreira (2010) classificam-na como brasileirismo. Para alguns informantes, *bala* tem sentido de munição, a primeira acepção documentada nos dicionários (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889; HOUAISS; VILLAR, 2009; FERREIRA, 2010) e, por extensão de sentido, *bala* como guloseima, por isso, registraram *bala doce*. Os dicionários mais antigos, como *Bluteau* (1728) e Moraes Silva (1945) documentam somente o primeiro sentido. A variante que representa a norma geral foi obtida, nomeadamente, no Centro-Sul do País, compreendendo todas as regiões, notadamente, na área do subfalar sulista, mas com registro em todos os subfalares (NASCENTES, 1953), e todas as regiões culturais de Diégues Junior (1960) e nos Brasis de Ribeiro (2006). *Bombom*, de étimo francês (*bonbon*), foi registrado no norte do País, na área do falar do Norte (subfalar amazônico, subfalar nordestino e trecho do subfalar baiano), e em porções do Território Incaracterístico (NASCENTES, 1953), além de pontos esparsos. Foi registrado ainda no nordeste agrário, mediterrâneo pastoril, Amazônia e zona do cacau, além de trechos da área

de mineração baiana (DIÉGUES JUNIOR, 1960); na região do Brasil crioulo, o Brasil caboclo e partes do Brasil sertanejo de Ribeiro (2006). Trata-se de uma variante que recebeu a influência do francês na fronteira com a Guiana Francesa. Para a maioria dos falantes, *bombom* remete à guloseima fabricada com chocolate, mas no Norte, adquire outro significado. Desse modo, pode ser categorizada como regionalismo semântico, de acordo com Boulanger (1985), Duc (1990) e Oliveira (1999), pois o item lexical (*bombom*, feito de chocolate) recebeu um novo sentido peculiar em uma região (*bombom*, no sentido de *bala doce*). *Confeito*, do francês *confit* ou do italiano *confetto*, derivado do latim *confectus* (CUNHA, 2010), seria uma variante regional nordestina (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Alagoas), documentada na área do subfalar nordestino e em um trecho do subfalar baiano (NASCENTES, 1963); no nordeste agrário e parte do mediterrâneo pastoril (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil crioulo e porção do Brasil sertanejo (RIBEIRO, 2006).

Os dados obtidos na pesquisa geolinguística ratificam a informação diatópica trazida em Ferreira (2010), de que se trata de um brasileirismo (regionalismo) do Nordeste. *Caramelo*, do latim *calamellus*, de *calāmus* 'cana', variante regional, foi registrada em mais de uma área lexical contígua. Processos migratórios a partir do Nordeste ao Rio Grande do Sul e a partir do Sul para o Mato Grosso e norte do País podem ter contribuído na disseminação da variante. A forma foi documentada em trechos do falar sulista, Território Incaracterístico, subfalar amazônico, baiano e nordestino (NASCENTES, 1953); contempla, ainda, a área Pastoril do extremo-sul, centro-oeste, trecho da área de colonização estrangeira, parte da Amazônia, e entremeio do nordeste agrário mediterrâneo pastoril, zona de cacau e mineração (DIÉGUES JUNIOR, 1960). Conforme a divisão por Ribeiro (2006), situa-se em trechos do Brasil crioulo, Brasil caboclo, Brasil sertanejo e nos Brasis sulinos. Apresenta possível ação espanhola, durante o domínio espanhol em Portugal e recebe, na atualidade, influência do espanhol de fronteira (no RS, MS e MT).

*Queimado*, de etimologia desconhecida, foi documentado em uma área delimitada por isoléxica, ao redor da capital baiana e em um trecho descontínuo no interior baiano, na área do subfalar baiano (NASCENTES, 1953); na zona do cacau, nordeste agrário, mineração e mediterrâneo pastoril (DIÉGUES JUNIOR, 1960); no Brasil crioulo e no Brasil sertanejo (RIBEIRO, 2006). A distribuição diatópica, conforme os dados da pesquisa geolinguística autentica a classificação com a marca

de uso baiano apontada em Beaurepaire-Rohan (1889), no Aulete [s/d], Houaiss; Villar (2009) e Ferreira (2010).

#### 6. 5 QUESTÃO 186 – PÃO FRANCÊS

Figura 46: *Pão francês*



Fonte: **Pinterest**. Disponível em:

<https://br.pinterest.com/pin/355573333070862867/visual-search/?x=16&y=12&w=530&h=378>. Acesso em: 22 ago. 2019.

##### 6.5.1 Notas sobre o *pão francês*

O “pão nosso de cada dia” é companheiro (*cum + panis + -eiro*) sempre presente à mesa do brasileiro, consumido durante o café da manhã, no lanche da tarde e, por vezes, como acompanhamento para pratos. No entanto, conforme Cascudo (2011), nos primeiros momentos até princípios do século XX, não era comum nos sertões e núcleos urbanos no Brasil.

O solo e as condições climáticas do Brasil, anteriormente, não eram favoráveis para o cultivo do trigo, principal cereal empregado para o fabrico do pão e usado desde a Antiguidade. Mussolini (1972, p. 314) esclarece que a mandioca, introduzida pela cultura indígena, substituíra o pão europeu, por isso, era chamada

de “pão dos trópicos”, “pão dos pobres” ou “pão da terra”. A adaptação dessa raiz a vários terrenos tornou-a principal gênero de alimentação.

O trigo era cultivado no Sul, a partir de São Paulo, nos Campos Gerais (hoje Paraná) até o Rio Grande do Sul. O seu plantio também se deu em distritos de Minas Gerais e em Jacobina, na Bahia (PRADO JUNIOR, 2008, p. 158).

Durante o período colonial, o Rio Grande do Sul foi grande produtor de trigo. A triticultura brasileira teve início em São Vicente, em 1531, provavelmente, por ação de Martin Afonso de Souza, mas a produção da gramínea realmente teve início após o povoamento do Rio Grande do Sul, em 1737, por Silva Pais, com a vinda de sementes de Curitiba e também das ilhas portuguesas. Os primeiros colonos caucasianos produziam apenas para consumo próprio. A área de cultivo, em 1781, compreendia as localidades de Caí, Cima da Serra, Encruzilhada, Estreito do Norte, Jacuí, Lombas, Porto Alegre, São Pedro e Povo Novo, Rio Pardo, Santo Amaro e Viamão. Nessa época, a população sul-rio-grandense era reduzida e credita-se à imigração açoriana (entre 1748 e 1752) a expansão da triticultura gaúcha. Boa parcela da produção era destinada ao Rio de Janeiro e, após a independência, em 1822, passou da área de colonização lusa (crise devido à ferrugem) para a alemã, não prosperando e sendo retomada pelos italianos, em 1875. As guerras luso-espanholas e deslocamento de homens para o combate na bacia do Prata desfalcou a mão de obra necessária ao cultivo e o trigo passou a adentrar o País por meio do contrabando e, depois, importado da América e Europa<sup>109</sup>.

As primeiras tavernas e padarias, surgidas no século XIX, eram gerenciadas por portugueses. Durante a era colonial, os padeiros públicos eram raros e, em geral, o pão era produzido a partir do beiju (farinha de mandioca), do cuscuz de milho, ou raramente, do trigo, e fabricado de modo caseiro. (FREYRE, 2003, p. 386). Orenstein (2016) e Lima (2017) confirmam que, no final do século XIX e início do XX, eram mais consumidos os derivados de mandioca e o pão de milho. Com a influência dos imigrantes italianos e o advento da industrialização, passou-se a consumir mais pães. Cogita-se que, no começo do século XX, durante o período da *belle époque*, a elite brasileira viajava para a França e retornava descrevendo um tipo de pão pequeno e com casca dourada, que passou a ser copiado pelos padeiros brasileiros naquele período e passou a ser denominado “pão francês”, ou seja, um

---

<sup>109</sup> Informações obtidas em: <http://www.cnpt.embrapa.br/pesquisa/agromet/pdf/Triticultura>. Acesso em 31 dez. 2018.

pão à moda francesa. A título de curiosidade, trazemos o trecho de transcrição da entrevista com o informante carioca, do sexo masculino, faixa II, que graceja com o sentido da expressão *pão francês*:

INF.- Piqueno. *Pão piqueno*.

INQ.- Mas como é que é o nome desse tipo de pão que é o pequeno?

INF.- *Pãozinho*?

INQ.- Tem mais nome pra ele? O pequeno...

INF.- Bisnaga?

INQ.- Na... Aí...

INF.- Bisnaga é grande, né.

INQ.- Bisnaga é grande. E o pequenininho?

INF.- *Pão francês*? Entrô estrangeiro no meio... ((risos))

Inf. 202 – Rio de Janeiro – RJ (sexo masculino, faixa II)

Na atualidade, foram inauguradas novas áreas tritícolas em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, incrementando a produção.

#### 6.5.2 Análise da questão 186 – *pão francês*

O consumo disseminado pelos quatro cantos do Brasil pode ser constatado pela profusão de denominações para o “pão feito à base de farinha de trigo, sal e água”. Foi verificada apenas uma única não resposta, em 125-2 Catalão, Goiás, pois, em geral, os informantes optam pela forma genérica *pão*, devido à familiaridade com o referente. Assim como ocorreu no momento da aplicação do questionário, para a questão 185 (*bala/ bombom*), em geral, durante a entrevista, é levada a realia ou uma imagem do denominado *pão francês*, para dirimir dúvidas e evitar abstenções.

No processo de agrupamento de variantes, novamente, foram consideradas as mais produtivas e que, de certa forma, integram-se em registros espacialmente delimitados. Diante disso, foram condensadas as seguintes formas morfofonêmicas:

- i) Formas no diminutivo e/ou plural: *pão francês* > *pãozinho francês*, *francês*, *francesinho*; *pão* > *pães*, *pãozinho*, *pãezinhos*; *pão de sal* > *pãozinho*, *pãozito de sal*; *pão carioca* > *pão carioquinha*; *pão d’água* > *pãozinho d’água*; *pão pequeno* > *pão pequenino*, *pão pequenininho*; *pão careca* > *carequinha*; *filão* > *filãozinho*;

- ii) Formas compostas e perifrásticas: optamos pelas formas mais produtivas registradas pelos falantes, ou seja, as formas compostas, agrupando as unidades lexicais simples, excetuando-se *cacetinho* (*cacetinho* > *pão cacetinho*): *pão francês* > *francês*; *pão carioca* > *carioca*; *pão careca* > *careca*; *pão massa grossa* > *massa grossa*; *pão aguado* > *aguado*;
- iii) Seleção das formas compostas mais produtivas: *pão francês* > *pão francês comum*; *pão de sal* > *pão de sal pequeno*, *pão salgado*;
- iv) Alteamento da vogal /e/ > /i/: *bengalinha* > *bingalinha*.

Desse modo, foram organizadas as variantes e os respectivos agrupamentos.

Quadro 9 – Agrupamentos lexicais de variantes para a questão 186 do QSL

Agrupamentos lexicais (rótulo)	Variantes agrupadas
<i>Pão francês</i>	<i>Francês, pãozinho francês, francesinho, pão francês comum</i>
<i>Pão</i>	<i>Pães, pãozinho, pãezinhos</i>
<i>Pão de sal</i>	<i>Pãozito/pãozinho de sal, pão de sal pequeno, pão salgado</i>
<i>Cacetinho</i>	<i>Pão cacetinho, pão cacete, cacetinha</i>
<i>Pão carioca</i>	<i>Carioquinha, pão carioquinha, carioca</i>
<i>Pão d'água</i>	<i>Pão de água, pãozinho d'água</i>
<i>Pão pequeno</i>	<i>Pão pequenino, pãozinho pequenininho</i>
<i>Pão careca</i>	<i>Carequinha, careca</i>
<i>Pão massa grossa</i>	<i>Massa grossa, pão massa grossa menor</i>
<i>Filão</i>	<i>Filãozinho</i>
<i>Pão aguado</i>	<i>Aguado</i>
<i>Bengalinha</i>	<i>Bingalinha</i>

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB pela autora.

As formas linguísticas documentadas como respostas para a questão 186, candidatas a sequências fixas foram: *pão francês, pãozinho francês, pão francês comum; pão de sal, pãozito/pãozinho de sal, pão de sal pequeno, pão salgado; pão cacetinho, pão cacete; pão carioca, pão carioquinha; pão d'água, pão de água, pãozinho d'água; pão pequeno, pão pequenino, pãozinho pequenininho; pão careca; pão massa grossa, massa grossa, pão massa grossa menor; pão aguado; pão de trigo; pão Jacó.*

Como estruturas morfológicas documentadas temos: *pão francês, pão salgado, pão careca, pão aguado, pão carioca, pão pequeno, massa grossa*

(substantivo + adjetivo); *pão francês comum* (substantivo + adjetivo + adjetivo); *pãozinho francês* (substantivo diminutivo + adjetivo); *pão de sal pequeno* (substantivo + preposição DE + substantivo + adjetivo); *pão de sal, pão d'água, pão de água, pão de trigo* (substantivo + preposição DE + substantivo); *pãozito/ pãozinho de sal* e *pãozinho d'água* (substantivo diminutivo + preposição DE + substantivo); *pão cacete, pão Jacó* (substantivo + substantivo); *pão cacetinho* (substantivo + substantivo diminutivo); *pão carioquinha, pão pequenino* (substantivo + adjetivo diminutivo); *pãozinho pequenininho* (substantivo diminutivo + adjetivo diminutivo); *pão massa grossa* (substantivo + substantivo + adjetivo) e *pão massa grossa menor* (substantivo + substantivo + adjetivo + adjetivo).

As estruturas linguísticas seguiram a composicionalidade e a transparência semântica, sendo formas mais livres: *pão de sal, pão d'água, pão de água, pão de trigo, pãozito/ pãozinho de sal, pãozinho d'água, pão de sal pequeno, pão salgado, pão aguado, pão pequeno, pão pequenino, pãozinho pequenininho*, fazendo referência aos ingredientes para o fabrico do *pão* (água –*aguado*-, sal –*salgado*-, trigo) e quanto ao tamanho (adjetivo *pequeno*). Já *pão careca, pão cacete, pão cacetinho, pão massa grossa* e *pão massa grossa menor* são sequências fixas mais metafóricas, com o sentido mais abstrato podendo ser recuperado pelos elementos: *careca*, no sentido, mais liso; *cacete* e *cacetinho*, em formato análogo ao *cacete*, arma de madeira, cilíndrica e *massa grossa* quanto à consistência da massa usada na fabricação e *menor* qualificativo quanto ao tamanho, se comparado ao *pão massa grossa maior* (*pão bengala/ baguete*). *Pão francês, pão francês comum, pãozinho francês* são também sequências fixas, têm sentido mais abstrato, podendo ser recuperado pelos elementos que constituem cada expressão. Nesse caso é necessário analisar o contexto, resgatando-se o momento histórico em que esse tipo de pão foi inserido no Brasil, como um produto similar aos que eram produzidos na França.

*Pão Jacó* apresenta fixidez completa, possuindo sentido que não pode ser deduzido dos elementos que constituem a expressão, de significado mais opaco. Para compreender a expressão como um todo, é necessário recorrer ao contexto (MEJRI, 1997). É possível associá-lo ao personagem bíblico citado no livro do Gênesis, conforme comentado por Altino (2016, no prelo). No trecho bíblico, Esaú, irmão mais velho de Jacó troca sua primogenitura pelo pão e guisado de lentilhas

feito por Jacó<sup>110</sup>. *Pão carioca* e *pão carioquinha* são formas fixas, também mais abstratas, em que o contexto importa para esclarecer o sentido da forma global.

No cenário geral, foram registradas 48 variantes para o referente em pauta, sendo 16 itens, com seus devidos agrupamentos, validados para a cartografia linguística e 32 categorizados como *outras*, pela baixa produtividade e/ou registro por falantes residentes em localidades mais dispersas geograficamente, além de quatro formas desconsideradas.

Tabela 5 – Produtividade geral das variantes (questão 186 do QSL)

<b>Variantes</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>
<b><i>Pão francês</i></b>	452	36,93%
<b><i>Pão</i></b>	236	19,28%
<b><i>Pão de sal</i></b>	165	13,48%
<b><i>Cacetinho</i></b>	80	6,54%
<b><i>Outras</i></b>	63	5,15%
<b><i>Pão carioca</i></b>	46	3,76%
<b><i>Pão d'água</i></b>	39	3,19%
<b><i>Pão pequeno</i></b>	29	2,37%
<b><i>Pão careca</i></b>	28	2,29%
<b><i>Pão massa grossa</i></b>	27	2,21%
<b><i>Filão</i></b>	22	1,80%
<b><i>Média</i></b>	11	0,90%
<b><i>Pão aguado</i></b>	10	0,82%
<b><i>Pão de trigo</i></b>	5	0,41%
<b><i>Bengalinha</i></b>	4	0,33%
<b><i>Brizolinha</i></b>	4	0,33%
<b><i>Pão Jacó</i></b>	3	0,25%
<b>Total</b>	<b>1224</b>	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB pela autora.

Na somatória geral (Tabela 5), foram obtidas 1224 ocorrências, das quais as mais frequentes são: *pão francês*, com 452 ocorrências, totalizando 36,93% das respostas válidas; *pão*, com 236 registros representando 19,28%; *pão de sal*, com 165 e 13,48%; *cacetinho*, 80 respostas e 6,54%; *outras* variantes, com 63 e 5,15% da porcentagem; *pão carioca*, com 46 e 3,76%; *pão d'água*, totalizando 39 e 3,19%; *pão pequeno*, com 29 e 2,37%; *pão careca*, perfazendo 28 respostas e 2,29%; *pão massa grossa*, com 27 e 2,21%; *filão*, com 22 e 1,80%; *média*, com 11 e 0,90%; *pão aguado*, dez ocorrências e 0,82%; *pão de trigo*, com cinco e 0,41%; *bengalinha* e *brizolinha*, com quatro, sendo 0,33% cada uma, e *pão Jacó*, apresentando três registros, somando 0,25% do total.

<sup>110</sup> Fonte: Bíblia online. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/25>. Acesso em: 26 jan. 2019.

Foram categorizadas como *outras*, as variantes: *pão comum*, com dez menções; *pão normal*, *pão de padeiro*, *pão de milho*, *bilha* (com quatro ocorrências cada); *pão água e sal* e *pão de 50 gramas* (três ocorrências); *pão da/de padaria*, *bisnaga/bisnaguinha*, *pão crioulo*, *pão/pãozinho comum*, *pão simples*, *pão/pãozinho baiano*, *pão de vinte/ pão de vinte centavos* (com dois registros), além das *hápax legomena*: *pãozinho de dez centavos*, *pão de quinze*, *mini*, *pilãozinho*, *pão da casca grossa*, *pão cascudo*, *pão de rua*, *pão da casca dura*, *pão de lastro*, *sovado*, *salário mínimo*, *italiano*, *pão de forno*, *paulistinha*, *pão manual pequeno*, *pão brotinho*, *pãozinho sequinho* e *portenho*. Algumas variantes foram desconsideradas, por se tratar de formas mais familiares ou que causam estranhamento: *cachorrinho*, *pão amassado de pé*, *pão de doce*, *pão tatu*.

Os resultados registrados por região estão dispostos nas figuras que se seguem.

Procedemos à análise dos dados referentes à Região Norte<sup>111</sup> de acordo com a Figura 47.

Figura 47: Produtividade geral para a questão 186 QSL (*pão francês*) na Região Norte

Número da questão: 186

Questão COMO SE CHAMA ISTO?

Variantes	Número de ocorrências	%
pão francês	34	29.31%
pão careca	26	22.41%
pão	23	19.83%
pão massa grossa	14	12.07%
outras	9	7.76%
pão pequeno	7	6.03%
pão de sal	3	2.59%

116

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

*Pão francês*, variante mais produtiva na fala dos informantes nortistas, obteve 34 registros, totalizando 29,31% das respostas. *Pão careca*, com 26 registros, fez 22,41%; *pão*, mais genérico, obteve 23 menções, representando 19,83% do total; *pão massa grossa* obteve 14 e 12,07%; as *outras* formas registradas pelos informantes totalizaram nove, sendo 7,76%; a variante *pão pequeno* foi lembrada

<sup>111</sup> Ocorreu um problema técnico na gravação de uma entrevista.

por sete falantes, representando índice de 6,03%, e *pão de sal* foi registrada por somente três informantes, sendo 2,59% dos dados.

Para a análise dos dados referentes à Região Nordeste<sup>112</sup>, elaboramos a Tabela documentada na Figura 48.

Figura 48: Produtividade geral para a questão 186 QSL (*pão francês*) na Região Nordeste

Número da questão: 186

Questão COMO SE CHAMA ISTO?

Variantes	Número de ocorrências	%
pão francês	90	25.00%
pão de sal	75	20.83%
pão	71	19.72%
pão carioca	46	12.78%
outras	21	5.83%
pão pequeno	14	3.89%
pão massa grossa	13	3.61%
pão aguado	10	2.78%
cacetinho	9	2.50%
pão d'água	7	1.94%
pão Jacó	3	0.83%
pão de trigo	1	0.28%
	360	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

No cenário quantitativo da Região Nordeste, mais polimórfico, entre as 360 ocorrências totais, *pão francês* foi novamente a variante mais produtiva, com 90 registros, representando 25% do total; *pão de sal*, com 75 registros, 20,83%; *pão* foi mencionado por 71 informantes, sendo 19, 72% dos dados; *pão carioca*, com 46 registros perfaz 12,78%; *outras* formas, com 21 ocorrências, 5,83%; *pão pequeno*, obteve 14, sendo 3,89%; *pão massa grossa*, com 13 ocorrências, totalizou 3,61% dos dados; *pão aguado*, registrou dez, sendo 2,78%; *cacetinho* perfaz nove registros, 2,50%; *pão d'água*, com sete, 1,94%; *pão Jacó* obteve três registros, totalizando 0,83% e *pão de trigo*, foi documentado por apenas um informante nordestino, representando 0,28%.

Os dados referentes à Região Centro-Oeste<sup>113</sup> foram organizados na Figura 49.

<sup>112</sup> Sete entrevistas apresentaram problemas técnicos.

<sup>113</sup> Ocorreram problemas técnicos em uma entrevista.

Figura 49: Produtividade geral para a questão 186 QSL (*pão francês*) na Região Centro-Oeste

Número da questão: 186

Questão COMO SE CHAMA ISTO?

Variantes	Número de ocorrências	%
pão francês	69	65.09%
pão	17	16.04%
pão de sal	11	10.38%
outras	7	6.60%
pão pequeno	2	1.89%
	<b>106</b>	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

Dentre as 106 ocorrências obtidas na Região Centro-Oeste, *pão francês* foi a forma mais produtiva, com 69 ocorrências, representando 65,09% da totalidade, apresentando a maior diferença numérica entre a primeira e segunda formas mais documentadas por região. A variante genérica *pão* obteve 17 registros, sendo 16,04%; *pão de sal* apareceu com 11 registros e 10,38%; *outras* variantes tiveram sete ocorrências, sendo 6,60% e *pão pequeno*, apenas dois registros, representando 1,89% do total.

Para a análise dos dados referentes à Região Sudeste, elaboramos a Tabela documentada na Figura 50.

Figura 50: Produtividade geral para a questão 186 QSL (*pão francês*) na Região Sudeste

Número da questão: 186

Questão COMO SE CHAMA ISTO?

Variantes	Número de ocorrências	%
pão francês	177	41.36%
pão	105	24.53%
pão de sal	76	17.76%
filão	22	5.14%
outras	15	3.50%
média	11	2.57%
pão pequeno	6	1.40%
pão d'água	6	1.40%
bengalinha	4	0.93%
brizolinha	4	0.93%
pão careca	2	0.47%
	<b>428</b>	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

O panorama da Região Sudeste, também polimórfico, apresentou, entre as 428 ocorrências registradas, 177 para *pão francês*, totalizando 41,36% dos dados. *Pão* foi registrado por 105 informantes, sendo 24,53%; *pão de sal* registrou 76 ocorrências, com 17,76% do total; a variante *filão*, obteve 22, sendo 5,14%; *outras* variantes, 15 registros e índice de 3,50%; *média*, 11, com 2,57%; *pão pequeno* e *pão d'água*, com seis, sendo 1,40%, cada um; *bengalinha* e *brizolinha*, apresentaram quatro, sendo 0,93% cada, e *pão careca*, registrado por apenas dois informantes, totalizou 0,47% dos dados.

Os dados registrados na Região Sul<sup>114</sup> foram expostos na Figura 51.

Figura 51: Produtividade geral para a questão 186 QSL (*pão francês*) na Região Sul

Número da questão: 186

Questão COMO SE CHAMA ISTO?

Variantes	Número de ocorrências	%
<i>pão francês</i>	82	38.32%
<i>cacetinho</i>	71	33.18%
<i>pão d'água</i>	26	12.15%
<i>pão</i>	20	9.35%
<i>outras</i>	11	5.14%
<i>pão de trigo</i>	4	1.87%
	214	

Fonte: adaptado do banco de dados do Projeto ALiB e gerado pelo programa SGVCLin (2014)

Na Região Sul, foram computadas, no total, 214 ocorrências, sendo 82 para *pão francês*, perfazendo 38,32% dos dados; 71 registros para *cacetinho*, sendo 33,18%; *pão d'água*, 26, e 12,15%; *pão*, com 20 ocorrências, perfazendo 9,35%; *outras* formas, com 11 registros e 5,14%, e *pão de trigo*, quatro registros, representando 1,87% dos dados.

A Carta CD1/186 (Vol. 2) traz a distribuição diatópica das variantes que recobrem o conceito do “pão feito à base de farinha de trigo, sal e água”, na Região Norte. A variante mais produtiva, *pão francês*, abrange os pontos tocantinenses 23 - Pedro Afonso e 24 - Natividade, sendo hegemônica nas localidades rondonienses 21- Porto Velho e 22- Guajará-Mirim, e registrada mais ao sul, em 10-Óbidos, 14 – Altamira, 16 – Jacareacanga, 18 – Itaituba, paraenses, sudoeste, como em 07 - Benjamin Constant e 08 – Humaitá, no Amazonas, e 19 – Cruzeiro do Sul e 20 – Rio Branco, no Acre, e centro e noroeste da Região, como no ponto 03 – Boa Vista (RR);

<sup>114</sup> Apenas um trecho de entrevista apresentou problemas técnicos.

em 04 - São Gabriel da Cachoeira, 06 – Manaus e 07 - Benjamin Constant, no Amazonas. A variante *pão careca*, predominante na fala de informantes naturais no nordeste da Região Norte, adentrando o norte e centro, formando uma área delimitada por isoléxica abrangendo os pontos 01 - Oiapoque, no Amapá; 03 – Boa Vista (RR); 9 – Soure, 10- Óbidos, 11 – Almeirim, 12 – Belém, 13 – Bragança, 14 – Altamira, paraenses, além de forma hegemônica na capital amapaense. Já a variante *pão*, também produtiva em todas as regiões por ser uma denominação mais genérica, foi registrada em várias localidades ao longo da região, excetuando-se os pontos situados em Rondônia. A área em que a forma linguística *pão massa grossa* foi registrada foi delimitada por duas isoléxicas não contíguas: uma caminha do norte ao noroeste da Região nortista (03- Boa Vista, em Roraima, e 04 – São Gabriel da Cachoeira, 05 – Tefé, 06 – Manaus e 07 – Benjamin Constant, no Amazonas) e a outra abrange as localidades situadas a leste (12 – Belém e 15 – Marabá, paraenses).

Sob a denominação *outras*, reunimos as variantes *pãozinho de dez centavos*, *pão de quinze*, *pão de vinte centavos* foram registradas em 01- Oiapoque; *pão da água e sal* e *pão comum*, no ponto 05 – Tefé; na localidade 06 – Manaus, *pão brotinho*; em 07 – Benjamin Constant, *pão da casca dura*, *pão de lastro*, *pão da casca grossa*; em 17 – Conceição do Araguaia, *pão comum*, e em 20 – Rio Branco, *pão manual pequeno*. A forma linguística *pão pequeno* foi obtida em pontos abrigados em duas áreas distintas, formadas pelas localidades 06 – Manaus (AM) e 16 – Jacareacanga (PA), e 11- Almeirim e 09 – Soure, paraenses e uma área descontínua em 15 – Marabá (PA). Em direção ao Nordeste do País, a forma *pão de sal* foi obtida em 14 - Altamira, 15 – Marabá, também paraenses, e em 23 – Pedro Afonso, localidade tocantinense.

A Região nordestina apresenta, novamente, um cenário polimórfico, em representação dividida em duas cartas (Carta CD2.1/186 e Carta CD2.2/186, Vol. 2). Tal panorama variado ocorre, provavelmente, pela miscigenação de vários povos de diversas etnias autóctones e alóctones (brancos, negros, indígenas, franceses, holandeses, espanhóis...) que retratam em sua fala, sua múltipla ancestralidade.

Na carta (CD2.1/186), a variante mais produtiva em todas as regiões brasileiras (*pão francês*), retrato da norma geral para o referente em pauta, apresentou registro mais marcante na fala da área compreendida do litoral ao interior do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e trecho da Bahia,

sendo variante hegemônica nas localidades potiguares 52 - Angicos e 53 – Natal; paraibanas 56- Cuité e 61 - João Pessoa, e em 65 - Olinda (PE) e 75 - Santana do Ipanema (AL). Além dessa área, circunscrita por isoléxica, a forma linguística foi registrada ainda nos pontos cearenses de 39 – Camocim, 40 – Sobral e 41- Fortaleza; na capital maranhense 26 – São Luís; nas localidades piauienses 34 – Teresina, 35 – Piripiri, 36 – Picos e 37 – Canto do Buriti, e baianas, 84- Barra, 87 - Barreiras, 91 - Santo Amaro, 93 - Salvador, 100 - Itapetinga, 101 - Santa Cruz Cabralia e 102 – Caravelas.

Hegemônica no ponto de inquérito baiano 96 – Caetité, a forma linguística *pão de sal*, foi registrada na maioria das localidades baianas, excetuando-se os pontos 81 – Juazeiro, 92 – Santana e 95 - Jequié. Ainda, tal área cercada por isoléxica estende-se às localidades pernambucanas: 62 - Exu, 63 – Salgueiro, 66 – Afrânio, 67 – Cabrobó e 73 – Petrolina; mais 57 – Cajazeiras e 058 – Itaporanga (PB), na Paraíba, e 80 – Estância, em Sergipe. Ainda, foi documentada em 27 – Brejo (MA), 60 – Campina Grande (PB) e 74 - União dos Palmares (AL), em locais mais dispersos, além de uma área abrangida por isoléxica rumo ao centro-sul maranhense e piauiense: abrangendo 29 – Imperatriz (MA), 31 - São João dos Patos, 32 – Balsas (MA), 33 - Alto Parnaíba (MA) e 38 - Corrente (PI).

A variante genérica *pão* foi a única forma elicitada pelos informantes baianos inquiridos em 81- Juazeiro e 95 – Jequié. Foi registrada também em pontos mais esparsos, como na maioria das localidades maranhenses e baianas, em todos os pontos piauienses, à exceção da capital, e em algumas localidades do Rio Grande do Norte a Sergipe, e em apenas uma cearense.

A distribuição espacial da forma linguística *pão carioca*, delimitada por uma isoléxica, foi registrada em todos os pontos cearenses e na localidade piauiense 36 - Picos, situada próxima ao Estado, tendo sido hegemônica em 42 – Ipu, 45 - Quixeramobim, 47 – Limoeiro do Norte e 49 – Iguatu, situadas no Ceará.

As variantes na categoria de *outras* foram registradas nas seguintes localidades: 29 – Imperatriz (MA) - *pão de vinte*; 30 – Tuntum (MA) – *pãozinho sequinho*; 37 – Canto do Buriti (PI) – *pão normal*; 43 - Canindé (CE) – *sovado*; 54 – Pau dos Ferros (RN) – *pão normal*; 58 - Itaporanga (PB) – *pão de rua*; 60 - Campina Grande (PB) - *pão crioulo*; 71 – Floresta (PE) – *pão comum*; 72 – Garanhuns (PE) – *pão baiano*; 78 - Propiá (SE) - *pão de milho*; 67 - Cabrobó (PE) – *pão crioulo*; 85 – Irecê (BA) - *pão comum*; 91 – Santo Amaro (BA) – *pão normal*; 92 – Santana (BA) –

*pão simples*; 98 – Vitória da Conquista (BA) - *pão de 50 gramas* e em 100 - Itapetinga (BA) - *pão de 50 gramas*. *Pão pequeno* foi documentado em pontos dispersos, tais como: 28 - Bacabal (MA), 35 - Piripiri (PI), 62 – Exu (PE), 64 - Limoeiro (PE), 70 - Recife (PE), 79 – Aracaju (AL), 83 - Euclides da Cunha (BA), 92 - Santana (BA), 99 - Ilhéus (BA) e 102 - Caravelas (BA).

Na carta CD2.2/186, Vol. 2, observamos que a sétima forma em ordem de produtividade na Região Nordeste, *pão massa grossa*, inscreveu-se em área delimitada por isoléxica que se expande nas localidades maranhenses rumo ao Pará, não ocorrendo somente nos pontos 30 – Tuntum e 33 – Alto Parnaíba, situados no Maranhão.

A distribuição espacial para a variante *pão aguado* também foi circunscrita por uma isoléxica, em pontos situados a oeste na Paraíba e Rio Grande do Norte, além do centro pernambucano: 54 - Pau dos Ferros (RN), 55 – Caicó (RN), 57 – Cajazeiras (PB), 58 – Itaporanga (PB) e 71 – Floresta (PE).

A variante *cacetinho* foi registrada em localidades baianas, integradas pelo traçado de uma pequena isoléxica, ao redor da capital Salvador, abrangendo, além da capital baiana, 88 – Alagoinhas, 91 – Santo Amaro e 94 - Valença. Mais dispersos, os registros para *pão d'água* ocorreram em: 49 – Iguatu (CE), 51 - Mossoró (RN), 80 - Estância (SE) e 82 - Jeremoabo (BA). A variante *pão Jacó* foi registrada somente em Aracaju, forma mais local. Apenas um informante baiano (do sexo masculino, faixa I), residente no ponto 86 – Jacobina, documentou a forma *pão de trigo*, que aparece também nos dados da Região Sul.

Na Região Centro-Oeste (Carta CD3/186, Vol. 2), novamente, a variante mais produtiva *pão francês* predominou nas localidades situadas ao norte e centro de Mato Grosso (pontos 103 – Aripuanã, 106 – Poxoréu e 110 Cáceres), em um município no centro de Goiás (ponto 122 - Goiás) e no centro-sul sul-mato-grossense (pontos 112 - Coxim, 114 - Paranaíba, 115 - Campo Grande, 116 – Nioaque e 117 - Ponta Porã), além de ter sido registrada em outras localidades.

A arealização da forma mais genérica *pão* foi delimitada por isoléxica, recobrando o entremeio dos três Estados que compõem a Região. A distribuição dos registros para a variante *pão de sal* integra-se em uma área delimitada por isoléxica, que caminha desde a Região Nordeste, sendo hegemônica na localidade goiana 119 - São Domingos e documentada em 111 - Alto Araguaia (MT), 121 – Formosa (GO), 123 – Goiânia (GO) e 126 – Quirinópolis (GO). Ainda, *outras* variantes foram

registradas em pontos mais difusos, tais como: 105 – Diamantino (MT) - *pãozinho comum*; 108 – Cuiabá (MT) - *pão cascudo*; 118 – Porangatu (GO) - *pão simples*; 121 – Formosa (GO) – *bisnaga*; 125 – Catalão – GO - *bisnaguinha*, 126 – Quirinópolis (GO) – *pão comum*. *Pão pequeno*, mais dispersa, foi obtida por falantes goianos residentes em 120 – Aruanã e 123 – Goiânia.

O cenário linguístico polimórfico da Região Sudeste, dividido em duas cartas (CD4.1/186 e CD4.2/186), com as cinco variantes mais produtivas organizadas na Carta CD4.1/186, Vol. 2, mostra a variante *pão francês* documentada em todos os Estados, sendo hegemônica na localidade capixaba de 191- Santa Teresa, nos pontos fluminenses 198 – Macaé, 204 - Arraial do Cabo, 200 – Petrópolis, e nos paulistas 165 - Presidente Prudente, 161 - Presidente Epitácio, 170 - Bernardino de Campos e 179 - São Paulo.

A variante mais genérica, *pão*, também foi registrada em todos os Estados, sendo a forma única eleita no ponto paulista 160 – Mococa. A distribuição espacial para a variante *pão de sal* integra-se em uma área delimitada por isoléxica que abrange principalmente áreas mineiras, em direção ao norte e sul capixaba, norte fluminense, nordeste e oeste paulista.

*Filão*, variante regional, foi registrada no interior de São Paulo, nos pontos 181 - Itararé, 182 - Capão Bonito, 177 - Itapetininga, 178 - Sorocaba, 172 – Piracicaba, em arealidade contornada por uma isoléxica, ocorrendo também na localidade 157 - Ribeirão Preto. Outras variantes foram registradas nas localidades 131 - Montes Claros (MG) - *pãozinho baiano*, *pão normal*; 137 - (MG) - ;142 - Ouro Preto (MG) - *pão normal*; 143 – Viçosa (MG) – *pão comum*; 150 – Jales (SP) - *pão de 50 gramas*, 151 – Votuporanga (SP) - *pão da padaria*, 159 – Ibitinga (SP) - *pilãozinho*, 164 - Teodoro Sampaio (SP) - *pão de padaria*; 193 – Itaperuna (RJ) - *salário mínimo* e *bisnaguinha*, 194 – São João da Barra (RJ) - *bisnaga*, 195 – Campo dos Goytacazes (RJ) – *pão normal*, 202 – Rio de Janeiro (RJ) - *mini*, 203 – Niterói (RJ) – *italiano* e 206 – Paraty (RJ) – *pão normal*.

Na carta CD4.2/186, Vol. 2, está registrada a delimitação espacial das seis variantes mais produtivas, na região Sudeste. *Média*, uma forma regional documentada na carta, foi a variante obtida em localidades litorâneas paulistas, a saber: 184 - Santos, 186 - Registro, 187 - Cananéia. A variante *pão d'água* foi registrada nos pontos paulistas 150 - Jales, 159 - Ibitinga, 169 - Assis, 171- Botucatu e 185 - Ribeira, de modo mais espaçado, assim como *pão pequeno* em 203 - Niterói,

129 – Pedra Azul, 131 – Montes Claros e 133 – Teófilo Otoni. A variante *bengalinha* foi registrada somente na localidade paulista 159 Ibitinga; nas localidades fluminenses, *brizolinha* foi documentada em 194 - São João da Barra e 195 - Campos dos Goytacazes e *pão careca* foi obtido em 197 - Nova Friburgo e 203 Niterói.

O panorama geolinguístico da Região Sul (Carta CD5/186, Vol. 2) mostra uma peculiaridade quanto à distribuição diatópica das variantes *pão francês*, que caminha do norte (Paraná) para o centro (Santa Catarina) da Região e *cacetinho*, em processo inverso, rumo do sul (Rio Grande do Sul) às terras catarinenses.

A primeira denominação, *pão francês*, foi a única registrada pelos informantes das localidades paranaenses em 207 - Nova Londrina, 208- Londrina, 209 - Terra boa, 214 - Pirai do Sul, 217 - São Miguel do Iguacu, 219 – Guarapuava e 221 - Morretes; a última, foi hegemônica em sete pontos sul-rio-grandenses: 234 - Três Passos, 235 - Erechim, 242 - Santa Maria, 246 - Caçapava do Sul, 245 - Uruguaiana, 247 - Santana do Livramento e 249 - São José do Norte.

*Pão d'água* foi documentado notadamente em pontos situados no sudeste, sudoeste e centro catarinense rumo ao centro, sudoeste e nordeste paranaenses, além de pontos não contíguos no RS, como em 239 - São Borja e 243 – Porto Alegre, sendo a forma preferida registrada no ponto catarinense 233 – Criciúma.

Outras variantes foram obtidas em localidades mais dispersas, como em 215 – Toledo (PR) – *paulistinha*; 218 – Imbituva (PR) - *pão de padeiro*; 224 - Porto União (SC) - *pão de padeiro*; 228 – Itajaí (SC) – *pão de padeiro*; 229 – Concórdia (SC) - *bilha*; 243 - Porto Alegre (RS) - *pão comum*; 244 – Osório (RS) - *bilha* e 250 - Chui (RS) - *portenho*. A variante *pão de trigo* foi registrada pelos informantes da capital catarinense.

A Carta CAG1/186, Vol. 2 mostra a vitalidade da variante *pão francês*, forma mais produtiva em números absolutos e relativos e mais disseminada no território nacional. Pode ser categorizada como norma lexical geral para o referente em pauta, tendo sido registrada em todas as Regiões do País, nas áreas dos subfalares de Nascentes (1953), com menor expressividade no subfalar baiano, nordestino e em um trecho do amazônico; em todas as regiões culturais de Diégues Junior (1960), com menor destaque na região do Nordeste mediterrâneo pastoril, zona do cacau, área da mineração, porção da Amazônia e um trecho do extremo sul pastoril. Ainda, abrange os cinco Brasis de Ribeiro (2006).

Embora seja a mais produtiva e difundida, a variante *pão francês*, não se encontra registrada na maioria das obras lexicográficas consultadas, está apenas inserida na palavra-entrada para “pão”, no dicionário Aulete [s/d] e Ferreira (2010), classificada com a marca “brasileirismo”. Almeida (1999, p. 92), por seu turno, traz a seguinte informação:

[...] o mesmo que pão d’água. No Espírito Santo e Florianópolis (SC), chamam-no de pão de trigo. No Nordeste, de pão de água e sal; em Roraima, pão massa grossa; em Minas Gerais, Rio de Janeiro e alguns estados do Nordeste pão de sal. Também chamado de bexiga, filãozinho, carioquinha, pão salgado.

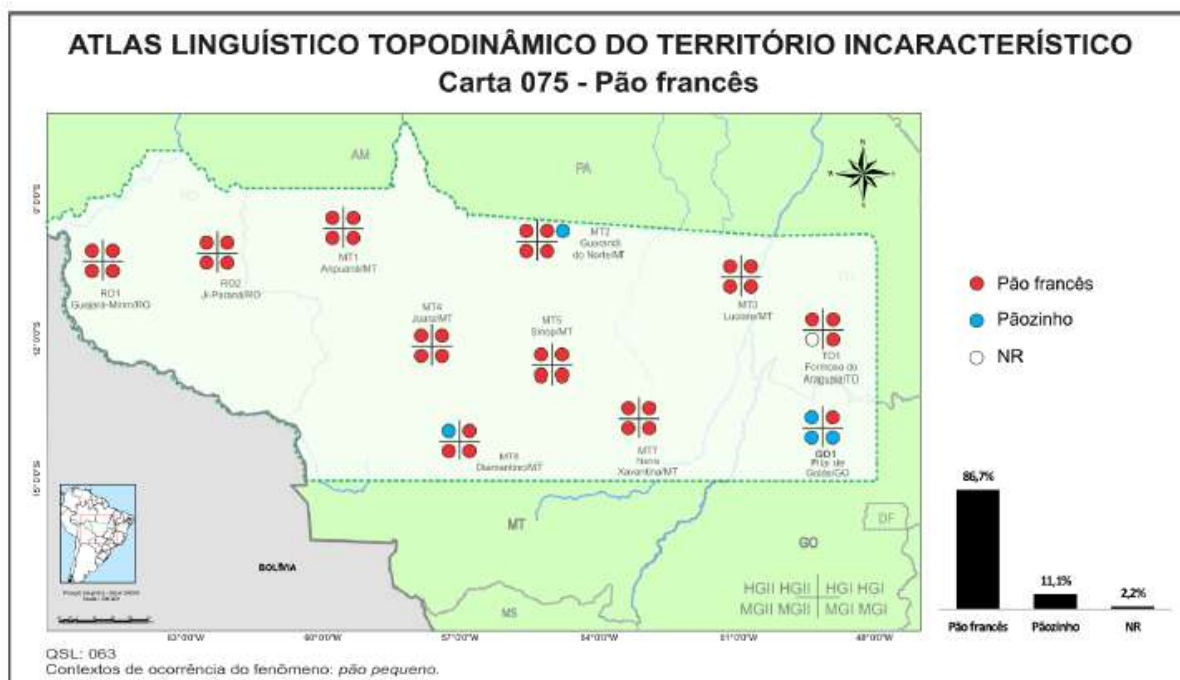
A forma mais genérica *pão* (Carta CAG2/186, Vol. 2), também foi amplamente documentada em território nacional, abrangendo todos os estados, e com menor vitalidade no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará e Amapá. Foi documentada em todas as áreas dos subfalares, com menor vigor em localidades do subfalar sulista, trecho do Território Incaracterístico, parte do subfalar amazônico e do subfalar nordestino (NASCENTES, 1953); em todas as regiões culturais de Diégues Junior (1960), com menor vitalidade na Amazônia, parte do Nordeste agrário e Nordeste mediterrâneo pastoril, área do cacau, centro-oeste, porção paranaense da zona cafeeira, área pastoril do extremo-sul e de colonização estrangeira, e em todos os Brasis de Ribeiro (2006). Ao compararmos a distribuição das duas variantes mais produtivas (*pão francês* e *pão*), representada na carta CA1/186 (Vol. 2), verificamos que as duas foram registradas em praticamente todo o território nacional.

Conforme Cunha (2010) e Ferreira (2010), *pão* tem etimologia latina (Do lat. *pānis*), datando do século XII. Segundo Bluteau (1728), trata-se de um sustento comum dos homens, reportando-se a Cassiodoro, o pão foi chamado de Pan, Nume dos pastores, que ensinou os homens a moer o trigo, amassar a farinha e coser o pão; em outra explicação, comenta que alguns dizem ter origem do grego Pan, no sentido de “tudo”, pois seria o pão um alimento universal. O item *pão* foi documentado também em Silva (1813), Houaiss; Villar (2009) e Aulete [s/d].

A Carta 075 do ALTTI (CUBA, 2015) mostra os dados obtidos na área abrangida pelo Território Incaracterístico, de Nascentes (1953).

A Figura 52 mostra a distribuição diatópica dos designativos para o conceito expresso na questão 075 - *pão francês*, no ALTTI (2015):

Figura 52 – Carta Linguística 075 – *Pão francês* do ALTTI (2015)



Fonte: Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico (CUBA, 2015)

É notória a alta produtividade de *pão francês* no território em tela, sendo forma hegemônica em Guajará-Mirim (RO), Ji-Paraná (RO), Aripuanã (MT), Juara (MT), Sinop (MT), Nova Xavantina (MT), Luciara (MT). A forma linguística mais genérica, *pãozinho*, foi documentada nos pontos não contíguos de Guarantã do Norte (MT), Diamantino (MT) e Pilar de Goiás (GO). Houve apenas uma lacuna nas respostas, na localidade Formoso do Araguaia (TO).

Ao concluir a propósito das questões referentes à área semântica da Alimentação e Cozinha, Cuba (2015) explora a regionalização da linguagem, consoante Diégues Junior e explica que, no universo de sua pesquisa, as pessoas residentes em áreas mais interioranas não costumam comprar pães em padarias, mas os produzem de modo caseiro.

Em relação a esse campo semântico, verifica-se que o vocabulário da alimentação está intrinsecamente relacionado ao universo social do informante, confirmando as palavras de Diégues Junior (1980, p. 182), quando destaca que a regionalização da linguagem no Brasil é

formada a partir da diversidade econômica, da exploração regional e de elementos étnicos. [...] as pessoas do interior, sobretudo, em cidades pequenas, como são as da pesquisa em tela, costumam fazer seus pães em casa, logo, muitos não conhecem nomes para pães fabricados em padaria. (CUBA, 2015, p. 207).

De fato, nos dados do ALiB distribuídos por esses pontos não foram documentadas outras variantes que não as mapeadas por Cuba (2015). As formas *pão francês* e a genérica *pão* concorrem na fala dos informantes dessa área.

*Pão de sal*, terceira forma mais produtiva, foi documentada notadamente na porção centro-leste do País (Carta CAG3/186, Vol. 2), abrangendo trechos do Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, com pequena expressividade em Alagoas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ainda, abarca também uma pequena porção da área do falar subfalar amazônico, grande parte do nordestino, baiano, mineiro e fluminense, além de outras parcelas do subfalar sulista (NASCENTES, 1953). Em relação à divisão em regiões culturais brasileiras, abrange o nordeste agrário, mediterrâneo pastoril, trechos da Amazônia, área do cacau, da mineração no planalto, centro-oeste e antiga região cafeeira (DIÉGUES JUNIOR, 1960); conforme os Brasis de Ribeiro (2006), situa-se na região do Brasil crioulo, de área açucareira, e variadas raízes (indígenas, africanos e europeus), trecho do Brasil caboclo, o Brasil sertanejo, das caatingas e o Brasil caipira. Foi documentada somente por Almeida (1999, p. 90) como “pão francês de 50g, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe e Alagoas. O mesmo que pão de água e sal como é chamado no Nordeste”. De fato, a forma foi documentada na área que engloba os Estados citados por Almeida (1999), além de áreas adjacentes.

A informante marabaense, do sexo feminino, faixa II, reconhece a variação diatópica, e em seu turno de fala, explica que em Belém é registrado *pão careca* para o *pão de sal*, a denominação que ela utiliza.

INF. – Do mesmo jeito: pão de sal ou pão doce. Pão de queijo, tudo a gente compra.

INQ. – Mas como é que ele ia saber se a senhora queria esse grande ou esse pequeno, o vendedor?

INF. – Ah, eu dizia que eu queria um pão médio, um pão grande ô então, pão médio.

INQ. – A senhora conhece esse por *pão francês*?

INF. – Não.

INQ. – Conhece esse por pão bengala?... Conhece esse aqui por *pão careca*?

INF. – Conheço, *pão careca* eu conheço. Que lá em Belém a hente só chama *pão careca*. Quando a gente vai compra: “eu quero *pão careca*”. Já aqui não. Aqui nós chama pão com... *pão de sal*.

INQ. - Ah, a senhora conhece, mas aqui não chama *pão careca*?  
 INF. – Não. Aqui não, se chama é *pão de sal* mermo. Pão doce, *pão de sal*.

Inf. 015 – Marabá– PA (sexo feminino, faixa II)

O informante alagoinhense, do sexo masculino, faixa II, comenta que as variantes *cacetinho* e *pão francês* são “apelidos” mais “antigos”. Em outro exemplo, uma moradora de Valença, também situada na Bahia, confirma a informação que *cacetinho* é uma forma mais arcaica e a variante em uso é *pão de sal*.

[...] INF.- Esse aí é o *cacetinho*, né.  
 INQ.- Chama assim aqui?  
 INF.- É, hoje nem se chama assim. Chama *pão de sal*, né. Antigamente se botava vários apelidos né, *pão francês*, pão não sei o quê.

Inf. 088 - Alagoinhas – BA (sexo masculino, faixa II)

[...] INF.- De primero chamava *cacetinho*.  
 INQ.- E agora?  
 INF.- É *pão de sal*. [...]

Inf. 094 – Valença – BA (sexo feminino, faixa II)

É interessante notar, no excerto da entrevista com a informante do sexo feminino, faixa I, itajubense, a influência da variante que representa a norma geral, *pão francês*, e a crença de que se trata da forma “certa”.

INF.- A gente chama de *pãozinho de sal*, *pão francês*, a gente fala *pãozinho de sal*.  
 INQ.- Mas usa os dois nomes ou não?  
 INF.- Não, é mais... O nome dele certo é *pão francês*, né, tem gente... tem, pessoas mais metidas que go... “ah, *pãozinho francês*”, mas a gente fala *pãozinho de sal*. *Pão de sal*.

Inf. 149 - Itajubá – MG (sexo feminino, faixa I)

Os informantes têm consciência das formas linguísticas mais prestigiadas, veiculadas na mídia e em materiais didáticos, e acabam tomando-as como referência para o “certo” ou “errado”, em sentido prescritivo. No entanto, nesse caso, a informante reforça o uso linguístico da forma regional, o *pão de sal*. Um dos objetivos do Projeto ALiB é atenuar e eliminar o preconceito linguístico, trazendo à luz, para conhecimento geral da sociedade, as formas linguísticas desconhecidas de variados confins brasileiros, valorizando e divulgando, desse modo, a cultura regional.

A variante regional *cacetinho*, Carta CAG4/186, Vol. 2, foi obtida junto aos informantes residentes em duas áreas demarcadas por isoléxicas: Rio Grande do Sul e oeste catarinense, e Salvador e adjacências. Situam-se na área sul do subfalar sulista e no subfalar baiano de Nascentes (1953); entre a região do cacau, Nordeste Agrário do litoral e Nordeste Mediterrâneo (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e o Brasil crioulo de antiga economia açucareira conforme Ribeiro (2006).

Foi registrada em Houaiss; Villar (2009), na entrada “cacetinho”, como sinônimo para *pão francês*, apresentando marca de uso (regionalismo: Bahia e Rio Grande do Sul), informação assente por Almeida (1999, p. 25): “cacetinho - termo usado no Rio Grande do Sul para um modelo de pão feito com massa de pão francês. Também conhecido por esse nome em Fortaleza e Salvador”. Desse modo, o estudo geolinguístico valida a marca de uso abrigada nessas obras, quanto à documentação em áreas sul-rio-grandenses e baianas.

*Pão carioca* foi registrado no Ceará (Carta CAG5/186, Vol. 2), a caminho de zonas piauienses, em distribuição areal circunscrita por isoléxica, na área situada no subfalar nordestino de Nascentes (1953); o Brasil sertanejo de Ribeiro (2006), onde figuravam os mamelucos, e o nordeste mediterrâneo pastoril, com trechos da Amazônia (DIÉGUES JUNIOR, 1960). Trata-se de uma variante regional cearense, ainda documentada no Piauí, não registrada em nenhuma das obras lexicográficas consultadas.

A Carta CAG6/186, Vol. 2, mostra a distribuição espacial da variante *pão d'água*. A arealização da forma linguística não se integra em uma área cercada por isoléxica, apresenta-se entrecortada em trechos situados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e no interior de São Paulo, além de espaços na Bahia, Sergipe, Ceará e Rio Grande do Norte.

INQ.- Mas e aqui?

INF.- Aqui *pãozinho d'água* memo.

INQ.- *Pãozinho d'água*?

INF.- *Pãozinho d'água*. Paraná é mais *pão francês*. *Francês* e bengala.

Inf. 231 – Lages – SC (sexo feminino, faixa I)

A informante lageana, do sexo feminino, faixa I, comenta que a forma mais produtiva na localidade catarinense é *pão d'água*, documentando informações diatópicas a respeito da fala paranaense que elege a variante *pão francês*.

*Pão d'água* foi registrado nas áreas do subfalar sulista, baiano e nordestino de Nascentes (1953); no Nordeste agrário do litoral, Nordeste mediterrâneo, faixa do café, área de colonização estrangeira e pastoril do extremo sul (DIÉGUES JUNIOR, 1960), além dos Brasis sulinos, Brasil caipira e Brasil crioulo de Ribeiro (2006). Não foi documentado nos dicionários consultados.

A variante *pão pequeno*, obtida de maneira acantonada em variados locais do País, de modo a não se integrar em uma ou duas grandes áreas delimitadas por isoléxica (Carta CAG7/186, Vol. 2), foi documentada em trechos não contíguos situados em Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso.

*Pão careca*, variante regional da Região Norte, hegemônica no Amapá, ainda foi registrada rumo ao Amazonas e Pará (Carta CAG8/186, Vol. 2). Situa-se no subfalar Amazônico de Nascentes (1953), na região extrativista e de presença indígena da Amazônia de Diéguas Junior (1960) e do Brasil crioulo (RIBEIRO, 2006). Foi documentada somente por Ferreira (2010, p. 1552), como um brasileirismo, uma “espécie de pão francês de casca fina”.

*Pão massa grossa*, cuja distribuição areal pode ser contemplada por meio da Carta CAG9/186, Vol. 2, é uma forma linguística regional que se integra em duas áreas delimitadas por isoléxicas, tendo sido registrada a noroeste do Amazonas e em Roraima, além do centro-leste do Pará, no Maranhão e Piauí, na área do subfalar amazônico e parte do nordestino (NASCENTES, 1953), na região cultural da Amazônia (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e do Brasil caboclo de Ribeiro (2006), área extrativista. A variante está catalogada somente no vocabulário organizado por Almeida (1999, p. 92), que traz informações parcialmente coincidentes com os dados da tese: “nome dado ao pão francês em Boa Vista (RO) e em alguns locais do Nordeste”.

A distribuição espacial da variante regional *filão* é mostrada por meio da Carta CAG10/186, Vol. 2, margeada pelo traçado de uma isoléxica no interior de São Paulo, abrangendo as localidades próximas a Piracicaba, ponto 172, também com alguma ocorrência em 157 - Ribeirão Preto. A informante adamantinense do sexo feminino, faixa I, comenta que *filão* é uma variante típica piracicabana e que em Adamantina, a forma em uso é *pão francês*, explicando que, na região, o emprego da forma regional pode ocasionar desentendidos.

INF.- N'onde eu morava falava *filão*. Aqui fala *pãozinho*, *pão francês*.

INQ.- *Pão francês*?

INF.- É.

INQ.- *Pão francês* é o mesmo desse *filão*?

INF.- É. Quando eu morava lá em Piracicaba falava *filão*, aí um dia meu marido chegô aqui e foi pedi *filão*, o home deu aqueles *filão* de imolá (inrolá) mão na manguera pra ele. ((risos)) Ele ficô tão sem graça.

INQ.- Ué. Claro, mas aqui vocês usa...

INF.- Fala *pão francês*.

Inf. 162 – Adamantina – SP (sexo feminino, faixa I)

Já a informante piracicabana, do sexo feminino, faixa I, registra *pão francês* como primeira resposta, e *filão*, como segunda, confirmando que a variante em uso na região é a última. Demonstrando o conhecimento e também o uso da variante representante da norma linguística, comenta ainda que *pão francês* seria uma forma “chique”:

INF.- *Pão francês*.

INQ.- Mas nunca ouviu outro nome?

INF.- *Filão*.

INQ.- Qual que é mais comum aqui?

INF.- *Filão*. *Pão francês* é chique, né?

Inf. 172 – Piracicaba – SP (sexo feminino, faixa I)

A forma linguística regional foi registrada na área do subfalar sulista (NASCENTES, 1953), na região cultural do café, de Diégues Junior, (1960), e no Brasil caipira de Ribeiro (2006).

*Filão* foi documentado em Houaiss; Villar (2009), em Ferreira (2010) e no Aulete [s/d] como regionalismo paulista, no sentido de “pão comprido” e em Almeida (1999, p. 52), na entrada “filãozinho”, como denominação para *pão francês* no interior de São Paulo. Ainda, de acordo com Cunha (2010), trata-se de uma expressão do francês derivada do italiano *filone*. Conforme o Michaelis (1993, p. 126), *filone* é traduzido como “filão, pão de forma afilada”. Com efeito, Diégues Junior (1960, p. 385), comenta que, com a criação das estradas de ferro como a Sorocabana, muitas cidades nasceram na região e progrediram. Com a instalação dos estrangeiros, notadamente, os italianos, novos costumes e cultura foram inseridos, diversificando também a economia.

De acordo com Toth (2018), remetendo-se a Haddad (2011), devido às condições favoráveis do solo e, após a decadência do cultivo cafeeiro no Vale do Paraíba, o cultivo do café do tipo Bourbon começou a crescer em Ribeirão Preto,

tendo se tornado, à época, o maior produtor de café do mundo, conhecido como “Eldorado do café”. Em 1883, a cidade recebeu a ferrovia para escoamento da produção em Santos, passando também a receber os estrangeiros para o trabalho no cultivo. Em 1912, os italianos representavam 25,01% do total de habitantes. Ainda, segundo Bitencourt, em reportagem publicada em 2017, com base nas pesquisas empreendidas por José Eduardo Hefling Júnior, Piracicaba foi a pioneira na imigração estrangeira, nomeadamente italiana, em São Paulo e no Brasil, pela necessidade de mão de obra para atuar no cultivo cafeeiro. Os resultados das entrevistas realizadas pelas equipes do ALiB autenticam o registro da forma linguística regional *filão*, de nítida influência italiana nos municípios de Ribeirão Preto e Piracicaba.

A variante *média* (Carta CAG11/186, Vol. 2), obtida nas entrevistas realizadas no litoral paulista, principalmente em Santos, foi delimitada por uma isoléxica não contígua, na área do subfalar sulista (NASCENTES, 1953), na faixa do café, de desenvolvimento portuário e industrial (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil caipira de Ribeiro (2006). Foi registrada somente por Almeida (1999, p. 74), com a marca de uso santista, condizente com a descrição linguística ora empreendida, como: “termo usado em Santos (SP) para o pão francês. O mesmo que cassetinho e pão de trigo”.

A informante santista do sexo feminino, faixa I, comenta que a forma linguística *média* é a eleita como primeira resposta pelos falantes santistas, e a segunda, *pão francês*; registra ainda a informação diatópica que, em Ilhéus, na Bahia, a variante é *pão de sal*, referência que condiz com os dados expostos nesta pesquisa.

INF.- *Média*, aqui é *média*.

INQ.- Você chega na padaria e pede?

INF.- É. “Vê...”, é porque aqui agora é por quilo, né. Então é... um real de *média*, dois reais de *média*.

INQ.- Você já ouviu outros nomes?

INF.- Ah, *pão francês*. Em Ilhéus tinha um nome... *pão de sal*!

Inf. 184 – Santos – SP (sexo feminino, faixa I)

O informante registrense do sexo masculino, faixa etária II, explica que a designação deve ser *pão francês*, mas o hábito na localidade é o de denominar como *média*.

INF.- Chama de *média*.  
 INQ.- *Média*, esse pão aqui?  
 INF.- Isso.  
 INQ.- Ele é feito de...  
 INF.- É, *pão francês* chama, né, mas o hábito é chamar *média*.

Inf. 186 – Registro – SP (sexo masculino, faixa II)

Em sua fala, o informante demonstra a influência da norma linguística geral *pão francês*, e a consciência de que a forma regional a ser utilizada deve ser *média*.

A variante regional *pão aguado* foi registrada em território que compreende o interior de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, delimitado por uma isoléxica (Carta CAG12/186, Vol. 2). Está inserida em um trecho do subfalar baiano e no subfalar nordestino (NASCENTES, 1953); no Nordeste Mediterrâneo pastoril, região onde se figura o vaqueiro (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil sertanejo de Ribeiro (2006). Sua inserção nos dicionários e outras obras consultadas é nula.

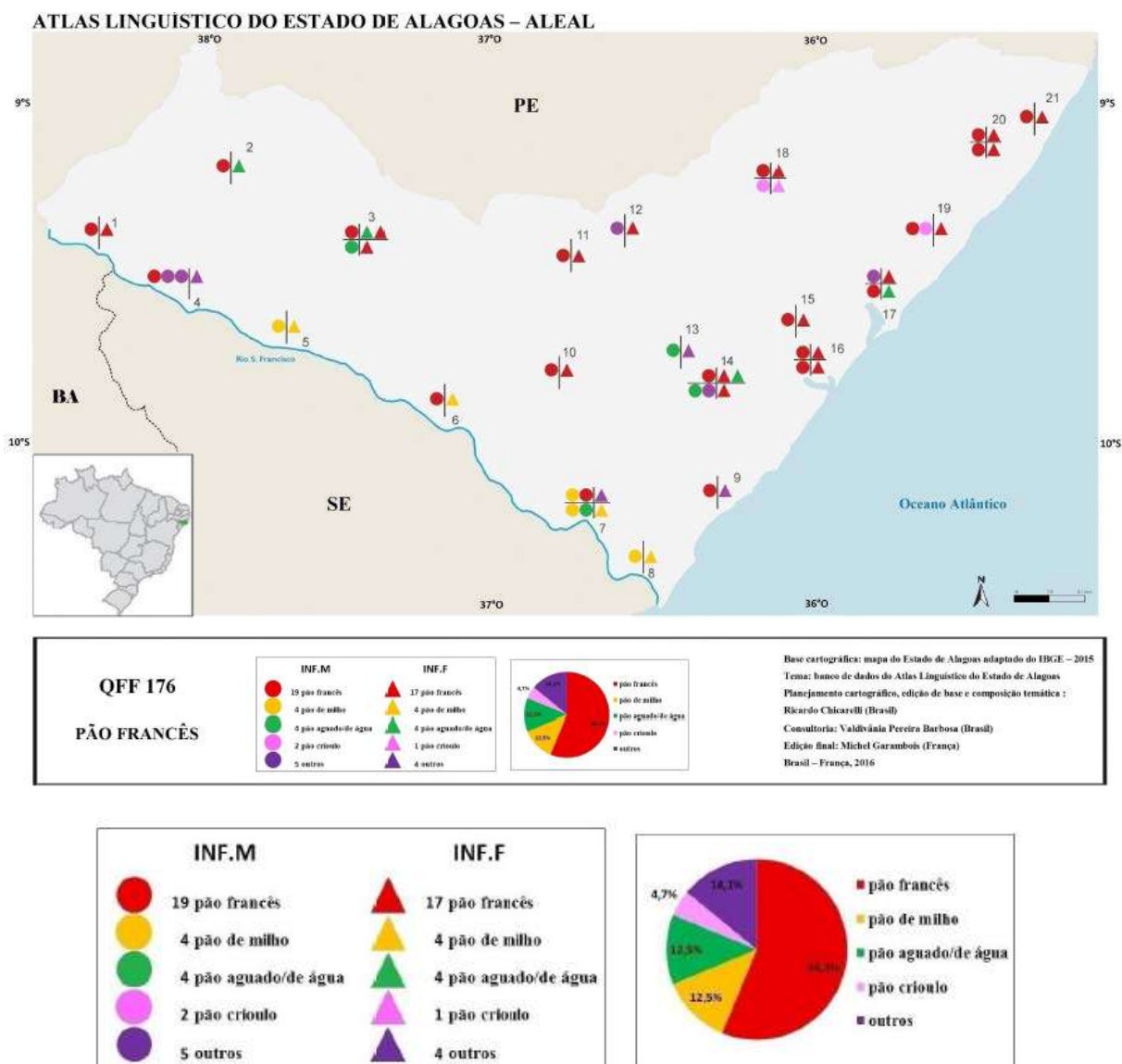
[...] INQ.- E aqui, o pessoal conhece muito como francês?  
 INF.- Só o que se chama.  
 INQ.- Ah.  
 INF.- Antigamente, quando eu era criança, era *pão aguado*. A gente chamava *pão aguado*.  
 INQ.- Falaram pra gente aguado. Em cidades aqui da Paraíba.  
 INF.- *Pão aguado*, era.  
 INQ.- E agora chama?  
 INF.- Tudo *francês*. [...]

Inf. 056 – Cuité – PB (sexo feminino, faixa II)

A informante do sexo feminino, da faixa II, residente em Cuité, na Paraíba, comenta que a forma linguística *pão aguado* seria mais arcaica, e a variante representante da norma linguística, o “francês”, tem adentrado terras paraibanas.

Os resultados cartografados por Barbosa-Doiron (2017), em comparação aos dados documentados pelo ALiB, revelam outro panorama geolinguístico.

A Figura 53 mostra a carta linguística 176, com o retrato da distribuição areal das variantes para *pão francês* no ALEAL (2017):

Figura 53: Carta linguística 176 *pão francês* do ALEAL (2017)

Fonte: A motivação semântica nas respostas dos informantes do Atlas Linguístico do Estado de Alagoas - ALEAL (BARBOSA-DOIRON, 2017)

A variante mais produtiva *pão francês*, com 36 registros, contabilizando 56,3% dos dados, foi documentada na maioria das localidades, sendo hegemônica em Delmiro Gouveia, Arapiraca, Palmeira dos Índios, Pilar, Marechal Deodoro, Porto Calvo e Maragogi. Também foi a forma mais produtiva no Estado, consoante os dados do ALiB.

*Pão de milho* obteve oito registros, representando 12,5% do total, tendo sido documentado em Pão de Açúcar, Traipu, Penedo e Piaçabuçu, situadas às margens do Rio São Francisco, em áreas integradas delineadas por uma isoléxica. O item foi registrado pelos quatro informantes do ALiB em 78 - Propiá, no interior sergipano.

A variante *pão aguado*, também com oito menções, fez 12,5% das respostas no ALEAL; segundo os resultados do ALiB, não foi documentada em Alagoas, mas no interior de outros estados nordestinos. *Pão crioulo* obteve três registros, apresentando índice de 4,7% nos pontos contíguos União dos Palmares e São Luís do Quitunde. Em comparação aos dados do ALiB, foi registrada em outros Estados (Paraíba e Pernambuco), rotulado como *outras*.

A variante *pão de trigo*, forma linguística regional documentada com maior vitalidade em Florianópolis, mas também no interior da Bahia (Carta CAG13/186, Vol. 2), ocorreu nas áreas do subfalar sulista e baiano de Nascentes (1953); na área pastoril do Extremo-sul, de influência açoriana e de mineração do planalto baiano (DÍEGUES JUNIOR, 1960) e nos Brasis sulinos e no Brasil sertanejo (RIBEIRO, 2006). Sua arealização florianopolitana é também confirmada por Almeida (1999, p. 91): “denominação do pão francês em Florianópolis (SC)”.

A Carta CAG14/186, Vol. 2, mostra a distribuição areal para *bengalinha*, registrada no interior paulista, pelos informantes inquiridos em Ibitinga (ponto 159). Tendo em vista que a forma mais produtiva para a questão subsequente do QSL (187), que busca variantes para o “pão francês comprido”, documentou *bengala* ou *bengalão* em Ibitinga, os falantes podem ter associado a designação ao tamanho do pão. O informante do sexo masculino, faixa I, ibitinguense, reforça que a denominação mais comum seria o *bengalinha*:

INQ.- Qual que é o mais comum?

INF.- *Bengalinha*.

INQ.- Vocês chegam na padaria e pedem assim?

INF.- “Deiz *bengalinha*”.

Inf. 159 - Ibitinga – SP (sexo masculino, faixa I)

Essa forma linguística foi documentada na área do subfalar sulista de Nascentes (1953), na região cultural da faixa do café (DÍEGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil caipira de Ribeiro (2006), mas não está inserida em nenhuma das obras lexicográficas consultadas.

*Brizolinha* apresenta uma distribuição areal restrita a duas localidades próximas (194 – São João da Barra e 195 Campo dos Goytacazes, no Rio de Janeiro), conforme observamos na Carta CAG15/186, Vol. 2. O informante da faixa I,

residente em Campos dos Goytacazes, explica que *brizolinha* era uma forma mais arcaica.

INF.- É bisnaga...

INQ.- Bisnaga é o grande...

INF.- A bisnaga é o grande, o piqueno é... A gente trata igual, tratava de primeiro, como *brizolinha*, agora é o pão normal. Porque do grande é bisnaga.

Inf. 195 – Campos dos Goytacazes – RJ (sexo masculino, faixa I)

A variante foi registrada na área de subfalar fluminense (NASCENTES, 1953), na região cultural do sal e da pesca (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil caipira de Ribeiro, (2006). Os dicionários pesquisados também não documentam tal forma linguística.

*Pão Jacó*, variante mais local, obtida na fala dos quatro informantes aracajuenses (Carta CAG16/186, Vol. 2), foi documentada somente por Almeida (1999, p. 92), como “pão francês do interior de Sergipe”. Os resultados do ALiB registraram a variante somente na capital sergipana, como uma variante mais local. Possivelmente, estudos posteriores poderão atestar sua vitalidade na região. Foi documentada na área do subfalar baiano (NASCENTES, 1953), na faixa litorânea cacauera (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e do Brasil crioulo de Ribeiro (2006).

Do exposto, concluímos que, em um cenário similar ao apurado na análise da questão anterior, foi verificada apenas uma abstenção nos trechos de entrevista em que foi aplicada a questão 186, dada a familiaridade dos informantes com o referente em tela, e o registro da designação mais genérica *pão*, evitando, assim, lacunas nas respostas.

Trata-se de uma questão polimórfica, envolvendo numerosos itens lexicais complexos candidatos a expressões fixas, apresentando estruturas morfológicas diversas. A maioria seguiu o critério de composicionalidade e transparência semântica, sendo formas mais livres; foram obtidas também sequências fixas mais metafóricas, de sentido abstrato que pode ser depreendido pelos elementos, como em *cacetinho* (formato), além de sequências fixas com sentido abstrato recuperável pelos elementos da expressão e do contexto, como *pão francês*; outros exemplos apresentaram fixidez completa, de sentido não deduzível dos elementos que compõem a expressão, como *pão Jacó* e outras formas fixas abstratas em que é preciso recorrer ao contexto para compreender o sentido global, como *pão carioca*.

No que diz respeito à distribuição areal das formas linguísticas, a cartografia dos dados revelou a formação de uma norma linguística geral para o referente em estudo, *pão francês*, variante mais produtiva e disseminada em todas as regiões. Foram registradas, ainda, as variantes regionais: *pão de sal*, *cacetinho*, *pão carioca*, *pão careca*, *pão massa grossa*, *filão*, *pão aguado* e *pão de trigo*.

*Pão francês* foi documentado em todas as áreas dos subfalares de Nascentes (1953), com menor expressividade no subfalar baiano, nordestino e amazônico; em todas as regiões culturais de Diégues Junior (1960), nos cinco Brasis de Ribeiro (2006). O item encontra-se inserido na palavra-entrada para “pão” em Aulete [s/d] e Ferreira (2010), com a marca “brasileirismo”. Almeida (1999), por seu turno, apresenta várias outras denominações para o *pão francês*. A forma mais genérica *pão*, de etimologia latina (CUNHA, 2010), (FERREIRA, 2010) também foi amplamente documentada em território nacional, de modo mais fragmentado, abrangendo todos os estados.

*Pão de sal* foi registrado essencialmente no trecho centro-leste brasileiro, compreendendo o Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, com diminuta intensidade em Alagoas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; engloba trecho da área do subfalar amazônico, subfalar nordestino, baiano, mineiro e fluminense, e trechos do subfalar sulista (NASCENTES, 1953). Abrange o nordeste agrário, o mediterrâneo pastoril, trechos da Amazônia, área do cacau, da mineração no planalto, centro-oeste e antiga região cafeeira (DIÉGUES JUNIOR, 1960), e o Brasil crioulo, porção do Brasil caboclo, o Brasil sertanejo, das caatingas e o Brasil caipira. Foi documentado em Almeida (1999) que registra sua marca de uso como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe e Alagoas, informação ratificada e ampliada conforme os dados geolinguísticos.

*Cacetinho*, variante regional, registrada em Houaiss; Villar (2009), com marca de uso Bahia e Rio Grande do Sul e em Almeida (1999), foi documentada no Rio Grande do Sul e oeste catarinense, e Salvador e proximidades, sendo áreas do subfalar sulista e subfalar baiano (NASCENTES, 1953); na região do cacau, Nordeste Agrário do litoral e Nordeste Mediterrâneo (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil crioulo (RIBEIRO, 2006).

*Pão carioca*, forma regional cearense, disseminada em direção ao Piauí, não está nos registros de obras lexicográficas. Coletada na área localizada no subfalar

nordestino (NASCENTES, 1953), no Brasil sertanejo (RIBEIRO, 2006) e no nordeste mediterrâneo pastoril e na Amazônia (DIÉGUES JUNIOR, 1960).

*Pão careca*, forma regional, documentada por Ferreira como um brasileirismo, foi registrada no Amapá, Amazonas e Pará, na área do subfalar Amazônico (NASCENTES, 1953), na região da Amazônia (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e do Brasil crioulo (RIBEIRO, 2006).

*Pão massa grossa*, forma linguística regional, registrada também em Almeida (1999), como de uso em Boa Vista e no Nordeste, foi obtida em Amazonas, Roraima, Pará, Maranhão e Piauí, na área do subfalar amazônico e nordestino (NASCENTES, 1953), na região cultural da Amazônia (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil caboclo (RIBEIRO, 2006).

*Filão*, outra variante regional, documentada por Almeida (1999), registrada no interior de São Paulo, próximo a Piracicaba, e em Ribeirão Preto; foi obtida na área do subfalar sulista (NASCENTES, 1953), na região cultural do café (DIÉGUES JUNIOR, 1960), e no Brasil caipira de Ribeiro (2006). De origem italiana, a partir de *filone* (CUNHA, 2010), dá indícios da contribuição da imigração italiana, durante a época cafeeira, no interior paulista.

*Média*, forma regional documentada por Almeida (1999), com marca de uso santista, foi registrada em duas pequenas áreas delimitadas por isoléxica, tendo sido obtida no litoral paulista, nomeadamente, em Santos, na área do subfalar sulista (NASCENTES, 1953), na faixa do café (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil caipira (RIBEIRO, 2006).

*Pão aguado*, variante regional não documentada nos dicionários, foi registrada em Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, no subfalar baiano e no subfalar nordestino (NASCENTES, 1953); no Nordeste Mediterrâneo pastoril (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil sertanejo (RIBEIRO, 2006).

*Pão de trigo*, forma linguística regional, documentada por Almeida (1999), como de uso florianopolitano, foi obtida em Florianópolis e no interior da Bahia, nas áreas do subfalar sulista e baiano (NASCENTES, 1953), na área pastoril do Extremo-sul e de mineração do planalto baiano (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e nos Brasis sulinos e no Brasil sertanejo (RIBEIRO, 2006).

Como formas linguísticas mais locais, foram registradas *bengalinha*, no interior paulista, em Ibitinga (SP), *brizolinha*, em 194 - São João da Barra e 195 - Campo dos Goytacazes, Rio de Janeiro, não documentadas em dicionários, e *pão*

*Jacó*, registrada em Aracaju (SE), tendo sido documentada por Almeida (1999), com marca de uso do interior sergipano, o que não condiz com os resultados da pesquisa. As variantes *pão d'água* e *pão pequeno* foram obtidas em distribuição areal mais esparsa, não sendo delimitada por isoléxicas.

Em virtude dos aspectos considerados, apresentamos as considerações finais, em especial, quanto à análise da cartografia linguística das variantes e de suas possíveis delimitações em áreas circunscritas por isoléxicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo central discutir a respeito da noção de norma geral, normas regionais e normas locais, a partir da análise da distribuição espacial das variantes lexicais coletadas como respostas para cinco questões da área semântica da Alimentação e Cozinha do Questionário Semântico Lexical (QSL) do Projeto ALiB, nas entrevistas realizadas em 250 cidades no interior e capitais do Brasil contempladas pelo projeto. O foco foi, portanto, uma proposta de delimitação de possíveis normas gerais, regionais e locais, examinando a influência da formação histórico-social na composição desse léxico.

Esse delineamento de normas apoiou-se nas cartas linguísticas elaboradas com os dados do Projeto ALiB e que compõem o volume 2 desta tese. Ao interpretar a distribuição diatópica das formas linguísticas, pudemos compará-las integradas em áreas lexicais margeadas por isoléxicas, que representam as normas regionais ou locais, em relação à variante mais difundida no panorama geolinguístico geral. Desse modo, a pesquisa geolinguística, com ampla base de dados, contribuiu para a macrovisão das múltiplas nuances regionais e forneceu material linguístico para atualização de marcas de uso em dicionários.

A sociedade apresenta inúmeras comunidades de fala heterogêneas, mas, dentro de cada comunidade, algumas características léxico-semânticas e discursivas comuns integram a sua norma. Ao coexistir em um grupo, compartilhar um espaço geográfico, atividades econômicas, redes de relacionamento, valores e práticas culturais, compartilham-se também características linguísticas. Nesse ponto, alguns trechos de fala dos informantes demonstraram a avaliação dos registros da comunidade linguística, por vezes, confundindo a norma linguística, no sentido do uso, tradição, com norma, em sentido prescritivo.

A análise da distribuição espacial das formas linguísticas também revelou as dificuldades na delimitação de áreas de expansão dos regionalismos que nem sempre são bem marcadas, dada a fluidez das fronteiras traçadas por isoléxicas. Entretanto, a utilização dos dados empíricos, sob a perspectiva da metodologia geolinguística revelou-se uma fonte concreta e segura de registro das formas regionais: diretamente da boca do falante.

O cotejo da cartografia dos dados obtidos pelo ALiB aos materiais expostos no *Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico - ALTTI*

(CUBA, 2015), na tese *A motivação semântica nas respostas dos informantes do Atlas Linguístico do Estado de Alagoas - ALEAL* (BARBOSA-DOIRON, 2016), e no *Atlas Linguístico do Amapá - ALAP* (RAZKY et. al., 2017) contribuiu sobremaneira na confirmação do que os dados do projeto indicam.

Ainda, a difusão das variantes lexicais, como resultado do processo sócio-histórico, foi cotejada com os estudos de Ribeiro (2006), Diégues Junior (1960), Nascentes (1953) e outros. Foram resgatados traços da influência da imigração, tais como, a italiana, a contribuição francesa e o castelhano nas fronteiras - “causas etnológicas de alteração do português do Brasil” apontadas por Nascentes (1953, p. 15-16), além de vestígios de processos migratórios, que incidiram na configuração do tabuleiro linguístico regional.

A abonação extraída dos comentários dos informantes também apontou caminhos, direcionando as reflexões e análises a respeito de costumes e denominações diversas, demonstrando novos aspectos semânticos. Ao receberem novos matizes de sentidos regionais, a algumas denominações foram atribuídos novos significados, como é o caso de *bombom*, um regionalismo semântico, em que um item lexical de registro geral adquiriu um sentido peculiar em determinada região.

No cômputo geral, foram obtidas 4735 ocorrências para 77 variantes, sendo algumas delas rotuladas como *outras*, pela baixa produtividade e não arealização das formas. Com relação ao alto índice de não respostas às questões 179, 180 e 181, os dados indicaram que o fator cultural e o conseqüente desconhecimento do referente pelo falante também constituem traços relevantes dos usos e costumes regionais.

A partir da hipótese e das perguntas de pesquisa, chegamos às seguintes constatações:

(i) É possível descrever, com base na cartografia linguística, normas lexicais gerais, normas regionais e normas locais e haveria uma norma geral e normas regionais para nomear os referentes contemplados em cada uma das questões arroladas nesta tese.

Esta investigação revelou, em consonância com a recomendação de (THUN, 2016), discutida no Capítulo 3, que a elaboração de uma série de cartas linguísticas para os designativos que recobrem os conceitos expressos no *caput* das questões 179, 180, 181, 185 e 186 do QSL (COMITÉ NACIONAL, 2001) cooperou sobremaneira na delimitação espacial e na discussão a respeito de normas gerais,

quando existentes, de normas regionais, assim como, de normas mais locais, de modo a ilustrar a distribuição areal das formas linguísticas, com base em dados empíricos. Conforme salientaram Duc (1990), Isquierdo (2003 e 2006b), a descrição linguística abrangente, como a prevista pelos atlas linguísticos, pode contribuir na delimitação dos regionalismos, ao desvelar a vitalidade e a expansão areal das formas linguísticas, em um cenário de uso real. Dessa maneira, a variação lexical pôde ser examinada sob diferentes perspectivas, a partir de cartas linguísticas do Brasil geral (cartas de arealidade e arealidade gradual), englobando as localidades como um todo e em mapas demonstrando a realidade linguística nas Regiões do Brasil (cartas diatópicas monodimensionais). Foram elaboradas 73 cartas onomasiológicas, sendo 27 cartas diatópicas, seis cartas de arealidade e 40 cartas de arealidade gradual.

Ainda, observamos distribuições diatópicas distintas para as designações registradas quanto às perguntas em estudo: apuramos a integração de normas lexicais gerais representadas pelas variantes mais produtivas obtidas como denominações para os referentes que se buscam nas questões 185 e 186, sendo, respectivamente, *bala* e *pão francês*, as formas eleitas como norma geral. Em todas as questões, foram constatadas formas regionais, tais como: *canjica/ canjica de milho, mingau/ mingau de milho, curau/ curau de milho, papa/ papa de milho* (questão 179); *curau/ curau de milho, mingau/ mingau de milho, canjica/ canjica de milho, papa/papa de milho* (questão 180); *canjica mugunzá, chá de burro e mingau de milho* (questão 181); *bombom, confeito, caramelo e queimado* (questão 185); *pão de sal, cacetinho, pão carioca, pão careca, pão massa grossa, filão, média, pão aguado e pão de trigo* (questão 186). Além dessas, foram obtidas formas mais locais: *mingau maranhense, ui-ui* (questão 181); *bengalinha, brizolinha e pão Jacó* (questão 186), que oferecem indicativos para novos estudos.

ii) as normas regionais podem caracterizar, concomitantemente, mais de uma área geolinguística?

Ciente do caráter fluido da distribuição das variantes lexicais, que acompanham os passos humanos que, por seu turno, caracterizam-se pela dinâmica das populações (THUN, 1996), verificamos que muitas formas regionais se disseminaram para mais de uma área geográfica. Dentre as formas regionais obtidas com produtividade mais expressiva, somente *confeito* (questão 185), *pão carioca* e *pão aguado* (questão 186) integraram-se em uma única área circunscrita por

isoléxica: *confeito*, abrangendo do litoral ao interior do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe; *pão carioca*, documentada em todas as localidades no Ceará e em uma no Piauí, sendo uma variante regional cearense, e *pão aguado*, em pontos situados no interior de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Todas as demais apresentaram a arealização em uma ou mais áreas compreendidas por isoléxicas, ou uma área delimitada por isoléxica e uma ou mais ocorrências mais dispersas, ou foram registradas com baixa ocorrência, sendo formas mais locais, como *mingau maranhense* e *ui-ui* (questão 181), e *bengalinha*, *brizolinha* e *pão Jacó* (questão 186).

iii) As áreas delimitadas por isoléxicas coincidem com a divisão do Brasil em regiões culturais, segundo Diégues Junior (1960), os diferentes Brasis de Ribeiro (2006) e a divisão dialetal de Nascentes (1953)?

A fluidez das formas lexicais e a dinâmica populacional indicaram apenas algumas formas cuja distribuição areal é delimitada por isoléxica coincidindo com essas outras tentativas de divisões. São elas: (a) para a questão 179 - *canjica*, com distribuição diatópica mais expressiva nomeadamente, na área do falar do Norte (NASCENTES, 1963) e *papa de milho*, também documentada com maior expressividade no espaço do subfalar fluminense (NASCENTES, 1953); (b) para a questão 181 - *mingau de milho*, registrada na região cultural da Amazônia (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e área do Brasil caboclo (RIBEIRO, 2006); *mingau maranhense* documentado em um trecho do subfalar nordestino (NASCENTES, 1953), região cultural do Nordeste mediterrâneo pastoril (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e o Brasil sertanejo de Ribeiro (2006), assim como *ui-ui*, registrada em uma porção do subfalar nordestino (NASCENTES, 1953), no Nordeste mediterrâneo pastoril (DIÉGUES JUNIOR, 1960), e no Brasil crioulo (RIBEIRO, 2006). (c) Para a questão 185, *bombom* foi registrado na área do falar do Norte (subfalar amazônico, subfalar nordestino e trecho do subfalar baiano) e *queimado*, documentado no subfalar baiano (NASCENTES, 1953); (d) para a questão 186, *pão carioca*, situou-se no subfalar nordestino (NASCENTES, 1953) e no Brasil sertanejo (RIBEIRO, 2006); *pão careca* foi documentado na área do subfalar Amazônico (NASCENTES, 1953), na região extrativista da Amazônia (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e do Brasil crioulo (RIBEIRO, 2006), *pão massa grossa*, cuja distribuição areal abrangeu a região cultural da Amazônia (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e o Brasil caboclo de (RIBEIRO, 2006); *filão*, foi registrado na área do subfalar sulista (NASCENTES, 1953), na

região cultural do café (DIÉGUES JUNIOR, 1960), e no Brasil caipira (RIBEIRO, 2006); *média* foi obtido na área do subfalar sulista (NASCENTES, 1953), na faixa do café (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil caipira (RIBEIRO, 2006); *pão aguado*, foi registrado no Nordeste Mediterrâneo pastoril (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil sertanejo de Ribeiro (2006); *bengalinha* foi documentada na área do subfalar sulista de Nascentes (1953), na região cultural da faixa do café (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil caipira (RIBEIRO, 2006); *brizolinha* foi registrado na área de subfalar fluminense (NASCENTES, 1953) e no Brasil caipira (RIBEIRO, 2006); *pão Jacó* foi documentado na área do subfalar baiano (NASCENTES, 1953), na faixa litorânea cacauera (DIÉGUES JUNIOR, 1960) e no Brasil crioulo (RIBEIRO, 2006).

iv) As palavras-entrada, dicionarizadas nas obras lexicográficas, dão conta de assessorar a delimitação das marcas de uso e especificidades semânticas para os itens lexicais obtidos na tese?

As obras lexicográficas consultadas auxiliaram, parcialmente, na identificação das variantes. Ao analisar os semas contidos em cada acepção, algumas formas registradas foram tratadas à parte, por não constarem das sugestões de respostas inscritas no *caput* da questão, como: *canjicão* (*canjica*, em grande quantidade), *canjicada* (a mesma receita da *canjica*, com adição de amendoim) e *mugunzá* e *canjica salgados* (receitas salgadas que, em geral, apresentam o charque adicionado como ingrediente), registradas durante a aplicação da questão 181.

Quanto às marcas de uso, a maioria das obras apresentou a classificação coincidente com a distribuição areal das formas verificadas nas cartas linguísticas, ou evidenciaram a necessidade de uma revisão. Outras variantes registradas na pesquisa geolinguística constavam nas palavras-entrada, sem classificação de uso ou não tinham sido dicionarizadas. Dentre as formas regionais documentadas, cuja classificação de marcas de uso em obras lexicográficas foi ratificada neste trabalho, temos: questão 181, *mugunzá*, em Beurepaire-Rohan (1889) e Ferreira (2010); questão 185, *bala*, em Aulete [s/d], Ferreira (2010) e Cunha (2010); *confeito*, em Ferreira (2010); *queimado*, em Beurepaire-Rohan (1889), no Aulete [s/d], Houaiss; Villar (2009) e Ferreira (2010); questão 186, *pão francês*, na palavra-entrada para “pão”, no Aulete [s/d] e Ferreira (2010); *cacetinho*, em Houaiss; Villar (2009) e Almeida (1999); *filão*, em Almeida (1999), e *pão de trigo*, em Almeida (1999).

Dentre as formas lexicais documentadas como palavras-entrada, com marcas de uso não coincidentes com a distribuição diatópica registrada na pesquisa e que expõem a necessidade de revisão/ ampliação nos dicionários, temos: para a questão 179: *canjica*, em Aulete [s/d] e em Ferreira (2010); *curau*, em Ferreira (2010); *papa de milho*, em Ferreira (2010); para a questão 180: *curau*, em Beaufort-Rohan (1889), Ortêncio (1983), Houaiss; Villar (2009), Ferreira (2010) e no Aulete [s/d]; *mingau de milho*, em Beaufort-Rohan (1889) e *canjica*, documentada em Houaiss; Villar (2009) e Ferreira (2010); para a questão 181: *canjica*, registrada em Beaufort-Rohan (1889), Houaiss; Villar (2009) e Ferreira (2010); *chá de burro*, em Ortêncio (1983) e Ferreira (2010); para a questão 186: *pão de sal*, documentado por Almeida (1999); *pão careca*, por Ferreira (2010); *pão massa grossa*, catalogado por Almeida (1999); *média*, documentada somente por Almeida (1999); *pão Jacó*, por Almeida (1999).

Algumas formas regionais e variantes mais locais não estavam dicionarizadas nas obras consultadas: para a questão 181: *mingau de milho*; para a questão 185: *bombom*, de origem francesa, não está registrada nos dicionários do PB conforme o significado em tela; para a questão 186: *pão carioca*, *pão aguado*; *bengalinha* e *brizolinha*. Ainda, uma variante foi documentada em obras lexicográficas, sem a classificação de marcas de uso: para a questão 180 - *papa/papa de milho*, registrada em Houaiss; Villar (2009), Aulete [s/d]. Em um caso à parte, *caramelo* foi lematizado somente no *site* do Tesouro do Léxico galego e português e no *Real Academia Española- Diccionario de la Lengua Española* [20-], no sentido pretendido pela questão.

v) As unidades lexicais complexas, candidatas a sequências fixas, documentadas pela pesquisa, estão em uma escala maior ou menor segundo o contínuo de fixidez, conforme Mejri (1997)?

Em linhas gerais, a maioria das estruturas morfológicas segue um paradigma recorrente e as formas candidatas a sequências fixas atenderam ao critério de composicionalidade e transparência, sendo sequências mais livres, de sentido depreendido a partir dos elementos que compõem a expressão. Outros padrões foram também documentados, como a sequência fixa *milho verde* (questões 179 e 180), além das sequências fixas de sentido abstrato que pode ser deduzido pelos elementos (*pão cacetinho* - formato); sequências fixas com sentido abstrato que pode ser recuperado pelos elementos da expressão e do contexto (*pão francês*);

sequências com fixidez completa e sentido não deduzível a partir dos elementos que compõem a expressão (*pão Jacó*) e formas fixas abstratas em que é preciso recorrer ao contexto para interpretar o sentido global (*pão carioca*).

Rossi (s/d, p. 103), referindo-se à pesquisa dialetológica voltada para a fonética, reforça que é preciso “salvar para a ciência e para a honra da nossa cultura autêntica os falares regionais”, que podem não resistir à “força niveladora da vida moderna”. Além desse nível da linguagem, é importante estender a salvaguarda do falar regional também para o nível lexical, pois, por se tratar de um campo mais afeito às modificações impressas pelo falante, muitas variantes regionais podem perder-se nas sendas do esquecimento.

## REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Atlas Linguístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Crenças e atitudes lingüísticas: quem fala a língua brasileira? *In*: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). **Português brasileiro II: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Niterói: Editora Federal Fluminense, 2008. p. 311-333.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Da divisão dialetal de Nascentes ao Atlas Linguístico do Brasil: os róticos em coda silábica interna nos subfalares do Sul do Brasil. *IV<sup>ème</sup> Congrès International de Dialectologie et de Sociolinguistique – IV CIDS*. Conferência proferida na Université Sorbonne. Paris 4, 2016.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Léxico e áreas dialetais: o que podem demonstrar os dados do ALiB. *In*: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2009, João Pessoa. **Anais...** Dermeval da Hora (org.). João Pessoa: Idea, 2009. Vol. 2, p. 4219-4233.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade; YIDA, Vanessa. Projeto ALiB: uma análise das respostas e das não-respostas de informantes das capitais. **Signum: Estudos da Linguagem**. v. 11, n. 2, p.15-31, dez. 2008.
- ALENCAR, José Martiniano de. **Sonhos d'Ouro**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1872.
- ALÉONG, Stanley. Normas lingüísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. *In*: BAGNO, Marcos. (org.). **Norma lingüística**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 145-174.
- ALKMIM, Tânia M. Um texto inaugural: o Visconde de Pedra Branca e o português do Brasil. **Stockholm Review of Latin American Studies**. Issue n. 8, mar. 2012. p. 21-33. Disponível em: <http://www4.iel.unicamp.br/projetos/afrolatinos/AlkmimSROLAS2012.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- ALMEIDA, Augusto Cezar de. **Pães no Brasil: fotos e verbetes**. São Paulo: Editora Maná, 1999.
- ALTENHOFEN, C. V.; KLASSMANN, M. S. (org.). **Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS: cartas fonéticas e morfossintáticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- ALTENHOFEN, Cléo V. **Bilinguismo no Rio Grande do Sul (BIRS)**. Projeto ALMA-H. 2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/projalma/birs-bilinguismo-no-rs/>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- ALTENHOFEN, Cléo V. Migrações e contatos lingüísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual. **Revista de Letras Norte@mentos**. Estudos Linguísticos. Sinop, v. 6, n. 12, p. 31-52, jul./dez. 2013.
- ALTENHOFEN, Cléo V.; THUN, Harald. As migrações e os contatos lingüísticos na geografia lingüística do sul do Brasil e bacia do Prata. *In*: AGUILERA, Vanderci de Andrade; ROMANO, Valter Pereira (org.). **A geografia lingüística no Brasil: caminhos percorridos, horizontes alcançados**. Londrina: Eduel, 2016. p. 371-392.

ALTINO, Fabiane C. **Atlas Linguístico do Paraná II**. 2007. 2v. Tese. (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ALTINO, Fabiane C. O pão francês já é brasileiro? *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIALETOLOGIA E SOCIOLINGÜÍSTICA: variações, fraseologia e recursos, 2016, Paris. **Anais...** Paris: Université Paris Sorbonne (no prelo).

ALTINO, Fabiane C.; SILVA, Hélen Cristina da. O campo da alimentação em foco: designações para bala. MOTA *et al.* (org.). **Atlas linguístico do Brasil**, vol 3, (no prelo).

ALTINO, Fabiane C.; YIDA, Vanessa. Curau/Canjica: o que contam os dados das capitais. *In*: MOTA, Jacyra de Andrade; PAIM, Marcela Moura Torres; RIBEIRO, Silvana Soares C. (org.). **DOCUMENTOS 5**: Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Avaliação e perspectivas. Salvador: Quarteto, 2015, v. 1, p. 201-219.

ALTINO, Fabiane C.; YIDA, Vanessa. O milho na cultura nacional: o que dizem os dados do ALiB. *In*: AGUILERA, Vanderci de Andrade; DORION, Maranúbia Pereira Barbosa (org.). **Estudos Geossociolinguísticos brasileiros e europeus**: uma homenagem a Michel Contini. Londrina: EDUEL/EDUNIOESTE, 2016, v. 1, p. 189-209.

ALVAR, Manuel et. al. **Atlas lingüístico y etnográfico de Andalucía**. Granada: Universidad de Granada, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1959-1964.

ALVAR, Manuel. **Estructuralismo, Geografía Lingüística y Dialectología actual**. Madrid: Editorial Gredos S. A./ Biblioteca Románica Hispánica, 1969.

AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira, gramática** – vocabulário. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. **Revista Linha d'água**, n. 25, (1), 2012, p. 87-107. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37369/40090>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Esquecer para lembrar**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

ANDRADE, Manuel Correia de. **História econômica e administrativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1982.

ANDRADE, Oswald. Manifesto Antropófago. **Revista de Antropofagia**, Ano 1, No. 1, maio de 1928. Disponível em: <http://www.tanto.com.br/manifestoantropofago.htm>. Acesso em: 9 dez. 2017.

ANTONELLI, Diego. O primeiro caminho das tropas. **Gazeta do Povo**. 25 abr. 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-primeiro-caminho-das-tropas-8crdny1ct68tssmxqfi38ctam#ancora>. Acesso em: 31 ago. 2017.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. O Atlas Linguístico do Brasil no quadro da geolinguística brasileira. *In*: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil** – Introdução. Vol. 1. Londrina: EDUEL, 2014. p. 31-36.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; MENEZES, Cleusa Bezerra de. **Atlas Linguístico da Paraíba**. Brasília: UFPB; CNPq, Coordenação Editorial, 1984.

AUGUSTO, Vera Lúcia Dias dos Santos. **Atlas semântico-lexical do Estado de Goiás**. 2012. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AULETE, Caldas. **Aulete digital**: *Dicionário* contemporâneo da língua portuguesa: *Dicionário Caldas Aulete*, versão *online*. Disponível em: [http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete\\_digital](http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital). Acesso em: 18 fev. 2018.

BALBI, Adrien. **Introduction a l'Atlas ethnographique du globe**. Paris: Chez Rey et Gravier, 1826.

BANDEIRA, Manuel. Evocação do Recife. *In*: BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira**. Rio de Janeiro: José Olympio/ Instituto Nacional do Livro, 1970.

BARBOSA DOIRON, Maranúbia Pereira. **A motivação semântica nas respostas dos informantes do Atlas Linguístico do Estado de Alagoas (ALEAL)**. 2016. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Londrina, Brasil e Université Grenoble Alpes, Londrina, Grenoble, 2016.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. **Diccionario de vocabulos brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Editora Nacional/ Editora Universidade de São Paulo, 1976.

BERTI-SANTOS, Sonia Sueli. **Estudo geolingüístico de aspectos semântico-lexicais do campo semântico 'Alimentação e cozinha' (Questionário do ALiB) no município de Sorocaba**. Dissertação (mestrado em Linguística). - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BESSA, José Rogério F. **Atlas Linguístico do Estado do Ceará**. Vol 2. Cartogramas. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BIDERMAN, Maria Teresa C. O léxico, testemunha de uma cultura. **Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filoloxía Românicas**. Universidade de Santiago de Compostela, 1989.

BIDERMAN, Maria Teresa C. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. *In*: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001b. p.131-144.

BIDERMAN, Maria Teresa C. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. *In*: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP: Pontes, 2002, p. 65-82.

BIDERMAN, Maria Teresa C. Fundamentos da Lexicologia. *In*: **Teoria linguística**: teoria lexical e linguística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001c.

BIDERMAN, Maria Teresa C. Glossário. **Alfa**. São Paulo, n. 28. p. 135-144, 1984.

BIDERMAN, Maria Teresa C. O português brasileiro e o português europeu: identidade e contrastes. **Revue belge de philologie et d'histoire**, vol. 79, n. 3, 2001a, p. 963-975. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/rbph\\_0035-0818\\_2001\\_num\\_79\\_3\\_4556](http://www.persee.fr/doc/rbph_0035-0818_2001_num_79_3_4556). Acesso em: 11 jan. 2018.

- BIDERMAN, Maria Teresa C. **Teoria linguística**: linguística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BIDERMAN, Maria Teresa C. Unidades complexas do léxico. *In*: RIO-TORTO, G.; FIGUEIREDO, O.M; Silva, F..(org.). **Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, v. II, p. 747-757. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4603.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.
- BISINOTO, L. S. J. **Atitudes sociolingüísticas**: efeitos do processo migratório. Campinas: Pontes, 2007.
- BITENCOURT, Rafael. Piracicaba foi pioneira na imigração europeia em São Paulo e no Brasil. **G1**, Piracicaba, 18 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/piracicaba-250-anos/noticia/piracicaba-foi-pioneira-na-imigracao-europeia-em-sao-paulo-e-no-brasil-afirma-pesquisador.ghtml>. Acesso em: 6 jan. 2019.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino, aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.
- BORDONI, Orlando. **A língua tupi na geografia do Brasil**. [S. l.]. Apoio cultural Banestado, [19-].
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolingüística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BOTASSINI, Jacqueline Ortelan M. A importância do estudo de crenças e atitudes para a Sociolingüística. **Signum**: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 18, n. 1, p. 102-131, jun. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/20327>. Acesso em: 14 jan. 2019.
- BOTASSINI, Jacqueline Ortelan M. **Crenças e atitudes linguísticas**: um estudo dos róticos em coda silábica no Norte do Paraná. 2013. 219f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.
- BOTELHO, Adriano. Geografia dos sabores: ensaio sobre a dinâmica da cozinha brasileira. **Textos do Brasil**, MRE, Brasília, n. 13, p. 60 - 69, dez. 2007.
- BOULANGER, Jean-Claude. À propos du concept de “régionalisme”. **Lexique** (Lexique et Institutions), Paris, n. 3, p. 124-146, 1985..
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **A geografia lingüística no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. O vaqueiro símbolo da liberdade e mantenedor da ordem no sertão. MONTENEGRO, Antonio Torres *et al.* (org.). **História, cultura e sentimento**: outras histórias do Brasil. Recife: Editora Universitária da UFPE; Cuiabá: Editora da UFMT, 2008.
- BRASIL, Marília Carvalho. Os fluxos migratórios da Região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. **Caderno Estudos Sociais**, Recife, v. 13, n. 1, p. 61-84, jan./ jun. 1997.
- CALLAGE, Roque. **Vocabulário gaúcho**. Porto Alegre: [s.n.], 1964. (1926).

- CALVET, L. J. **Sociolingüística**: uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2004.
- CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de filologia e gramática**. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1964.
- CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e gente do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino *et al.* **Atlas linguístico do Brasil**. Introdução. v. 1. Londrina: EDUEL, 2014a.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino *et al.* **Atlas linguístico do Brasil**. Cartas Linguísticas. v.2. Londrina: EDUEL, 2014b.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Geolingüística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Tinha Nascentes razão? Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 5, p. 47-59, 1986.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Atlas linguístico de Sergipe II**. Rio de Janeiro: EUFBA, 2002.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Global, 2001.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global, 2011.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- CASTILHO, Ataliba T de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. *In*: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 27-36.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia**. Um vocabulário afro-brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- CATALÁN, Diego. **El español en Canarias**. PFLE I, Madrid, 1964.
- CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- CHAMBERS, J. K. (Jack); TRUDGILL, Peter. **La dialectología**. Tradução de Carmen Morán González. Madrid: Visor Libros, 1994.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL. **Questionários**. Londrina: EDUEL, 2001.
- CORBEIL, Jean-Claude. Elementos de uma teoria da regulação linguística. *In*: BAGNO, Marcos. (org.). **Norma linguística**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 175-201.

- CORPAS PASTOR, Gloria. **Manual de fraseología española**. Madrid: Gredos, 1996.
- CORRÊA, Romaguera *et al.* **Vocabulário sul-rio-grandense**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1964.
- CÔRTEZ, Geraldo de Menezes. **Migração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958.
- CORVALÁN, Carmen Silva. **Sociolingüística teoria y análisis**. Madrid: Editora Alhambra, 1989.
- COSERIU, Eugenio. A geografia linguística. *In*: COSERIU, E. **O homem e sua linguagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987. p. 79-116.
- COSERIU, Eugenio. **Principios de semântica estructural**. 2. ed. Madrid: Gredos, 1981.
- COSERIU, Eugenio. Sistema, norma e fala. *In*: COSERIU, E. **Teoria da linguagem e linguística geral**. Rio de Janeiro: Presença, 1979. (1959).
- COSTA, Daniela de Souza Silva. **Vocabulário Dialetal do Centro-Oeste: interfaces entre a Lexicografia e a Dialectologia**. 2018. 348f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.
- COSTA, F. A. Pereira da. **O vocabulário pernambucano**. Recife: Secretaria da Educação e Cultura: MEC, 1976. (1937).
- CRUZ, Maria Luiza de Carvalho. **Atlas Linguístico do Amazonas**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- CRYSTAL, David. **Dicionário de lingüística e fonética**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- CUBA, Marigilda Antônio. **Atlas linguístico topodinâmico do território incaracterístico**. 2015. 279 f. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.
- CUBA, Marigilda Antônio; ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico e história social: um estudo da variante lexical neve no Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso. **Signum: Estudos da Linguagem**. Londrina, v. 12, n. 1, p. 145-162, jul. 2009.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- CUNHA, Celso. **A questão da norma culta brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- CUNHA, Celso. Conservação e inovação no português do Brasil. O eixo e a roda: **Revista de Literatura Brasileira**, Belo Horizonte, v. 5, p. 199-230, 1986. Disponível em:  
[http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o\\_eixo\\_ea\\_roda/article/view/4214/4064](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/4214/4064). Acesso em: 20 dez. 2017.
- CUNHA, Celso. **Que é um brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- D'ALBUQUERQUE, A.Tenório. **Falsos brasileirismos** (argentinismos e americanismos erradamente apontados como brasileirismos). Rio de Janeiro: Edição Getúlio Costa, [1945?].

D'ANUNCIAÇÃO, Eliana Souza. **Registrando o léxico dos brinquedos e brincadeiras infantis em Minas Gerais**. 2016. 86 f. Monografia (Graduação em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

DAHER, Andrea. A conversão dos Tupinambá entre oralidade e escrita nos relatos franceses dos séculos XVI e XVII. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, jul./dez. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832004000200004&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832004000200004&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 6 fev. 2019.

DAUZAT, Albert. **Nouvel atlas linguistique de la France par régions**. Luçon: Impr. S. Pacteau, 1942.

DIÉGUES JUNIOR Manuel. Cultura e língua na formação brasileira. *In*: MELLO, Linalda de Arruda (org.). **Sociedade, cultura e língua**. João Pessoa: Shorin, 1990. p. 15-27.

DIÉGUES JUNIOR Manuel. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), 1960.

DIÉGUES JÚNIOR. Manuel. **Etnias e culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980. (1956).

DUC, Alain. **Matériaux pour l'étude des régionalismes du français. Les régionalismes du Canton de la mure**. (Isère). Paris: Klincksieck, 1990.

ELIA, Silvio. **Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

ELIA, Silvio. **O problema da língua brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

ELLIS, Myriam. A presença de Raposo Tavares na expansão paulista. **Revista do Instituto de estudos brasileiros**, São Paulo, v. 9, p. 23-61, 1970. Disponível em: <http://200.144.255.123/Imagens/Revista/REV009/Media/REV09-02.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ELUERD, Roland. **La lexicologie**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira. *In*: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da norma**. São Paulo; Edições Loyola, 2002. p. 37-61.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

FAULSTICH, Enilde. Duas questões em discussão: o que são brasileirismos nos dicionários de Língua Portuguesa? Existem brasileirismos terminológicos? *In*: JORNADA SOBRE “VARIACIÓN GEOLECTAL I TERMINOLOGIA”, 2004, Barcelona. **Anais...** Barcelona: Red Panlatina de Terminologia Realiter/IULAterm/Institut Universitari de Linguística Aplicada. p. 1-19. Disponível em: <http://bit.ly/1PAw6s6>. Acesso em: 28 jan. 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. (Didática, 1).

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FERREIRA, Carlota *et al.* **Atlas linguístico de Sergipe**. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação de Cultura de Sergipe, 1987.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana A. **A Dialetoлогия no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. Recife: MEC, 1976.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003.
- FROSI, Vitalina; MIORANZA, Ciro. **Dialetos Italianos**: um perfil linguístico dos ítalo-brasileiros do nordeste do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 1983.
- FURLAN, Oswaldo A. **Influência açoriana no português do Brasil em Santa Catarina**. Florianópolis: EDUFSC, 1989.
- GALANTI, Raphael M. **Lições de história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Typologia industrial de São Paulo, 1895. p. 82. Disponível em: <https://archive.org/details/licoesdehistori00galagoog>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da província Santa Cruz**: tratado da terra do Brasil. São Paulo: Editora Obelisco, 1964.
- GARCÍA MOUTON, Pilar. Dialectología y cultura popular. **Estado de la Questión**. RDTP, v. 42, p. 4-73, 1987.
- GARCÍA MOUTON, Pilar. Dialectología y geografía lingüística. *In*: ALVAR, Manuel (org.). **Manual de dialectología hispánica**: el español de España. Barcelona: Ariel, 1996, p.63-77.
- GARCÍA MOUTON, Pilar; MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Atlas Lingüístico y etnográfico de Castilla-La Mancha** - ALECMAN. Alcalá de Henares: Universidade de Alcalá, 2003.
- GARCIA, Rodolpho. **Diccionario de brasileirismos**: peculiaridades pernambucanas. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico, 1899. p. 637-937.
- GILLIÉRON, Jules; EDMONT, Edmond. **Atlas linguistique de la France**. Paris: Honoré Champion, 1902-1910, 1915. 35 fasc.
- GOULART FILHO, Alcides. Tropeiros e colonos e a construção da estrada de Blumenau a Curitiba: dois mundos e um caminho. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 10., 2016, Blumenau. **Anais...** Blumenau: FURB, maio 2016. p. 1-28.
- GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.
- GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Uma face de Jano**: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867). Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em história social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02102008-145934/pt-br.php>. Acesso em: 13 jan. 2019.

GROSS, M. Une classification des phrases figées du français. **Revue québécoise de linguistique**, v. 11, n. 2, 1982, p. 151-185.

HAUGEN, Einar. Dialeto, língua, nação. *In*: BAGNO, Marcos. (org.). **Norma lingüística**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 97-114.

HJELMSLEV, Louis. Langue e parole. **Cahiers Ferdinand de Saussure**, n. 2, 1942. p. 29-44.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antonio. **O português do Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSAUSTI, Estebe Ormazabal; MORAES PINTO, Eniceli Rodrigues. **Industrialização de balas, chocolates e confeitos**. São Paulo: SENAI Editora, 2016.

IORDAN, Iorgu. **Introdução à linguística românica**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

ISQUERDO, A. N. Herança lusa na toponímia de municípios da região Norte do Brasil: perspectivas linguística e sócio-histórica. *In*: **Actes du XXVII<sup>e</sup> Congrès international de linguistique et de philologie romanes**. Section 5 : Lexicologie, phraséologie, lexicographie.. Nancy: ATILF, 2016. v. 5. p. 315-328.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A propósito de dicionários de regionalismos do português do Brasil. *In*: ISQUERDO, Aparecida N; ALVES, Ieda M. (orgs). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Volume II. Campo Grande: UFMS, São Paulo: Humanitas, 2007.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Acheegas para a discussão do conceito de regionalismos no português do Brasil. **Alfa**, São Paulo, 50 (2), p. 9-24, 2006a. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1408>. Acesso em: 29 set. 2017.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Brasileirismos, regionalismos e americanismos: desafios e implicações para a lexicografia brasileira. *In*: BERLINCK, R. de A.; GUEDES, M.; MURAKAWA, C. de A. A. (org.) **Teoria e análise lingüísticas: novas trilhas**. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006b. p.11-29.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. *In*: MARIM, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. (org.). **História, religião e identidades**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003. p. 165-181.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Normas lexicais no português do Brasil e desafios para a lexicografia brasileira. *In*: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (org.). **Múltiplas Perspectivas em Linguística**. Uberlândia: EDUFU, 2008, v. I, p. 447-458.

- ISQUERDO, Aparecida Negri. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras. *In: Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. RIBEIRO, Silvana Soares Costa, COSTA, Sônia Bastos Borba, CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org.). - Salvador: EDUFBA, 2009, p. 41-60.
- ISQUERDO, Aparecida Negri; TELES, Ana Regina. A rede de pontos. *In: CARDOSO, Suzana A. M. et al. Atlas Linguístico do Brasil – Introdução*. Vol. 1. Londrina: Eduel, 2014. p. 37-77.
- LABOV, William. Estágios na aquisição do inglês standard. *In: FONSECA, Maria Stella V. da; NEVES, Moema F. (org.). Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 49-85.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editora, 2008 [1972].
- LABOV, William. **The study of language in its social context**. *Studium Generale*. 23, 1970, p. 80-87.
- LARA, Luis Fernando. **El concepto de norma en lingüística**. México: El colégio de México, 1976.
- LEHMANN, Alise; MARTIN-BERTHET, Françoise. **Introduction à la Lexicologie: sémantique et morfologie**. Paris: DUNOND, 1998.
- LEITE, Marli Quadros. **Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- LOPE BLANCH, Juan M. **Atlas lingüístico de México (ALMex)**. México: El Collegio de México/ Universidad Autónoma de México, 1990-1998.
- LORO, Alexandre Paulo. **O Movimento Migratório em Mato Grosso do Sul no início do Século XX: o jogo como um referencial para o entendimento das relações sociais**. *In: XIV 'Simpósio Internacional Processos Civilizadores: civilização, fronteiras e diversidade' e V Seminário do grupo de pesquisa 'Educação e Processo Civilizador, 2012, Dourados. v. 01. p. 01-09.*
- LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. Um ponto de intersecção para a Dialectologia e a Lexicografia: a proposição de um dicionário dialetal brasileiro com base nos dados do ALiB. **Estudos Linguísticos e Literários (UFBA)**, v. 41, p. 49-70, 2010.
- MACIEL, Maria Eunice. Identidade cultural e alimentação. *In: CANESQUI, A. M; GARCIA, R. W. D. (org.). Antropologia e nutrição: um diálogo possível [online]*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 49-55. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876-03.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2017.
- MACIEL, Maria Eunice. **Uma cozinha à brasileira**. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 33, jan.-jun. 2004, p. 25-39.
- MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional. Brasília: INL, 1978.

- MARGOTTI, Felício Wessling. **Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no Sul do Brasil**. 2004, 314 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- MARIANI, Bethania. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes, 2004.
- MARROQUIM, Mário. **A Língua do Nordeste**. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996 [1934].
- MARTINS, Ana Luiza. Presença imigrante francesa no Brasil: entre visões do paraíso e mercados de trabalho. *In*: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina (org.). **Franceses no Brasil – séculos XIX-XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 27-42.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Variação, mudança e norma (movimentos no interior do português-brasileiro). *In*: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 291-316.
- MEJRI, Salah. Introduction: polysémie et polylexicalité. **Syntaxique et Sémantique**. n. 5, p. 13-30, 2004.
- MEJRI, Salah. **Le figement lexical**. Tunis: Publications de la Faculté des Lettres de la Manouba, 1997.
- MEJRI, Salah. **Le mémoire des séquences figées**: une troisième articulation ou la réhabilitation du culturel dans le linguistique. p. 3-11, 1999. Disponível em: [ [http://www.bibliotheque.auf.org/doc\\_num.php?explnum\\_id=799](http://www.bibliotheque.auf.org/doc_num.php?explnum_id=799)]. Acesso em: 5 jun. 2018.
- MEJRI, Salah. Polylexicalité, monolexicalité et double articulation. **Cahiers de Lexicologie**. Paris: Éditions Garnier, Laboratoire de linguistique informatique LLI, Paris XIII, n. 89, p. 209-221, 2006.
- MELO, Gladstone Chaves de. **A língua do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1971 [1946].
- MELO, Gladstone Chaves de. **Os “brasileirismos” de Frei Luís de Sousa**. Niterói: Eduff, 1985.
- MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira/ Instituto Nacional do livro, 1973.
- MICHAELIS, André Guilherme P. **Pequeno dicionário italiano-português, português-italiano**. São Paulo: Melhoramentos, 1993.
- MONTEAGUDO, Henrique. Variação e norma linguística: subsídios para uma (re)visão. *In*: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos. (org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- MONTEIRO, Clóvis. **A Linguagem dos Cantadores**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1933.
- MONTES GIRALDO, José Joaquín. **Dialectologia general e hispano-americana**. Orientación teórica, metodológica y bibliográfica. 2. ed. Bogotá: Instituto Caro Cuervo Vos Liberabit Veritas, 1987.
- MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. Lengua, geografía y sociedad. *In*: JORNADAS DE LINGÜÍSTICA, 4, 1998, Cádiz. **Anais...** Cádiz: Universidade de Cádiz, 1998a. p. 53-76.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998b.

MOTA, Jacyra Andrade. Áreas dialetais brasileiras. *In*: CARDOSO, Suzana Alice M.; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. (org.). **Quinhentos anos de história Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 321-357.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice M. Por onde caminha o Projeto ALiB. **Revista do GELNE**. Natal, vol 14, número especial, 2012. p. 329-346.

MOTA, Jacyra; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A construção de um Atlas Linguístico do Brasil: o percurso do ALiB. **Signum: Revista de Estudos da Linguagem**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 237-256, jul. 2009.

MUSSOLINI, Gioconda. Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro. *In*: SCHADEN, Egon (org.). **Homem, cultura e sociedade no Brasil**. Seleções da Revista de Antropologia. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 293-316.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NASCENTES, Antenor. **O idioma nacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

NASCENTES, Antenor. **O Linguajar Carioca**. 2. ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953 [1922].

NASCIMENTO, Cacildo Alves; CARVALHO, Ely Berço de. A identidade gaúcha em Coxim – Mato Grosso do Sul: o migrante gaúcho de outsiders a estabelecidos. *In*: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011. p. 1-13.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. *In*: Catherine Aubertin. (org.). **FRONTEIRAS**. Brasília: EdunB/ ORSTOM, 1988, p. 19-37. Disponível em: [http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins\\_textes/pleins\\_textes\\_7/b\\_fdi\\_03\\_01/37774.pdf](http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37774.pdf). Acesso em: 9 jun. 2016.

NEIVA, Arthur. **Estudos da Língua Nacional**. São Paulo/ Rio de Janeiro/Recife/ Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/129/Estudos-da-lingua-nacional>. Acesso em: 22 dez. 2017.

NEIVA, Isamar. **Vocabulário Dialeto Baiano**. 2017. 270 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

NOLL, Volker. **O português brasileiro: formação e contrastes**. Tradução de Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo, 2008.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. **O português do Brasil: brasileirismos e regionalismos**. 1999. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

OLIVEIRA, Dercir. Pedro de (org.). **ALMS - Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul**. 1. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

- OLIVEIRA, Marcio. Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná 1871-1914. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 218-237. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1553/1002>. Acesso em: 7 jun. 2016.
- OLIVEIRA, Sheila Elias de. Um espaço de enunciação para dizer os brasileirismos. *In*: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP: Pontes, 2002. p. 83-98.
- OLIVEN, Ruben George. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. *In*: OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 31-45.
- ORTÊNCIO, Bariani. **Dicionário do Brasil Central: Subsídios à Filologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- PAIVA BOLÉO, Manuel de. **Brasileirismos (problemas de método)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1943.
- PAIVA, Odair da Cruz. Historiografia da Imigração para o Brasil – 1940-1950. **Anais... XX Encontro Regional de História**. 2010.
- PETTER, Margarida. Termos de origem africana no léxico do português do Brasil. *In*: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP: Pontes, 2002. p. 123-145.
- PICOCHÉ, Jacqueline. **Précis de lexicologie française – l'étude et l'enseignement du vocabulaire**. France: Nathan Université, 1977.
- POP, Sever. **La dialectologie**. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques, v. 1 e 2. Louvain: Chez l'Auteur; Gembloux, Duculot, 1950.
- PORTILHO, Danyelle Almeida Saraiva. **O falar amazônico: uma análise da proposta de Nascentes (1953) a partir de dados do Projeto ALiB**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.
- POTTIER, Bernard. **Linguística geral: teoria e descrição**. Tradução de Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Presença: Universidade Santa Úrsula, 1978.
- POTTIER, Bernard; AUDUBERT, Albert; PAIS, Cidmar Teodoro. **Estruturas linguísticas do português**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1973.
- PRADO JUNIOR Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PRETI, Dino. **Sociolinguística: os níveis de fala: um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira**. 9. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- PREZIA, Benedito. **Festa junina, a mais indígena das festas populares**. Porantim, Brasília, p. 11, 10 jun. 2000.
- RABANALES, Ambrosio. **Introducción al estudio del español de Chile**. Determinación del concepto de chilenismo. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1953.

- RAE. Real Academia Española. **Diccionario de la Lengua Española**. Madrid: RAE, [20-]. Disponível em: <https://dle.rae.es/?id=DglqVCc>. Acesso em: 07 mar. 2018.
- RANGEL, Lúcia Helena Vitalli. **Festas juninas, festas de São João**: origens, tradições e história. São Paulo: Publishing Solutions, 2008.
- RAZKY, Abdelhak; RIBEIRO, Celeste M. da R.; SANCHES, Romário D. **Atlas Linguístico do Amapá – ALAP**. São Paulo: Labrador, 2017.
- REY, Alain. **Le Grand Robert de la Langue Française**. 2. ed. Tome II. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1987.
- REY, Alain. Usos, julgamentos e prescrições linguísticas. *In*: BAGNO, Marcos. (org.). **Norma lingüística**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 115-144.
- REY-DEBOVE, Josette. Léxico e dicionário. **Alfa**, São Paulo, n. 28, 1984, p. 45-69.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RIBEIRO, J. *et al.* **Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1977.
- RIBEIRO, João. **A língua nacional e outros estudos linguísticos**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- RIBEIRO, Silvana Soares Costa. **Brinquedos e brincadeiras infantis na área do falar baiano**. 2012. 752 f. Tese (Doutorado em Letras) Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Problemas relativos à descrição do português como língua padrão no Brasil. *In*: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da norma**. São Paulo; Edições Loyola, 2002. p. 11-26.
- RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.
- ROMANO, Valter Pereira. Áreas lexicais no Centro-sul do Brasil sob uma perspectiva da geolinguística. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 103-145, 2018.
- ROMANO, Valter Pereira. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. **Entretextos**, Londrina, v.13, n. 2, p. 203-242, jul./dez. 2013.
- ROMANO, Valter Pereira. **Em busca de falares a partir de áreas lexicais no Centro-Sul do Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.
- ROMANO, Valter Pereira. Percurso historiográfico e metodológico da Geolinguística. **Revista do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem – UFMS**, Campo Grande, vol. 18, n. 35, 2014, p. 135-153. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/papeis/article/view/3017/2445>. Acesso em: 18 out. 2017.
- ROMANO, Valter Pereira; AGUILERA, Vanderci de Andrade. Padrões de variação lexical na região Sul a partir dos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. **Revista Estudos Linguísticos**. São Paulo, 43 (1): p. 575-587, jan-abr 2014. p. 575-587.

- RONA, José Pedro. ¿Qué es un americanismo? *In: El Simpósio de México: Actas, informes y comunicaciones*. UNAM: México, 1969, p. 135-148.
- RONA, José Pedro. **Aspectos metodológicos de la dialectología hispano-americana**. Montevideo, 1958. p. 8-16.
- ROSSI, Nelson *et al.* **Atlas Prévio dos Falares Baianos**. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- ROSSI, Nelson. A dialectologia. **ALFA**, Marília, n. 11, p. 89-116, 1967. Disponível em: <http://piwik.seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3299/3026>. Acesso em: 05 jun. 2016.
- SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geographia nacional**. São Paulo: Casa Eclética, Instituto Histórico e Geographico de S. Paulo, 1901.
- SANTOS, Leandro Almeida dos. **Brincando pelos caminhos do Falar Fluminense**. 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura – Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- SAPIR, Edward. **A linguagem** – introdução ao estudo da fala. Tradução de Joaquim Mattoso Camara Junior. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.
- SAPIR, Edward. Língua e ambiente. *In: SAPIR, Edward. Lingüística como ciência*. Tradução de J. Mattoso Camara Junior. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1961.
- SCHMIDT, Carlos Borges. Áreas de alimentação: a área do milho e da mandioca no estado de São Paulo. *In: SCHADEN, Egon (org.). Homem, cultura e sociedade no Brasil*. Seleções da Revista de Antropologia. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 317-325.
- SEABRA, Rodrigo Duarte; ROMANO, Valter Pereira; OLIVEIRA, Nathan, 2014. **[SGVCLin]**. Versão 1.0. Mídia em CD-ROM e manual explicativo impresso.
- SFAR, Inès. **Le Défigement: Procédés et Classements**. Paris: Slides, 2015. 49 slides, colorido.
- SILVA NETO, Serafim da. **Fontes do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1956 [1938].
- SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1986.
- SILVA NETO, Serafim da. **Língua, cultura e civilização**. Livraria Acadêmica: São Paulo, 1960a.
- SILVA NETO, Serafim da. **A língua portuguesa no Brasil**. Separata da Revista de Portugal. Vol. XXV. Lisboa, 1960b, p. 29.
- SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- SILVA, Hélen Cristina; AGUILERA, Vanderci de Andrade. O poder de uma diferença: um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas. **Alfa**, São Paulo, n. 58, 2014, p. 703-723. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v58n3/1981-5794-alfa-58-03-00703.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.
- SILVA, Rosa Virgínia M. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

- SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. Tomo I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/historia-economica-do-brasil-1500-1820>. Acesso em: 14 set. 2017.
- TEIXEIRA, José A. **Estudos de dialectologia portuguesa: linguagem de Goiás**. São Paulo: Editora Anchieta, 1944.
- TEIXEIRA, José A. O falar mineiro. **Separata da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo. Departamento de Cultura, 1938.
- TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- THUN, Harald. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. *In*: ZILLES, Ana Maria Stahl. **Estudos de variação lingüística no Brasil e no Cone Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- THUN, Harald. A geolinguística pluridimensional, a história social e a história das línguas. *In*: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). **Para a história do português brasileiro**. Volume VII: Vozes, veredas, voragens. Tomo II. Londrina: EDUEL, 2009. p. 533-558.
- THUN, Harald. Atlas lingüístico do Brasil, Vol. 1; Atlas lingüístico do Brasil, Vol. 2. Reseñado por Harald Thun. **Lingüística** 32 (2), Diciembre 2016. p. 141-144. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v32n2/v32n2a11.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2018.
- THUN, Harald. Introduction à la table ronde. *In*: XXII CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOGIE ROMANES. 22, 23-29 jul. 1998, Bruxelas. **Actes...**, vol. 3. Vivacité et diversité de la variation linguistique. Tübingen: Niemeyer, 1998a, p. 407-409.
- THUN, Harald. La géographie linguistique romane à la fin du XXe. Siècle. CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOGIE ROMANES, 22., 1998b, Bruxelas. **Actes...** v. 3. Vivacité et diversité de la variation linguistique. Tübingen: Niemeyer, 2000b, p. 367-388.
- THUN, Harald. Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevidianos en Rivera. *In*: RADTKE, Edgar & THUN, Harald (org.). **Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie**. Kiel : Westensee-Verl., 1996. p. 210-269.
- THUN, Harald; ELIZAINCÍN, Adolfo. **Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)**. Kiel: Editora Westensee Verlag, 2000.
- THUN, Harald; FORTE, Carlos; ELIZAINCÍN, Adolfo. El Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU). Presentación de un proyecto. **Iberoromania**, n. 30, p. 26-62, 1989.
- TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário Guarani Português**. São Paulo: Traço editora, 1989.
- TLFi. **Trésor de la langue Française informatisé**. ATILF - CNRS & Université de Lorraine, 1994. Disponível em: <http://www.atilf.fr/tlfi>. Acesso em: 30 dez. 2018.

- TOLEDO, Carolina Rosseti de. **Fluxos Paulistas**. Pesquisa FAPESP. 215. ed., jan, 2014. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/01/13/fluxos-paulistas/>. Acesso em: 8 jun. 2015.
- TOTH, Nicole Aparecida Santos Abbondanza, Memórias do café e da imigração italiana – História. **Revista da FLUP**. Porto. IV Série. Vol. 8. n. 1. 2018, p. 136-157. Disponível em: <http://pentaho.lettras.up.pt/index.php/historia/article/view/4511/4226>. Acesso em 6 jan. 2019.
- TRUDGILL, Peter. **Sociolinguistics: an introduction to language and society**. London: Peguin Books, 1995.
- VASCONCELOS, Joaquim Leite de. **Esquisse d'une dialectologie portugaise**. Lisboa: Centro de estudos filológicos, 1901. Disponível em: <https://archive.org/details/esquissedunedia00vascgoog>. Acesso em: 16 jan. 2018.
- VENY, Joan. **Introducció a la Dialectologia catalana**. Barcelona: Enciclopèdia Catalana, 1985. p. 104-176.
- VIANNA, Helio. **História do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.
- VILELA, Mário. **Estudos de Lexicologia do Português**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin L. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006. [1968].
- WILLEMS, Emílio. **Assimilação e populações marginais o Brasil**. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/assimilacao-e-populacoes-marginais-no-brasil-estudo-sociologico-dos-imigrantes-germanicos-e-seus-descendentes/>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- YIDA, Vanessa. **O campo semântico da Alimentação e Cozinha no Atlas Linguístico do Brasil (ALiB): um estudo lexical nas capitais**. 2011. 191p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.
- YIDA, Vanessa. Quem quer bala? A divisão dialetal de Nascentes revisitada a partir de dados do Projeto ALiB. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIALETOLOGIA E SOCIOLINGÜÍSTICA: variações, fraseologia e recursos, 2016, Paris. **Anais...** Paris: Université Paris Sorbonne, 2019.
- YIDA, Vanessa. Resultados do Estudo sobre o campo Semântico da Alimentação e Cozinha no Atlas Linguístico do Brasil - ALiB: um estudo lexical nas capitais. In: Fabiane Cristina Altino. (org.). **Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: nos caminhos de Vanderci de Andrade Aguilera**. Londrina: Midiograf, 2012, v.1, p. 264-282.
- YIDA, Vanessa. **Um estudo lexical sobre o campo semântico da Alimentação e Cozinha**. 2006. Monografia (Língua portuguesa). Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2006.
- YIDA, Vanessa; GHOLMIE, Myriam Rossi Sleiman; VASCONCELOS, Celciane Alves. Estratégias para a obtenção de respostas nos inquéritos do ALiB: a questão

054 (aftosa) nas capitais do Centro-Oeste e Sudeste. **Signum: Estudos da Linguagem**, vol. 21.1, Londrina, 2018.

ZÁGARI, Mário Roberto. Os falares mineiros: esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais. *In*: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). **A geolingüística no Brasil**: caminhos e perspectivas. Londrina: Editora da UEL, 1998. p. 31-77.

ZIAMANDANIS, Claire. La falta de respuesta y el desconocimiento em Puerto Rico: silenciar también es contestar. MORALES, Amparo; CARDONA, Julia; LÓPEZ MORALES, Humberto; FORASTIERI, Eduardo (org.). **Estudios de lingüística hispânica**. San Juan, Puerto Rico: Editorial de La Universidad de Puerto Rico, 1999. p. 656-663.

VANESSA YIDA

**NORMAS LEXICAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:**  
UMA DESCRIÇÃO DE REGIONALISMOS NOS DADOS DO CAMPO SEMÂNTICO DA  
ALIMENTAÇÃO E COZINHA DO PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL (ALiB)

(Volume 2)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Estudos da Linguagem, Área de concentração: Análise e Descrição Linguística da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanderci de Andrade Aguilera

Londrina  
2019

## SUMÁRIO (Volume 2)

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>BASES CARTOGRÁFICAS</b> .....	13
	BASE 1 – REDE DE PONTOS – BRASIL .....	14
	BASE 2 – REDE DE PONTOS – REGIÃO NORTE.....	15
	BASE 3 – REDE DE PONTOS – REGIÃO NORDESTE .....	16
	BASE 4 – REDE DE PONTOS – REGIÃO CENTRO-OESTE .....	17
	BASE 5 – REDE DE PONTOS – REGIÃO SUDESTE .....	18
	BASE 6 – REDE DE PONTOS – REGIÃO SUL .....	19
<b>3</b>	<b>REDE DE PONTOS LINGUÍSTICOS</b> .....	20
3.1	REDE DE PONTOS LINGUÍSTICOS (BRASIL) .....	21
<b>4</b>	<b>CARTAS LINGUÍSTICAS</b> .....	34
	(Carta CD1/179) Carta diatópica 1 – Questão 179 – <i>canjica/mingau/curau</i> com coco – Região Norte .....	35
	(Carta CD2/179) Carta diatópica 2 – Questão 179 – <i>canjica/mingau/curau</i> com coco – Região Nordeste .....	36
	(Carta CD3/179) Carta diatópica 3 – Questão 179 – <i>canjica/mingau/curau</i> com coco – Região Centro-Oeste .....	37
	(Carta CD4/179) Carta diatópica 4 – Questão 179 – <i>canjica/mingau/curau</i> com coco – Região Sudeste.....	38
	(Carta CD5/179) Carta diatópica 5 – Questão 179 – <i>canjica/mingau/curau</i> com coco – Região Sul.....	39
	(Carta CAG1/179) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 179 – <i>canjica de milho</i> .....	40

(Carta CAG2/179) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 179 – <i>mingau de milho</i> .....	41
(Carta CAG3/179) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 179 – <i>curau de milho</i> .....	42
(Carta CAG4/179) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 179 – <i>papa de milho</i> .....	43
(Carta CAG5/179) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 179 – <i>angu</i> .....	44
(Carta CAG6/179) Carta de arealidade gradual 6 - Questão 179 – <i>mugunzá</i> .....	45
(Carta CA1/179) Carta de arealidade 1 - Questão 179 – <i>canjica/ mingau de milho</i> .....	46
(Carta CD1/180) Carta diatópica 1 – Questão 180 – <i>curau/mingau/canjica</i> sem coco – Região Norte .....	47
(Carta CD2/180) Carta diatópica 2 – Questão 180 – <i>curau/mingau/canjica</i> sem coco – Região Nordeste .....	48
(Carta CD3/180) Carta diatópica 3 – Questão 180 – <i>curau/mingau/canjica</i> sem coco – Região Centro-Oeste .....	49
(Carta CD4/180) Carta diatópica 4 – Questão 180 – <i>curau/mingau/canjica</i> sem coco – Região Sudeste.....	50
(Carta CD5/180) Carta diatópica 5 – Questão 180 – <i>curau/mingau/canjica</i> sem coco – Região Sul.....	51
(Carta CAG1/180) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 180 – <i>curau</i> .....	52
(Carta CAG2/180) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 180 – <i>mingau/ mingau de milho</i> .....	53
(Carta CAG3/180) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 180 – <i>canjica</i> .....	54
(Carta CAG4/180) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 180 – <i>angu</i> .....	55
(Carta CAG5/180) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 180 – <i>papa/ papa de milho</i> .....	56
(Carta CA1/180) Carta de arealidade 1 - Questão 180 – <i>curau/ mingau de milho</i> .....	57
(Carta CD1/181) Carta diatópica 1 – Questão 181 – <i>canjica/mugunzá</i> – Região Norte .....	58
(Carta CD2/181) Carta diatópica 2 – Questão 181 – <i>canjica/mugunzá</i> – Região Nordeste .....	59
(Carta CD3/181) Carta diatópica 3 – Questão 181 – <i>canjica/mugunzá</i> – Região Centro-Oeste .....	60
(Carta CD4/181) Carta diatópica 4 – Questão 181 – <i>canjica/mugunzá</i> – Região Sudeste.....	61
(Carta CD5/181) Carta diatópica 5 – Questão 181 – <i>canjica/mugunzá</i> – Região Sul.....	62

(Carta CAG1/181) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 181 – <i>canjica</i> .....	63
(Carta CAG2/181) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 181 – <i>mugunzá</i> .....	64
(Carta CAG3/181) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 181 – <i>chá de burro</i> .....	65
(Carta CAG4/181) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 181 – <i>mingau de milho</i> .....	66
(Carta CAG5/181) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 181 – <i>mingau maranhense</i> .....	67
(Carta CAG6/181) Carta de arealidade gradual 6 - Questão 181 – <i>ui-ui</i> .....	68
(Carta CAG7/181) Carta de arealidade gradual 7 - Questão 181 – <i>canjicão</i> .....	69
(Carta CAG8/181) Carta de arealidade gradual 8 - Questão 181 – <i>canjicada</i> .....	70
(Carta CA1/181) Carta de arealidade 1 - Questão 181 – <i>mugunzá salgado/ canjica salgada</i> .....	71
(Carta CA2/181) Carta de arealidade 2 - Questão 181 – <i>canjica/ mugunzá</i> .....	72
(Carta CD1/185) Carta diatópica 1 – Questão 185 – <i>bala/bombom</i> – Região Norte .....	73
(Carta CD2/185) Carta diatópica 2 – Questão 185 – <i>bala/bombom</i> – Região Nordeste.....	74
(Carta CD3/185) Carta diatópica 3 – Questão 185 – <i>bala/bombom</i> – Região Centro-Oeste.....	75
(Carta CD4/185) Carta diatópica 4 – Questão 185 – <i>bala/bombom</i> – Região Sudeste.....	76
(Carta CD5/185) Carta diatópica 5 – Questão 185 – <i>bala/bombom</i> – Região Sul.....	77
(Carta CAG1/185) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 185 – <i>bala</i> .....	78
(Carta CAG2/185) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 185 – <i>bombom</i> .....	79
(Carta CAG3/185) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 185 – <i>confeito</i> .....	80
(Carta CAG4/185) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 185 – <i>caramelo</i> .....	81
(Carta CAG5/185) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 185 – <i>queimado</i> .....	82
(Carta CA1/185) Carta de arealidade 1 - Questão 185 – <i>bala/ bombom</i> .....	83
(Carta CD1/186) Carta diatópica 1 – Questão 186 – <i>pão francês</i> - Região Norte .....	84

(Carta CD2.1/186) Carta diatópica 2.1 – Questão 186 – <i>pão francês</i> - Região Nordeste (6 variantes mais produtivas .....	85
(Carta CD2.2/186) Carta diatópica 2.2 – Questão 186 – <i>pão francês</i> - Região Nordeste (6 variantes menos produtivas .....	86
(Carta CD3/186) Carta diatópica 3 – Questão 186 – <i>pão francês</i> - Região Centro-Oeste .....	87
(Carta CD4.1/186) Carta diatópica 4.1 – Questão 186 – <i>pão francês</i> - Região Sudeste (5 variantes mais produtivas .....	88
(Carta CD4.2/186) Carta diatópica 4.2 – Questão 186 – <i>pão francês</i> - Região Sudeste (6 variantes menos produtivas .....	89
(Carta CD5/186) Carta diatópica 5 – Questão 186 – <i>pão francês</i> - Região Sul.....	90
(Carta CAG1/186) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 186 – <i>pão francês</i> .....	91
(Carta CAG2/186) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 186 – <i>pão</i> .....	92
(Carta CAG3/186) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 186 – <i>pão de sal</i> .....	93
(Carta CAG4/186) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 186 – <i>cacetinho</i> .....	94
(Carta CAG5/186) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 186 – <i>pão carioca</i> .....	95
(Carta CAG6/186) Carta de arealidade gradual 6 - Questão 186 – <i>pão d'água</i> .....	96
(Carta CAG7/186) Carta de arealidade gradual 7 - Questão 186 – <i>pão pequeno</i> .....	97
(Carta CAG8/186) Carta de arealidade gradual 8 - Questão 186 – <i>pão careca</i> .....	98
(Carta CAG9/186) Carta de arealidade gradual 9 - Questão 186 – <i>pão massa grossa</i> .....	99
(Carta CAG10/186) Carta de arealidade gradual 10 - Questão 186 – <i>filão</i> .....	100
(Carta CAG11/186) Carta de arealidade gradual 11 - Questão 186 – <i>média</i> .....	101
(Carta CAG12/186) Carta de arealidade gradual 12 - Questão 186 – <i>pão agurado</i> .....	102

(Carta CAG13/186) Carta de arealidade gradual 13 - Questão 186 – <i>pão de trigo</i> .....	103
(Carta CAG14/186) Carta de arealidade gradual 14 - Questão 186 – <i>bengalinha</i> .....	104
(Carta CAG15/186) Carta de arealidade gradual 15 - Questão 186 – <i>brizolinha</i> .....	105
(Carta CAG16/186) Carta de arealidade gradual 16 - Questão 186 – <i>pão Jacó</i> .....	106
(Carta CA1/186) Carta de arealidade 1 - Questão 186 – <i>pão francês/ pão</i> .....	107

## SUMÁRIO (Volume 1)

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	26
<b>CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS</b> .....	33
1.1 ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA .....	34
1.1.1 A Ocupação Espacial Nos Primeiros Séculos da Colonização.....	35
1.2 FATORES COADJUVANTES NO POVOAMENTO DO INTERIOR DO BRASIL .....	36
1.2.1 A Criação De Gado .....	36
1.2.2 O Movimento Bandeirante .....	39
1.2.3 A Contribuição Fluvial No Povoamento .....	41
1.2.4 Tropeirismo.....	42
1.2.5 O Ciclo Do Ouro .....	43
1.2.6 A Grande Lavoura E O Assentamento Populacional .....	45
1.2.7 O Ciclo Do Café.....	47
1.2.8 O Ciclo Da Borracha.....	49
1.2.9 A Imigração .....	50
1.2.10 A Migração .....	53
1.3 O CONTEXTO HISTÓRICO, CULTURAL E ECONÔMICO .....	58
1.4 PROPOSTAS DE DIVISÃO DIALETAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	63

	<b>CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTOS LINGUÍSTICOS</b> .....	67
2.1	EM BUSCA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO .....	68
	<b>CAPÍTULO 3 - A GEOGRAFIA LINGUÍSTICA: PALAVRAS INTRODUTÓRIAS</b> .....	78
3.1	O SURGIMENTO DA DIALETOLOGIA E DA METODOLOGIA DA GEOGRAFIA LINGUÍSTICA: DESDOBRAMENTOS .....	78
3.2	A DIALETOLOGIA NO BRASIL: FASES DOS ESTUDOS DIALETAIS .....	81
3.3	SITUANDO A DIALETOLOGIA E A GEOLINGUÍSTICA .....	82
3.4	O PROJETO ALIB E A PLURIDIMENSIONALIDADE .....	84
3.5	OS ATLAS LINGUÍSTICOS BRASILEIROS E OS ESTUDOS GEOLINGUÍSTICOS COM BASE EM CORPUS DO ALIB: A ABORDAGEM DO CAMPO SEMÂNTICO DA ALIMENTAÇÃO E COZINHA.....	87
	<b>CAPÍTULO 4 SUBSÍDIOS PARA O TRATAMENTO DAS NORMAS LEXICAIS: NORMA GERAL E REGIONAL E OUTROS ESTUDOS LEXICAIS</b> .....	100
4.1	A NORMA LINGUÍSTICA: SUMÁRIO HISTÓRICO .....	101
4.1.1	A Norma Ou As Normas: A Pluralidade De Concepções .....	103
4.2 A	QUESTÃO DOS BRASILEIRISMOS E O EXAME DE OUTROS ESTUDOS A RESPEITO DOS REGIONALISMOS.....	108
4.2.1	Em Busca Do Falar Regional: A Contribuição Do Projeto ALiB.....	118
4.3 A	LEXICOLOGIA E OUTROS ESTUDOS DO LÉXICO .....	123
4.3.1	A Lexicologia e a Teoria dos Campos Léxicos .....	123
4.3.2	Notas sobre a Fraseologia.....	127

<b>CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA</b> .....	131
5.1 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	131
5.1.1 Perfil Dos Informantes .....	132
5.1.2 Rede De Pontos e Distribuição do Número De Localidades e Informantes..	134
5.2 MONTANTE DE DADOS.....	135
5.3 ORGANIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS E CARTOGRAFAÇÃO LINGUÍSTICA .....	136
5.3.1 Dados Considerados .....	140
5.4 PASSOS DA PESQUISA.....	141
<b>CAPÍTULO 6 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	146
6. 1 QUESTÃO 179 – <i>CANJICA/MINGAU/CURAU</i> COM COCO .....	146
6. 1. 1 Notas Sobre o Milho .....	146
6. 1. 2 Análise Da Questão 179 - <i>Canjica/Mingau/Curau</i> Com Coco .....	148
6. 2 QUESTÃO 180 – <i>CURAU/CANJICA</i> SEM COCO .....	170
6. 2. 1 Análise Da Questão 180 – <i>Curau/Canjica</i> Sem Coco.....	170
6. 3 QUESTÃO 181 – <i>CANJICA/MUGUNZÁ</i> .....	187
6.3.1 Notas sobre a <i>canjica/mugunzá</i> .....	187
6.3.2 Análise Da Questão 181 – <i>Canjica/Mugunzá</i> .....	189
6.4 QUESTÃO 185 – <i>BALA/BOMBOM</i> .....	213
6.4. 1 Notas sobre a <i>bala</i> .....	213
6.4.2 Análise da questão 185 – <i>bala/bombom</i> .....	214
6. 5 QUESTÃO 186 – PÃO FRANCÊS.....	237

6.5.1	Notas sobre o <i>pão francês</i> .....	237
6.5.2	Análise da questão 186 – <i>pão francês</i> .....	239
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	267
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	274

## 1 APRESENTAÇÃO

Este volume apresenta o conjunto de 73 cartas linguísticas geradas a partir da ferramenta computacional SGVCLin (Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas), em bases cartográficas georreferenciadas elaboradas pela equipe de Informatização e Cartografia do Projeto ALiB. As cartas documentam a variação lexical para as questões:

- 179 do QSL: (*curau/canjica com coco*) - COMO SE CHAMA UMA PAPA CREMOSA FEITA COM COCO E MILHO VERDE RALADO, POLVILHADA COM CANELA?

- 180 do QSL: (*curau/canjica sem coco*) - COMO SE CHAMA ESSA MESMA PAPA, COM MILHO VERDE RALADO, SEM COCO?

- 181 do QSL: (*canjica/mugunzá*) - COMO SE CHAMA AQUELE ALIMENTO FEITO COM GRÃOS DE MILHO BRANCO, COCO E CANELA?

- 185 do QSL: (*bala/ bombom/ caramelo*) - COMO SE CHAMA AQUILO EMBRULHADO EM PAPEL COLORIDO QUE SE CHUPA?

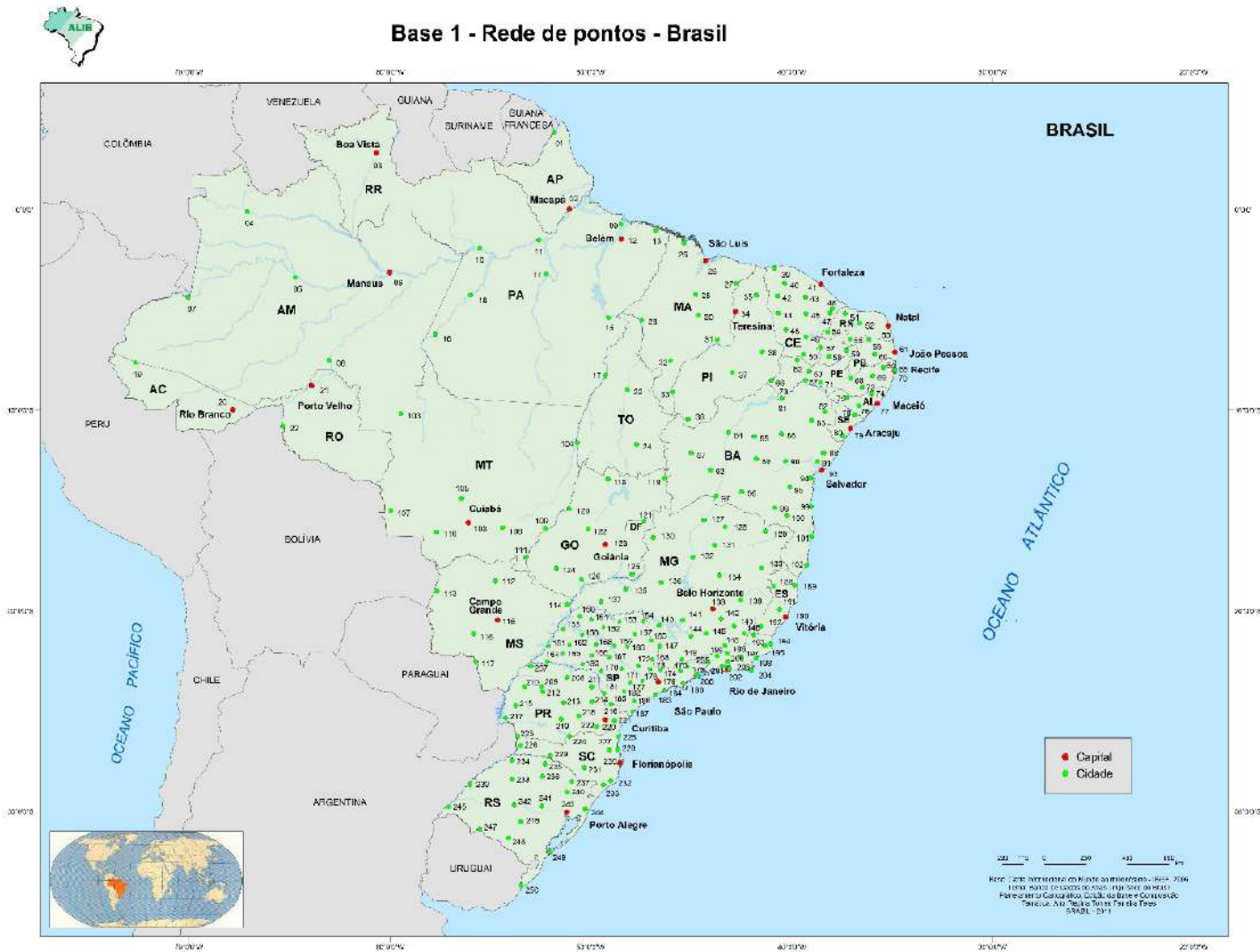
- 186 do QSL: (*pão francês*) - COMO SE CHAMA ISTO? (MOSTRAR)

Inicialmente, são apresentadas as bases cartográficas utilizadas na pesquisa. São seis bases, uma do Brasil geral, com os 250 pontos de inquérito do Projeto ALiB e outras cinco, referentes às localidades distribuídas em cada Região do País. Todas as bases foram publicadas no *Atlas Linguístico do Brasil*, volume 2 (CARDOSO et. al., 2014b). Segue-se um quadro com a discriminação dos 250 pontos de investigação.

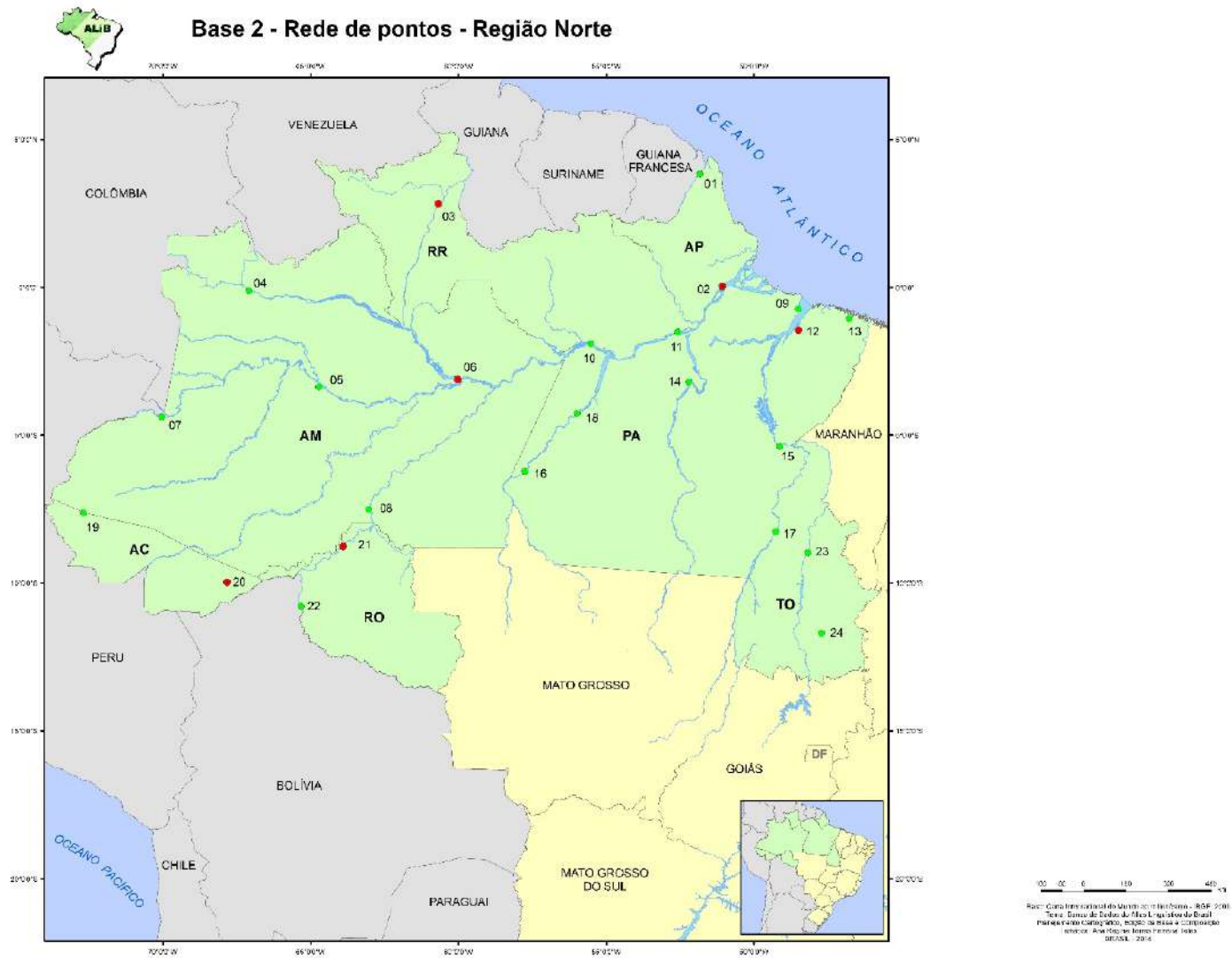
Ao final deste volume, são organizadas as cartas lexicais: as cartas que apresentam o código CD são as Cartas Diatópicas em número de cinco, contemplando, para cada questão, as cinco Regiões do País; com o código CAG, são as cartas de arealidade gradual para cada variante, e as cartas com as iniciais CA documentam a arealidade para as duas formas mais produtivas registradas como resposta para cada uma das questões, além de uma carta registrando a forma *mugunzá salgado/ canjica salgada*. Devido à polimorfia de denominações, para a questão 186 do QSL (*pão francês*) foram

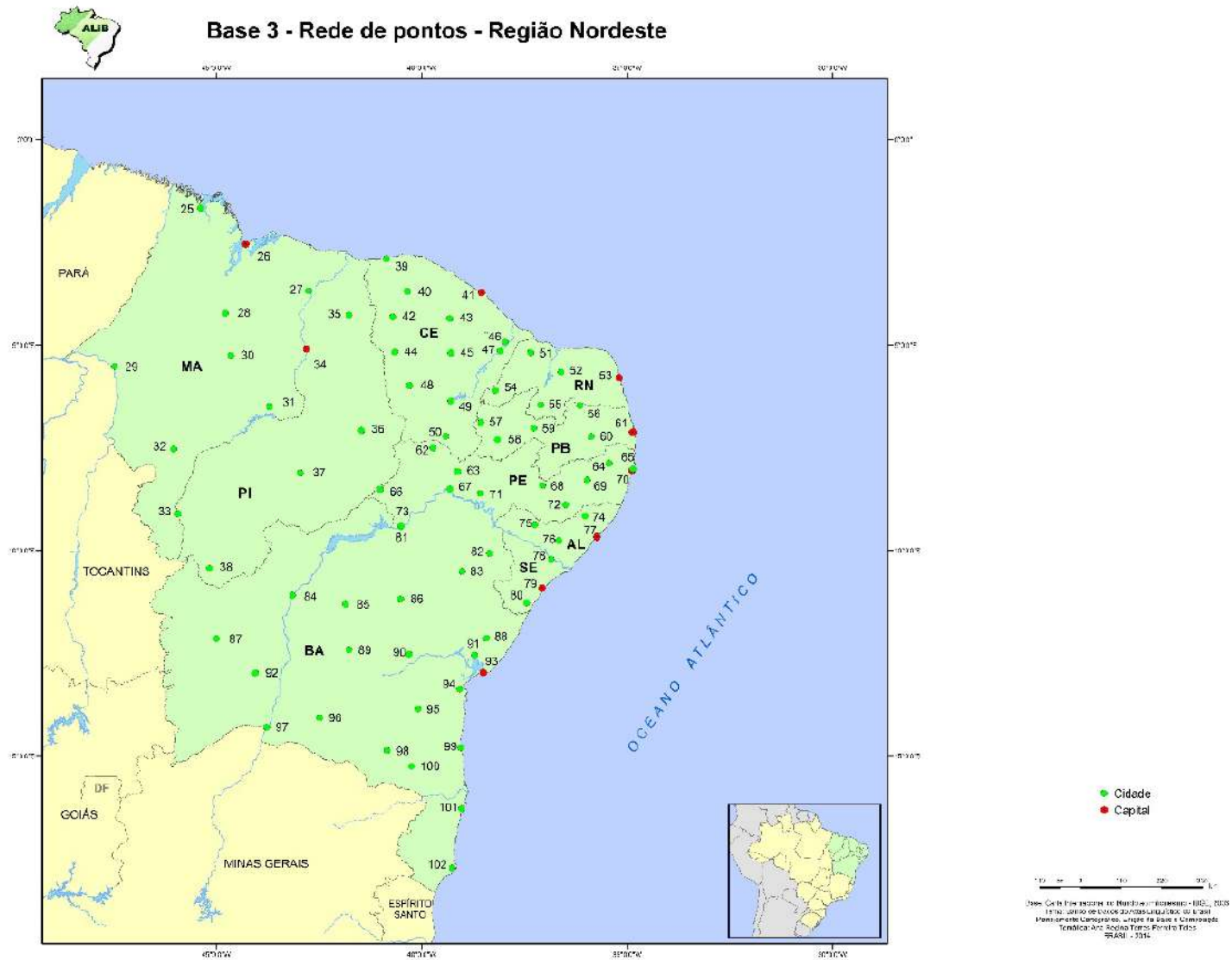
elaboradas duas cartas diatópicas (para as formas mais e as menos produtivas) registrando a distribuição diatópica das variantes nas Regiões Nordeste e Sudeste, a fim de facilitar a leitura e interpretação dos dados.

## 2 BASES CARTOGRÁFICAS

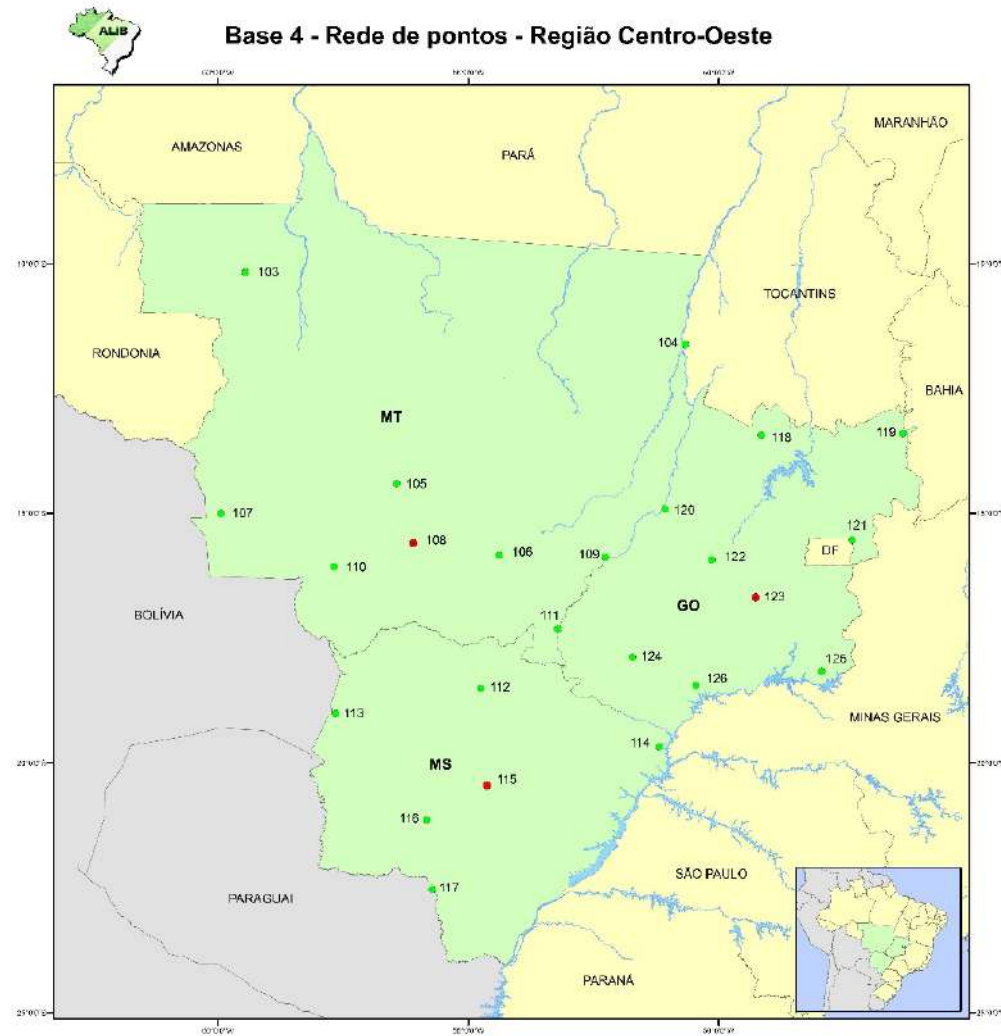


Fonte: Equipe de cartografia linguística do Projeto ALiB

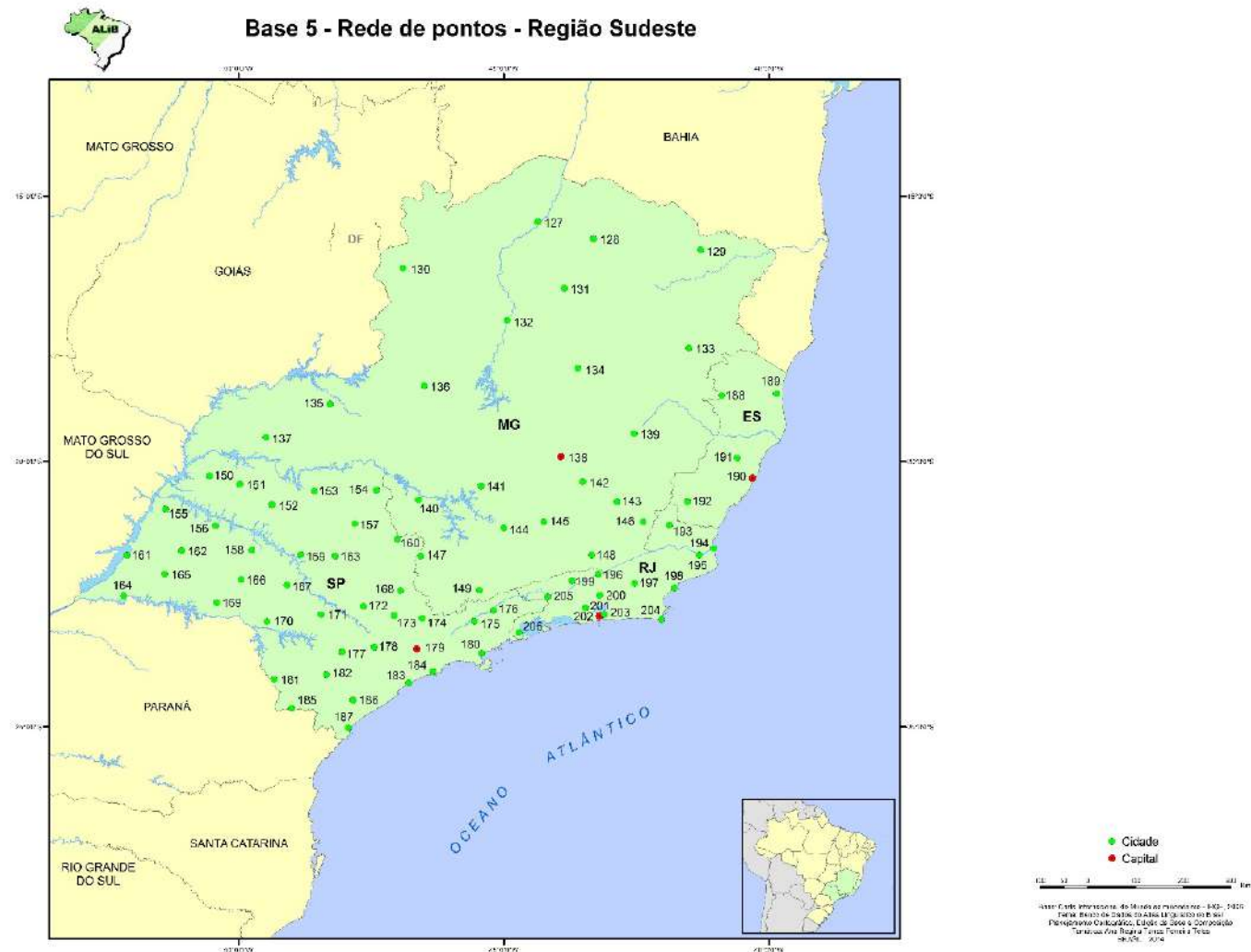




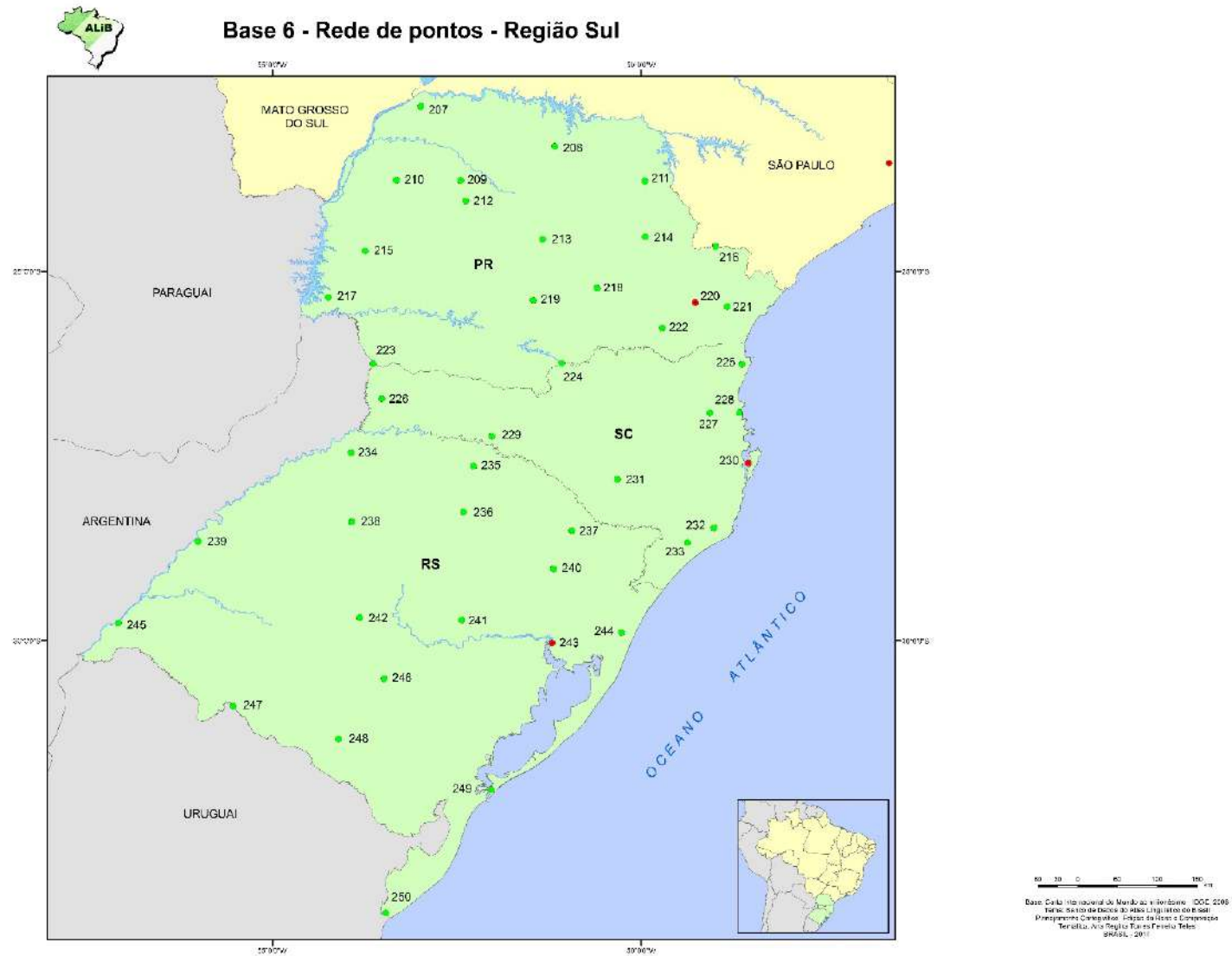
Fonte: Equipe de cartografia linguística do Projeto ALiB



Fonte: Equipe de cartografia linguística do Projeto ALiB



Fonte: Equipe de cartografia linguística do Projeto ALiB



Fonte: Equipe de cartografia linguística do Projeto ALiB

### **3 REDE DE PONTOS LINGUÍSTICOS**

## 3.1 REDE DE PONTOS LINGÜÍSTICOS (BRASIL)

<b>Ponto</b>	<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Localidade</b>
01	Norte	AP	Oiapoque
02	Norte	AP	Macapá
03	Norte	RR	Boa Vista
04	Norte	AM	São Gabriel da Cachoeira
05	Norte	AM	Tefé
06	Norte	AM	Manaus
07	Norte	AM	Benjamin Constant
08	Norte	AM	Humaitá
09	Norte	PA	Soure
10	Norte	PA	Óbidos
11	Norte	PA	Almeirim
12	Norte	PA	Belém
13	Norte	PA	Bragança
14	Norte	PA	Altamira
15	Norte	PA	Marabá
16	Norte	PA	Jacareacanga
17	Norte	PA	Conceição do Araguaia
18	Norte	PA	Itaituba

19	Norte	AC	Cruzeiro do Sul
20	Norte	AC	Rio Branco
21	Norte	RO	Porto Velho
22	Norte	RO	Guajará-Mirim
23	Norte	TO	Pedro Afonso
24	Norte	TO	Natividade
25	Nordeste	MA	Turialva
26	Nordeste	MA	São Luís
27	Nordeste	MA	Brejo
28	Nordeste	MA	Bacabal
29	Nordeste	MA	Imperatriz
30	Nordeste	MA	Tuntum
31	Nordeste	MA	São João dos Patos
32	Nordeste	MA	Balsas
33	Nordeste	MA	Alto Paranaíba
34	Nordeste	PI	Teresina
35	Nordeste	PI	Piripiri
36	Nordeste	PI	Picos
37	Nordeste	PI	Canto do Buriti
38	Nordeste	PI	Corrente

39	Nordeste	CE	Camocim
40	Nordeste	CE	Sobral
41	Nordeste	CE	Fortaleza
42	Nordeste	CE	Ipu
43	Nordeste	CE	Canindé
44	Nordeste	CE	Crateús
45	Nordeste	CE	Quixeramobim
46	Nordeste	CE	Russas
47	Nordeste	CE	Limoeiro do Norte
48	Nordeste	CE	Tauá
49	Nordeste	CE	Iguatu
50	Nordeste	CE	Crato
51	Nordeste	RN	Mossoró
52	Nordeste	RN	Angicos
53	Nordeste	RN	Natal
54	Nordeste	RN	Pau dos Ferros
55	Nordeste	RN	Caicó
56	Nordeste	PB	Cuité
57	Nordeste	PB	Cajazeiras
58	Nordeste	PB	Itaporanga

59	Nordeste	PB	Patos
60	Nordeste	PB	Campina Grande
61	Nordeste	PB	João Pessoa
62	Nordeste	PE	Exu
63	Nordeste	PE	Salgueiro
64	Nordeste	PE	Limoeiro
65	Nordeste	PE	Olinda
66	Nordeste	PE	Afrânio
67	Nordeste	PE	Cabrobó
68	Nordeste	PE	Arcoverde
69	Nordeste	PE	Caruaru
70	Nordeste	PE	Recife
71	Nordeste	PE	Floresta
72	Nordeste	PE	Garanhuns
73	Nordeste	PE	Petrolina
74	Nordeste	AL	União dos Palmares
75	Nordeste	AL	Santana do Ipanema
76	Nordeste	AL	Arapiraca
77	Nordeste	AL	Maceió
78	Nordeste	SE	Propriá

79	Nordeste	SE	Aracaju
80	Nordeste	SE	Estância
81	Nordeste	BA	Juazeiro
82	Nordeste	BA	Jeremoabo
83	Nordeste	BA	Euclides da Cunha
84	Nordeste	BA	Barra
85	Nordeste	BA	Irecê
86	Nordeste	BA	Jacobina
87	Nordeste	BA	Barreiras
88	Nordeste	BA	Alagoinhas
89	Nordeste	BA	Seabra
90	Nordeste	BA	Itaberaba
91	Nordeste	BA	Santo Amaro
92	Nordeste	BA	Santana
93	Nordeste	BA	Salvador
94	Nordeste	BA	Valença
95	Nordeste	BA	Jequié
96	Nordeste	BA	Caetité
97	Nordeste	BA	Carinhanha
98	Nordeste	BA	Vitória da Conquista

99	Nordeste	BA	Ilhéus
100	Nordeste	BA	Itapetininga
101	Nordeste	BA	Santa Cruz da Cabrália
102	Nordeste	BA	Caravelas
103	Centro-Oeste	MT	Aripuanã
104	Centro-Oeste	MT	São Félix do Araguaia
105	Centro-Oeste	MT	Diamantino
106	Centro-Oeste	MT	Poxoréo
107	Centro-Oeste	MT	Vila Bela da Santíssima Trindade
108	Centro-Oeste	MT	Cuiabá
109	Centro-Oeste	MT	Barra do Garças
110	Centro-Oeste	MT	Cáceres
111	Centro-Oeste	MT	Alto Araguaia
112	Centro-Oeste	MS	Coxim
113	Centro-Oeste	MS	Corumbá
114	Centro-Oeste	MS	Paranaíba
115	Centro-Oeste	MS	Campo Grande
116	Centro-Oeste	MS	Nioaque
117	Centro-Oeste	MS	Ponta Porã
118	Centro-Oeste	GO	Porangatu

119	Centro-Oeste	GO	São Domingos
120	Centro-Oeste	GO	Aruanã
121	Centro-Oeste	GO	Formosa
122	Centro-Oeste	GO	Goiás
123	Centro-Oeste	GO	Goiânia
124	Centro-Oeste	GO	Jataí
125	Centro-Oeste	GO	Catalão
126	Centro-Oeste	GO	Quirinópolis
127	Sudeste	MG	Januária
128	Sudeste	MG	Janaúba
129	Sudeste	MG	Pedra Azul
130	Sudeste	MG	Unai
131	Sudeste	MG	Montes Claros
132	Sudeste	MG	Pirapora
133	Sudeste	MG	Teófilo Otoni
134	Sudeste	MG	Diamantina
135	Sudeste	MG	Uberlândia
136	Sudeste	MG	Patos de Minas
137	Sudeste	MG	Campina Verde
138	Sudeste	MG	Belo Horizonte

139	Sudeste	MG	Ipatinga
140	Sudeste	MG	Passos
141	Sudeste	MG	Formiga
142	Sudeste	MG	Ouro Preto
143	Sudeste	MG	Viçosa
144	Sudeste	MG	Lavras
145	Sudeste	MG	São João Del Rei
146	Sudeste	MG	Muriaé
147	Sudeste	MG	Poços de Caldas
148	Sudeste	MG	Juiz de Fora
149	Sudeste	MG	Itajubá
150	Sudeste	SP	Jales
151	Sudeste	SP	Votuporanga
152	Sudeste	SP	São José do Rio Preto
153	Sudeste	SP	Barretos
154	Sudeste	SP	Franca
155	Sudeste	SP	Andradina
156	Sudeste	SP	Araçatuba
157	Sudeste	SP	Ribeirão Preto
158	Sudeste	SP	Lins

159	Sudeste	SP	Ibitinga
160	Sudeste	SP	Mococa
161	Sudeste	SP	Presidente Epitácio
162	Sudeste	SP	Adamantina
163	Sudeste	SP	Araraquara
164	Sudeste	SP	Teodoro Sampaio
165	Sudeste	SP	Presidente Prudente
166	Sudeste	SP	Marília
167	Sudeste	SP	Bauru
168	Sudeste	SP	Moji Mirim
169	Sudeste	SP	Assis
170	Sudeste	SP	Bernardino de Campos
171	Sudeste	SP	Botucatu
172	Sudeste	SP	Piracicaba
173	Sudeste	SP	Campinas
174	Sudeste	SP	Bragança Paulista
175	Sudeste	SP	Taubaté
176	Sudeste	SP	Guaratinguetá
177	Sudeste	SP	Itapetininga
178	Sudeste	SP	Sorocaba

179	Sudeste	SP	São Paulo
180	Sudeste	SP	Caraguatatuba
181	Sudeste	SP	Itararé
182	Sudeste	SP	Capão Bonito
183	Sudeste	SP	Itanhaém
184	Sudeste	SP	Santos
185	Sudeste	SP	Ribeira
186	Sudeste	SP	Registro
187	Sudeste	SP	Cananéia
188	Sudeste	ES	Barra de São Francisco
189	Sudeste	ES	São Mateus
190	Sudeste	ES	Vitória
191	Sudeste	ES	Santa Tereza
192	Sudeste	ES	Alegre
193	Sudeste	RJ	Itaperuna
194	Sudeste	RJ	São João da Barra
195	Sudeste	RJ	Campos dos Goytacazes
196	Sudeste	RJ	Três Rios
197	Sudeste	RJ	Nova Friburgo
198	Sudeste	RJ	Macaé

199	Sudeste	RJ	Valença
200	Sudeste	RJ	Petrópolis
201	Sudeste	RJ	Nova Iguaçu
202	Sudeste	RJ	Rio de Janeiro
203	Sudeste	RJ	Niterói
204	Sudeste	RJ	Arraial do Cabo
205	Sudeste	RJ	Barra Mansa
206	Sudeste	RJ	Paraty
207	Sul	PR	Nova Londrina
208	Sul	PR	Londrina
209	Sul	PR	Terra Boa
210	Sul	PR	Umuarama
211	Sul	PR	Tomazina
212	Sul	PR	Campo Mourão
213	Sul	PR	Cândido de Abreu
214	Sul	PR	Piraí do Sul
215	Sul	PR	Toledo
216	Sul	PR	Adrianópolis
217	Sul	PR	São Miguel do Iguaçu
218	Sul	PR	Imbituva

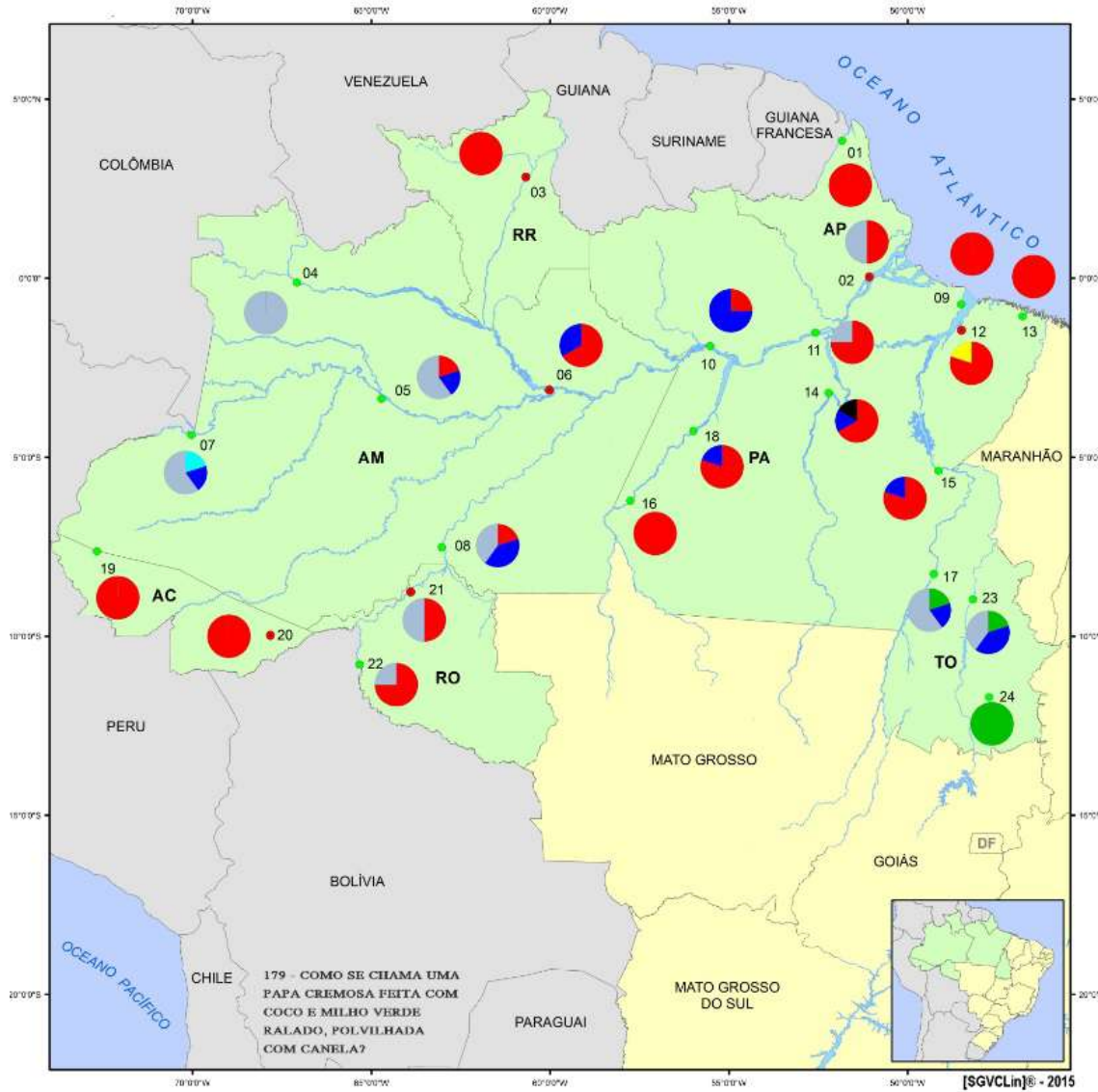
219	Sul	PR	Guarapuava
220	Sul	PR	Curitiba
221	Sul	PR	Morretes
222	Sul	PR	Lapa
223	Sul	PR	Barracão
224	Sul	SC	Porto da União
225	Sul	SC	São Francisco do Sul
226	Sul	SC	São Miguel do Oeste
227	Sul	SC	Blumenau
228	Sul	SC	Itajaí
229	Sul	SC	Concórdia
230	Sul	SC	Florianópolis
231	Sul	SC	Lages
232	Sul	SC	Tubarão
233	Sul	SC	Criciúma
234	Sul	RS	Três Passos
235	Sul	RS	Erechim
236	Sul	RS	Passo Fundo
237	Sul	RS	Vacaria
238	Sul	RS	Ijuí
239	Sul	RS	São Borja

240	Sul	RS	Flores da Cunha
241	Sul	RS	Santa Cruz do Sul
242	Sul	RS	Santa Maria
243	Sul	RS	Porto Alegre
244	Sul	RS	Osório
245	Sul	RS	Uruguaiana
246	Sul	RS	Caçapava do Sul
247	Sul	RS	Santana do Livramento
248	Sul	RS	Bagé
249	Sul	RS	São José do Norte
250	Sul	RS	Chuí

Fonte: dados do Projeto ALiB – organizados pela autora

## 4 CARTAS LINGÜÍSTICAS

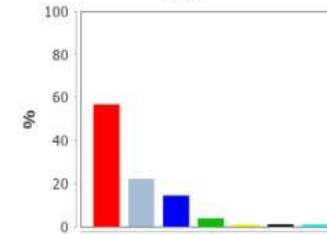
(CD1/179) Carta diatópica 1 - Questão 179 - *canjica/mingau/curau com coco* - Região Norte



**Legenda**

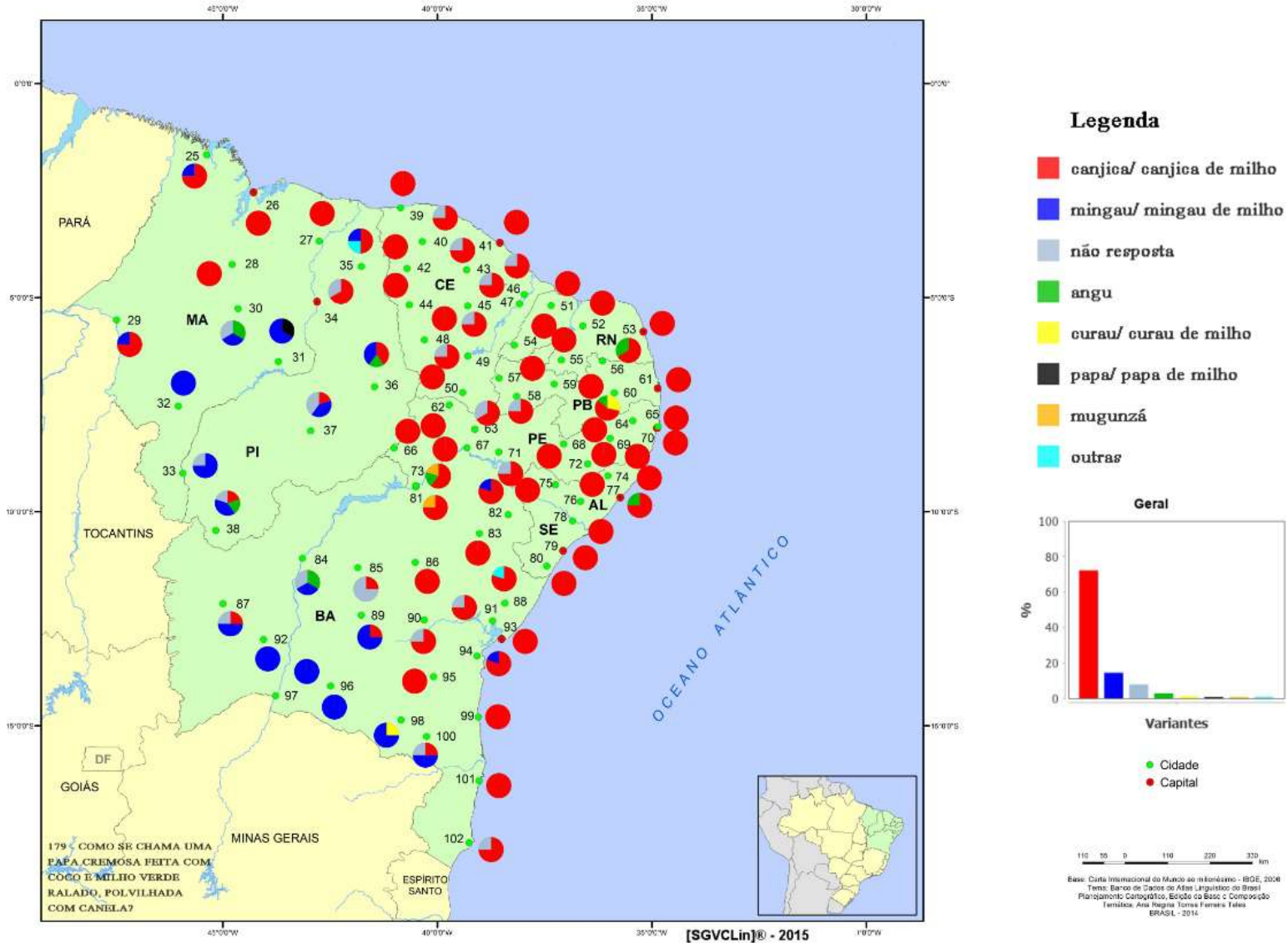
- canjica/ canjica de milho
- não resposta
- mingau/ mingau de milho
- curau/ curau de milho
- angu
- mugunzá
- papa/ papa de milho

**Geral**

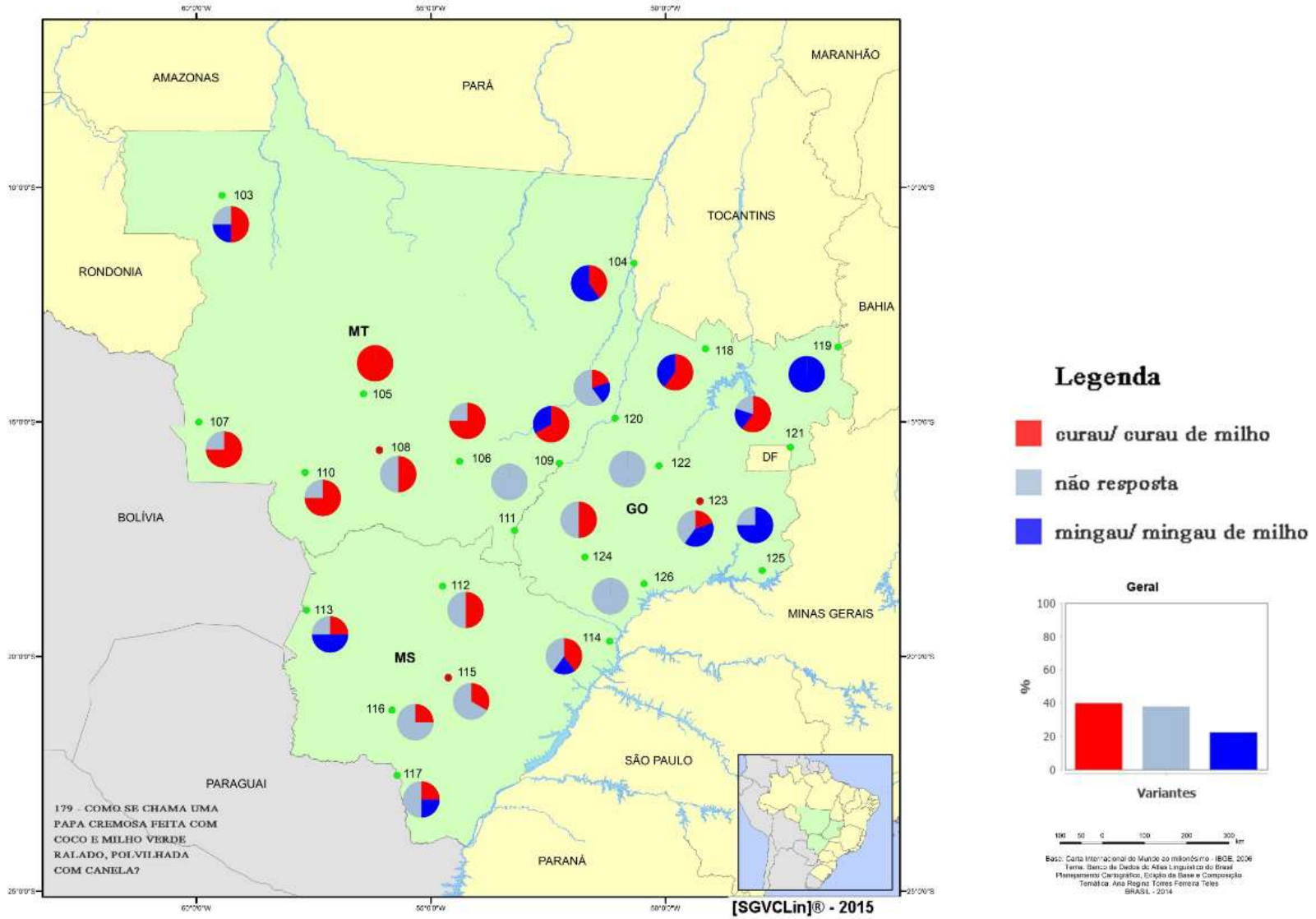


Base: Carta Internacional do Mundo ao milonésimo - IBGE, 2006  
 Tema: Banco de Dados de Atlas Linguístico do Brasil  
 Planejamento Cartográfico: Edição na Base e Composição  
 Tomada: Ana Regina Torres Ferrero Tóco  
 BRASIL, 2014.

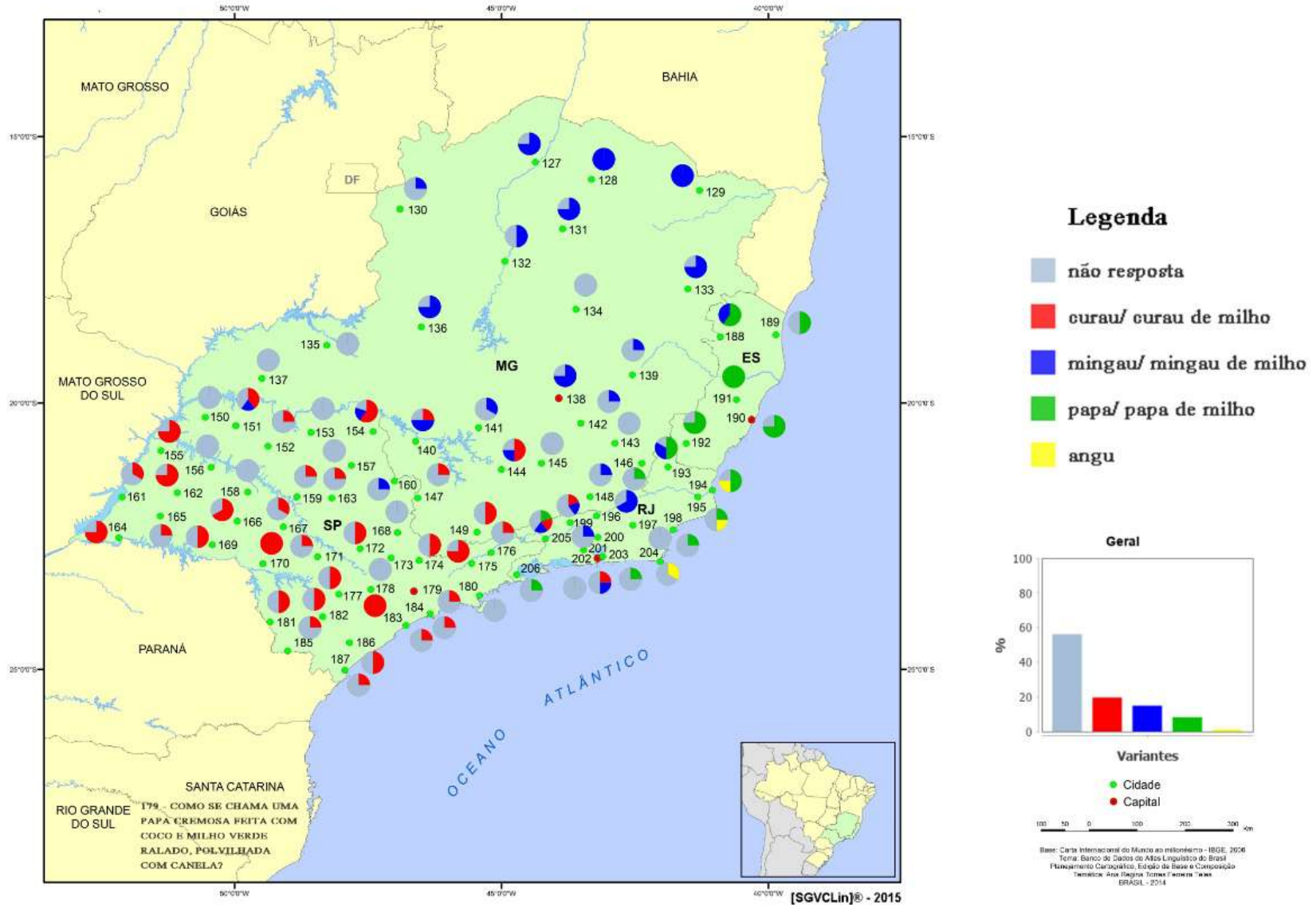
(CD2/179) Carta diatópica 2 - Questão 179 - *canjica/mingau/curau com coco* - Região Nordeste



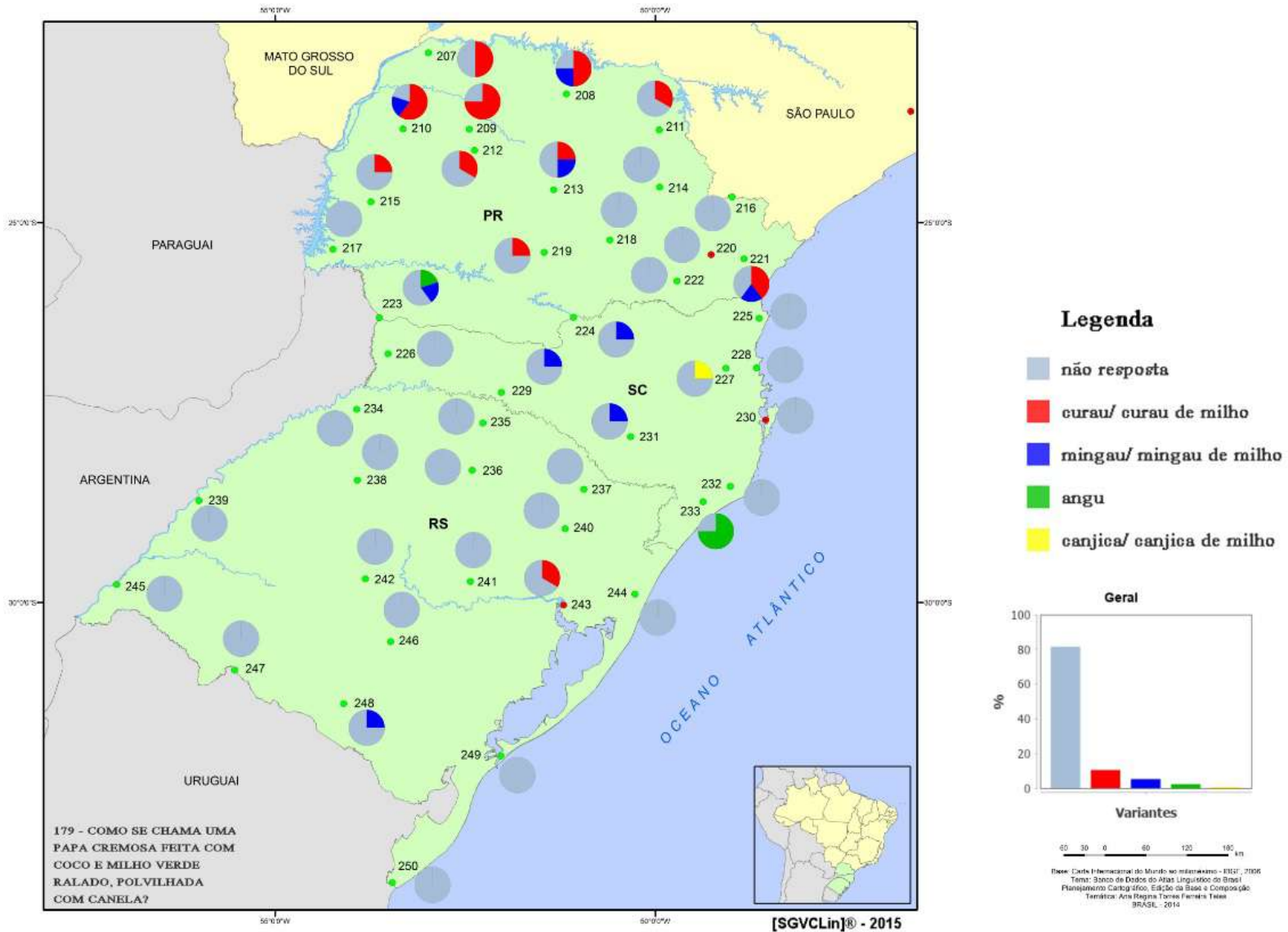
(CD3/179) Carta diatópica 3 - Questão 179 - *canjica/mingau/curau com coco* - Região Centro-Oeste



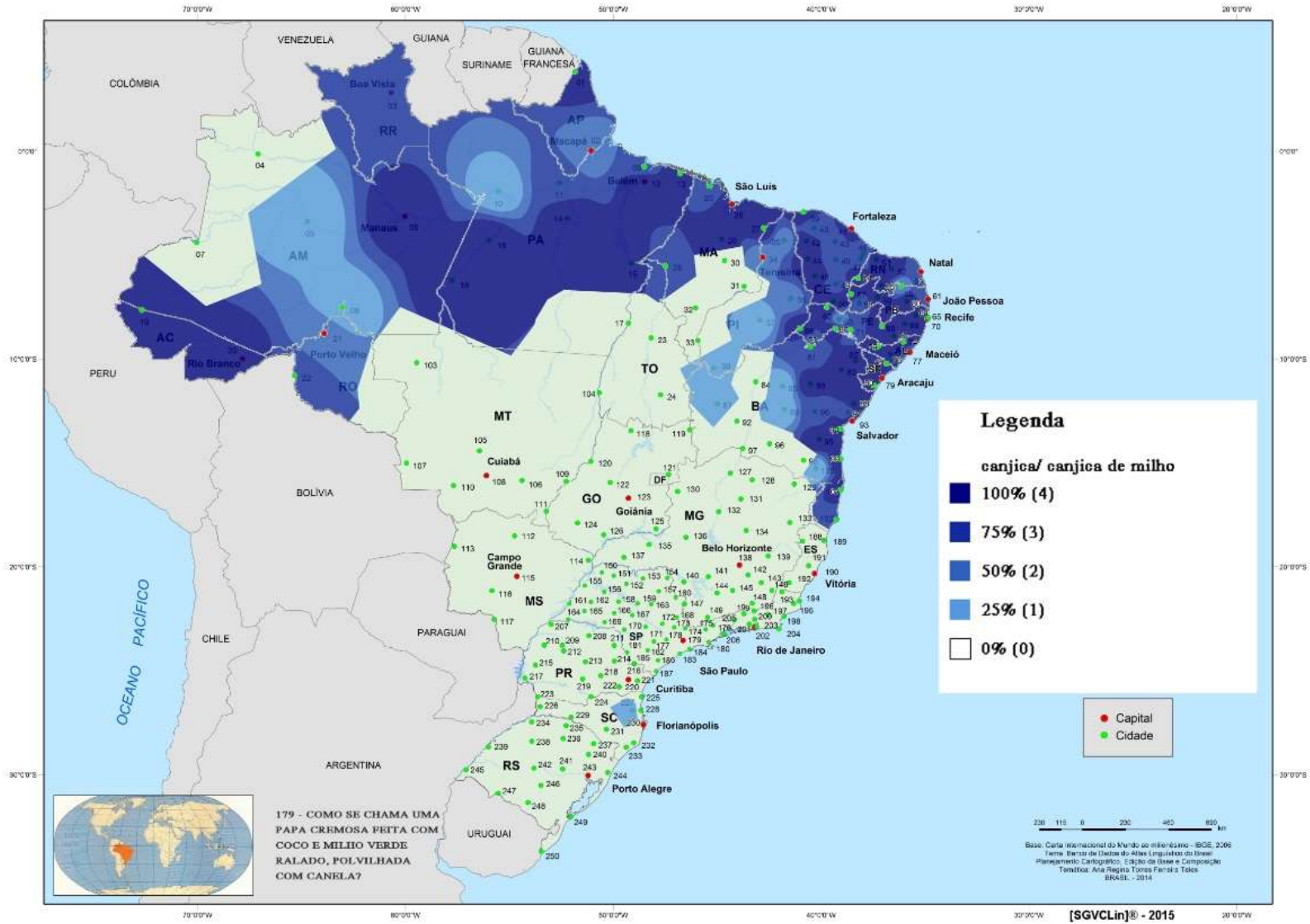
(CD4/179) Carta diatópica 4 - Questão 179 - *canjica/mingau/curau com coco* - Região Sudeste



(CD5/179) Carta diatópica 5 - Questão 179 - *canjica/mingau/curau com coco* - Região Sul



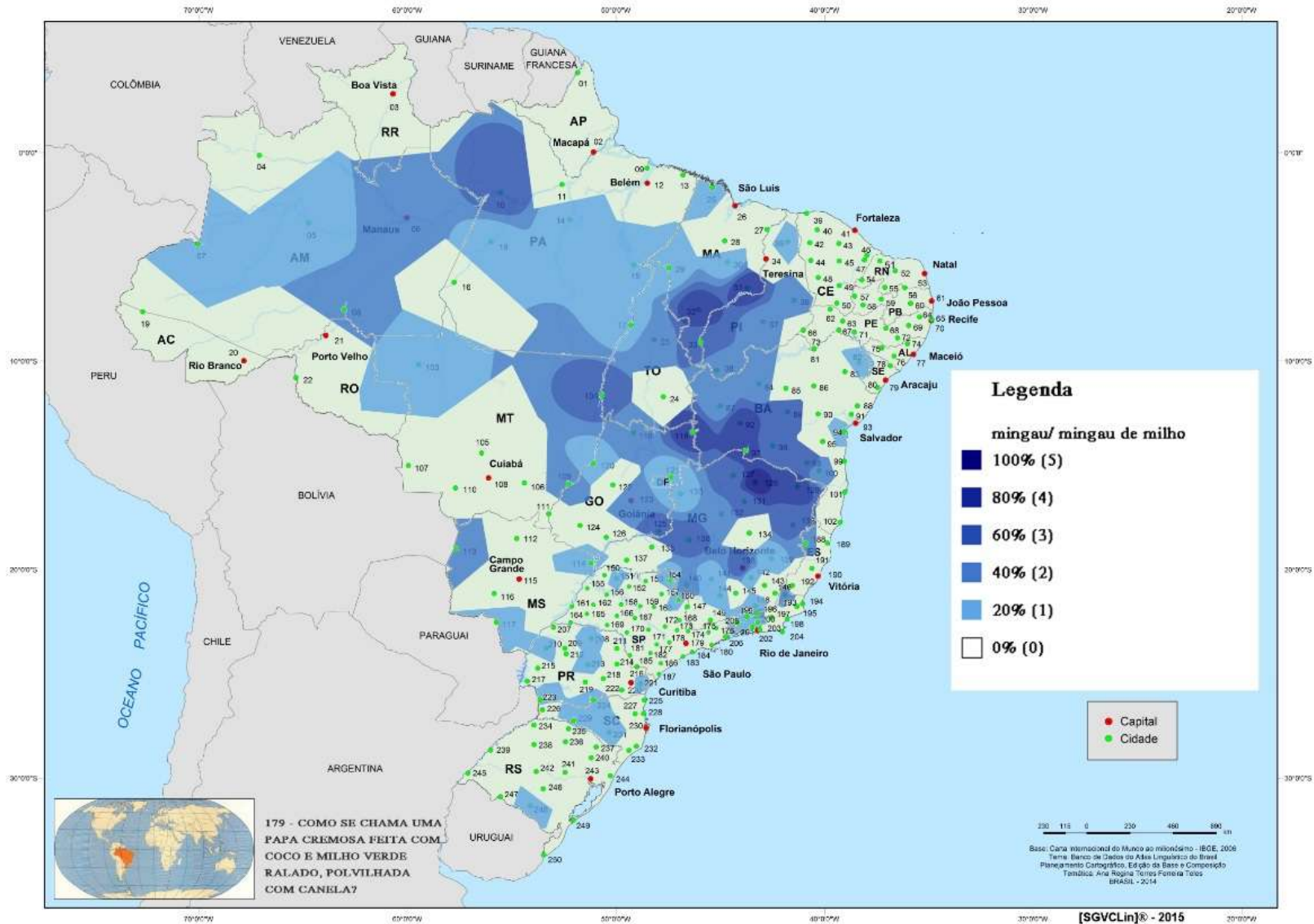
**(CAG1/179) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 179 - canjica/canjica de milho**



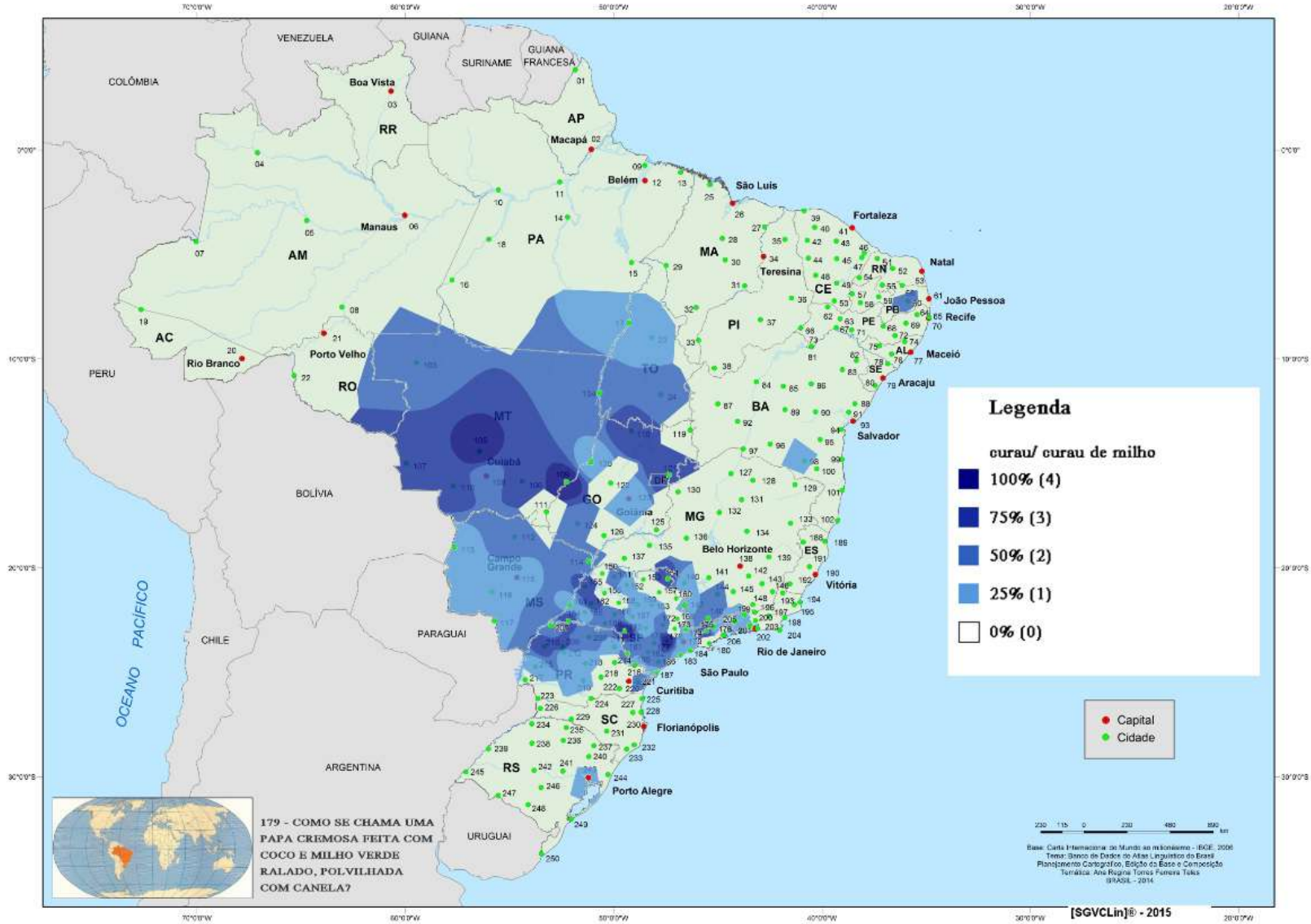
179 - COMO SE CHAMA UMA PAPA CREMOSA FEITA COM COCO E MILHO VERDE RALADO, POLVILHADA COM CANELA?



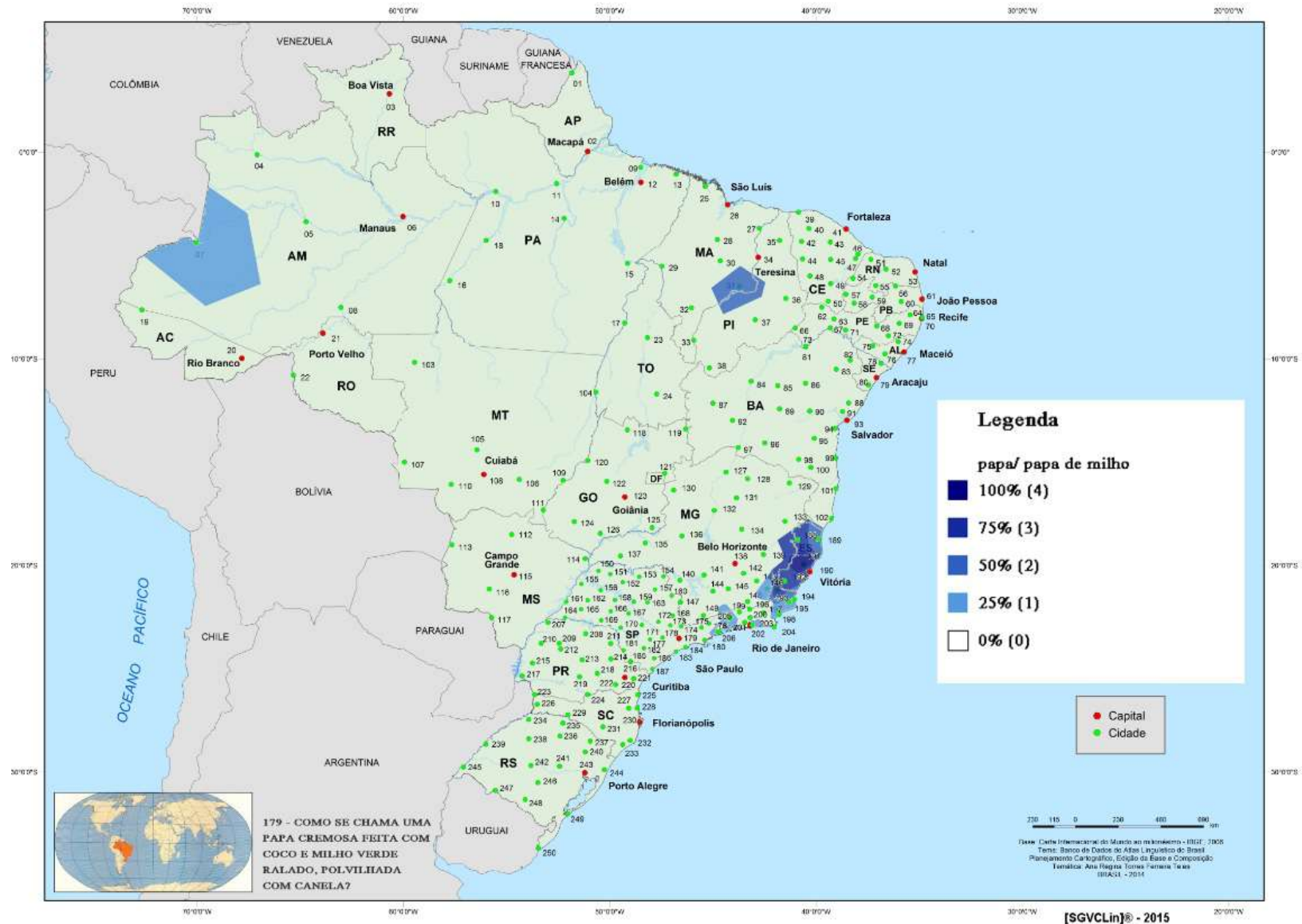
(CAG2/179) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 179 - mingau/mingau de milho



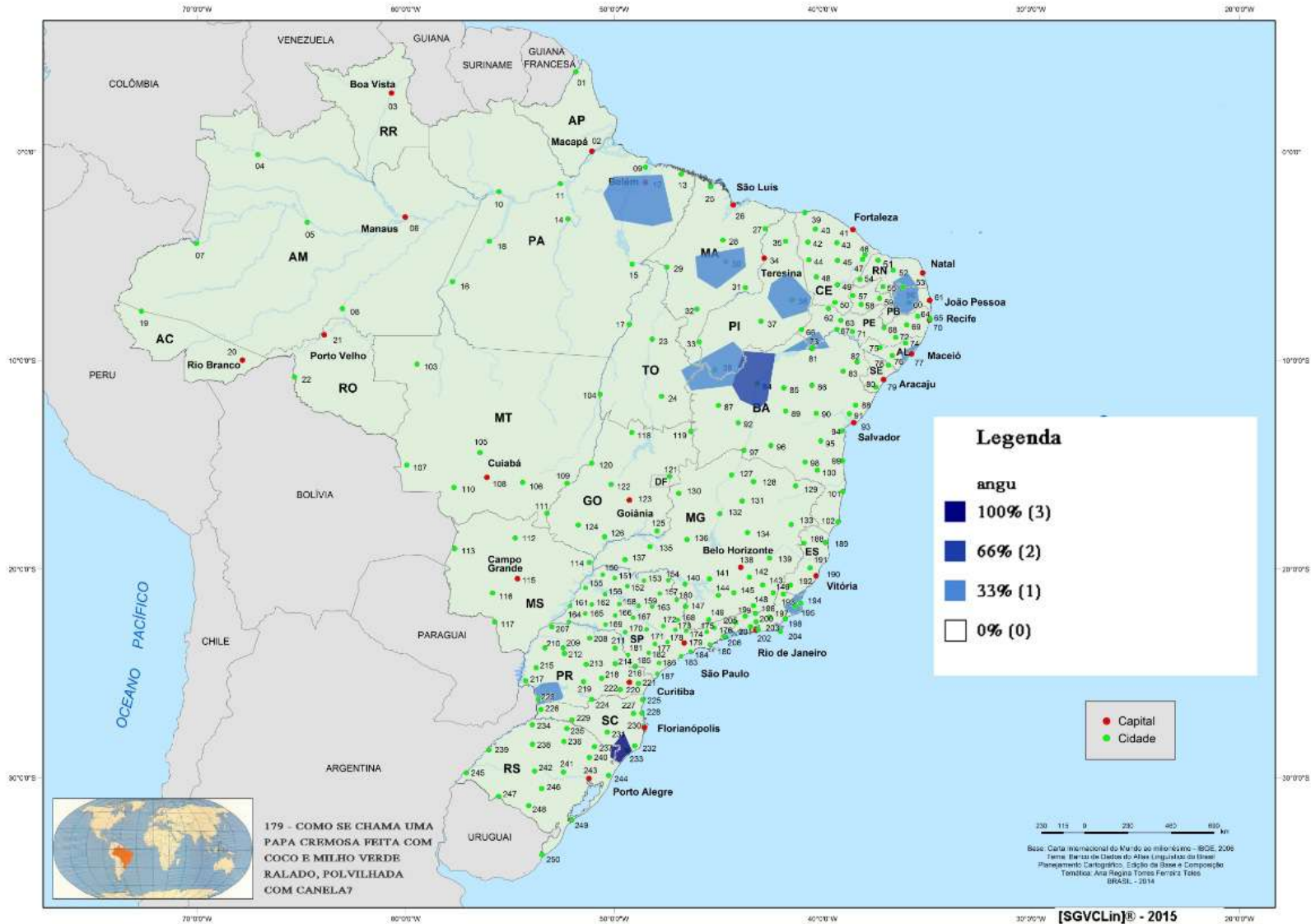
(CAG3/179) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 179 - curau/curau de milho



(CAG4/179) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 179 - *papa/papa de milho*



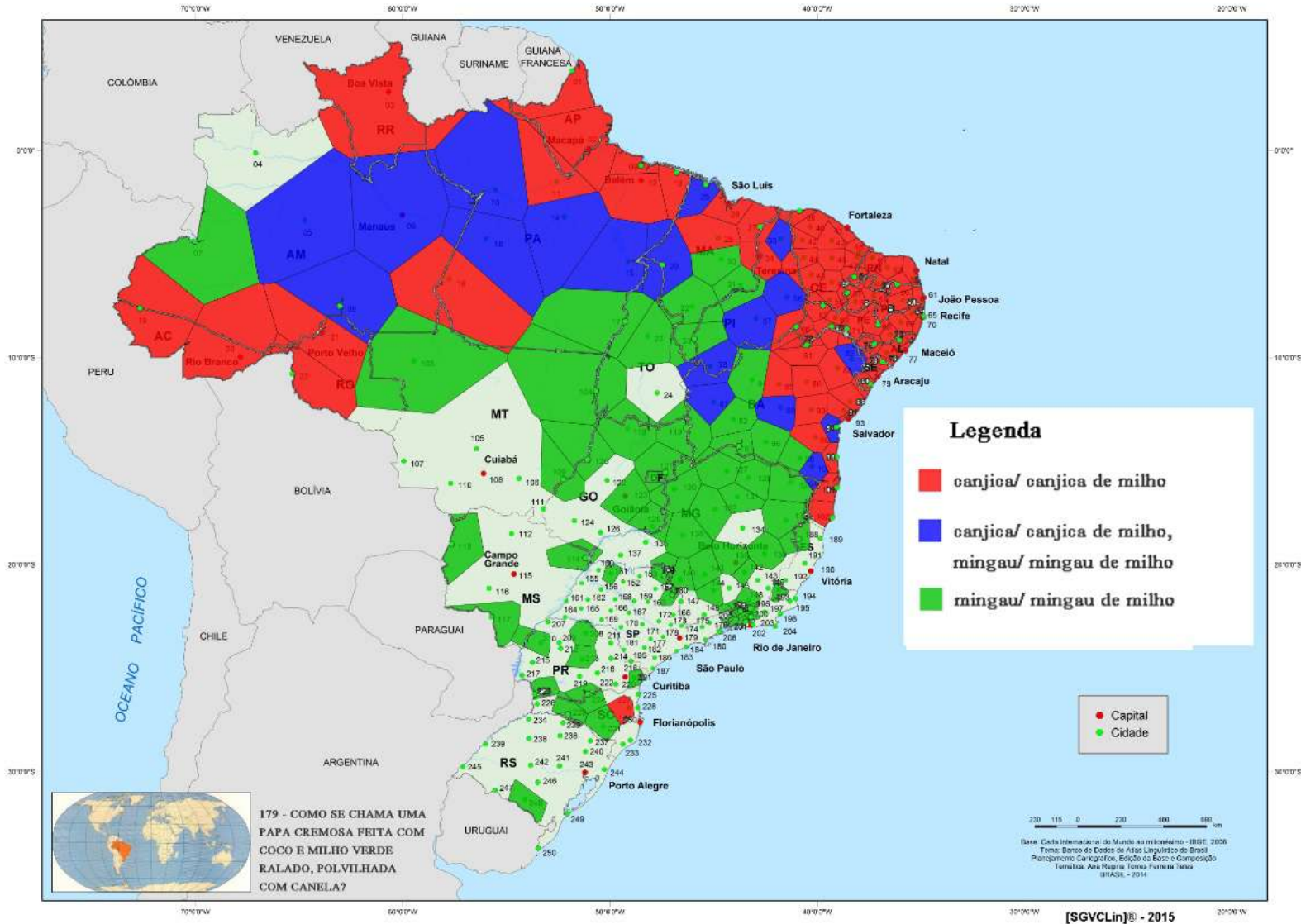
**(CAG5/179) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 179 - angu**



### (CAG6/179) Carta de arealidade gradual 6 - Questão 179 - mugunzá

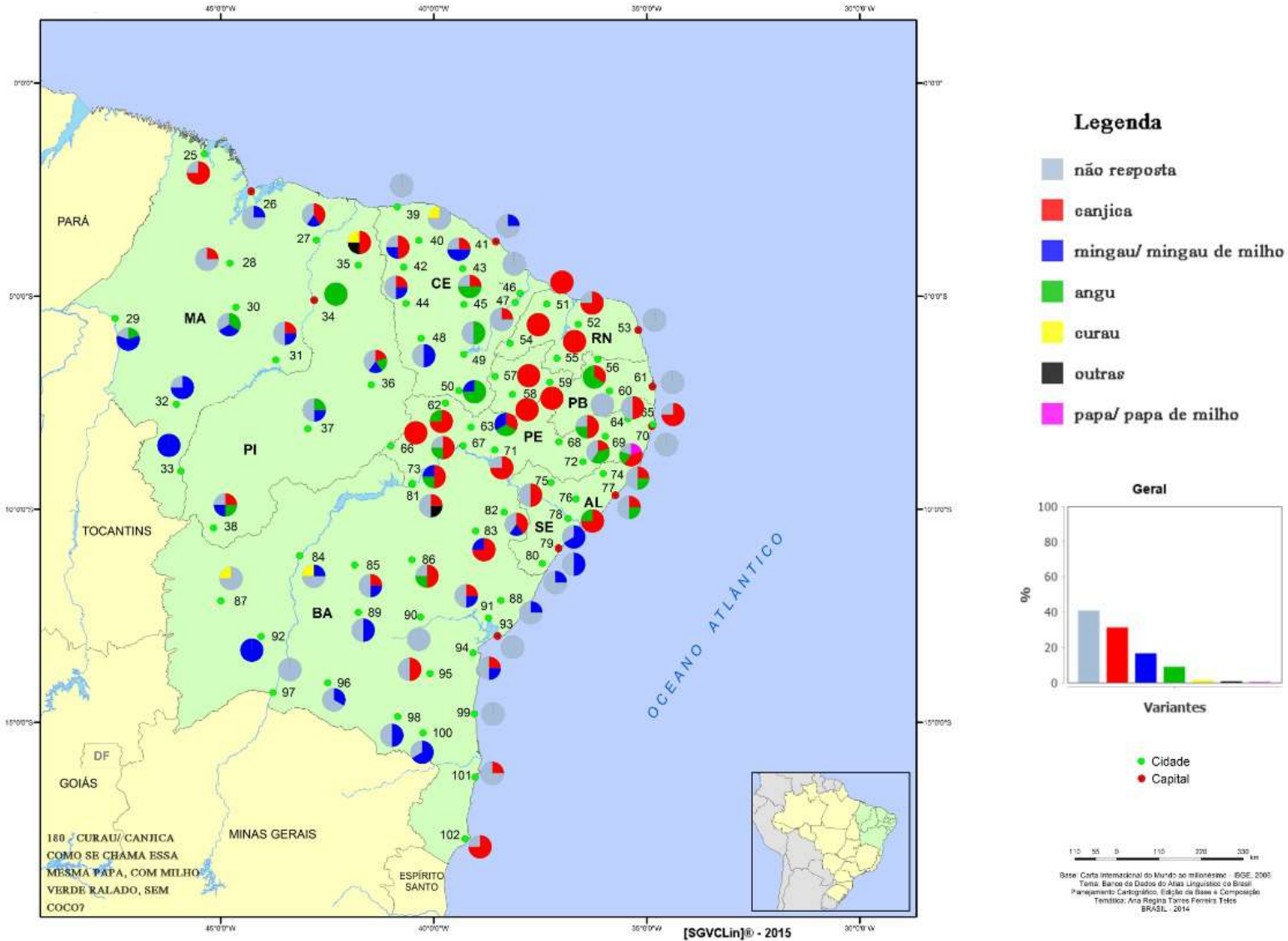


### (CA1/179) Carta de arealidade 1 - Questão 179 - canjica/ mingau de milho

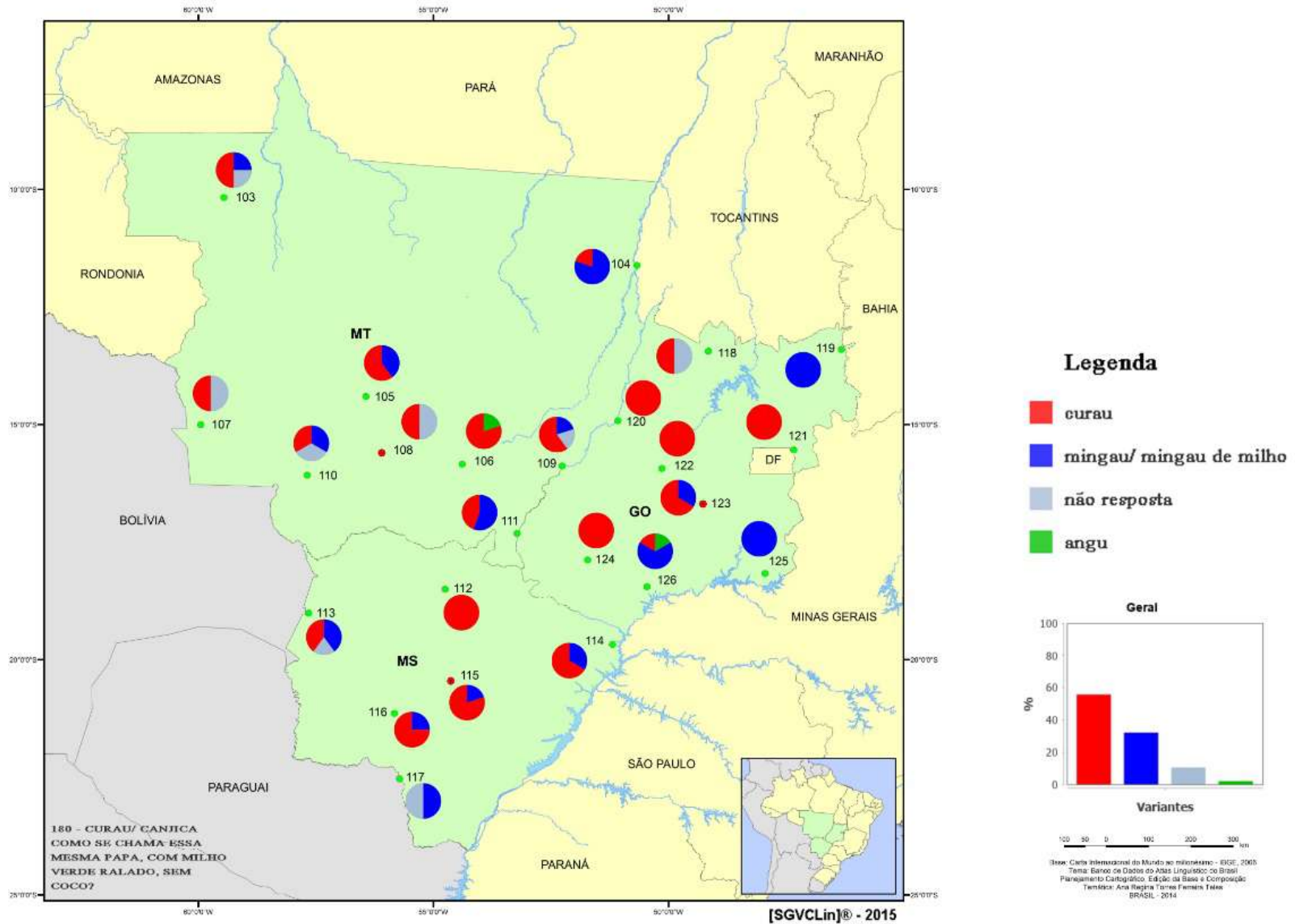




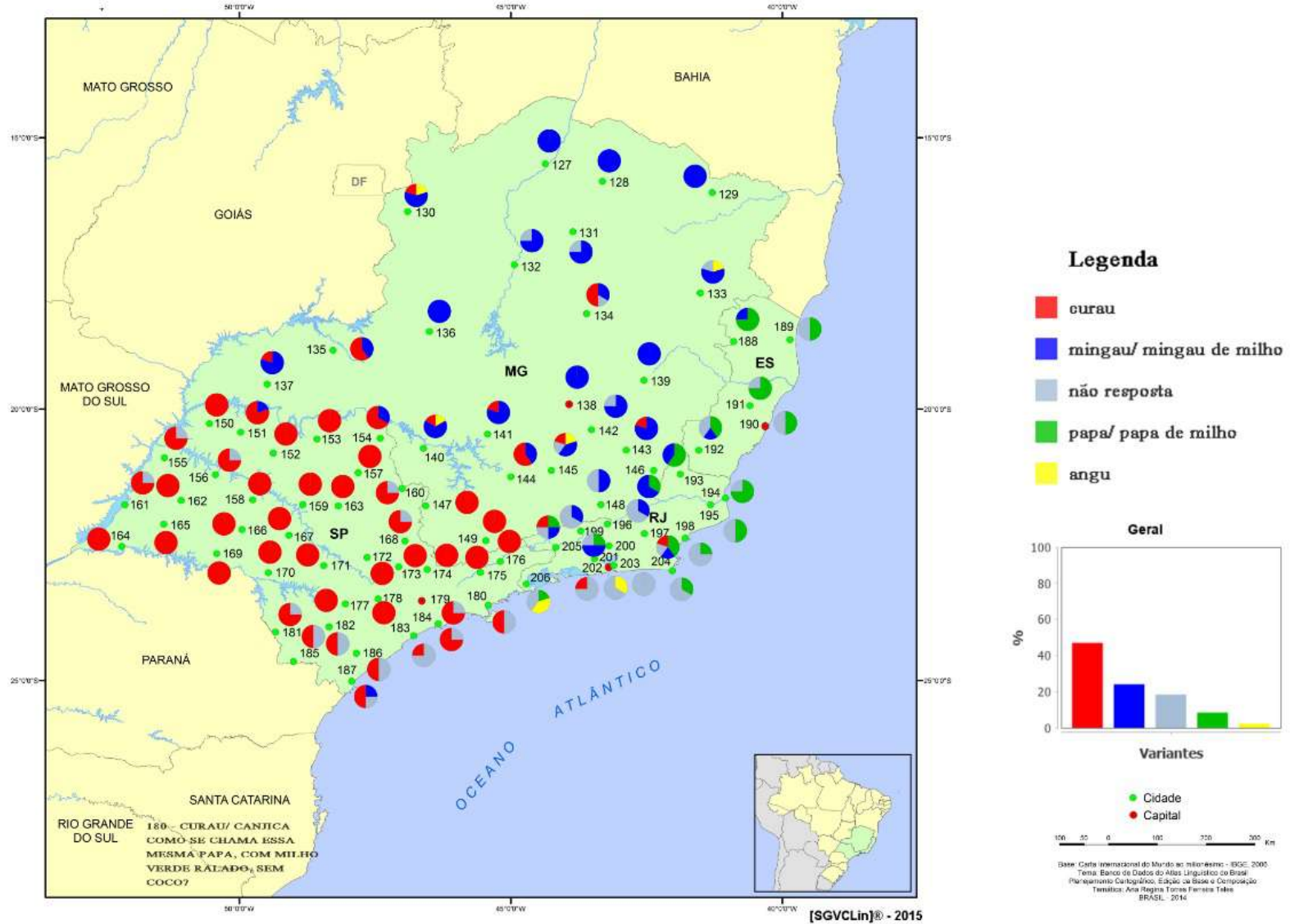
(CD2/180) Carta diatópica 2 - Questão 180 - *curau/mingau/canjica sem coco* - Região Nordeste



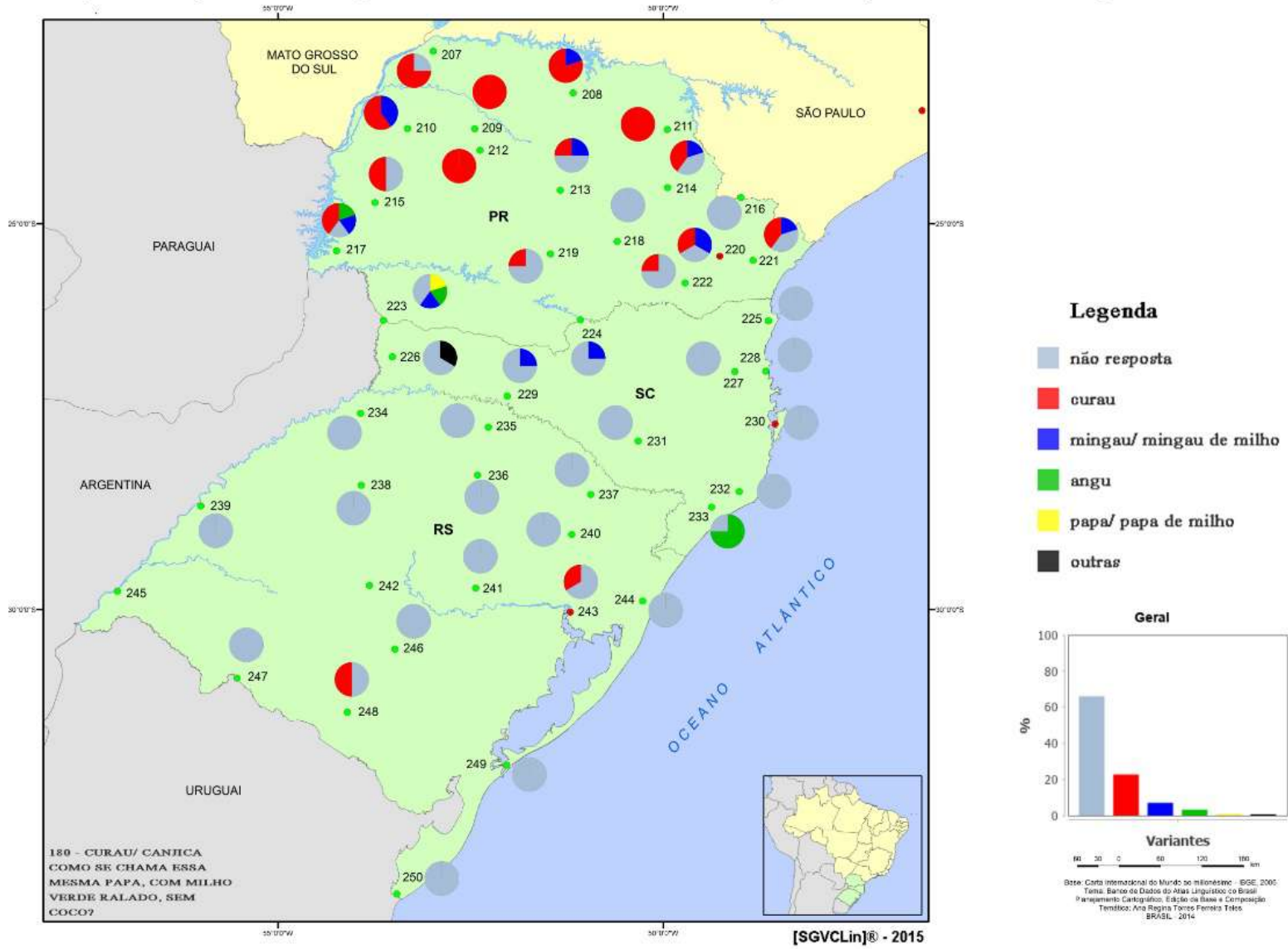
(CD3/180) Carta diatópica 3 - Quesão 180 - *curau/mingau/canjica sem coco* - Região Centro-Oeste



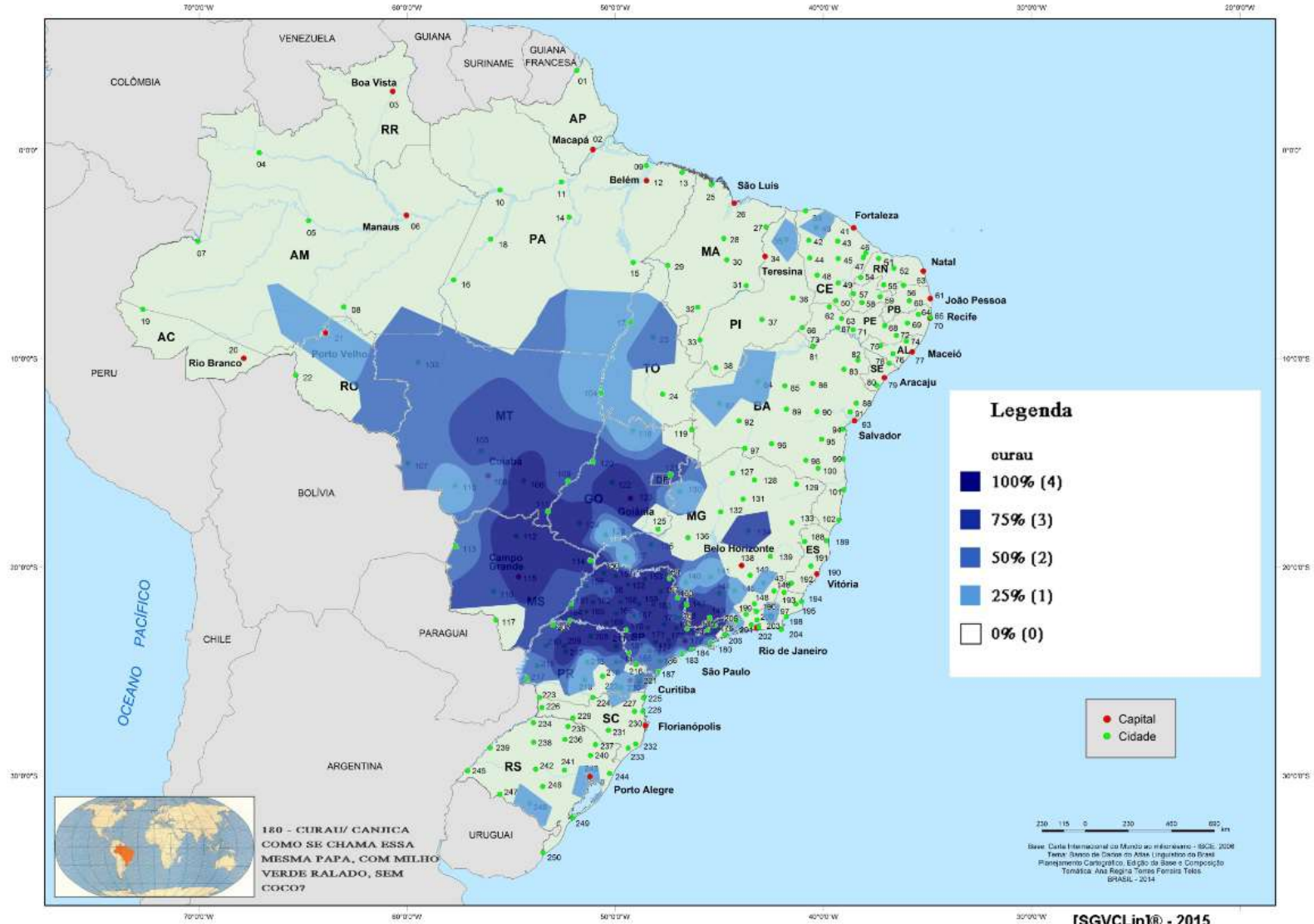
(CD4/180) Carta diatópica 4 - Questão 180 - curau/mingau/canjica sem coco - Região Sudeste



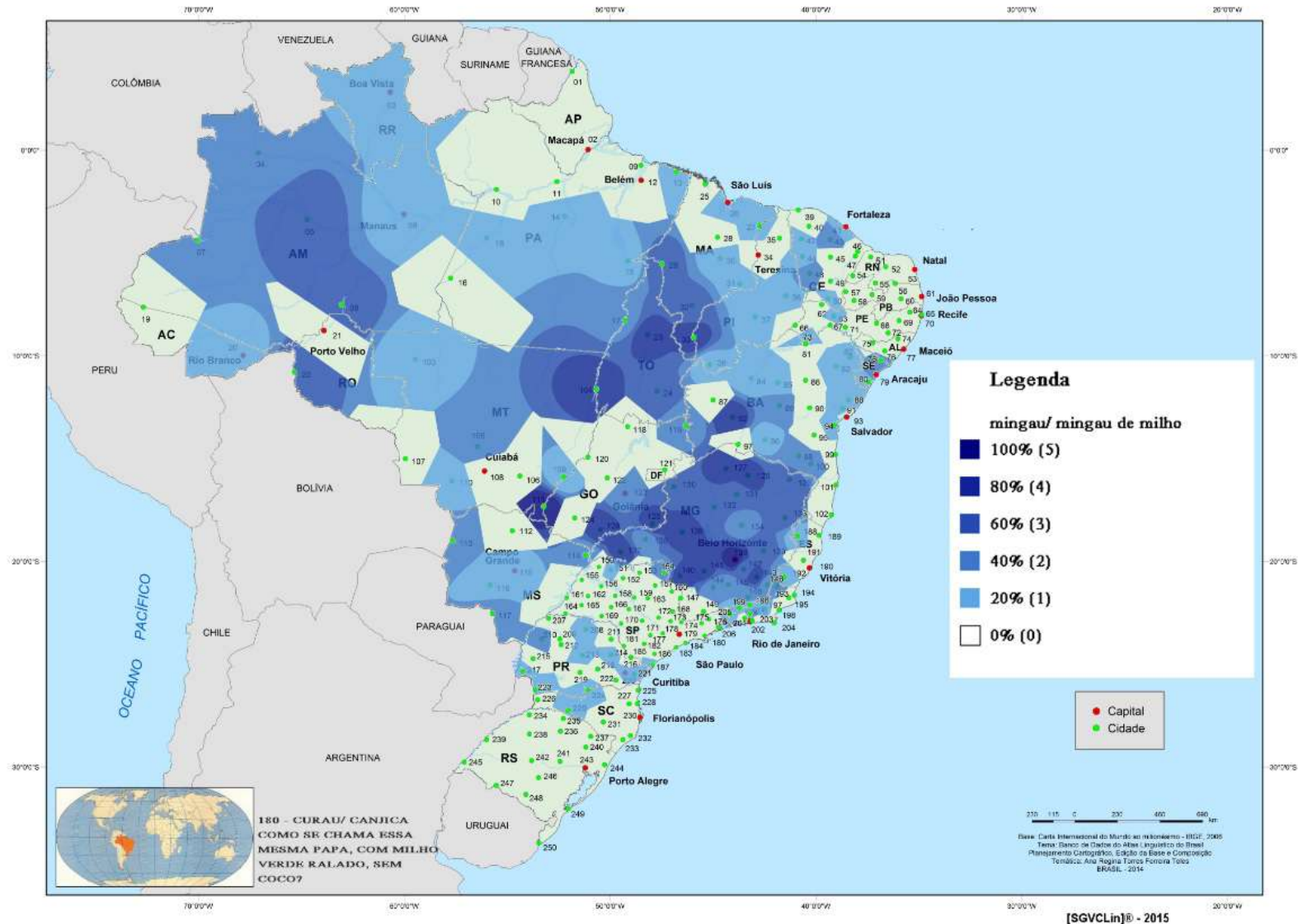
(CD5/180) Carta diatópica 5 - Questão 180 - *curau/mingau/canjica sem coco* - Região Sul



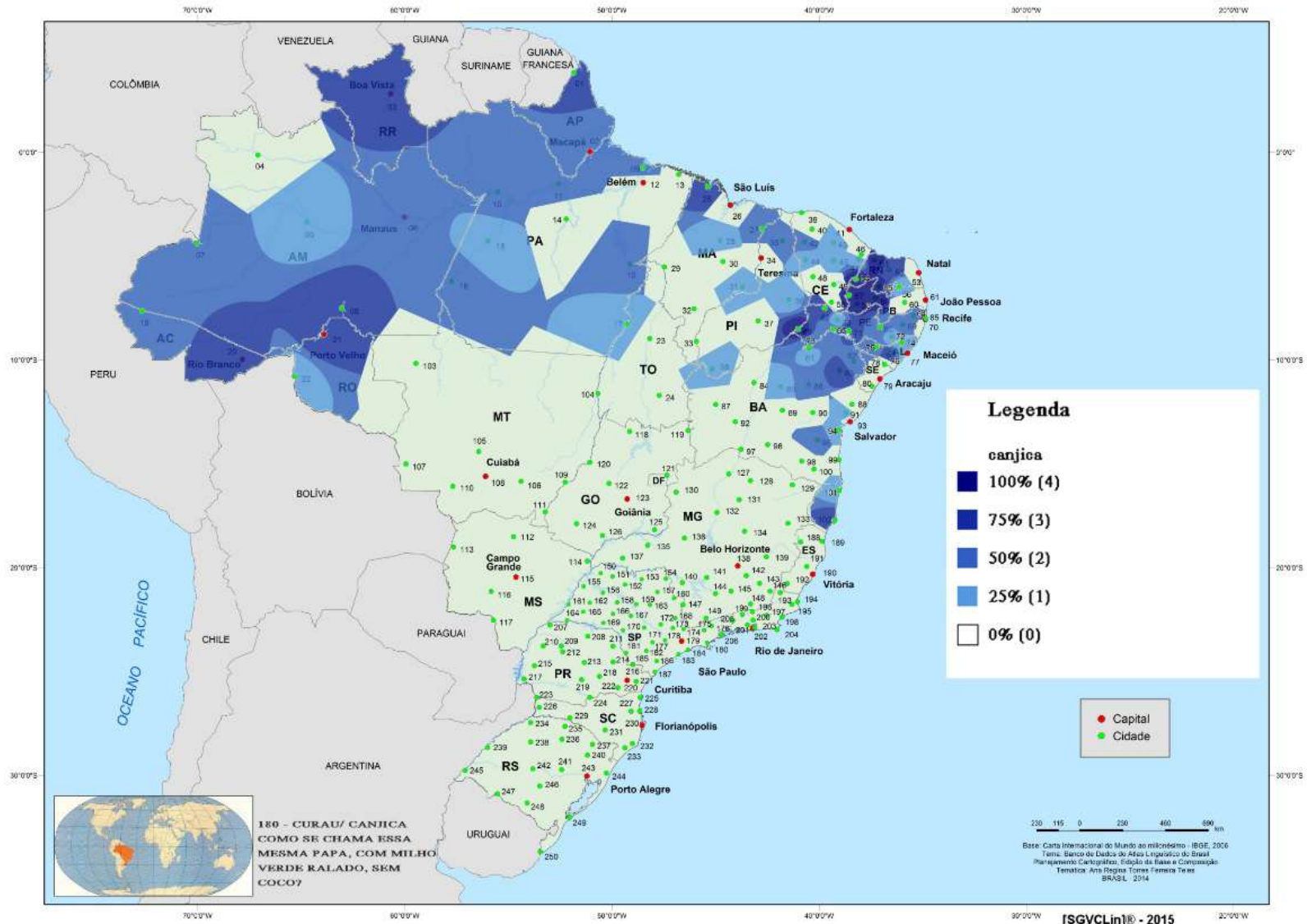
### (CAG1/180) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 180 - curau



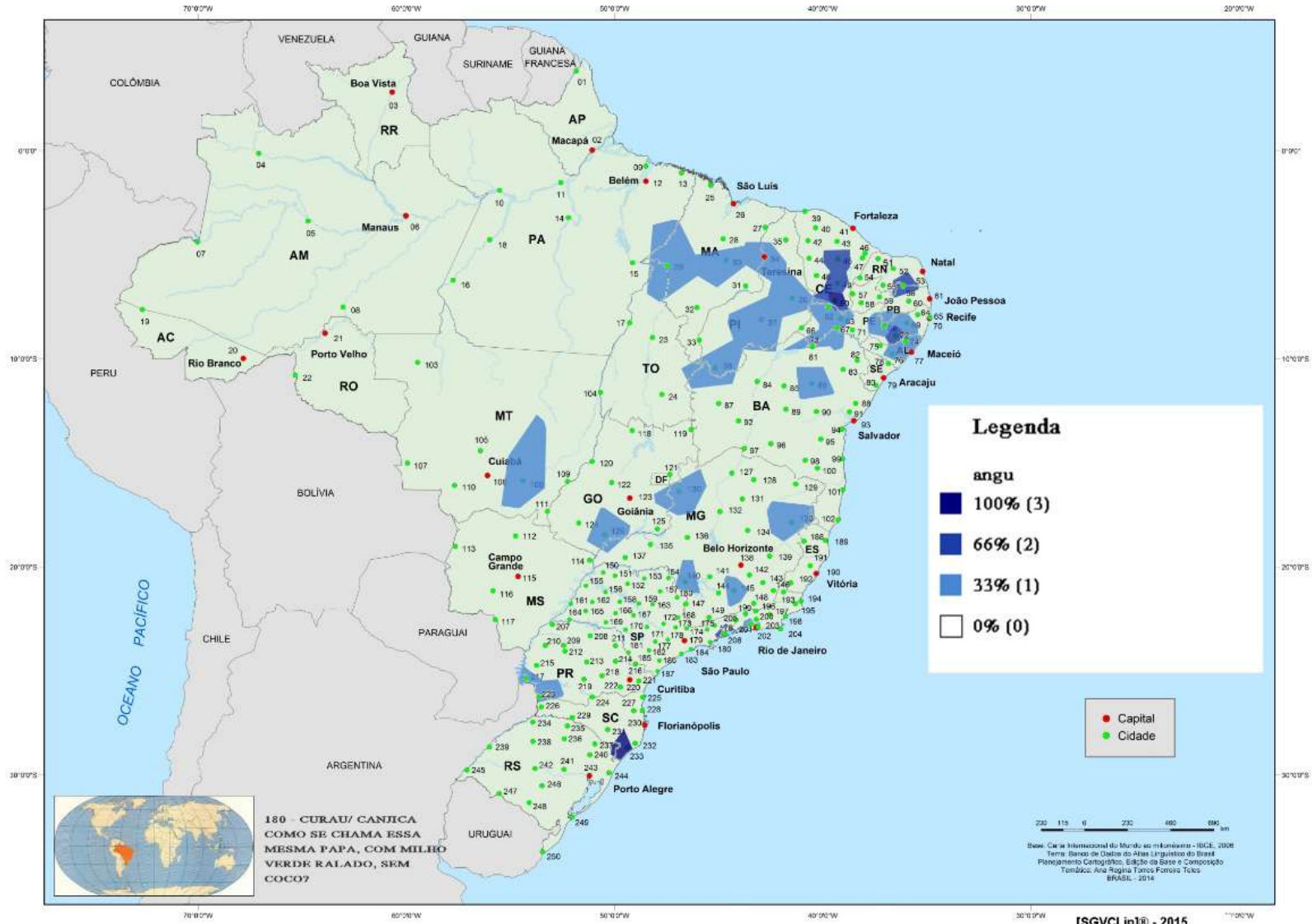
### (CAG2/180) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 180 - *mingau/mingau de milho*



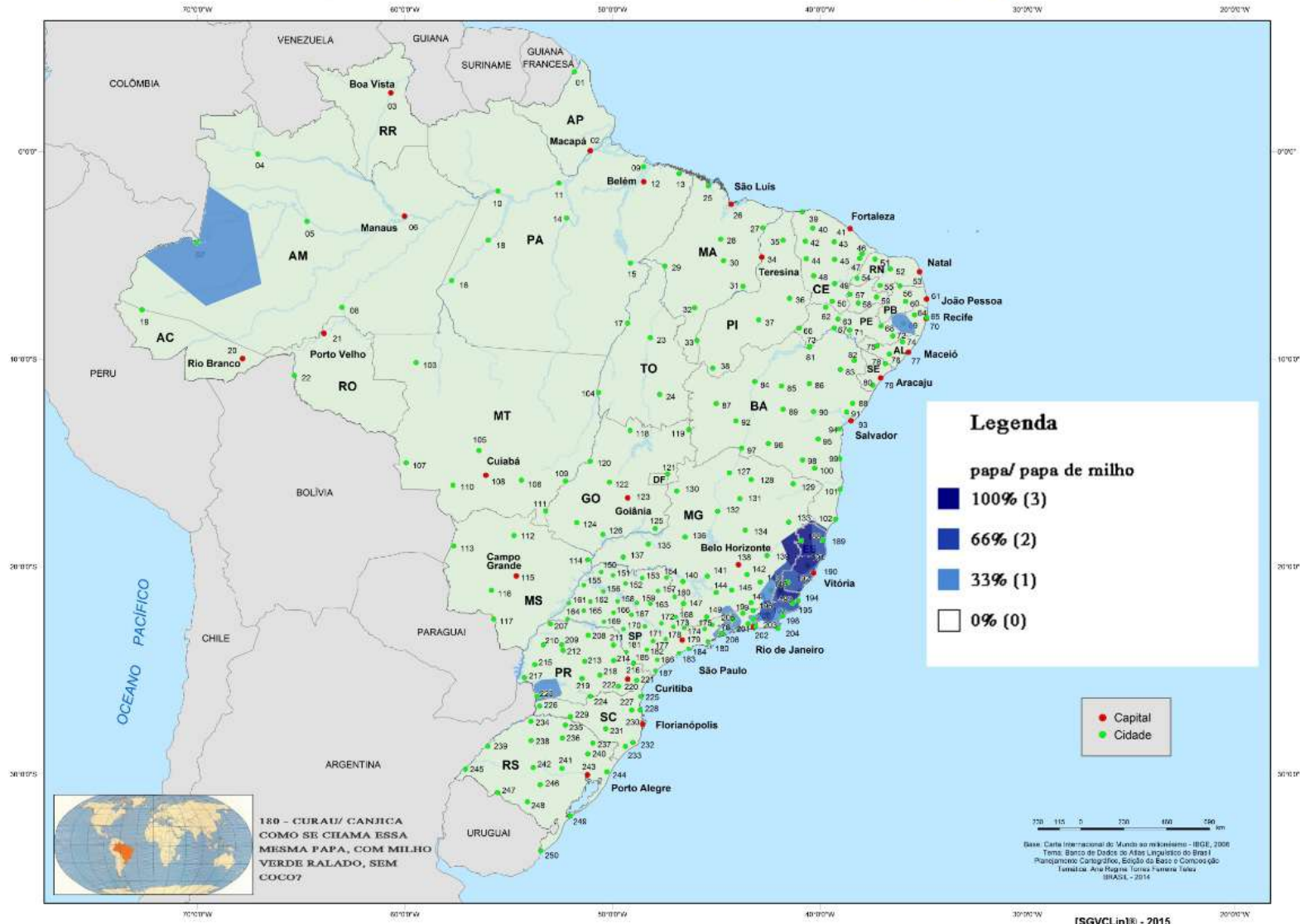
(CAG3/180) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 180 - canjica



**(CAG4/180) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 180 - angu**

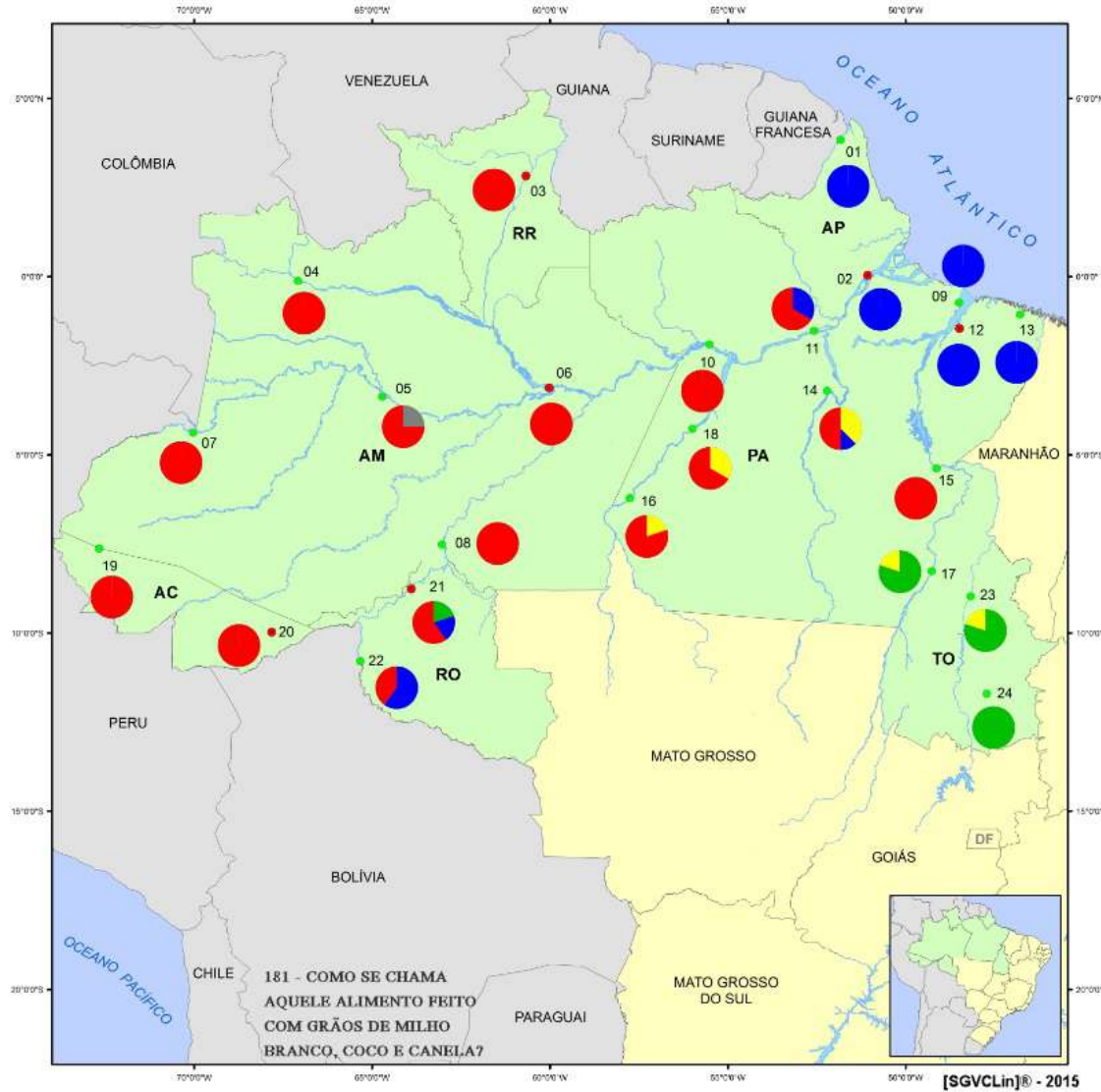


(CAG5/180) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 180 - papa/papa de milho





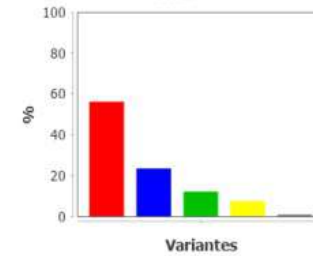
(CD1/181) Carta diatópica 1 - Questão 181 - *canjica/mugunzá* - Região Norte



**Legenda**

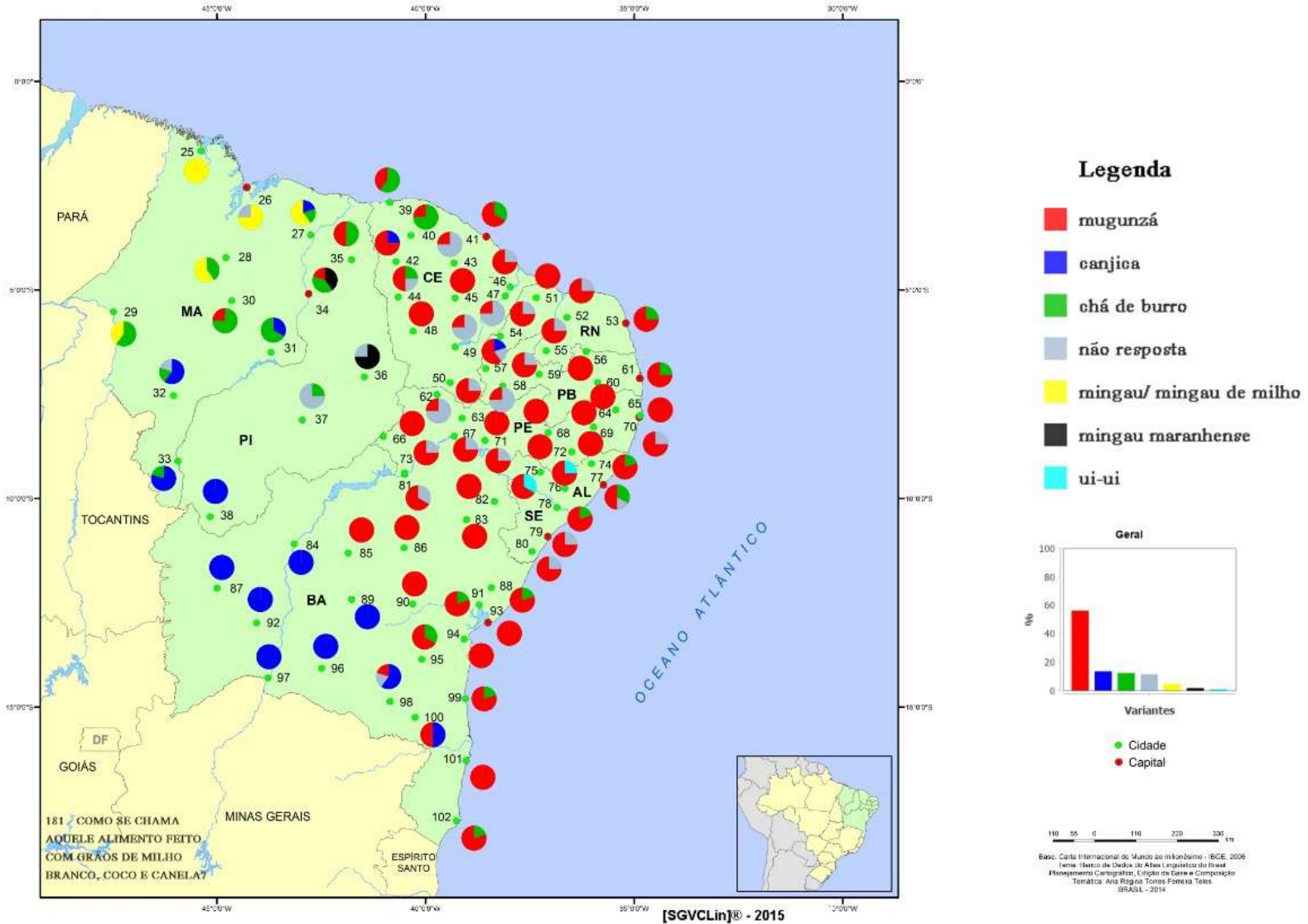
- mugunzá
- mingau/ mingau de milho
- canjica
- chá de burro
- não resposta

**Geral**

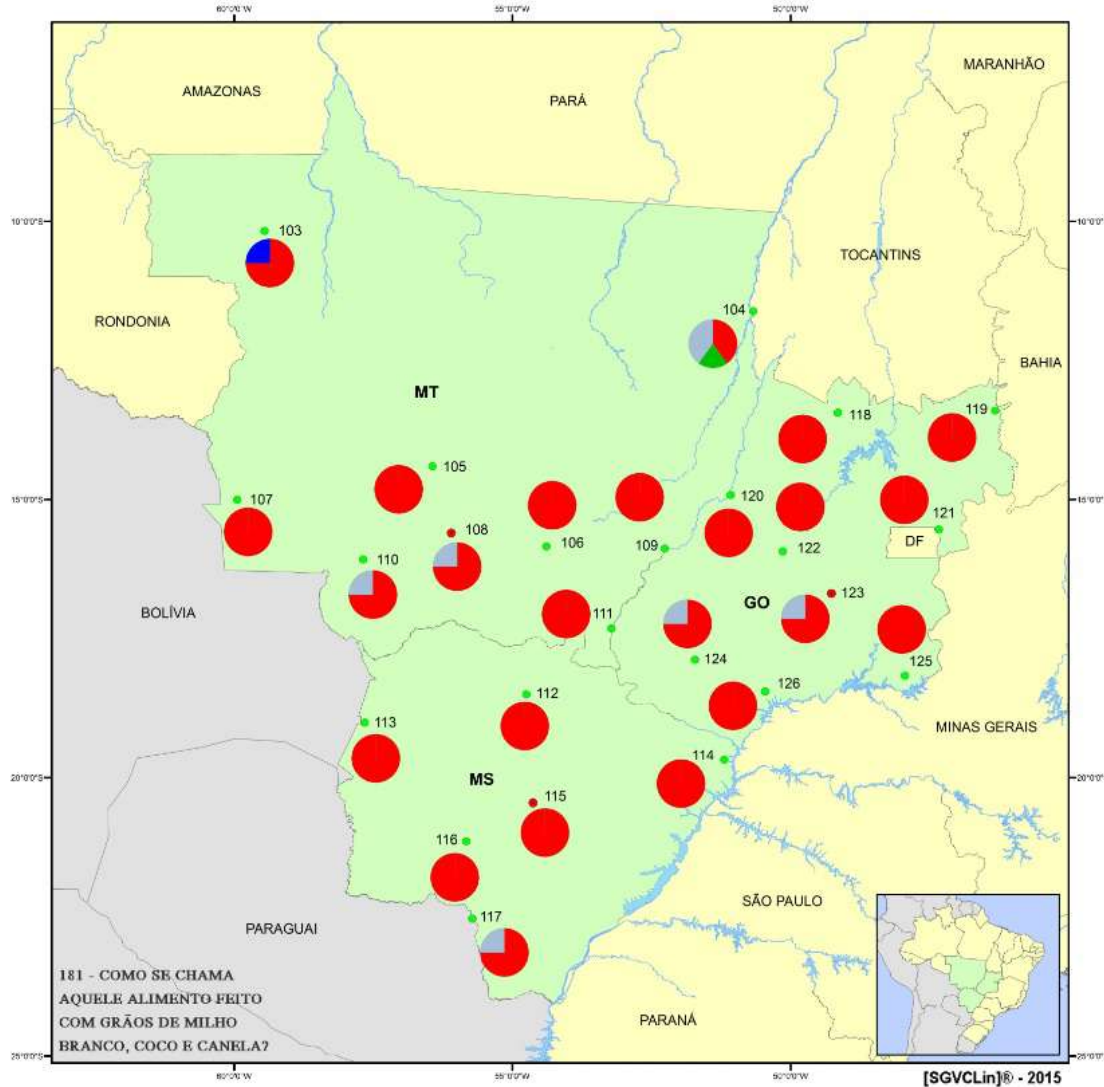


Base: Carta Internacional do Mundo em milímetros - IBGE, 2006  
 Tema: Banco de Dados de Atlas Lingüístico do Brasil  
 Planejamento Cartográfico, Edição da Base e Composição  
 Técnica: Ana Regina Torres-Ferreira Teles  
 BRASIL, 2014

(CD2/181) Carta diatópica 2 - Questão 181 - *canjica/mugunzá* - Região Nordeste

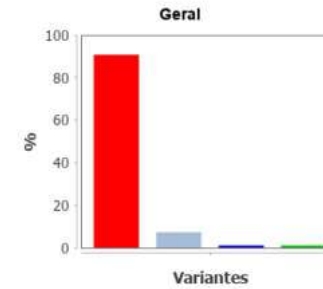


(CD3/181) Carta diatópica 3 - Questão 181 - *canjica/mugunzá* - Região Centro-Oeste



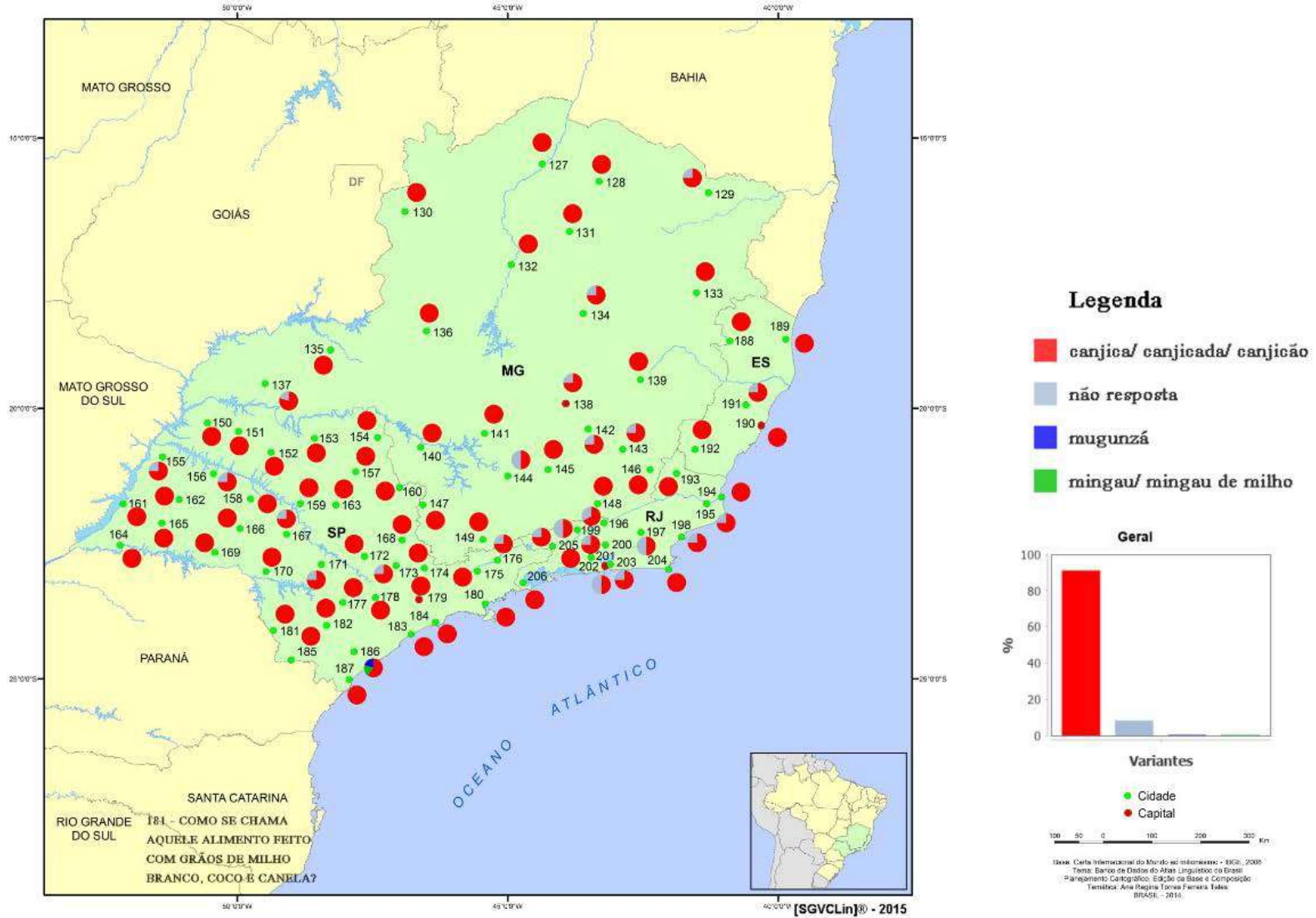
Legenda

- canjica
- não resposta
- mugunzá
- chá de burro

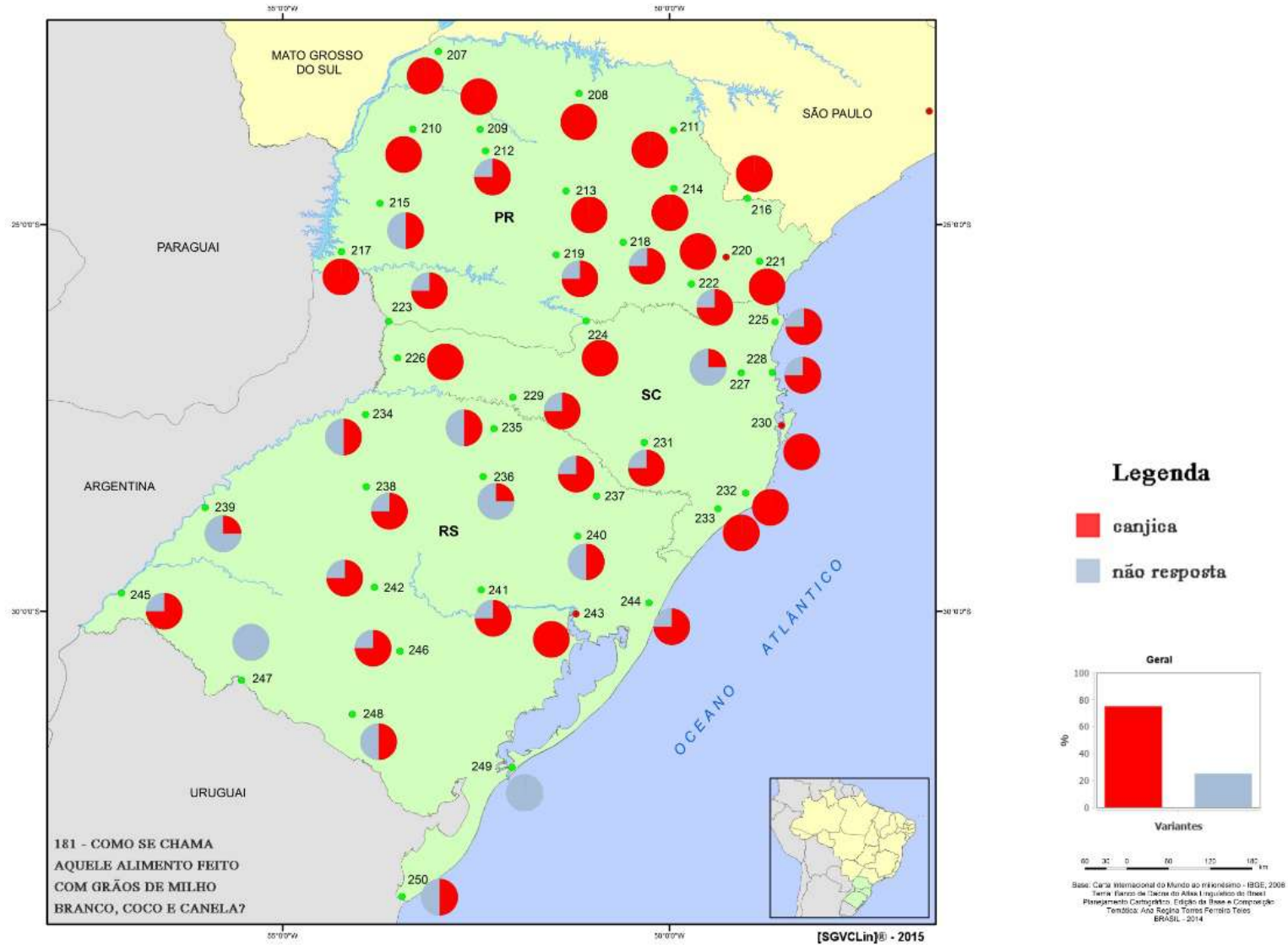


Base: Carta Intercontinental do Mundo em minúsculas - ICGE, 2005  
 Tema: Banco de Dados do Atlas Linguístico de Brasil  
 Paralelismo Cartográfico, Edição da Base e Composição  
 Têcnico: Ana Regina Torres Ferreira Teles  
 BRASIL, 2014

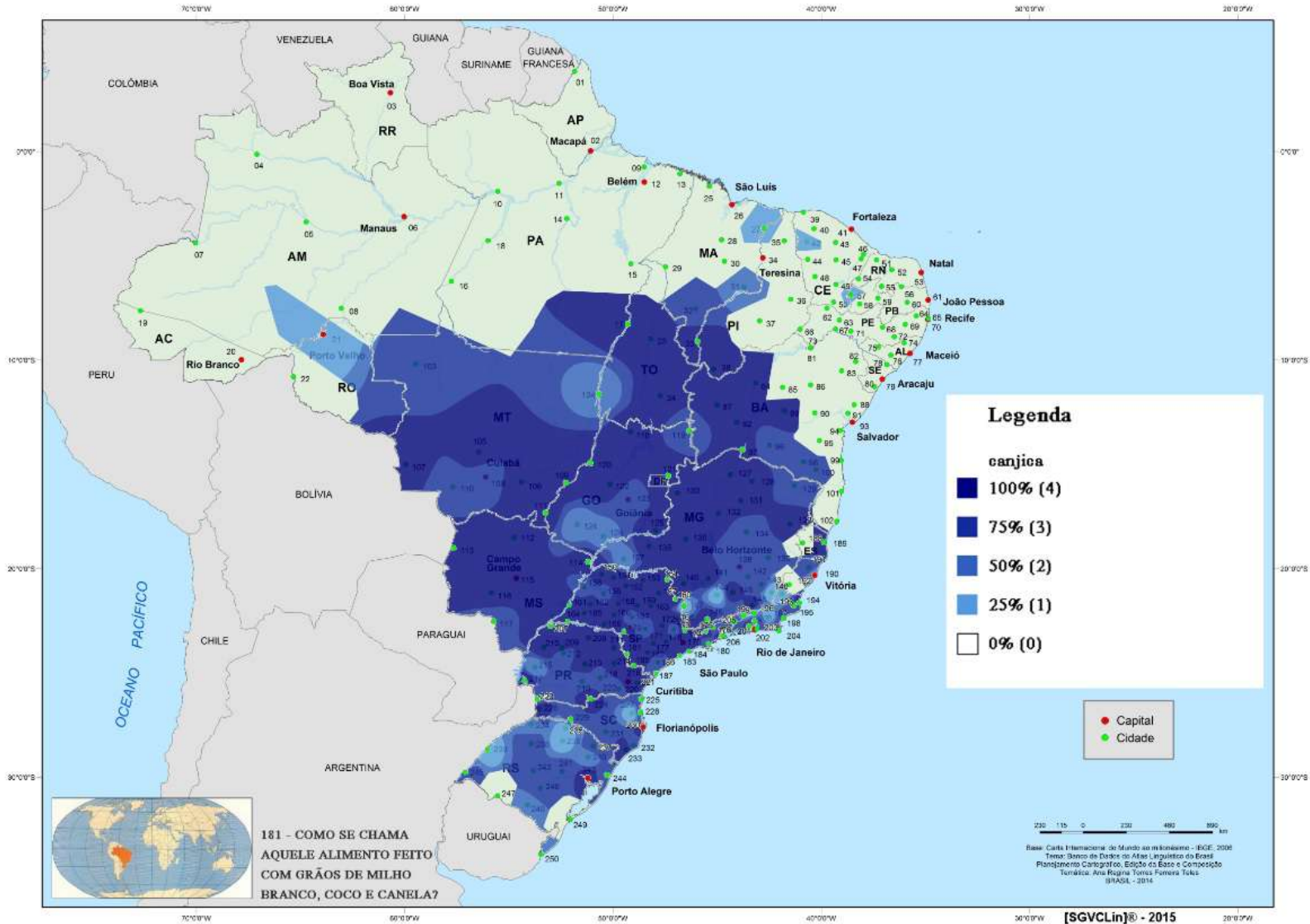
(CD4/181) Carta diatópica 4 - Questão 181 - *canjica/ mugunzá* - Região Sudeste



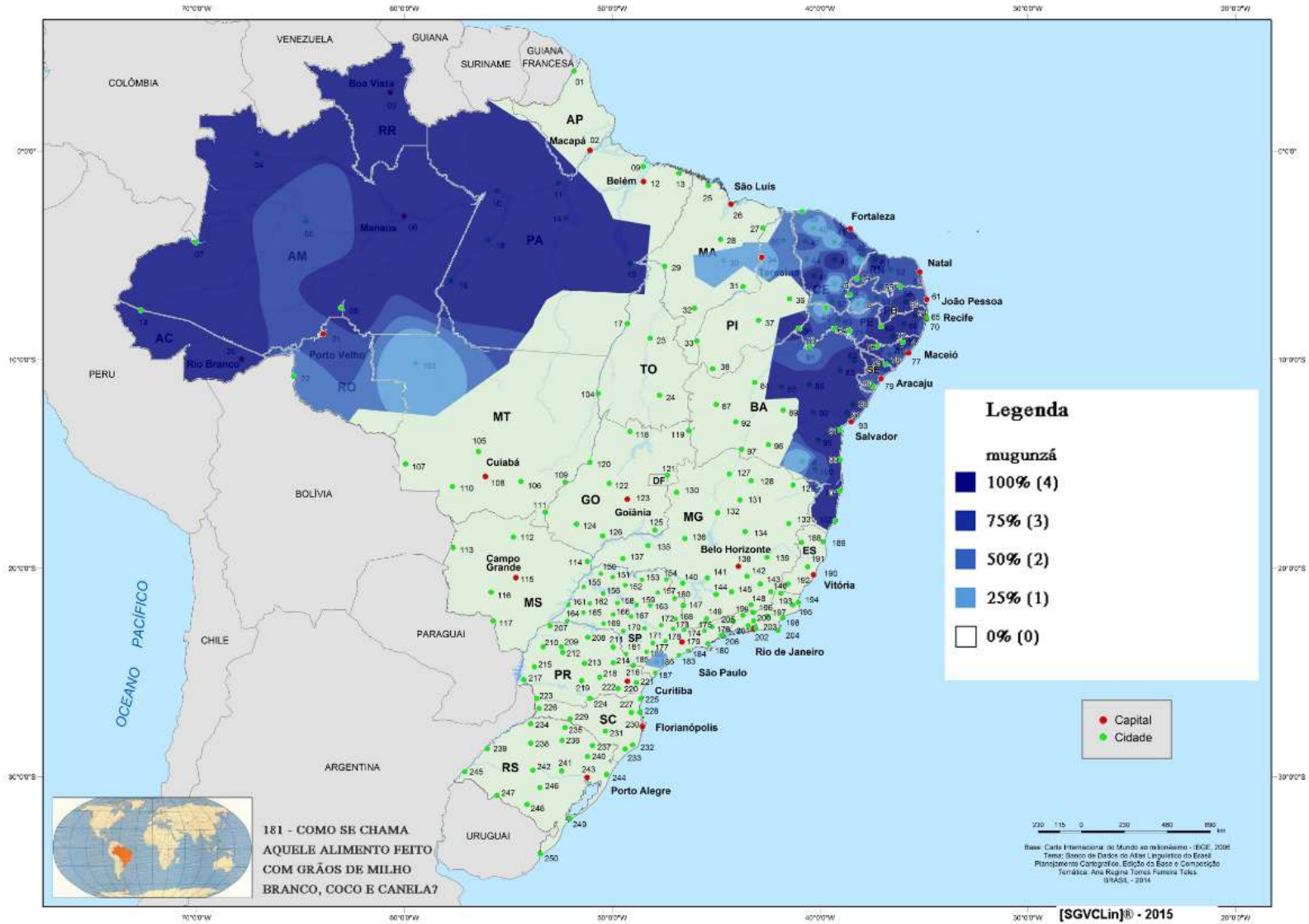
(CD5/181) Carta diatópica 5 - Questão 181 - *canjica/mugunzá* - Região Sul



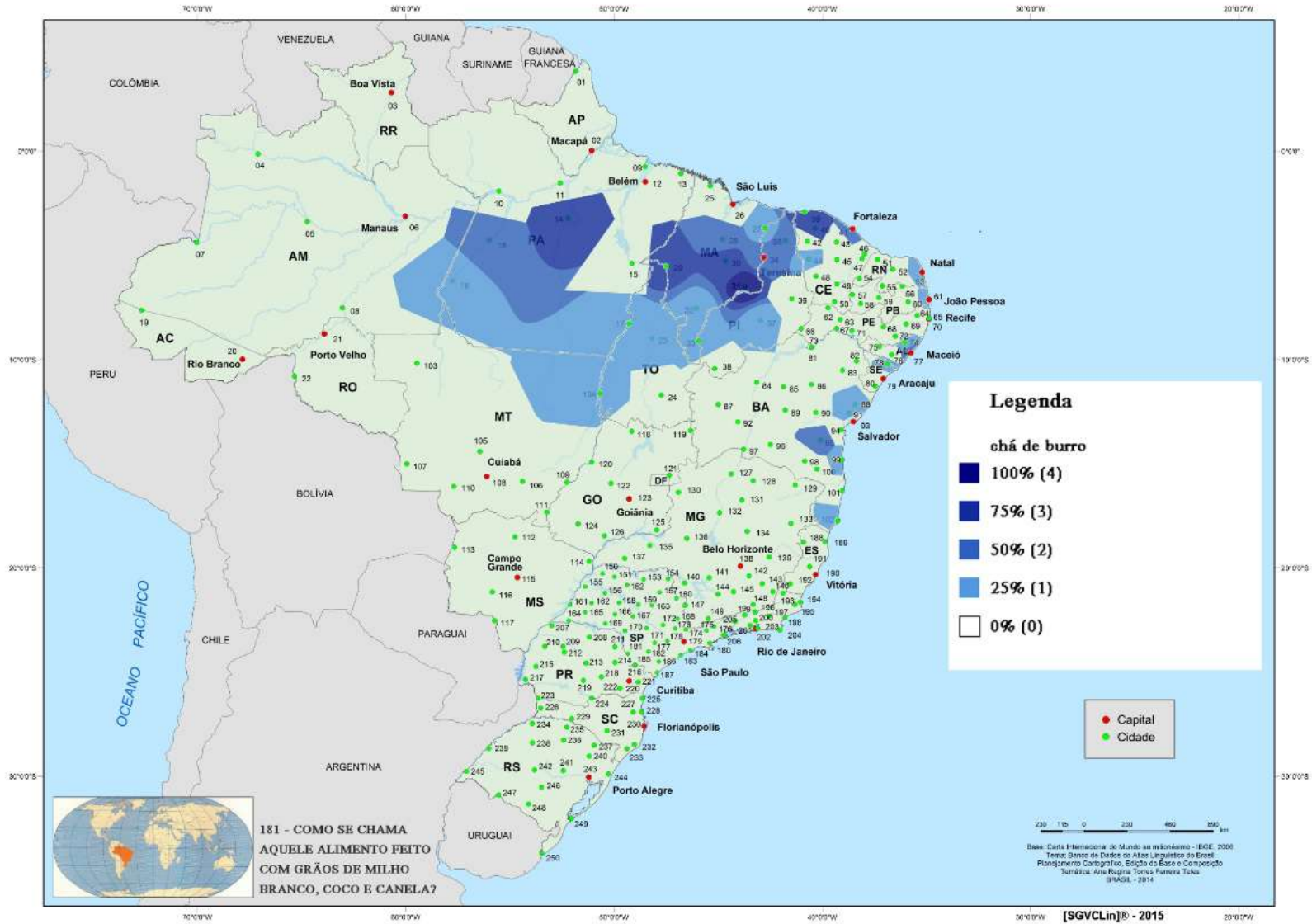
(CAG1/181) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 181 - canjica



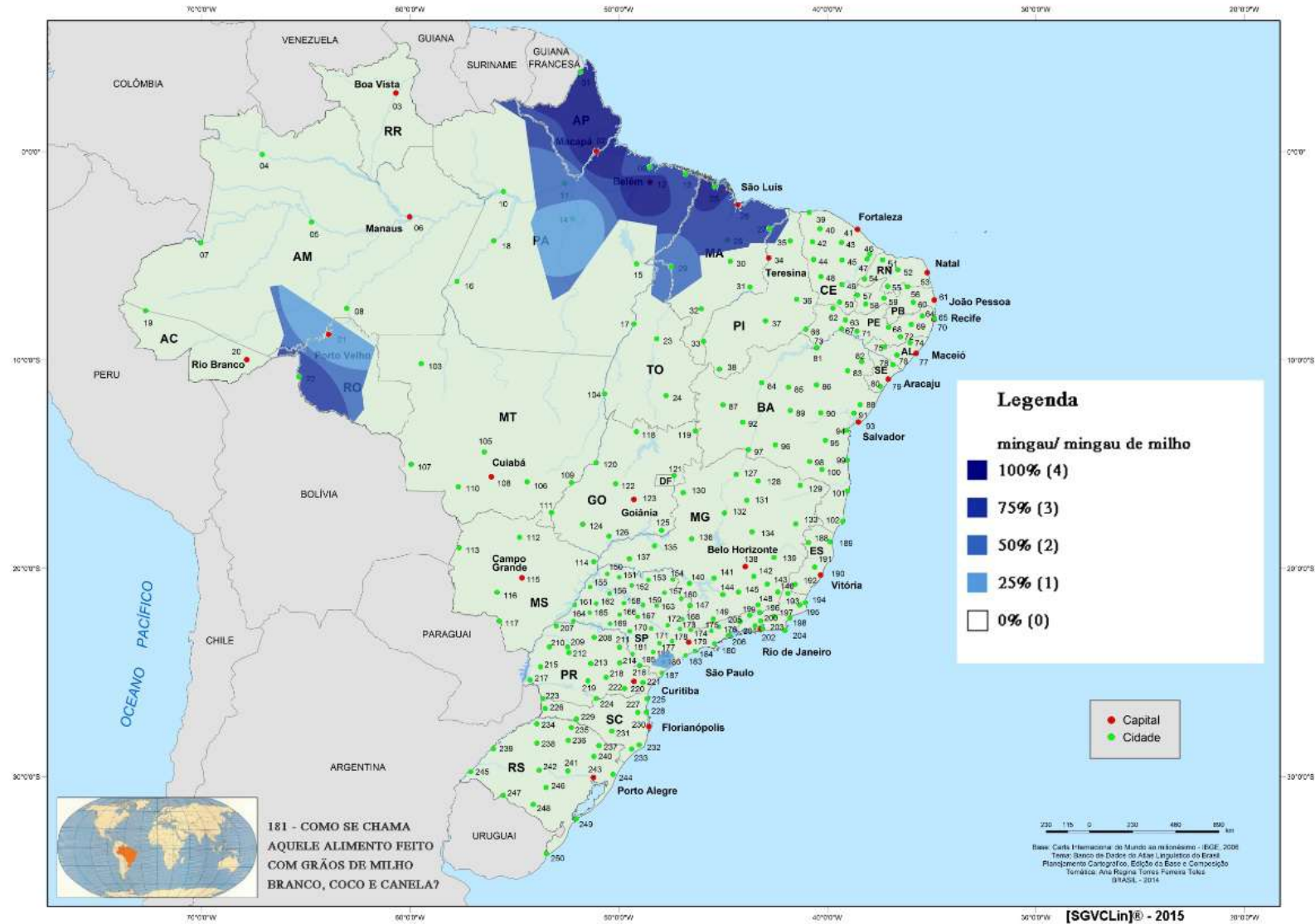
### (CAG2/181) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 181 - mugunzá



(CAG3/181) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 181 - chá de burro



(CAG4/181) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 181 - mingau de milho



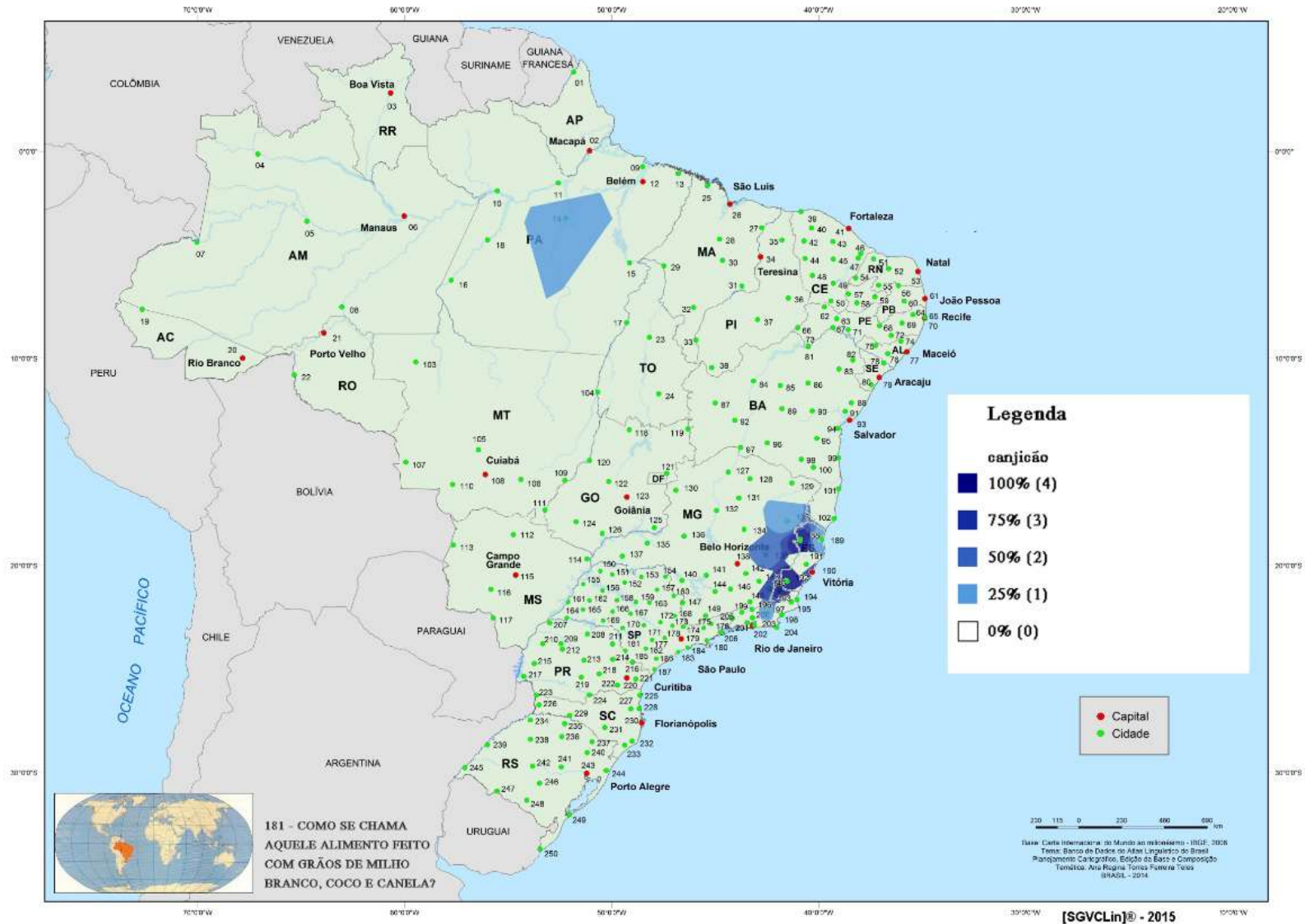
(CAG5/181) Carta de arealidade gradual 5 - Quesão 181 - *mingau maranhense*



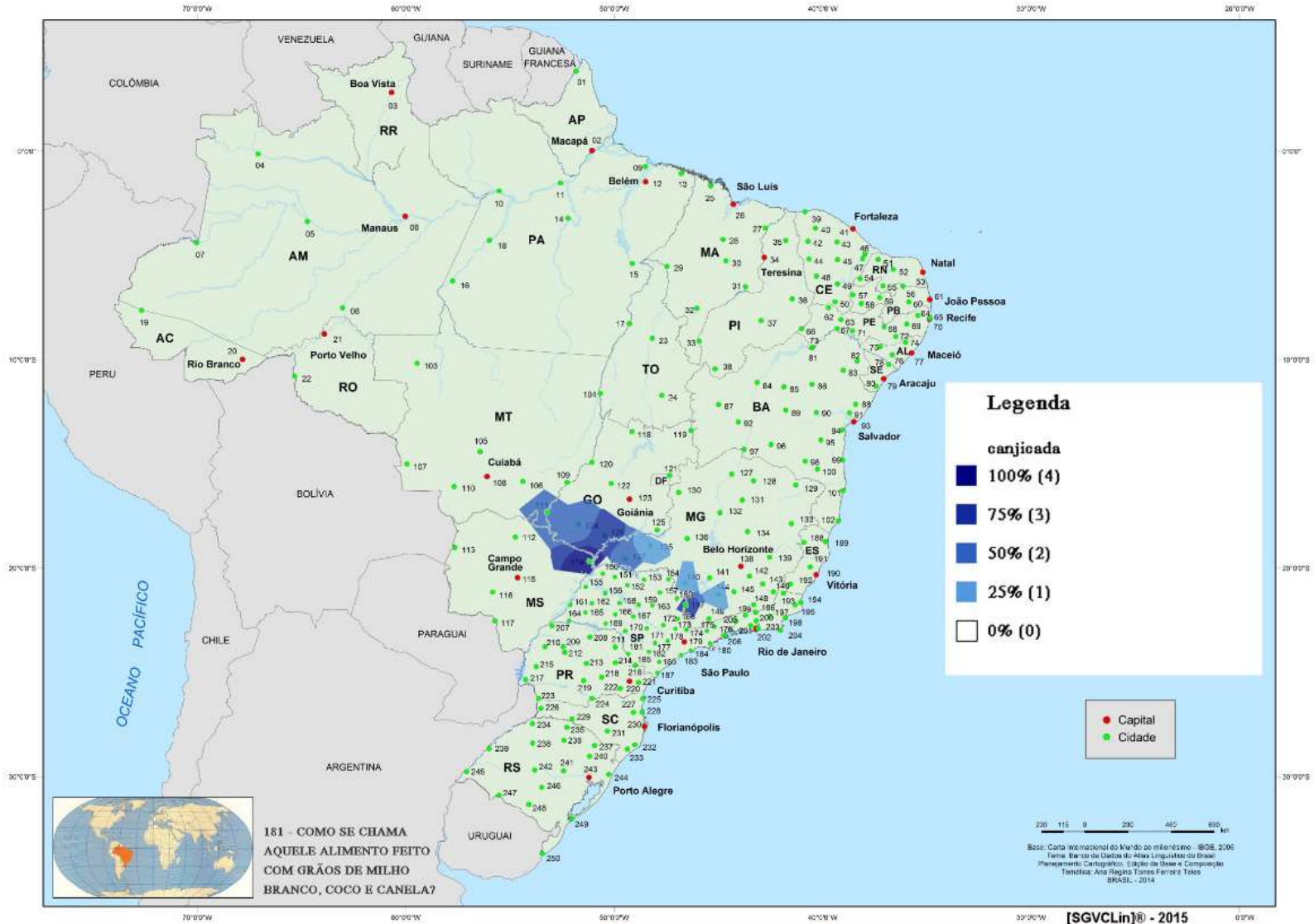
### (CAG6/181) Carta de arealidade gradual 6 - Questão 181 - ui-ui



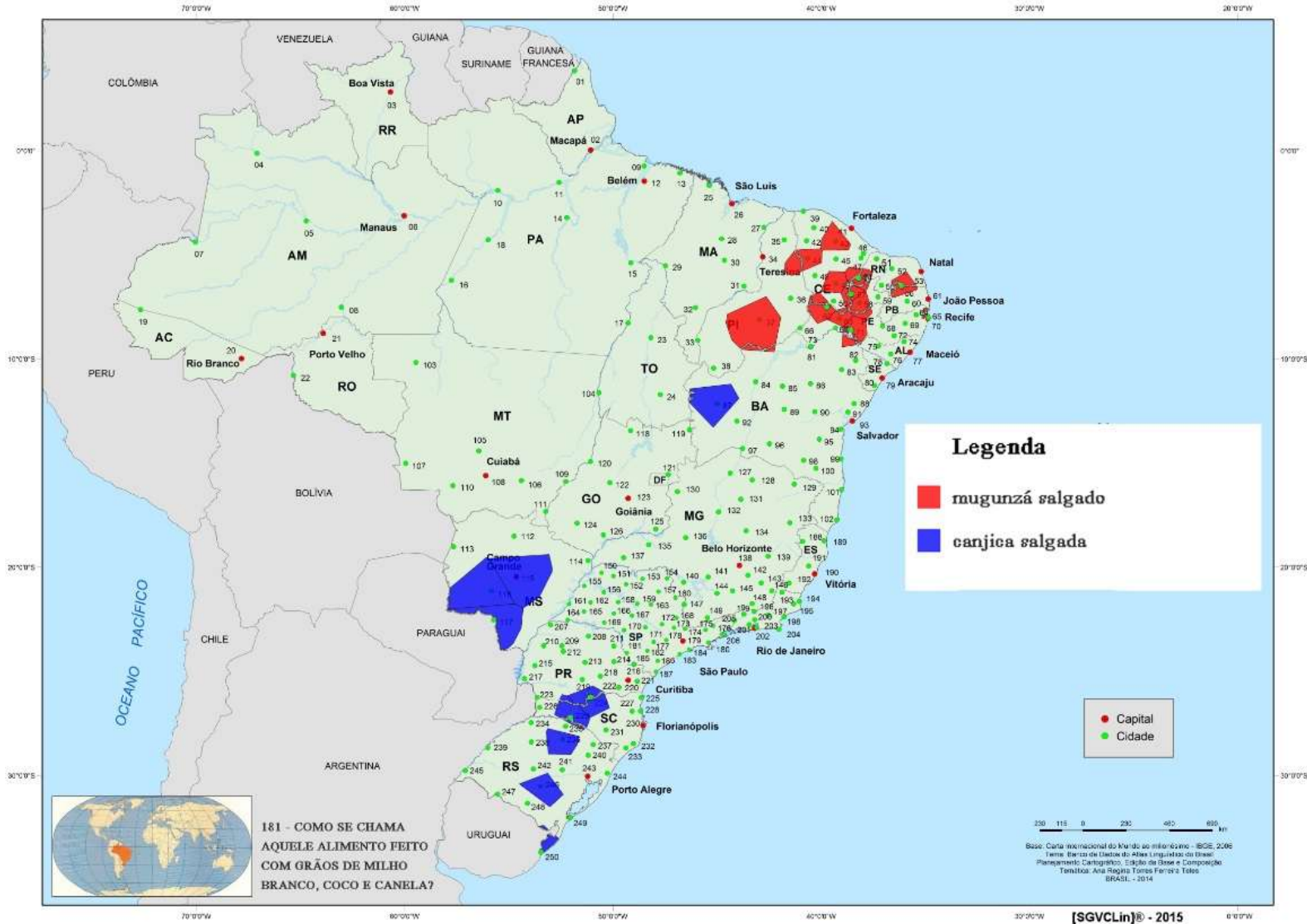
(CAG7/181) Carta de arealidade gradual 7 - Questão 181 - canjição



(CAG8/181) Carta de arealidade gradual 8 - Questão 181 - canjicada



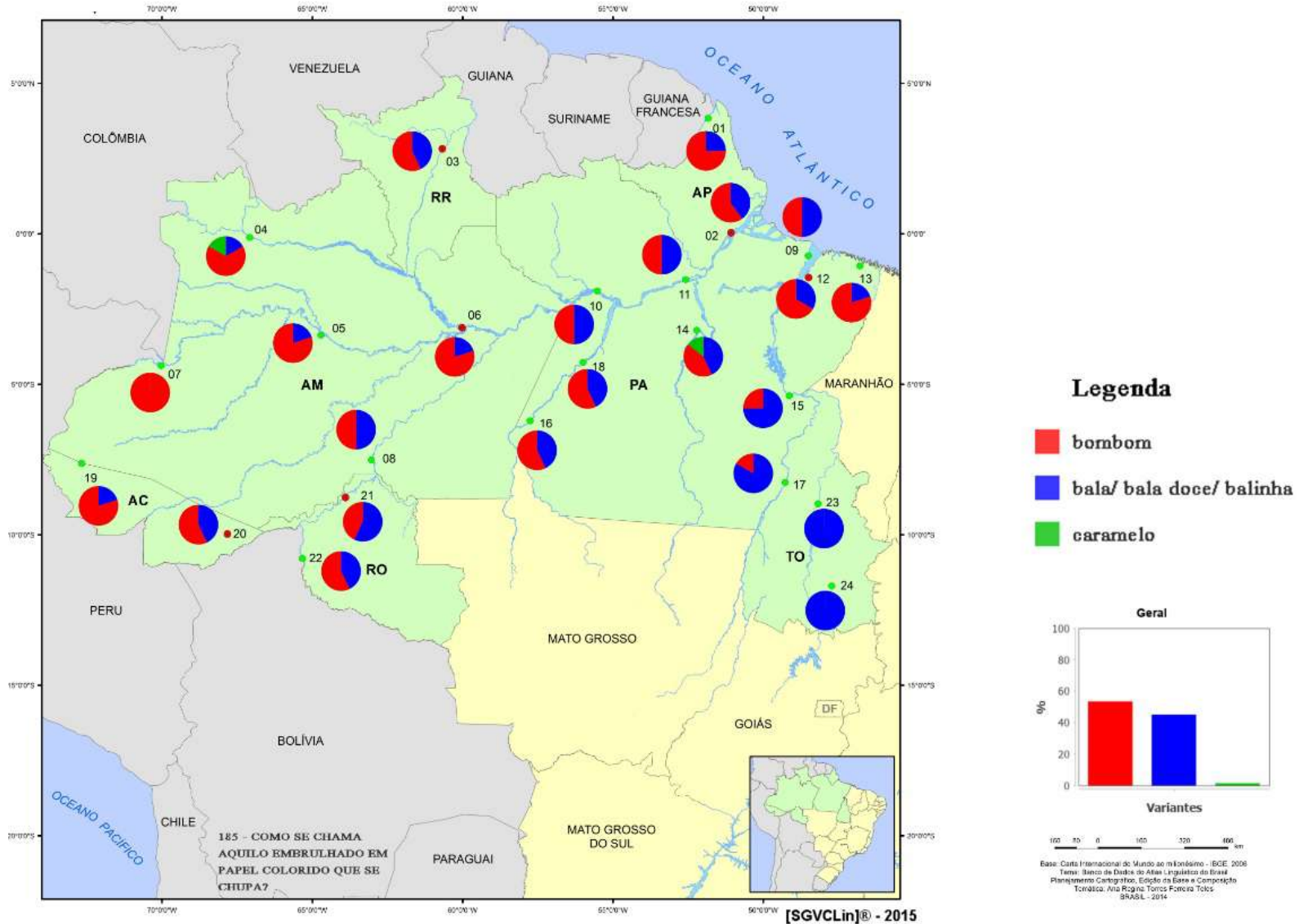
(CA1/181) Carta de arealidade 1 - Questão 181 - *mugunzá salgado/ canjica salgada*



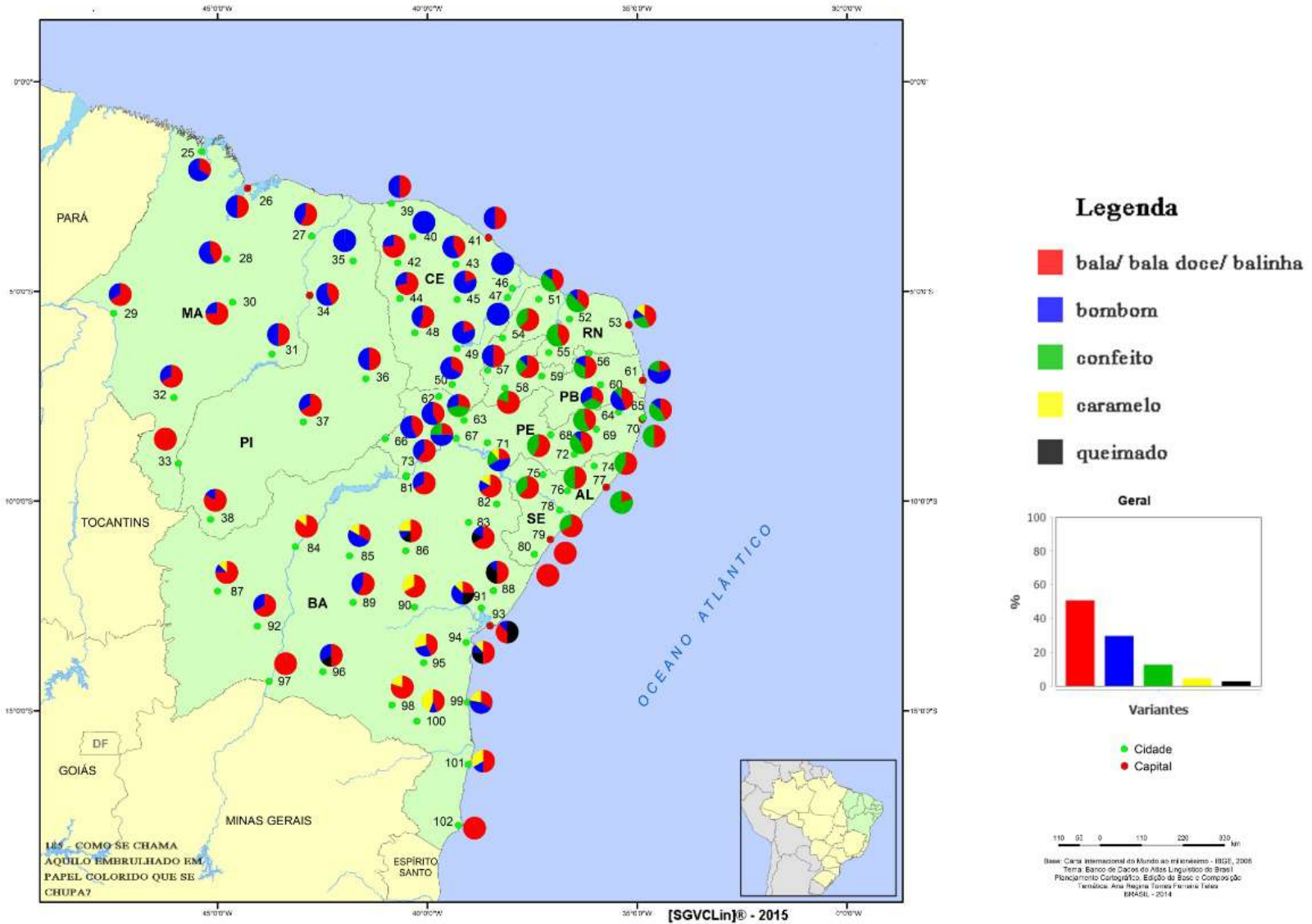
181 - COMO SE CHAMA AQUELE ALIMENTO FEITO COM GRÃOS DE MILHO BRANCO, COCO E CANELA?



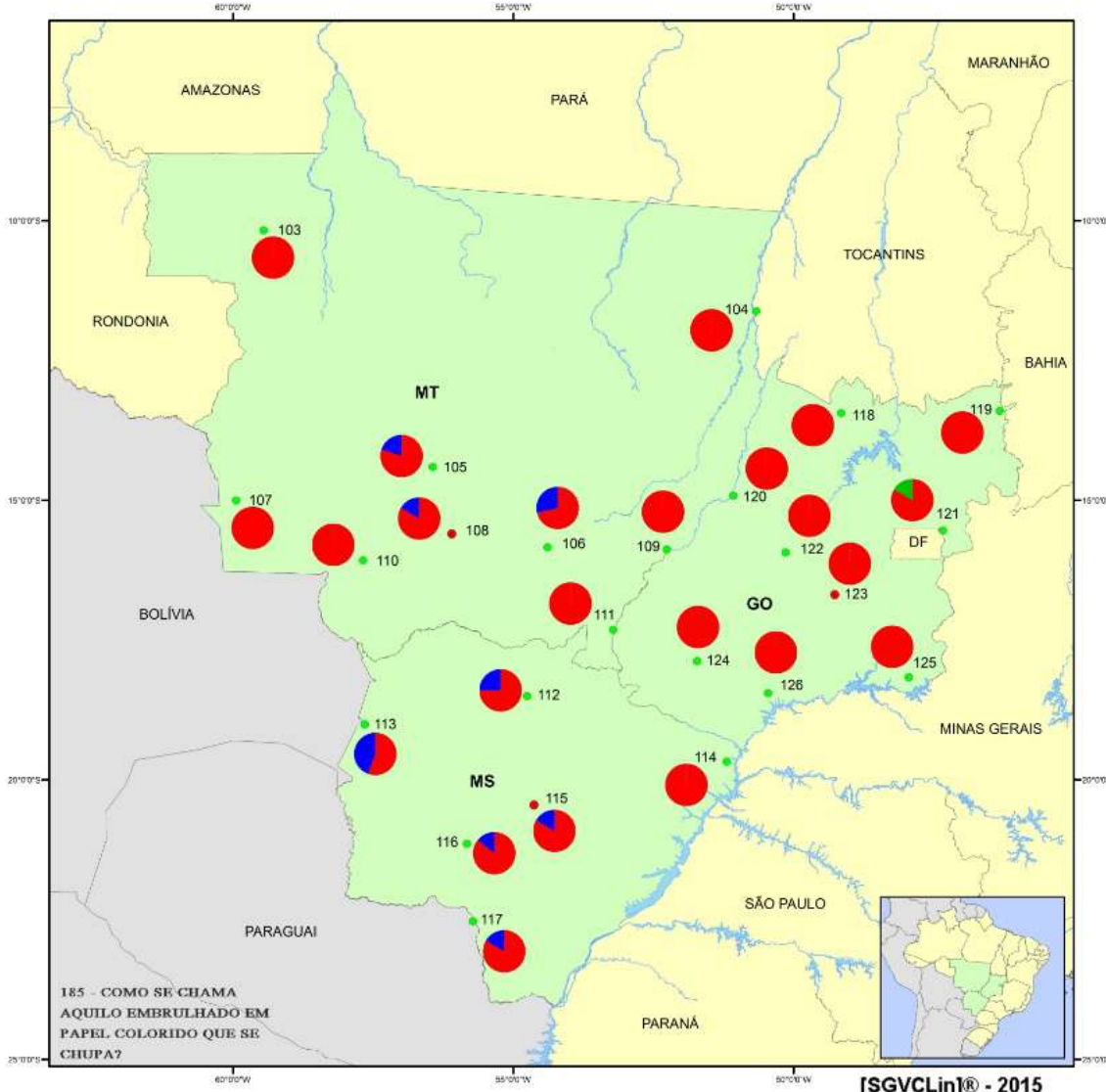
(CD1/185) Carta diatópica 1 - Questão 185 - *bala/bombom* - Região Norte



(CD2/185) Carta diatópica 2 - Questão 185 - *bala/bombom* - Região Nordeste

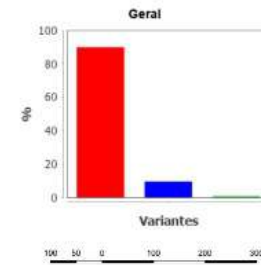


(CD3/185) Carta diatópica 3 - Questão 185 - bala/bombom - Região Centro-Oeste



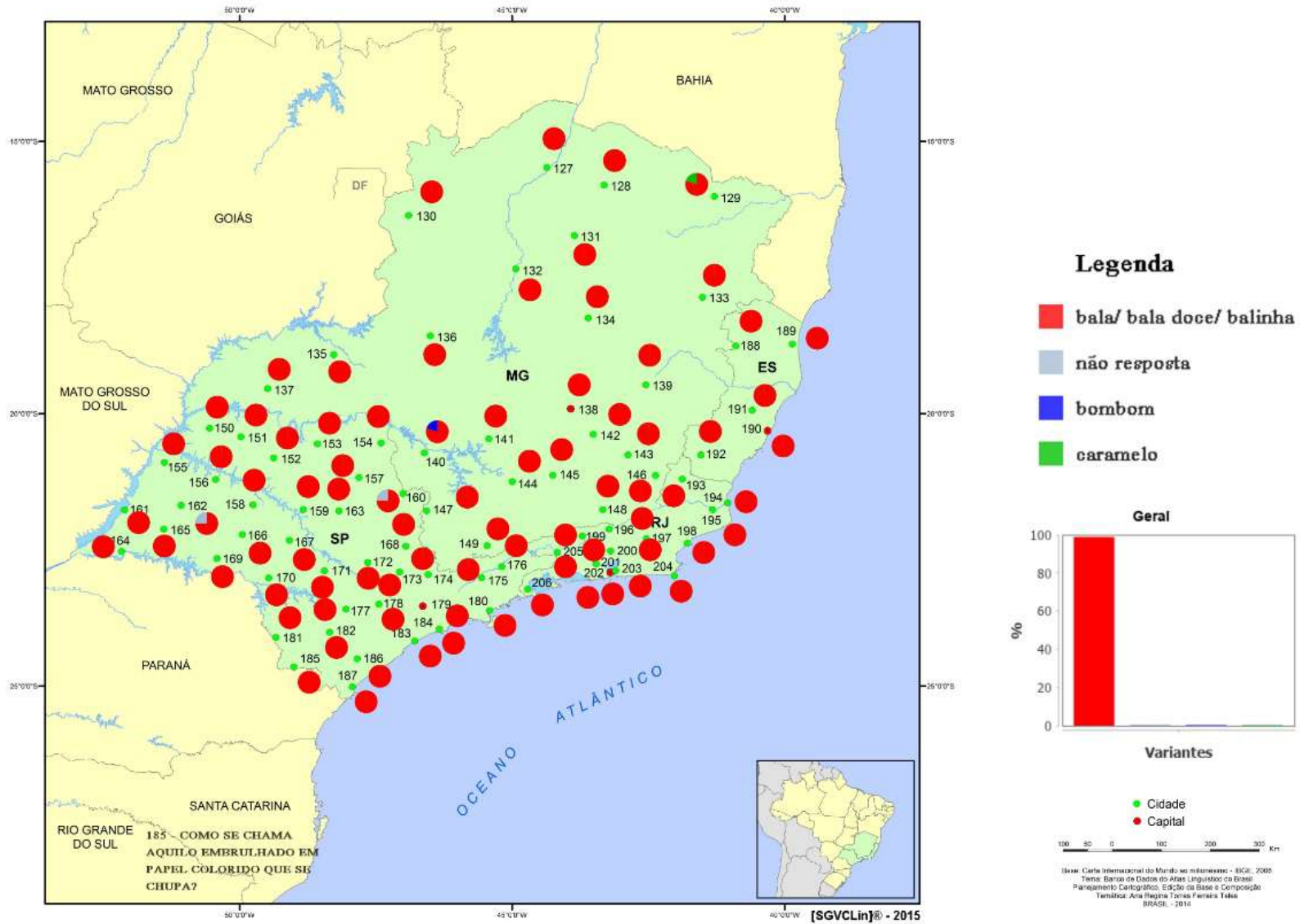
Legenda

- bala/ bala doce/ balinha
- caramelo
- bombom

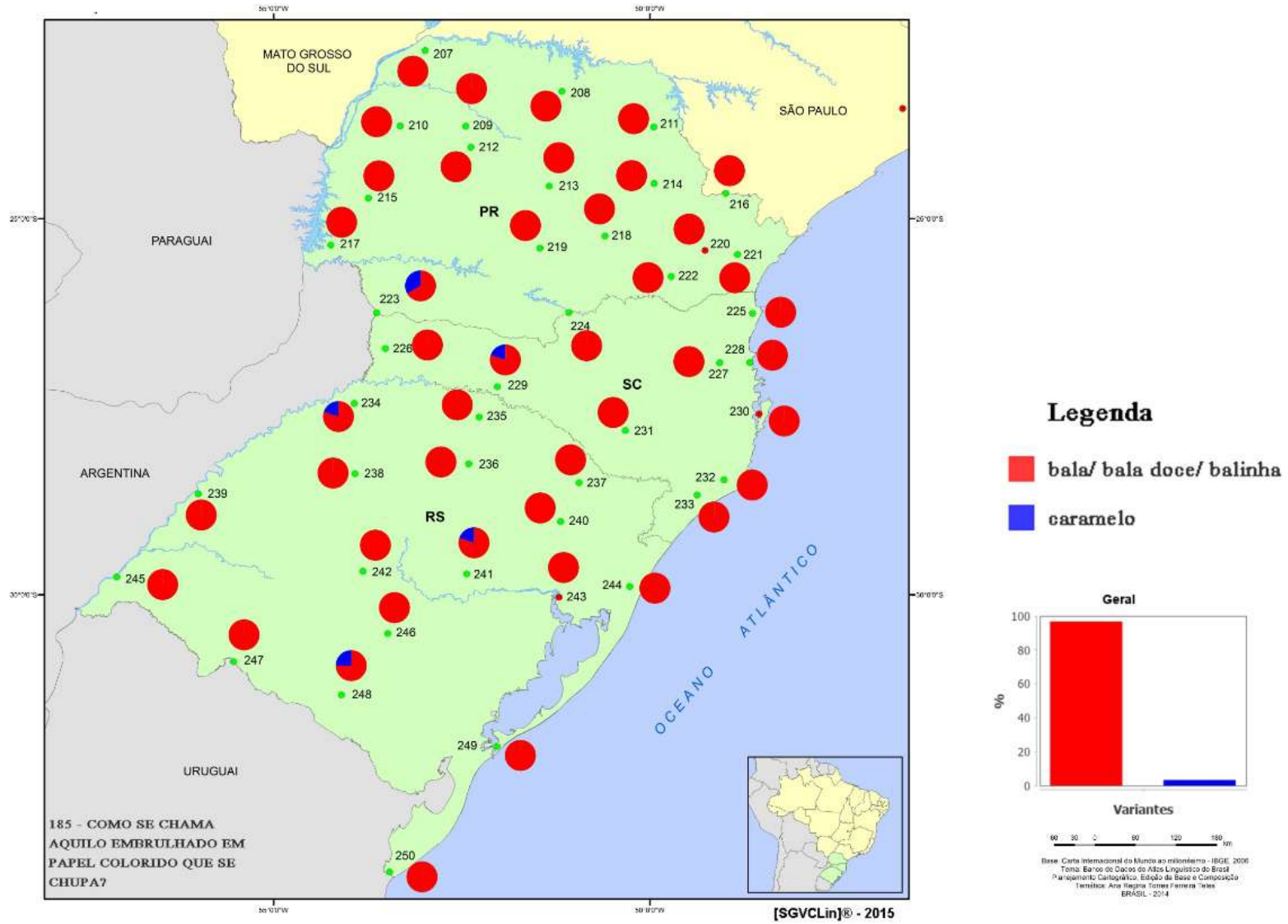


Base: Carta Internacional do Mundo ao milionário - IBGE, 2006  
 Tomo: Banco de Dados do Atlas Linguístico do Brasil  
 Planejamento Cartográfico, Edição de Base e Composição  
 temática José Augusto Torres Ferreira Neto  
 BRASIL - 2014

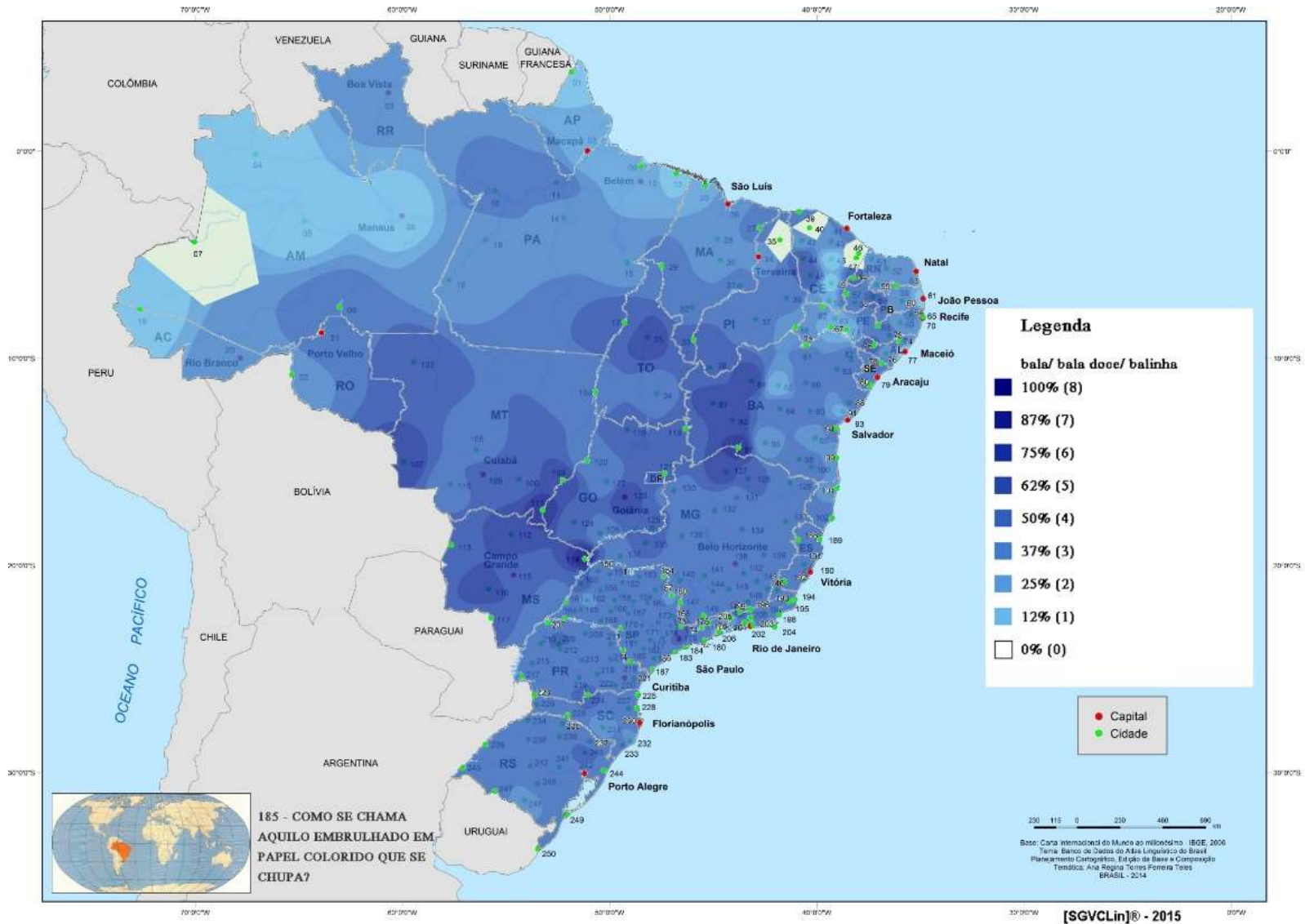
(CD4/181) Carta diatópica 4 - Questão 185 - *bala/bombom* - Região Sudeste



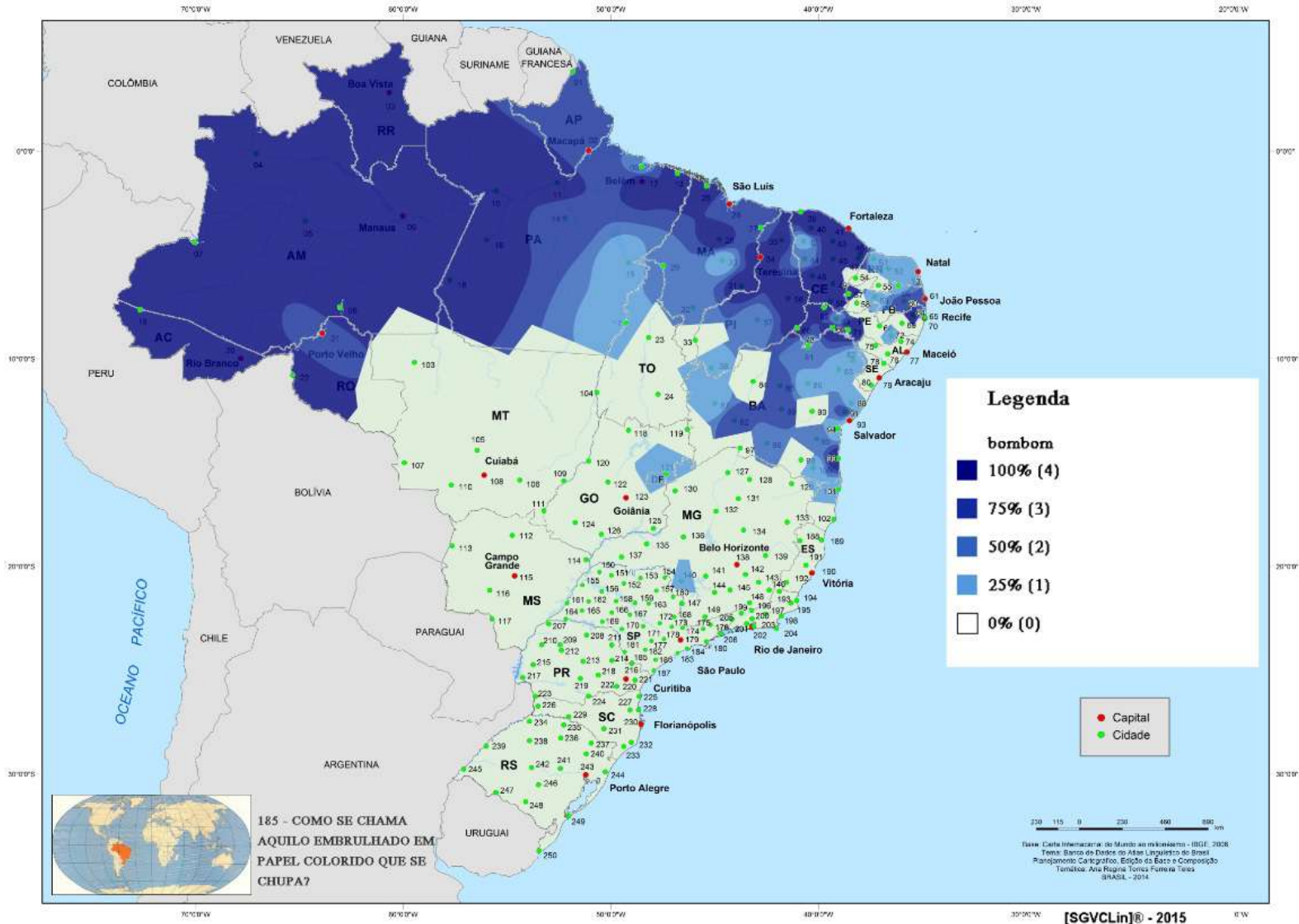
(CD5/185) Carta diatópica 5 - Questão 185 - *bala/bombom* - Região Sul



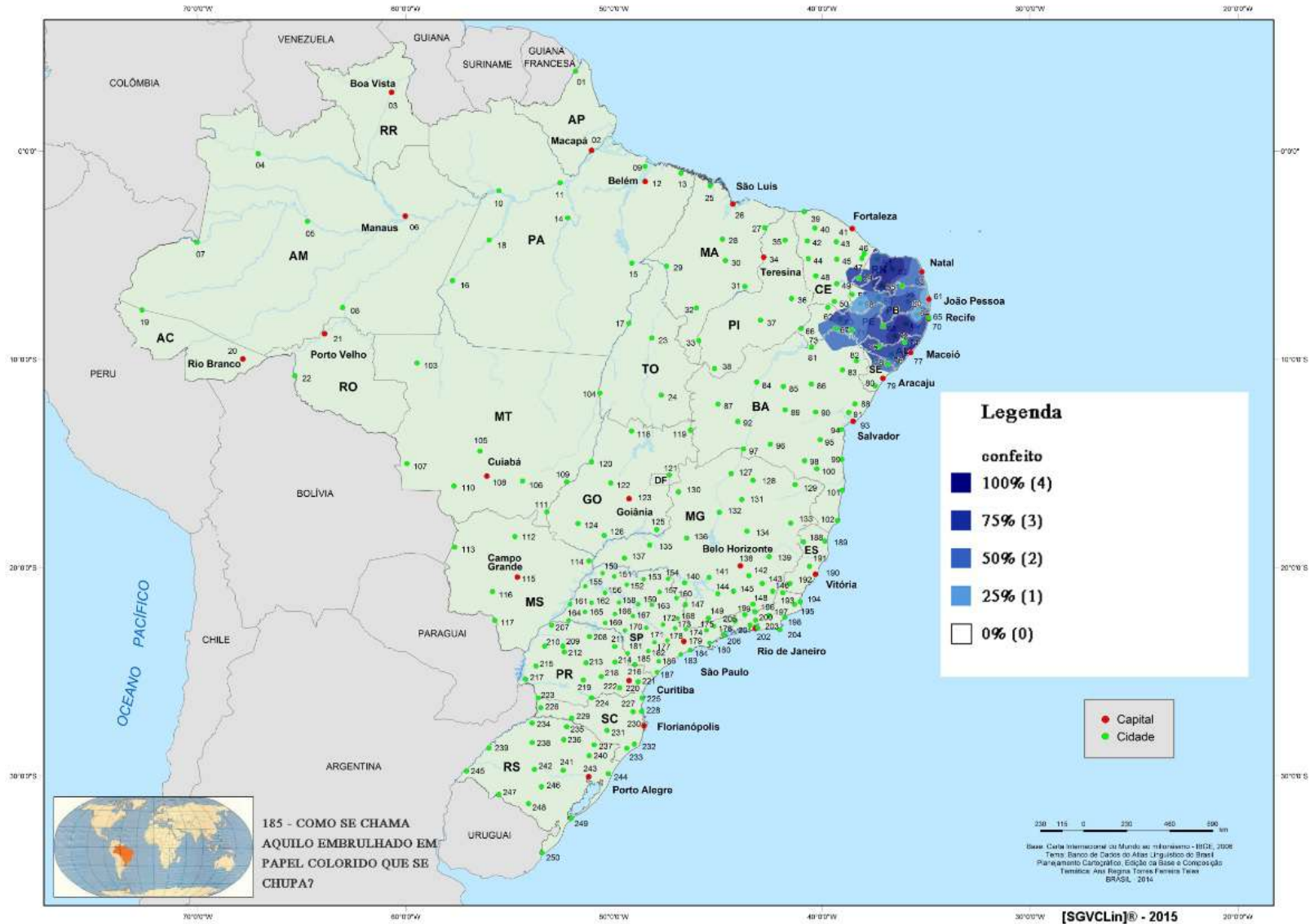
(CAG1/181) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 185 - bala



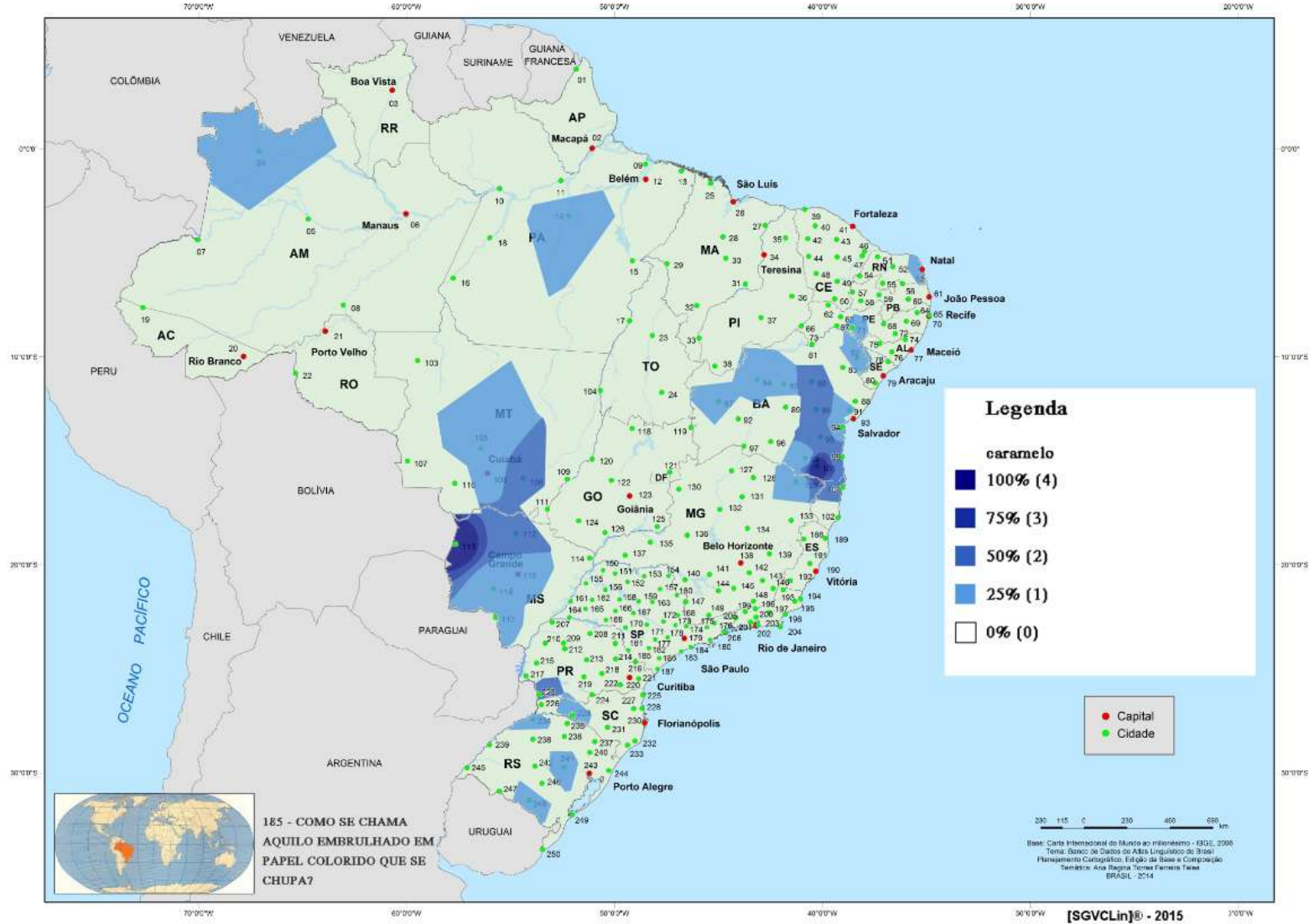
(CAG2/181) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 185 - *bombom*



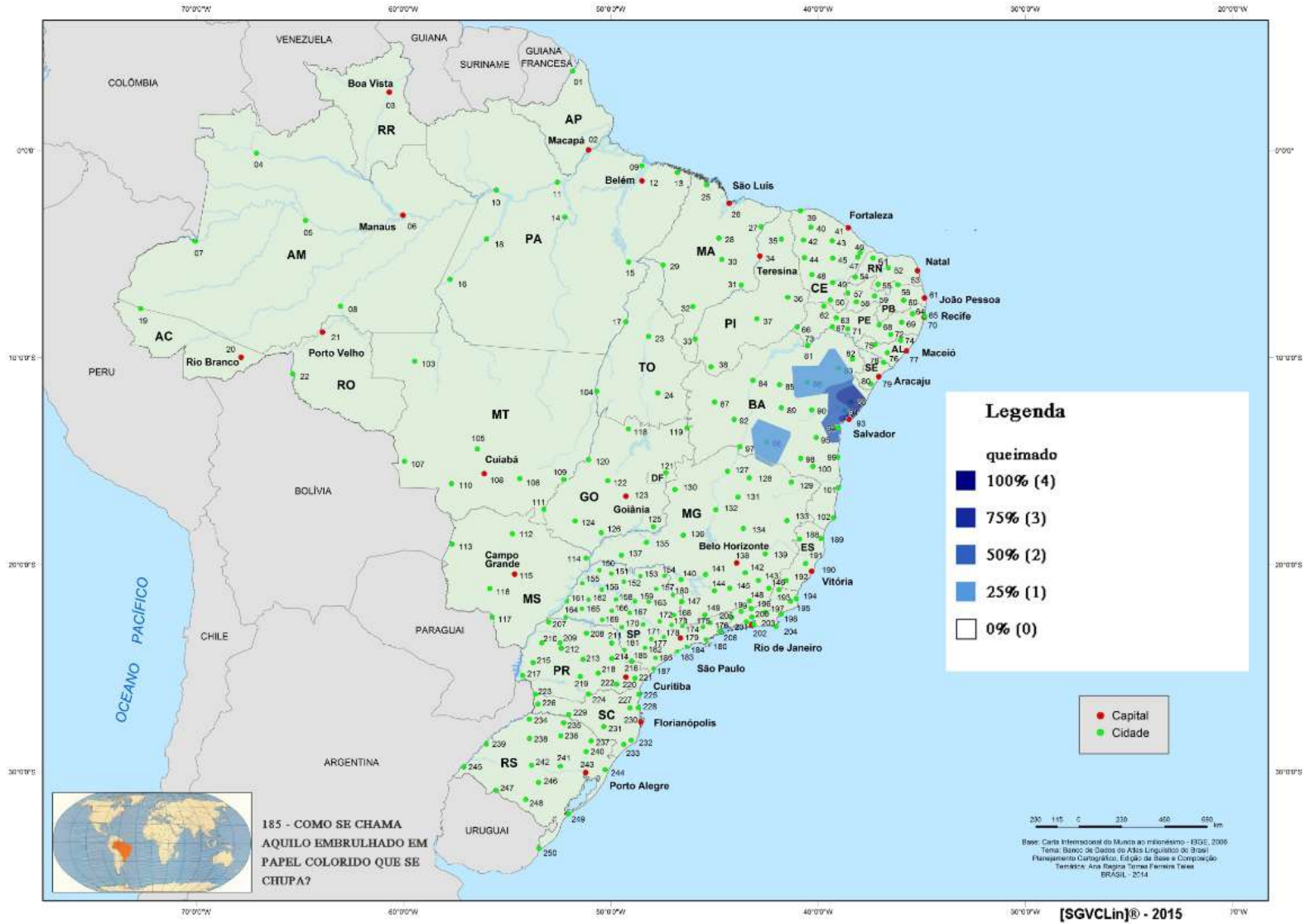
### (CAG3/185) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 185 - *confeito*



(CAG4/185) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 185 - *caramelo*



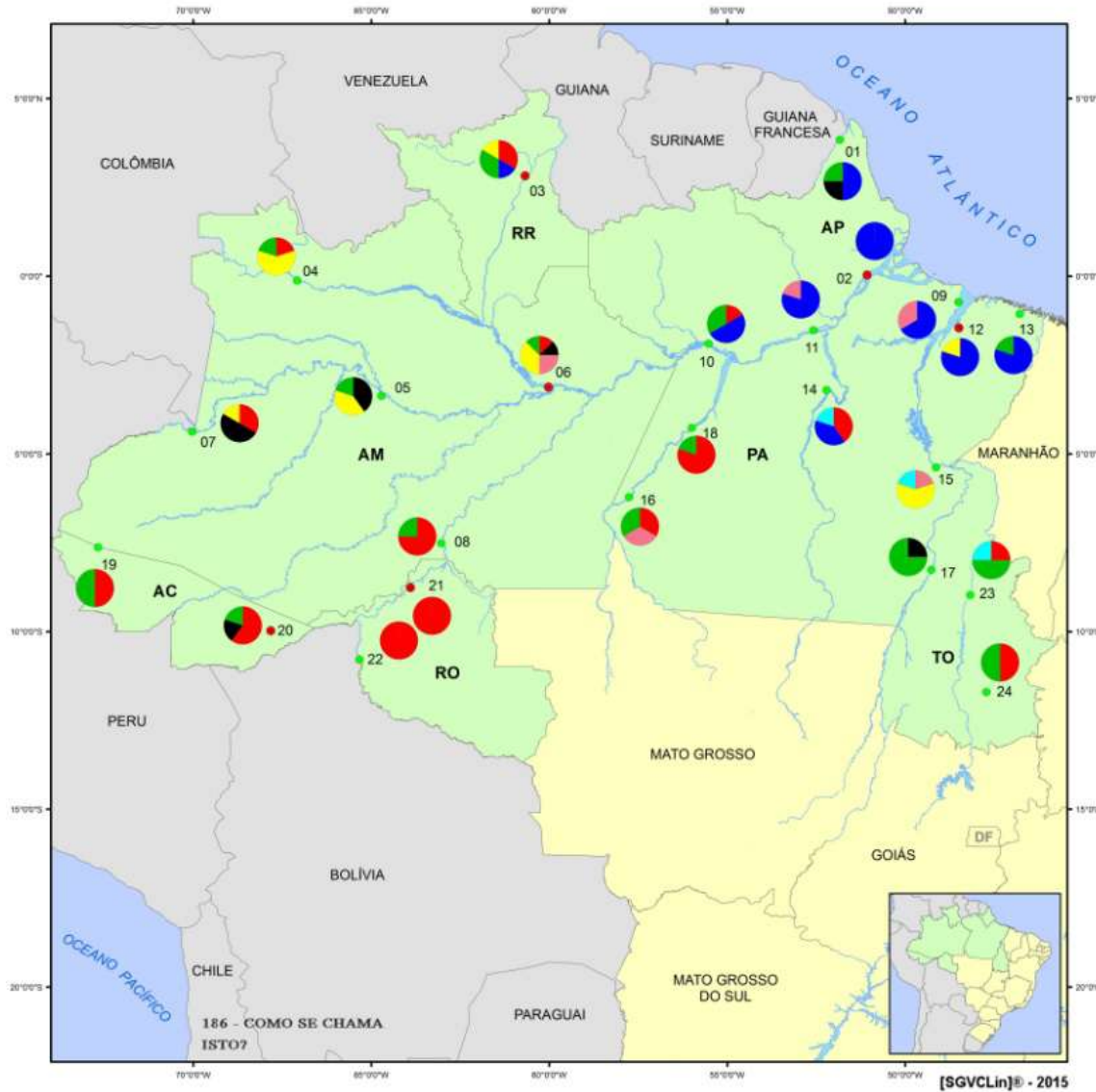
### (CAG5/185) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 185 - *queimado*



(CA1/185) Carta de arealidade 1 - Questão 185 - *bala/bombom*



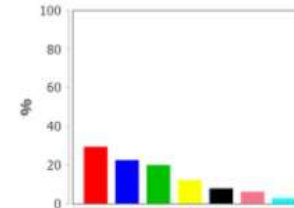
(CD1/186) Carta diatópica 1 - Questão 186 - *pão francês* - Região Norte



**Legenda**

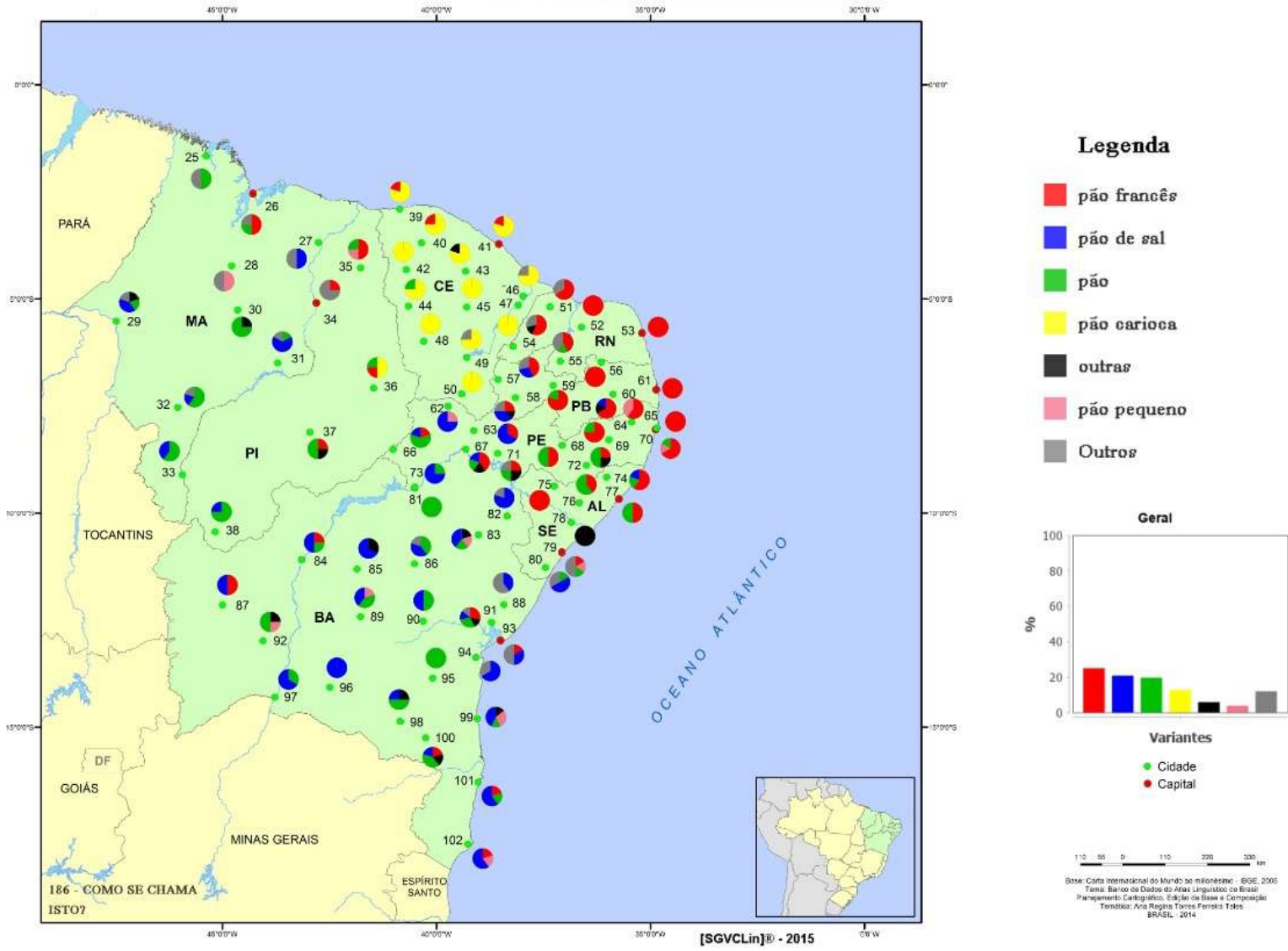
- pão francês
- pão careca
- pão
- pão massa grossa
- outras
- pão pequeno
- pão de sal

**Geral**

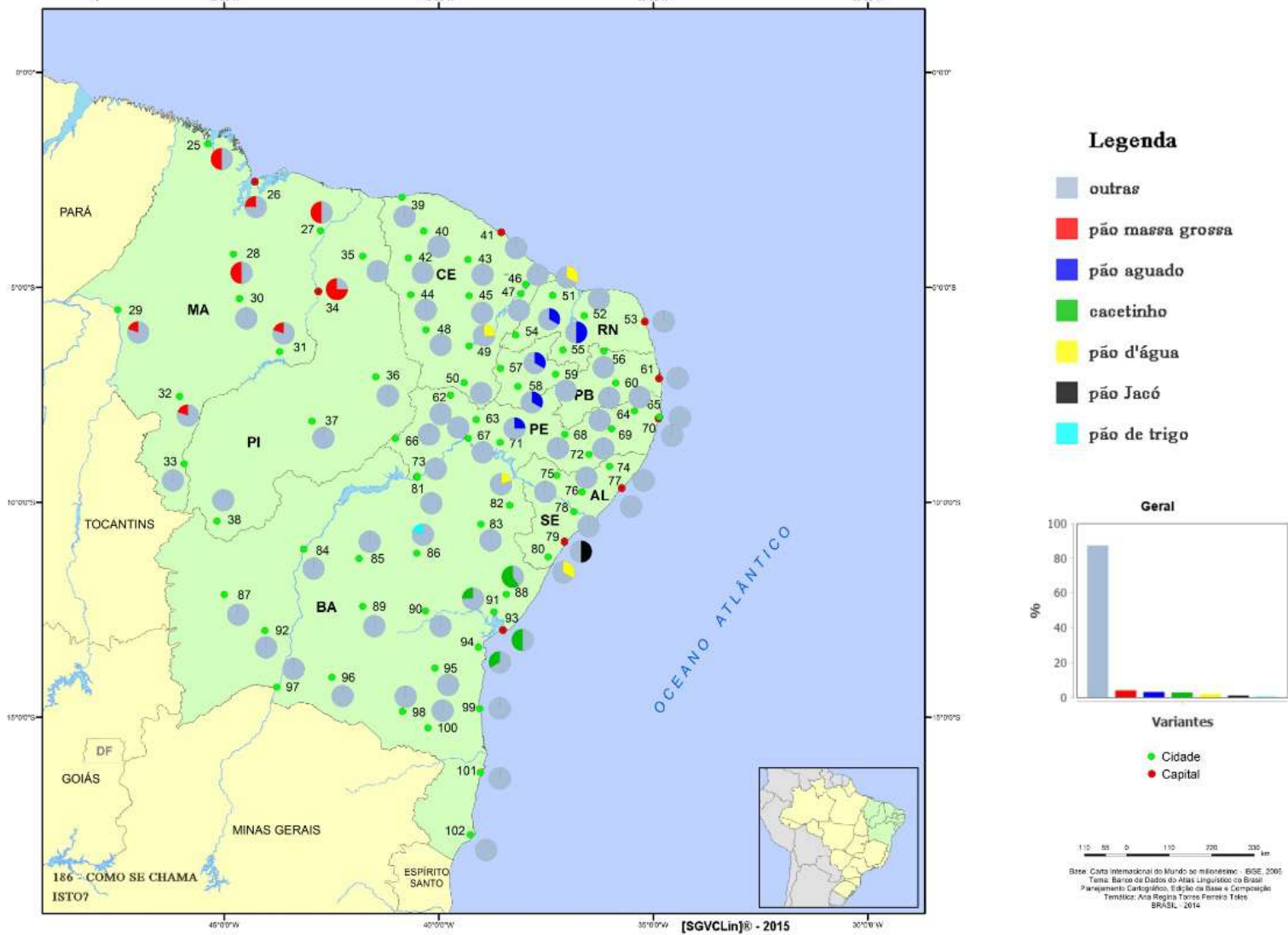


Base: Carta Internacional do Mundo em milionêmetro - IBGE, 2008  
 Tema: Dicionário de Datas do Atlas Linguístico do Brasil  
 Planejamento Cartográfico: Edição de Base e Composição  
 Temática: Ana Regina Torres Ferreira Teles  
 BRASIL - 2014

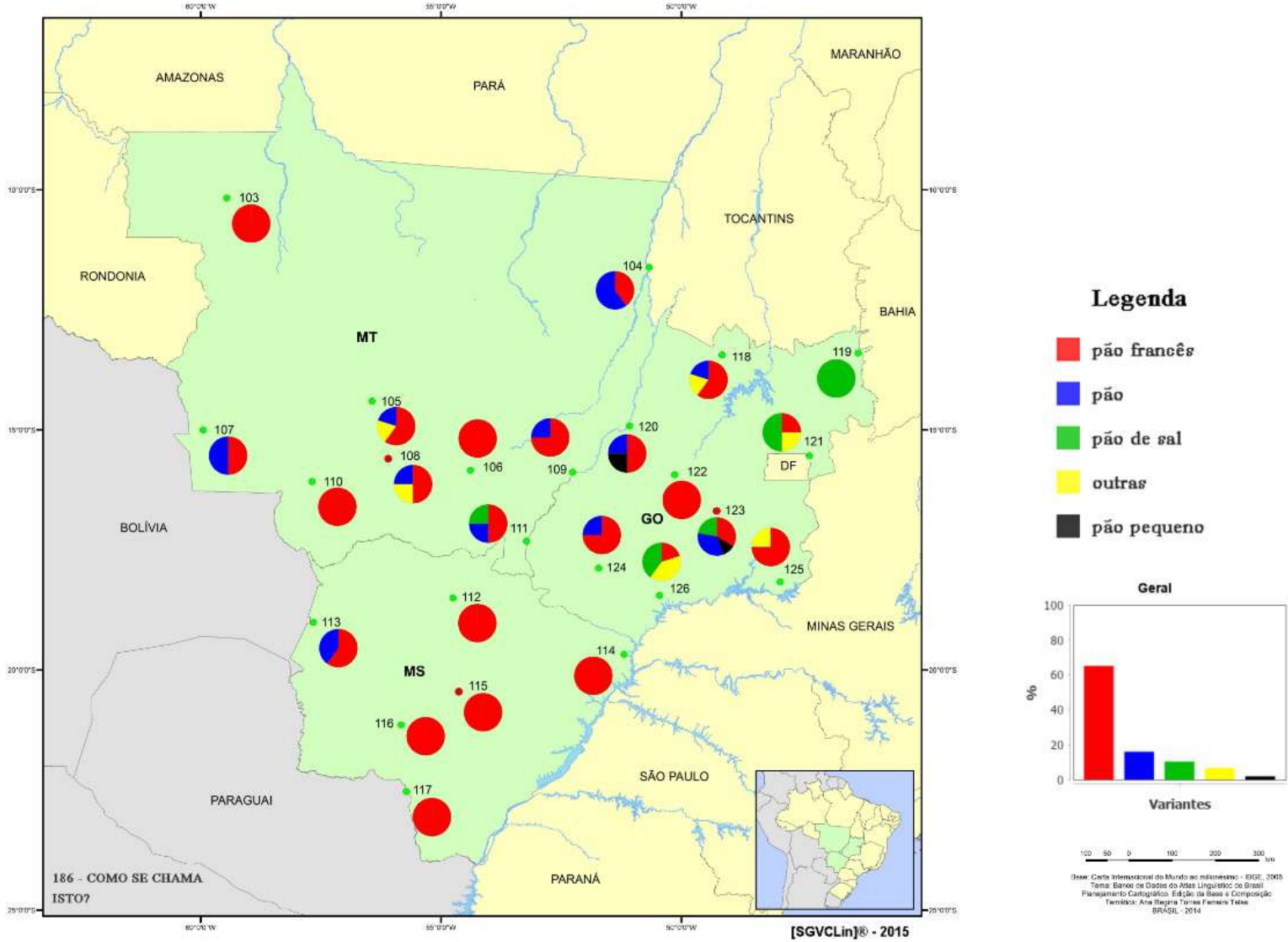
(CD2.1/186) Carta diatópica 2.1 - Questão 186 - *pão francês* - Região Nordeste  
(6 variantes mais produtivas)



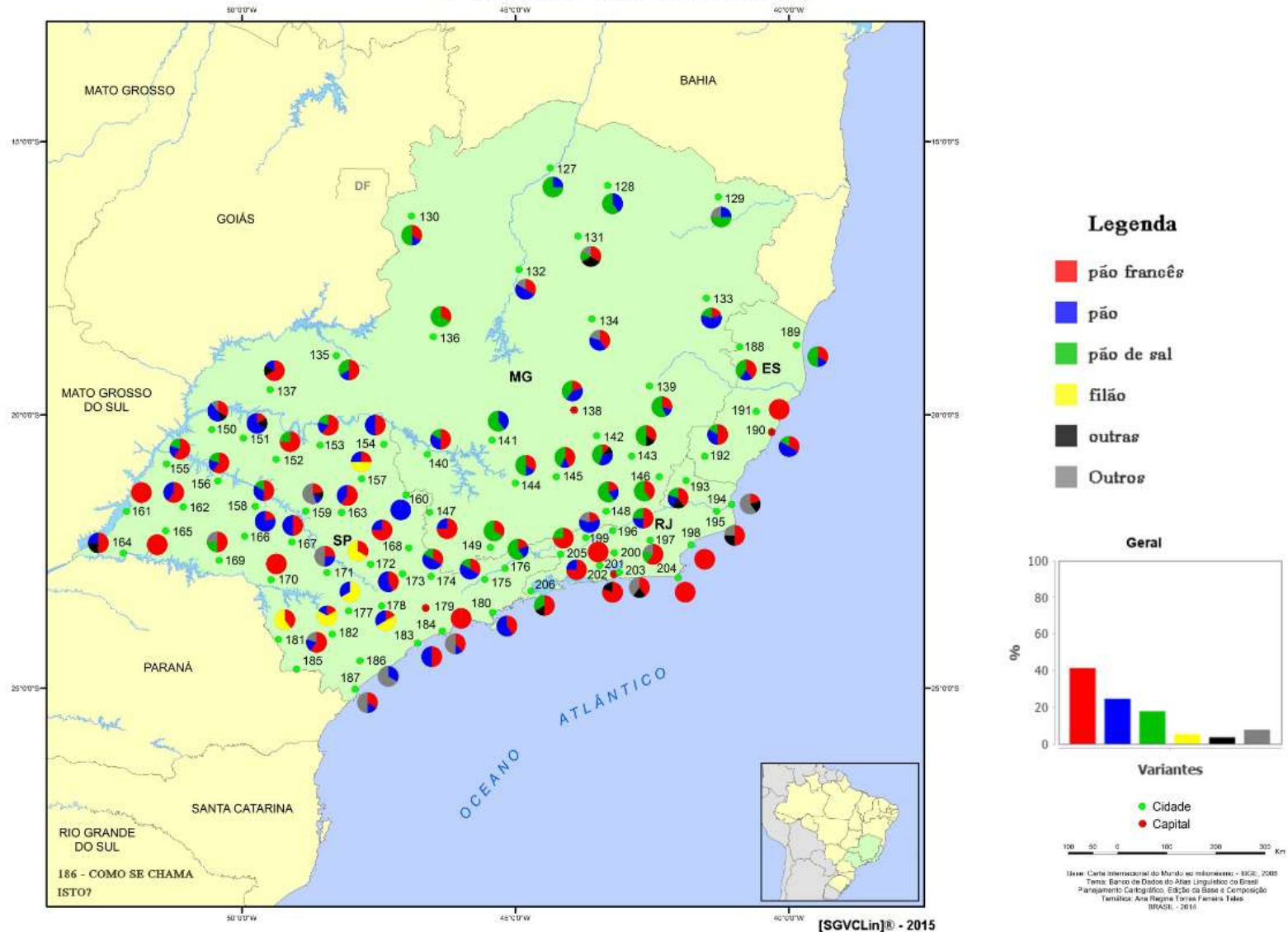
(CD2.2/186) Carta diatópica 2.2 - Questão 186 - *pão francês* - Região Nordeste (6 variantes menos produtivas)



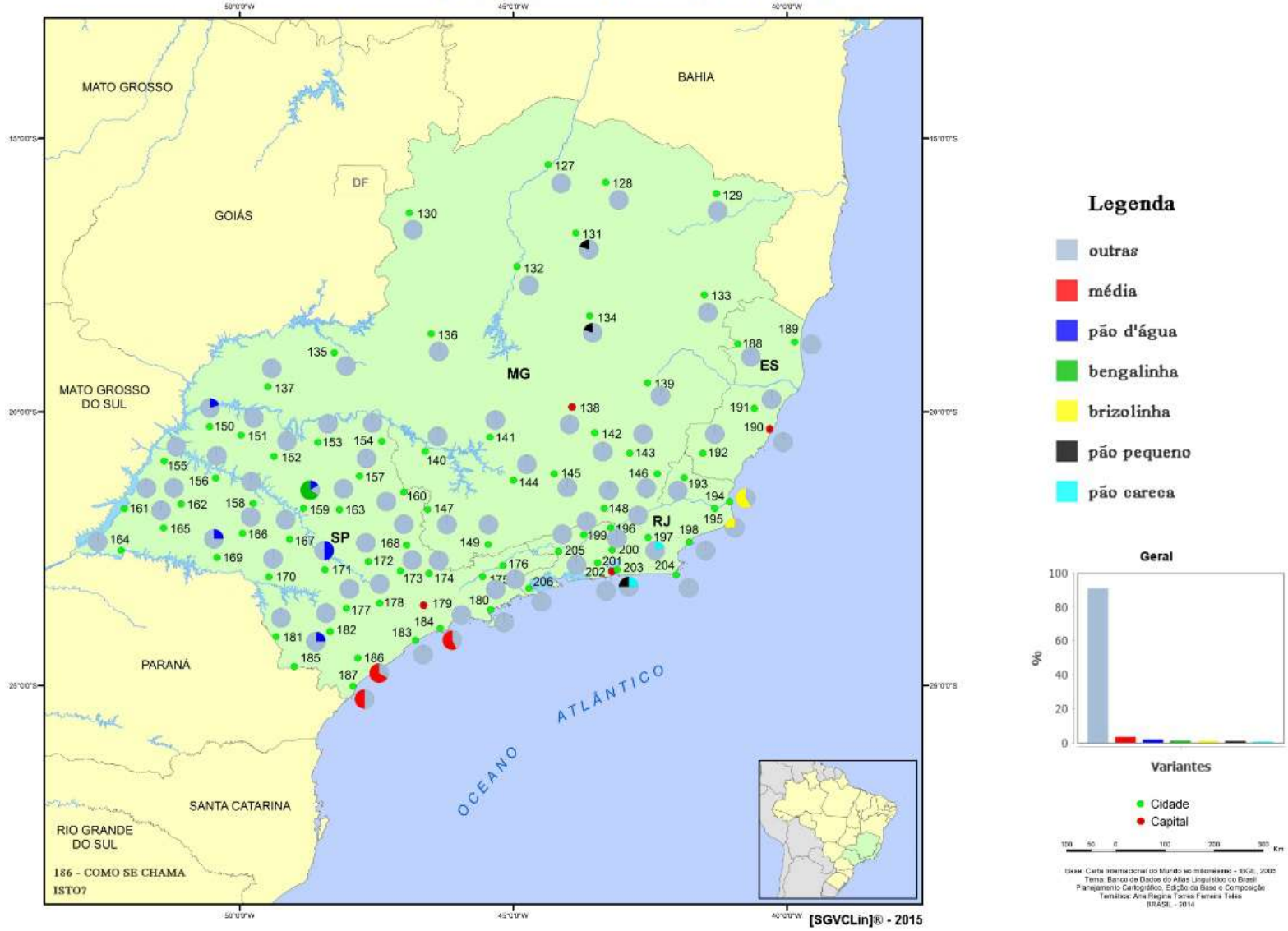
(CD3/186) Carta diatópica 3 - Questão 186 - *pão francês* - Região Centro-Oeste



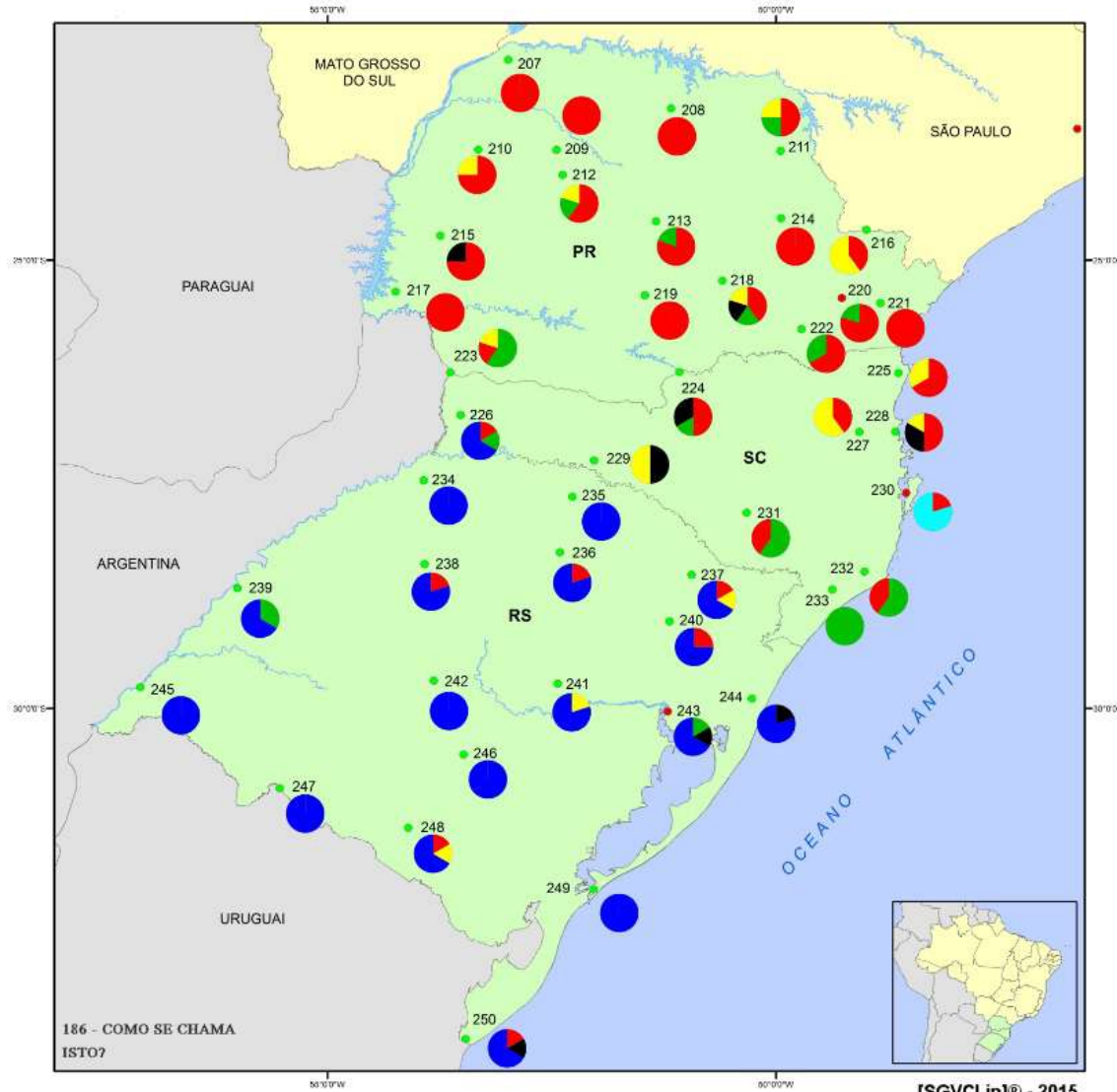
(CD4.1/186) Carta diatópica 4.1 - Questão 186 - *pão francês* - Região Sudeste (5 variantes mais produtivas)



(CD4.2/186) Carta diatópica 4.2 - Questão 186 - *pão francês* - Região Sudeste (6 variantes menos produtivas)



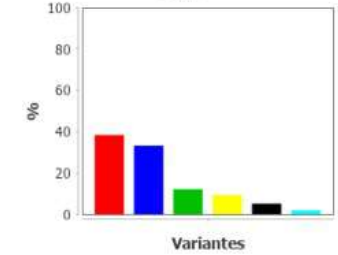
(CD5/186) Carta diatópica 5 - Questão 186 - *pão francês* - Região Sul



**Legenda**

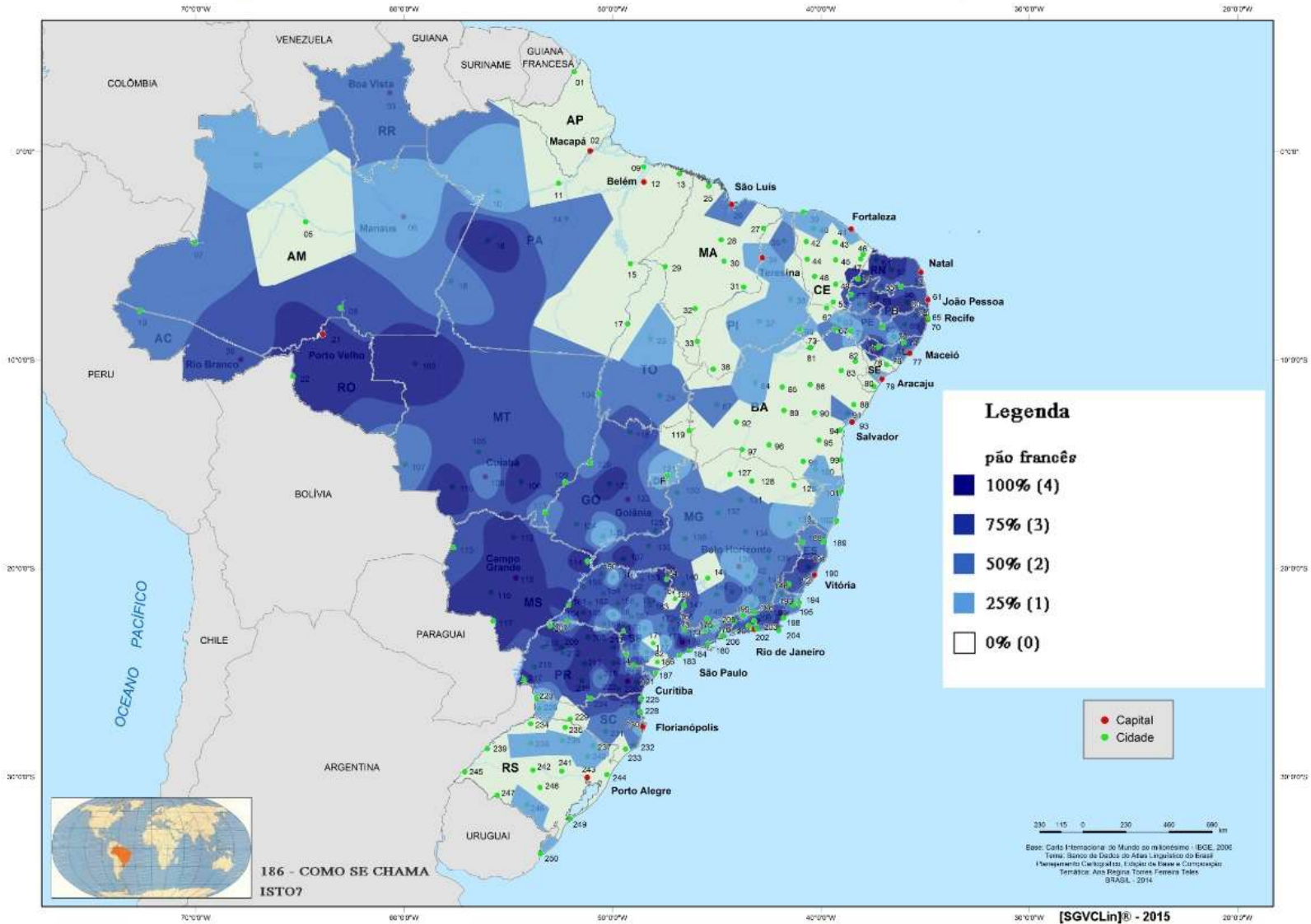
- pão francês
- cacetinho
- pão d'água
- pão
- outras
- pão de trigo

**Geral**

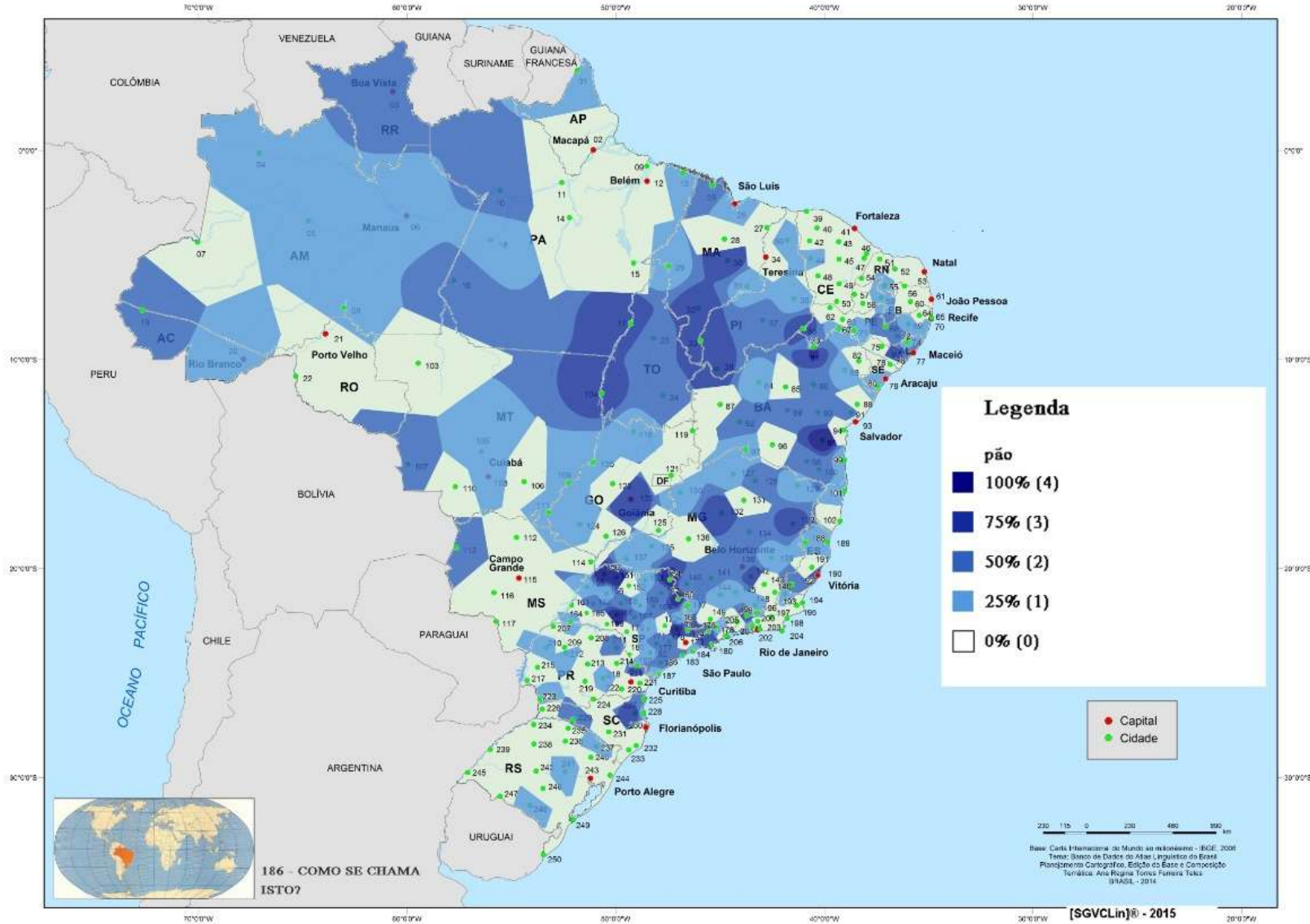


Base: Carta Internacional do Mundo ao milionésimo - IBGE, 2006  
 Terra: Banco de Dados do Atlas Estatístico do Brasil  
 Planejamento Cartográfico: Edição da Base e Composição  
 Têxtil: Ana Regina Torres Ferreira Teles  
 BR/051 - 2014

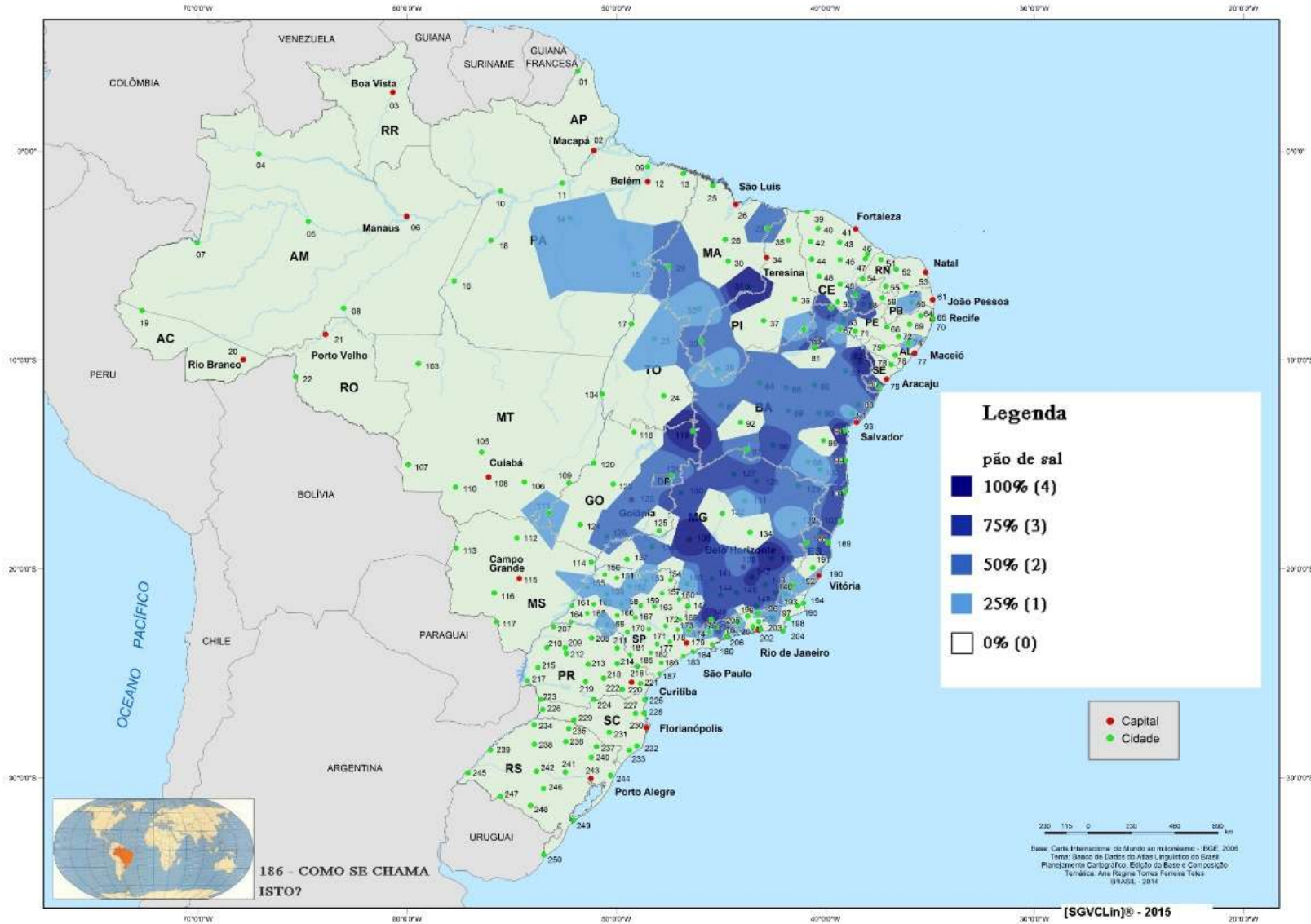
### (CAG1/186) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 186 - pão francês



### (CAG2/186) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 186 - pão

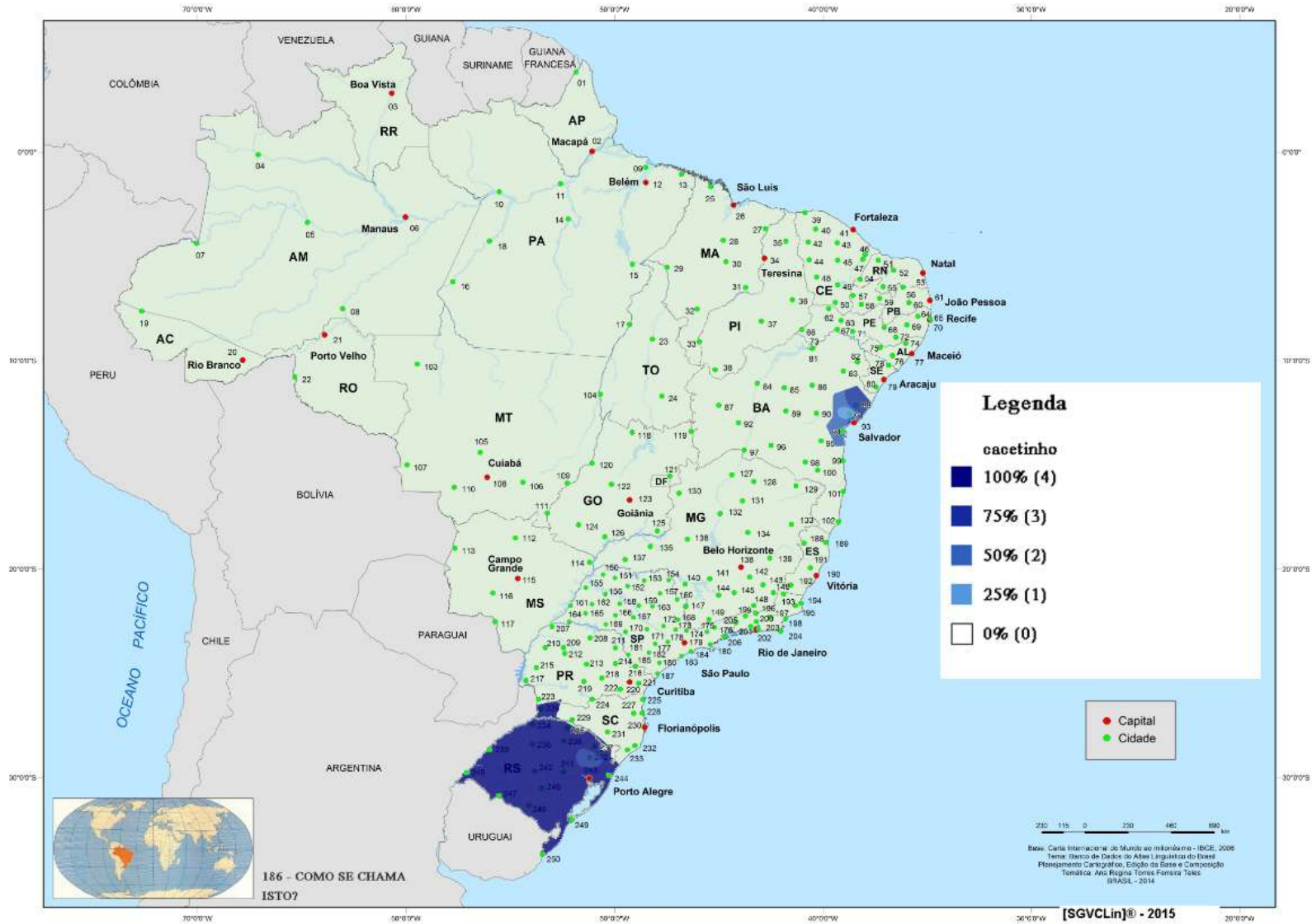


(CAG3/186) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 186 - pão de sal



186 - COMO SE CHAMA ISTO?

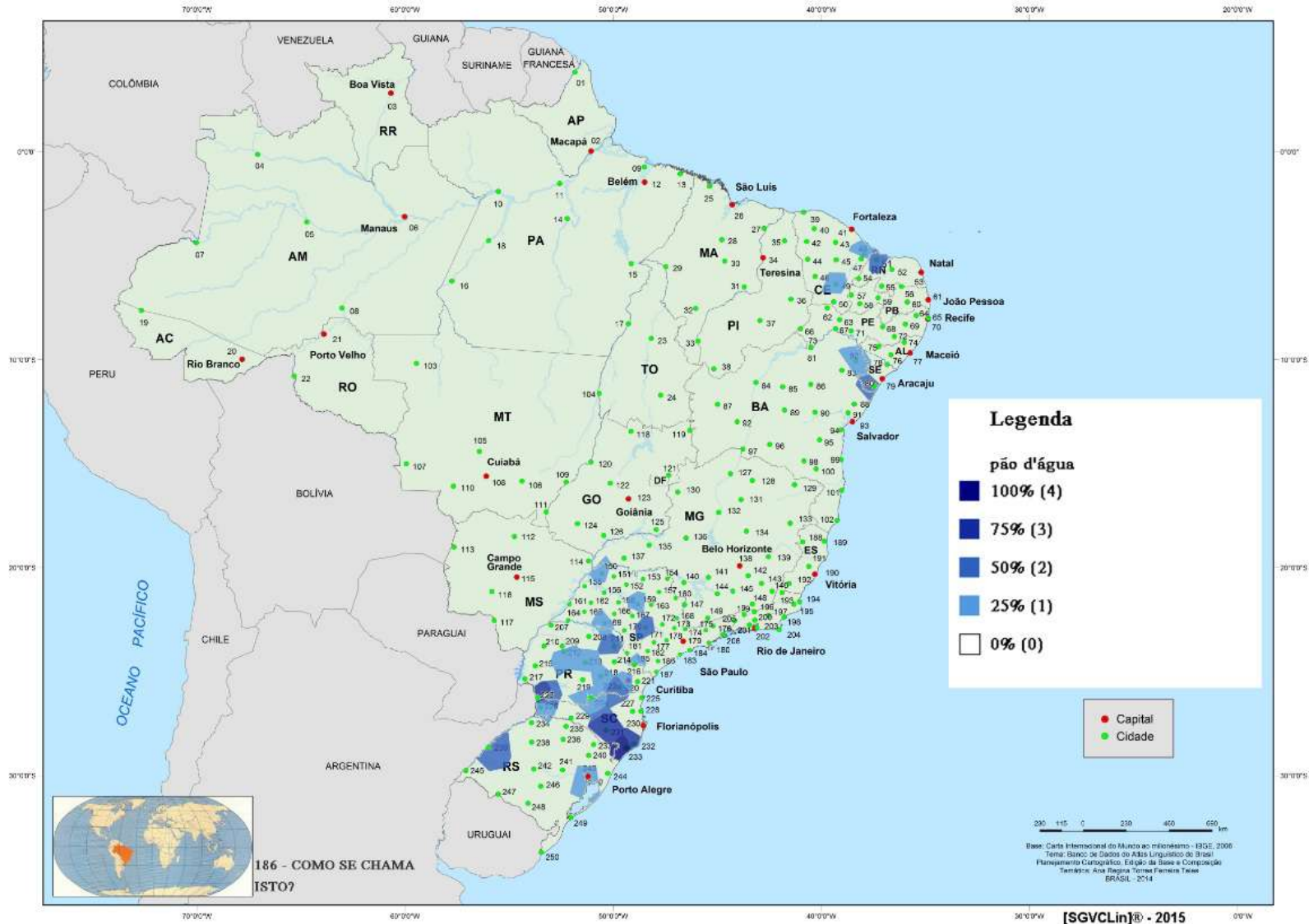
**(CAG4/186) Carta de arealidade gradual 4 - Questão 186 - cacetinho**



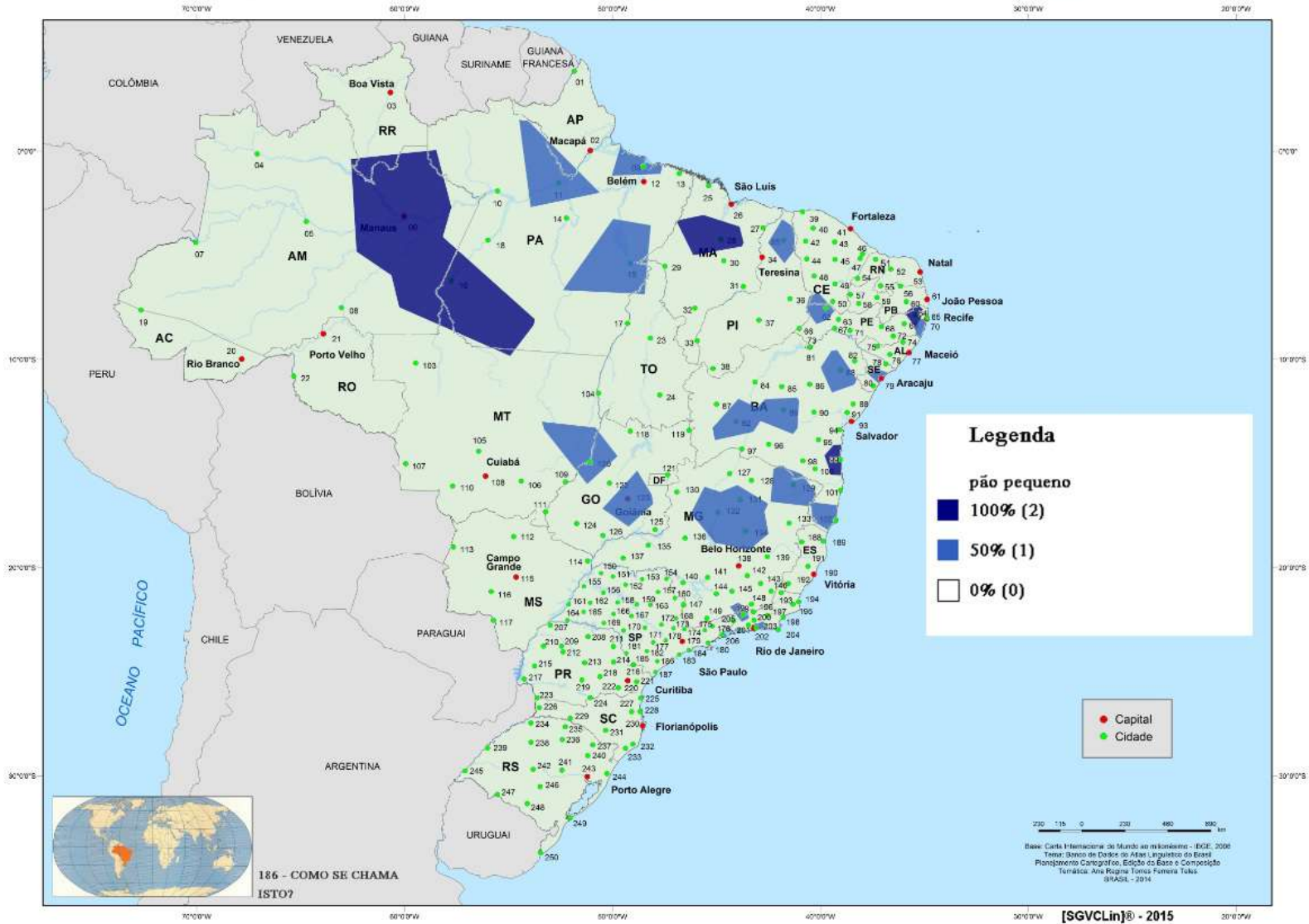
(CAG5/186) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 186 - *pão carioca*



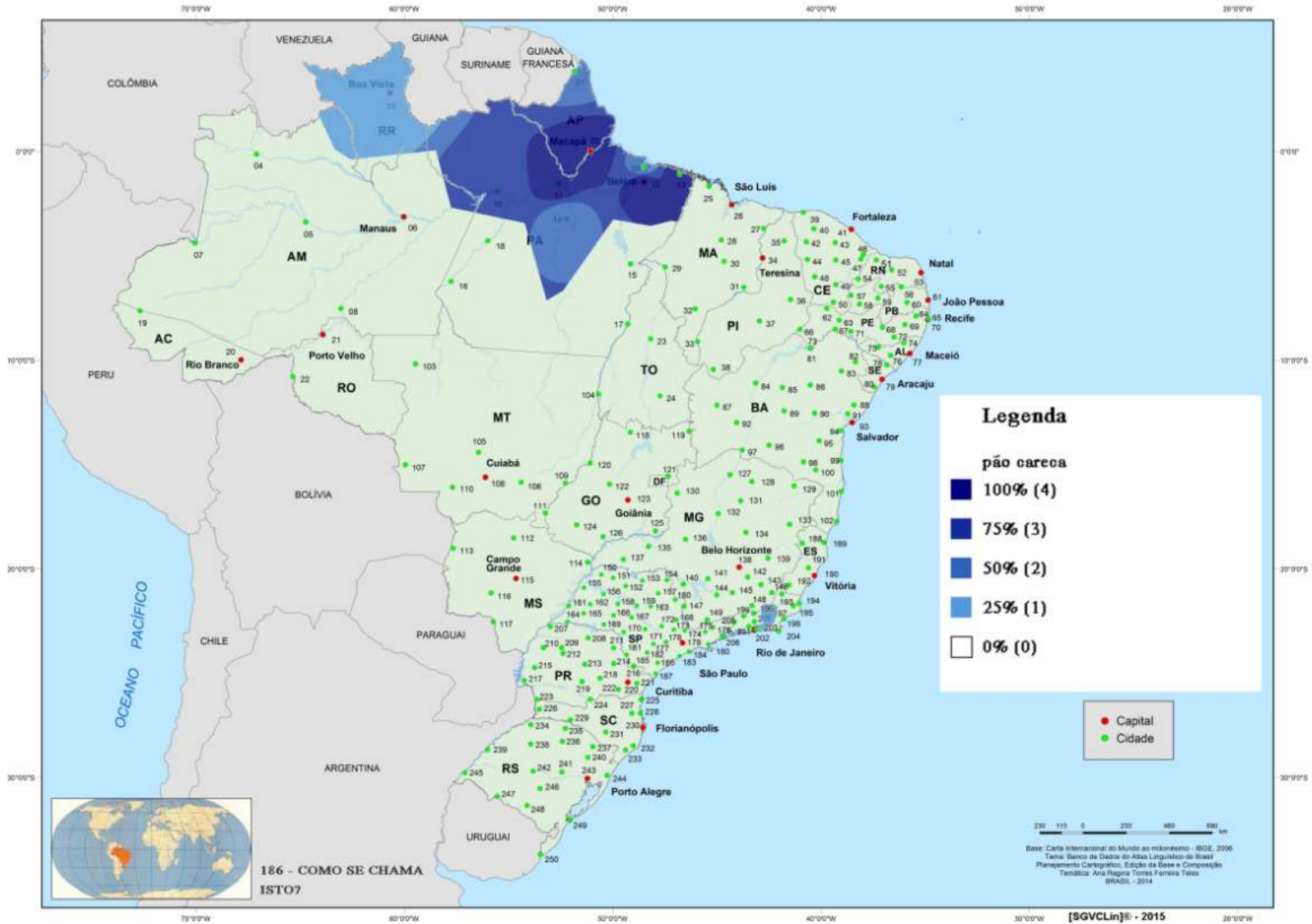
(CAG6/186) Carta de arealidade gradual 6 - Questão 186 - pão d'água



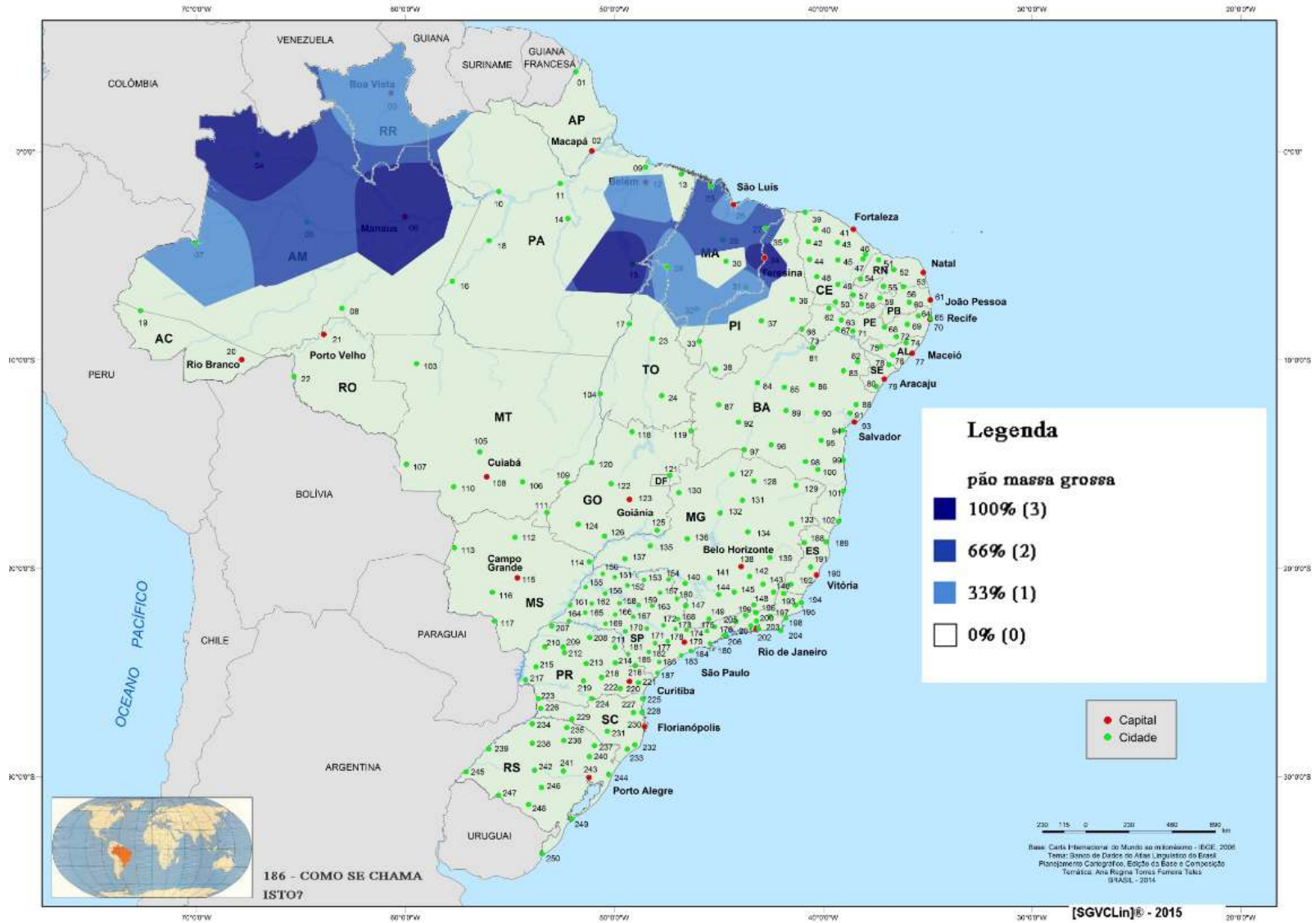
### (CAG7/186) Carta de arealidade gradual 7 - Questão 186 - pão pequeno



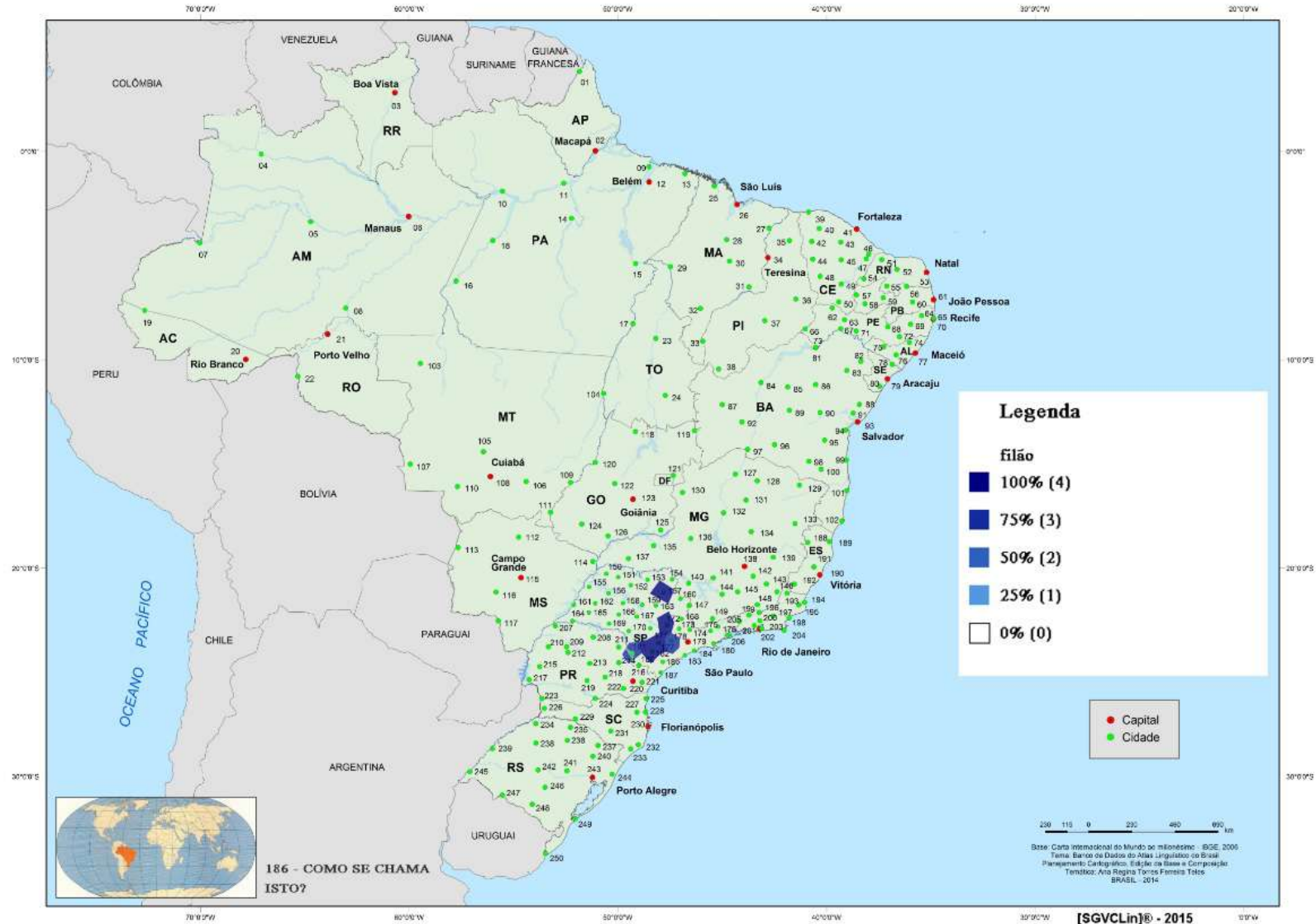
(CAG8/186) Carta de arealidade gradual 8 - Questão 186 - pão careca



(CAG9/186) Carta de arealidade gradual 9 - Questão 186 - pão massa grossa



**(CAG10/186) Carta de arealidade gradual 10 - Questão 186 - *filão***



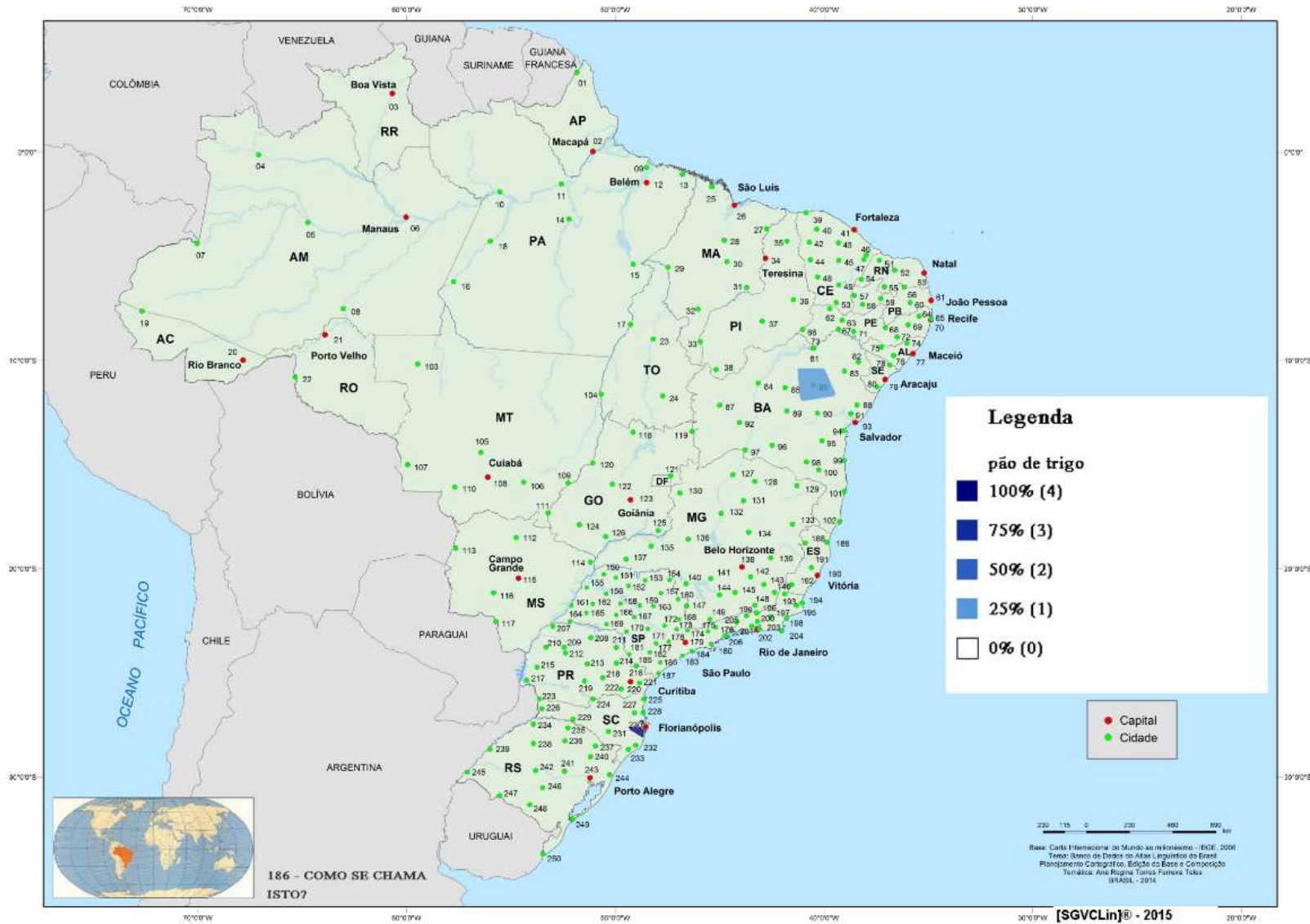
(CAG11/186) Carta de arealidade gradual 11 - Questão 186 - média



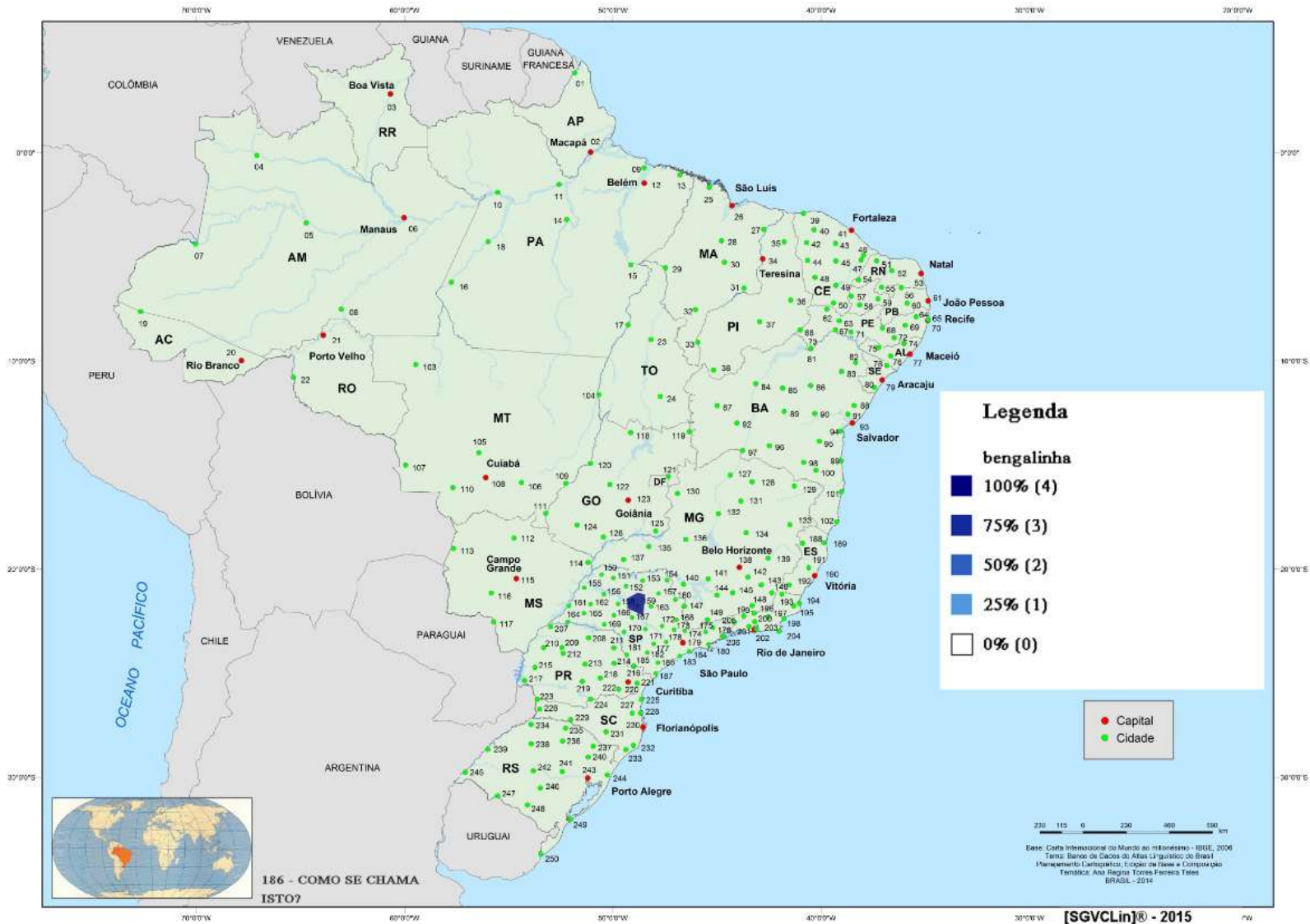
(CAG/12/186) Carta de arealidade gradual 12 - Questão 186 - pão aguado



(CAG13/186) Carta de arealidade gradual 13 - Questão 186 - pão de trigo



(CAG14/186) Carta de arealidade gradual 14 - questão 186 - bengalinha



(CAG15/186) Carta de arealidade gradual 15 - Questão 186 - brizolinha



(CAG16/186) Carta de arealidade gradual 16 - Questão 186 - pão Jacó



(CA1/186) Carta de arealidade 1 - Questão 186 - *pão francês/ pão*

